

Universidade do Porto
Faculdade de Letras

Helena Laura Dias de Lima

Os Diários Portuenses e os Desafios da Actualidade na Imprensa:

Tradição e rupturas

Porto
2008

Universidade do Porto
Faculdade de Letras

Helena Laura Dias de Lima

Os Diários Portuenses e os Desafios da Actualidade na Imprensa:

Tradição e rupturas

Dissertação de Doutoramento em História,
apresentada à Faculdade de Letras
da Universidade do Porto
sob orientação do
Prof. Doutor Jorge Alves

Porto
2008

À Memória da Minha Mãe

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi possível pela colaboração e ajuda de várias pessoas. Em primeiro lugar gostaria de agradecer os valiosos conselhos e apoio sempre presentes prestados pelo orientador da investigação, o Professor Doutor Jorge Fernandes Alves. O meu obrigado também para o Director do Curso de Ciências da Comunicação, o Professor Doutor Rui Centeno, pelo incentivo constante. Ao Professor Doutor Rogério Santos agradeço também as críticas iniciais que se revelaram preciosas para encontrar algumas novas pistas. *Last but not the least*, um agradecimento muito especial ao Professor Doutor Eugénio dos Santos, mentor, amigo e principal incentivador de todo o meu percurso académico.

É este também o momento para publicamente prestar os meus agradecimentos a todos os entrevistados, cujos depoimentos foram fundamentais para entender um pouco melhor os jornais do Porto: Fernanda Gomes, Frederico Martins Mendes, Freitas Cruz, Joaquim Queirós, Manuel Neto da Silva, Manuel Pina, Manuel Teixeira, Marques Pinto, Marques da Cruz, Nassaete Miranda, Silva Tavares e Rogério Gomes.

Importa também salientar os colegas e amigos pelo apoio que me prestaram ao tornarem um pouco mais leve a carga lectiva, mas também pelos outros aspectos que contribuíram para que pudesse terminar em tão curto espaço de tempo: à Ana Fonseca, à Maria Cerqueira, ao Pedro Cruz, à Sandra Sá Couto, à Susana Santos e ao Vasco Ribeiro, o meu obrigado. Não posso também deixar de fazer uma menção especial à disponibilidade do Rogério Gomes, que me ajudou a encontrar caminhos. Quero ainda agradecer a ajuda e o carinho que recebo todos os dias da Ana Paula Pereira, da Paula Oliveira e da Teresa Jorge, e que me valeram em momentos mais difíceis.

Agradeço à minha família e amigos que souberam entender a minha pouca disponibilidade e me apoiaram no meu projecto.

As últimas palavras vão para aquelas pessoas que foram os meus esteios e cuja dedicação e entrega jamais poderei esquecer: a Mónica Carvalho, a quem desejo o maior êxito, a Laura Mesquita, uma amiga como poucas, o

Manuel Neto da Silva, pelas dicas preciosas e pelo ânimo, a Margarida Barbedo, que ajuda mesmo nas horas menos felizes, o Nuno Moutinho que mesmo com muito trabalho não falhou o prometido, a Isabel Reis, pelo apoio sereno e pelo incentivo, a Isabel Ventura, que pelo seu saber permitiu que muitas das minhas dúvidas e angústias se extinguissem, e o Pedro Costa, que pelo bom humor, pela confiança que depositou nas minhas capacidades e, obviamente, nas pequenas e grandes coisas que me ajudou a fazer: o meu sincero e comovido obrigado a todos.

Helena Lima

Resumo

Nas famílias os diários ocuparam um lugar central como fonte informativa e a escolha de um em detrimento de outro foi passada de geração para geração. Os títulos centenários têm essa virtualidade: fidelizam audiências apesar das inevitáveis modernizações que os tempos impõem. Também *O Comércio do Porto*, *O Primeiro de Janeiro* e o *Jornal de Notícias* consolidaram a sua posição central na vida da cidade do Porto, bem como da região, constituindo-se como o elo de ligação entre as forças vivas que a integram e os seus públicos. Mas, mais do que factores de agregação local e regional, os três matutinos, no seu percurso para um modelo noticioso de imprensa, souberam ainda afirmar-se como títulos generalistas de implantação nacional. Este trabalho procurou encontrar algumas respostas que de alguma forma justifiquem o declínio do *Janeiro* e do *Comércio* e, por oposição, a situação invejável ocupada pelo *Jornal de Notícias*.

As linhas da investigação seguidas procuraram apontar algumas problemáticas detectadas a nível dos contextos históricos, mas também em termos dos objectivos estratégicos de cada um deles, particularmente das opções editoriais. Daí que a análise se articule também com o estudo sobre as primeiras páginas dos diários portuenses entre 1985-2005, onde o valor-notícia proximidade e as configurações hierárquicas das secções constituem os enfoques essenciais adoptados.

Palavras-chave: Diários generalistas, Enfoque local, Públicos-alvo, Editoriais, Valores-notícia.

ABSTRACT

Newspapers are part of our daily habits. Following a traditional trend we tend to read the same papers our parents did: that's one of the characteristics that reassure the survival of historical centenary newspapers as such as *O Comércio do Porto*, *O Primeiro de Janeiro* and *Jornal de Notícias*. Their roots are strongly built in the history of Oporto and they were fed with the web of the events that were produced by the main public figures but it's also sketched by the small dramatic events of ordinary people. Even though, these newspapers grew over the city delimitation and became categorized as national press: they achieved a broader editorial profile and got the attention of larger publics.

In recent years two of these newspapers lost their main characteristics that included them in national press and became local projects: *O Comércio do Porto* and *O Primeiro de Janeiro*, while *Jornal de Notícias* is one of the most important Portuguese newspapers. The goal of this research is to try to find some of the reasons that produced such a different closure: the historical constraints give the global scenario and editorial selection reflect the ups and downs of bad organizational options.

Keywords: National newspapers, Local news, Publics, Editorial sections, Newsvalues.

Sumário

Introdução	10
Diários generalistas de enfoque local: os conceitos e os factores de mudança.	12
Enquadramentos locais e tendências específicas	12
Jornalismo: um enquadramento teórico.....	16
A constituição dos mass media e os seus efeitos como prisma de análise ..	26
A experiência como ponto de partida metodológico	33
1 - Os diários portugueses e a difícil modernização.....	49
1.1 - A actuação da censura: a submissão da imprensa e o condicionamento da opinião pública	51
1.2.1 - Elementos de transformação e factores de permanência: os aspectos sociais	59
1.2.2 - Elementos de transformação e factores de permanência: as coordenadas políticas	64
1.2.3 - Elementos de transformação e factores de permanência: a reestruturação das empresas	72
1.3 - Transformações da propriedade dos jornais: as novas linhas de evolução	102
2 - As incidências do período revolucionário sobre a informação: do novo quadro legal à conflitualidade como estratégia	113
2.1 - A evolução política institucional e os seus efeitos na imprensa.....	114
2.1.2 - A política económica do período revolucionário	132
2.2 - O 25 de Abril de 1974 e a Imprensa	141
2.2.1 - A alteração dos conteúdos noticiosos	143
2.3 - O novo enquadramento legal: legalidade versus ideologia.....	148
2.3.1 - A primeira excepção: a criação da comissão ad-hoc	149
2.3.2 O esforço de regulamentação: A Lei de Imprensa de 1976 e os mecanismos enquadramentos	155
2.3.3 - As iniciativas de desregulamentação	165
2.4 - A transformação da propriedade dos meios de informação	183
2.4.1 - O clima de conflitualidade nos jornais.....	185
2.4.2 - O impacto das nacionalizações nas empresas jornalísticas	188
2.5 - O controlo noticioso no República e na Rádio Renascença: a luta pela liberdade de expressão e as motivações políticas	192
3 - O peso do sector estatizado na imprensa portuguesa	209
3.1 - Influência dos condicionalismos políticos, institucionais, legislativos e económicos	210
3.2 - Empresas Estatizadas de Imprensa - um sector estratégico?	226
3.2.1 - Os níveis de conflitualidade nas redacções	227
3.3 - O factor transversal: a crise dos jornais	233
3.2.1 - A institucionalização do sector estatal na comunicação escrita ..	234
3.2.3 - Financiamento e tiragens: uma equação viciada	240

3.2.4 – Os jornalistas face à crise da Imprensa	250
3.3 - A inevitável privatização	256
3.3.1 – Os contornos da privatização	261
4 - Os jornais do Porto: o processo de implantação e a conquista de públicos	276
4.1 – O enquadramento e os modelos existentes.....	276
4.1.1 – O Comércio do Porto: informação doutrina comercial	284
4.1.2 – O Primeiro de Janeiro: a matriz ideológica prevalecente	295
4.1.3 – O Jornal de Notícias: do perfil ideológico à vocação popular....	308
4.2 – O passado recente e o afirmar da identificação com o Porto e a Região Norte	326
4.2.1 – Os processos de modernização	327
5 – Os diários do Porto: Incidências políticas, económicas e sociais resultantes do processo democrático.....	348
5.1 - A vaga revolucionária na imprensa portuense.....	350
5.2 – Governamentalização e iniciativa privada nas empresas jornalísticas portuenses: factores de ruptura e efeitos de continuidade	377
5.3 – A imprensa do Porto e os novos factores de concorrência	408
5.3.1 – Condições desfavoráveis de desenvolvimento: o pano de fundo da imprensa	410
5.3.2 – Os novos quadros de concorrência	418
6 – Uma abordagem organizacional.....	429
6.1 – O jornalismo e a perspectiva empresarial	431
6.1.2 – O processo noticioso	441
6.2 – As primeiras páginas de O Comércio do Porto, O Primeiro de Janeiro e o Jornal de Notícias: 1985/2005	458
6.2.1 – O Comércio do Porto	459
6.2.2 – O Primeiro de Janeiro	472
6.2.3 – Jornal de Notícias	478
Conclusões.....	492
Referências bibliográficas e fontes.....	499
ANEXOS.....	532

Introdução

É difícil conceber a vida sem notícias. Elas tornaram-se elementos constantes do nosso quotidiano e o consumo de informação através da rádio, da televisão, dos jornais ou da internet são elementos tão banais dos nossos hábitos, que não imaginamos a vida sem eles. Para que estas rotinas fossem adquiridas, a imprensa desempenhou um papel essencial. Nas famílias os diários ocuparam um lugar central como fonte informativa e a escolha de um em detrimento de outro foi passada de geração para geração. Os títulos centenários têm essa virtualidade: fidelizam audiências e as modernizações que os tempos impõem, nunca são tão profundas que alienem os leitores mais antigos, nem tão escassas que não conquistem novos.

Foi assim com os três matutinos portuenses. Ao longo de mais de um século, *O Comércio do Porto*, *O Primeiro de Janeiro* e o *Jornal de Notícias* consolidaram a sua posição central na vida da cidade, bem como da região, constituindo-se como o elo de ligação entre as forças vivas que a integram e os seus públicos. Mas mais do que factores de agregação local e regional, os três matutinos, no seu percurso para um modelo noticioso de imprensa, souberam ainda afirmar-se como títulos generalistas de implantação nacional. Já não só pela amplitude geográfica dos leitores, mas igualmente pela articulação de conteúdos – as temáticas tratadas e a hierarquia adoptada – a sua configuração permitiu que se enquadrassem naquela categoria e não se cingissem às limitações dos periódicos regionalistas, o que se comprova também pelo nível de difusão que alcançaram.

A história dos diários portuenses insere-se numa tradição do jornalismo da cidade, mas também num modelo de raiz nacional: fundados ainda no século XIX, surgiram, na sua maioria como projectos de carácter ideológico e gradualmente evoluíram para formatos informativos, seguindo a tendência internacional do jornalismo noticioso e popular. Em Portugal, como em tantos outros casos, esta característica foi alicerçada em empresas de carácter familiar e o exemplo portuense espelha bem essa realidade, sendo que embora com cronologias diferentes, os proprietários e directores destes periódicos constituíram-se como as figuras que representaram a sua

identidade: Bento Carqueja e Seara Cardoso, Ferreira Baltar e Pinto de Azevedo, Aníbal de Moraes e Pacheco de Miranda.

A consolidação em termos de públicos fez-se apesar de todos os constrangimentos impostos pela ditadura e cada um dos diários soube encontrar um estilo próprio, mais sóbrio ou mais popular, de tom nacional ou bairrista ou de perfil apologético ou contestatário, na medida do possível. As especializações informativas ajudaram neste processo de fidelização de leitores e os temários como o Desporto, o Internacional ou a Religião permitiram que a matriz editorial se direccionasse preferencialmente para determinadas franjas, o que levou a que os jornalistas séniores atribuísem etiquetas às publicações rivais: o *Janeiro* republicano, o *Comércio* lido pelos padres e pelos monárquicos, o *Notícias*, o jornal das sopeiras e dos magalas.

A identificação plena da cidade e da região com os três jornais foi o pano de fundo que permitiu o seu desenvolvimento. O fim de *O Primeiro de Janeiro* e de *O Comércio do Porto* como títulos generalistas não pode deixar de ser questionado. O *Comércio* depois de várias fases de indefinição acabou por se extinguir por completo e o *Janeiro* transformou-se num projeto regional de pequena circulação. Este trabalho procurou encontrar algumas respostas que de alguma forma justifiquem o seu declínio e, por oposição, a situação invejável ocupada pelo *Jornal de Notícias*. As linhas da investigação seguidas procuraram apontar algumas problemáticas detectadas a nível dos contextos históricos, mas também em termos dos objectivos estratégicos de cada um deles, particularmente das opções editoriais.

Diários generalistas de enfoque local: os conceitos e os factores de mudança.

Três diários generalistas centenários afirmaram-se e constituíram-se como elementos centrais da história da cidade do Porto e da região, acompanhando os momentos decisivos e estabelecendo um elo de ligação entre os acontecimentos que se produziram ao longo dos tempos e o público da cidade e da região, mas não se esgotando nestas fronteiras. Face a este percurso sólido a questão que norteou este trabalho de investigação prende-se com o desaparecimento de dois desses títulos – *O Comércio do Porto* e *O Primeiro de Janeiro* - e a manutenção e força revelados pelo *Jornal de Notícias*, que detém uma posição de liderança em termos nacionais.

A pesquisa fez-se segundo a adopção de dois processos metodológicos, com as respectivas problemáticas teóricas e conceptuais. O primeiro incidiu particularmente nas linhas da evolução histórica: dinâmicas de influência externa, comportamentos globais do meio informativo com enfoque na imprensa, e nos aspectos mais particulares, intrinsecamente ligados ao percurso dos três matutinos portuenses. Uma vez delineados os aspectos fundamentais deste campo, houve uma preocupação de articulação com os elementos operativos que se prendem com todo o processo de elaboração noticiosa, com uma especial atenção num modelo organizacional que de alguma forma enquadrasse o estudo de caso seleccionado: as primeiras páginas de *O Comércio do Porto*, *O Primeiro de Janeiro* e *Jornal de Notícias* entre 1985 e 2005.

Enquadramentos locais e tendências específicas

Numa primeira abordagem das condições históricas que marcaram a evolução da imprensa portuguesa, um aspecto central foi destacado: o 25 de Abril de 1974 e o Processo Revolucionário em Curso constituíram um factor de ruptura em relação ao período anterior, mais não seja pela consagração da liberdade de expressão, nos contextos das liberdades cívicas reconquistadas. Contudo, esta premissa não se revelou suficiente, uma vez que também do

ponto de vista da imprensa, o período da ditadura não correspondeu a um comportamento uniforme. Assim, foi necessário recuar um pouco no âmbito do estudo de maneira a entender os factores de transformação iniciados ainda na década de 60 e as implicações de que se revestiram. De facto, foram vários os aspectos que traduziram o início de um novo ciclo, como a transformação da propriedade, a modernização das empresas e a reformulação editorial, que afectaram a maioria dos diários portugueses.

As conquistas do 25 de Abril provocaram cortes abruptos na sociedade portuguesa e o que se procurou entender foi de que forma os constrangimentos da vaga revolucionária tiveram reflexos sobre os meios de comunicação social. A factualidade política, enquanto centro de noticiabilidade era a conclusão óbvia nesta nova fase do regime democrático, contudo foi perceptível que um outro conjunto de questões tinha razão de ser, em função de novos campos de pressão que afectariam não só os conteúdos informativos, mas também a estrutura das empresas, a organização redactorial e as próprias condições da liberdade de expressão. Tornou-se necessário perceber o novo quadro legal - uma antiga reivindicação que passou entretanto a ser um dos alvos da contestação dos jornalistas - e de que forma veio alterar os dispositivos decisórios em termos editoriais, bem como o papel desempenhado pela classe nesta nova configuração; procurou-se ainda equacionar os reflexos que estes aspectos tiveram na orientação dos diários, sem contudo deixar de ter presente o pano de fundo de conflito que era transversal a todos os domínios da vida portuguesa. O processo revolucionário suscitou cortes abruptos na propriedade dos jornais com os processos de nacionalização iniciados no 11 de Março, mas este novo contexto teve igualmente consequências numa conjuntura política mais geral. Nalguns casos registou-se um claro alinhamento com as facções em disputa e os próprios *media* tornaram-se agentes em favor de um ou outro campo, com os inevitáveis reflexos em termos de ideologização.

A pacificação do regime político não retirou a imprensa da centralidade da vida pública. Agora nas mãos do Estado, os principais jornais portugueses passaram por um novo ciclo onde outro tipo de condicionalismos se fizeram sentir. Importava agora encontrar respostas para alguns dos aspectos mais

polémicos deste período. Assim, a questão central levantada por profissionais, empresários e políticos foi a da existência ou não de meios de instrumentalização dos órgãos de comunicação social, eventualmente favorecida pela rotatividade das administrações e chefias feita ao ritmo da instabilidade governativa. Outro dos problemas equacionados prende-se com a manutenção das situações claramente deficitárias apresentadas pelas empresas, sendo os regimes de subsídio pouco esclarecedores. Os posicionamentos dos jornalistas face a esta conjuntura que se foi revelando de perda acentuada foi outros dos aspectos que chamou a atenção, na medida em que parecia desenhar-se a adopção de uma perspectiva corporativa face a alguns aspectos.

O Comércio do Porto, *O Primeiro de Janeiro* e *Jornal de Notícias* inserem-se obviamente em todas estas problemáticas, apresentando contudo comportamentos específicos, como era de esperar. A metodologia adoptada passou pela reconstituição possível através da bibliografia disponível, da consulta de jornais e particularmente de um conjunto de entrevistas a jornalistas que detiveram responsabilidades editoriais. Desde logo foi possível apontar algumas notas comuns a todos os títulos nacionais, mas também características intrínsecas típicas apenas destas publicações. Assim, o primeiro indício discordante tem a ver com o *Janeiro* que não sofreu os momentos de transformação experimentados pelos demais jornais, devido a não ter sofrido mudanças de propriedade. Foi, obviamente, alvo das alterações suscitadas com a Revolução de Abril, sendo contudo a morte de Pinto de Azevedo o ponto de viragem na história deste diário. Também aqui se procurou entender os efeitos da nova propriedade, bem como da orientação política e de que maneira afectaram a ligação que detinha com o seu público. Tentou-se ainda apontar os caminhos que levaram à sua transformação de matutino generalista em pequeno diário de âmbito regional.

No *Comércio do Porto* foi interessante descobrir a existência de dois momentos chave no período revolucionário, que permitiram de alguma forma apontar este diário portuense como o contra-ponto das situações verificadas na imprensa lisboeta. Foi ainda fundamental para entender o destino a que estava votado, perceber as dinâmicas de partilha de poder a que acabou por

estar ligado em função do processo mais amplo de governamentalização da imprensa estatizada. Esta característica acabaria por não ser minimizada pelos efeitos da venda e das novas regras ditadas pela preponderância do sector privado, o que se traduziria numa deriva editorial com resultados nefastos visíveis na sua venda a um grupo espanhol e a total alteração da feição generalista que sempre tinha detido.

O *Notícias* apresenta uma evolução parcialmente paralela à do *Comércio do Porto*, mas acabaria por encontrar um caminho oposto que o levaria a uma situação de bem-estar e a tornar-se um dos grandes jornais nacionais. Sendo o diário portuense que mais se aproximou das situações radicais verificadas na imprensa da capital, depois do 25 de Novembro, encontrou soluções originais, que apesar das lutas pelo controlo por parte das forças partidárias, permitiram que não fosse afectado negativamente. Ao contrário de todos os demais exemplos, o *JN* configurou-se como o diário que mais rapidamente encontrou a articulação com o público. Esta ligação estabeleceu-se em termos das temáticas tratadas, que não deixando de dar relevo ao noticiário nacional, encontraram novos enfoques, sobretudo nos pontos de interesse para uma nova camada social que se ía desenhando, mas também pelo estilo acessível e pela ligação à cidade e à região.

Ainda um dos aspectos que suscitou outro tipo de reflexões foi o novo paradigma informativo, com base nas novas tecnologias, articulado com as recentes configurações das empresas de *media* e de que forma estes se fizeram sentir nos processos dos três diários portuenses aqui abordados.

Jornalismo: um enquadramento teórico

“Were it left to me to decide whether we should have a government without newspapers, or newspapers without a government, I should not hesitate a moment to prefer the latter.”

Thomas Jefferson

“(...) Newspapers have implicitly been regarded as something of a necessary evil, delivering bad news and confronting citizens with unpleasant policy choices or ideas with which they disagree.”

Dane S. Claussen¹

Diariamente o ritmo das nossas vidas é pautado por um conjunto de temas inerentes à esfera pessoal, aos circuitos próximos de convivialidade, mas também a um outro grupo de assuntos que se traduzem na replicação/ debate de determinados acontecimentos, que são típicos da agenda construída pelos meios de comunicação social. A adopção por parte do público dos conteúdos produzidos pelos *media* decorre da forma como se organizaram, como criaram um sistema de produção de notícias, mas também pela relação que estabeleceram com as audiências e o facto de estas os terem incorporado nos hábitos de consumo. Este processo, originário da sociedade industrializada traduziu-se numa curiosa relação em que os jornais eram (e são) vistos como os arautos da desgraça, mas que de alguma forma se tornaram indispensáveis no quotidiano de cada um.

É comum ouvir expressa a opinião de que os jornais só trazem notícias negativas e que os factos positivos nunca são realçados. Ainda que esta seja a *vox populi*, ela não corresponde necessariamente à verdade. Certo é que desde a afirmação do modelo noticioso de imprensa, os responsáveis pela nova formatação dos periódicos cedo descobriram que o que vendia os jornais eram os acontecimentos que se destacam da mediania e particularmente todos os temas relacionados com crimes, catástrofes ou escândalos. Assim, e apesar da apreciação negativa que se faz em relação a esta forma particular de nos dar a conhecer a actualidade, a curiosidade do público sustenta e

¹ CLAUSSEN, 2003:277

promove a continuação desta vertente informativa, constituindo-se como uma forma de validação do critério adoptado. Desde os primeiros exemplares da imprensa popular até à era do jornalismo digital é este vínculo essencial que permanece e que leva a que o fenómeno informativo se tenha afirmado como peça fundamental da sociedade moderna e se tenha tornado indispensável, não apenas pelo hábito de consumo, mas também pela importância de que reveste em virtude da função social que desempenha. Esta qualidade levou a que actualmente se considere que determinados formatos correspondem ao que vulgarmente designamos como jornalismo de referência e onde se podem incluir, no plano internacional, a BBC – sempre apresentada como exemplo de serviço público de qualidade (rádio/televisão) –, o britânico *The Times*, *Le Monde* ou os incontornáveis americanos *The New York Times* e *The Washington Post*. Denis MacQuail tem uma visão crítica em relação a esta verdade feita e defende que foram os próprios títulos que decidiram ser influentes sobre a opinião vigente na sociedade. Entende ainda que estes meios são consumidos por elites e que existem outras formas igualmente passíveis dessa capacidade: “Existem outras opções para o exercício da influência, que não é prioridade exclusiva de uma imprensa de elite internacional. Os *media* de massas de pequena escala podem ser influentes em esferas mais restritas e a influência pode, obviamente, ser exercida por jornais de grande circulação e pela televisão popular.” (2003: 255) Obviamente, mas é também certo que os meios mais populares de informação têm outras prioridades e a tendência é para valorizarem o entretenimento em desfavor da função noticiosa e pedagógica.

No caso português, esta atribuição é feita ao *Diário de Lisboa* e ao *Público*. Contudo, a nível nacional não há, pelas condições históricas da ditadura e do período subsequente de subordinação ao Estado, uma tradição deste tipo de vocação a que se associa a noção de denúncia ligada ao jornalismo de investigação. Convém realçar que durante muito tempo foram os semanários que melhor se enquadraram dentro desta intenção editorial, com o *Expresso* destacado, justamente pela projecção de imagem de neutralidade que granjeou junto da opinião pública. O aparecimento de *O Independente*, apesar do estilo menos sóbrio, representou igualmente um

exemplo importante do papel de *watchdog*, em que a imprensa gosta de se rever. Importa ainda realçar que o reconhecimento desta função num país onde existem baixos níveis de consumo de jornais se torna particularmente difícil, uma vez que o alcance da sua acção denunciadora se torna bem mais limitado.

Nos anos 80 em Portugal, e face à baixa circulação dos jornais, foi lançada a campanha «ler jornais é saber mais». De facto, o papel assumido pela imprensa e demais *media* tornou-se imprescindível na constituição das democracias e particularmente enquanto auxiliar do exercício da cidadania. O escrutínio permanente levado a cabo pela comunicação social sobre as instituições representativas do poder consolidou o vínculo que se estabeleceu entre o público e os agentes noticiosos, passando o primeiro a ter uma expectativa de que essa função denunciadora será cumprida. Com o aparecimento da imprensa industrializada o alcance deste tipo de influência cresceu grandemente no modelo sociopolítico ocidental, ainda que a sua influência ficasse delimitada por um *handicap* essencial: a capacidade de ler. O aparecimento da rádio e mais tarde a grande difusão da televisão permitiram que os *mass media*, no seu conjunto, facultassem à grande maioria da população do mundo democrático os conteúdos noticiosos que vão ao encontro das suas apetências, mas também da informação séria que lhe permite um melhor exercício dos direitos e deveres. Significa isto que, pela sua dimensão social, os órgãos de informação adquiriram uma efectiva capacidade de influenciar as audiências e, de uma forma mais estruturada, constituir fenómenos de opinião pública.

O poder dos *media* reside realmente neste facto fundamental: o que publicam tem um efeito sobre a forma de pensar das pessoas e se é assim, ao reflectir sobre o jornalismo entendido como uma instituição que produz notícias para um público que as consome, são várias as linhas de análise que podem ser adoptadas. Os responsáveis pelas principais escolas de pensamento que se debruçam sobre estas matérias procuraram dar uma resposta ao fenómeno da comunicação social, quer pela escolha de padrões metodológicos vários quer pelos ângulos de análise que adoptaram. Mas a preocupação inicial

é basicamente a mesma e reside no poder que ela exerce ou detém sobre a vida das pessoas.

Thomas Jefferson defendeu com entusiasmo a causa dos jornais, mas acabou também por se ver como uma vítima deles e depois de ter pregado a sua necessidade considerou-os despiciendos: “I do not take a single newspaper, nor read one a month, and I feel myself infinitely the happier for it.” Esta última declaração sustenta melhor a atitude que o poder político sempre demonstrou face à imprensa. Durante o Absolutismo este diferendo ficou resolvido por excelência: a censura e a autorização prévia impediam a circulação de notícias indesejáveis e actuavam preventivamente de forma a proteger a população de eventuais efeitos nefastos causados pelos periódicos. Ainda assim, as autoridades não foram capazes de impedir a circulação clandestina de escritos que contribuíram para minar os alicerces do Antigo Regime. O Liberalismo no seu longo período de afirmação teve uma atitude contraditória face aos jornais: por um lado tiveram uma enorme serventia na medida em que a sua feição de divulgação ideológica cumpria os propósitos dos novos líderes políticos, mas por outro rejeitava-se o efeito do contraditório exercido pelas folhas de orientação adversa. Foi aliás neste processo que os centros de poder descobriram a feição denunciadora exercida pela imprensa periódica e que os jornalistas passaram a ser vistos como *watchdogs* do poder.

A ligação entre a actividade noticiosa e os centros de decisão acaba assim por se tornar indissociável e enforma não só os conteúdos informativos, como leva a reacções da opinião pública, que por sua vez se traduzem em efeitos ou alterações por parte do poder político. É com base neste triângulo que se estabelecem os principais modelos interpretativos quanto às notícias e os seus efeitos. Isto traduz-se em que as incidências dos estudos variam de acordo com a forma como a ênfase é colocada e quais as articulações desenvolvidas. Desde logo, e para além do enfoque metodológico, é seguro apontar duas divisões essenciais ou duas escolas demarcadas, uma de cariz europeu e outra de tradição americana. Esta fractura está ligada às raízes conceptuais em que cada uma delas se insere, tendo a primeira como base as “relações gerais existentes entre o sistema social e os meios de comunicação

de massa” (WOLF, 2006:16) enquanto que a segunda se alicerça sobre uma linha cada vez mais largada de estudos de campo que, particularmente a partir da década de 70, produziram as análise interpretativas de maior fôlego.

Ainda numa visão diacrónica, a maior dificuldade no estabelecimento de uma teoria do jornalismo reside na delimitação do campo. A elaboração de uma explicação consistente parte da observação de um padrão fenomenológico. O jornalismo é a contradição deste princípio porque parte justamente do facto isolado, seja ele social ou natural. Charles Lippmann (1999) defende que os acontecimentos para se tornarem notícia têm de se tornar evidentes de alguma forma. Dayan e Khatz (1999) pelo seu lado definem-nos como não rotineiros ou mais precisamente como interrupções das rotinas. Face a esta conceptualização, a relutância de vários autores aceitarem a intenção de construção de uma teoria parece ter alguma razão de ser. Na verdade, a justificação desta reticência reside não só da volatilidade da matéria em causa, como a tendência consiste em perspectivá-la apenas como uma praxis profissional.

Contudo, o jornalismo não se alicerça apenas na factualidade dos conteúdos, baseia-se também em quem os produz e as organizações que lhe dão corpo, bem como no público a quem se dirige. Portanto, a delimitação do campo de análise não pode ser assim circunscrita, tornando-se então necessário entender estes diferentes aspectos e de que forma se interligam de maneira a entender os modelos metodológicos aplicados. Desde logo, o agente produtor de notícias pode ser, em si mesmo, um dos vértices de análise na medida em que enquanto indivíduo se encontra inserido num determinado meio social, sofreu um processo de aprendizagem para poder cumprir a sua função e como qualquer outro tem uma escala de valores e afectos que influenciam a sua actividade. Além disso, a forma como se enquadra na organização onde trabalha não é mecanizada e também aí o seu exercício pode ser afectado; bem como é afectado pela forma como se relaciona com os seus pares. A empresa jornalística é igualmente um dos objectos de estudo em destaque, na medida em que os seus objectivos e as suas normas de funcionamento têm um papel determinante na estruturação das notícias. Por último o público, que pode ser visto como o elemento mais problemático de

todo este universo, na medida em que é o mais difícil de definir. Um dos objectivos dos meios de informação é que a sua difusão seja a mais ampla possível. Isto significa que as franjas que compõem as audiências são muito variadas, o que leva a uma muito maior complexidade.

Por outro lado os comportamentos sociais são já alvo do estudo de outras ciências humanas, que desenvolveram outras teorias explicativas próprias. Contudo, o conjunto das pessoas que consomem o produto da actividade noticiosa passou também, a ser objecto de estudo, na medida em que os seus comportamentos podem ser condicionados por ela mas também determinar o próprio processo de elaboração da informação, através de um fenómeno igualmente complexo e polémico denominado audiência, que por sua vez, tem implicações de outra ordem. Alargando ainda um pouco mais esta questão, os efeitos das notícias contribuem em larga escala para a constituição de um outro elemento de difícil definição: a opinião pública. Esta transcende o plano da relação entre os media e os seus produtos e os consumidores e abarca fenómenos de comportamento colectivo que podem afectar os diversos sectores que compõem a sociedade. Portanto, falar de teoria do jornalismo implica ter em conta estes vários elementos de complexidade e daí que vários autores prefiram a enunciação de uma teoria da notícia, na medida em que é ela que determina a originalidade do objecto de estudo, do ponto de vista científico.

Ainda algumas precisões relativas ao campo de estudo: a notícia implica a adopção conceptual de alguns aspectos para além da natureza isolada do facto. Sobre este os jornalistas constroem a sua narrativa, mas a sua segunda natureza reside na sua volatilidade. Ou seja, uma notícia e o facto que sustenta têm uma vida curta e é assim porque outro dos elementos inerentes à implantação do processo noticioso – a actualidade – se constituiu como o marco que determina a sua duração. O que determina a actualidade é o ritmo de publicação diária, tendo-se este conceito tornado cada vez imperativo à medida que os meios tecnológicos se foram sofisticando. A actualidade diária (periodicidade) condiciona a vida da notícia e o que constituiu o noticiário de ontem já não é publicado hoje. No presente a esta concepção acresce-se uma outra a ela directamente ligada: o imediatismo. A

interiorização deste valor leva que os media, com destaque para as televisões, sejam acometidos de uma febre que os leva a entrar numa corrida contra o tempo de maneira a que o momento que medeia entre a descoberta da notícia e a sua circulação seja o menor possível: “Immediacy is a hard stick for perishability. News is «hot» when it is most immediate. It’s «cold», and old when it can no longer be used in the newday in question” (SCHLESINGER, 1999:125).

Este expoente temporal conquistou um espaço primordial no desenvolvimento da actividade noticiosa, particularmente na era do satélite. A notícia de última hora, impossível de transmitir pelos jornais, ganhou particular força nas rádios e televisões, tendo estas acentuado a tendência. A acutilância de uma notícia é aqui dada não só pelo factor tempo, mas também pelo poder da imagem e o directo de última hora converteu-se num dos mais poderosos factores de sedução para o público. Dayan e Khatz (1999) realçam que estes acontecimentos são transmitidos ao vivo, em tempo real, acrescentando que são portanto imprevisíveis. Não é realmente assim, este tipo de cobertura é feita *a posteriori*, sendo muitos raros os casos em que uma câmara se encontra presente no momento de um acidente ou de uma ocorrência inesperada. Trata-se de procedimentos orquestrados pela equipas de realização, mas a questão do imediatismo não deixa de ser subjacente a parte destas transmissões, uma vez que quem coloca primeiro a notícia no ar ganha a corrida contra o tempo.

A transformação dos parâmetros temporais alterou-se assim em função das recentes inovações tecnológicas e com a capacidade de transmissão imediata de uma notícia relativa a um dado acontecimento. Esta vantagem levou a um reequacionar dos modelos informativos dos jornais que passaram a ter de alterar os seus modelos informativos, onde o imperativo do tempo aparece ainda marcado pela periodicidade, mas onde a noção de imediatismo não tem razão de ser. Por outro lado, a natureza e a diversidade dos *media* também contribuíram para que a articulação se faça em moldes diferentes.

A informação transmitida pelos jornais passou a conquistar ou fidelizar públicos pelo recurso a elementos de complementaridade, isto é: tornou-se mais pormenorizada, mais profunda, procurando novos ângulos de abordagem

da temática a noticiar. Um dos factores que contribuem para o enriquecimento do campo jornalístico é a inclusão de múltiplos estilos, como a crónica e o editorial, que enquanto espaços de opinião sedimentam a relação com os leitores. Os cadernos especiais e as edições dominicais são igualmente relevantes neste processo. Outro fenómeno contribuiu para que a estrutura tradicional se tenha simplificado nos aspectos do acontecimento, actualidade, periodicidade – o da diversificação. Há uma grande variedade de tipos de informação que na imprensa escrita vão desde o diário ao semanário, à revista, passando pelo jornal on-line. Cada um deles procura difundir notícias que são tratadas de forma a servir as expectativas de um dado público: a informação é mais complexa, mais profunda num semanário do que num diário, ou pelo menos assim se convencionou. Por outro lado, há também um grande número de publicações especializadas dirigidas a públicos-alvo, em que para além da delimitação das temáticas, há também o recurso a um estilo e a uma linguagem próprias.

A existência de um espaço de opinião nos meios de informação remete para um dos aspectos mais polémicos referentes à acção dos *media* e que se prendem com os efeitos deliberados de construção de comportamentos quer através de processos de agendamento, quer pela inclusão de editoriais ou outros meios dos *opinion makers*. O primeiro aspecto será tratado nos processos de *newsmaking*, enquanto que o segundo merece aqui uma precisão: os espaços de opinião são válidos desde que sempre devidamente identificados. Já é questionável a apresentação de um tema como notícia, sendo esta construída com base nas inclinações ideológicas de quem a constrói.

Os imperativos deontológicos que enquadram a actividade informativa têm como referências a verdade e a objectividade. A primeira não necessita de explanações, enquanto que a segunda será mais uma meta a atingir do que um princípio regulador. MacQuail (2003) entende que aqui podem verificar-se dois tipos de actuação: uma mais neutral e outra mais activa. Segundo este autor os jornalistas preferem rever-se sobretudo na primeira, justamente porque a vêem como uma regra condutora. Porém, realça que ela é reforçada pelo facto de as organizações de *media* preferiram este posicionamento, por

entenderem que aquele é que garante as audiências. Contudo, o critério de objectividade construiu-se como uma muralha defensiva dos profissionais, que remetem para os factos, a sustentabilidade das suas narrativas, como realça Gaye Tuchman: “The newsmen cope with these pressures by emphasizing «objectivity», arguing that dangers can be minimized if newsmen follow strategies of newsworld which they identify with «objective stories». They assume that if every reporter gathers and structures «facts» in a detached, unbiased, impersonal manner, deadlines can be met and libel suits avoided.” (1999:298)

A partir desta ideia de objectividade parece seguro afirmar que as notícias correspondem a narrativas em que as personagens e o cenário são reais. Podem entender-se como «estórias» que implicam uma acção criadora por parte de quem as constrói, sem contudo fugir à verdade, distanciando-se assim da intenção ficcional. Estas construções têm um valor intrínseco e são a forma que as pessoas têm de aceder aos acontecimentos que ocorrem em todo o mundo. Já em 1922, Lippmann entendia que os *media* eram a principal ligação entre os acontecimentos no mundo e a imagem desses acontecimentos na mente das pessoas. Da mesma forma que os acontecimentos se revestem de grande complexidade, o processo de construção da notícia engloba também alguns aspectos que devem igualmente ser levados em consideração. A elaboração de notícias obedece a rotinas e a procedimentos padronizados. Isto é, há formas narrativas próprias que são utilizadas pela comunidade jornalística, com as quais ela se identifica e que constituem o seu *modus operandi*.

A periodicidade tem uma influência fundamental no estabelecimento desta forma de agir, em função da pressão exercida pelo *deadline*. Dada a possibilidade de existirem reflexos muito negativos no resultado final, existe uma premência em recorrer a uma série de referentes, de forma a poder controlar o factor tempo. Desde logo, o momento inicial do reconhecimento de dado facto entendido como valor-notícia, que passa pelo crivo de uma grelha interiorizada de valores, comum à comunidade profissional. A recolha dos dados implica uma selecção que se traduz numa narrativa e também ela obedece a um estilo próprio usado pelos profissionais – a pirâmide invertida.

Para além deste modelo de texto, as acções-padrão passam ainda pela aprendizagem/utilização de um vocabulário próprio, que corresponde à aquisição de experiências através do contacto com as fontes, com os colegas, com os editores e o arquivo. Este modelo assim criado traduziu-se, em termos do público, em processos de identificação que asseguram a inteligibilidade dos conteúdos transmitidos e criam dinâmicas próprias de consumo. Em última instância, as dinâmicas assim incorporadas intensificam os sistemas de fidelização e asseguram uma identidade cultural comum.

Estes valores partilhados pelos media e pelas audiências são tanto mais estreitos quanto os fenómenos gerados pelos valores-notícia consolidam esta relação. Isto é, numa era caracterizada pelos efeitos da globalização da informação, a dificuldade para os agentes noticiosos está justamente nessa antinomia e o equilíbrio parece cada vez mais difícil de encontrar. Em função da estrutura dos grupos de media e dos conteúdos noticiosos a preponderância do global é clara. Contudo, os elementos de proximidade e de afectividade continuam a ser determinantes no consumo dos *media*. Para Aldridge o factor local continua a ser determinante na vida das pessoas, uma vez que é nesse universo que para a maioria das pessoas e na maior parte dos casos se estruturam as rotinas diárias e processam as suas necessidades. Daí defenda que: “Ordinary citizens may not muse abstractly about the lifeworld but they demonstrate that news of the locality is valued both in their attitudes and by their behaviour” (ALDRIDGE, 2007:161). Desta forma – e não necessariamente sob o ângulo da informação regional –, o próprio discurso jornalístico comporta estes elementos: usa a linguagem de quem lê mas também provoca a adopção de linguagens e conceitos e laços de emotividade que geram assim uma identidade cultural própria, onde reside a sua vocação e a sua força.

Todos estes elementos aqui apontados como integrantes do processo noticioso realçam a sua complexidade. Daí que os parâmetros de análise adoptados pelas diferentes teorias explicativas e os aspectos contraditórios que comportam tenham razão de ser na pluralidade dos itens em foco, bem como nas definições conceptuais dos modelos delineados e necessariamente nas metodologias desenvolvidas. Como foi inicialmente referido, podem-se distinguir duas escolas primordiais: a europeia que radica numa concepção

estrutural e da qual parte para construir os seus sistemas explicativos, e a americana, de base positivista, onde a tradição empírica tem a sua principal sustentação.

A constituição dos mass media e os seus efeitos como prisma de análise

A revolução industrial e as grandes transformações demográficas que deram origem ao modelo económico tiveram como consequência a criação de um novo paradigma social que ficou caracterizado como sociedade de massas. Ela decorre de uma oposição existente entre as elites burguesas os conglomerados populacionais que se instalaram nas cidades em expansão. Estes habitantes fundaram novos sistemas de sociabilidade, onde os referentes tradicionais de grupo e de comunidade se diluíram em função do desenraizamento e da adopção de hábitos padronizados de comportamento que se traduziram, segundo o conceito, na aniquilação do indivíduo. Como ficou visto, foram estes centros urbanos que enquadraram, pelas suas dinâmicas e pelos novos hábitos do quotidiano, o desenvolvimento do jornalismo popular noticioso.

É com base nesta enunciação que se fundam vários dos estudos do início do século XX e que reflectem um especial preocupação pelos efeitos que os meios de comunicação de massas – imprensa e rádio – tinham sobre as pessoas, uma vez que este estrato social era ainda apresentado como amorfo e com pouca ou nenhuma capacidade de intervenção, tornando-se assim vulnerável às mensagens que lhes eram impostas pelos *media* e sem capacidade de as rejeitar. A resposta massificada das populações e a sua incapacidade de reacção à mensagem dominante – a propaganda – levaram ao surgimento de explicações comportamentais que tinham como base uma reacção directa do conjunto dos indivíduos a um mesmo estímulo (teoria da agulha hipodérmica). Estas teorias tiveram particular destaque ao serem analisados os efeitos da propaganda nazi, em que os meios de informação foram completamente subjugados pela máquina montada por Goebbels. Sendo sistematicamente cilindrados por este aparelho exemplarmente eficiente, as

peças tiveram muita dificuldade em desenvolver atitudes críticas e daí terem sido tão facilmente manipuladas e controladas.

No pós-guerra esta explicação behaviorista perdeu razão de ser em função da nova sociedade de consumo que acabou por se estabelecer no mundo ocidental, dando lugar a novos enquadramentos explicativos com perspectivas não tão negativas e onde a tónica passou a ser posta nos objectivos intrínsecos dos media, nomeadamente por autores como Cohen ou Lazarsfeld. Este último defendia uma perspectiva optimista dos efeitos produzidos pelos meios de comunicação social, particularmente da rádio, pondo a tónica não só nos aspectos mais imediatos que preocupavam este tipo de difusão – audiências e sustentabilidade – mas também na certeza de que no futuro seria o público a determinar os conteúdos, numa clara antevisão.

As dinâmicas da sociedade de massas deram ainda origem a uma outra elaboração teórica produzida por dois autores Adorno e Horkheimer e centralizada na Escola de Frankfurt. Também em consequência da vitória do regime nazi, este grupo de intelectuais acabaria por encontrar refúgio em Nova Iorque e aí tiveram contacto com a massificada sociedade de consumo americana que rejeitaram por completo. Foram os comportamentos do povo americano face ao mundo dos *media*, que os levaram a formular um novo paradigma de análise que tinha como base operativa conceptual a noção de indústrias culturais. Os autores retomaram a ideia de que a sociedade de massas aniquilou o indivíduo, bem como a sua capacidade de alimentar a verdadeira liberdade. Ela seria ainda responsável por não conseguir representar as verdadeiras condições da existência. A razão desta inoperância adviria do facto de a produção cultural ter passado do estado artesanal para o industrial, sendo que o primeiro requer pouco ou nenhum investimento. Este, segundo esta escola, fabrica produtos seguros e standardizados gerados de acordo com a noção de procura geral do capitalismo. A idealização de produtos intelectuais de elite contradiz o de comunicação de massas, na medida em que este passou a ser definido no sentido de pertença – a escolha seria democrática, feita pelos públicos. A produção de símbolos industrializada impõe os seus formatos e aniquila essa possibilidade.

Do ponto de vista dos conteúdos noticiosos esta teoria é altamente redutora na medida em que estes são nivelados pelos demais centros produtores de símbolos como a publicidade, o cinema ou a rádio, sendo a distinção entre eles superficial porque todos se revestem de um carácter lúdico. Esta característica leva a uma alienação do indivíduo, incapaz de reagir às mensagens formatadas que a indústria impõe, tornando-o completamente manipulável: “O espectador não deve agir pela sua própria cabeça: o produto prescreve todas as reacções: não pelo seu contexto objectivo – que desaparece mal se volta para a faculdade de pensar – mas através de sinais. Qualquer conexão lógica que exija perspicácia intelectual é escrupulosamente evitada” (HORKHEIMER; ADORNO, 1947)².

A Escola de Frankfurt teve os seus seguidores, particularmente na Europa do século XX, sendo que a sua herança conceptual foi passada para diferentes formas de concepção da função social dos *media*. Uma dessas correntes destaca-se pela interpretação ideológica como modelo estrutural de análise, onde pontuam autores como Gramsci e Althusser. Partindo da concepção marxista da oposição entre trabalho e capital, estes autores, ainda que com *nuances* defendem uma visão maniqueísta do papel dos *media*, entendendo-os como um dos instrumentos da perpetuação do domínio capitalista, na medida em que sustentam a manutenção da superestrutura, sendo ou não parte integrante dela.

Mais dentro da linha de pensamento de Adorno encontram-se as enunciações avançadas por Habermas (1982). Este autor partiu igualmente da existência de um estágio prévio dos espaços de convivialidade anteriores à sociedade industrializada, em que as elites do Iluminismo e os jornais se configuravam como campo de debate e de racionalidade. Desta delimitação surgiu a definição do «espaço público burguês», que se desvirtuou pela dominação do novo modelo de sociedade e que levou ao declínio daquele modelo em função da preponderância assumida pelos meios de comunicação de massas. Neste processo não só se teriam extinguido tais meios de racionalidade, como a opinião pública passaria a estar cilindrada pela manipulação sistemática exercida pelos meios de comunicação. A obra deste

² Cit. por WOLF, 2006:88

filósofo alemão alicerça-se na oposição entre as ideias de esfera pública e privada. O conceito inicial de centro de racionalidade torna-se operativo pela criação da opinião pública, que numa sociedade ideal seria a legitimadora do exercício político. Esta é uma meta sistematicamente impedida de atingir pelo papel desempenhado pelos meios de comunicação de massas, que através da sua estrutura e enquanto indústria de produção de símbolos, desviam a atenção da sociedade dos debates essenciais.

O conceito de esfera pública foi adoptado por vários autores que a partir desta ideia enunciaram novas concepções. Bourdieu (2005), tendo como base justamente as preocupações relativas aos contextos da racionalidade social, definiu o campo jornalístico como específico, embora submetido aos feitos da pressão externa pela estrutura económica em que assenta e particularmente pelos efeitos de audiência de que depende. Fazendo uma distinção entre informação escrita e audiovisual, não poupa contudo a imprensa à sua visão crítica e entende que também, ainda que de forma menos evidente, acaba por se deixar dominar pela guerra dos números e condicionar os seus conteúdos. Mas, estes efeitos são particularmente evidenciados pelo modelo de neo-televisão, onde os conteúdos jornalísticos se transformam em função do imediatismo e da falta de visão crítica de tudo aquilo que é emitido e tornando-os redutores e uniformizados: “Estas tragédias [procissões ininterruptas de povos miseráveis] sem ligação que se sucedem sem perspectivação histórica, não se distinguem muito das catástrofes naturais, tufões, incêndios de florestas, inundações, que se encontram também presentes na «actualidade», porque jornalisticamente tradicionais, para não dizermos rituais, e sobretudo fáceis e sem excessivas exigências de cobertura” (2005: 213). Apesar de aceitar o campo jornalístico como uma série de relações específicas, nomeadamente as dos profissionais, Bourdieu retira assim validade a um dos factores a que a linha americana de pensamento dá ênfase e que assenta nas rotinas pessoais.

Os Estudos Culturais Britânicos, entendidos igualmente como uma escola de pensamento e investigação, constituíram-se a partir desta multiplicidade de influências, bem como de alguns aspectos de originalidade própria que se prendem com as origens sociais dos seus principais pensadores.

As suas origens remontam aos anos trinta, onde autores como Arnold e Leavis desenvolveram a ideia de uma oposição irreductível entre a cultura e o modelo social em que se inseriam. Viam a democracia como decadente e defendiam que a resistência à massificação cultural passava pela literatura. Os primeiros estudos tinham uma orientação claramente marxista e partilhavam com a Escola de Frankfurt a perspectiva de que a sociedade de massas desviava o proletariado da sua vocação revolucionária, na medida em que os artefactos culturais por ela produzidos tinham uma função integradora. O capitalismo favoreceria esta integração através de um novo sistema de consumo da cultura mediática que asseguraria a sua hegemonia. Mais uma vez, o modelo de sociedade de consumo americano teve aqui um papel fundamental, uma vez que se produziu uma transposição das suas principais linhas de força para a Grã-Bretanha do pós-guerra. A descaracterização provocada levou os intelectuais a procurarem uma nova forma de identidade cultural, que acabou por se centrar nos *cultural studies* produzidos na Universidade de Birmingham e pelo Glasgow Media Group.

Várias novas influências se fizeram sentir a partir dos anos 50, nomeadamente através da escola francesa (Barthes e Foucault) e do distanciamento em relação ao modelo autoritário soviético. Thompson, Hoggart e Williams foram os pioneiros das novas abordagens enunciadas a partir de uma interpretação de base ideológica do processo histórico (Thompson), numa concepção mais alargada em relação aos artefactos da produção artística (Williams) e a oposição fundamental entre a cultura de massas e a da classe trabalhadora, centrada em dados valores e marcada pela nostalgia do seu meio de origem. Este é um dos traços fundamentais desta nova escola, na medida em que o estrato social de onde provêm determina as múltiplas abordagens que se vão sucedendo no tempo e no fundo aí reside a sua riqueza. Desde a base proletária e a concepção ideológica a ela associada, estes estudos passaram a ter outros enquadramentos, nomeadamente pela influência central de Stuart Hall – de raça negra e originário das Caraíbas – até às novas linhas de investigação onde os grupos antes vistos como marginais – a forma como os media tratam o feminismo, a comunidade gay, grupos urbanos

etc.; nas palavras de Mattelart e Neveu (2003), “gênero e raça” passaram a constituir os novos ângulos de análise.

Em termos de campo e de metodologia os *cultural studies* sofreram uma evolução com base na forma como passaram a ser analisados os sistemas de dominação da sociedade de massas, nomeadamente pela importância dada ao campo dos media entendido como uma das formas de perpetuação dessa hegemonia. O eixo da teoria parte sempre da ideia de que a ideologia dominante é propagada pelos meios de comunicação social, que praticam uma marginalização sistemática das mensagens culturais alternativas. Essa circunstância deve-se à relação desenvolvida entre o poder e os órgãos de informação: “Assim os *media* ajudam a reproduzir e a manter as definições das situações que favorecem os poderosos, não só recrutando activamente os poderosos nas etapas iniciais onde os tópicos são estruturados, mas favorecendo certas formas de expor tópicos e mantendo certas áreas estratégicas de silêncio” (HALL, [et al.], 1973:224).

Tal como Bourdieu, Hall entende o campo jornalístico como um meio próprio visto como: “(...) a social sector at least partially autonomous from external pressures and exhibiting some degree of internal homogeneity, which taken as whole is able to exert a certain amount of power vis-à-vis other social sectors” (BENSON, 2006:2). Nesse sentido a produção noticiosa é vista como independente do aparelho de estado capitalista, sendo contudo as dinâmicas das empresas de media, em última análise, responsáveis pela sistemática reprodução de símbolos, através da criação de mapas de significados. Estes, enquanto facilitadores da inteligibilidade, levam a que o público consumidor adopte a mesma linguagem simbólica e a reproduza.

Estas interacções processam-se devido ao facto de os jornalistas e as empresas condicionarem a sua actividade aos limites impostos pelos *deadlines*. Reconhecendo o papel desempenhado pelas rotinas para poder cumprir a tirania do tempo, Hall e outros autores defendem que elas se tornam a razão de ser para que haja uma preponderância absoluta na agenda dos *media* das fontes jornalísticas que representam a linguagem do poder e

que classificam como *primary definers*³ (definidores primários). Isto significa que os definidores primários detêm uma preponderância absoluta no conteúdo noticioso e que mais do que o fornecimento de informação eles fornecem a sua própria visão dos acontecimentos. Ao permitirem essa primazia de acesso, devido à necessidade de notícias e às rotinas próprias das redacções, o processo de produção de notícias é uma forma de perpetuar a ideologia dominante devido à: “(...) their structured relationship to power has the effect of making them play a crucial but secondary role in reproducing definitions of those who have privileged access, as of right, to the media as «accredited sources».” (HALL [et al.], 1978:254) Para os autores este relacionamento é intemporal e as fontes institucionais agem como um bloco uniforme, tendo os *secondary definers* (os jornalistas) muito pouco espaço de manobra. Segundo esta conceptualização, a perspectiva largamente difundida pelas escolas que assentam os seus modelos explicativos nas dinâmicas organizacionais que conferem uma grande autonomia ao papel individual do jornalista, partem de um pressuposto errado, não do ponto de vista das acções ritualizadas, mas porque retransmitem acriticamente uma mensagem já formatada. Nesse sentido, também a visão dos *media* como *watchdog* dos poderosos se transforma numa quimera, apenas actuante nas poucas situações em que os *primary definers* não actuam concertadamente.

O modelo interpretativo do papel dos media e das suas articulações com o poder, associado aos modelos metodológicos utilizados (etnologia e linguagem) são uma das vertentes actuais dos *cultural studies*, que para além de terem alargado o enfoque das suas linhas de análise foram ainda adoptados por vários grupos de estudo do mundo anglo-saxónico. Autores como Kellner (2002) defendem que o ambiente criado pela era dos media globais e das novas tecnologias implica uma nova abordagem à política económica das novas indústrias culturais globalizadas, bem como aos efeitos produzidos sobre as audiências em consequência do consumo massivo dos novos media e pelos inúmeros artefactos perecíveis que inundam os mercados. Defende este teórico que o conceito de indústrias culturais deve ser retomado como

³ Estando ou não de acordo com os sistemas de análise proposto por Hall, conceptualmente *primary definers* e *secondary definers* acabam por ser adoptados na linguagem dos teóricos e mesmo de profissionais, na medida em que os primeiros se adequam claramente às fontes institucionais de poder com uma comunicação organizada.

metodologia de análise e aplicado sobre as formas actuais de cultura e sociedade. A adequação existe e há uma articulação entre a tecnologia, as indústrias culturais e a situação económica nas sociedades capitalistas contemporâneas. Mattelart e Neveu (2006:100) apesar de apontarem as várias contradições da adaptação *tout court* do modelo à era nova era realçam que: “Neste terreno, a concepção do espaço comunicacional reveste-se de uma dimensão estratégica. A aceleração da industrialização dos *media* proporcionou-lhes novos objectos de investigação, ao mesmo tempo que lhes permitiu alargar a todo o mundo seu domínio”.

A escola de pensamento europeia considerou os conteúdos noticiosos e os seus efeitos partindo de conceptualizações teóricas mais globais e procurou enquadrar os estudos de *mass media* dentro dos arquétipos interpretativos estabelecidos. Mais recentemente houve uma preocupação mais acentuada de direccionar os ângulos de análise, mantendo a semiologia como base metodológica, mas recuperando outras técnicas de investigação, que revelam uma maior segmentação dos campos abordados. Da mesma maneira, correntes que inicialmente partiram de uma base estrutural tendem agora a ser recuperados em função dos novos desafios colocados pela globalização da informação.

A experiência como ponto de partida metodológico

Do outro lado do Atlântico, a *praxis* foi o mote para as primeiras publicações relativas à produção noticiosa. Justamente porque a história do jornalismo americano se faz por um percurso diferente do francês e do alemão, os efeitos da industrialização fizeram-se sentir muito mais precocemente, com excepção do período da I Guerra Mundial, em que a colagem da propaganda também se fez sentir sobre os jornais. Daí que o retomar da dimensão informativa tenha levado a que o cerne dos estudos iniciais se colocasse ou na perspectiva do profissional ou nas condicionantes da empresa, mas também sobre a actividade dos jornalistas. Tratam-se de dois estudos de caso com um campo muito delimitado e metodologias

incipientes, mas que de alguma forma aponta a linha de investigação seguida pelos investigadores dos Estados Unidos e Canadá.

O primeiro dos estudos usa uma metáfora a partir do trabalho de um sociólogo – Kurt Lewin – e com base na imagem de que as notícias circulam por canais, enunciando pela primeira vez o conceito de *gatekeeping*: as notícias circulariam por canais e nesse percurso haveria *gates*, onde grupos de pessoas decidiriam da sua passagem ou rejeição – os *gatekeepers*.

David Manning White é o autor *The 'Gatekeeper: A Case Study in the Selection of the News*, datado de 1950. O campo é definido pela actividade de um jornalista médio, num jornal de mediana importância norte-americano, de uma pequena cidade de província, nos anos 50. Durante uma semana, o jornalista editor de política nacional, designado «Gates» apontou num caderno quais as notícias que rejeitou. Esta selecção foi feita a partir dos telexes enviados pelas principais agências nacionais, sendo já este o resultado de uma escolha prévia. O autor defende que uma grande dose de subjectividade é base deste processo, onde as convicções pessoais do jornalista desempenham um papel central, bem como as condicionantes do espaço de impressão e o *deadline* a cumprir e conclui que: “It’s only when we study the reasons given by Mr.Gates for rejecting almost nine-tenths of the wiry copy (in the his search for the one-tenth for which he has space) that we begin to understand how highly subjective, how reliant on upon value-judgements based on the gatekeeper’s own set of experiences, attitudes and expectations the communication of ‘news’ really is” (WHITE, 1950:68).

Pela metodologia adoptada, é fácil perceber que o estudo foi muito limitado e procurou aventar uma explicação apenas a partir de quem faz a notícia, o jornalista. Foi rapidamente ultrapassada por trabalhos posteriores mais completos e mais complexos, mas vale pela primeira enunciação: a notícia pressupõe escolhas e vários níveis de selecção e nesse percurso aplica-se uma grande dose de subjectividade. A actualidade conceptual é demonstrada pelo facto de este ser sistematicamente utilizado pelos teóricos, mas também pelo reequacionamento que sofreu. Pamela Shoemaker defende que o processo de *gatekeeping* é complexo e deve ser inserido no modelo de trabalho de cada organização jornalística pelo que não deve ser visto

exclusivamente como o produto de uma atitude pessoal: "The individual gatekeeper has likes and dislikes, ideas about the nature of his or her job, ways of thinking about a problem, preferred decision-making strategies, and values that impinge on the decision to reject or select (and shape) a message. But the gatekeeper is not totally free to follow a personal whim: he or she must operate within the constraints of communication routines to do things this way or that" (1991:75). Trata-se, numa forma actualizada, de um dos aspectos centrais da actividade noticiosa e, como tal, um dos pontos mais polémicos de que ela se reveste.

O segundo estudo deu origem à chamada teoria organizacional e data também da década de 50. Aqui, mais uma vez a explicação para o processo jornalístico parte de quem faz a notícia, mas com outro enquadramento mais complexo. Warren Breed é o autor de *Social Control in the Newsroom: a Functional Analysis*, onde defende que o produto jornalístico está directamente dependente dos constrangimentos do meio. Segundo ele, o jornal tem uma orientação política. Isto não significa uma política editorial, mas sim a associação dos interesses da empresa a determinados grupos, económicos, partidários, cívicos etc. Reportava-se, obviamente, ao panorama dos media americanos, onde sempre vigorou o princípio liberal. Por outro lado, Breed assentou a sua teoria também no facto de a empresa jornalística estar dividida segundo estratos laborais, com objectivos diferentes: as chefias da redacção – vistas como defensores da política da empresa – e do outro, os repórteres, com uma consciência mais liberal e independente. Ao contrário do estudo anterior, para Breed as crenças pessoais não têm qualquer interferência na actividade do jornalista, uma vez que ele é re-socializado pelo microcosmos que é a redacção e que este processo passa a ser dominante, através de um jogo de recompensa/punição, num mecanismo de controlo que se vai processando através do tempo. Numa outra instância, este trabalho defende que o jornalismo é um negócio mantido pela publicidade e que é esta que dita, em última análise, os conteúdos noticiosos, que são submetidos à sua lógica.

Apesar das limitações metodológicas e da dimensão da análise, também este trabalho a partir das observações realizadas e das constatações feitas foi

pioneiro na enunciação de alguns dos aspectos que ainda hoje são usados nas teorias que conferem um enquadramento essencialmente organizacional aos seus sistemas explicativos. Desde logo a ideia do efeito de socialização inerente à entrada para uma nova redacção, uma vez que cada órgão de comunicação social tem estruturas organizativas próprias. Por outro lado, a defesa de que este grupo partilha de valores profissionais próprios, onde a actividade noticiosa se situa num lugar central. O reconhecimento de uma certa dose de individualismo no processo de recolha da informação, bem como a ideia das rotinas são também contributos importantes presentes no trabalho de Breed.

Actualmente alguns dos defensores desta teoria procuram desenvolver estudo com base noutras linhas de investigação, que se prendem sobretudo com a dimensão e estrutura organizacional das empresas. Soloski é um dos autores que põem a ênfase entre dois aspectos centrais da produção noticiosa, em que a vertente do trabalho individual dos jornalistas é contrabalançada pelas políticas informativas estruturadas pelas empresas de maneira a minimizar conflitos e também limitar o raio de acção autónomo: “The organizational nature of news is determined by the interplay between the trans-organizational control mechanism represented by news professionalism and the intra-organizational control mechanisms represented by news policy. Together these control mechanisms help to establish boundaries for the professional behaviour of journalists” (1989: 318). Isto não significa uma visão negativa desta interacção, sendo que o autor não vê estes limites da política editorial como excessivamente rígidos defendendo que se constituem, pelo contrário, como uma estrutura condutora da acção profissional.

A oposição entre trabalho e poder é destacada por Gans no enquadramento organizacional de que reveste a sua análise, particularmente dos *media* impressos. A capacidade decisória é detida por pessoas externas à redacção (executivos) que se pautam por alguns aspectos fundamentais de defesa dos interesses das empresas: o orçamento; as decisões editoriais que se prendem com interesses particulares (artigos sobre accionistas ou sobre aspectos específicos da gestão); regulações preventivas sobre a política

editorial (forma de fazer a cobertura de dados acontecimentos, como ataques terroristas); a participação periódica na selecção noticiosa através de acordo com as chefias redactoriais. A este topo na hierarquia do poder seguem-se os chefes de redacção e abaixo deles os editores, que pela sua capacidade decisória estão delimitados pelas directivas que lhes são impostas pelos executivos, mas que pela sua formação de jornalistas, se encontram frequentemente no meio de um conflito de interesses, uma vez que também tendem a ver os diferendos do ponto de vista dos seus jornalistas. Quanto a este grupo, a sua actividade, particularmente a validação noticiosa, é entendida como independente dos interesses estratégicos definidos pela organização onde se inserem, embora em última análise estes acabem por estar presentes.

Para Gans ainda que exista uma oposição de interesses estes diluem-se em função do imperativo fundamental que é a hora do fecho: “Ultimately the divisions of power in news organization are overshadowed and the divisions of labour determined, by the deadline. That deadline furthermore, leads to story selection and production processes that become routinized and remain virtually unchanged over the years – which is one reason that journalists describe their organizations as assembly lines” (2004:109). De facto, para o autor é justamente esta imutabilidade que constitui a principal debilidade do processo noticioso, porque o conservadorismo da estrutura vai tender a condicionar um dos aspectos fundamentais das rotinas, que é a recolha de informação, onde se privilegia o uso de fontes institucionais em detrimento das outras, pela tradição, mas também pelo factor da especialização informativa.

A dimensão organizacional como modelo analítico é igualmente adoptada por Gaye Tuchmann, (1980) defendendo esta autora que é esse padrão que determina o processo de *framing* noticioso. Isto é, a moldura ou estrutura pela qual as formas de construir a informação nos dão uma dada imagem da realidade. Para a autora existe um imperativo em função da qual todo o sistema é montado que, em última análise determina toda a actividade – o tempo. Independentemente da importância dos vários sectores que constituem a organização ou mesmo as rotinas, tudo se conjuga de forma a

cumprir o prazo do fecho. Todos os dias têm de transmitir notícias sobre acontecimentos que podem ocorrer a qualquer hora e em qualquer lugar. É da natureza do valor-notícia esse factor aleatório, pelo que o desafio diário consiste em controlar o inesperado em termos de tempo e de espaço. Como não é organizativamente possível ter uma rede de jornalistas em todos os sítios a toda a hora, esta fragilidade tem de ser superada por duas coordenadas: a ordem no espaço e a ordem no tempo.

Quanto ao primeiro Tuchmann define três estratégias possíveis:

- A territorialidade geográfica, que consiste na criação de uma rede de jornalistas que assegura a recolha de notícias num dado espaço, sendo tanto mais complexa quanto é poderosa a empresa. Apesar disso ninguém consegue ter uma cobertura absoluta de todo o território, nem mesmo os jornais mais poderosos que conseguem ter correspondentes nas áreas produtoras de notícias. Daí que se verifique sempre a possibilidade de destacar jornalistas para cobrir temas em locais que, à partida, permaneceram fora da rede. De uma maneira geral e de acordo com as lógicas das empresas, as redes de profissionais estendem-se pelas zonas que tradicionalmente fornecem os temas ditados pela agenda e que constituem a maior parte dos conteúdos, e passam pelos pequenos casos fornecidos pela «ronda» até aos enviados especiais que cobrem os grandes acontecimentos internacionais.

- A especialização organizacional constitui uma forma de obter notícias constantes, provenientes de fontes que produzem informação de uma forma sistemática, como o conselho de ministros, a Assembleia da República, a Bolsa de Valores, etc.. Trata-se obviamente da cobertura de temas institucionais e maioritariamente dos agentes políticos, que só se justifica pelo facto desses agentes darem notícia e serem reconhecidos pelos jornalistas e pelas organizações pela validade da sua informação.

- A especialização temática corresponde a um dos elementos definidores do novo jornalismo e obedece à divisão do jornal em secções, em que cada grupo de jornalistas, de acordo com o editor faz informação segundo áreas como a sociedade, a política, o desporto, etc.. Esta estratégia, como já foi apontado, está condicionada pelo poder económico de cada organização. Nos órgãos de informação americanos assume particular evidência a cobertura

feita na Casa Branca. Neste caso, trata-se do topo desta vertente, e liga-se à figura do correspondente como apontam autores como Siegel (1999) ou Golding e Elliott (1999).

Para responder à ordem no tempo as empresas jornalísticas criam uma estrutura temporal própria que é, à partida, definida pelos já mencionados: periodicidade e actualidade. A periodicidade determina que a redacção se organize temporalmente para cobrir um dado período. A rede noticiosa funciona durante um dado tempo, em que os jornalistas vão fazer a cobertura das notícias de acordo com o esquema espacial anterior. Mas para além das rotinas processuais, a notícia impõem-se pelo critério de actualidade. Daí, que o produto deste processo seja marcado pelo facto e não pela análise. Portanto a organização do tempo determina também a estruturação da notícia. Portanto o factor tempo integra ou afecta o processo de escolha da notícia, o *gatekeeping*, e tal como apontou White, um dado tema pode deixar de ser seleccionado devido à hora do fecho, da mesma maneira que pode condicionar o tratamento da informação obtida.

Ao pôr a tónica na dimensão espaço-temporal Tuchmann não exclui outros aspectos importantes definidores da actividade noticiosa, mas defende que estes reflectem as estruturas existentes - através da pressão dos valores que influem do ponto de vista externo -, mas, também as redesenha. Esta dupla vertente é garantida: “Through its arrangement of time and space as intertwined social phenomena, the news organization disperses a news net. By identifying centralized sources of information as legitimated social institutions, news organizations and newswriters wed themselves to specific beats and bureaus. Those sites are then objectified as the appropriate sites at which information should be gathered. Additionally, those sites of news gathering are objectified as legitimate and legitimating sources of both information and governance” (1980:210).

A importância da articulação da organização jornalística e os procedimentos profissionais não é contudo aceite por outro tipo de aproximações teóricas, nomeadamente as que põem a tónica sobre os conteúdos ou sobre os efeitos que estes têm sobre os públicos. Estes estudos tendem a ver os media como instrumentalizados e ao serviço de uma ideologia

de poder externa às lógicas anteriormente apontadas. Uma parte dessas concepções tem uma tradição marxista e ganha particular evidência com Chomsky e Herman (1999), autores que defendem que o jornalismo ocidental é uma máquina de propaganda ao serviço do capital. Este ponto de vista baseia-se na concepção de que os *media* americanos sustentam a manutenção de uma reprovável exploração dos países do Terceiro Mundo pelos Estados Unidos, vendo-os como instrumento dessa dominação. Nesta teoria explicativa o papel do jornalista enquanto informador independente é cilindrado pelos interesses da empresa jornalística. Estes determinam o conteúdo das notícias, na medida em que são os interesses capitalistas que ditam aos jornalistas e directores o que escrever ou difundir nos órgãos de informação, as empresas pertencem a grupos económicos poderosos e também dependem em larga escala dos anunciantes.

A dependência assim estabelecida prefigura os temas tratados pelos diferentes meios noticiosos – agendamento - e leva a que sejam sempre os mesmos: “(...) Apenas um conjunto de assuntos ou factos é posto à disposição da população em geral, e, quer por censura tácita ou oficial, a condição de diversidade significativa não é satisfeita. Ou, se os temas, factos e perspectivas que se desviam da perspectiva geral estão confinados aos limites dos *media* e não chegam ao grosso da população, o resultado é o que pode ser chamado de diversidade sem sentido ou ‘marginalizada’” (HERMAN, 1993:214). A prevalência deste modelo é garantida pelo que os autores denominam como cinco filtros que estruturam o modelo de propaganda: a estrutura da propriedade, a busca do lucro, a dependência das fontes governamentais e empresariais, as acções punitivas dos poderosos e a ideologia anti-comunista dominante dos jornalistas americanos.

Para estes autores, os *media* americanos articulam-se através de um «*propaganda framework*», que funciona com base na agenda das instituições governamentais. Ao fazer a cobertura dos acontecimentos propostos por esse agendamento, os jornalistas mobilizam e sensibilizam a opinião pública para o temário das autoridades, enfatizando determinados aspectos noticiosos se eles são negativos para países inimigos e desvalorizando-os tratando-se de nações amigas: não há concorrência em termos de promotores de notícias,

pelo que, o campo dos *media* é uma arena fechada, sem que os jornalistas possam fazer nada para o evitar: “The elite domination of the media and marginalization of dissidents that results from the operation of these filters occurs so naturally that media news people, frequently operating with complete integrity and goodwill, are able to convince themselves that they choose and interpret the news ‘objectively’ and on the bases of professional news values” (HERMAN; CHOMSKY, 1999:167). Portanto, ainda que não deliberadamente, os jornalistas inserem-se num sistema censório que promove uma distorção efectiva da realidade.

Esta perspectiva da existência de uma instrumentalização dos *media* de maneira a manter o modelo ideológico dominante é defendida por diferentes metodologias de análise: neste caso os autores estabelecem uma correlação entre os conteúdos e a estrutura da propriedade. Já Hall preconizou um processo de análise diferente em que apesar de as apreciações finais não serem divergentes, os jornalistas não correspondem a esta imagem de submissão aqui apresentada, mas pondo a tónica nas estruturas narrativas e no papel ocupado pelos «*primary definers*» nas rotinas, como aliás outros estudos que dão particular relevância à função determinante das fontes institucionais no processo noticioso.

Outra dos ângulos de análise adoptado neste tipo de enquadramento prende-se com uma dicotomia que assenta sobre a existência de uma ideologia profissional, entendida como uma prática que tem como base um *ethos* profissional - onde se articulam um conjunto de valores, mas também de procedimentos inerentes ao exercício informativo -, e , por oposição, uma ideologia política que transparece dos conteúdos noticiosos, em função das opções ou engajamentos de quem os produz. Tal concepção é defendida na obra *The Media Elite*⁴ onde os jornalistas são apresentados como uma classe com objectivos ideológicos próprios que escamoteiam a realidade para melhor servir os seus propósitos anti-capitalistas, partindo da generalização de que a maioria destes profissionais se insere num figurino liberal, na concepção americana do termo.

⁴ EFRON; LICHTER; ROTHMAN; LICHTER, 1986

Estas várias abordagens podem ser entendidas como estudos de parcialidade, na perspectiva de Hackett, (1993) que aponta esta metodologia a partir da precisão de vários conceitos operativos, mas onde a questão central é a da oposição de parcialidade/objectividade. A partir desta enunciação as noções de falta de equilíbrio e distorção configuram-se como duas das formas passíveis de serem usadas pelos jornalistas, que levam a que as notícias sejam imbuídas de valorizações que lhes retiram a neutralidade que deveria caracterizá-las. Contudo, e como é apontado no estudo, globalmente os meios de informação procuram fazer a cobertura numa perspectiva de equilíbrio, dando voz às várias partes e com mais razão de ser nas matérias políticas. Esta é uma das quantificações possíveis em vários estudos de caso, onde se procura determinar o comportamento dos *media* em relação aos vários candidatos, através dos espaços que lhes são atribuídos.

Uma das deficiências dos primeiros trabalhos realizados sobre a problemática do jornalismo reside no facto de tenderem a valorizar um determinado ângulo de análise e ignorar outros aspectos igualmente pertinentes. Seria sobretudo a partir dos anos 70, que uma nova corrente de pensamento veio colocar no centro do debate a necessidade de se estabelecerem novas metodologias, que permitissem outro tipo de articulações e que tivessem em consideração vários níveis de influência sobre o campo noticioso. Sem excluir o legado das investigações anteriores, os novos estudos utilizaram concepções de investigação inovadoras. Estas passaram pelo recurso ao modelo usado pelos antropologistas, partindo da ideia de uma observação participada, igualmente utilizada pela sociologia, nomeadamente das teorias da comunicação.

“A abordagem etnográfica, ao contrário de outras abordagens centradas no produto dos *mass media*, permite a observação teoricamente orientada, das práticas sociais efectivas que dão lugar à produção cultural” (SCHLESINGER, 1978:31).⁵ Assim as novas investigações passaram pela observação das rotinas dos profissionais e dos imperativos de trabalho, a organização da empresa, os comportamentos face a distintas situações etc.. Esta observação etnometodológica permitiu apontar alguns aspectos fulcrais

⁵ Cit. por WOLF, 2006

neste modelo teórico e que se centram na dimensão transorganizacional das empresas e na importância desempenhada pelas rotinas. Em relação ao primeiro aspecto, os estudos foram de encontro à concepção enunciada por White em relação ao processo de ressocialização sofrido pelos jornalistas ao integrarem uma nova empresa: a imitação das rotinas e os constrangimentos de cada meio, cabendo contudo espaço para a iniciativa individual.

A nova metodologia permitiu igualmente constatar a grande importância das rotinas no processo de produção. Entendidas como rituais adquiridos de maneira a facilitar o trabalho, permitem obedecer aos timings de fecho, por outro lado, ao fluxo constante de notícias, através da rede de fontes. As rotinas são variáveis de um órgão de comunicação para outro, o que implica, a verificarem-se mudanças de empregador, que o jornalista tenha de refazer o seu processo de socialização. A maior ou menor influência destes procedimentos torna um meio mais flexível que outro, o que pode trazer vantagens e desvantagens.

Para esta escola de pensamento não há uma distinção clara entre a realidade e os *media* que reflectem essa mesma realidade. Shoemaker e Reese, como exemplo desta ideia defendem que cada fonte reflecte uma realidade social parcial. Os jornalistas têm apenas acesso a um universo limitado de fontes e não à sua totalidade e daí que: “All these assessments of social reality are social constructions, and, therefore, each is subjective in its own way” (1996:39). Daí que defendam que a linguagem neutral é impossível, uma vez que ela é igualmente elemento de múltiplas interações e do factor de socialização, como assinala Schudson: “The news, then, is produced by people who operate often unwittingly, within a cultural system, a reservoir of stored cultural meanings, and patterns of discourse” (2003:14). Asseguram ainda que no processo de construção da notícia, os *media* fazem uma inevitável estruturação dos acontecimentos. Esta depende, ainda para Schudson no papel desempenhado pela informação: “(...) News as a form of culture incorporates assumptions about what matters, what makes sense what time and place we live in, what range of considerations we should take seriously” (*idem, ibidem*).

Para este sociólogo este produto cultural resulta de três campos de interacção - acção pessoal, acção social, acção cultural - e a delimitação destes campos e das interacções que se verificam entre eles correspondem a um modelo de análise global aplicável ao estudo de qualquer sistema de produção de notícias. Defende ainda que o jornalismo é uma criação histórica que não é facilmente transmissível para outras culturas e que não permanece imutável, enquanto o resto do mundo se altera: “What reporters report on, how they report, what they aim for, and how they go about their work vary from one era to another. But some features of reporting, bequeathed on contemporary journalists (...) still shape the world of reporters and the world of the rest of us who read and listen to the news. (*idem*:95) Vários outros autores partilham desta ideia da existência de múltiplos níveis, em que se desenvolvem várias interacções, como Shoemaker e Reese, embora com uma abordagem mais complexa.

Esta nova abordagem da produção noticiosa, dentro destes enquadramentos de interacção leva a que ela seja entendida dentro de uma dimensão cultural, onde se inserem os profissionais. Esta é comum ao público a quem se dirigem e por isso tendem a transformar os acontecimentos, que à partida são distantes ou aleatórios (fora do comum), em produtos inteligíveis. Isto através de um conjunto de regras narrativas onde se incluem formas específicas de discurso, como a pirâmide invertida, mas também a resposta às cinco questões iniciais a que devem responder as peças jornalísticas, passando ainda pelos processos de hierarquização da informação ou pelo ângulo ou engodo que vai chamar a atenção de quem a consome. Estes processos são ainda complementados pela utilização de determinados meios narrativos, que permitem uma projecção mais imediata de aspectos que se procuram contextualizar ou enfatizar. Daí que se defenda que a linguagem neutral é impossível, sem que isso signifique que o discurso das notícias implique deliberadamente uma distorção.

As abordagens construtivistas desempenham um papel fundamental da investigação sobre a produção noticiosa, tendo em conta os seus diferentes níveis sociais e onde os vários condicionalismos se constituíram como metodologia de análise: o papel das rotinas, a relação com as fontes, a

organização empresarial ou a existência de uma cultura profissional própria. Algumas dessas pesquisas vão de encontro a outro dos modelos de reflexão da escola americana que se prende com os impactos que os meios de informação detêm sobre as audiências e os vários campos a que estão ligados. Como pano de fundo destes estudos de caso estão igualmente presentes as preocupações em relação à permeabilidade dos media face aos centros de poder, nomeadamente pelo tipo de relações que estabelecem com as fontes.

O facto de os meios de comunicação sistematicamente seleccionarem ou excluïrem informação, atribuindo-lhe uma determinada valoração levou a que se estabelecesse a noção de agendamento. Ela pressupõe uma escolha dos temas a noticiar organizados segundo uma ordem decrescente. É com base neste conceito que surge, também na década de 70, um novo estudo que deu origem a um novo conjunto de abordagens – *agenda-setting* – onde se estabelecem três campos e a relação entre eles: agenda política, agenda mediática e agenda pública. Da autoria de McCombs e Shaw (2000), a incidência da pesquisa fez-se sobre o relacionamento entre o agendamento dos *media* na cobertura de uma campanha eleitoral e os temas debatidos pelo público. A partir de um inquérito limitado, os autores defendem que é o conjunto de notícias e a forma como elas são destacadas que determinam que elas sejam incorporadas pelas audiências. E a razão deste fenómeno deve-se ao facto de os meios de informação serem, na maioria dos casos, a única forma de acesso que as pessoas têm em relação às temáticas políticas. Tendo consciência da parcialidade do seu estudo, as enunciações conceptuais permitiram contudo partir para uma outra perspetivação das articulações da produção noticiosa a montante e a jusante. Daí que se tenham estabelecido novas metodologias com base na agenda política governamental, na agenda mediática e agenda pública.

A relação entre estes três campos é um dos aspectos mais polémicos dos estudos quanto às notícias e seus efeitos, na medida em que no cerne da questão se coloca a capacidade de influência que as fontes governamentais têm de fazer para que os seus acontecimentos sejam adoptados pelos meios de comunicação social. Já aqui foi enunciado o conceito de *primary definers* e na forma como estes agentes formatavam a informação inicial. Molotch e

Lester preferem um novo conceito – *promoter*, entendido como: “we merely mean that an actor, in attending to an occurrence, helps to make that occurrence available to still others.” Assim, os autores identificam três tipos de agentes: aqueles que promovem determinado tipo de ocorrências, obedecendo a determinados métodos como conferências de imprensa, press releases, etc., - *news promoters*; os que reúnem informação - *news assemblers* - de acordo com os seus critérios de noticiabilidade, seja na forma individual, seja pela organização das empresas jornalísticas, igualmente com procedimentos específicos e com o objectivo da publicação/edição; o terceiro grupo - *news consumers* - acede a uma informação construída e portanto truncada, porque foi filtrada pelos agentes anteriores.

As interações que se estabelecem entre estes diferentes níveis de actores estabelecem-se porque, segundo os autores: “Everybody needs news. In everyday life, news tells us what we do not experience directly and thus renders otherwise remote happenings observable and meaningful (1999:37). Esta necessidade leva a que se estabeleça uma dependência por parte da agenda mediática em relação aos agentes governamentais – ou num sentido mais amplo, institucionais –, na medida em que estes se constituem como um recurso informativo seguro pela fiabilidade de que se revestem, mas também, graças à sua proeminência, pelo valor-notícia que detêm, mas ainda pelo facto de promoverem um fluxo sistemático de acontecimentos. Contudo, este estudo coloca o centro do debate em dois aspectos fulcrais: em que medida esta dinâmica assim estabelecida põe em causa a independência informativa e, por outro lado, a capacidade que o poder tem de pressionar os agentes informativos, seja ela subtil ou directa. Em última análise isto leva a que as notícias transmitam uma realidade e não outra e é essa a que o público consome como os acontecimentos relevantes de cada dia.

A articulação entre os media e as suas fontes é um dos tópicos mais debatidos neste tipo de estudos. A dependência existe e as formas de institucionalização da comunicação por parte dos *news promoters* adquiriram uma eficácia notável, não só pelos recursos utilizados que se tornaram cada vez mais sofisticados, mas também por outro tipo de estratégias adoptadas, como os *timings* de colocação da informação, o direccionamento em termos

do órgão noticioso e os jogos de recompensa/punição utilizados. Daí que a maioria dos autores que direccionam os seus estudos sobre as estruturas organizativas – Gans, Soloski, Tuchmann, entre outros – tendem a defender a preponderância deste tipo de temário - agenda política governamental -, em função da necessidade que assim se estabelece.

Muito recentemente, também um estudo de caso em relação aos principais diários portugueses aponta neste sentido. Vasco Ribeiro (2007) constatou que cerca de 60% do noticiário produzido tem como base fontes institucionais, directa ou indirectamente, sendo a iniciativa jornalística responsável pelo restante. Para além deste aspecto relevante em termos de demonstração da dependência estabelecida entre o meio jornalístico e as fontes, a análise aponta ainda para a grande preponderância das fontes governamentais na informação política, pelo que a imprensa portuguesa parece ter, também aqui, adoptado as mesmas dinâmicas estabelecidas nos demais media do mundo ocidental.

Por último e também apenas a título de referência, este género de abordagens está igualmente ligada a uma campo muito específico da análise de conteúdos e que se centra particularmente nos estudos do noticiário político, onde as abordagens metodológicas são múltiplas e podem ir desde os modelos de linguagem a tratamentos quantitativos, passando, obviamente, pelo enfoque nas fontes.

Ainda uma observação face a esta sumária identificação de algumas das linhas de estudo adoptadas face à problemática do campo noticioso. Como se constata, as metodologias e os campos são muito diversificados e exclusivos pelo que a perspectiva de Macquail quanto aos modelos por ele enunciados tem aqui razão de ser: “A discussão destes diferentes modelos mostra a falta de adequação de qualquer conceito ou definição simples da comunicação de massas, que assente em demasia no que parecem ser as características intrínsecas ou tendências de tecnologia de reprodução e da disseminação múltiplas” (2003:5). Face ao campo escolhido – as primeiras páginas dos diários portugueses e o valor-notícia – a abordagem teórica teve necessariamente um enquadramento organizacional.

Não significa isto que a própria evolução dos jornais estudados não remeta para outro tipo de considerações, que ainda que fora do âmbito definido, não deixam de se constituir como um pano de fundo difuso onde se insere o destino da imprensa. Daí que alguns dos estudos mais recentes acabem por traduzir a complexidade do momento actual e que os autores reequacionem os conceitos operativos tradicionais, em função dos desafios impostos pelas novas tecnologias e pela globalização mediática. Assim, apontar determinados tipos de *media* como geradores de novas esferas públicas ou segmentação de sub-espacos de debate e reflexão parece ser cada dia mais pertinente. Seja pela eclosão da blogosfera, seja por um novo espaço para a informação local – ainda que a preponderância seja no online – parece prefigurar-se uma tendência que é claramente oposta à dominante. Cabe aqui referir o efeito de dicotomia apontado por Bauman: “Globalization cuts both ways. Not only valorize the local in a cultural sense, it constructs the local as the tribal. Processes of geopolitical fragmentation give those in power even more room to manoeuvre. Glocalization involves reallocation of poverty and stigma from above without even the residual responsibility of *noblesse oblige*” (1998:1). Sem adoptar a visão catastrofista do autor, a pertinência destas duas oposições faz sentido, não só pelos dois universos sociológicos apontados, mas também no sentido em que os conteúdos informativos e quem a eles acede são o espelho desta divisão. Aqui são os utensílios culturais e tecnológicos que constituem a diferença e permitem ou não o acesso a formas multifacetadas de conhecimento.

Por outro lado, quer a mobilidade demográfica provocada pela globalização, quer as novas formas de organização social, quer as reconfigurações dos padrões culturais – com enfoque para aqueles anteriormente entendidos como marginais ou periféricos – recolocam os *cultural studies* no centro de uma re-conceptualização, não só do ponto de vista antropológico, mas também dos processos de criação intelectual que acarretam. Voltando à ideia de Lazarsfeld, um momento de revolução tecnológica – embora não se esgote aí – produz novos desafios em termos de produção noticiosa e os media, mas particularmente a imprensa, encontram-se numa fase de profundas transformações.

1 - Os diários portugueses e a difícil modernização

O desenvolvimento da imprensa portuguesa foi condicionado por vários factores. O processo de renovação foi sistematicamente adiado pelas medidas repressivas da ditadura – a actividade censória e os efeitos da retaliação –, mas também pelas circunstâncias de pobreza e analfabetismo que caracterizavam a população. A manutenção destas principais linhas de força, enquanto elementos fundamentais do regime, impediu que as empresas de imprensa, de tradição familiar, promovessem as transformações necessárias para tornarem mais atractivas as suas publicações.

Este enquadramento afectou globalmente o sector da comunicação social e o facto de não se registarem melhorias nas publicações deve-se também às debilidades dos demais *media*: a rádio não constituiu um factor concorrencial agressivo por estar sujeita às mesmas limitações, e a televisão surgiu muito tardiamente e com poucas horas de emissão⁶. O mesmo é válido para a competição entre os diferentes jornais, genericamente afectados pelo condicionamento informativo, o que de alguma forma promoveu o adormecimento de eventuais efeitos de concorrência. Não significa isto que os jornais tivessem linhas editoriais similares: os títulos tinham feito, ao longo do seu percurso, a fidelização de públicos e o seu figurino noticioso, que apesar de restringido, acabou por gerar sistemas de identificação com os seus leitores.

⁶ Os meios audiovisuais portugueses, a saber a rádio e a televisão, contribuíram em larga escala para a sustentação do regime na medida em que eram maioritariamente propriedade do Estado. Os conteúdos informativos foram, portanto, não só condicionados pela censura, como também instrumentalizados no sentido da manutenção da ordem vigente. A televisão portuguesa instituiu-se como um projecto de televisão estatal, à imagem, aliás, da grande maioria das televisões europeias. Mas, ao contrário do que se verificou nas democracias europeias, a Rádio Televisão Portuguesa surgiu bastante tarde e a sua vertente noticiosa, justamente por ser tão controlada, não se traduziu num verdadeiro desafio concorrencial para a imprensa escrita.

A rádio portuguesa apresentava já características distintas. Apesar de ser maioritariamente estatal, havia excepções. As emissões de rádio foram regulamentadas pela ditadura a partir da década de 40 e com a criação da Emissora Nacional: “A E.N. assumiu-se pois desde o seu início como “instrumento político” e de “propaganda”, sem disfarces nem equívocos. O seu estatuto autoritário de rádio oficial fez dela, sem complexos nem tibiezas, o modelo de emissora “situacionista” (CÂMARA,1985:37). Apesar do predomínio da rádio estatal, o panorama radiofónico era ainda constituído pela Rádio Renascença, que pertencia à Igreja e não constituiu uma ameaça ao esquema montado pelo regime.

A falta de uma informação alternativa levou a que quase durante toda a ditadura os jornais não sentissem a necessidade da mudança. Só em circunstâncias mais particulares, aquando dos momentos mais decisivos, se registava um tratamento mais dinâmico dos temas noticiosos. Esses momentos são os que marcam a história do país e dos grandes acontecimentos internacionais: as eleições, a guerra, o armistício ou os actos oficiais. Mas a inclusão destas matérias era sempre grandemente condicionada. Um facto naturalmente noticiável foi a guerra colonial, mas foi igualmente um dos aspectos mais difíceis de informar, porque a censura se mostrou particularmente actuante neste campo. No tratamento das matérias relativas ao Estado, a diferença entre os vários títulos fazia-se sentir segundo se optava por uma apologia que colava a publicação ao regime ou se enveredava pela independência possível, isto é, noticiar, dar relevo, mas sem adoptar o tom elogioso. Espartilhados dentro desta apertada vigilância, a noção de isenção e objectividade tão defendida pelo *ethos* jornalístico, era remetida para um horizonte distante, quase impossível de atingir.

Em condições de apertada censura, a tendência foi para uma acomodação a regras que limitavam muito a actividade informativa. As redacções converteram-se em espaços muito burocratizados onde imperava a rotina e se dava pouco azo à iniciativa pessoal. Nesse sentido, os jornais tornaram-se meios onde pontificava sobretudo a figura do redactor. O espaço de impressão que era bastante menor que o actual, era em grande parte ocupado com informação via telex, informação essa que já vinha truncada. O jornalista redigia a notícia a partir de um texto já condicionado. Por outro lado, não se deu, durante muito tempo, relevo à reportagem. Poucos eram os temas assim tratados. Muita dos acontecimentos chegados à redacção eram transmitidos via telefone. Tudo isto contribuía para o tom monocórdico e cinzento que caracterizou o jornalismo português até ao final da década de 60 do século XX e inícios da seguinte.

A partir de então e tendencialmente, as empresas mudaram de mãos e as novas gestões imprimiram um novo impulso à forma de fazer jornais. Essa transformação registou-se no formato – o grafismo torna-se mais apelativo, devido, sobretudo, ao uso da cor e, em menor grau, da diversidade – mas

também em termos de conteúdo. Apesar da permanência das imposições da censura, alguns títulos foram capazes de criar noticiários mais atractivos e de conquistar novos públicos. A reportagem e variedade dos temas, tratados num tom mais apelativo, tornaram os diários produtos mais consumíveis, particularmente para as populações urbanas mais jovens. O aumento da procura traduziu-se na subida das tiragens e as empresas jornalísticas passaram a ser encaradas segundo uma nova perspectiva de negócio. Esta transformação fez-se igualmente através da renovação das redacções: contrataram-se novos quadros, com melhor formação académica. Aliada a este novo movimento da imprensa, desenvolveu-se também um novo posicionamento dos profissionais face às condições de trabalho – liberdade de expressão, questões éticas, mas também reivindicações laborais – que ia de encontro à nova conjuntura política iniciada com a «primavera marcelista». A década de 70 parecia corresponder ao momento de viragem na história do jornalismo português que o colocaria a par dos efeitos da modernização registados na imprensa internacional. Os jornais inseriram-se em grandes grupos económicos, ainda que não tradicionalmente ligados ao sector, que tinham as potencialidades para assegurar, em termos de investimento e de novas concepções de gestão, o caminho da renovação que tinha sido adiado durante tanto tempo.

1.1 – A actuação da censura: a submissão da imprensa e o condicionamento da opinião pública

O golpe militar de 1926 e a ditadura condicionaram o desenvolvimento da imprensa portuguesa por uma multiplicidade de factores. Desde logo, os militares impuseram um sistema repressivo que condicionou as matérias impressas. Apesar disso, houve a preocupação de assegurar a liberdade de opinião expressa pelos jornais. Essa intenção entrava em contradição com a acção limitadora exercida sobre os jornais depois de 1927, constatável pela inclusão de um selo no cabeçalho no qual se inscrevia «visado pela comissão de censura» (ROSAS; BRITO,1996:140).

A actuação da ditadura militar sobre a imprensa pode ser vista à luz do passado recente da I República. Nesse período, marcado pela forte agitação política, multiplicaram-se os jornais, que, na velha tradição republicana, actuaram como órgãos de propaganda das várias facções políticas, mas também contribuíram para incendiar a opinião pública. Sendo a maioria dos títulos publicações ideológicas, geralmente órgãos de propaganda de organizações políticas, implementaram-se medidas restritivas com o objectivo de impedir que promovessem a agitação popular. Com o cercear dos direitos políticos, com particular destaque para a liberdade de pensamento e expressão, essa riqueza de títulos deu lugar a um panorama muito mais controlado. Foi determinado o fecho das publicações que tinham contribuído para o clima de instabilidade, não como uma medida unicamente a elas dirigida, mas como o resultado da perseguição aos grupos que as apoiavam. Note-se que a existência deste tipo de publicismo já era condicionada pela precariedade das condições de edição; a vida das publicações estava sempre dependente dos mecenas que alimentavam as causas. A ditadura tornou impossível a sua subsistência pela acção persecutória, mas também pelo fim das redes de apoio financeiro. A única possibilidade que restou a alguns títulos foi a opção pela edição na clandestinidade, uma das características que marcou a imprensa e a actividade panfletária de oposição durante todo o período do Estado Novo. Nessas condições, os meios de difusão tornaram-se obviamente muito mais limitados e a sua acção, por oposição à fase anterior, passou a ter um impacto muito escasso.

O regime do Estado Novo deu continuidade ao sistema censório instalado pelos militares, mantendo uma rede de entidades com capacidade para avaliar o que podia ou não ser publicado. Tratava-se da acção de algumas patentes do exército, que agiam isoladamente pelo país, decidindo arbitrariamente sobre os temas e os respectivos cortes. Não havia, portanto, uma acção coordenada destes censores, o que, de alguma forma, contrariava a lógica salazarista, pelo que a situação veio a ser alterada com a centralização dos serviços.

Dentro do enquadramento legislativo da actividade censória devem ser referidos dois momentos distintos: por um lado, a configuração constitucional

e, por outro, a regulamentação avulsa que saiu posteriormente. A Constituição de 1933 contemplava no art. 8º os aspectos relativos à liberdade de pensamento e expressão, entendidos como direitos dos cidadãos, um pouco na tradição da lógica da ditadura militar. Também seguindo a mesma linha contraditória, logo em seguida introduzia um sinal contrário, ao indicar a existência de situações de excepção: “Leis especiais regularão o exercício da liberdade de expressão de pensamento, de ensino, de reunião e associação, devendo, quanto à primeira, impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública, na sua função de força social...”. O texto constitucional consagrava um direito que vigorou durante todo o regime, sendo que o que realmente prevaleceu foi a excepção e não a regra: a censura foi omnipresente, pelo que a lógica da sua actuação se caracterizou linearmente pelo papel preventivo: punia mesmo antes de ser cometida a infracção.

Apesar de não haver o cuidado de elaborar uma lei de imprensa que definisse os limites da liberdade ou regulamentasse os princípios deste serviço, o aspecto doutrinário estipulado constitucionalmente foi complementado pelo Decreto-lei nº 22 469, do mesmo ano. Através dele estabeleceu-se os moldes de funcionamento do regime de censura prévia que se manteve em vigor até à aprovação da Lei de Imprensa de 1972. No seu art. 3º traçavam-se os objectivos da legislação relativa a esta matéria: “impedir a perversão pública na sua função de força social e que deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade”. Mais uma vez, ficava reiterado o princípio preventivo que se assumia como elemento protector de uma opinião pública incapaz de se proteger de eventuais efeitos perversos de uma informação descontrolada, fossem eles ataques aos baluartes do Estado ou se se tratassem de heterodoxias de outra ordem.

Sucessivos diplomas legislativos complementaram o estabelecimento dos meios para montar a estrutura que deveria actuar junto das redacções e outros aspectos específicos em termos de conteúdo e de forma. A acção censória a nível temático abrangia múltiplos aspectos, mas foi muitas vezes,

em função de quem a exercia, bastante contraditória. Não eram permitidas as críticas ao regime político, da mesma maneira que as figuras de Estado eram intocáveis. Todos os factos ou actos que significassem oposição não podiam ser publicados. Também as notícias do estrangeiro eram sujeitas a um apertado controlo. Mas não eram só as questões políticas as visadas, outros aspectos ligados à moral, à religião podiam sofrer os efeitos do lápis azul⁷. O objectivo era moldar o pensamento colectivo, de maneira a torná-lo dócil através do que Cândido de Azevedo (1999) denomina uma “polícia de espírito”. A submissão era conseguida não só pela intencionalidade, mas também pela implementação da teia de proibições e pelo *modus operandi*.

A actuação dos censores, ainda que se pautasse pela lógica preventiva e repressora, foi sempre marcada por uma grande aleatoriedade: “A extrema imprecisão dos limites de actuação da censura – previstos neste artigo que vigoraria até 1972 – está na origem da discricionariedade concedida aos serviços encarregados de a executar e aos órgãos estaduais a que estes estão subordinados” (CARVALHO,1999:45). Na prática, isto significava que a decisão de deixar passar ou cortar determinada notícia ou excerto dela dependia do censor em causa. Esta aleatoriedade permitia a saída de notícias algo surpreendentes, como é o caso de um conjunto de chamadas à primeira página do *Jornal de Notícias* sobre um Partido Comunista europeu ou sobre as homenagens a Aquilino Ribeiro e Torga, em 1963. De sinal contrário reveste-se o tratamento dado por *O Comércio do Porto* a uma notícia sobre a guerra colonial, que desagradou de tal forma ao regime, que o jornal se viu penalizado com uma suspensão. Os testemunhos dos vários jornalistas relativamente a este período salientam, também, a falta de formação intelectual destes agentes. Isto trazia vantagens e inconvenientes: se, muitas vezes, deixavam passar factos que estavam desalinhados com a lógica do regime, outras cortavam por puro desconhecimento e desconfiança.

⁷ Cândido de Azevedo (1999:65) traça um quadro exaustivo das diferentes áreas de actuação sobre as quais podiam incidir os censores: “A este nível, a missão da Censura consistia em silenciar, ocultar, esbater na crueza da sua objectividade e verdade, ou do seu inconformismo e liberdade, todas as notícias, acontecimentos, ideias, críticas e manifestações de liberdade de expressão e criação artística, sob qualquer forma, e independentemente da sua origem (nacional ou internacional), sempre que fossem susceptíveis de pôr em causa a legitimidade do regime e a credibilidade dos seus dirigentes, o de abalar os seus fundamentos políticos, princípios filosóficos, valores religiosos e morais, ou simplesmente fossem consideradas capazes de «desorientar» a opinião pública, ou inconvenientes para a ditadura.”

A aplicação dos desígnios do regime não se fez sentir exclusivamente pela acção arbitrária destes militares. O efeito da sua actuação teve consequências a um segundo nível, nomeadamente pela adaptação das chefias das redacções às regras deste jogo. Os responsáveis editoriais acabaram, também eles, por implementar condicionamentos próprios às provas levadas para avaliação. Isto verificava-se quer nos directores pactuantes com o regime, quer nos “insubmissos”, já que a eventual publicação de textos inconvenientes redundava em atrasos que se traduziam em perdas pecuniárias para os jornais. A impressão quando feita mais tardiamente não só criava descontentamento na tipografia e implicava uma negociação, como podia levar à perda da saída do comboio, o que trazia muitos inconvenientes na distribuição do jornal, não só naquela que dizia respeito às assinaturas, mas também, por exemplo, nos números vendidos – no caso dos títulos portugueses – na capital. A suspensão de publicação implicava reembolsos aos anunciantes e pedidos de desculpa aos leitores, como aconteceu com *O Comércio do Porto*. Mas não foram só as chefias e as administrações a integrar o modelo auto-censor: foram os próprios jornalistas que se adequaram a esta dinâmica e acabaram por se condicionar na sua forma de escrita. Quando os repórteres mais jovens e mais recentemente contratados tentavam escapar a este ciclo, cabia ao director ter uma preocupação mais actuante, como é referido por Manuel Pina em relação a Pacheco de Miranda, director do Jornal de Notícias. Segundo ele, aquele director lia os seus artigos com redobrada atenção, porque temia sempre que eles incluíssem algum excesso que levasse à entrada em acção do lápis azul.

A confluência da actuação da comissão de Censura com a necessidade que os jornais tinham de não serem penalizados fez com que eles se tornassem meios dóceis da mensagem única e da propaganda: “Oliveira Salazar se serviu de la censura para controlar las conciencias de todos los portugueses y dominar su manera de interpretar el mundo. Se trataba de distorsionar su visión de la realidad que la opinión pública formaba a partir de las informaciones de los medios de comunicación para construir una percepción nueva y falsa sobre la estructura política y social del país, que convertía el gobierno en un auténtico Deus ex machina de la “verdad” (PEÑA RODRIGUEZ,

1998:115). Mais uma vez, convém salientar que a medida dessa informação não era uniforme e que alguns títulos tentavam a distância possível, como é, por exemplo, o caso do *Primeiro de Janeiro* que, durante quase toda a sua história do século XX, foi um jornal identificado com a velha guarda republicana.

Ainda que o processo de submissão à censura por parte da imprensa tenda a ser apresentado como um todo uniforme, já aqui se referenciaram duas denominações distintas: censores e Comissão de Censura. Significa isto que a dispersão das diferentes instâncias não estava de acordo com o tom centralizador que caracterizou todas as áreas de acção do regime, mas significa que, também neste campo, se registou um processo de articulação. A reestruturação dos serviços fez-se apesar das divergências internas e culminou com a dependência dos serviços de censura do Secretariado de Propaganda Nacional: “Ao criar o Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), em 1944, Salazar respondia aos apelos de António Sérgio mas aproveitava sobretudo a oportunidade para subordinar numa única estrutura a propaganda e a censura (...)” (GOMES, 2006:66). Com esta medida cumpria-se, uma vez mais, a subordinação ao estilo que pautou a governação de Salazar.

É da história do jornalismo que a plena maturidade da comunicação social só é possível em sociedades democráticas e que é, ela mesma, esteio da cidadania dessas mesmas sociedades. Esta relação estabelece-se ao longo do processo de afirmação dos regimes liberais e ganha força na medida em que os jornais se configuram com o que actualmente é definido como *watchdogs* dos vários poderes em exercício. A capacidade que a comunicação ganha de apontar, noticiar, desvendar as diferentes situações que exigem a sua publicitação permite-lhe estabelecer um elo de fiabilidade com o seu público. Esse elo reforça-se pelo facto de a sua acção diária tornar quem a consome mais atento, mais crítico, mais interveniente. Quer isto dizer que o exercício noticioso em democracia tem um efeito cumulativo, na medida em que o enriquecimento da sociedade se alimenta da melhoria constante dos efeitos de cidadania que os jornais geram. O Estado exerce os seus poderes por via da delegação que lhe é conferida pelo voto e, como tal, não se pode eximir ao escrutínio que é exercido sobre as suas decisões.

Pelo seu lado, a Comunicação Social fugiria à sua missão ancestral se não mantivesse essa função como uma das suas principais metas. Esta ideia que retrata a função ideal dos órgãos de informação na sociedade actual tem a sua génese na Revolução Francesa e acompanha a consolidação dos estados liberais, onde os jornais assumiram um papel determinante no processo de constituição da opinião pública, na concepção de Bentham. A ideia da existência de um pensamento colectivo criado a partir do conteúdo noticioso e capaz de exercer uma acção de vigilância está ainda associada à enunciação de Lord Macaulay ao referir-se aos jornalistas que assistiam aos debates parlamentares: “The gallery in which the reporters sit has become a fourth estate of the realm.” Deve-se ainda acrescentar que os poderes instituídos teriam a capacidade de se aperceber do pulsar da opinião pública através dos jornais e, a partir daí, fazer as correcções que se mostrassem necessárias. Embora enunciadas numa perspectiva estritamente ideológica, estes dois autores traduzem, de alguma forma, o papel exercido pelos jornais na construção dos regimes.

A ideia de um pensamento colectivo, enquanto elemento estruturante será ainda retomada pela sociologia, nomeadamente pela criação da ideia de “espaço público”. O novo conceito estabelece-se enquanto elemento de coesão social, a partir da definição de Habermas. Desta forma, deve ser entendido o papel exercido pela imprensa na constituição de uma opinião pública actuante. Assim, essa função só foi possível nas sociedades onde a democracia garantiu o direito à liberdade de pensamento e expressão, e onde os jornais conseguiram cimentar um vínculo de confiança com o público, justamente pelo papel denunciador e pedagógico que desempenharam. No caso português, estas dinâmicas sociais e políticas não se estabelecem dentro dos mesmos parâmetros, na medida em que a imprensa nunca pôde assumir essa função actuante. Por outro lado, o elemento “isenção”, que caracteriza a imprensa informativa, também não se verificou. Pelo contrário, para além das verdades absolutas impressas, as pessoas procuravam ler nas entrelinhas eventuais mensagens escondidas.

Na Europa, o processo político foi marcado pelas duas grandes guerras e ainda pelo período de ascensão das ditaduras. Estes factores históricos

levaram a que o papel da comunicação social fosse inibido nas suas funções primordiais por acção da censura e dos meios de repressão. Como tal, a imprensa europeia pautou-se por um atraso em comparação com o papel desempenhado pelos jornais americanos na estrutura social, cultural, política e económica dos Estados Unidos. A permanência dos regimes ditatoriais nos países do sul da Europa e ainda do Bloco de Leste impediu que os *media* cumprissem a sua quota-parte no jogo político e contribuiu para a manutenção das assimetrias que ainda hoje se verificam entre os diferentes Estados. As limitações informativas constituíram elementos dissuasores no processo de conquista dos públicos, o que originou baixos índices de consumo da imprensa diária nos países marcados por estes percursos históricos. No caso dos estados europeus meridionais, essa falta de hábitos de leitura foi agravada por outros problemas estruturais, entre os quais a fraca alfabetização das populações constituiu um aspecto determinante.

Um povo que não lê jornais é, além de inculto, desprotegido, incapaz de contribuir para o progresso através da acção de vigilância que a imprensa lhe proporciona. O regime ditatorial português, que durou quase meio século, travou esse processo de amadurecimento, que é fundamental na consolidação das democracias: “As sociedades democráticas pluralistas são caracterizadas pela fragmentação do tecido social numa multiplicidade de campos autónomos. (...) Numa sociedade assim segmentada, torna-se necessária a institucionalização de campos mediadores que assegurem nomeadamente a coesão orgânica do todo, ocupando os interstícios do tecido social. Os meios de comunicação social são hoje o campo por excelência da mediação ou da articulação dos campos autónomos (...) (RODRIGUES, s.d.:32-33). A imprensa não cumpria essa função mediadora, da mesma maneira que os portugueses não podiam ter uma visão crítica ou actuante sobre os aspectos mais determinantes da sua cidadania.

1. 2.1 – Elementos de transformação e factores de permanência: os aspectos sociais

A falta de liberdade não foi o único óbice ao pleno desenvolvimento da imprensa. Também a dimensão das empresas noticiosas portuguesas traduzia uma realidade pobre: carência de público devido à elevada taxa de analfabetismo, baixo poder de compra, hábitos urbanos pouco arreigados em função da própria dimensão e estruturação das cidades. A sociedade portuguesa só sofreu a sua transformação a partir da década de 50, em função das mudanças que alteraram os alicerces da economia: “Entre 1950 e 1970 a população activa portuguesa iria, finalmente, conhecer uma drástica mudança induzida pela progressiva industrialização da sociedade e do tecido económico. A população activa agrícola, que em 1950 concentrava quase metade dos activos (48%) passa a 42% em 1960 e a 32% em 1970” (ROSAS, 1994:426). O êxodo rural teve destinos distintos: a emigração foi um dos factores que mais marcou a nova configuração da sociedade portuguesa, mas o surto industrial, que acabou por se tornar inadiável, representou o outro factor de atracção para quem decidiu abandonar as condições de pobreza que afectavam duramente os campos. Este último aspecto traduziu-se numa reconfiguração da paisagem urbana. Verificou-se uma muito maior afluência às principais cidades, onde os novos habitantes acabaram por constituir o tecido que levou à construção dos novos bairros operários. Em redor das fábricas inseridas no perímetro urbano ou ocupando as zonas mais baratas da periferia, as principais cidades portuguesas passaram a albergar progressivamente a maioria da população, invertendo-se, assim, a tendência dominante anterior. Segundo Ramos Santos, (2004:129) até 1973, a concentração urbana terá atingido, nos cinco principais centros, 54%. A nova configuração social veio significar igualmente a transformação das práticas e rotinas das populações. Pautados por novos ciclos do trabalho, os hábitos das pessoas alteraram-se: não só pelos novos horários, pelo poder de compra, pelas novas regras de convivialidade, mas também pelas novidades em termos de oferta de consumo. Estes valores representam uma alteração que se verifica a vários níveis e que estão, de alguma forma, ligados a uma

progressiva evolução dos hábitos de consumo, onde a compra de jornais deve ser inserida.

A sociedade portuguesa viveu afastada dos padrões de comportamento que na altura se verificavam nas democracias ocidentais, uma vez que o sistema proteccionista do Estado impedia a adopção de costumes com os quais não se identificava e que hoje entendemos como a sociedade de massas: “La sociedad del siglo XX no ha sido organizada y estructurada – ni exclusiva, ni principalmente – por los gobiernos, los sistemas políticos y sus aparatos de propaganda. El mercado y los hábitos de consumo, la mercadotecnia, es decir, las técnicas de captación y organización del consumo, así como paralelamente la organización del deporte y del ocio, han jugado y juegan un papel estructurante en la articulación social” (TIMONEO ÁLVAREZ, 2004:36). Ora, este tipo de conceitos é típico dos centros urbanos e, a partir da década de 60, as cidades portuguesas evidenciam também esta realidade. Ela é patente também nos próprios conteúdos noticiosos, onde a diversidade da oferta se evidencia pelo destaque dado a temas como os espectáculos, as figuras da sociedade, aos desportos ou à moda. Ao tratarem com mais frequência e dando maior cobertura a este tipo de informação, os jornais espelhavam a transformação da realidade social. Note-se que esta estratégia editorial não é nova, exemplo deste tipo de artigos aparecem em *O Século* e no *Jornal de Notícias* depois da viragem do século. Trata-se justamente do período em que estes jornais evoluem no sentido da imprensa noticiosa e deixam cair o forte cunho ideológico que os caracterizava. Uma das opções foi a conquista dos públicos femininos através da inclusão de gravuras de moda ou, ainda, de exemplos de danças em voga. O factor entretenimento acompanha a história da imprensa moderna. Neste período, processa-se uma redescoberta desta estratégia de captação de leitores.

Vários factores contribuíram para que também em Portugal, sobretudo a partir da década de 60, quer o mercado quer as populações evoluíssem para esse tipo de articulação. Gradualmente inculcaram-se novos estilos de vida que, ainda que muito distantes dos países mais desenvolvidos, permitiram uma melhoria também nos aspectos aquisitivos, embora com as assimetrias inerentes aos níveis salariais dos diferentes estratos sociais. Apesar dessas

diferenças, os mercados souberam gerar novas ofertas de produtos e serviços que deviam agradar a um leque amplo de consumidores e, como tal, adequarem-se a um maior número de pessoas. Este novo panorama reflecte um novo dinamismo apreciável, mas apresenta ainda alguns aspectos a considerar, como a dimensão das cidades e o problema da alfabetização.

Os núcleos urbanos portugueses registaram neste período um aumento visível no número de habitantes. Esse crescimento verificou-se mais acentuadamente nas cidades do litoral e naquelas que se constituíram como novos pólos produtivos em função da instalação ou reconversão das novas indústrias, como é o exemplo do vale onde se congregou a produção têxtil. Isto não significa que esse aumento populacional tenha redundado no aparecimento de grandes metrópoles, de dimensão europeia. O país tinha poucos habitantes e os fluxos de emigração tinham contribuído para agravar ainda mais a situação demográfica. Lisboa e Porto continuaram a ser as principais zonas de concentração.

Face a estes fenómenos de concentração, não é de estranhar que os jornais diários de informação nacional se centrassem nos dois principais núcleos urbanos, sendo que os da capital registavam o maior número de títulos e a tiragem mais elevada do conjunto publicado. O aumento da população, os novos hábitos de consumo e a melhoria do poder aquisitivo foram vários dos factores que contribuíram para a criação de públicos típicos que consomem a informação escrita. É também da história dos jornais a inclusão do hábito da compra do matutino pelas classes trabalhadoras, para assim conhecerem as notícias do dia. Dado o grande peso que o factor actualidade ganhou na vida das pessoas, a necessidade de renovar a informação levava à compra dos vespertinos, que tinham também outros aspectos apelativos, normalmente, mais marcados pelo tom sensacionalista. Essas dinâmicas acabam também por fazer parte das cidades portuguesas, que, para além da população operária, vêem crescer os grupos que se vão ocupar do sector dos serviços. Com o novo poder de compra gerado pela dinamização da economia inculcam-se também os comportamentos das classes médias e serão também elas, até pelos níveis de escolaridade e pelos novos comportamentos geracionais, que constituíram os públicos que consumiam os

jornais mais inovadores. Significa isto, que as metamorfoses sociais operadas neste período, foram criando também, no campo da procura, algumas das condições favoráveis para o desenvolvimento do sector.

Apesar da alteração gradual dos comportamentos das populações urbanas, havia ainda um factor determinante no arreigamento do hábito de consumo de periódicos – a alfabetização. Também neste campo, o país vivia desfasado das demais nações europeias. De acordo com Fernando Rosas (1990:471-), o decréscimo do analfabetismo processou-se lentamente ao longo do século XX e, entre 1950 e 1960, a taxa em questão decresceu de 40,4% para 30,3%. Ainda assim eram números muito elevados, que colocavam Portugal, também neste sector, na cauda da Europa. Segundo Oliveira Marques (1955), o esforço de alfabetização processou-se sobretudo neste período, mas o Estado Novo terá dado mais ênfase ao ensino secundário, onde se verifica uma duplicação do número de alunos. Também no âmbito do ensino superior, quer técnico, quer universitário, se pode constatar esta tendência, embora aqui os números sejam reveladores de que, a este nível, o acesso da generalidade da população escolar secundária era ainda muito restrito. Globalmente regista-se uma melhoria dos níveis de escolaridade, mas ainda assim o investimento no ensino era muito baixo e ficava muito aquém do desejável: “O nível geral do analfabetismo continuava a ser (à excepção da Turquia) o mais elevado da Europa (29%), o mesmo acontecendo com a tiragem de jornais diários ou com o número de licenças de recepção de rádio e/ou televisão por 1000 habitantes, onde apenas os turcos estavam em pior situação. Este terá sido outro dos factores mais negativos no contexto do novo dinamismo apresentado pela imprensa a partir da década de 60 (SANTOS, 1990:136). Os efeitos que esta situação têm sobre a imprensa continuam a ser um dos aspectos que acompanham a vida dos jornais até aos nossos dias. Apesar de os níveis de analfabetismo terem recuado drasticamente, os níveis de iliteracia permanecem elevados e, do ponto de vista da relação “leitura de jornais por cada mil habitantes”, o país continua na cauda da Europa e a uma distância abissal dos países nórdicos.

Um dos aspectos primordiais para o desenvolvimento da imprensa prende-se com os conteúdos noticiosos: “(...) En un tercera fase, estos mismos

grandes diários, contando ya con la radio y la televisión, mantuvieron a sus seguidores o lectores (pronto audiencias) en torno a muy diferentes temas, relacionados siempre con la expectación, el sensacionalismo, el escándalo, las pasiones, la demagogia, todo aquello con que, desde siempre, se ha conseguido atraer y mantener el interés de las multitudes” (TIMONEO ÁLVAREZ, 2004:35). Esta é a fórmula encontrada pelos jornais americanos e ingleses, desde o século XIX, que se traduz no aparecimento do jornalismo popular e noticioso e que funcionou, e ainda persiste, como estratégia de conquista de públicos. As características aqui enunciadas não se verificavam, obviamente, nos diários nacionais no período da ditadura. Pelo contrário, os conteúdos noticiosos permaneceram pouco apelativos.

Já anteriormente se apontou a aleatoriedade da acção da censura, mas dentro da perspectiva valorativa do facto/notícia, ela ganhou importância porque transcendia os cortes nas notícias de carácter político e incidia também sobre os acontecimentos jornalísticos por excelência. A proibição de publicação ultrapassava as eventuais críticas ao regime ou a actividade da oposição. Quaisquer acontecimentos que pudessem de alguma forma abalar a imagem da sociedade ideal não eram permitidos (veja-se o escândalo *Ballet Rose*). Ora, a construção da informação faz-se justamente por uma avaliação diária dos factos noticiáveis. Na concepção de Adriano Duarte Rodrigues (1999:27): “O acontecimento jornalístico é, por conseguinte, um acontecimento de natureza especial, distinguindo-se do número indeterminado dos acontecimentos possíveis em função de uma classificação ou de uma ordem ditada pela lei das probabilidades, sendo inversamente proporcional à probabilidade da ocorrência.” No período da ditadura, ainda que essa avaliação se fizesse segundo os mesmos moldes, ela entrava em choque com os critérios dos censores que obedeciam a uma grelha de apreciação dos acontecimentos divergente da dos profissionais.

Como é sabido, não passavam notícias que, por exemplo, traduzissem insegurança, como situações de grande violência que contrariavam a mensagem do “jardim à beira-mar plantado”. Não havia cobertura de megaacontecimentos, de grandes cerimoniais, com a excepção das cerimónias de Fátima ou da visita da Rainha Isabel II, que se enquadram, na concepção

de Khatz, dentro das tipologias das coberturas televisivas. As grandes concentrações populares só excepcionalmente eram permitidas. As manifestações eram proibidas, bem como os conflitos laborais. Uma grande parte da avaliação que os jornalistas fazem quanto aos factos jornalísticos traduz justamente conflitos⁸. Ao reportar os debates políticos, um jogo de futebol ou um julgamento, os profissionais encontram-se perante campos opostos e daí que lhes seja exigida equidade na forma como tratam as partes envolvidas. Ora, no período da ditadura, as matérias não eram entendidas dentro desse prisma. Se houvesse uma greve, contestação social, ou uma situação de grande injustiça social, elas não poderiam ser noticiadas por atentarem contra a integridade do regime.

Por outro lado, e não menos importante, quando a censura impedia a publicação ou edição destes temas, inibia necessariamente este processo de percepção da realidade que é inerente à consciência profissional da classe. Isto tinha como resultado que os factores passíveis de atrair e fidelizar grandes franjas da população para o consumo de jornais não se verificavam. Tinha igualmente reflexos a jusante do processo produtivo: outra das características primordiais do desenvolvimento da empresa jornalística moderna – a sustentação do sector informativo pela publicidade – também saía prejudicada. Neste particular, não era só a questão das baixas tiragens e circulação que fazia dos jornais meios pouco atractivos para os investidores. A este aspecto há também que acrescentar a exiguidade do mercado e o pouco dinamismo da economia. Esta inércia só veio a ser alterada ao longo da década de 60 e em função das transformações várias que se verificaram.

1.2.2 – Elementos de transformação e factores de permanência: as coordenadas políticas

Embora de forma muito mais tímida, as empresas jornalísticas portuguesas seguiram, ainda que mais tardiamente, o grande processo renovador que se começou a operar a nível internacional. Salvaguardando as

⁸ Na concepção enunciada por Brooks; Kennedy; Moen; Ranly; (1988)

distâncias impostas pelas características do regime, a dimensão do mercado, o investimento realizado e o tradicionalismo das redacções, houve um esforço de renovação registado a diversos níveis. “Los cambios y transformaciones que tuvieron lugar en la segunda mitad del siglo XX en los medios de comunicación de masas fueron verdaderamente extraordinarios. (...) Sin embargo, el desarrollo de los medios audiovisuales de masas, con la penetración de la radio primero y la televisión después en prácticamente todas las casas del mundo desarrollado, produjo una importante reducción de la demanda de información escrita.” (SCHNEIDER, 2004:208). Estas linhas gerais que caracterizam este período da imprensa escrita apresentam, obviamente, traços específicos de desenvolvimento segundo os países em análise. Por exemplo, nos Estados Unidos, na década de 60, os principais títulos de difusão nacional sofreram transformações importantes. As famílias que eram as suas tradicionais proprietárias foram obrigadas a captar investidores e criar sociedades, que passaram, em muitos casos, a englobar novas publicações ou, inclusive, se constituíram como os primeiros grupos multimédia. As modernizações tecnológicas implementadas fizeram-se à custa das novas injeções de capital, sendo que neste país o investimento era muito apetecível, já que as tiragens nunca chegavam a descer e o investimento em publicidade era muito forte.

Na Europa, nas democracias ocidentais, a situação foi muito variável. O pós-guerra trouxe graves problemas ao sector da imprensa escrita ligados à descida drástica das tiragens. Tal como nos demais aspectos da reconstrução, a implementação do Plano Marshall produziu uma das soluções para a crise, e propiciou o aparecimento das redes de comunicação transnacionais. Esta nova estrutura resultou num complexo processo de criação de sociedades, de fusões de capital e de criação de grupos de media, num período que se inicia também na década de 60, e de que o Grupo Murdoch é um bom exemplo. Uma vez mais, foram as novas sociedades que suportaram os investimentos necessários às modernizações das empresas de comunicação e, uma vez mais, algumas delas constituíram-se como grupos multimédia, embora no Velho Continente esse processo tenha sido mais tardio em razão de vários factores. A modernização das empresas no plano tecnológico, mas também humano, foi

a resposta dada pela imprensa escrita à forte concorrência desencadeada pelo sector audiovisual, ainda que esse fosse apenas o primeiro momento de um *working process*.

As reformas dos meios de comunicação social portugueses não se inserem cabalmente neste esquema, pelas condicionantes da ditadura e pelas características do meio empresarial nacional, mas também pelo posterior processo de nacionalização dos jornais, que retirou a possibilidade de este sector se comportar segundo as regras do mercado internacional. Só muito mais tarde os jornais e os meios audiovisuais iriam seguir o percurso natural e dar origem à criação de grupos económicos de *media*, à imagem do sector nos demais países que se regiam pelas regras do mercado. Apesar das dificuldades enunciadas, o sector jornalístico português acabou por ser tocado por algumas transformações ainda durante o período da ditadura. As alterações decorrem do novo quadro económico, político e social que se desenha com a chegada de Marcelo Caetano ao poder. A sua entrada em cena anunciou tempos de mudança e gerou uma expectativa de reforma. O próprio novo Presidente do Conselho anunciou essa intenção reformadora, conhecida, aliás, desde a década de 50 e que assentava na ideia de «evolução na continuidade».

A solução marcelista veio fora de tempo e mostrou-se incapaz de resolver os principais problemas que marcaram o regime, nomeadamente a questão colonial e o cada vez maior isolamento no âmbito internacional. O desfasamento das concepções e as soluções políticas implementadas não corresponderam à expectativa de regeneração do regime, e rapidamente deram lugar ao desencanto provocado pela persistência das posições mais conservadoras. Apesar de ter havido uma tentativa de liberalização do regime, ela acabou por entrar em rota de colisão com o aspecto fulcral que era necessário resolver. Os indícios iniciais de abertura, sentidos nos diversos níveis, nomeadamente por um certo abrandamento do aparelho repressor, acabaram por ceder face aos sinais de ruptura que o regime demonstrava. Tornou-se clara a impossibilidade de uma solução reformista para a questão africana. Caetano foi pressionado pelos que exigiam o fim do conflito, mas também pelos sectores mais conservadores que advogavam a manutenção das colónias a todo custo. Seria por esta facção que acabaria por optar. Logo, as

demais reformas também foram abandonadas até porque a exigência da instauração de um sistema parlamentar democrático, feita pela oposição, não estaria nos seus horizontes.

Pese embora as contradições políticas que marcaram este breve período, a censura continuou a moldar os espíritos, de forma a perpetuar a aceitação do regime. Ainda assim, a “primavera marcelista” permitiu que, pela primeira vez, alguns sectores debatessem a questão da liberdade de pensamento e expressão e fosse mesmo equacionada uma lei de imprensa. A projecção da ideia de uma atenuação dos aspectos mais repressivos levou a que vários círculos políticos se movimentassem também nesta área. Delinearam-se várias posições quanto à questão da liberdade de imprensa: debateu-se a necessidade, ou não, de uma lei que regulamentasse a actividade das empresas noticiosas e discutiu-se a manutenção da censura. Foi, então, possível constatar que, além de polémicas, estas temáticas suscitavam muitas dúvidas, particularmente por parte dos profissionais que, pela primeira vez, se viam confrontados com uma reflexão sobre aspectos até então nunca equacionados e que afectavam a sua actividade e a sua conduta deontológica.

Justamente por estas questões se colocarem no meio profissional pela primeira vez, coube ao Sindicato dos Jornalistas promover uma série de debates e iniciativas para discutir a questão da censura e da aprovação de uma nova lei. Ficou, então, patente que a posição dos jornalistas não era unívoca, porque dessas várias reuniões surgiram documentos que expressavam posições contraditórias. Este paradoxo deve-se a uma gradual transformação dos quadros das redacções, que teve o seu reflexo numa recomposição do tecido sindical. De facto, desde há algum tempo que se verificava uma renovação profissional, que caracterizou por processos de novas contratações, mas também pelo recrutamento de pessoal mais jovem, com uma nova atitude em relação à profissão. Assim, a organização sindical passou a representar facções muito conservadoras - que tradicionalmente desempenhavam a sua actividade dentro dos parâmetros anteriormente apontados - mas também uma nova vaga mais progressista e mais radical nas suas posições, não só no que toca à função informativa, mas também aos

aspectos da deontologia e da política. Em última instância foi este segundo grupo que fez prevalecer a sua vontade, ao arrepio da facção mais conservadora. Nesse sentido, promoveu a constituição de uma comissão que tinha como objectivo elaborar um projecto de lei de imprensa. Este desenlace ficou respaldado por uma petição subscrita por 171 profissionais, onde a questão da defesa da liberdade de informação era crucial e que teve como consequência uma ruptura com a direcção do sindicato.

Outra das posições assumidas face à questão da imprensa foi protagonizada pela chamada “Ala Liberal” da Assembleia Nacional. Este grupo, constituído por deputados independentes, representava uma geração de jovens políticos que preconizavam a democratização do regime. Apesar de aceitarem integrar as listas da União Nacional, uma vez que a constituição de partidos era ilegal, este grupo defendia uma transformação política que colocasse Portugal num sistema liberal e parlamentar à maneira europeia. Daí que o seu posicionamento na Assembleia Nacional passasse por atitudes que contrariavam a lógica do regime, como era a questão da iniciativa legislativa. Esta prerrogativa cabia ao governo, que, pela sua prática centralizadora, impunha à Câmara a legislação a ser aprovada. Ao apresentar projectos a debate, subvertia-se por completo a ordem tradicional.

É também dentro desta lógica de actuação que se deve enquadrar a iniciativa deste grupo, constituído por cerca de 30 deputados, ao apresentar um projecto de lei, subscrito por Sá Carneiro e Pinto Balsemão, que tinha como aspecto essencial a defesa da liberdade de imprensa. A medida foi muito mal recebida pelo regime, que boicotou processualmente a votação do documento. A acção destes deputados foi rejeitada pelos sectores mais conservadores, quer na Assembleia Nacional, quer pelos proprietários da imprensa. Depois de uma série de impedimentos suscitados pelos deputados «da situação», o documento foi naturalmente rejeitado. Este episódio revela, também, as contradições do período marcelista, não só pelo tema em discussão, com pela expectativa de reforma gradual do sistema político. A ditadura ainda que tenha dado azo ao debate sobre esta matéria, impediu que não fosse a ordem estabelecida a decidir. Quanto aos aspectos mais incisivos da prática do regime, a permissão do grupo não-alinhado não chegou a

traduzir-se numa reforma, ainda que mínima, do sistema parlamentar, porque lhes faltava, de facto, poder.

O projecto da “ala liberal” entrou em rota de colisão com o decreto-lei apresentado pelo Governo, que se traduzia numa Lei de Imprensa que viria a ser aprovada em 1971, embora o documento legislativo final fosse do ano seguinte. Apesar de todos os entraves anteriores, pela primeira vez o regime fazia aprovar uma matéria que, em si mesma, constituía uma novidade não só pela especificidade do seu objecto, mas também pelos outros aspectos correlacionados. A Lei, ainda que muito aquém da vontade expressa nos documentos anteriores, acaba por traduzir o resultado de um debate mais amplo e, também, a pressão então exercida em diferentes círculos.

A leitura do novo documento remete para uma avaliação imediata: as inovações eram muito limitadas, uma vez que se assegurava a manutenção da censura. Seriam as concepções pessoais de Caetano que ficariam subjacentes no espírito do documento, uma vez que o estadista entendia que a comunicação social tinha um papel a desempenhar na manutenção do regime. Aliás, todo o cuidado com que abordou a imprensa, a rádio e a televisão evidencia a concepção estratégica que tinha do sector. A percepção do papel da imprensa enquanto aliado na manutenção do regime é visível, de acordo com Ana Cabrera, desde 1959, quando o que seria o sucessor de Salazar já defendia a necessidade de regulamentação da actividade noticiosa. A autora reporta um conjunto de entrevistas dadas a diversos jornais estrangeiros, onde está patente o seu pensamento relativo a esta matéria e conclui: “(...) Neste sentido, Marcello evoca os 43 anos de regime de censura como um factor incontornável. Devido à sua longa duração, o regime desenvolveu vícios e hábitos de dependência que se reflectiam na totalidade da sociedade, o que desaconselhava qualquer mudança brusca” (CABRERA, 2006:99). O chefe de Estado tinha, pois, uma atitude crítica em relação ao sistema instalado, mas neste sector, como em tudo o resto, não concebia que se promovessem alterações radicais, o que justificava com o velho argumento de sempre: o povo não estava preparado. Mas não era só a opinião pública que não se encontrava em condições de receber a mudança. O aparelho de Estado teria muita dificuldade em aceitar a transferência de poderes para os tribunais, a

quem caberia arbitrar sobre estas matérias num futuro eventual. Os jornalistas não saberiam lidar com novas situações de prática profissional e poderiam ainda entrar em confrontos com as direcções das empresas, porque o excesso de liberdade poderia gerar interesses contraditórios do ponto de vista editorial. A manutenção da censura obviava a todas estas fragilidades.

Para além da concepção paternalista do papel do Estado sobre o sector informativo e sobre a opinião pública, Caetano encarava-o também em articulação com os desígnios do regime. A utilização dos *media* por parte dos governantes como estratégia de poder não é nova e foi, e é ainda, um dos aspectos mais debatidos quanto ao papel da comunicação social e a sua relação com o poder político e os efeitos que ela assume em termos da opinião pública. Neste caso, a diferença em relação a outras situações é que para os jornalistas não havia escolha e, nesse sentido, os órgãos de informação ficavam reduzidos ao papel da propaganda.

Dadas as potencialidades em perspectiva, não é, pois, de estranhar que o Presidente do Conselho se tenha inspirado em quem antes dele soube usar muito bem a seu favor os trunfos que os *media* ofereciam. Daí o modelo escolhido para o programa de televisão, as famosas “conversas em família”, onde se procurava persuadir o público das políticas adoptadas. Este estilo simpático e compassivo já antes tinha sido amplamente utilizado na rádio por Theodore Roosevelt, nas suas “conversas à lareira”, através das quais, e num tom muito coloquial muito próximo, conquistou o povo americano para o *New Deal*, entre outras acções de marketing político.

Pese embora o facto de a Lei e os modelos comunicacionais revelarem a parte mais positiva destas concepções, a defesa da manutenção do regime censório ter-se-á radicalizado em função da evolução dos acontecimentos. O extremar de posições de ambos os lados no que se refere à questão da guerra colonial levou a que o modelo mais repressivo voltasse a vigorar, agora justificado por imperativos de segurança que esta implicava. Tais preocupações ficaram subjacentes no documento regulador, que acaba por dar sequência à ideia do papel moldador que deveria ser exercido pela informação. Na prática e apesar do formulário legal, a nova legislação não consubstanciava nenhuma das mudanças apontadas pelos deputados liberais

nem das reivindicações apresentadas pelos jornalistas. Uma vez mais, Marcelo Caetano dava forma à máxima da «evolução na continuidade»

De facto, a legislação de 72 contempla no Capítulo II “Liberdade de imprensa, suas garantias e limitações” e, no art. 14º, vêm especificadas as situações de proibição de publicação, num conjunto de 8 alíneas. Na primeira, determina-se que não é permitida a publicação de escritos ou imagens que: “Contenham propaganda que favoreça movimentos tendentes a atentar contra a integridade do território nacional ou a praticar acções armadas, bem como de agitação social, embora sem instigação à perturbação imediata da ordem pública”. As demais proibições estendem-se a um conjunto de situações relacionadas com aspectos políticos, como é o caso da alínea c), “Respeitem a anúncios convocatórios relativos a reuniões previamente proibidas”, mas também a temáticas dos chamados “sucessos: e) “Descrevam em termos pormenorizados e sensacionalistas casos de vadiagem, libertinagem, uso de estupefacientes, suicídio e crimes violentos”.

A lógica censória em vigor desde 1933 acaba por se manter. O Secretariado Nacional de Informação deu lugar à Secretaria de Estado da Informação e Turismo e a Comissão de Censura foi substituída pela Comissão de Exame Prévio, sem que nada de fundo tivesse sido alterado: tratava-se da concepção marcelista de uma evolução sem rupturas. No fundo, tal como havia ocorrido com outros organismos de Estado, mudavam as designações, mas não as funções, nem os executantes. A manutenção do aparelho censório garantia a perpetuação da docilidade da informação que devia continuar a apresentar Portugal como um país de brandos costumes. O regime não sofria contestação e a guerra colonial não era um problema. A emigração continuava a esvaziar o país de gentes que fugiam à pobreza e aos contingentes de combate, mas os jornais não podiam publicar essa verdade inconveniente. Neste canteiro à beira-mar plantado não havia criminalidade perigosa e a droga não era um problema. Todas as grandes transformações políticas e culturais que afectavam a juventude dos demais países aqui não se verificavam, apesar da contestação académica que levava a PIDE/DGS a prender os estudantes agitadores e a encerrar faculdades.

Ainda que considerando todas as limitações apontadas ao novo panorama legislativo, a “primavera marcelista” permitiu alguma agitação nos meios da comunicação social portuguesa, e não só. Certos meios da opinião pública, face às expectativas criadas em relação à abertura política, aguardavam também uma alteração, particularmente em termos de liberdade de imprensa. Os bons augúrios revelados pelo debate no meio sindical e a iniciativa da «ala liberal» contribuíram para agitar as águas e acabaram por alastrar a outros sectores da sociedade que viam na liberdade de imprensa um aliado poderoso para precipitar o fim do regime ditatorial. Significa isto que outras entidades que de alguma forma se encontravam ligadas à política ou à actividade informativa procuraram também participar do debate e exercer pressão. No primeiro caso, caberiam todos aqueles, de alguma forma, se filiavam na oposição: a defesa da lei de imprensa assumia-se como uma bandeira de combate. Quanto ao segundo caso, para além das posições ideológicas de cada um, havia ainda quem procurasse discutir este aspecto pelo papel que desempenhava no panorama noticioso. Esses posicionamentos seriam protagonizados por duas figuras, Aarons de Carvalho e Francisco Pinto Balsemão, que, até à actualidade, se mantêm envolvidas nas temáticas informativas. O seu vínculo ao meio suscitava uma atitude mais interventiva no sentido da implementação das reformas que entendiam necessárias e, daí, as obras por eles produzidas, nesse período, relativamente a esta problemática.

1.2.3 - Elementos de transformação e factores de permanência: a reestruturação das empresas

As pressões sobre o regime e as iniciativas na Assembleia Nacional espelhavam as movimentações que se faziam sentir no meio desde há algum tempo. A alteração do estatuto da imprensa reivindicada pelo sector reformador foi fundamental, mas as reformulações que se verificaram nos jornais não decorreram apenas dos aspectos políticos, legislativos ou da tomada da consciência profissional por parte da classe. Já há algum tempo

que profundas transformações se faziam sentir na estrutura empresarial, mudanças que tiveram incidências a vários níveis.

O aspecto primordial a destacar neste processo prende-se com a alteração de propriedade e de gestão de alguns títulos, que imprimiram novas dinâmicas aos moldes de funcionamento da imprensa portuguesa. Figuras como Pinto Balsemão, Ruella Ramos ou Eugénio Martins levaram a alguns dos títulos da capital uma nova forma de conceber o jornalismo. Pela primeira vez, as inovações implementadas geraram efeitos nos demais periódicos que foram obrigados a mudar sob pena ficarem para trás nas escolhas dos leitores. Gerou-se, por fim, uma luta pela conquista de públicos que transformou também a face económica das empresas. Os efeitos da concorrência registados a nível das tiragens, mas também pelo mercado dos anunciantes atraíram a atenção dos investidores o que, em última análise, culminou na aquisição de grande parte de empresas jornalísticas que, praticamente desde a sua fundação, se encontravam nas mãos de famílias.

No âmbito deste trabalho, a questão da propriedade dos jornais assume um papel relevante. Na fase final da ditadura, o processo de aquisição destas empresas por parte dos grandes grupos económicos teve, de imediato e a posteriori, consequências drásticas. No plano das transformações que já se estavam a processar, a passagem de mãos propiciou ainda mais as reformas, na medida em que foi então possível fazer investimentos de maior vulto. A entrada de novos capitais facilitou a renovação das redacções, quer pelos novos contratos, quer pelas melhorias salariais, mas, de uma forma mais estrutural, promoveu a modernização dos parques gráficos que se encontravam muito desactualizados. Num outro nível, a integração dos diários nas *holdings* portuguesas parece ter obedecido a uma estratégia de pressão em que as grandes famílias capitalistas usariam o poder informativo para produzir feitos de lobby sobre o regime. Seria este último factor que teria maiores repercussões no período posterior. O facto de as empresas jornalísticas se situarem no universo das estruturas bancárias e financeiras gerou no futuro duas situações que causariam efeitos de longa duração: a nacionalização da imprensa diária e o desenvolvimento de uma atitude anti-capitalista por parte dos profissionais que nela trabalhavam.

A compra dos jornais é, contudo, o último passo de uma longa história, por vezes centenária, em que os vários títulos portugueses foram cimentando a sua relação com o público. Para entender um pouco melhor o interesse que eles subitamente despertaram, importa fazer uma breve caracterização. Importa, ainda, fazer uma precisão: este trabalho incide sobre os três jornais portuenses e alarga-se, em função de uma melhor compreensão das dinâmicas gerais, aos grandes títulos nacionais de carácter noticioso. Nesse sentido, fica excluída a imprensa de carácter regional, especializada, ideológica ou religiosa. Daí as seguintes excepções: *A Voz* e o *Diário da Manhã*, apesar de serem jornais diários e publicados na capital, eram jornais declaradamente da causa do Estado Novo e os seus objectivos, de tão semelhantes, deram lugar a uma fusão, que se traduziu no aparecimento do *Época*, em 1971. Seria este o porta-voz da “nova” Acção Nacional Popular. Pelo seu lado, o *Novidades* era um diário que pertencia à Igreja, mas igualmente muito comprometido com o *status quo* vigente.

Nos anos sessenta, e dentro do conceito enunciado, era esta a distribuição dos diários informativos de circulação nacional:

TÍTULO	FUNDAÇÃO	LOCAL	SEGMENTO
<i>Jornal do Comércio</i>	1853	Lisboa	Vespertino
<i>O Comércio do Porto</i>	1854	Porto	Matutino
<i>Diário de Notícias</i>	1864	Lisboa	Matutino
<i>O Primeiro de Janeiro</i>	1868	Porto	Matutino
<i>O Século</i>	1881	Lisboa	Matutino
<i>Jornal de Notícias</i>	1888	Porto	Matutino
<i>A República</i>	1911	Lisboa	Vespertino
<i>O Diário de Lisboa</i>	1921	Lisboa	Vespertino
<i>O Diário Popular</i>	1942	Lisboa	Vespertino
<i>A Capital</i>	1968	Lisboa	Vespertino

Tab. 1 - *Distribuição dos diários informativos de circulação nacional.*

Durante largo tempo, a maioria destes jornais permaneceu ligada a empresas dominadas por famílias, que gradualmente foram vendendo ou cedendo posições aos grandes grupos nos quais assentava a economia do país. Numa parte dos casos desses processos de alienação, eles coincidem com o desaparecimento de figuras que viam as suas publicações como um projecto pessoal. Uma vez feita a passagem para os herdeiros, essa característica deixou de existir. Por outro lado, havia as propostas irrecusáveis dos aquisidores. No panorama empresarial português, tinha-se consolidado o poder de 14 famílias, que tinham enveredado por uma política de diversificação de investimentos, como forma de expansão e crescimento. Ainda que a elas se encontrasse ligada uma segunda linha de capitalistas, que tinha desenvolvido uma rede de ligações de interesses com o primeiro grupo, era este quem realmente dominava os principais meios financeiros, serviços e indústria transformadora, ainda que com áreas de actuação preferenciais, de acordo com o seu historial de formação.

No período mais recente da ditadura, tinha-se verificado, por parte do Estado, uma alteração em termos de política económica. Para que se desse a sua dinamização e transformação, foi aprovado o Plano Intercalar de Fomento. Esta nova estratégia de desenvolvimento passava pela gradual perda do pendor proteccionista através de um conjunto de medidas onde se inseria justamente a atribuição de benesses aos investidores nacionais, bem como a atracção do capital estrangeiro. Dentro desse novo espírito, a política estatal passava pela revogação do condicionamento industrial e por uma diversificação em termos da conquista de novos mercados no que toca à indústria transformadora. Do ponto de vista financeiro, o Plano propiciou a constituição de novos grupos económicos, da mesma maneira que garantia que os já existentes expandissem as suas posições, como estratégia de crescimento. O reforço das *holdings* nacionais e a abertura ao capital estrangeiro configuraram-se como os novos aspectos estruturantes da economia daquele período.

O incentivo económico passava pelo apoio a estas sociedades ligadas às grandes famílias, o que de alguma forma permitiu uma diversificação do investimento, que passou a abranger múltiplas áreas da actividade produtiva e financeira, mas não só. Os efeitos da nova política incidiram sobre a banca ou os seguros e o sector transformador ou alimentar, passando pelo comércio e serviços. Os principais agentes desta actividade eram a CUF, a família Espírito Santo, a família Champalimaud, o BPA, o Borges & Irmão, o BNU e o FONSECAS & BURNAY: “Constituídos, uns, partindo do capital industrial para a banca (tipicamente os grupos CUF e Champalimaud), outros, a partir da banca para a indústria e sector terciário (Espírito Santo e Pinto de Magalhães), outros ainda, através de “soluções intermédias” (Banco Português do Atlântico), os grandes grupos financeiros assenhoreiam-se progressivamente de todos os principais sectores da economia. Num primeiro momento, concentram-se nos sectores produtivos, mas a partir de 1968-1969 estendem a sua rede aos novos serviços, ao comércio e até aos órgãos de informação” (ROSAS, 1994:470). É justamente devido a este último aspecto que a evolução da grande finança portuguesa entronca nos destinos dos jornais. A alteração do quadro do investimento português teve, do ponto de vista das empresas de informação, consequências imediatas a nível da propriedade, transformação tecnológica, contratações, etc. Mas, a longo prazo, despoletou o desenvolvimento de um sentimento anti-monopolista que se fez sentir nos diferentes sectores da sociedade portuguesa do pós-25 de Abril, e que, no caso da imprensa, se traduziu também na criação de uma legislação específica, extraordinariamente protectora quanto a situações de controlo de grupos económicos ou monopólios.

O interesse de outras sociedades financeiras alheias ao sector da imprensa é um aspecto que, embora não vulgar, tampouco se pode ver como insólito. Já na história do jornalismo francês do século XIX, as grandes casas bancárias interessaram-se pela compra dos jornais, ainda que não no sentido da diversificação do investimento. Os banqueiros franceses usaram os títulos de então como meio de pressão sobre os governos. Essa preocupação, voltou a estar presente, aquando da aprovação de legislação que tinha como objectivo tornar mais transparentes aspectos da publicidade. A Lei Sapin de 1993, entre

outros aspectos, procura evitar os efeitos da publicidade camuflada que os sectores financeiros, através dos interesses que detinham, conseguiam colocar nos jornais.

Em Portugal, ainda que em moldes diferentes, o mesmo tipo de fenómeno económico ter-se-á verificado, embora os autores portugueses não coincidam quanto às razões deste processo. Enquanto Mário Mesquita entende que os jornais surgiram como um novo campo de aplicação financeira pelos êxitos demonstrados, Maria Antónia Palla defende que o interesse manifestado por parte da banca, se prende justamente com a necessidade de estes grupos utilizarem a imprensa como forma de pressão junto do regime: “Quando a crise petrolífera começa a fazer subir em flecha os preços das matérias-primas e dos transportes, quando se avolumam as dificuldades financeiras da imprensa, quando o marcelismo abre o campo ao jogo dos diferentes grupos económicos, a banca portuguesa manifesta interesse em ocupar posições maioritárias nos principais jornais portugueses” (PALLA, 1990:213). Mas o interesse do sector financeiro pelos meios de comunicação social não se deve apenas à conjuntura de crise internacional que se vivia na época, nem a aquisição ou participação no capital das empresas de notícias incide só na década de 70, como a autora reconhece. Por outro lado, as transformações que gradualmente se fizeram nalguns jornais traduziram-se em aumento de tiragens e de publicidade, o que inevitavelmente acabou por atrair a atenção de quem queria diversificar o investimento.

O facto de alguns diários se apresentarem como um novo negócio atractivo decorria de um conjunto de factores endógenos e exógenos. Como já foi apontado, a economia e a sociedade portuguesas revelaram, sobretudo a partir da década de 60, algum dinamismo que acabou por ter reflexos em diversos sectores. O processo de renovação da indústria, o investimento em áreas diferenciadas, o crescimento das cidades, tudo contribuiu para uma transformação gradual na sociedade portuguesa, ainda que com todas as reticências decorrentes da situação política e da guerra colonial. Num momento de expansão da economia, não é de estranhar que os jornais tenham sido tocados pelos ventos da mudança. Como resultado da actividade económica deu-se um aumento do investimento da publicidade. O

crescimento das cidades criou novos públicos de classe média, e o aumento da alfabetização da população, foi outro dos factores favoráveis que enquadram a nova conjuntura da imprensa portuguesa, que se inicia gradualmente nos anos sessenta e que atinge maior dinamismo no período marcelista. Estas transformações, são acompanhadas por uma renovação tecnológica, mas também pela contratação de novos quadros para as redacções, agora eventualmente com uma preparação cultural e académica mais adequadas.

A forma como se processaram essas transformações varia de caso para caso, o que está ligado às características de cada um dos títulos, mas também, em determinadas circunstâncias, aos jogos de influência e poder que estiveram por detrás das iniciativas aquisitivas. Quer isto dizer, que um dos traços dominantes do regime, o intervencionismo do Estado, não ficou completamente de fora das movimentações efectuadas.

A primeira iniciativa de se criar um jornal noticioso surge na capital, com o aparecimento do *Diário de Notícias*, em 1 de Janeiro de 1865, depois de ter sido anunciado em prospecto publicitário, em 29 de Dezembro de 1864. O *DN* resultava da vontade de duas pessoas: Tomaz Quintino Antunes, proprietário da Tipografia Universal e que cumpria o papel empresarial, embora fosse pessoa de escassos recursos, e Eduardo Coelho, que tinha tido experiência jornalística em vários jornais da capital, nomeadamente na *Revolução de Setembro*. A partir da sua experiência de publicista, Eduardo Coelho estava ao corrente dos progressos do jornalismo mundial e idealizou criar em Portugal um jornal à imagem do que Girardin tinha feito com *La Presse* e Millaud com *Le Petit Journal*, como ele próprio confessou. Assim, o novo projecto, era anunciado como "um jornal popular, noticioso, instrutivo e moralizador, imparcial e sem dependências financeiras ou políticas, acessível literariamente a todas as inteligências e pecuniariamente a todas as bolsas, jornal com programa e processos análogos aos de algumas folhas estrangeiras...". Portanto, o jornal é criado com uma filosofia de empresa, tendo como objectivo principal a fundação de um negócio rentável. Daí que o custo do *DN* fosse de 10 reis, enquanto os outros se vendiam a 30 ou 40 reis, o que o tornava muito mais acessível. Em termos de estrutura, dedicava maior espaço para os aspectos noticiosos, e o próprio Eduardo Coelho serviu de

exemplo ao corpo de repórteres que o jornal foi criando. Noticiava também acontecimentos do estrangeiro, graças a acordos que estabelecia com as agências, embora a Havas tenha começado a operar já tardiamente. Recorreu igualmente ao folhetim como forma de captar públicos. A grande arma inicial consistia na publicidade, que era mais barata e, segundo os editores, regida por princípios éticos. O *DN* começou por sair com uma tiragem inicial de 5000 exemplares/dia, mas rapidamente estes números quintuplicaram. Uma das razões deste aumento deve-se ao facto de a sua estratégia de vendas assentar numa rede de ardinas que apregoavam o *Diário de Notícias* na rua e que, em 1865, eram cerca de 100. Este número rapidamente triplicou, o que evidencia o sucesso de mais esta medida inovadora.

De facto, o êxito do *Diário de Notícias*, para além de obrigar ao aumento de tiragem, levou a que tivessem de crescer também os espaços informativos e de publicidade, primeiro pelo tamanho e, depois, pelo número de páginas. O jornal foi composto manualmente até 1904, quando foi adquirido o primeiro linótipo. Também usou as gravuras para ilustrar notícias e publicidade e, mais tarde, a fotografia. O seu esforço de renovação e actualização, em termos gráficos e de conteúdos, garantiu a sua primazia no panorama dos diários nacionais.

A rápida implantação do *Diário de Notícias* em Lisboa, e a influência que exercia no público da capital e sul do país, sendo o jornal de maior tiragem, levou a que a ditadura militar lhe conferisse uma grande relevância. Ela foi desde logo, visível pelo destacamento do tenente-coronel Pestana de Vasconcelos para os cargos de director e, simultaneamente, delegado do governo, ainda em 1927. Assim, não é de estranhar que, desde o início da ditadura, o jornal tenha sido controlado pelo governo. O diário revestiu-se de grande importância para o novo regime, o que ficou patente pela atenção que António Ferro lhe consagrou. Além de ele próprio ter sido colunista do *DN*, procurou articulá-lo com os objectivos de propaganda idealizados para edificação do Estado Novo.

O funcionamento do jornal servia os propósitos do regime e, de certa forma, imitava o seu imobilismo. As mudanças nas chefias foram raras e os sucessivos directores mantiveram o *status quo*: “Na redacção do Diário de

Notícias, nomeadamente em lugares de responsabilidade, dominavam jornalistas apoiantes ou pelo menos não opositores activos do regime, o que ajudava a, sem conflitos internos, fazer do jornal um órgão oficioso do Estado Novo – ou mesmo, de certa forma, oficial, na medida em que o *Diário da Manhã* (ou «da manha», como ironicamente se dizia nos meios oposicionistas) tinha uma praticamente nula influência social” (CORREIA; BAPTISTA, 2007:75). Maria Antónia Palla considera-o também “órgão oficioso” do Estado, e Ana Cabrera, partilhando essa mesma classificação, exemplifica-a com vários excertos onde se nota uma clara “colagem” ao regime. Para que não ficassem pontas soltas, a escolha para a direcção recaiu ainda sobre uma personalidade fiel ao regime - Augusto de Castro -, que seria director entre 1939/1971, com um interregno, por via de ocupar um cargo diplomático. Este é um dos casos em que, para além da acção fiscalizadora da censura, o conteúdo noticioso é ainda fortemente condicionado pela intervenção zelosa das chefias. Nem poderia ser de outra forma, já que, quer do ponto de vista editorial, quer através dos mecanismos da influência empresarial, se garantia a sua submissão.

Esta orientação fiel, era ainda assegurada pelo facto de a propriedade do *Diário de Notícias*, ainda que por via indirecta, estar nas mãos da Caixa Geral de Depósitos: entre 1928 e 1976, o principal matutino nacional é detido pela Empresa Nacional de Publicidade, que, por sua vez, era propriedade da Companhia Industrial Portugal e Colónias, sociedade por acções, das quais a CGD detinha uma posição considerável. Durante a década de sessenta, o grupo Champalimaud adquire uma quota-parte dos títulos e o Estado decide então, controlar em definitivo a companhia, levando a Caixa a comprar a outros investidores e passando então a ser o accionista maioritário.

A partir destas principais linhas que caracterizam O *Diário de Notícias* no período da ditadura, é possível entender como o jornal conseguiu manter a primazia que conquistou desde a sua fundação. Agora, a proximidade do poder garantia-lhe a prosperidade económica, não só pelas ligações que tinha por via societária, mas também pelos anunciantes e pelas tiragens.

O outro matutino lisboeta, *O Século*, é igualmente um periódico fundado no século XIX, (1881), mas que surgiu claramente como um projecto

político ligado à maçonaria, sendo um dos seus principais mentores José Sebastião de Magalhães Lima. Apesar de ter contribuído claramente para a propaganda republicana, o jornal acabaria por encontrar a sua vocação noticiosa depois de parte das acções terem sido adquiridas por José Joaquim da Silva Graça, em 1896. Uma das estratégias de desenvolvimento da difusão do jornal, assenta nas melhorias gráficas que foram implementadas. *O Século* era muito apelativo do ponto de vista da leitura, e procurou também criar conteúdos mais ligeiros, quer pela inclusão de folhetins, quer de temas ligados à moda, o que parece ter conquistado o público feminino da capital. As tiragens do jornal subiram, o que mostra que houve adesão do público ao novo modelo informativo. Mas é sobretudo na viragem do século, como aconteceu com outros títulos, que as transformações implementadas procuraram levar a uma linha editorial mais noticiosa do que ideológica.

Apesar do esforço de reformulação implementado, o período político seguinte, criou muitos sobressaltos na imprensa, à imagem do que se passava no plano político. Daí que *O Século* tenha estado inúmeras vezes envolvido em situações políticas polémicas. Entre os seus directores, constam figuras destacadas, como Trindade Coelho e Cunha Leal. A vida atribulada do jornal foi uma constante, uma vez que se comprometeu claramente com os acontecimentos, o que, não raro, provocou a sua suspensão.

A par dos altos e baixos da política, *O Século* teve também grandes sobressaltos pelo controlo da sua propriedade. Depois de um período de mudanças sucessivas, o matutino acaba por ser propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, constituída a partir de 1921, e na posse desta permanece até 1976. Apesar do seu novo enquadramento empresarial, a instabilidade manteve-se, embora por razões políticas. Até ao golpe militar, o jornal continuou a ter um papel muito interventivo e após o 28 de Maio não se eximiu a criticar duramente a Junta Militar pela sua acção censória.

Do ponto de vista da empresa SNT, ela seria tipicamente uma empresa de carácter familiar, mas dominada por João Pereira da Rosa a partir da década de 30. Este foi igualmente director do jornal de 1926 até 1963, altura do seu falecimento. Seria sob a sua chefia, que o jornal consagraria o pendor republicano que o caracterizou, um pouco à imagem de *O Primeiro de Janeiro*

do Porto. Mas, ao contrário deste, o diário lisboeta também foi capaz de, em determinadas situações, ostentar um claro apoio ao regime. Aparentemente, a linha editorial do diário congregava estas duas situações, o que é facilmente explicável pelas circunstâncias da censura e do regime: “Na redacção de *O Século*, pelo contrário, não só havia um certo peso dos adversários da ditadura, como nos responsáveis editoriais não havia tanta preocupação em fazer coincidir a agenda com os propósitos do regime; ainda que, numa linha editorial semelhante à do *Diário Popular*, quando as circunstâncias impunham uma tomada de posição, esta era, invariavelmente, favorável ao governo” (CORREIA; BAPTISTA, 2007:75). Para além das contradições decorrentes das condicionantes naturais do regime censório, a empresa Sociedade Nacional de Tipografia, foi conseguindo expandir a sua área de influência editorial e foi ainda proprietária de uma série de publicações periódicas de grande difusão, como *O Século XX*, *O Século Ilustrado* e *A Vida Mundial*, e outras de menor dimensão, como *A Ilustração Portuguesa*, *Modas e Bordados* e *O Cinéfilo*.

Dados os bons resultados da SNT, não é de estranhar que o jornal tenha despertado o interesse do grande capital e nem a estabilidade demonstrada do ponto de vista da gestão conseguiu evitar a sua passagem de mãos. De facto, seria o problema do investimento que tornaria a empresa permeável aos ataques da banca. A partir dos anos sessenta, a necessidade de modernizar o sistema de impressão tornou-se premente, e o administrador Eugénio Martins viu-se obrigado a proceder à compra de novas máquinas, que permitiram uma maior rapidez no processo de impressão, além de a tornarem de muito melhor qualidade. Mas este investimento teve custos muito elevados e o retorno não seria imediato. Dá-se, então, um período de dificuldades económicas em que o principal accionista – Guilherme Pereira da Rosa – acabaria por vender a sua parte a Jorge de Brito. Significa isto, que a partir de 1972, *O Século* acaba por ir para às mãos do Banco Internacional Português. Desta forma, é adquirida a SNT pelo valor de meio milhão de contos, e o jornal deixa de pertencer a uma empresa familiar e inclui-se no grupo dos títulos comprados pelos grandes grupos económicos. Ainda assim, o novo director Manuel Figueira, asseguraria a manutenção da linha editorial que tinha feito a história deste diário. Certo é que, depois do 25 de Abril, a

nova administração foi muito contestada e *O Século* seria palco de grande instabilidade.

Os matutinos portuenses tiveram, em termos de história de afirmação noticiosa, alguma similitude com o percurso de *O Século*, no sentido em que dois deles surgiam como órgãos de orientação ideológica, e o primeiro deles afirmou-se como um poderoso aliado da Associação Comercial do Porto. Tal como no exemplo anterior, a viragem do século levaria a que adquirissem uma feição mais informativa, que se foi acentuando, ainda que não de forma simultânea. Importa ainda referir, que estes três periódicos, serão tratados em capítulo próprio, pelo que aqui apenas se esboçam os momentos essenciais dentro da lógica deste enquadramento, que incide sobretudo nos antecedentes que condicionaram os destinos dos jornais depois da revolução.

O Comércio do Porto, publicado a partir de 1854, teve desde o seu início, o objectivo de apoiar as iniciativas da Associação Comercial, na medida em que o jornal no seu número inicial, também antecedido de um prospecto de lançamento, se declarava um defensor das actividades económicas. No fundo, esta nova experiência publicista, vinha tentar dar voz à praça comercial portuense, tendo sempre como pano de fundo, a prosperidade e o progresso. Nesse sentido, não faria apenas a defesa dos negociantes da cidade e da região; procuraria ainda chamar a atenção para os problemas da indústria e da agricultura. *O Comércio* declarava-se alheio às lutas políticas e partidárias, sendo que esses temas só seriam abordados desde que directamente relacionados com as principais linhas que orientavam o jornal. E manteve-se nos seus primórdios fiel a esta manifestação de intenções, o que lhe valeu a conquista da fidelidade do público, constituído pela burguesia portuense, mas também das famílias do interior norte do país.

Esta linha editorial é concebida à imagem de outros jornais de comércio surgidos em vários países e, de alguma forma, do título que um ano antes surgiu na capital. O elemento que distinguia o periódico portuense era a sua ligação à ACP. Mas, tal como os seus congéneres, privilegiou a informação de carácter económico e financeiro, quer pela publicação de múltiplas notícias sobre preços e movimentos de navios, quer pela inclusão de artigos de fundo que faziam a explanação e a crítica dos principais temas que

afectavam o mundo dos negócios. Para além disso, manteve a tónica na defesa dos interesses da burguesia comercial portuense, embora o seu conteúdo não se tenha esgotado aí, como se verá mais adiante.

Manuel Carqueja e Henrique Carlos de Miranda, foram os fundadores que se destacaram de um núcleo que preparou o aparecimento de *O Comércio do Porto*, e a eles se juntaria Francisco Carqueja. O jornal distinguiu-se sempre pelo cuidado com que foi elaborado e pela qualidade dos seus artigos, a que não é alheia o facto de contar com a colaboração dos grandes vultos da intelectualidade portuense. Gradualmente, o seu conteúdo foi-se tornando cada vez mais noticioso, abrangendo um público mais amplo, mas nunca perdendo a sua ligação aos interesses económicos da cidade.

Em termos de propriedade e administração, *O Comércio do Porto* acabou também por ficar ligado a uma família que tinha estado presente desde a sua fundação. Depois de várias passagens sucessórias, o jornal passaria a ser dirigido por Bento Carqueja, que se manteve como proprietário e director até 1935. Ele foi desde sempre a alma desta publicação e a ele se devem as principais transformações que levaram à sua modernização. Após a sua morte, *O Comércio* permanece na família, desta feita com Fortunato Seara Cardoso, seu genro. A propriedade manteve-se de índole familiar até que, em 1973, 70% do capital foi vendido ao grupo financeiro Quina.

A aquisição de *O Comércio do Porto* corresponde, assim, a mais um episódio em que uma das grandes *holdings* portuguesa, integra um matutino de prestígio nacional, agora sediado na cidade do Porto. O controle das suas acções passou a estar nas mãos dos Bancos FONSECAS & BURNAY e BORGES & IRMÃO, que vão igualmente adquirir outros títulos, como o *Jornal do Comércio*, o *Diário Popular*, o *Record* e a revista *Rádio e Televisão*, o que garantiu aos irmãos Quina uma posição considerável no sector da informação.

O Primeiro de Janeiro é outro dos jornais portuenses que nasce associado a um projecto ideológico: “*O Primeiro de Janeiro* proveio da *Janeirinha*, nome que recorda as manifestações populares da Praça Nova em 1-1-1868. Para que o movimento consubstanciado nessas manifestações não se limitasse a um episódio fugaz do período do constitucionalismo, mas significasse o início da nova era político-administrativa, pensou-se em criar

um jornal que traduzisse as aspirações liberais de tendência progressiva, aquela que depois se chamou progressista” (ENCICLOPÉDIA, 1988:258). Gaspar Ferreira Baltar e António Augusto Leal estiveram ligados ao grupo com maiores responsabilidades na liderança do movimento na cidade e foram eles que deram forma ao projecto jornalístico que serviria de bandeira propagandística da causa. O primeiro financiou o empreendimento e foi, a todos os títulos, a força motriz do jornal, enquanto António Augusto Leal era proprietário da tipografia onde se imprimia o *Jornal de Notícias* (um dos vários que existiram em oitocentos, mas não o que prevaleceu).

O processo de publicação de *O Janeiro* é algo mais complexo do que o exemplo precedente. O discurso inicial deste periódico era muito radicalizado e os seus fundadores acabaram por repensar o projecto, pelo que, depois de uma suspensão, ele acabaria por regressar com uma nova imagem e um novo título: surge então *O 1º de Janeiro, Jornal Político e Noticioso - Órgão do Centro Eleitoral Portuense*. Um ano mais tarde, passou a diário e fundiu-se com o referido *Jornal de Notícias* e o título passou a vigorar por extenso, revestindo-se da forma actual. Ainda assim, o cunho ideológico manteve-se muito acentuado e era de difícil leitura, devido a um grafismo de má qualidade.

As características de *O Primeiro de Janeiro* mantiveram-se por mais tempo, embora gradualmente este jornal tenha também adquirido uma feição mais noticiosa. A sua evolução editorial acompanha, de alguma forma, as transformações em termos de gestão. Estas foram motivadas por vários problemas económicos, que levariam Ferreira Baltar a comprar a totalidade da propriedade, em 1878. Após a sua morte, em 1899, sucede-lhe o filho, que constituirá a Empresa O Primeiro de Janeiro, com Joaquim Pacheco. Os destinos da empresa sofreram vários episódios pouco claros e, a partir de 1923, seria vendida a uma nova “(...) sociedade de que faziam parte Manuel Pinto de Azevedo, Manuel Alves Soares, Francisco Borges e Dr. Adriano Pimenta. Este último, então Presidente do Conselho de Administração, cargo que viria depois a ser ocupado por Manuel Pinto de Azevedo” (LEMOS, 2006:515). *O Primeiro de Janeiro* permaneceu como propriedade da mesma família, com Manuel Pinto de Azevedo Júnior no cargo de director a partir de

1937. O *Janeiro* constituiu uma das excepções ao panorama até agora traçado, uma vez que, nos anos finais da ditadura, não foi alvo dos ataques dos grandes grupos. Uma das razões que justifica a manutenção da empresa familiar deve-se, seguramente ao bem-estar económico da família Pinto de Azevedo, o que permitiu que o jornal atravessasse o período revolucionário sem mudar de mãos, mas não sem os sobressaltos que o caracterizaram.

O *Jornal de Notícias* é o terceiro exemplo de grande jornal da cidade do Porto e que sobrevive até aos nossos dias. Uma vez mais, na sua origem não está a criação de um projecto noticioso e popular, mas sim uma iniciativa partidária. Depois de uma série de diferendos na cena política portuense e nacional, um grupo de personalidades influentes decidiu patrocinar a criação de uma publicação que servisse os interesses do Partido Regenerador. O primeiro número foi publicado a 2 de Junho de 1888, depois de ter sido enviada uma carta circular a recomendar a sua assinatura. O partido apoiou a constituição de uma sociedade, constituída por 10 capitalistas, e que integrava personalidades ligadas à causa, mas também à finança. Desse núcleo, destacam-se as figuras de João Arroio, Manuel Miranda e Aníbal Morais, o único com experiência jornalística.

Apesar de se apresentar como um órgão partidário, ao contrário dos seus predecessores, o *Notícias* desde o seu início incluiu uma maior variedade temática e, sobretudo, - com a excepção do artigo de fundo, esse de grande conotação ideológica - grande parte das rubricas tinham um tom muito mais ligeiro. Seguramente devido a este factor, as tiragens subiram rapidamente, um pouco à imagem do que se tinha passado com o *Diário de Notícias*. Os espaços informativos de política e o editorial foram diminuindo, aumentaram as secções de lazer e, principalmente, a publicidade, que ocupou mais de metade da área impressa. Também, desde cedo o *JN* conferiu grande importância à informação regional.

O sucesso do *Jornal de Notícias* é *sui generis* em relação aos concorrentes já instalados. Era um diário que procurava articular os interesses dos Regeneradores com uma feição popular. Participou activamente em campanhas partidárias contra os Progressistas, mas também se identificou com causas típicas da cidade. Esse foi o seu apanágio ao longo da sua história,

quase até aos nossos dias. Essa ligação emotiva à cidade, bem como uma linguagem popular e acessível, fizeram do JN o jornal com maior implantação no norte do país. Ocuparia o segundo lugar nas tiragens dos jornais matutinos ainda durante a ditadura, e actualmente discute a primazia com o seu principal concorrente, *O Correio da Manhã*.

Estas características, de empresa noticiosa moderna, também elas se foram implementando gradualmente, quer pela necessidade do aumento de anunciantes, quer pela falência do parlamentarismo monárquico. Eventualmente, o jornal foi transformando a sua estrutura e acabou por se revelar como um projecto informativo, que rivalizou muito rapidamente com os seus predecessores na cidade.

A propriedade do jornal permaneceu ligada ao grupo inicial e a *posteriori*, em 1907, é então constituída a Empresa do *Jornal de Notícias*, que, a partir de 1922, passou a sociedade anónima. Vários foram os nomes de empresários ligados a esta sociedade, mas a família Pacheco de Miranda foi quem acabou por deter a posição maioritária. O jornal passou, particularmente no período da ditadura, por momentos difíceis do ponto de vista financeiro. Terá sido na sequência deles, que Manuel Pacheco de Miranda, se viu “obrigado” a contrair um empréstimo ao empresário do título rival, o industrial Manuel Pinto de Azevedo, que passou a deter uma posição na sociedade. Depois de algum tempo, o dono de *O Primeiro de Janeiro*, cedeu as suas acções a um grupo de Lisboa que, em última instância, se encontrava ancorado na Caixa Geral de Depósitos. Esta transacção teve como consequência a passagem de parte do capital para empresas do Estado, ficando o restante distribuído por um conjunto de accionistas em que permanecia Manuel Pacheco de Miranda. A sua ligação ao *Jornal de Notícias* fez-se, também, através do cargo de director, que ocupou entre 1947 e 1978.

Com este processo, também o JN se integrou no grupo das empresas jornalísticas cujo capital pertencia, pelo menos parcialmente, à banca, o que significa que destes cinco diários, apenas *O Primeiro de Janeiro* conseguiu escapar ao surto aquisitivo. Mas não foram apenas os matutinos a suscitar o interesse dos grandes grupos; também os títulos vespertinos foram alvo das suas investidas. No caso dos jornais da tarde, seriam também as suas

características específicas que contribuiriam para que se assumissem como hipótese de negócio mais atractivas.

Ao considerar o universo dos diários nacionais, desde logo releva o facto de haver dois matutinos em Lisboa e três no Porto enquanto os jornais da tarde se encontravam sedeados só na capital. Não deixa de ser curioso o facto de, no panorama portuense, não se ter conseguido levar avante, e de forma consequente, um projecto deste tipo. No final da II Guerra Mundial fundou-se o vespertino *A Tarde*, no âmbito da Empresa do *Jornal de Notícias*, sob a direcção de António Cruz. Tratou-se de uma experiência sem continuidade e cuja linha editorial estava muito ligada à ditadura, até por via do seu principal responsável. Seria justamente António Cruz que daria, de alguma maneira, continuidade ao projecto anterior, agora com o *Diário do Norte*, pertencente à Empresa de Publicidade do Norte. Mais uma vez, um jornal de grande conotação ideológica, com pouca difusão e que se revelou como um projecto essencialmente suportado pelo regime. Aliás, seriam justamente as forças mais tradicionalistas da cidade que se oporiam ao seu desaparecimento, decidido já no marcelismo, por dificuldades financeiras graves. Apesar disso, o *Diário do Norte* deixou de se publicar ainda em 1972. Mas este título estava muito longe do perfil noticioso moderno que caracterizaria os jornais da tarde da capital. Talvez também, pelas características sociológicas da cidade, mas sobretudo pela orientação seguida, não se revelou um projecto de sucesso, uma vez que, segundo Manuel Pina, era de tal forma faccioso que, durante a campanha de Humberto Delgado, os tipógrafos do *JN* se recusaram a imprimi-lo.

Depois do 25 de Abril houve uma nova tentativa de criação de um vespertino com o *Notícias da Tarde* (1981-1984), dirigido por Freitas Cruz. Também este, não se tratou de um projecto de continuidade, apesar de Neto da Silva referir a qualidade dos seus colaboradores, recrutados na nata intelectual da cidade. A criação deste diário esteve sobretudo ligada às lutas partidárias que marcaram o *Jornal de Notícias* neste período. O aparecimento deste novo projecto, dirigido por Freitas Cruz, correspondeu à saída encontrada pela administração do *JN* para compensar o facto, de a sua nomeação para director do matutino, ter sido sistematicamente obstaculizada

pelo conselho de redacção. Certo é que, do ponto de vista das tiragens, o jornal não revelou muito êxito, contudo, a sua vida foi tão curta que nem sequer teve tempo de gerar processos de fidelização do público. Estes escassos exemplos evidenciam a diferença existente entre os projectos criados no Porto e os da capital, onde as estratégias adoptadas permitiram uma boa implantação no mercado.

O êxito alcançado pelos vespertinos lisboetas é também realçado por Fernando Correia e Carla Baptista, que consideram que eles representavam uma forma diferente e inovadora de fazer jornalismo, apesar da prevalência das condicionantes impostas pela ditadura: “Quais as razões que justificam terem sido os vespertinos a estarem na vanguarda das alterações introduzidas no jornalismo durante estes anos? (...) O facto de se tratar de jornais da tarde, com hora de fecho que dificultava a sua chegada antes do princípio da noite do próprio dia às regiões mais afastadas da capital, fez deles jornais essencialmente lisboetas ou, melhor dizendo, metropolitanos” (CORREIA; BAPTISTA, 2007:109).

Para além das razões apontadas, que se inserem sobretudo numa logística da distribuição, os autores apontam também razões de ordem sociológica, respeitantes à tipificação dos públicos e às dinâmicas próprias da nova população urbana, que geraram novos pólos de interesse e, como tal, propiciaram a modernização da estrutura informativa. Esta perspectiva só será válida para o *Diário de Lisboa*, *Diário Popular* e *A Capital*, uma vez que os outros dois jornais não se enquadram nesta orientação editorial.

O *Diário de Lisboa*, criado em 1921, surge num período bastante conturbado da I República e, curiosamente, pela iniciativa de um banqueiro, António Vieira Pinto, ligado ao Pinto & Sotto Mayor. O projecto do jornal teria tido como intenção fazer a crítica dos desmandos políticos da altura, embora também ele apoiado por sectores republicanos. Maria Antónia Palla define-o como um jornal de tendência liberal e essa terá sido a sua linha editorial desde o seu aparecimento. Sai no segmento dos matutinos e só em 1968 se converte em edição da tarde.

Como outros títulos daquele período, o jornal foi alvo de críticas e ataques, mas manteve a sua atitude de crítica moderada: “Como é que era

possível acusar de sedicioso um jornal que desde o seu aparecimento, em Abril de 1921, protestou sempre, sem um desânimo, combatendo os motins, sedições e revoluções que tantos danos causavam ao país, não obstante a boa fé e algumas intenções dos seus promotores...”(LEMOS, 2006:256). Este excerto inclui-se num artigo que ocupa toda a primeira página da edição surgida após a suspensão do *Diário de Lisboa*, em 1925. Viviam-se tempos conturbados e o jornal não poupava as críticas a quem entendia ser responsável pela insegurança social e política que teria como desenlace o golpe militar e a ditadura. Ainda que mantendo essa linha editorial, o diário foi consolidando a feição informativa em detrimento da crítica política e foi enriquecendo o seu conteúdo e fidelizando públicos. Um pouco contra à corrente, o sucesso do *DL* foi sendo conquistado justamente pela equidistância possível face ao poder político, pelo cuidado com que era elaborado, mas também pela capacidade de ser receptivo às diferentes correntes culturais. Foi justamente esse espírito novo que levou a que durante o Estado Novo tivesse sofrido perseguições e contratempos, com consequências financeiras. Para além da prossecução da independência editorial, o *Diário de Lisboa* distinguiu-se dos seus concorrentes pela qualidade da escrita e pelo nível dos seus colaboradores, o que fez com que o seu público fosse de alguma forma mais elitista.

A propriedade do jornal foi, ainda no ano da sua fundação, transferida para a recém-criada Renascença Gráfica, Lda., onde pontuavam os sócios Joaquim Manso, Pedro Bordalo Pinheiro, António Vieira Pinto e Alfredo Vieira Pinto. A direcção do jornal permaneceu nas mãos de Joaquim Manso até à sua morte, em 1956. Nesse ano, o cargo foi ocupado pelo prestigiado jornalista Norberto Lopes, até então director-adjunto.

Ainda na década de 50, verificaram-se transformações na propriedade e administração da Renascença Gráfica, Lda., pela morte de Joaquim Manso, mas também de Alfredo Vieira Pinto (1952). Os herdeiros da empresa passaram a ser Guilherme Pereira da Rosa, genro de Vieira Pinto e à altura director de *O Século*, que em 1953 ocupa o cargo de administrador, juntamente com João Ruela Ramos e Lefebre Manso, filho do primeiro proprietário. Significa isto que, tal como em processos anteriores, também o

DL se caracterizou por ser uma empresa de tipo familiar, sendo a sua propriedade transmitida por direitos sucessórios. Seria também neste contexto que a última geração cederia à pressão da banca.

O *Diário de Lisboa* foi igualmente alvo de transformações na década seguinte, quer em termos de propriedade, quer da estrutura redactorial, uma em consequência da outra. Em 1967, outra parte do capital da empresa passou para novos investidores, por venda das acções de Pereira da Rosa. Este foi um dos casos em que o intervencionismo estatal se fez sentir, já que Oliveira Salazar preferiu sacrificar este vespertino em detrimento de *O Século*. Foi, é hoje sabido, uma situação adiada: “A conselho de Salazar, que desejava evitar “mexidas” em *O Século*, a venda faz-se ao Banco Nacional Ultramarino, que passa a proprietário de um terço das acções, embora sem assento na administração” (PALLA, 1990:213). Isto significa que o capital do *DL* passou, para além dos nomes tradicionais – Ruella Ramos e Pedro Manso – a estar também nas mãos de duas casas bancárias, Pinto & Sotto Mayor e Banco Nacional Ultramarino. Como em situações anteriores, a nova configuração da propriedade teve consequências imediatas, mas também outras, muito mais drásticas depois do 25 de Abril.

As alterações verificadas na sociedade da Renascença Gráfica, Lda. deram origem a um período de alguma instabilidade a nível da redacção do *Diário de Lisboa*. Em 1967, o director Norberto Lopes e o director adjunto, anunciaram publicamente a sua demissão, por entenderem que a nova administração não se coadunava com a linha editorial tradicional do jornal. Em consequência, António Pedro Ruella Ramos passou a ser o novo director, cargo em que se manteve ainda depois do 25 de Abril, até 1989. Foi na sua vigência que o *DL* passou a publicar a edição vespertina, em 20 de Fevereiro de 1968.

Segundo Ana Cabrera, a redacção do *Diário de Lisboa* passou por vários momentos de instabilidade. A saída das chefias ter-se-á devido a múltiplos factores, entre eles os novos investimentos: “A aquisição para o *Diário de Lisboa* de um novo sistema de impressão, o offset, faz-se em 1966, embora só comece a funcionar em Outubro de 1970. A este novo sistema estava associado António Ruella Ramos, administrador, e Lopes de Souto, homem que

sabia muito de artes gráficas e muito actualizado na área” (CABRERA, 2006:87). De acordo com a autora, terão sido justamente estas transformações técnicas que terão provocado o descontentamento das chefias e de quadros intermédios, o que terá precipitado a sua saída. Seja pela dificuldade de adaptação a novas rotinas, seja pelas mudanças na linha editorial, o *Diário de Lisboa* foi, dos exemplos de alteração e modernização, aquele que passou por uma mudança mais radical, já que as reformas se fizeram sentir no parque gráfico, mas também na estrutura redactorial e, consequentemente, nos conteúdos noticiosos.

Vários foram os títulos que se denominaram ‘diário popular’ desde finais do século XIX e durante a I República, não tendo nenhum deles sobrevivido. O projecto que vingou inaugura-se em 1942, já em pleno Estado Novo. O *Diário Popular* surge como um jornal informativo, desprovido de conotações políticas. Ainda assim, a declaração de intenções remete para a necessidade de enaltecer o “sentimento nacional”, isto num período particularmente difícil, marcado pela II Guerra Mundial: “Sendo fundamentalmente um jornal de grande informação, o *Diário Popular* tem um objectivo essencial, que é o de procurar avivar a consciência nacional, dando aqui à palavra nacional uma maior amplitude que aquela que lhe dá o seu significado geográfico ou seja o de que ‘o nacional é o social por excelência’. (...) Porém, é evidentemente preciso lembrar que o problema nacional mais agudo é, no momento que passa, como em tantos outros países, o da possibilidade de o homem de hoje ser capaz de se adaptar às novas características de uma civilização que nasce” (LEMOS, 2006:319) Nesta declaração de intenções inicial, o jornal anunciava de alguma maneira, o começo de um novo ciclo. Era essa a expectativa também a nível nacional, com o final da guerra e a vitória das democracias.

A renovação do regime não se processou, mas o *DP* certamente conseguiu adaptar-se aos novos tempos. Rapidamente se transformou num jornal de sucesso, o primeiro entre os vespertinos, e, nos anos sessenta, as suas tiragens aproximaram-se das do *Diário de Notícias*. A razão da boa aceitação residia no estilo popular que agradava a um público indiferenciado, sem grandes preocupações estilísticas. Outro aspecto que o fazia ser escolhido

pelo grande público era o facto de o jornal não estar excessivamente enfeudado ao regime (segundo Balsemão, “a meio-termo”). Ainda que o seu tom fosse mais ligeiro, este vespertino contou também com o facto de investir numa nova geração de colaboradores, que imprimiam maior dinamismo e novidade à forma como era pensada a edição.

A propriedade do *Diário Popular* é inicialmente detida pela Sociedade Industrial de Imprensa, cujo sócio maioritário era Artur Rebelo. Em 1944, o capital que detinha foi vendido a um grupo de accionistas até então minoritário. De entre os novos proprietários destacavam-se Francisco Balsemão, mas também Quintino Rosado, Manuel Soares Portugal e Brás de Medeiros. Depois desta aquisição, a empresa passou a denominar-se Sociedade Industrial de Imprensa, Lda., e deteve a propriedade do jornal até 1976. Nessa altura, e por razões várias, esteve na origem da criação da EPSP (Empresa Pública dos Jornais Século e Popular). Durante o período anterior à revolução, a empresa obteve sempre bons resultados em função das tiragens e, em consequência, do retorno da publicidade. Para além do *Popular* detinha também o jornal *Record* e a revista *Rádio e Televisão*, ambas publicações de sucesso.

Quanto à estrutura da redacção, ela sofreu também algumas alterações, particularmente na década de 60. Depois de alguma rotação na direcção do jornal, em 1958, Martinho Nobre de Melo assumiu o cargo, que manteve até 1974. Foi justamente nesse período que Francisco Pinto Balsemão entrou para o jornal (1963) e ocupou inicialmente o cargo de secretário do director e, após a morte do pai, Henrique Balsemão, o de administrador.

Balsemão é reconhecidamente um empresário de sucesso na área da comunicação social e evidenciou desde logo a seu carácter empreendedor. A essa circunstância não é alheio o facto de uma das tónicas da sua linha de acção partir do conhecimento do que de mais recente se regista a nível dos *media* internacionais. Esta experiência levou-o a promover reformas a nível da redacção, que passaram por uma maneira muito mais moderna de fazer notícias. O que conferiu um estilo inovador ao jornal, não foram só as novas temáticas, mas também o facto de impulsionar o trabalho dos repórteres mais

jovens. O vespertino conseguiu conquistar novas franjas de público, nomeadamente, através da aposta também em edições regionais. Tratou-se de um projecto que se baseou na articulação desses diferentes aspectos: a aposta nos elementos mais jovens e mais dinâmicos da redacção, uma forma mais moderna de fazer notícias e a criação de novas propostas editoriais, como estratégia de conquista de públicos. As vantagens desta renovação ficaram patentes pelo aumento extraordinário das tiragens, que rondavam os 120 000 exemplares, valores estes que eram por vezes ultrapassados.

As transformações levadas a cabo por Pinto Balsemão entraram em rota de colisão com Brás de Medeiros, situação que se agravou com as posições que o então deputado defendeu na Assembleia Nacional em relação à lei de imprensa. Foi nesse contexto, que o *Diário Popular* acabou por ser vendido ao grupo Quina. Um dos aspectos mais relevantes deste novo processo de venda é que o jornal, dado o sucesso que detinha, quer do ponto de vista do público, quer das tiragens, se assumia como um negócio aliciante, e, como tal, seria natural que despertasse a atenção dos investidores. A questão colocava-se a nível da disponibilidade dos sócios para alienarem as suas partes. Seria a partir da clivagem entre Brás de Medeiros e Francisco Balsemão que se propiciaria a situação de venda. Coube ao primeiro a iniciativa de alienar a sua parte, mas através de termos contratuais pré-estabelecidos, Henrique Balsemão seria também obrigado a colocar à venda a sua parte. Apesar do preço muito elevado de que se revestiu a proposta dos dois accionistas maioritários, o Banco Borges & Irmão aceitou-o e concluiu a aquisição. Isto colocou Francisco Balsemão numa situação isolada, dadas as suas acções representarem uma fracção diminuta, o que lhe retirava a possibilidade de continuar a dirigir a orientação do jornal. Daí que também ele tenha acabado por vender a sua parte.

O processo do *Diário Popular* chama a atenção pelo facto de, por esta vez, não estarmos perante uma situação de dificuldades financeiras que pressionam no sentido da venda. Pelo contrário, a compra do jornal por um preço tão elevado para os valores da época diz bem do interesse económico que suscitava e, neste caso, o grupo bancário teria à partida uma expectativa de retorno: as transformações técnicas estavam feitas, a modernização da

estrutura redactorial também, o marketing tinha funcionado e as tiragens tinham subido significativamente e com mais razão por se tratar de um vespertino. Por outro lado, outro factor que surge pela primeira vez neste conjunto de processos, é que ele se despoleta a partir de uma situação de litígio interno da sociedade. Curiosamente, esse aspecto não contribuiu para depreciar o seu valor, pelo contrário, representou uma transacção de grande vulto para o sector e para a época.

O jornal *A Capital* surge como um projecto do grupo de jornalistas que se havia incompatibilizado com a nova administração do *Diário de Lisboa*. O primeiro número é publicado em 21 de Fevereiro de 1968 e desde o início que a vida deste vespertino foi marcada por todo o tipo de vicissitudes, a que não é alheio o facto de as dificuldades económicas terem sido uma constante. Norberto Lopes e Mário Neves foram respectivamente director e director-adjunto de um projecto que procurava dar 'continuidade' à linha editorial do *DL*, como se defende no seu artigo de lançamento: "(...) velho e prestigioso jornal que foi escola de jornalistas e onde se afirmaram alguns dos mais altos valores do jornalismo português. (...) Somos um jornal independente, livre de hipotecas financeiras e políticas. (...) Colocar-nos-emos acima e à margem de tendências partidárias, de interesses privados e das oligarquias reinantes" (LEMOS, 2006:161). Esta declaração de independência, no período em causa, revela, no mínimo, candura. Numa época em que os vários sectores do regime claramente se movimentavam para obter uma parcela de controlo da imprensa, o editorial de *A Capital* aparece como uma iniciativa voluntariosa, mas irrealista. Assim, o novo vespertino surgiu graças a um posição de princípio dos seus fundadores. Por se tratar de uma experiência nova e com fracos recursos económicos, o jornal recorreu também ao recrutamento de jovens, que aí fizeram a aprendizagem da profissão, o que se revelou uma das mais-valias da redacção. Mas a fraca estrutura financeira e a intransigência editorial dos fundadores colocaram, desde o início, o projecto numa situação muito precária: "O jornal já nasceu velho, uma espécie de *Diário de Lisboa* 2, justamente numa altura em que este vespertino, numa linha que o *Diário Popular* já adoptara, se estava a renovar, recrutando quadros mais jovens,

criando novas rubricas e suplementos e apostando num novo grafismo” (CORREIA; BAPTISTA, 2007:198).

Por outro lado, a propriedade de *A Capital* traduz uma solução empresarial muito inovadora e que seria uma das saídas encontradas pelo *Le Monde* para se eximir à pressão dos investidores externos. Seria também um modelo que teve particular relevo no período posterior ao 25 de Abril, mas que na imprensa não fez escola. Foi constituída uma espécie de cooperativa de 10 jornalistas, ou a “primeira sociedade de redactores”, nas palavras de Norberto Lopes. Estes jornalistas foram o grupo dissidente do *DL*, mas a sociedade também agrupava um pequeno número de accionistas, que formavam a Sociedade Gráfica de A Capital, SARL. Apesar da boa vontade dos fundadores, desde o início, esta sociedade revelou problemas económicos, dada a falta de capacidade financeira, que foi patente a partir da fundação do projecto. Num período anterior, esta solução poderia ter alguma possibilidade de afirmação. Mas, numa época em que o meio era atravessado por profundos investimentos, e por uma concorrência feroz pela conquista da supremacia das tiragens, uma iniciativa deste tipo não tinha condições para vingar sem apoios externos, situação que os sócios de *A Capital* não equacionavam.

As dificuldades acentuaram-se por várias razões. Quando o jornal foi lançado, os seus fundadores contavam que o prestígio do corpo redactorial, e o facto de o vespertino ter uma orientação anti-regime, contribuísem para que tivesse grande aceitação junto do público. Mas, de facto, este já não era o momento para um projecto deste tipo, e ao grupo faltou tempo e suporte económico para aguentar um período de conquista e fidelização de públicos. Tanto é que o jornal surgiu com uma tiragem muito inflacionada em função das expectativas da nova sociedade, mas os números reais rondavam os oito mil exemplares, o que era manifestamente insuficiente para garantir a continuidade do projecto. Face a estes valores, e dadas as condições do mercado, a publicidade também não afluía e os problemas de gestão levaram ao desentendimento entre os associados. Portanto, face às dificuldades acumuladas, *A Capital* surgia como uma presa fácil para os objectivos dos investidores.

Mais uma vez, um título viu-se perante um processo aquisitivo, agora protagonizado pela SEGE – Sociedade de Estudos e Gestão de Empresas, SARL. Esta empresa era constituída por interesses de diferentes grupos económicos, entre os quais se contavam a CUF, os Banco Espírito Santo e Borges & Irmão, e Manuel Queirós Pereira deteria a maioria do capital. Assim, e mais uma vez, a propriedade de um jornal passa, ainda que parcialmente, para as mãos da banca. Depois da compra, a empresa que detém o jornal passou a denominar-se Sociedade Gráfica de *A Capital*, designação que vigorou até 1976.

O processo de transição da sociedade teve como consequência o abandono dos cargos de chefia detidos por Norberto Lopes e Mário Neves e a sua substituição por Pedro Homem de Melo e Faustino Fialho de Oliveira, respectivamente, director e subdirector. Estas nomeações da nova administração foram também de curta duração: entre 1971 e 1974. Ainda que breve, durante estes escassos três anos, o jornal sofreu uma reviravolta em termos de linha editorial e procurou reconquistar espaço aos seus mais directos concorrentes. Aquando da criação do projecto inicial, a redacção contava já com vários jovens jornalistas e essa característica foi acentuada pelas chefias, que prosseguiram na contratação de novos elementos. Foi a juventude que conferiu grande dinamismo à informação, o que acabou por se coadunar melhor com a recente orientação informativa.

A estratégia adoptada para rapidamente conquistar outros públicos, consistiu numa linha editorial popular e, por vezes, sensacionalista. O recurso mais sistematizado à reportagem e a temáticas de entretenimento, colocaram *A Capital* nos antípodas da lógica noticiosa, que tinha estado subjacente à sua criação. Esta forma de fazer o jornal, muito criticada nos meios mais tradicionais, só foi possível justamente pela recomposição da redacção e isso deveu-se à capacidade dos novos investidores. A orientação levada a cabo por Homem de Mello revelou-se extremamente eficaz, já que as tiragens chegaram a quintuplicar durante a sua direcção. Ainda assim, a sua substituição dois meses antes do 25 de Abril, por uma figura muito ligada ao regime, fez com que a nova direcção durasse apenas aquele período de tempo.

Tal como a praça do Porto veio a ter o seu *Comércio do Porto*, a praça de Lisboa teve, a partir de 1853, o *Jornal do Comércio*, com orientações editoriais idênticas às daquele, ainda que com objectivos diferentes. Este *Jornal do Comércio*, semelhante a periódicos com conteúdos similares em vários países, surgiu na sequência lógica dos jornais que davam informação comercial na época. Normalmente evoluindo a partir de folhas de anúncios, ou de informações sobre o movimento comercial, em certos casos, este tipo de periódicos adquiriu uma feição de publicismo especializado. Configuraram-se, então, em novos projectos de feição económica, onde não deixavam de englobar um sector para anunciantes e o mesmo tipo de informações que ia desde a evolução dos preços ao tráfego marítimo.

O *Jornal do Comércio* não foge à regra e no seu prospecto de lançamento, promete “Lançar a luz da publicidade sobre as transacções e movimentos comerciais, é fazer um serviço ao mesmo tempo aos produtores e consumidores, aos que oferecem os seus produtos à venda, aos que necessitam de se prover deles. O anúncio em França, e sobretudo em Inglaterra, elevou-se à altura de uma potência comercial, e a imprensa inglesa vive principalmente à sombra desse maravilhoso agente do comércio e da indústria moderna” (LEMOS, 2006:394). O jornal foi fundado por João Pereira da Silva e Mateus Pereira d’Almeida e Silva, já com experiência anterior neste tipo de jornalismo especializado. Durante a Monarquia Liberal dedicou-se não só à publicação de anúncios, mas também a uma informação variada, ainda que com ênfase nos aspectos económicos. Ao longo desta fase, o jornal mudou de título e de proprietários, mas a sua vertente editorial não se alterou e foi-se tornando cada vez mais elaborada.

Apesar da evolução em termos de conteúdo, o *Jornal do Comércio* passou por várias vicissitudes com a falência do regime monárquico. Em 1881, foi adquirido pela firma Henrique Burnay & C.ia, passando a estar ligado, portanto, à família de banqueiros. Apesar das suspensões, era um jornal que se identificava com a monarquia.

Com a revolução republicana, e mais uma vez face às opções políticas, o jornal voltou a sofrer alguns sobressaltos, até que acabou por publicar uma declaração de intenções onde se comprometia a não se envolver em

polémicas e a defender os interesses da classe dos comerciantes. Foi nesta época que passou a ser dirigido por uma figura de grande prestígio do jornalismo nacional, Alberto Bessa, cujos primórdios na profissão se tinham feito nas hostes republicanas. Ainda que o percurso deste, se tivesse feito também pelo grande órgão noticioso nacional, o *Diário de Notícias*, os princípios da escola republicana continuaram a nortear a forma como entendia o exercício do jornalismo. O novo período político trouxe igualmente a alteração do título, que passou a designar-se *Jornal do Comércio e das Colónias* (1911), numa clara defesa dos interesses portugueses em África. A razão desta nova denominação prende-se claramente com um dos principais aspectos que tinham constituído uma bandeira do ideário republicano, e que o próprio diário explicava como a defesa de numa perspectiva puramente nacionalista e comercial.

A feição política do jornal, esteve ainda presente na defesa de princípios como a liberdade de imprensa, quando os sobressaltos da I República a puseram em causa. Foi ainda realçada aquando do golpe militar do 28 de Maio, mas este seria o último momento em que o jornal defenderia esta causa da democracia. Com o advento da ditadura, Alberto Bessa⁹ abandonou as lides jornalísticas e o *Jornal do Comércio e Colónias* passou a alinhar com os novos ventos, como é patente pela inclusão de artigos em defesa do modelo corporativista, um dos quais da autoria de Marcelo Caetano.

A propriedade do jornal era detida pela empresa *Jornal do Comércio e das Colónias*, situação que se manteve até 1959, altura em que passa a intitular-se *Empresa do Jornal do Comércio*, SARL. Esta alteração deu-se no decurso das mudanças implementadas pelo regime salazarista no final da II Guerra Mundial e da necessidade de esbater, face à opinião pública estrangeira, a política colonialista portuguesa. Nesse sentido, e de acordo com a reforma constitucional, as colónias passaram a ser “províncias ultramarinas” e, como tal, o título do jornal tornara-se contraproducente. O regresso ao título inicial não representava qualquer tipo de oposição à política do regime, pelo contrário, uma vez que parte da matéria noticiada continuava

⁹ Apesar de a saída do *Jornal do Comércio e Colónias* poder ser vista como o culminar de um longa e rica carreira no mundo jornalístico, Alberto Bessa foi ainda o autor de uma espécie de dicionário dos periódicos do Porto, que se publicou na revista *O Tripeiro* entre 1919 e 1928.

a assentar no comércio colonial. Regressa, pois, ao título inicial e ainda nos anos cinquenta, inicia a sua edição vespertina. Durante esta década sofreu algumas remodelações, sobretudo com o novo director, Maurício de Oliveira, que se propôs dar ao jornal uma orientação editorial com uma vertente noticiosa mais abrangente, que durou até à década de 70. Em 1972, depois da morte deste, foi nomeado director Carlos Rodrigues Machado. A estabilidade em termos de chefias, evidencia o conservadorismo de toda a estrutura do jornal. Esse imobilismo só seria abalado no início da década de setenta, já que à alteração nas chefias correspondeu igualmente a alienação da propriedade: uma vez mais um diário era adquirido por um dos grupos económicos e o *Jornal do Comércio* foi parar às mãos do Banco Borges & Irmão.

O último dos vespertinos deste período, o jornal *República* foi, como o título indica, uma folha de longa tradição política. A primeira das publicações assim intituladas surge em 1890, no Porto, no rescaldo do ultimato britânico e da revolta do 31 de Janeiro e dura até 1909. Ainda em 1908, aparece em Lisboa outro jornal com o mesmo nome, que também se publica até 1909. Em 1911, foi lançado o matutino *República*, cujo director era António José de Almeida, e que desde o início da sua publicação se assumiu como defensor de um ideal político: “O *República* simbolizou – juntamente com o *Diário de Lisboa* – a atitude oposicionista possível, sob a censura prévia do salazarismo. Fundado por António José de Almeida, era um jornal de tradição republicana, que contava entre os seus gestores e directores, figuras destacadas da Maçonaria” (MESQUITA: 369).

Na sua primeira fase teve, além do director inicial, outra figura de vulto, António Granjo. Pelo seu engajamento político, o jornal sofreu necessariamente com a instabilidade que se vivia na altura. Foi alvo de ataques, greves e suspensões, tal como os demais títulos deste período. Apesar disso, este matutino pugnava pela defesa da paz social e manifestava-se contra as diferentes formas de desordem que fizeram a tônica dessa época, particularmente com o fim do sidonismo. Já em 1923, em subtítulo, o *República* assume-se como órgão do Partido Republicano Nacionalista (resultante da fusão dos partidos Unionista e Evolucionista, contra o Partido

Democrático) e explica a razão desta opção, uma vez mais, como forma de defesa da paz social. Com a degradação da situação política, o jornal suspendeu a sua publicação durante três anos. Reapareceu, retomando o projecto do seu fundador, agora como vespertino.

Já com Ribeiro de Carvalho como director, o *República* manteve-se coerente com a defesa dos princípios por que se tinha regido. Essa linha editorial trouxe-lhe, uma vez mais, momentos difíceis, nomeadamente com a defesa da unidade republicana contra os inimigos do regime, que se traduziu num assalto ao jornal (não seria o último) e na sua suspensão. A repressão da ditadura não foi suficiente para alterar este posicionamento. No período das várias tentativas falhadas de reposição da república liberal (1931/32), o jornal foi igualmente suspenso várias vezes e retomou sempre a publicação reafirmando o mesmo ideal.

E esta foi a tónica da história de um jornal que se manteve fiel aos seus princípios: muito marcada por suspensões, assaltos e espaços em branco, em todo o período da ditadura. Passou por alguns momentos mais dramáticos, como foi o não acatamento das directivas da censura em relação à notícia do assalto ao Santa Maria. A perseverança nesta orientação editorial de oposição ao regime e de não acatamento das regras do jogo, teve consequências do ponto de vista da sua vida económica, já que as retaliações dos censores, para além dos episódios suspensivos, provocavam atrasos na impressão e, consequentemente, na distribuição.

Ainda assim, *O República* não sobrevivia pela sua grande difusão ou pela força dos seus anunciantes, mas pelos apoios políticos que suportavam a sua publicação. Tratava-se, pois, de um jornal de pequena dimensão. A orientação editorial preponderante, não impediu que este jornal não tivesse incluído uma feição mais informativa generalista. E, apesar de ser um jornal com escassos recursos económicos, ensaiou também, ainda durante a década de 60, uma modernização modesta dos seus meios técnicos.

A propriedade do *República* manteve-se nas mãos de Ribeiro de Carvalho até à sua morte, em 1941. No ano seguinte constituiu-se a Ribeiro de Carvalho Herd^{os}., que deteve o jornal até 1972. Entretanto, em 1953 foi constituída a empresa Editorial República, em que estavam representados os

interesses da velha oposição republicana. Já na década de 70, um grupo de individualidades ligadas à Acção Socialista conseguiu a maioria do capital. Foi a partir desta iniciativa que, em 1972, Raul Rego assumiu o cargo de director. A nova sociedade era composta por cerca de três mil pequenos accionistas e foi graças a esta nova injeção de capital e a uma remodelação do projecto informativo que o jornal se afirmou. De uma situação de muito baixa tiragem, de circulação quase clandestina, o *República* atingiu os 20 mil exemplares e foi mais um dos raros exemplos de títulos que, neste período, não passaram para a alçada da banca.

1.3 – Transformações da propriedade dos jornais: as novas linhas de evolução

Esta breve contextualização, relativa aos principais jornais diários portugueses, revela que os grandes grupos económicos tiveram um manifesto interesse pelo investimento na imprensa, sendo que este se estendeu a outras publicações que não cabem no campo inicialmente delineado. A passagem dos jornais de empresas de índole familiar, para a alçada de outras instituições económicas e financeiras, provocou mudanças profundas e uma nova configuração das sociedades detentoras dos títulos.

TÍTULO	PROPRIEDADE
<i>Jornal do Comércio</i>	Banco Borges & Irmão
<i>Comércio do Porto</i>	Bancos FONSECAS & BURNAY e BORGES & Irmão; Outros
<i>Diário de Notícias</i>	Companhia Industrial Portugal e Colónias/CGD
<i>O Primeiro de Janeiro</i>	Pinto de Azevedo
<i>O Século</i>	Banco Internacional Português
<i>Jornal de Notícias</i>	Companhia Industrial Portugal e Colónias/CGD; Outros
<i>A República</i>	Grupo de Accionistas (Acção Socialista)

<i>O Diário de Lisboa</i>	Pinto & Sotto Mayor e Nacional Ultramarino; Outros
<i>O Diário Popular</i>	Banco Borges & Irmão
<i>A Capital</i>	Banco Espírito Santo e Borges & Irmão

Tab. 2 – Grupos detentores dos principais jornais.

Um dos aspectos que se liga, directa ou indirectamente, à transformação das sociedades, é a modernização da estrutura de produção das empresas jornalísticas que se verifica a partir dos anos 60. Ela pode surgir como resultado do esforço de renovação dos proprietários tradicionais ou como consequência do surto inversor dos novos donos da imprensa, em função das aquisições. Não raro, a primeira situação conduziu à segunda, mas, seja como for, o parque gráfico foi renovado em articulação com esta dupla vertente.

A renovação tecnológica processou-se então, abrindo caminho ao off-set e ao scanner e, não raro, a máquina de escrever fazia a sua entrada triunfal nas redacções. Tudo isto se traduziu em melhorias consideráveis do ponto de vista gráfico, que tornaram as publicações muito mais apelativas. O incremento da forma e da velocidade da impressão tiveram também de ser acompanhados pela alteração na forma de produzir as notícias, o que implicou a contratação de novos quadros, mais qualificados e, como tal, também melhor pagos. Tudo isto se traduziu num grande dispêndio de verbas, que se esperava que a publicidade viesse ressarcir. Mas o retorno não podia ser imediato, e a principal consequência de todo este movimento é que as empresas contraíram com as casas bancárias na esfera das quais estavam inseridas grandes dívidas que ficaram por saldar no período subsequente ao 25 de Abril.

A justificação para esta política inversora, é apontada por vários autores, como uma forma de exercer pressão sobre o regime. Contudo, e a par deste aspecto, não se deve esquecer o momento extraordinariamente favorável que a economia nacional estava a atravessar e que levava a uma política de expansão e diversificação do investimento destes grandes grupos económicos. Este processo foi visível ainda numa fase inicial, em que as

sociedades cujo capital provinha, essencialmente, do sector bancário, partiram para a conquista de posições no sector transformador e nos serviços, da mesma forma que os capitais gerados sobretudo nas indústrias passaram também a deter interesses na banca, seguros, etc.: “Em todo o caso, (...) deve assinalar-se a coexistência de grupos com raiz originária na área financeira – casos dos grupos Espírito Santo, BPA; BNU e Fonsecas & Burnay – e ulteriores ramificações na vertente industrial e dos serviços não financeiros, com outros casos – de que os exemplos do Grupo CUF e Champalimaud são testemunhos – em que o rumo em direcção ao sector financeiro resultou da prévia consolidação da sua presença na esfera industrial” (SOUSA; CRUZ, 1995:67).

Este crescimento, na década de 60, da economia portuguesa esteve ligado a um conjunto de factores internos, mas também a uma forte conjuntura de expansão dos mercados internacionais. A economia não só cresceu, como o ciclo foi marcado por uma estabilidade sem precedentes, tendo adquirido um maior impulso a partir da década de sessenta. Portugal pode acompanhar esta fase de crescimento graças à influência externa, mas também a um conjunto de transformações na política económica. Um dos aspectos, já antes mencionados, tem a ver com a mudança do eixo de produção. Até aos anos cinquenta, cerca 50% da população estava empregada no sector agrícola, mas até aos inícios da década de setenta, essa paisagem alterou-se em função da nova empregabilidade industrial e de serviços. A deslocação da população activa para outras ocupações indiciou em si mesma crescimento, na medida em que as novas áreas escolhidas representavam maior produtividade face ao sector primário.

Ora, a transformação do país agrário para uma modernização traduzida pelo desenvolvimento dos sectores secundário e terciário permitiu, além da afluência às cidades, uma melhoria considerável no nível de vida e, em consequência, uma alteração nos hábitos de consumo. Os economistas coincidem na ideia de que, o crescimento do mercado internacional que se verificou até à crise do petróleo em 1973, favoreceu o desenvolvimento dos sectores produtivo, financeiro e comercial portugueses, ainda que não tenha sido o factor exclusivo nesse quadro altamente favorável.

Um dos aspectos a considerar, prende-se com uma menor interferência do Estado no condicionamento económico, que permitiu uma certa abertura da produção nacional aos mercados externos. Esta liberalização possibilitou canalizar parte da laboração industrial para exportação e lançou Portugal nos circuitos da concorrência internacional. Como consequência dessa liberalização, verificou-se igualmente uma abertura das empresas nacionais à penetração de capital estrangeiro, ainda que Salazar tenha adoptado um conjunto de medidas proteccionistas, nomeadamente nas contrapartidas dos acordos com a EFTA. Ainda assim, a ligação entre o capital estrangeiro e o nacional, esteve presente em diversas áreas de investimento dos principais sete grupos económicos, no período antes do 25 de Abril. Verificou-se uma comunidade de interesses a diversos níveis, como a banca e os seguros, mas um dos aspectos onde essas associações de inversão foram mais evidentes registou-se na implementação dos grandes empreendimentos coloniais.

Ao aferir destas ligações podem-se apontar dois tipos de consequências, sob o ponto de vista da imprensa. Uma, de carácter imediato, teve a ver com a necessidade evidenciada pelo Estado em interferir nalgumas das operações de aquisição dos jornais e da própria elaboração da Lei de Imprensa. A outra, verificou-se *a posteriori*, ligada ao processo de nacionalizações verificado no período revolucionário, e em que houve uma preocupação de salvaguarda dos interesses do capital estrangeiro.

Quanto ao carácter intervencionista do Estado no sector privado, ele foi perceptível nalguns dos processos de aquisição anteriormente vistos. Essa interferência condicionou de alguma forma a orientação editorial nos casos apontados. Posteriormente e durante o período revolucionário, os efeitos de pressão sobre a política editorial tiveram repercussões drásticas, com o “saneamento” de chefias que a nova vaga dominante considerava “da situação”.

Outro dos aspectos que marcou a complexidade no seguimento do percurso do dinheiro, prende-se com o facto de estes grupos deterem, à época, interesses em distintos sectores e, muitas vezes, o investimento aparecia através de uma das empresas detidas. Em muitos casos, estas eram sociedades por acções em que várias das grandes famílias detinham posições,

o que reflecte ainda mais a teia de ligações que se estabeleceu então em Portugal: “Os grupos económica e politicamente dominantes, instalados no Estado e servindo-se dele, reforçaram as suas posições, criaram bastiões poderosos, em busca das condições que permitiam a sua salvaguarda e a do regime – um regime, então mais do que nunca, por razões de política interna e de política colonial, incómodo e desajustado às “democracias ocidentais” da altura. Neste contexto, a comunicação social, e particularmente a informação, adquire, naturalmente, uma nova importância” (CORREIA, 1997:67).

A posição do Estado face a esta problemática evoluiu de acordo com o regime. A atitude de Salazar não pode ser descrita como passiva face às movimentações a que se assistia: detinha as rédeas do controlo da informação – rádio, televisão e imprensa – embora neste campo esse exercício se processasse também de formas diferenciadas. Os meios de informação sofreriam transformações¹⁰, mas não sem que o velho ditador abdicasse da capacidade de intervenção sobre aqueles que considerava mais importantes. Com a sua morte, os processos seguiriam o seu curso natural, mas até lá, Salazar interveio para impedir passagens de mãos com as quais não estava de acordo. O jornal *O Século* insere-se dentro deste enquadramento, na medida em que, quando pela primeira vez, em 1966, a propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia revela alguma turbulência, Salazar fez mover as suas influências para que não houvesse mudança de mãos. Como é sabido, esta travagem inicial não evitou que a SNT acabasse por ir parar às mãos do Banco Intercontinental Português. No caso do *Diário de Notícias*, o regime não poderia abrir mão do jornal português de maior influência. O seu domínio fazia-se sentir através da entidade detentora da propriedade, a Caixa Geral de Depósitos, que exercia, contudo, um controlo indirecto através da Companhia Industrial Portugal e Colónias, que, por sua vez, era a proprietária da Empresa Nacional de Publicidade. Seria esta rede de ligações inversoras

¹⁰ Embora com uma incidência bem mais tímida, o audiovisual sofreu também os efeitos da mudança. Apesar de a televisão ter permanecido no âmbito do Estado, na rádio verificou-se um sinal dos novos ventos com o aparecimento do Rádio Clube Português, propriedade da família Botelho Moniz. Este novo projecto radiofónico apresentou uma estrutura redactorial inovadora, bem como uma programação mais moderna e procurou fugir ao imobilismo das duas emissoras dominantes. Aliás, não é por acaso que um dos sinais que despoletam o 25 de Abril tenha sido dado aos microfones desta rádio.

que gerou a fragilidade do domínio do *DN*. Sendo a CIPC uma sociedade accionista, foi alvo de um processo aquisitivo por parte de António Champalimaud, que conseguiu obter parte das acções. Face a esta ameaça, Salazar terá dado ordem para que a CGD adquirisse as demais posições e a maioria passou então a ser controlada pelo Grupo Estado.

Quanto ao outro diário detido parcialmente por este sector, o *Jornal de Notícias*, parece ter tido uma orientação inversa ao que até agora foi apontado. Embora este aspecto seja tratado mais detalhadamente em capítulo próprio, a questão da propriedade e a linha editorial não fazem o mesmo percurso, uma vez que durante algum tempo o diário portuense revelou uma certa submissão ao seu credor Manuel Pinto de Azevedo. Depois de ter sido efectuada a venda das suas acções à Companhia Industrial Portugal e Colónias, ainda que se tenham registado situações de pressão, com a direcção de Manuel Pacheco de Miranda, o *JN* procurou não fazer oposição ao regime, mas evitou também colagens excessivas.

A partir destes três casos é possível constatar as ligações complexas que se verificaram em função da teia de investimentos, mas também da necessidade de conquistar espaço de influência ou de o salvaguardar. Ainda que os grupos económicos e o regime tivessem uma grande afinidade de interesses, eles não eram absolutamente coincidentes e o Estado procurou, sem quaisquer hesitações, defender posições que detinha. Esta estratégia tem tanto mais razão de ser, quanto a consolidação de posições assegurava a manutenção dos dois diários de maior difusão a norte e a sul do país.

Outro dos aspectos que sofreu alterações neste período, e com consequências futuras, já anteriormente mencionado, tem a ver com a alteração dos quadros das empresas jornalísticas e, conseqüentemente, com uma recomposição social da classe. Embora os dados mencionados pelos diferentes autores, relativos aos profissionais da informação, tenham sido obtidos por estimativa a partir dos dados do Sindicato dos Jornalistas, a transformação nas empresas gerou uma alteração em termos do tecido laboral. A modernização implicou a contratação de pessoas mais jovens, com maior espírito de iniciativa e mais abertas à mudança. O perfil dos novos jornalistas mostrava uma formação académica mais elevada, e as redacções

passaram a ser constituídas por mais pessoas, que detinham uma licenciatura ou, pelo menos, frequência universitária. Os novos desafios e exigências, e a competição pelo aumento das tiragens, levaram à contratação de novos profissionais e também a uma alteração no perfil de quem agora exercia a profissão. Ainda não existiam cursos superiores de comunicação social, mas o nível de escolaridade era agora melhor, o que se traduzia numa transformação também em termos de forma das notícias.

Paquete de Oliveira defende, no seu estudo de 1988, que o número de jornalistas aumentou consideravelmente a partir de 1974 e referencia que esse aumento se fazia sentir desde os últimos anos da ditadura. Segundo este autor, a maioria deles encontrava-se nas redações de Lisboa e a maior concentração verificava-se na imprensa escrita. Pedro Alcântara da Silva reitera esta percepção, e evidencia o grande incremento verificado nos anos setenta: “Talvez não seja inútil recordar que o universo profissional dos jornalistas portugueses, no início da década de 40, era constituído apenas por 208 jornalistas com carteira profissional, número que foi aumentando lentamente durante os trinta anos seguintes, estimando-se em 700 nos primeiros anos da década de 70.” Este autor, acentua ainda, uma das razões que levam ao aumento dessa tendência: “Só a partir da revolução de Abril de 1974, é que o seu aumento se deu a um ritmo superior, devido à diversificação e ao crescimento do número de órgãos de comunicação social, existindo um aumento entre 1975 e 1980 de 821 novos registos” (SILVA, 2000:2).

Mas a mudança não se traduziu só no número de jornalistas. O nível de escolaridade, e a idade dos novos jornalistas, produziram também consequências, quer em termos do tratamento noticioso, quer da própria consciência profissional. A atitude demonstrada pela imprensa ao longo da ditadura, revelou não só obediência, mas, em muitos casos, conivência com as políticas informativas das autoridades. Ora, também esta orientação parece ter sofrido uma inflexão, pelo menos em alguns casos, no período final do regime. O final da década de 60, e o início da seguinte, parecem indicar uma alteração sobretudo a nível da subserviência de quem trabalhava nos jornais. A “Primavera Marcelista” terá tido como resultado a criação de uma

expectativa diferente face ao exercício noticioso, mas a nova configuração dos quadros das redacções também terá influído nas mudanças subtis que se iam fazendo sentir. Os jornalistas que passaram a integrar os diários informativos tinham um perfil diferente do dos nomes mais antigos: à juventude aliavam uma certa irreverência e igualmente uma visão mais crítica, em função das experiências vividas nos meios académicos.

Esta transformação do tecido laboral das redacções, implicou mudanças em termos da atitude, face aos conteúdos noticiosos. Por um lado, verificou-se que a luta pela “catcha”, a competição entre jornalistas que disputavam com os colegas a possibilidade de “dar a notícia”, passou a incutir uma nova dinâmica, que teve resultados muito favoráveis para os títulos que lutavam já na “guerra das tiragens” e pela consequente captação da publicidade. A outra face desta mudança fez-se sentir a nível da escrita, que, apesar das incontornáveis limitações da censura, começou a apresentar algumas alterações subtis. Não só os artigos tinham uma melhor qualidade em termos de domínio das técnicas da escrita, como os neófitos opunham resistência a uma linguagem que de alguma forma tocasse o elogio. Configuraram-se igualmente, novas preocupações deontológicas, reflectida na preocupação de distanciamento profissional, ainda que isso nem sempre fosse possível.

Um outro aspecto que traduz esta mudança em termos de tecido profissional, tem a ver com uma nova consciencialização política, que toca de uma maneira geral os meios universitários e, por arrastamento, os jovens jornalistas de formação académica superior que integram as redacções. Fernando Correia e Carla Baptista defendem, que o universo das redacções, seria como um espelho da luta política, onde as organizações partidárias tinham as suas células ou núcleos estruturados, o que conferia ao trabalho que desenvolviam uma perspectiva muito ideológica¹¹. Nem todos os novos

¹¹ Uma das situações em que o jornalismo se afirma como reflexo desta atitude de oposição ao regime é protagonizada pelo semanário *Expresso*, criado em 1973. Embora não se inserindo no segmento tratado, reporta bem o espírito de mudança que lhe imprimiu Francisco Pinto Balsemão. O novo semanário assumiu-se desde o início como um projecto editorial inovador em termos de forma, de conteúdo e, mesmo, de organização empresarial. Foi uma tribuna da oposição da Ala Liberal e manteve uma batalha constante contra a censura, justamente pela sua intenção informativa: “O “Expresso” quer dizer o que os outros jornais não dizem, e o facto é que, de forma explícita ou apenas sugerida, é um periódico que vai fazer uma diferença. (...) Mas logo no seu primeiro número o “Expresso” teve nove artigos proibidos pela Censura e mais três dezenas amputados (...)” (VIEIRA, 1998:275). Esta perseverança quase levou à suspensão da publicação, mas, por outro lado, foi justamente essa persistência que, de alguma forma, fez antever a queda da ditadura: “Pode-se dizer que se houve um jornal que anunciou a queda da

contratados estariam seguramente enquadrados dentro destas lógicas, contudo, num período muito marcado pela oposição à ditadura, este aspecto terá tido igualmente influência na formação do perfil profissional dos jornalistas e seguramente no seu enquadramento sindical. Obviamente que esta politização das redacções teve também efeitos drásticos nas transformações levadas a cabo no período revolucionário

Ora, a entrada de jovens jornalistas imbuídos de uma nova consciencialização política e social, teve reflexos em termos da sua representatividade laboral, o que resulta numa nova configuração da estrutura sindical. O Sindicato dos Jornalistas tinha sido criado segundo a lógica das organizações corporativas do Estado Novo e a sua composição e direcção articularam-se com a lógica desse controlo, o que retirou a este e aos demais sindicatos o pendor reivindicativo e a consolidação do sentimento de classe que seriam naturais. A alteração deste cenário processou-se no decurso da nova legislação aprovada no período marcelista, onde, pela primeira vez desde o início da ditadura, as direcções sindicais passaram a ser reconhecidas sem haver necessidade do aval do ministério.

Em resultado desta abertura, mas também do momento de grande debate e dinamismo que se vivia na época, o Sindicato dos Jornalistas assistiu a uma transformação quer no número de novos associados, quer na eleição de uma direcção, em 1970, onde pontuavam profissionais que ainda hoje se identificam com a esquerda portuguesa, como César Príncipe, Manuel Dias ou José Carlos Vasconcelos. O despertar para as questões políticas que dominavam o momento, mas também a defesa dos direitos dos associados, estiveram na origem da eleição da nova direcção, bem como do mandato seguinte, iniciado em 1973. A nova orientação sindical promoveu então, um conjunto de iniciativas que espelhava a mudança de atitude dos profissionais organizados: em relação às questões da liberdade de imprensa, a discussão do estatuto do jornalista, bem como a apresentação de reivindicações laborais que tiveram como resultado os contratos colectivos de trabalho de 1971 e 1973. Tudo isto representa uma alteração sensível e uma identificação dos

ditadura e a chegada da liberdade de expressão, em 25 de Abril de 1974, foi o “Expresso”. (Idem, ibidem).

quadros das redacções com os seus representantes, aliás, confirmada pela permanência da mesma direcção mesmo depois da Revolução de Abril.

A ditadura constitui um entrave sistemático à modernização do jornalismo português. A imprensa foi particularmente visada, porque, apesar de a sua capacidade de difusão não atingir a plenitude verificada noutros países, ela permaneceu, por um longo período, como o meio de informação por excelência. As incidências negativas do regime sobre os jornais transcenderam os aspectos repressivos óbvios que a censura e as retaliações representavam, bem como o efeito de propaganda que lhes era exigido pelas autoridades. Os conteúdos noticiosos e as dinâmicas redactoriais foram sucessivamente adiadas em função da estrutura tradicional das empresas e da falta de espírito de competitividade entre elas. Por outro lado, não se verificou a recomposição profissional, uma vez que os modelos de funcionamento não propiciaram a renovação das equipas.

O imobilismo que se registou na vida das empresas, durante cerca de três décadas, replicava o mesmo panorama da vida política, social, cultural e económica. A maneira de fazer jornalismo permaneceu inalterável, porque a sociedade não se constituiu como motor de mudança: a amplitude da difusão dos jornais era pequena em função dos altos índices de analfabetismo; o hábito de consumo noticioso, enquanto rotina quotidiana das grandes cidades, tardou em expandir-se, em função do desenvolvimento urbano tardio. Neste quadro, o jornalismo empresarial teve grandes dificuldades em se expandir dadas as condicionantes de pequeno mercado, quer em termos de consumo, quer de investimento publicitário.

A alteração do quadro anteriormente caracterizado faz-se justamente quando os aspectos estruturais se alteram: o crescimento da economia, alicerçado no desenvolvimento industrial e no sector serviços, impulsionou a reconfiguração das cidades e propiciou o aparecimento e vulgarização de hábitos de consumo até então circunscritos e a adopção de novas dinâmicas urbanas. A essas mudanças, acresce um gradual aumento dos níveis de escolaridade das populações. Estes factores tiveram, como era inevitável, reflexos também no consumo da comunicação, particularmente no que toca à imprensa.

Os jornais sofreram alterações pelos efeitos da evolução do regime político, pela alteração das condições do mercado, pelas novas consequências da concorrência e, em resultado destes e de outros factores, dos processos de aquisição das empresas. Os novos públicos geraram novas práticas informativas. Os diversos títulos tiveram, pela primeira vez, de deparar-se com os efeitos da concorrência e promover a mudança interna sob pena de, se não o fizessem, perder publicidade e capacidade de assegurar a sua sustentabilidade económica. A renovação passou por uma nova forma de produzir conteúdos, o que, por sua vez, obrigou à contratação de novos profissionais mais inovadores e melhor preparados. Para além destes aspectos, os proprietários perceberam a necessidade de alterar a imagem gráfica dos jornais, como forma de captação de públicos, e procederam a investimentos avultados que se traduziram no endividamento das sociedades detentoras dos diários.

Quer pelo efeito do endividamento, quer por se revestirem de projectos aliciantes do ponto de vista do investimento, os jornais despertaram o interesse das holdings que dominavam a economia portuguesa. Nos últimos anos do regime, assistiu-se a várias tentativas de ocupar posições no sector da imprensa por parte desses grupos, que traduziram a tendência que vinham desenvolvendo, de diversificação de investimento, mas também corresponderam a estratégias de efeitos de pressão, que se desenrolaram no quadro da defesa de interesses próprios. Uma vez completado este processo, a maioria da propriedade dos jornais inscreveu-se na órbita das principais famílias económicas, abandonado o tradicional esquema de empresa de índole familiar.

A entrada da imprensa na posse do grande capital nacional, com todas as implicações e ramificações que isso implicava, potenciou e ampliou as transformações que já se faziam sentir a nível interno. A facilidade de obtenção de fundos para investimento, permitiu uma efectiva renovação de todas as estruturas. Também o novo clima político, contribuiu para que a indústria das notícias ganhasse um novo alento. Contudo, estas transformações produziram outros efeitos, como um endividamento, que necessitava de tempo para ser ressarcido, e uma nova atitude por parte da

classe, fruto das novas práticas, mas também dos ventos de mudança que sopravam na sociedade portuguesa.

A articulação destes variados aspectos foi decisiva para o futuro dos jornais portugueses. Elementos que se constituíram como sinónimo de modernização, acabaram por se traduzir, no período seguinte, em obstáculos ao desenvolvimento da imprensa.

2 - As incidências do período revolucionário sobre a informação: do novo quadro legal à conflitualidade como estratégia

“Reconhecida que lhes foi, de um dia para o outro, a maioridade, vemos os meios de comunicação entregarem-se todos a uma euforia de informação (afirmação), que compensava o que tinha de imaturo, impensado, não filtrado, com um tom triunfante, desinibido e libertado que não deixava de cair bem à maioria dos portugueses, durante anos silenciosa à força, mas não de vontade.”¹²

Maria Helena Vaz da Silva

O 25 de Abril representou para os meios de informação um conjunto de transformações de vária ordem que levaram a mudanças drásticas. Algumas foram imediatas, outras implementaram-se em função da própria evolução da conjuntura política, económica e social. Este quadro produziu outros condicionalismos que se fizeram sentir sobre um novo figurino legislativo, sobre a propriedade, sobre o tecido social e em consequência, sobre os conteúdos. De uma forma ou de outra, todos os meios de comunicação foram afectados em função de um ou vários destes aspectos. Dentro desta dinâmica ganharam particular relevância os acontecimentos políticos: verificou-se uma

¹² *Expresso*, 25 de Abril de 1975

multiplicação da matéria noticiável, não só pela abolição da censura, mas também pela catadupa de informação que chegava às redacções e a que os jornalistas foram chamados a dar resposta.

O clima instalado caracterizou-se pela escalada do confronto entre as diversas forças partidárias e pelo papel preponderante que os militares assumiram no processo. A par da luta pelo poder no plano político-institucional, o país assistiu a uma profunda viragem no plano social. Encontraram-se novas formas de representatividade no sector laboral, mas também a outros níveis. As organizações então formadas lideraram uma onda reivindicativa sem precedentes e contribuíram em larga escala para o ambiente de conflitualidade que foi dominando as diversas franjas da população. Este movimento de contestação e luta pela melhoria das condições de vida foi também fruto da entrada em cena das organizações partidárias, nomeadamente de extrema-esquerda, que lhe imprimiram um cunho muito radicalizado e geraram clivagens profundas de oposição social, mas também com incidências geográficas distintas.

A instabilidade que se fez sentir nos diferentes sectores da população foi ainda agravada pela conjuntura económica que afectava Portugal. Ela inseria-se nas condições geradas no plano internacional, mas teve um agravamento motivado pelos desenvolvimentos internos, quer pelas medidas tomadas a nível dos executivos, quer pela incapacidade produtiva que se foi instalando. Foi neste pano de fundo que a Comunicação Social sofreu uma metamorfose e dentro dela, os jornais que, ainda que já tivessem iniciado um processo de modernização, passaram agora por situações de ruptura e que iriam desempenhar um papel de relevo em todo o período revolucionário.

2.1 – A evolução política institucional e os seus efeitos na imprensa

O golpe militar pôs fim a 48 anos de ditadura, derrubou os esteios do regime, neutralizou as suas principais figuras, sem lançar o País num banho de sangue. Deu início a um período muito conturbado e complexo, mas onde desde logo esteve clara a necessidade de implementar as medidas políticas imperiosas para a instauração das condições da liberdade e da democracia.

Nesse sentido, um dos objectivos prementes dos Capitães de Abril era a restituição ao País das liberdades cívicas. São conhecidos os momentos emocionantes da libertação dos prisioneiros políticos e o desfrutar da liberdade de reunião nos dias que se seguiram, bem como a saída dos jornais sem passarem pelo crivo da censura. Após as primeiras explosões de alegria colectiva e de união popular que saudou o fim da ditadura, desde cedo emergiram clivagens de todo o tipo: laborais, sociais, ideológicas, e institucionais.

Uma vez feita a transferência de poderes das chefias políticas, militares e administrativas do Estado Novo para as mãos do Movimento das Forças Armadas e para a Junta de Salvação Nacional, o processo que até então foi pacífico, deu origem aos vários quadros de conflito. O 1º de Maio de 1974 representou o grande momento de unidade nacional, da congregação do povo que transcendeu partidos ou organizações, para celebrar a recém obtida liberdade cívica. Foi também o palco da comunhão entre civis e militares. Foi, além disso, o ponto de partida para uma enorme vaga de fundo social, que se foi alimentando dos aspectos reivindicativos mais prementes das camadas mais desfavorecidas da população.

Depois da imensa celebração nacional, os elementos emergentes de clivagem deram origem a um conjunto de situações que lançaram o País numa trajectória de pulverização de poder. Tratou-se da ocorrência de vários factores independentes entre si, mas que se desenrolaram em simultâneo. Ainda durante os meses de Abril e Maio, verificou-se, como era expectável, o afastamento das personalidades ligadas ao anterior regime. Estas figuras que ocupavam cargos administrativos a partir da nomeação central, foram sendo “saneadas”, dando o seu afastamento lugar a substituições muitas vezes feitas pela chamada “pressão popular” e sancionadas pela Junta de Salvação Nacional. Sobretudo a nível da administração local, os novos quadros estavam geralmente ligados ao Partido Comunista ou ao MDP/CDE, que através deles se ia assenhorando de posições-chave de controlo da população: “Nas semanas posteriores ao 25 de Abril o PCP cresce muito e utiliza habilmente a máquina do Estado para acelerar este processo. Para além do movimento sindical tradicional, a sua frente prioritária, o PCP empenha-se a fundo na tomada de

assalto do poder local, com o controlo das Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais e mesmo pelo sistema coordenado pelo Ministério do Interior” (TELO, 2007:56). Além das purgas a nível estatal, esse fenómeno atingiu outros meios, nomeadamente o empresarial e os meios de informação, onde se assistiu igualmente ao afastamento de chefias conotadas com o regime da ditadura. Durante o período mais radicalizado da Revolução – o «verão quente» –, houve um recrudescimento deste tipo de ostracização, agora já com outro tipo de motivações.

Outro dos sectores onde se fez sentir a pressão partidária foi no movimento reivindicativo que subiu de tom também neste período. A escalada de greves e acções de rua de trabalhadores correspondeu à tomada de assalto levada a cabo pelos comunistas, nas estruturas sindicais do País, bem como na imposição da Intersindical. O controlo estratégico do movimento popular permitia às organizações de esquerda catalisar a pressão junto do poder central e assim reforçar ainda mais as suas posições, com o beneplácito de sectores decisivos do MFA. A onda reivindicativa não se esgotou nas questões sindicais ou no afastamento ou fuga dos empresários. Uma das vertentes que caracteriza este período é o da ocupação de casas e a consequente criação de comissões de moradores. Este movimento de usurpação da propriedade foi, a breve trecho, sancionado pela Junta de Salvação Nacional, o que permitiu amplificação do fenómeno. O clima de “o poder está na rua” que se vivia nas cidades foi acompanhado no meio rural pela ocupação sobretudo das herdades latifundiárias do Alentejo, no processo que ficou conhecido como a Reforma Agrária. Todo este ambiente era pródigo em acontecimentos que alimentavam as páginas dos jornais, quer pelo valor noticioso de que se revestiam, mas também pela pressão que se fazia sobre as redacções para que estes temas fossem tratados.

O controlo da esquerda sobre os movimentos populares e reivindicativos remete para a questão da actuação e legalização dos partidos e organizações políticas. Tendo sido proibidos durante toda a ditadura – só os períodos eleitorais permitiam a constituição de movimentos criados expressamente para esse fim, como era o caso do MDP/CDE – não foram igualmente contemplados pelo programa do MFA. Contudo, a ideia da criação e

legalização dos partidos é intrínseca, uma vez que nas “Medidas a curto prazo” se previa o normal funcionamento da Assembleia Constituinte, para além de ficarem consagradas a liberdade de reunião e associação. E é dentro destas prerrogativas que se entende a organização das várias tendências políticas em estruturas partidárias: “Entre Outubro de 1974 e Janeiro de 1975 realizam-se os congressos dos principais partidos políticos, reveladores já da sua apreciável organização e mobilização. Neles se procede a definições programáticas e acertos estratégicos que têm como horizonte imediato as eleições para a Assembleia Constituinte” (REIS, 1994:27).

Mas o universo partidário ultrapassa a futura distribuição dos escanos parlamentares. De facto, o leque das organizações políticas abrange um largo espectro que cobre desde as organizações de extrema-esquerda às da extrema-direita. Ainda assim, só em Setembro saía a lei que promulgava os partidos políticos, complementada pela lei eleitoral que implicava a realização do censo dos votantes. Este esforço enquadrador não espelha a realidade que já era patente no terreno: o partido que se encontrava melhor estruturado, que tinha definida uma estratégia de conquista de poder e que rapidamente ocupou pontos decisórios fundamentais foi o PCP, colocando-se muito à frente das forças que lhe vieram a fazer oposição¹³. Essa circunstância permitiu aos comunistas portugueses promover um conjunto de iniciativas que os colocou na vanguarda das demais estruturas partidárias no controlo, quer de pontos-chave do aparelho administrativo, quer nas recém criadas organizações de poder popular. Garantiu-lhes, assim, uma grande capacidade de mobilização popular, sabiamente utilizada como forma de pressão política exercida sobre os governos e o MFA. PS, PSD e CDS, para mencionar apenas as forças que viriam a revelar mais representativas, tiveram de levar a cabo esforços consideráveis no sentido da conquista de amplos apoios populares. Não raras vezes esse apoio foi granjeado pela adopção de posições mais esquerdizantes do que seria de esperar, de acordo com as suas linhas programáticas.

O posicionamento das forças partidárias teve um efeito transversal nos diversos sectores sociais e políticos da época. Afectou consideravelmente os

¹³ Cf. TELO: 2007

posicionamentos do MFA, afectou a forma como se entendeu a grave crise económica que o País atravessou, afectou obviamente a forma de fazer notícias por parte da Comunicação Social. Ainda que o perfil ideológico dos partidos do centro, PS e PSD não se enquadrasse na linguagem radical vigente, o discurso moderado e liberal não passava devido a um conjunto de factores. A reacção a um longo período de ditadura e de valores de direita parece ter levado a que o comportamento colectivo, ou pelo menos aquele que tinha voz, tenha optado pelos valores radicalmente opostos: “Em Portugal, as ideias de esquerda têm um claro ascendente na sociedade. Ser “de direita” é ser reaccionário, é pertencer de algum modo ao regime ditatorial acabado de derrubar e estar associado às suas «imagens de marca» negativas: a PIDE, o aparelho repressivo, a Guerra Colonial, a oligarquia de algumas famílias. Ser de direita é ser, em última instância, fascista” (SOUSA, 2003:16). Se se tiver ainda em linha de conta o papel agitador levado a cabo pelos partidos de esquerda e de extrema-esquerda, é possível entender as dificuldades que a mensagem da moderação tinha em passar. O efeito da propaganda e da organização de movimentos reivindicativos neste período inicial foi determinante. Foi-o também em termos de conteúdos informativos, já que a Comunicação Social era entendida pelos grupos ideológicos como parte integrante da sua estratégia de marketing político.

Os efeitos da penetração destas forças políticas na sociedade tornaram-se evidentes no clima de conflito generalizado que rapidamente se instalou no país e que inevitavelmente contagiou os posicionamentos dentro das Forças Armadas. Esta situação contribuiu ainda mais para o extremar de posições, uma vez que os militares eram encarados como a salvaguarda da situação política. A visão que a sociedade tinha de uma entidade protectora suprapartidária e supraestatal tinha toda a razão de ser, uma vez que tinha sido o MFA a pôr fim à ditadura. De igual modo, não é de estranhar que os militares se revissem naturalmente nesse papel, durante o período da interinidade de cargos e funções do Estado. Mais complexa será, contudo, a manutenção dessa imagem e o extrapolar de poderes, uma vez instituído o regime electivo e constitucional: “Durante os primeiros meses que se seguiram à Revolução dos Cravos, assiste-se a um conflito de legitimidades.

Efectuada com êxito a operação militar, os capitães, que num reflexo hierárquico, devolveram o poder aos seus superiores, continuavam persuadidos de que dispunham de uma legitimidade revolucionária” (DUPOY, 1994:141).

Neste contexto, desde cedo se verificou uma divergência de posições que deram origem ao estalar de múltiplos conflitos. O primeiro de entre eles, desde logo, o que opõe o general Spínola à Comissão Coordenadora do MFA. No centro desta dissensão estava a questão da descolonização, para a qual o novo Presidente da República previa uma solução federalista. Mas as diferenças não se esgotavam neste princípio de capital importância e mola real do Movimento. Na sua qualidade de primeira figura da Nação, coube a António Spínola a indigitação do I Governo Provisório e também aqui a sua escolha não agradou à facção contrária. Ao indicar Adelino da Palma Carlos, fê-lo à revelia das indicações do MFA, pois o novo primeiro-ministro obedecia a um perfil liberal que não se coadunava com os momentos que se viviam. Esta sua teimosia não foi levada tão longe, ao ponto de impedir a inclusão de elementos do PCP e do MDP-CDE. Embora a entrada destas duas forças políticas tenha ido obviamente contra a sua vontade, uma vez que o general não aceitava a ideologia comunista. Era ainda extremamente desconfiado em relação ao PS, já que englobava no mesmo barco todas as doutrinas socialistas.

Nestas circunstâncias, a viabilidade do I Governo Provisório estava condenada à partida por uma divergência de fundo. De facto, as visões pessoais de Spínola quanto aos aspectos decisivos da conjuntura política colidiam decisivamente com as linhas de força que se tinham afirmado no MFA e traduziram-se numa perda sistemática de influência por parte do Presidente da República e, em consequência, na derrota sucessiva das soluções por ele defendidas. A proposta de instauração de um regime de teor presidencialista levada a cabo por Palma Carlos, não teve acolhimento junto dos militares e a solução federalista para a questão colonial revelou-se completamente desfasada do que se verificava já nas colónias. Aliada a estes aspectos, verificava-se a incapacidade para entender que a real influência do Presidente sobre as Forças Armadas era nula. Só assim se compreende o seu

aval à criação do COPCON por indicação de Otelo Saraiva de Carvalho, e que veio a ser um dos agentes mais activos da radicalização das posições dos militares em todo o processo revolucionário.

Estes primeiros meses da jovem democracia correspondem, assim, a uma situação de progressivo desmembramento do poder. O Presidente da República não tinha mão sobre o elemento mais decisivo da nação. O governo não tinha capacidade para implementar quaisquer medidas, uma vez que não tinha poder para as aplicar. As Forças Armadas encontravam-se divididas e em vias de aumentar as suas divergências: “A eficiência e a disciplina militar foram-se deteriorando, à medida que os colectivos “democráticos”, em grande parte convenientemente instrumentalizados, foram dominando a vida dos quartéis. Infiltrações políticas de todos os matizes tentavam controlar os regimentos, cujo pessoal, na sua esmagadora maioria, não estava preparado para o impedir” (SANTOS, 2005:16). Como consequência acabou por se verificar uma divisão clara entre um sector mais moderado, protagonizado por Melo Antunes e uma ala mais radical, cujas principais figuras Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho, tão pouco tinham exactamente a mesma orientação política.

A emergência desta pluralidade de poderes, a par da falência do aparelho central vai-se acentuando e Spínola vê-se obrigado a entregar a Vasco Gonçalves a chefia do II Governo Provisório, por indicação de Costa Gomes, o que traduziu a preponderância da Comissão Coordenadora do MFA no novo executivo. Traduziu igualmente o cada vez mais evidente isolamento do Presidente, que veio a ter o desenlace dramático do falhanço da manifestação da “maioria silenciosa”. Entre Julho e Setembro, foram também várias as circunstâncias que contribuíram para o culminar de acontecimentos que levaram ao afastamento de António Spínola e ao controle dos diversos centros decisórios pelo PCP e pelas demais organizações de esquerda.

Assistiu-se ao reforço de poder do MFA e dentro deste ao fortalecimento do Partido Comunista, através da conquista de uma série de posições: a simpatia e identificação do General Vasco Gonçalves, a posição maioritária na Assembleia do MFA e a criação da 5ª Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas. Este organismo seria o mentor da “educação

ideológica” no meio militar. No Conselho dos Vinte ou Conselho Superior do MFA, a linha afecta a Vasco Gonçalves estava igualmente em maioria. A criação do COPCON permitiu a Otelo Saraiva de Carvalho deter um conjunto de prerrogativas similares a um estado-maior, o que lhe granjeou um poder paralelo às chefias. Esta capacidade ainda acompanhada pelas conexões que mantinha com as organizações populares e com os partidos de extrema-esquerda, o que lhe granjeou um meio muito pessoal de levar a cabo a sua conduta futura.

Face a este novo quadro o isolamento do General Spínola processou-se em relação aos vários sectores partidários e militares, mas também face à inadequação das medidas que tentou implementar. Como culminar de uma série erros, deixou-se envolver pela proposta da realização da manifestação da maioria silenciosa. O resultado deste episódio traduziu-se na criação de barricadas controladas pelo PCP, que não só impediram a eventual chegada das “forças da reacção”, como levaram a cabo a revista de viaturas, a apreensão de material e armas e mesmo prisão de pessoas. Tudo isto com a ajuda e beneplácito do COPCON. Estes acontecimentos levaram à demissão do Presidente da República, mas deram igualmente origem ao período mais conturbado, conhecido como PREC.

A fuga de Spínola para Espanha acompanhado pelos oficiais que lhe eram fiéis deu o mote para a consagração do conjunto de reformas da «via para o socialismo», bem como a abertura para novas iniciativas nesse sentido. Aqui, e pela sua importância em todo o processo, cabe destacar a «assembleia selvagem» do MFA. Realizada na sequência imediata destes acontecimentos, foi ali que se votaram uma série de medidas, mas de onde se destacam dois aspectos fundamentais: a criação do Conselho da Revolução e a manutenção da realização de eleições para Assembleia Constituinte para 12 de Abril, duas decisões de sinal contrário, que iriam gerar mais uma situação de confronto.

O Conselho Superior da Revolução veio substituir o Conselho dos Vinte, o Conselho de Estado e A Junta de Salvação Nacional, mas com prerrogativas muito mais acentuadas. Segundo os vários autores, este foi o passo para a institucionalização do MFA. O Conselho da Revolução detinha capacidade para emanar leis no âmbito militar, entre outros aspectos fundamentais, como

prerrogativas especiais no controlo da actividade legislativa e governamental e poderes constitucionais próprios que decorriam do poder de vigilância sobre o cumprimento do Programa do MFA.

Este processo, que se inicia na chamada «assembleia selvagem» leva à reestruturação da Assembleia do MFA que passa a contar com 240 membros, o que representa a ideia de democratização, já que incluía não oficiais. Em consequência criaram-se organizações representativas de diferentes sectores, semelhantes ao modelo sindical, o que acabou por levar a uma série de cadeias de comando paralelas que escapavam à tradicional hierarquia militar. Ora esta remodelação garantiu um maior reforço dos sectores afectos a Vasco Gonçalves, mas, e sobretudo, garantiu a supremacia Movimento sobre os órgãos de soberania, nomeadamente sobre o poder legislativo.

O Processo Revolucionário em Curso resulta, pois, desta confusa relação de poderes no MFA, da força e descontrolo do movimento reivindicativo, da incapacidade das posições moderadas se fazerem ouvir, tudo isto alimentado por uma imprensa que dá voz a quem fala mais alto e pela instalação de um clima de insegurança, alimentado sistematicamente por boatos e ameaças de golpe de estado fascistas. O terreno era fértil em matéria noticiável mas, a informação vinha agora revestida de uma patine ideológica que a desvirtuava: “Do jornalista, pelo contrário [do historiador], espera-se um produto acabado, produzido sobre a hora, uma versão dos acontecimentos paradoxalmente imediata e definitiva. No período revolucionário de 1974-1975, muitos profissionais da Comunicação Social agiram, simultaneamente, como jornalistas e como militantes políticos, vivendo com dupla inexperiência (jornalística e política), as contradições provocadas por essa dualidade” (MESQUITA, 1994:269). Os conteúdos noticiosos foram sendo gradualmente postos ao serviço de objectivos ideológicos, em função do clima que se vivia e que acabou por contaminar as redacções, e os jornais foram arrastados para o campo da luta política e para as estratégias de conquista de poder.

A instabilidade da situação política foi crescendo a partir da escolha de Costa Gomes para Presidente da República e da indigitação do III Governo Provisório –, uma vez mais chefiado por Vasco Gonçalves. Depois dos

acontecimentos dramáticos do 11 de Março, o panorama nacional agravou-se e teve o seu culminar no «verão quente» de 1975. A par da criação do Conselho da Revolução, com todos os poderes inerentes, assistiu-se a uma aliança entre o Partido Comunista e alguns sectores do MFA que rapidamente passou a liderar o processo político e que se traduziu na tentativa de implementação de um modelo socializante. Pelo seu lado, os sectores partidários mais moderados, nomeadamente o Partido Socialista desencadearam uma acção contrária para impedir a imposição da «via revolucionária».

A clivagem que então se fez sentir acentuou-se depois dos confrontos registados nas celebrações do 1º de Maio de 1975, mas assumiu uma maior relevância com a realização das eleições. Este aspecto vinha por em causa o papel e o poder que o MFA queria assumir. Uma vez efectuado o sufrágio e iniciada a institucionalização da democracia, a escolha popular abria caminho a um regime assente no poder legislativo com a prerrogativa da escolha de governo por parte da maioria sufragada. O que se equacionava era o processo para a criação da Assembleia Constituinte, uma vez que os sectores mais radicais de esquerda e os seus paladinos militares viam na instituição legislativa uma ameaça às suas conquistas. A este propósito Álvaro Cunhal afirmaria: “Mas nós os comunistas não aceitamos o jogo das eleições. (...) E se pensa que a Assembleia Constituinte vai transformar-se num Parlamento comete um erro ridículo. Não a Constituinte não será certamente um órgão legislativo, nem mesmo uma Câmara dos Deputados. Isso lhe prometo eu. Será uma Assembleia Constituinte e já basta, com uma importância limitada, que já é o bastante. (...) Asseguro-lhe que em Portugal não haverá Parlamento.”¹⁴

As posições defendidas pelo líder do PCP assentavam no facto de ver nas Forças Armadas por ele controladas uma alavanca para conquistar o poder central, uma vez que não tinha a certeza de o conseguir pela via electiva. Quanto aos partidos de centro, tenderam a fazer pressão para que se mantivesse o calendário eleitoral, sobretudo junto das figuras mais conciliadoras, como Melo Antunes ou Costa Gomes, o que acabou por ser assegurado. Contra a via moderada ergueram-se as palavras de ordem de comícios e manifestações de rua, através dos quais se procurava fazer pressão

¹⁴ Em entrevista a Oriana Falacci para o jornal *Europeo* de 7 de Junho de 1975, in BERNARDO, 2004:664

sobre as instituições de soberania: “O Povo está com o MFA” e “Todo o poder ao MFA” fizeram-se ouvir nas iniciativas do PCP e demais organizações de extrema-esquerda.

A linha dominante nas Forças Armadas desconfiava do papel dos partidos e da sociedade civil no processo político e por isso questionava a necessidade das eleições. É à luz dessa atitude que deve entender-se a imposição do I Pacto MFA-Partidos em que os sectores mais moderados do Movimento e o próprio Costa Gomes tiveram a preocupação de manter o sufrágio para a Assembleia Constituinte como horizonte político de que não era conveniente prescindir: “Segundo os termos deste pacto, o Presidente da República seria designado por um colégio eleitoral, para o efeito constituído pela assembleia do MFA, e por uma futura assembleia legislativa, o que na prática significava um reforço da presença do MFA nos órgãos de soberania, (...). O próprio Conselho da Revolução faria parte integrante dessa assembleia com a composição final que se encontrava já definida na lei constitucional nº5 de 14 de Março de 1975” (FERREIRA, 1994:208). Assim, a aceitação das condições leoninas deste documento por parte dos partidos moderados traduz o sacrifício de posições de princípio em detrimento do objectivo fundamental que era garantir a realização de eleições.

Como resultado imediato destes acontecimentos, apesar de assegurado, o acto electivo foi adiado e deu-se nova configuração governamental, o IV Governo Provisório, em que o elenco ministerial escolhido patenteava claramente o domínio quase absoluto da linha pró-PCP e uma escassa representação dos sectores moderados. Foi neste período também, que se aprovou legislação fundamental relativa às nacionalizações, o que transcendia em muito as competências militares dos conselheiros: “3ª fase (de 11 de Março de 1975 até 25 de Novembro de 1975): o socialismo militar no Poder – políticas económicas orientadas pelo objectivo da estatização da economia, visando a construção de um sistema económico-social de socialismo marxista, semelhante ao que, ao tempo, existia na União Soviética e na Europa de Leste, com domínio do Poder pela ala radical do MFA e pelo PCP, aliado ao MDP/CDE” (FRANCO, 1994:178). Ora, as decisões tomadas pelo Conselho da Revolução representavam o novo quadro de correlação e forças, em que o

papel real das figuras da sociedade civil – dos sectores moderados – ficava anulado pela estratégia adoptada pelos sectores militares mais radicais. O PCP e outras forças da esquerda garantiam a sua supremacia pela identidade de objectivos que mantinham com a facção dominante.

Mas a vitória do 11 de Março, apesar do recrudescimento das acções políticas radicais, das perseguições, das prisões, da legislação revolucionária que então foi intensificada, não conseguiu evitar aquilo que o PCP, os gonçalvistas e a extrema-esquerda mais temiam: nas eleições venceram os sectores moderados. O PS obtinha uns significativos 38%, que correspondiam a 116 deputados; o PSD era a segunda força mais votada, com cerca de 26%; pelo seu lado o CDS obtinha cerca de 8%, afirmando-se como a quarta força partidária. Quanto à esquerda, o PCP obtinha apenas 12,46% e o seu satélite partidário, o MDP-CDE uns escassos 4%, enquanto que a extrema-esquerda elegia apenas um deputado. A vitória dos sectores democráticos era esmagadora e manifestava uma clara rejeição ao gonçalvismo, ao PREC e ao modelo único que se procurava impor.

A clara supremacia dos partidos moderados em contradição com a linha vigente nos principais órgãos de poder, lançou então Portugal no período que ficou conhecido pelo «verão quente», em virtude da onda de conflitos que o caracterizou. O governo e a linha gonçalvista das Forças Armadas em aliança com o PCP/MDP levaram a cabo inúmeras acções intimidatórias. A imposição da via colectivizante ficaria ainda patente na criação do Plano de Acção Política. Este documento, elaborado pelo Conselho da Revolução, constituía a resposta programática à do processo eleitoral. Na sua fundamentação verificam-se sempre dois registos contraditórios, ora a afirmação da via revolucionária, ora o reiterar do respeito da via pluralista. Quer no plano político, onde se reconhecia o papel dos partidos políticos, quer no plano económico, onde se contemplava a iniciativa privada, seguia-se uma argumentação onde predominavam as soluções radicais do modelo socialista de inspiração soviética. Os aspectos contraditórios estavam igualmente presentes na matéria relativa à Comunicação Social, onde se oscilava entre o respeito do pluralismo e a necessidade do controlo dos órgãos de informação, aliás detectável a outros níveis. A ideia de uma informação subordinada ao

pensamento único verificou-se também pelo aumento da actividade da 5ª Divisão. Pretendia-se que o efeito da propaganda fosse mais eficiente, ainda que os seus resultados fossem pouco visíveis: o apelo ao voto em branco durante o processo eleitoral teve uma resposta muito pouco significativa.

Em virtude do endurecimento de posições, foram levadas a cabo inúmeras manifestações que redundavam em assaltos a sedes de partidos, destruição de propaganda, agressões e mesmo prisões arbitrárias, que se faziam com a colaboração do COPCON. As acções intimidatórias tiveram como resultado uma reacção das demais forças políticas, com o PS a tomar uma série de iniciativas que constituíram o arranque para uma oposição aberta às políticas do Conselho da Revolução, ao gonçalvismo e aos seus aliados partidários. Sobretudo com a convocação dos dois grandes comícios em Lisboa e Porto, Mário Soares conseguiu mostrar ao País que não eram só os comunistas que detinham o poder na rua, uma vez que também os socialistas tinham a capacidade de organizar concentrações multitudinárias. Assim, para além da vitória eleitoral, era também na rua que ficava clara a vontade da população em se rebelar contra a situação instalada.

A estratégia dos socialistas, para além de demonstração da força popular, passava pela obtenção de outros apoios, nomeadamente dos demais partidos moderados e da própria Igreja Católica. Este foi conseguido depois da ocupação da Rádio Renascença, numa das várias iniciativas de controlo noticioso que as forças de esquerda levaram a cabo neste período. Mas, e para além das pressões geradas nos meandros da luta política, mais do que uma afirmação de força partidária, a consagração na rua do PS permitiu que se percebesse a real vontade das pessoas. Portanto, estas demonstrações de força funcionaram como uma verdadeira pedrada no charco, que ia atingindo círculos cada vez mais alargados de pessoas e instituições. O movimento oposicionista iniciado pelo PS abriu caminho a que se realizassem, a partir de então, inúmeras manifestações contra o gonçalvismo, mais ou menos por todo o lado e proveniente das mais distintas organizações.

O Alentejo e a Grande Lisboa foram obviamente a excepção. No primeiro, a onda revolucionária ganhou ainda maior força neste período, com o recrudescer do movimento de ocupação de terras e a criação das

cooperativas agrícolas. Na capital o que se verificou foi uma situação muito clara de confrontação. Havia sistemáticas escaramuças entre concentrações de orientações opostas, que muitas vezes obrigavam à intervenção das forças militares ou da polícia. Por outro lado, e no resto do país e com particular incidência nos Açores e na Madeira, gerou-se uma vaga de assaltos às sedes do PCP e do MDP, que eram claramente o alvo da fúria dos populares. Também em função desta nova vaga contestatária, registaram-se atentados à bomba levados a cabo por organizações de extrema-direita, que se aproveitavam da mudança dos ventos.

É ainda de notar que, a agudização das confrontações políticas se dá, e não por mera casualidade, em consequência do apertado controlo que os gongalvistas queriam exercer sobre a Comunicação Social. O esforço centralizador levado a cabo pelos comunistas para dominar a opinião pública tinha colocado a grande maioria da imprensa escrita sob a alçada dos seus quadros, em virtude das grandes transformações que se vieram a verificar nas empresas jornalísticas. A rádio e a televisão eram igualmente domesticadas pelas administrações onde pontificavam os militares, sendo que, agora, já a grande maioria dos órgãos de informação se encontravam estatizados ou intervencionados. Assim, poucas eram as vozes que saíam do discurso único e mesmo essas se tentou silenciar. Tais foram os casos do *República* e da Rádio Renascença, sendo que o velho jornal da oposição estaria na origem de mais uma crise governamental, ao provocar as saídas do PS e do PSD e levar à constituição do V Governo Provisório.

O auge do gongalvismo pautou-se por uma total submissão do executivo às decisões emanadas pelo Conselho da Revolução: “O V Governo Provisório surgiu como uma solução transitória destinada a pôr termo à crise criada no País. Não lhe compete a elaboração de programas ambiciosos e, muito menos a produção de documentos de profunda e exaustiva reflexão política aplicada à presente situação portuguesa. Uns e outros foram já definidos, quer pelo Conselho Superior da Revolução quer pela Assembleia do Movimento das Forças Armadas e representam reais e efectivas conquistas das classes trabalhadoras a que importa dar execução urgente.” Todo o sentido do documento assenta na continuidade do que o IV GP tinha iniciado e que tinha

ganho letra de forma graças à legitimação conferida pelo CR. Neste contexto a representação dos partidos na Assembleia deixava de ter pertinência, uma vez que o governo assumia uma postura suprapartidária.

O completo isolamento do governo tornou-se patente, a par de uma evidente inoperacionalidade: a sua área de influência limitava-se ao tecido industrial das cidades de Lisboa e Setúbal e às zonas onde a reforma agrária vingava. Seria também nestas áreas de domínio político que o Partido Comunista iria buscar os verdadeiros exércitos de operariado rural e urbano que constituíam as grandes concentrações onde se aclamavam as políticas adoptadas. No resto do País, nas várias manifestações populares que se realizavam por todo lado, condenava-se o Conselho da Revolução e era exigida a saída de Vasco Gonçalves, que ainda assim se obstinava no poder. A clivagem era clara e seriam estes acontecimentos aliados a uma alteração significativa no seio das Forças Armadas, que precipitaram o fim do gonalvismo.

É, portanto, no decurso deste clima de confrontação que, dentro do próprio MFA se vai dar o separar das águas. Inicialmente, quer pelas deliberações da Assembleia do MFA, quer pela legislação emanada pelo Conselho da Revolução, verifica-se uma clara preponderância da linha gonalvista. Prova disso é a aprovação de vários documentos que preconizam as distintas formas de levar a cabo a via revolucionária e em que a vontade nacional sufragada pelas eleições passa para segundo plano, em função do papel de liderança assumido pelas organizações militares. Numa espiral revolucionária paralela à que se verificava na sociedade civil, a organização militar deixou-se contagiar por modelos associativistas, que acabavam por contrariar as já de si pulverizadas hierarquias castristas.

O despertar das chefias militares moderadas decorre assim deste conjunto de circunstâncias: a radicalização evidenciada pelo governo e pela cúpula militar ao arrepio da vontade popular expressa; a catalisação da oposição pluralista para as manifestações de rua; o descalabro das estruturas hierárquicas das Forças Armadas. É nesse sentido que se deve entender o surgimento do Documento dos Nove, de 7 de Agosto, que embora confuso na solução política proposta, defendia um modelo pluralista e democrático. Além

disso, exigia uma alteração na linha política levada a cabo pelo Movimento e a substituição das chefias castrenses. A iniciativa deste grupo de oficiais foi fundamental para que a imagem de unidade indestrutível do MFA se alterasse. Levou também a que os partidos e a opinião pública se apercebessem que havia no seio militar quem não defendesse a via revolucionária.

O documento provocou uma série de reacções nas Forças Armadas e na sociedade civil. Obviamente que as posições mais adversas foram protagonizadas pelo sector gonçalvista e a 5ª Divisão no plano militar e, no plano partidário, secundadas pelo PCP e demais partidos de extrema-esquerda. Mas surgiram também amplos apoios a nível das chefias castrenses que se identificaram com estes conselheiros, secundados de imediato pelo Partido Socialista. Quanto ao PPD e CDS, conferiram-lhe uma importância estratégica, no sentido em que era um claro sinal de mudança, mas não podiam partilhar dos modelos sociais propostos.

Foi um período de grande indefinição quanto ao futuro de Portugal. O extremar de posições dentro do Conselho da Revolução, a perspectiva de deixar a governação a um directório militar que lideraria o processo revolucionário com o consequente afastamento dos partidos causou sérias inquietações. A perda gradual de força dos gonçalvistas no meio militar e o seu isolamento político levaram ao forçar de posições quer dentro do CR, quer no jogo de alianças políticas à esquerda. Esta traduziu-se na criação da «Frente de Unidade Popular», cujo objectivo seria dar continuidade à Aliança Povo-MFA, mas no contexto do PREC. O fantasma da guerra civil pairava sobre o país e temia-se a instauração de uma ditadura de esquerda.

O desenlace deste clima de pré-guerra civil deu-se com o isolamento político-militar de Vasco Gonçalves, que precipitou a sua queda. Assistiu-se ao esvaziamento de poderes do Governo e à desautorização deste sobre as Forças Armadas, uma vez que Otelo Saraiva de Carvalho se colocou temporariamente ao lado da facção moderada. Ao mesmo tempo, aumentou a pressão feita sobre o Presidente Costa Gomes, que se viu obrigado a demitir o executivo e a nomear um novo primeiro-ministro. O VI Governo Provisório chefiado por Pinheiro de Azevedo correspondeu à escolha de uma linha moderada, mas

também a uma redefinição de poderes dentro do Conselho da Revolução, que passou a ser dominado pelo Grupo dos Nove.

O afastamento da facção gonçalvista foi o primeiro dos grandes confrontos dentro da estrutura militar. O segundo teria o seu culminar no 25 de Novembro, uma vez que as facções mais radicais das Forças Armadas ainda não tinham sido neutralizadas e a ordem hierárquica não se encontrava reposta. Este quadro ficou patente ainda aquando da aprovação de um novo conjunto de princípios: o «Documento COPCON». Neste enunciado programático era agora a vez de a facção otelista apresentar o seu modelo político-organizativo que passava pela implantação de um modelo popular armado. O alinhamento temporário de Otelo com os oficiais moderados representou, portanto, apenas um compasso de espera no emaranhado de alianças estratégicas que se verificaram naquele período. Entretanto, os Nove levaram a cabo a substituição das chefias militares, o que lhes garantiu o controle de todas as regiões militares, com excepção de Lisboa que permanecia sob a alçada de Otelo Saraiva de Carvalho e do COPCON. Mas, esta operação não se fez de forma pacífica e despoletou várias situações insurreccionais dentro das Forças Armadas, em que o episódio do juramento de bandeira «revolucionário» do RALIS é um dos exemplos.

A par de tudo isto, no Outono de 1975 verificou-se uma nova espiral de insegurança e o clima de confrontos generalizou-se. Sucedia-se a convocação de manifestações multitudinárias em Lisboa e Porto de apoio ao Governo e às novas chefias militares, em alternância com outras que reivindicavam a prossecução da via revolucionária, se apoiava o COPCON e as acções dos militares insurrectos. Este clima era ainda alimentado pela agitação gerada também pelo PCP/FUR em sintonia com a Intersindical e os gonçalvistas que, entretanto, também tinham reequacionado a aliança com os otelistas. Do outro lado da barricada, o aumento da instabilidade era ainda agravado pelos os ataques a sedes de partidos e atentados bombistas, mais ou menos disseminados pelo Norte e Ilhas. A imprensa teve também aqui um papel fundamental, na medida em que os principais títulos nacionalizados – *Diário de Notícias*, *Diário de Lisboa* e *O Século* – chamavam sistematicamente às primeiras páginas notícias que minavam o poder das hierarquias militares e

alertavam contra eventuais golpes de extrema-direita. O tom utilizado era o de uma clara campanha contra o governo, e o Grupo dos Nove, ao mesmo tempo que se alimentava a sensação de grande instabilidade.

O governo era totalmente inoperante face ao caos instalado, enquanto que as Forças Armadas se mostravam incapazes na salvaguarda da ordem pública. Isto em função de não haver uma única cadeia de comando, mas também porque em várias circunstâncias foram os próprios militares a mola dessa desordem. As debilidades governativas ficaram patentes em vários momentos cruciais, como por exemplo o assalto à embaixada de Espanha ou a declaração unilateral de independência de Angola por parte do MPLA, sem que no processo tivessem estado presentes representantes das autoridades portuguesas. Outro aspecto evidente da falta de força do executivo foi o facto de, por várias vezes, elementos ministeriais ficarem reféns de manifestações populares. O culminar deste tipo de acções atingiu o seu ponto máximo com o cerco ao executivo e aos deputados em São Bento, a 12 de Novembro, com uma mega manifestação da construção civil. O sequestro duraria 48 horas, o que demonstra o desatino reinante dentro da estrutura militar. Como consequência, o governo declarava-se sem condições para continuar e decidiu-se pela auto suspensão.

Esta situação caricata traduz-se numa posição de força dos partidos moderados, que assim procuraram obrigar o Presidente da República e os militares a uma definição. Pelo seu lado, a esquerda radical avançou também para uma situação irreversível ao levar a insubordinação aos quartéis e, através dos militares insurrectos, gerar um golpe de estado que a recolocasse no poder. O 25 de Novembro é o desenlace dos múltiplos confrontos e jogos políticos que se vinham agudizando desde o «verão quente»: “O 25 de Novembro pôs fim a mais de um ano de incerteza, de confusão e de mal-estar, resultante da multiplicidade de órgãos de governo, das lutas de tendências, acompanhadas de confrontos no interior do Movimento das Forças Armadas, da degradação das relações existentes entre socialistas e comunistas e da oposição entre os poderes civil e militar» (WERY, 1994:183).

Os Nove procederam ao afastamento de Otelo e à sua substituição por Vasco Lourenço no comando do COPCON. Esta medida não foi suficiente para

repor a ordem, pelo contrário, obrigou as unidades que não a aceitaram a avançarem para situações de confrontação. Verificou-se uma dualidade hierárquica militar insustentável: um sector fiel a Otelo Saraiva de Carvalho e que correspondia às unidades sob o comando do COPCON e outro, a grande maioria, que se submetia à autoridade do Conselho da Revolução. Seria esta facção a sair vencedora: o 25 de Novembro foi a resposta organizada às unidades que se tinham sublevado contra as decisões do Estado Maior General das Forças Armadas, em função da substituição de Otelo, mas, mais do que isso, seria o ponto final numa situação que tinha lançado o país num clima confrontacional generalizado. Portanto, a neutralização das forças sublevadas, mais do que o repor da hierarquia militar, impediu a também tentativa de instauração de um modelo de sociedade com base nas milícias populares armadas.

Na luta política subsequente, os embates verificados, nomeadamente quanto ao papel a desempenhar pelos militares numa sociedade democrática e pluralista, nunca atingiram os extremos atingidos naquele período. O processo de pacificação da sociedade portuguesa tardou ainda algum tempo, em função da profunda divisão a que se assistiu. Muitas das medidas preconizadas pela via socialista marcaram profundamente o texto constitucional de 1976. A força do novo corporativismo instalado pelos quadros afectos à Intersindical condicionou fortemente o desenvolvimento económico, uma vez que foi favorecido pela visão maniqueísta que se tinha instalado nos primeiros meses da revolução, que colocava os empresários como os responsáveis pelo degradar da situação de crise. Esta atitude manteve-se arreigada nos comportamentos reivindicativos posteriores, mas a conjuntura era propiciadora desta visão, não só pelas experiências vividas, mas também em função da própria linha seguida pelos militares que continuou a preconizar a via do socialismo, ainda que numa versão moderada, à portuguesa.

2.1.2 – A política económica do período revolucionário

Outro dos aspectos que se enquadra na estratégia de conquista de poder pela esquerda neste período é a questão económica. Ela resulta das condições de vida das populações num passado recente, das intenções reformadoras do Programa do MFA e também da crise internacional que então se atravessava em resultado da subida dos preços do petróleo. As medidas tomadas ao longo do período revolucionário traduziram estas várias incidências, mas decorreram também de uma lógica de preocupação de justiça social que decorria das grandes disparidades que se verificaram durante a ditadura e que foram também o resultado de um modelo económico-social desfasado e gerador de assimetrias de desenvolvimento graves. Para além disso, começou-se a registar no início da década de 70 perda de poder de compra, sobretudo no operariado urbano e meio rural, enquanto que os sectores serviços e a pequena burguesia das cidades viam o seu nível de vida melhorar, em função das alterações decorridas durante a fase marcelista. Contudo, e ainda durante a ditadura, o apertado controlo de salários era acompanhado por idênticas medidas de contenção de preços, o que de alguma forma mantinha um certo nível de equilíbrio.

Com a Revolução de Abril, acabou por se enveredar por um novo tipo de intervencionismo. As primeiras intenções preconizadas quer pelo MFA, quer pelo programa do I Governo Provisório tiveram claramente uma preocupação reformadora em relação às políticas precedentes, aliada à ideia de uma melhoria das condições de vida das classes mais desfavorecidas. A aprovação do salário mínimo, a diminuição da carga fiscal, a progressiva criação de um sistema de segurança nacional, etc., eram medidas previstas que se aliavam a um conjunto de directivas na área económico-financeira que visavam um modelo misto. Pretendia-se a existência do empreendedorismo privado, mas também se contemplava uma situação previamente instalada: a participação do Estado em múltiplas empresas. Procurava-se ainda o seu alargamento e o controle económico de sectores produtivos-chave, também como resultado do fim das posições privilegiadas dos grandes grupos económicos ligados ao Estado Novo.

Em Maio de 1974, com a aprovação do salário mínimo nacional procurou-se obviar às diferenças de poder de compra, mas também dar

resposta à onda reivindicativa que se fazia já sentir. Ao mesmo tempo, tentou-se igualmente suster a subida dos preços para impedir o avanço da inflação. Contudo, esta legislação de intenção temporária e pontual acabou por assumir outras proporções em função das diversas transformações impostas pelas estruturas sindicais, pela onda de greves e pelo surto de ocupação de empresas que obrigou à intervenção directa ou não do Estado. Esta vaga de fundo, obviamente aliada à progressiva conquista do aparelho político por parte dos partidários da via colectivizante, levaram a que o conjunto legislativo aprovado traduzisse essa realidade: tudo apontava para a adopção do modelo socialista, em que se verificava um novo tipo de intervencionismo, que deixava muito pouco espaço à iniciativa privada.

As propostas mais moderadas além de escassas tiveram poucas hipóteses de vingar. Aliás, elas parecem confinar-se a perspectivas isoladas de figuras que participaram nos primeiros governos provisórios e ao anunciado «Plano Melo Antunes» que nunca teve qualquer viabilidade executiva. A linha dominante traduzia-se no que realmente se passava nas empresas e que obrigou a um papel muito mais intervencionista por parte do Estado. Durante todo este período a situação não deixou de se deteriorar. No plano internacional registou-se um agravamento da conjuntura, em função da primeira grande crise petrolífera que vinha abalando os mercados, já desde 1973. No âmbito nacional, tudo se conjugava para que a crise se fosse cavando nos diversos sectores. Foram variados e complexos os factores que traduziram essas perdas e estiveram patentes não só na área financeira, mas em todo o contexto económico. Os governos tentaram resolver problemas imediatos em termos dos dinheiros públicos, nomeadamente com a nacionalização dos bancos emissores de moeda. Para além desta legislação procedeu-se também ao congelamento da actividade bolsista, bem como um conjunto de medidas para evitar a fuga de capitais para o estrangeiro.

Contudo, o efeito de bola de neve que se criou a partir dos movimentos reivindicativos e sociais teve um enorme impacto sobre as finanças públicas e levaram o Estado a uma situação de progressivo esgotamento de recursos: em virtude da incapacidade das empresas darem resposta aos novos custos salariais, verificou-se uma onda de falências em função das novas

contestações laborais. Por outro lado, o antagonismo instalado face à enunciação marxista da oposição trabalho – capital, levou também à fuga do patronato e de divisas, redundando igualmente na baixa produtiva. Além disso, a deterioração da actividade empresarial provocou um aumento do desemprego, o que obrigou o Estado à atribuição de subsídios, com o inevitável aumento da despesa pública.

A reivindicação do aumento salarial em vezes sucessivas, mas também o estabelecimento de regimes de preços acabaram, neste contexto, por ter efeitos nefastos: “Na prática estes regimes implicavam que a maior parte das empresas ficavam sem liberdade para fixar preços em harmonia com as condições do mercado. O que se procurava era reprimir a inflação e proteger o valor real dos enormes aumentos salariais que tiveram lugar em 1974 e 1975” (LOPES, 2004:296). Esta nova realidade levou a um aumento da procura, que não tinha uma real correspondência em termos produtivos o que obrigava a uma maior importação com o inevitável desequilíbrio.

Ainda em função da transformação da propriedade que se verificou, pode ser enquadrada a questão da ocupação dos latifúndios e a sua reconversão em unidades cooperativas de produção e cooperativas agrícolas, que incapazes de garantir os tectos salariais determinados pelos recém eleitos quadros sindicais, obrigavam o Ministério da Agricultura a intervir em sucessivos financiamentos. Acabava por ser, uma vez mais, o Estado a garantir esta conquista de Abril, considerada como elemento fundamental do processo revolucionário.

Mas outros aspectos determinaram quer o decréscimo produtivo das empresas, quer a despesa pública. A gestão do sector privado e público passou, em muitos casos, para as mãos de quadros sindicais inexperientes que se revelaram incapazes de manter o seu bem-estar económico. Esta circunstância revelou-se duplamente prejudicial, já que não se verificava o bem-estar económico que garantia a entrada de impostos, bem como o Estado se via onerado por várias injeções de capital para as manter em funcionamento: “O movimento de intervenções em empresas atingiu o seu pico em 1975, continuou em 1976, embora já bastante enfraquecido, e esgotou-se em 1977. (...) O sistema bancário nacionalizado apoiou durante os

anos de 1976-1978 muitas dessas empresas (e também empresas privadas não intervencionadas) com créditos que, em condições normais seriam recusados pelo seu elevado risco” (LOPES, 2004:309).

Em virtude da debandada de empresários e da perda do investimento privado, teve de haver um aumento dos empreendimentos públicos, o que redundou também no emagrecimento do tesouro. É também neste campo que se deve englobar o crescimento do peso do aparelho administrativo, quer pelas profundas alterações implementadas, quer pela engorda do funcionalismo público. Foi a partir deste movimento que se iniciou a contratação de clientelas partidárias, com repercussões ainda hoje difíceis de resolver: “(...) e a modificação de muitos regimes da função pública, com igual sentido de igualdade social, mas com efeitos negativos na eficiência da Administração e no aumento dos seus custos orçamentais. Isto foi ainda reforçado pelo recrutamento maciço de funcionários por razões políticas – de renovação política do aparelho do Estado e clientelismos partidários –, que, evidente nesta fase iria tornar-se uma prática continuadas nas fases subsequentes” (FRANCO, 1994:185).

Em termos de quebra dos dinheiros públicos, deve-se também apontar a perda da área financeira e económica anteriormente constituída com as colónias e que se desmembrou sem qualquer tipo de salvaguardas ou contrapartidas. Esta situação foi ainda agravada pelo regresso das populações em fuga em situações extraordinariamente precárias, o que, uma vez mais, obrigava à intervenção do estado-providência. A par da questão demográfica e da perda na balança comercial, a descolonização comportou outros custos, nomeadamente os que se prenderam com compensações indemnizatórias, com os compromissos assumidos em termos de obras de estrutura ou com a perda em termos de fluxo de matérias-primas, por exemplo.

Estes vários aspectos aqui aflorados que traçam um esboço do quadro existente, permitem apreender a verdadeira revolução económica e social que se verificou no período e ao qual a Comunicação Social portuguesa não ficou alheia. Do ponto de vista dos conteúdos, as páginas dos jornais reportaram esta realidade com a paixão de que esses acontecimentos estavam imbuídos, mas também porque os jornalistas se deixaram contagiar pelas

causas reportadas. Por outro lado, do ponto de vista das empresas jornalísticas, quer as medidas legislativas, quer alguns dos condicionalismos económicos que se geraram, determinaram o futuro ou a morte de órgãos de informação com história. Dessas medidas cabe destacar as nacionalizações da banca e seguros, mas também das políticas intervencionistas face a empresas privadas.

O agravamento das tensões dentro de importantes empresas levou ou à prisão de empresários ou à sua fuga para o estrangeiro, o que teve como consequência a directa intervenção estatal com a nomeação de novas administrações, geralmente a pedido das comissões de trabalhadores ou das estruturas sindicais. Esta política iniciou-se ainda em Dezembro de 1974, com a Torralta, seguida da Teixeira Duarte. No período subsequente o Estado foi chamado a intervir naquelas situações em que a ausência das gestões patronais se traduziu no não pagamento de salários e na incapacidade de retomar as suas funções. A agudização das lutas laborais foi, assim, um dos aspectos que levou a que subitamente se tivesse verificado uma transferência do sector privado para o público, de um número considerável de empresas de dimensão variável.

Mas esse peso estatal foi ainda mais agravado pelo movimento das nacionalizações, enquanto «programa» delineado para controlar determinados postos-chave da economia nacional. Fernando Freire de Sousa e Ricardo Cruz¹⁵, por exemplo defendem que se se tivesse delineado um plano com objectivos determinados, então ele teria sido implementado segundo sectores e não de uma forma anárquica, que tocou actividades muito distintas e estruturas de tipo *holding*, mas também microempresas. Para Sousa Franco, o movimento nunca pretendeu interferir com as pequenas empresas e tocou essencialmente os grandes grupos económicos e sectores estratégicos. De uma forma ou de outra, as nacionalizações ficaram plasmadas na Constituição de 1976 e mantiveram-se como traço estruturante da economia.

As nacionalizações deixaram de fora os interesses do capital estrangeiro, numa clara salvaguarda das posições dos investidores e empresas internacionais. Quanto a tudo o resto o processo de conversão estatal foi

¹⁵ Cf. SOUSA; CRUZ, 1995

cego, o que fez com variadíssimas áreas de actividade económica passassem para o sector público, muitas vezes independentemente do seu valor estratégico ou da sua viabilidade financeira. Ainda assim, a doutrina económica vigente, defendida por diversos sectores ideológicos aceitavam as nacionalizações enquanto elemento da reforma económica que se impunha fazer. As posições dos vários partidos preconizavam programas de nacionalizações mais ou menos radicais, em função do seu posicionamento no espectro político. Daí que, também a Constituição de 1976 tenha sido imbuída desse espírito.

As implicações mais determinantes de todo este processo devem-se à legislação emanada pelo Conselho da Revolução nesse sentido. A linha política vigente tinha pressa em implementar a via colectivizante e, como tal, as medidas aprovadas obedeciam a uma actuação inequívoca. Assim, o conjunto de leis aprovadas fez transpor para as mãos do Estado, já não apenas os bancos emissores, mas de toda a banca.¹⁶ Na fundamentação da decisão fica subjacente não só o aproveitamento dos «perigos» do 11 de Março enquanto manobra contra-revolucionária, mas também a visão que se tinha em relação à actividade bancária, por exemplo, a questão do sacrifício da poupança em prol de um maior bem. Aliás, a mesma lógica esteve subjacente ao fecho da Bolsa, ainda que os interesses dos pequenos investidores não tivessem sido devidamente protegidos. Ficaram de fora deste processo os bancos estrangeiros e outras instituições de crédito específicas, que viriam a ser contempladas mais tarde.

¹⁶ DECRETO-DEI N.º 132-A/75, DE 14 DE MARÇO Considerando a necessidade de concretizar uma política económica antimonopolista que sirva as classes trabalhadoras e as camadas mais desfavorecidas da população portuguesa, no cumprimento do Programa do MFA;

Considerando que o sistema bancário, na sua função privada, se tem caracterizado como um elemento ao serviço dos grandes grupos monopolistas, em detrimento da mobilização da poupança e da canalização do investimento em direcção à satisfação das reais necessidades da população portuguesa e ao apoio às pequenas e médias empresas; Considerando que o sistema bancário constitui a alavanca fundamental de comando da economia, e que é por meio dela que se pode dinamizar a actividade económica, em especial a criação de novos postos de trabalho; Considerando que os recentes acontecimentos de 11 de Março vieram pôr em evidência os perigos que para os superiores interesses da Revolução existem se não forem tomadas medidas imediatas no campo do controle efectivo do poder económico; Considerando a necessidade de tais medidas terem em atenção a realidade nacional e a capacidade demonstrada pelos trabalhadores da banca na fiscalização e controle do respectivo sector de actividade; Considerando, finalmente, a necessidade de salvaguardar os interesses legítimos dos depositantes;

Nestes termos: Usando os poderes conferidos pelo artigo 6.º da Lei Constitucional n.º 5/75, de 14 de Março, o Conselho da Revolução decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

ARTIGO 1.º 1. São nacionalizadas todas as instituições de crédito com sede no continente e ilhas adjacentes, com excepção: a) Do Crédit Franco-Portugais e dos departamentos portugueses do Bank of London & South America e do Banco do Brasil; b) Das caixas económicas e das caixas de crédito agrícola mútuo, que são objecto de legislação especial a publicar dentro de noventa dias.

Esta mesma linha de pensamento e actuação estendeu-se, logo de seguida, às seguradoras, uma vez mais num ataque claro aos capitais aí acumulados. De novo ficavam sem salvaguarda os interesses dos particulares que, de todo, podiam ser inseridos no grupo dos grandes capitalistas.¹⁷ Ainda assim, para além da excepção da salvaguarda das companhias de seguros estrangeiras, pelo menos, excluem-se do processo, também as sociedades mutualistas.

Com esta legislação, o processo de nacionalizações destruiu, de facto, a tradicional preponderância que os principais grupos económicos detinham nos sectores estratégicos, no período da ditadura, e acabaram com quaisquer participações que estas e outras famílias capitalistas detinham em empresas ou instituições financeiras: “É sabido que foram alvo do processo de nacionalizações, concretamente, as maiores unidades económicas portuguesas, sob o controlo de grandes grupos económicos privados de capital nacional. (...) cerca de 99,6 por cento dos depósitos bancários se encontravam sediados em instituições controladas por aqueles mesmos grupos; 84,1 por cento da carteira de títulos do sistema bancário era detida pelos mesmos sete conglomerados, que também acumulavam cerca de 55 por cento de activos sob administração de companhias de seguros” (SOUSA; CRUZ, 1995:65).

Contudo, a legislação que se seguiu abrangeu outro tipo de actividade que não a financeira e através dela o Estado passou então a ser o proprietário de outras áreas económicas consideradas estratégicas. Uma vez mais, fica patente a perspectiva da necessidade de controlo estatal sobre as indústrias

¹⁷ DECRETO-LEI N.º 135-A/75 DE 15 DE MARÇO Considerando o elevado volume de poupança privada retido pelas sociedades de seguros e que tem sido aplicado não em benefício das classes trabalhadoras mas com fins especulativos e em manifesto proveito dos grandes grupos económicos; Considerando a proliferação de sociedades de seguros constituídas, que têm conduzido a uma concorrência desleal com perigo até para a própria solvabilidade dessas empresas; Considerando a necessidade de proporcionar maior segurança aos capitais confiados às sociedades de seguros através dos prémios arrecadados, garantindo, assim, o integral pagamento dos capitais seguros; Considerando que as elevadas somas de capital em poder das sociedades de seguros devem ser aplicadas em investimentos com interesse nacional e, portanto, em benefício das camadas da população mais desfavorecidas, no cumprimento do Programa do Movimento das Forças Armadas; Considerando a necessidade de tais medidas terem em atenção a realidade nacional e a capacidade demonstrada pelos trabalhadores de seguros na apreciação de situações irregulares no domínio da gestão que ocorreram em algumas companhias de seguros e que já haviam imposto até a intervenção do Estado; Considerando, ainda, que interessa deixar inalteradas as relações com companhias de seguros estrangeiras que detêm participações significativas no capital de companhias de seguros nacionais; Considerando finalmente a necessidade de salvaguardar os interesses legítimos dos segurados; Nestes termos: Usando dos poderes conferidos pelo artigo 6.º da Lei Constitucional n.º 5/75, de 14 de Março, o Conselho da Revolução decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:
ARTIGO 1.º São nacionalizadas todas as companhias de seguros com sede no continente e ilhas adjacentes, com excepção: a) Das Companhias de Seguros Europeia, Metrópole, Portugal, Portugal Previdente, A Social, Sociedade Portuguesa de Seguros e O Trabalho, dada a significativa participação de companhias de seguros estrangeiras no seu capital; b) Das agências das companhias de seguros estrangeiras autorizadas para o exercício da actividade de seguros em Portugal; c) Das mútuas de seguros.

transformadoras e das redes energéticas. Esta preocupação deve ser ainda entendida à luz da crise petrolífera vivida na altura, bem como da perda do fornecimento de petróleo de Angola. Mais uma vez, a legislação aprovada demonstrou o respeito pelas concessões celebradas com empresas estrangeiras e a prossecução dos contratos estabelecidos.

Foram ainda nacionalizados os sectores relacionados com as comunicações e transportes, entendidos também como eixos estratégicos não só das redes de transportes nacionais, mas também enquanto infra-estrutura dos poderes locais, que sofreram uma enorme transformação e incremento neste período. Daí a conversão total em empresas estatais de transportes, cuja maioria de capital era já pública, como a Rodoviária Nacional, a CP ou a TAP, a que se acresciam as principais companhias de transportes urbanos das duas grandes cidades. Estas medidas políticas vieram a ser ratificadas com a aprovação da Constituição de 1976, que consagrava muitas das «conquistas revolucionárias» e que, no plano económico alinhava com as doutrinas preponderantes na época. O critério da irreversibilidade das nacionalizações foi o aspecto fundamental da lei constitucional até à revisão verificada em 1982, uma vez que permitiu a consolidação do sector público durante um longo período de tempo, com todas as consequências inerentes, nomeadamente as questões de solvência e de eficácia das gestões nomeadas pela administração central.

Portanto, a política de nacionalizações transformou o Estado português em proprietário ou principal accionista de inúmeras empresas da mais variada dimensão e área de actividade, resultante quer da sua intervenção directa, quer da complexa trama de interesses que os grandes grupos económicos detinham sobre múltiplos sectores de actividade. Daí também que o intervencionismo estatal não tenha sido uniforme: “Nos primeiros anos após as nacionalizações o sector empresarial do Estado (SEE) ficou a ser constituído por cerca de 80 empresas com o estatuto de empresa pública e por umas 140 empresas com estatuto societário, em cujo capital social o Estado ou entidades do sector possuíam participações maioritárias” (LOPES, 2004:313).

No período subsequente, as empresas que passaram para o sector público sofreram uma inevitável reestruturação, que teria como objectivo

simplificar alguns processos de gestão, nomeadamente pela aglutinação através de fusões, de várias instituições segundo áreas de actividade. Isto decorre do facto de muitas das empresas que passaram para a mão do Estado, previamente terem pertencido a diferentes proprietários. Esta é uma das situações que se verifica, por exemplo, na organização dos meios de comunicação social estatizados, como consequência do Decreto-Lei N.º 132-A/75, DE 14 de Março de 1975: “As nacionalizações provocaram o desmantelamento de todos os grupos privados – por efeito directo e indirecto, isto é, pela passagem para o Estado tanto da titularidade das empresas objecto das medidas de nacionalização como do seu património, cujo activo integrava participações no capital de outras empresas, muitas delas com grande importância económica e política, como é o caso da generalidade das empresas de comunicação social – e a estatização do essencial da actividade produtiva, em especial na indústria e nos serviços financeiros (FRANCO, 1994:196). Portanto, a passagem para as mãos do Estado da grande maioria dos meios de informação – rádio, televisão e imprensa – decorre justamente do processo de diversificação de investimentos levado a cabo pelos principais grupos económicos do período da ditadura, como anteriormente foi explanado. Este será um dos aspectos cruciais neste período da história da imprensa portuguesa.

2.2 – O 25 de Abril de 1974 e a Imprensa

A Revolução dos Cravos significou para a história do país uma nova era. Na imprensa, o derrube da ditadura provocou uma série de alterações radicais que se traduziram, desde logo, na abolição do exame prévio e, a curto prazo, num outro conjunto de transformações de consequências drásticas. Estas estão directamente ligadas ao processo político posto em marcha com a esquerdização e radicalização que se fez sentir em todas as frentes da sociedade portuguesa, mas também a um outro conjunto de factores mais intrínsecos da Comunicação Social. Também nas empresas jornalísticas se fizeram sentir os efeitos de saneamentos das chefias conotadas com o anterior regime. Quase em simultâneo, os trabalhadores encontraram formas de

representatividade dos seus interesses e os profissionais da informação elegeram os conselhos de redacção, organismos que tinham como objectivo permitir a sua participação na orientação editorial dos jornais que produziam. A liberdade de expressão garantiu uma alteração dos conteúdos noticiosos e a abundância de acontecimentos noticiáveis imprimiu um ritmo nunca visto à informação.

Depois do momento inicial de grande dinamismo vivido pelos jornais, estes seriam inevitavelmente afectados pelo processo revolucionário em curso. Os reflexos fizeram-se sentir em várias frentes e as suas consequências variaram segundo os casos. As redacções envolveram-se em maior ou menor grau na luta política o que determinou também a que os conteúdos noticiosos reflectissem esse engajamento, o que *a posteriori* levou ao afastamento dos públicos. O clima de conflitualidade e a onda de reivindicações que caracterizou a implantação do processo revolucionário chegou igualmente às empresas jornalísticas e nalgumas delas implementaram-se modelos de autogestão. Mas aqui, não se tratava apenas de um problema de administração, já que esta foi uma das formas encontradas para assegurar o controlo informativo.

O domínio dos meios de comunicação foi um dos traços transversais a este período e esteve na origem das várias situações contraditórias vividas. A defesa da liberdade de imprensa foi um dos princípios reivindicados por profissionais, políticos e militares. Mas a luta pela conquista do poder levou a inúmeras circunstâncias em que se cometeram atropelos ou que se procurou impor pela força o discurso único, particularmente no auge do gonçalvismo. Daí que as medidas políticas decididas neste campo, tenham sido marcadas por esta dicotomia e que a legislação entretanto aprovada fosse considerada inadequada pelos sectores mais radicais. Pelo seu lado, os militares tiveram também em relação à Comunicação Social uma prática manipuladora, esgrimindo o argumento da legalidade ou da legitimidade revolucionária, conforme os seus interesses de momento. Esta estratégia foi particularmente favorável a partir do 11 de Março, com o processo das nacionalizações e a colocação de militares à frente das empresas jornalísticas que passaram para o sector público.

Os meios de informação desempenharam um papel central na luta que se estabeleceu entre as diferentes forças políticas. Os que alinharam pela via socializante – a maioria esmagadora – procuraram servir os interesses da «educação ideológica» projectada pela esquerda mais radical. Os que tentaram escapar à lógica do discurso unitário ou foram alvo de pressões sistemáticas – como *O Comércio do Porto* e o *Jornal Novo* – ou serviram a estratégia da oposição moderada – como a Rádio Renascença e o *República* – e estiveram na origem das ondas de contestação ao gonçalvismo. De uma forma ou de outra, a violência dos conflitos vividos na imprensa diária generalista, particularmente na de Lisboa, traduziu-se em desfechos dramáticos para alguns dos jornais ancestrais, que com o fim do período revolucionário acabariam por encerrar.

2.2.1 – A alteração dos conteúdos noticiosos

O derrube do regime ditatorial trouxe, desde logo, o usufruir de liberdades cívicas entre as quais se incluíram, de imediato, a publicação dos jornais sem a onnipresente censura prévia. Ainda assim, o facto de as provas não terem sido levadas à Comissão de Exame Prévio representou um acto de rebeldia, já que estas se encontravam ainda em funções e a legislação não tinha ainda sido alterada. Mas o momento permitia agora o desrespeito das regras tanto tempo impostas e alguns jornais saíram, pela primeira vez, sem serem visados pelos censores: “O regime nascido na Revolução de 25 de Abril de 1974 aboliu a censura prévia, que vigorou no País durante mais de 40 anos. (...) Os jornais (ou a maior parte deles) não enviaram provas à Comissão de Exame Prévio, antecipando-se à extinção dos serviços de censura previstos no Programa do MFA que consagrava a liberdade de expressão o pensamento sob qualquer forma” (MESQUITA, 1994:360).

As consequências da revolução portuguesa sobre os meios de comunicação social abalaram profundamente toda a actividade informativa. Elas incidiram sobre um novo quadro legislativo e sobre a propriedade e raros foram os títulos que escaparam a essas transformações profundas, porque de uma forma ou de outra todos foram tocados em função de um ou vários

aspectos. A primeira e mais óbvia das novidades prende-se com os próprios acontecimentos políticos: os jornalistas passaram a ter um enorme manancial de factos a que foram chamados a dar resposta. Pela primeira vez as redacções viram-se confrontadas com a necessidade de cobrir uma cadência constante informativa, por oposição ao marasmo vivido anteriormente. Rapidamente este esforço traduziu-se numa metamorfose dos conteúdos, não só pela nova orientação que as redacções adquiriram, mas também pela natureza do processo político: os jornais espelharam nas suas páginas o clima de sobressalto que se apoderou do país.

Após as primeiras explosões de alegria colectiva e de união popular que saudou o fim da ditadura, desde cedo emergiram clivagens de todo o tipo: laborais, sociais, ideológicas, institucionais, manifestações a favor e contra, confrontos de rua, enfim conflitos para todos os gostos, matéria noticiável por excelência: “Conflict is a central feature of most news. Sometimes it is physical as in war or sports. Sometimes it is more subtle or sophisticated. Political conflict falls into this category, though it may lead to physical struggle. Social and economic conflict may also produce bloodshed, though most often they too are fought with words” (BROOKS [et al.], 1988:16). De facto, uma vez passados os dias da festa da Revolução, o processo que até então foi pacífico, deu origem aos vários quadros de conflito entre os quais, os apontados pelos autores, o que se traduziu num aumento considerável do volume de factos/acontecimentos considerados como valor-notícia. A revolução entendida como *newsvalue* provocou a afluência a Portugal de inúmeros representantes dos *media* internacionais, que transformaram o país em notícia de primeira página nos órgãos de informação de referência em todo o mundo.

A profunda transformação social e política que se seguiu revestiu-se igualmente de enorme dramatismo, o que continuou a catalizar a atenção dos enviados especiais e correspondentes: “Mas já os enviados especiais em Lisboa descobriam novos aspectos da Revolução Portuguesa: o entusiasmo popular, as flores nas espingardas dos soldados beijados pela multidão, os marinheiros brandindo bandeiras vermelhas, o regresso do exílio de Álvaro Cunhal, de pé, em cima de um tanque de guerra, como de um carro de triunfo se tratasse, os

movimentos de greve e a explosão de movimentos esquerdistas” (DUPOY, 1994:140). Os acontecimentos subsequentes, bem como as personagens principais do novo palco noticioso continuaram a ter espaço editorial nas diferentes publicações - nacionais e estrangeiras -, não só pela capacidade de gerar novas notícias, mas igualmente em resultado de uma correspondente identificação emocional ou ideológica por parte dos jornalistas, o que se traduzia também nas leituras editoriais que se verificaram em relação aos momentos cruciais do período.

Outro dos aspectos inovadores despoletado pela revolução e que marcou a actividade noticiosa prende-se com o papel agora desempenhado pelos vários agentes políticos em relação à Comunicação Social. Instituições, fontes anónimas ou agentes de vária ordem – militares, dirigentes de partidos, sindicatos, etc. – desdobravam-se em esforços para chamar a atenção dos *media* para assim fazerem passar a sua mensagem. A convocação sistemática de conferências de imprensa, sessões de esclarecimento ou envio de comunicados, faziam parte de uma estratégia comunicacional em que se procurava levar os jornalistas a repetir os valores defendidos, para que o efeito de propaganda fosse mais eficaz. Era um processo em que os profissionais se viam confrontados com um discurso muito bem estruturado, onde quem comunicava estava armado de um espírito militante muito activo e que procurava de alguma forma persuadir da validade dos seus argumentos.

Geraram-se situações de replicação discursiva, uma vez que os jornalistas não se encontravam preparados para criar as distâncias necessárias em relação às novas fontes, mas também à abundância informativa. Para além das considerações sobre a objectividade, que só se colocariam *a posteriori*, naquele momento importava sobretudo dar resposta a tanta solicitação e fazer um esforço de cobertura de tantos novos acontecimentos. Na altura, os profissionais da informação eram atraídos por estes *pseudoevents*¹⁸ e não era só pela questão da novidade que eles constituíam ou pela sua valorização do ponto de vista informativo.

Correspondendo ao interesse despertado no mundo jornalístico, verificou-se por parte do público uma igual sede de notícias, pelo menos

¹⁸ Cf. BOORSTIN, 1961

inicialmente. A queda da ditadura pôs fim a décadas em que, à partida, as pessoas sabiam que o que lhes era transmitido era truncado ou distorcido. Daí também a ânsia evidenciada no consumo de informação que agora parecia inesgotável, onde para além da liberdade temática, se registava a uma cadência pautada pelo ritmo frenético dos acontecimentos políticos ou, pelo menos, pela capacidade que os novos agentes da actualidade de suscitar o interesse de quem informava. Por outro lado, deu-se um aumento e renovação dos quadros, tendência que já se vinha fazendo sentir desde o período anterior. Houve novas contratações com o objectivo de responder às novas solicitações que o processo político impunha. Mas a renovação profissional teve outras implicações. Muitos dos novos profissionais nem sempre cumpriram a função informativa, mas e em determinados casos, as notícias revestiram-se de uma patine ideológica acentuada e conivente com as forças em disputa.

A intensa politização dos conteúdos noticiosos deveu-se a múltiplos aspectos: ao processo revolucionário e aos agentes em disputa; à transformação das redacções, onde os jornalistas tenderam a identificar-se com as forças em conflito; à pressão exercida pelo sector da impressão sobre a orientação editorial em consequência das estratégias dos comunistas e da extrema-esquerda; aos conflitos que deflagraram nas empresas jornalísticas; ao processo de nacionalizações e à nomeação de administrações militares fieis ao Conselho da Revolução. Todos estes aspectos se articularam para que os jornais se desviassem da sua vocação noticiosa e se enquadrassem na lógica do discurso único. Do ponto de vista do público, a tendência foi para um desfasamento entre as publicações e os leitores. Este não se traduziu apenas no decréscimo das vendas, mas em determinados casos, no auge do gongalvismo, queimaram-se jornais. Os autos de fé manifestam a fúria das populações em relação às matérias noticiadas, mas também mostram a rejeição ao facto de os diários se terem convertido nos porta-vozes das facções políticas no poder, bem como a radicalização das posições.

O afastamento de Vasco Gonçalves não se traduziu numa alteração das políticas noticiosas, uma vez que as condições internas das redacções não se alteraram. Pelo contrário, a ascensão do clima de guerra civil não só foi

reportado pelos meios de informação, como alguns dos jornais colaboraram activamente na instalação de um clima de insegurança, no período que antecedeu o 25 de Novembro. Desde o afastamento da facção gonçalvista que os jornais levavam a cabo verdadeiras campanhas contra o VI Governo Provisório e a nova orientação do Conselho da Revolução. As primeiras páginas noticiavam os conflitos nos quartéis mas, mais do que isso, alguns títulos procuram alimentar o clima de confronto. Seria o próprio Conselho da Revolução a apontar o papel da imprensa, na construção dessa campanha no seu Relatório Preliminar sobre o 25 de Novembro: “A campanha de preparação da opinião pública para a hipótese da guerra civil, o levantamento da angústia a um ponto tão alto, o ambiente de pressão e boicote que o País, por boa parte dos órgãos de informação associada aos actos concretos do sequestro ao Governo e à Assembleia da República, culminaram com a própria paralização do VI Governo, por se ver impossibilitado de executar a sua missão (...)”

Esta noção de que a Comunicação Social teve uma causalidade efectiva nos acontecimentos está patente em vários momentos do documento: “Durante a execução das acções desenvolvidas tiveram acção preponderante várias células dos partidos referidos [PCP-FUR] nos órgãos de comunicação social e determinados elementos de empresas da construção civil, de transportes rodoviários e metalomecânicas, as quais visavam a mobilização das massas populares afectas à conjura, capazes de se mobilizar em milícias armadas.” Quanto aos apelos à insubordinação, para além dos títulos dos jornais, também as antenas serviram a causa dos revolucionários mais radicais, no decurso dos acontecimentos. Tal foi o caso da recusa da transmissão na Emissora Nacional de um comunicado do Presidente da República, que foi substituído por um outro de uma facção do Conselho da Revolução.

Pelo seu lado, o RCP aliou-se claramente à sublevação dos paraquedistas e fez apelos reiterados à revolução. A RTP teve o episódio mais conhecido com a ocupação por uma força militar – a EPAM – dos estúdios do Lumiar e que permitiu ao capitão do COPCON, Duran Clemente explicar em directo as intenções da facção radical. A gravidade destas actuações levou a que inicialmente fosse enviado um comunicado às redacções em que apenas

se autorizava a publicação de comunicados oficiais. Seria complementado com a declaração do estado de sítio, pelo Presidente da República.

Ficavam assim suspensos alguns direitos, nomeadamente o da liberdade de expressão, o que levou à proibição de publicação dos jornais na capital. A imprensa privada foi impedida de publicar até 29 de Novembro. Quanto à imprensa estatizada só recuperou as suas prerrogativas ao longo do mês de Dezembro. A par destas medidas também as administrações e chefias anteriormente nomeadas foram afastadas e substituídas por novos elementos. A importância do papel desenvolvido pela imprensa no 25 de Novembro e no clima que o antecedeu é patente pelo relatório elaborado pelo Conselho da Revolução, um ano mais tarde. Ela é visível pelos aspectos apontados no documento geral, mas também pelo facto de se ter criado o anexo onde os títulos das primeiras páginas dos principais jornais relativamente ao comportamento da imprensa naquele período, os jornais *O Século*, *Diário de Notícias* e *Diário de Lisboa* foram acusados de servirem os propósitos partidários a que estavam ligados e de não manterem a isenção que era devida: “O comportamento destes órgãos só foi possível porque existia entre eles e as forças políticas que provocaram os acontecimentos um esforço simultâneo e complementar orientado para um objectivo comum: a preparação de um clima propício à insurreição.”

O 25 de Novembro representou assim o culminar de uma prática noticiosa conotada ideologicamente com as posições mais radicais da esquerda revolucionária. Não significa isto que o principal pendor da informação se tenha perdido a partir daquela data. Alteraram-se, isso sim, as condições que propiciaram aquela deriva nos conteúdos e os jornais tenderam a reencontrar novos modelos de comunicação mais consentâneos com um discurso moderado, mas sem deixarem de conferir à agenda política o principal destaque.

2.3 – O novo enquadramento legal: legalidade versus ideologia

O modelo legislativo que se afirmou depois do 25 de Abril, com todas as hesitações e desvios, é um dos aspectos que condiciona decisivamente a

evolução da imprensa. Do ponto de vista do enquadramento legal neste período, há a considerar que, pelo menos inicialmente, os meios e organismos fundamentais que vieram a ser criados iam de encontro ao conjunto de questões que haviam sido discutidas durante a «primavera marcelista». Para além da incontornável abolição da censura prévia, quer o Sindicato dos Jornalistas, quer várias personalidades ligadas ao meio defendiam a existência de uma lei de imprensa onde ficasse consignado aquele direito fundamental, mas também uma série de preceitos que salvaguardariam o exercício de uma informação responsável.

O Movimento dos Capitães e o Programa do MFA, contemplaram desde logo o exercício de uma imprensa livre. As formas de que se deveria revestir esse exercício é que se revelaram altamente polémicas. Como em tudo o resto, os militares defendiam posições divergentes entre si e, pelo seu lado, os profissionais resvalaram para posicionamentos que se distanciavam muito dos princípios democráticos da liberdade de pensamento e expressão e que não se coadunavam com uma prática profissional pautada pelo equilíbrio e pela equidade. Desta duplicidade resultaram equívocos e desvios que afectaram a instauração de um regime legal enquadrador da actividade jornalística. A primeira situação de excepção decorre da própria concepção que o general Spínola detinha do papel da informação.

2.3.1 – A primeira excepção: a criação da comissão ad-hoc

Há que ter em consideração, desde logo, as várias fragilidades que o Presidente da Junta de Salvação Nacional entendia que poderiam constituir um perigo para o regime acabado de implantar. Daí a sua preocupação em criar legislação de excepção, que salvaguardasse situações encardas como sensíveis. Daí que essa legislação fizesse aprovar a formação da «comissão *ad hoc* para a imprensa»: "1) Reconhecendo-se a necessidade de salvaguardar os segredos dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião pública, causadas por agressões ideológicas dos meios mais reaccionários, será criada uma comissão *ad hoc* para controle da imprensa, rádio, televisão, teatro e

cinema, de carácter transitório, directamente dependente da Junta de Salvação Nacional, a qual se manterá em funções até à publicação de novas leis de imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema pelo futuro Governo Provisório;” Ainda assim e atendendo ao seu carácter transitório, o documento legal apontava para a criação de uma outra comissão a constituir e que ficaria encarregue da elaboração da futura lei de imprensa.

O exercício da comissão *ad hoc* foi polémico desde o seu início, mas marcado por duas balizas temporais distintas: a vigência e actuação em prol dos interesses spinolistas até ao afastamento do velho general em 28 de Setembro, e o segundo período que se caracteriza pela ascensão do gonçalvismo e, como tal com uma linha de actuação inversa da anterior.

A criação de uma comissão que superintendesse os conteúdos da Comunicação Social é, em si mesma, contrária aos princípios da liberdade de pensamento e expressão, mas pode até ser compreensível se se considerar a maneira musculada como o general Spínola entendia o exercício do poder, nomeadamente pela prevenção de situações que minassem a ordem pública: “Em primeiro lugar, não podem ser alteradas nem a ordem nem a tranquilidade, nem afectada a integridade nacional. Toda a evolução se caracteriza por um enfraquecimento relativo da estrutura orgânica; e não faltaria quem, de um lado ou de outro, se empenhasse em alterar o equilíbrio no seu conjunto., explorando fendas e clivagens para por elas introduzir o germe nocivo da subversão, em ordem a acelerar a derrocada dos valores em que nos apostamos em preservar” (SPÍNOLA, 1974:223).

Como o próprio constatou, o panorama político instaurado com a revolução traduziu-se justamente na alteração drástica da ordem pública que, em seu entender, era alimentada pelos meios informativos minados pela acção dos comunistas: “No domínio da Comunicação Social, o «25 de Abril» despoletou um plano de inspiração comunista que imediatamente revelou dispor da colaboração de elementos há muito infiltrados nos sectores fulcrais da informação” (SPÍNOLA, 1978:128). A justificação de um organismo regulador de conteúdos prendia-se com esta questão, embora a preocupação fulcral acabasse por se centrar na RTP, pelo alcance de audiências que detinha: “E assim de um momento para o outro, os principais órgãos de

informação do País transformaram-se em centros de subversão. Uns, ao serviço do passado, outros, hipotecados à «revolução das massas»; uns e outros em oposição aos objectivos democráticos do Movimento. Este é o ambiente geral do sector, com particular relevância da Televisão, sem dúvida o órgão de informação com maior penetração em todas as camadas sociais” (1978:128).

A aprovação do diploma legal que regularia a imprensa, em 25 de Junho de 1974, foi ainda complementada com a publicação, em anexo, do Regulamento que nortearia a actuação da comissão *ad hoc*. Esta seria exclusivamente composta por militares, que agiriam de acordo com o dito Regulamento e que essencialmente salvaguardava direitos, deveres e sanções.

Os direitos eram sumariamente enunciados no artigo 1º e depois seguiam-se os aspectos restritivos. Ficava clara a interdição da publicação de matérias que contrariassem o Programa do MFA, desrespeito pelas instituições de soberania, salvaguarda de segredos militares, bem como das hierarquias. Mas, e para além disso, os meios de comunicação social estavam impedidos de divulgar aspectos que de alguma forma pudessem provocar alterações na ordem pública, nomeadamente os patentes na alínea e): “Incitamento a greves, paralisações de trabalho ou manifestações não autorizadas pela legislação em vigor;”. O futuro veio a demonstrar que este foi um dos aspectos que continuou a preocupar as chefias militares e as tentativas de interdição acentuaram-se no período do «verão quente». Contudo, as notícias abordaram todos estes aspectos e não só: contrariando abertamente o estipulado, os jornais reportaram profusamente o clima de insubordinação vivido nos quartéis e davam conta das divergências e conflitos que atingiam a estrutura castrense.

Apesar da criação e manutenção deste organismo ter sido da responsabilidade do general Spínola, certo é que, mesmo depois do seu afastamento, não se verificou a sua extinção o que demonstra que a intenção controladora se fazia sentir também no lado oposto da barricada. O Sindicato dos Jornalistas desde logo manifestou a sua discordância quanto à existência desta comissão e reiterou por várias vezes essa contestação, face a algumas situações. Mas de uma maneira geral todo o meio informativo condenava a

existência desta comissão composta por sete oficiais - ainda que se apresentasse como transitória - e reclama a estipulação de um regime legal de imprensa. Para além do sindicato, a contestação fez-se sentir nos mais diversos níveis: foi debatida na rádio e nos jornais e também o Partido Socialista apesar, de aprovar a existência da comissão, manifestou a sua discordância com algumas das restrições. Apesar de ter dado origem a estas reacções, no segundo período da sua vigência em que igualmente foi praticada uma política de sanções, o sindicato permaneceu em silêncio e nem tão pouco reclamou quanto à permanência da comissão, quando já se encontrava aprovada a Lei de Imprensa aprovada na Assembleia Constituinte.

Ainda que a comissão *ad hoc* já se encontrasse em exercício e na dependência directa da Junta de Salvação Nacional, curiosamente, as primeiras medidas sancionatórias foram aplicadas pelo próprio general Spínola ao impor a suspensão, pela primeira vez, (31 de Julho) sobre os jornais *A Capital*, *Diário de Lisboa* e *República*.¹⁹ A aplicação desta sanção deveu-se ao facto de o General entender que os três diários haviam dado excessivo relevo a uma manifestação da extrema-esquerda que reclamava o fim da guerra colonial. As penalizações aplicadas geraram duas reacções de diferentes consequências. Gerou-se no meio uma onda de protestos que culminou na auto-suspensão de publicação de vários jornais em solidariedade com os colegas castigados. A segunda consequência foi a dissolução da comissão *ad hoc*, uma vez que os militares que a constituíam, ou por não estarem de acordo com aquela decisão ou por se verem ultrapassados nas suas competências, apresentaram a sua demissão. Este último aspecto aponta para a divergência latente nos meios militares e resulta da falta de união de posições face à questão colonial, sendo aliás o primeiro e principal factor de dissensão, pelos menos inicialmente, entre Spínola e o Movimento dos Capitães.

Apesar das divergências que se faziam já sentir nas Forças Armadas, e no decurso daqueles acontecimentos, em termos de actuação da primeira

¹⁹ Não seria, contudo, esta iniciativa do presidente da Junta de Salvação Nacional a única acção suspensiva isolada por parte de um militar. Também o almirante Rosa Coutinho, em Março de 1975, teria impedido a saída de um número do semanário *Liberdade*, por conter matéria entendida por ele como ofensiva para o Movimento das Forças Armadas.

comissão *ad hoc* verificou-se uma acção constante que se traduziu na aplicação de várias sanções. O *República* foi o primeiro a ser multado, em Junho, pela publicação de notícias relativas a elementos do exército acusados de insubordinação, o que era considerado, de acordo com o Regulamento, susceptível de promover a desobediência. Em Julho, o jornal voltaria a ser multado por uma razão semelhante, já que publicou uma peça sobre reivindicações nos quartéis e foi entendido que havia igualmente perigo de incitação à rebelião, embora desta vez a multa fosse menor. Outro dos títulos que veio a ser sancionado foi *A Capital*, pelas mesmas razões, ainda relativamente à notícia de Junho, mas com maior severidade por a comissão entender que, sobre a mesma questão, o vespertino tinha publicado mentiras que podiam levar à insubordinação. Foram igualmente aplicadas coimas a outras publicações, duas de carácter ideológico e outra de teor económico. No primeiro caso, considerou-se que os jornais *A Verdade* e *Revolução* (publicações ideológicas) apelavam directamente à sublevação dos quartéis. O *Economia e Finanças* foi acusado de atentar contra o bom-nome de elementos do Governo e de conter mensagens reaccionárias. De todas as multas impostas, esta foi a mais alta. Este jornal voltaria a ser punido e, uma vez mais, por conter reiteradamente mensagens baseadas na ideologia do anterior regime, pelo que lhe foi aplicada uma suspensão de 60 dias.

A nova comissão *ad hoc* foi constituída em 16 de Setembro de 1974 - o que quase corresponde ao período da saída de Spínola e à ascensão do gonçalvismo - e manteve-se em funções até 15 de Novembro de 1975, curiosamente também quase até ao final do «outono escaldante», e foi igualmente responsável por uma série de castigos aplicados a vários títulos. Ainda no mês de Setembro, foram multados sete jornais: três dos «pecados» cometidos tinham a ver ou com a questão colonial ou com as entidades envolvidas no processo e neste campo aplicou-se a pena mais severa, já que o *Tempo Novo* foi suspenso por 60 dias.

As demais infracções relacionavam-se com atentados ao bom-nome ou mensagens reaccionárias. Também o *Expresso* foi então acusado de publicar notícias falsas e especulativas e multado. Este cenário viria a repetir-se, ainda no mês de Novembro, por a comissão entender que este semanário tinha feito

uma interpretação abusiva sobre uma entrevista ao Chefe do Estado Maior do Exército, mas dessa vez o jornal recorreu a tribunal e aí ganhou o processo.

Até ao final do mandato muitos foram os títulos sancionados, com grande peso dos jornais regionais – doze – e das publicações religiosas – nove –; em ambos os grupos as acusações incidiam sobre o teor reaccionário dos artigos que não iam de encontro à nova ordem ideológica. As penas aplicadas foram pecuniárias, mas também 19 suspensões de publicação por períodos que variaram entre os três e os 60 dias.

Uma das matérias condenadas prendia-se com a questão colonial: se no período spinolista este era um dos temas tabu pela visão que o General tinha deste problema, na fase seguinte os ataques ao processo de descolonização tiveram igualmente um resultado censório, agora de sinal contrário. Embora as publicações regionais e católicas tenham sido os alvos preferenciais dos ataques da comissão *ad hoc*, neste período, também as revistas humorísticas foram castigadas, bem como dois jornais de extrema-esquerda. Por exemplo, o jornal do MRRP foi multado no decurso da perseguição à organização, (e por inerência temática, o *Diário de Lisboa* que escreveu sobre o assunto também foi castigado). Com a excepção das multas aplicadas à *Gaiola Aberta* e *O Raio*, que tinham que ver com questões morais, todas as outras representam realmente actividade censória ideológica, em que tudo o que criticasse a actuação de governantes ou militares era susceptível de punição.

Para além destes casos, era claro que todo e qualquer escrito que condenasse a actuação dos comunistas era rotulado de reaccionário e castigado com suspensão: verificava-se assim o estabelecimento de uma nova política de condicionamento informativo, uma vez mais regida pela lógica do discurso único, agora de pendor marxista-leninista, com a agravante de desta vez não se fazer sentir a contestação nem de sindicalistas nem de profissionais.

2.3.2 O esforço de regulamentação: A Lei de Imprensa de 1976 e os mecanismos enquadradores

Como tudo o resto neste período, o campo da imprensa foi marcado por situações que se enquadravam no espírito revolucionário do momento, mas, ao mesmo tempo, os sectores mais moderados pugnaram para que se procurasse instituir os mecanismos legais que configuravam o estado de direito. É nesse sentido que devemos entender a nomeação da outra comissão paralela, em 12 de Agosto de 1974, que ficaria encarregue da elaboração do projecto de Lei de Imprensa. Deste grupo de trabalho faziam parte personalidades consagradas que se tinham distinguido justamente por se terem batido contra a censura prévia e manifestado a necessidade de legislação reguladora nesta área, ainda no anterior regime. Assim, dela faziam parte personalidades como Arons de Carvalho, Pinto Balsemão e Marcelo Rebelo de Sousa. Tratou-se de criar uma comissão que integrasse várias sensibilidades da vida política de então, pelo que nela se incluíram representantes de outros partidos, sindicato, grémios, etc..

A comissão teve como ponto de partida um ante-projecto de lei da autoria de Rui de Almeida Mendes e de Sousa Franco, que presidiria aos trabalhos. As reuniões do grupo sucederam-se em tempo recorde, o que permitiu a apresentação do documento final em 12 de Setembro e, no dia seguinte, Sanches Osório, Ministro da Comunicação Social apresentava-o para discussão pública. Nesse debate participaram as instituições ligadas ao sector, como o Sindicato dos Jornalistas e os grémios da imprensa diária e não diária. A questão da lei de imprensa foi ainda levada à opinião pública por iniciativa da redacção de *A Capital*, que abriu as suas páginas às posições dos leitores.

Verificou-se então a existência de duas tendências: um novo posicionamento por parte do Sindicato dos Jornalistas, que fruto da evolução política recente questionava a sua necessidade e a posição mais moderada que advogava a aprovação do documento. De facto, a radicalização do posicionamento dos jornalistas, aliás à imagem do que se verificava nos demais sectores, traduzia-se no clima de conflitos que ia despertando nas redacções, bem como a tendência para a adopção de um discurso esquerdizante por parte de alguns jornais. Mas nem todos os profissionais se

deixaram contagiar por esta corrente e sectores houve que, aliados aos movimentos da sociedade civil e das figuras políticas, continuaram a pugnar por uma legislação que enquadrasse o exercício de uma imprensa livre. Essa foi a tendência vencedora, já que a legislação acabou por ser aprovada, ainda que num contexto político adverso e quando o próprio governo e o ministro da Comunicação Social questionavam a validade da nova legislação, embora não tenham chegado ao ponto de impedir a sua publicação. «Apenas» procuraram criar mecanismos paralelos que se sobrepunham ao que consignava a lei.

O novo documento legislativo alicerçava-se num conjunto de princípios gerais relativos ao direito fundamental da liberdade de pensamento e expressão, mas traduzia também uma realidade resultante de 48 anos de experiência de ditadura aliada ao quadro da estrutura empresarial que detinha a propriedade dos principais títulos portugueses: “A legislação portuguesa garante aos meios de comunicação social as amplas liberdades geralmente reconhecidas como necessárias para informar a opinião pública nos regimes democráticos. Vai mais longe que as leis da maioria dos países em termos de documentar os direitos dos profissionais da comunicação social e de armá-los de um vasto elenco de direitos poucas vezes acordados em qualquer outra parte do mundo” (AGEE; TRAQUINA, 1987:21). Estas garantias são desde logo anunciadas no Preâmbulo, nomeadamente no ponto 3. Para além da liberdade de expressão exercida pela imprensa, entende-se que essa função terá uma intenção pedagógica: “Trata-se de integrar a imprensa na sua missão normal de difusora de informações e de ideias, de divulgação e de debate dos problemas nacionais, de modo a assegurar o desenvolvimento do processo democrático em Portugal.” Ficava assim plasmada a perspectiva democrática que alia a prática informativa ao exercício da cidadania, pela constituição de uma opinião pública alicerçada no consumo de notícias.

Esta concepção doutrinária enquadrava estes princípios no âmbito dos direitos e garantias fundamentais, e plasmados na Constituição de 1976, nos artigos 37º ao 40º. O primeiro deles consagra a liberdade de pensamento e expressão: “1. Todos têm o direito de se exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de se informar sem impedimentos nem discriminações.” Os

seguintes abordam sobretudo a questão das práticas profissionais, pelo que o exercício da liberdade de imprensa é enquadrada na perspectiva dos jornalistas. Outra das ideias enunciadas nesta introdução à Lei de Imprensa é de que ela resulta igualmente da experiência acumulada, a partir do fim da ditadura, de uma prática jornalística responsável, consentânea com o novo regime democrático.

O documento legal estrutura-se em cinco capítulos e começa, em razão da relação entre jornalismo e cidadania, por definir os direitos relativos à liberdade de imprensa e também à informação, englobando-se aqui o direito a informar e a ser informado. No primeiro capítulo o texto tem a preocupação de delimitar os campos jurídicos de cada um dos intervenientes no processo informativo, para poder delimitar os direitos e a sua forma de exercício, bem como os deveres de quem exerce a actividade: “a liberdade de acesso às fontes oficiais de informação; A garantia do sigilo profissional; A liberdade de empresa; A liberdade de concorrência; A garantia de independência do jornalista profissional e a sua participação na orientação da publicação jornalística.” Consagra também os direitos e os mecanismos de defesa do público. Como referem Agee e Traquina²⁰, a nova legislação dotava os jornalistas de uma série de mecanismos protectores da prática profissional, enunciados logo no artigo 1º, mas e além disso, a questão fundamental e inovadora da capacidade de poder participar na orientação editorial.

Ainda no período tardio da ditadura os jornalistas começaram a equacionar o direito a intervir na questão dos conteúdos. Daí que a nova legislação tenha relevado essa prerrogativa, sobretudo porque ela se insere numa época em que as tendências eram a da consulta sistemática e a decisão colectiva. Este direito foi sendo diminuído ao longo do tempo e outros aspectos como a questão do sigilo ou da independência são actualmente reequacionados quer pelo poder político quer pelos próprios profissionais.

Os vários aspectos do exercício da profissão são posteriormente discriminados em diferentes artigos, como o 10º onde se procede à definição da profissão e se prevê a criação de documentos que a regulamentem. Nas disposições transitórias estes aspectos são ainda complementados através do

²⁰ Cf. AGE; TAQUINA, 1987

artigo 61º que prevê a criação do Estatuto dos Jornalistas e o Código Deontológico, mas no âmbito da competência do Sindicato: “1) Compete ao Sindicato dos Jornalistas a elaboração do Código Deontológico (...) 2) O Sindicato dos Jornalistas deverá elaborar um projecto de Estatuto de Jornalista (...)”; ambos os documentos tinham um prazo de elaboração de três meses - o que só se verificou realmente em 1979 - após o que deviam ser comunicados ao governo. A estes documentos veio ainda juntar-se o Regulamento da Carteira Profissional, aprovado também naquele ano.

Quanto aos direitos do público são igualmente anunciados no mesmo artigo e de onde se destaca a alínea a) do ponto 4, que define como direito do cidadão a ser informado “através de medidas antimonopolistas”; trata-se obviamente de um princípio geral, que enforma todo o documento, mas que do ponto de vista de mecanismo legal é muito vago. As demais alíneas são mais consentâneas com uma perspectiva actual, ao incluírem a obrigatoriedade da publicação do estatuto editorial, do direito de resposta e da devida identificação da publicidade. Outro direito importante remete para a possibilidade de recurso à entidade reguladora, criada pela mesma lei, o Conselho de Imprensa.

Seguidamente o documento passa ao processo de definições, iniciando com as tipologias de imprensa e determina um dos meios de responsabilização fundamental, que é a obrigatoriedade do estatuto editorial. Depois passa à conceptualização da liberdade de imprensa, sua abrangência e limites, estes relativos a questões de segurança militar e também de acordo com pressupostos éticos. Outro dos aspectos que é regulamentado é o do acesso à informação e o direito ao sigilo profissional, pedra basilar da actividade jornalística e que anteriormente não era salvaguardado. A par deste direito, há uma preocupação de responsabilização dos conteúdos, quando as fontes são omissas. Destaca-se ainda o acesso à informação de fontes de todo o aparelho administrativo e de todas as empresas públicas, num claro esforço de tornar transparente a actividade dessas entidades.

Um dos aspectos igualmente regulamentados prende-se com a liberdade de empresa: ficava assegurada a legitimidade da existência ou constituição de sociedades privadas, (o que contrariava uma das facções que

foi adquirindo mais peso na imprensa escrita e que pretendia a intervenção estatal), mas revelava uma vez mais uma preocupação em relação às sociedades anónimas, ao criar a obrigatoriedade dos accionistas nominais. Ficava igualmente proibida a possibilidade de pessoas individuais ou colectivas estrangeiras de serem proprietárias de empresas de informação em Portugal, com a devida salvaguarda das publicações diplomáticas. Na sequência deste ponto surgem os aspectos relativos à concorrência e à política anti-monopolista, aqui no sentido de anti-cartelização, nomeadamente pela intenção manifesta do equilíbrio de preços, ainda que prevendo a existência de concorrência. Mas essa ideia é levada mais longe, já que prevê legislação especial para impedir a concentração de empresas jornalísticas, de maneira a não se verificar uma subordinação ao poder político e económico.

As preocupações dos legisladores revelaram-se infundadas, já que se torna inevitável realçar que a única entidade que vai adquirir essa feição é o Estado: era praticamente o dono de todo o audiovisual, com a excepção da Rádio Renascença; depois da extinção da Lusitânia e da transformação da ANI em ANOP detinha a agência de notícias nacional; na imprensa, a situação empresarial tinha levado a uma intervenção pontual.

A nova Lei contemplava também o sector público que ficava previsto no artigo 9º, de forma muito sucinta e lacónica: “No caso de o Estado ou outra empresa colectiva de direito público ser proprietário de um periódico ou de pelo menos de um quarto do capital social de uma empresa jornalística ou de sociedades sócias de empresas jornalísticas, o estatuto deverá salvaguardar a sua independência.” Se se considerar que a grande maioria das maiores empresas de informação passaram parcial ou totalmente para sector público, este enquadramento sucinto revela-se escasso.

O aspecto relativo à independência face ao poder económico é igualmente interessante não apenas como uma declaração de princípio, mas também por de alguma forma se revelar como uma das tónicas da nova legislação. Fica patente, por exemplo, na questão da proibição da concentração monopolista ou na proibição relativa aos proprietários estrangeiros, que ficavam limitados a uma cota máxima de 10%. Está ainda presente, como uma das atribuições do Conselho de Imprensa: “Ao Conselho

de Imprensa compete salvaguardar a liberdade de imprensa, nomeadamente perante poder político e poder económico.” Aqui parece estar em causa a história recente da configuração da propriedade das empresas jornalísticas, como foi visto.

Ainda que a intenção fosse preventiva, tal como em outras áreas de actividade económica, esta política foi de encontro à nova atitude que rapidamente se instalou e que conferia aos proprietários a conotação negativa atribuída a todos os capitalistas, isto é, coniventes com a manutenção da ditadura. No período de debate e aprovação da Lei de Imprensa, a reacção ao controlo capitalista das empresas jornalísticas foi ainda agravada e sistematicamente alimentada pela corrente socializante que se tinha instalado nas redacções, em resultado da entrada dos novos quadros e coadjuvada pela acção do sector operário.

Nos artigos seguintes são discriminados os meios que garantem a atribuição de competências e respectivas responsabilidades. Aqui cabe destacar as especificações relativas à publicidade, não só pelos direitos de publicação atribuídos a particulares e ao Estado, mas por ser outro dos aspectos caros aos jornalistas. Uma das preocupações do Código Deontológico é a separação clara entre o que é informação e o que é publicidade, estando o jornalista impedido de exercer a sua actividade, enquanto se dedicar as acções de publicidade ou propaganda.

O artigo 16º aborda outra das questões cruciais da actividade informativa moderna, ao contemplar e especificar as condições do direito de resposta. Ainda assim, prevê-se outra salvaguarda por parte da direcção editorial do jornal, que tem a possibilidade de contrariar as alegações apresentadas. Contudo refere-se-lhe como uma “breve anotação” e que pode dar origem a “nova resposta”. Este tem sido um dos aspectos gerador de grande controvérsia, já que os jornais (e os demais meios de comunicação social) têm tido tendência a alargar esses pontos explicativos, o que tem tido como resultado o recurso, não à entidade reguladora, mas, e devido a uma criação mais recentemente, à figura do provedor.

O último aspecto tratado no primeiro capítulo incide sobre a entidade reguladora, então denominada Conselho de Imprensa. Define brevemente a

composição, o período dos mandatos e as competências, uma vez que a sua actividade ficou regulamentada pelo estatuto do CI. Quanto ao primeiro aspecto, faziam parte do Conselho várias entidades que lhe conferiam uma representatividade multifuncional, multi-institucional e multipartidária. Este ecletismo que seria justificado no preâmbulo dos seus estatutos conferia-lhe uma grande representatividade, mas também uma grande ineficácia, já que albergava representantes de instituições opostas. A função mediadora foi exercida para arbitrar diferendos em que a liberdade de imprensa foi posta em causa: através de acusações dos jornalistas quanto às entidades empregadoras; através de reclamações feitas por instituições e pelo público quanto a situações de abuso de liberdade de imprensa. No relatório do CI, relativamente ao período do «verão quente» por exemplo, é a própria entidade reguladora que confessa a sua inoperância devido à falta de meios.

A organização da empresa jornalística é definida no segundo capítulo e aqui cabe destacar também algumas especificações. Desde logo, um dos aspectos contestados pelo sindicato, as competências do director, nomeadamente a superintendência e orientação editorial, a capacidade de escolha do chefe de redacção e o facto de ser o presidente do conselho de redacção. Tudo isto ia contra a perspectiva da «imprensa popular ao serviço das classes trabalhadoras», mas sobretudo contra uma visão colectivista de gestão, defendida pela corrente dominante no SJ, mas também pelo sector tipográfico, que em várias circunstâncias procurou impor este modelo.

Para além das competências, outro aspecto ficava ainda devidamente regulamentado, trata-se da questão da responsabilidade jurídica do director. O outro ponto fundamental deste capítulo é o conselho de redacção e definição da sua composição e prerrogativas. Aqui o documento vai claramente de encontro a uma solicitação da assembleia do Sindicato dos Jornalistas de 2 de Maio de 1974, que instava a Junta de Salvação Nacional a reconhecer estes organismos. Em consequência, a Lei acaba por ratificar uma situação que já se verificava na prática. A composição do conselho de redacção é clara: “profissionais eleitos por todos os jornalistas profissionais que trabalhem no periódico”. As competências destas comissões são amplas: a capacidade de votar sobre as chefias designadas pela administração e de em

conjunto com elas participar “na definição das linhas de orientação do periódico”. Não menos importante é o direito de “voto deliberativo sobre todos os sectores da vida e da orgânica do jornal” relativos à actividade profissional, o que impediria, se fosse caso disso uma mudança na linha editorial. Outro dos direitos definidos tem a ver com a consulta em todos os casos relativos a contratações, sanções ou despedimentos de jornalistas.

Estes vários aspectos conferiram, durante muito tempo, um grande peso dos representantes dos jornalistas em aspectos fulcrais da vida dos jornais e estiveram na origem de situações problemáticas no exercício de gestão, aliás patentes em muitos dos diferendos em que o Conselho de Imprensa foi chamado a arbitrar, como por exemplo o do *Jornal de Notícias* onde o conselho de redacção vetou por diversas vezes as direcções propostas pela administração. A prerrogativa relativa à interferência na orientação dos jornais é tão relevante que é ainda contemplada no artigo 23º, em que se prevê o direito do jornalista rescindir com a empresa, caso esta altere radicalmente a sua orientação editorial.

No capítulo seguinte, a lei determina quais os crimes de abuso de liberdade de imprensa e especifica a questão das responsabilidades. À estipulação das condições de abuso de liberdade de imprensa corresponde a aplicação de sanções específicas, também determinadas pela legislação, nomeadamente no artigo 28º e seguintes, onde se prevêm as tipologias e as penas suspensivas e as coimas a aplicar pelos tribunais. No âmbito das responsabilidades a lei consagra o princípio actual de solidariedade do director face ao que é publicado e aos autores. Há igualmente uma responsabilidade solidária por parte do conselho de redacção “quanto às matérias em que este dispunha de voto deliberativo”, sendo este, em todo o documento, o único ónus para o órgão de representação dos jornalistas.

O artigo 35º aborda a penalização na perspectiva oposta, i.é, sendo o crime cometido por entidade ou entidades exteriores às empresas jornalísticas: “Quem violar qualquer dos direitos, liberdades ou garantias da imprensa consagrados na presente lei será condenado na pena de multa de 500 000\$”. Esta circunstância é considerada abuso de autoridade, quando exercida por agentes do Estado, situação que se verificou várias vezes durante

este período, particularmente em resultado ou da actuação ou de medidas legais impostas pelos militares, que obviamente não foram sancionados.

Os aspectos relativos ao processo judicial são tratados no capítulo seguinte e o documento termina com as “Disposições transitórias e finais” que abrangem os múltiplos aspectos da aplicação da lei que impliquem a observância de prazos, documentos complementares, aspectos práticos, excepções, etc..

A Lei de Imprensa de 1975 foi ainda acompanhada da publicação do Decreto-lei n.º 85-D/75 que tratava de legislar sobre um aspecto específico e novo, em termos de cobertura jornalística portuguesa: a campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte. Deste documento destaca-se o princípio deontológico por excelência que é a questão do equilíbrio e da equidade de tratamento dos diversos intervenientes no processo: “As publicações noticiosas diárias ou não diárias (...) deverão dar tratamento jornalístico não discriminatório às diversas candidaturas, em termos de as mesmas serem colocadas em condições de igualdade. (...) a factos ou acontecimentos de idêntica importância deve corresponder um relevo jornalístico semelhante (...)”.

Se se considerar a quantidade de partidos e organizações que participaram no processo eleitoral entende-se que o mesmo documento estabelecesse limites em termos de espaço de publicação. Contudo, as imposições podem ainda assim ser entendidas como draconianas, uma vez que determinavam, por exemplo, a obrigatoriedade da publicação dos programas dos partidos ou das suas sínteses, sendo as limitações impostas em termos de comentário a estas matérias, altamente restritivas. É também de notar que, nestes casos, as eventuais reclamações seriam apresentadas à comissão eleitoral e não a um organismo tão lento como o Conselho de Imprensa. A quantidade de especificações relativas ao tratamento destas matérias deve ser entendida quer no âmbito da cobertura noticiosa, onde se verifica uma clara ingerência em termos de conteúdos, quer na preocupação das autoridades em assegurar um tratamento equitativo das várias organizações que participaram no processo eleitoral. Mais ainda, a veiculação deste tipo de informação constituía problema sensível, uma vez que os meios de

comunicação seriam a principal forma de as pessoas acederem a uma perspectiva pluralista que transcendia comícios e a invasão de comunicados. Os *media* deveriam assim cumprir a função de serviço público a que estavam destinados.

A criação de uma legislação específica para a imprensa veio colmatar uma lacuna largamente contestada pelos sectores profissionais empresariais, intelectuais e políticos. Contudo, e mesmo tendo em conta todas as virtualidades de que se revestiu e as idiossincrasias do momento político, ela revela uma fragilidade evidente: só regula a imprensa escrita e deixa de fora os demais meios de informação: “Parece razoável sustentar que o novo poder só se preocupou mais em heterodisciplinar do que em se autodisciplinar, visto que foi maior o cuidado em definir os limites dos poderes alheios, (imprensa escrita) do que em cercear os próprios (televisão e rádio)” (MESQUITA, 1994:367). A preocupação demonstrada pelos legisladores parece pois incidir apenas sobre os únicos meios que se encontravam na mão de privados, uma vez que só a imprensa escrita era contemplada neste esforço de regulamentação. Mas é igualmente curioso notar que esta preocupação tão direccionada rapidamente deixou de ter razão de ser, uma vez que no decurso dos decretos-lei que instituíam a nacionalização da banca, também a maioria dos jornais passou para a mão do Estado. Os títulos que ficaram de fora, o *República*, e *O Primeiro de Janeiro*, dificilmente se poderiam ver como armas ideológicas do grande capital, embora isso não tenha impedido as diversas situações de tentativa de controlo de conteúdos, com particular realce para o *República*.

Os princípios gerais consagrados na Lei de imprensa de 1975, nomeadamente o direito à livre informação e o direito de ser informado deveriam abranger todas as áreas de comunicação social, já que a sua pertinência ficava reiterada pela sua inclusão na Constituição. O facto de tratar de empresas públicas ou privadas seria irrelevante, pelo menos nesse sentido. É também dentro desta perspectiva que podemos entender o facto de a Lei de 1975 se ter constituído como um documento condutor face aos demais meios de comunicação. De tal forma que, à falta de enquadramento específico, quer a televisão quer a rádio tiveram de se reger pelos princípios

nela enunciados e a legislação posteriormente aprovada inspirou-se nesse primeiro documento. Para além dos aspectos de doutrina política e jurídica, a estipulação dos meios legais para a aplicação serviram de referência para os demais *media*, nomeadamente pela criação de entidades reguladoras, um pouco à imagem do Conselho de Imprensa. Depois de passar por designações várias estas competências encontram-se actualmente sob a alçada da Entidade Reguladora para a Comunicação.

2.3.3 – As iniciativas de desregulamentação

A criação da Lei de Imprensa num período tão rápido de tempo evidencia a atenção dada pelo poder político a este sector. O facto de ela ser de imediato contestada em diversas frentes justifica-se pela deriva do processo político e pela forma como contagiou o meio jornalístico. Por outro lado, a par da legislação aprovada as instâncias de poder procuraram encontrar formas paralelas que permitissem a existência de situações de excepção, que melhor facultassem o controlo da informação. A permanência da comissão *ad hoc* foi uma delas. Mas outras se seguiram e o próprio posicionamento parte dos jornalistas facilitou este tipo de actuação.

Neste âmbito cabe referir a criação de outro organismo que não sendo constituído com este tipo de perfil, deveu a sua criação à necessidade de “coordenar” a produção de informação dos meios de comunicação estatais: em 30 de Dezembro de 1974 seria criado o Conselho de Informação²¹. Tratava-

²¹ Despacho do Ministro de Estado Vítor Alves de 30 de Dezembro de 1974

(...) Considerando que o citado decreto-lei atribui ao Ministério da Comunicação Social a incumbência de se ocupar dos assuntos relativos à política de informação, **através da coordenação dos órgãos respectivos**, em ordem à consecução dos objectivos previstos no Programa do Governo Provisório; Considerando que **o eficiente e adequado desempenho da função de coordenação dos órgãos de comunicação social** pressupõe um amplo e interno debate e intercâmbio de ideias entre o Ministério da Comunicação Social e **os órgãos de comunicação social dependentes do Estado**: Determino:

1. A criação de um Conselho de Informação, a funcionar no Ministério da Comunicação Social, sob a presidência do Secretário de Estado da Comunicação Social, ou Subsecretário de Estado, ou, em suas ausências e impedimentos, do director-geral da Informação.

2. O Conselho de Informação terá os seguintes membros permanentes:

Secretário de Estado da Comunicação Social; Subsecretário de Estado; Director-geral da Informação; Director-geral da Cultura Popular e Espectáculos; Director dos Serviços de Informação; Presidente do conselho de administração da Radiotelevisão Portuguesa; Presidente da direcção da Emissora Nacional; Director da ANI.(...)

4. O Conselho de Informação assistirá ao Secretário de Estado da Comunicação Social no desempenho de suas funções relacionadas com a política de informação e terá as seguintes atribuições:

4. O Conselho de Informação assistirá ao Secretário de Estado da Comunicação Social no desempenho de suas funções relacionadas com a política de informação e terá as seguintes atribuições:

a) Proceder periodicamente à análise e debate da forma como a opinião pública nacional e estrangeira vem sendo informada, especialmente em matéria de informação governamental;

se de enquadrar a informação deste grupo informativo na lógica que estaria subjacente nos vários documentos legislativos emanados no período, bem como nas estratégias de propaganda onde se inseria a imprensa. Com mais razão, pretendia-se a subordinação dos conteúdos às campanhas de dinamização levadas a cabo pelas várias instancias militares e, bem como a aplicação de um crivo que impedisse a passagem de notícias consideradas inconvenientes: “(...) neutralizar informações inexactas e tendenciosas”. Portanto, os órgãos de comunicação sob a alçada do Estado fariam parte da máquina de propaganda que se pretendia montar, de maneira a poder condicionar a constituição da opinião pública. Com semelhantes características, não é de estranhar que desde a queda do V Governo Provisório este organismo não voltasse a reunir.

Entretanto a aprovação da Lei de Imprensa suscitou, ao contrário do que seria de esperar, graves protestos. Logo durante o período do debate público ficou claro que o novo documento legal não reunia todos os consensos: “Aconteceu então o inesperado. Durante a ditadura, os jornalistas reclamaram uma lei de imprensa, tendo o Sindicato elaborado um projecto que apresentou ao governo de Marcelo Caetano. Além disso, aprovou na generalidade outro projecto da autoria de Francisco Sá Carneiro e Francisco Pinto Balsemão. No decorrer do processo revolucionário, as ideias haviam mudado: em muitos sectores até há pouco defensores de um tal diploma surgia agora a noção de que a liberdade de imprensa era um conceito «burguês» e, conseqüentemente, uma lei que a protegesse era dispensável ou supérflua” (PALLA, 1990:272). A legislação sobre a imprensa surgia pois, aparentemente, fora de tempo e apesar de ter sido criada a tão breve trecho.

Desde a assembleia geral de 2 de Maio de 1974 que as posições da classe se radicalizaram. Nesta pedia-se, entre outras reivindicações, dois aspectos fundamentais: o afastamento dos responsáveis pelo condicionamento da informação ligados ao anterior regime e a legalização dos conselhos de redacção. Na reunião seguinte, o principal tema em debate era obviamente a

b) Analisar os resultados das sondagens de opinião pública, empreendidas por entidades públicas ou privadas, sempre que tais sondagens se reportem a questões relacionadas com a política de informação;

c) Identificar aspectos e problemas específicos para os quais sejam necessárias acções concertadas e em profundidade no sentido de neutralizar informações inexactas e tendenciosas; (...)

comissão *ad hoc*, pelo que o sindicato exigia a rápida aprovação de legislação que estatuísse o regime da imprensa, bem como a sua participação neste processo. Entretanto iam-se sucedendo vários acontecimentos nos meios de comunicação social que levariam a uma mudança sensível quanto ao papel da imprensa e dos jornalistas na nova democracia. Essas novas concepções acabaram por ser as preponderantes nos aspectos discutidos e aprovados durante a assembleia do Sindicato dos Jornalistas, de 8 de Outubro de 1974.

A mudança de posição dos profissionais coadunava-se com o extremar do discurso, fruto da subida de tom das vozes dos sectores mais à esquerda, que declaradamente confundiam o exercício profissional com a militância partidária. As principais preocupações patentes nas várias moções aprovadas consistiam na questão da propriedade e na orientação editorial dos jornais. Quanto ao primeiro aspecto, ele está directamente ligado ao facto de, por um lado, a lei contemplar a liberdade de empresa e por outro, a história de um passado recente, em que a maioria dos jornais se encontra nas mãos das grandes sociedades capitalistas, através das acções detidas pelos bancos: “Repostas, pois, as coisas «no seu lugar», surge agora o novo projecto de Lei de Imprensa que retirando, sem dúvida, ao Estatuto actual grande parte do seu arsenal repressivo, não causa – diga-se desde já – a mais leve beliscadura ao poder económico, dono e senhor da chamada grande Imprensa. Poder económico esse – será necessário assinalá-lo? – que objectivamente esteve (como voltará a estar, se a oportunidade surgir por detrás da recente conspiração que visava esmagar os trabalhadores e as massas populares” (CONSELHO DE IMPRENSA, 1979:37). Para além do tom anti-capitalista, está também subjacente a questão conspiracional, outra das tónicas da ordem do dia naquele período.

Mas, não se tratava apenas de reclamar contra os proprietários ou de estes estarem ligados à manutenção do anterior regime, as posições defendidas iam mais longe ao fazer uma leitura marxista da ligação entre a propriedade e a orientação editorial: “Poder económico esse, cuja margem de manobra o actual projecto (...) reforça ao garantir aos patrões o exclusivo da «orientação do conteúdo» dos jornais, os quais – diz-se – hão-de assegurar ao cidadão o direito de ser informado. Concretizemos. O actual projecto

determina sem equívocos que ao director – e só a ele compete a orientação, superintendência e conteúdo do periódico, bem como a designação do chefe da Redacção.(...) Isto significa (...) que o actual projecto pura e simplesmente, proíbe qualquer interferência consequente na orientação dos jornais por parte dos trabalhadores que os produzem, ou do público (na grande maioria, trabalhador também) que os lê” (1979:38). Portanto, a moção traduzia uma preocupação (ou a certeza) essencial: o facto de a linha editorial ser inteiramente dominada pelas chefias. Estas eram, obviamente, da plena confiança das administrações, logo os conteúdos estariam assim ao serviço do capital e não das classes trabalhadoras.

Apesar do tom melodramático utilizado, há que notar que neste período já se encontravam em exercício os conselhos de redacção, com grande capacidade decisória a nível editorial e não só – o que aliás estava já contemplado no novo diploma legal - e que para além destes meios, as redacções não hesitaram em recorrer a soluções mais drásticas para impor a «vontade popular». A assembleia votou então um conjunto de meios alternativos que seriam o garante de “uma informação ao serviço dos interesses das classes trabalhadoras capaz de limitar o poder do capital sobre a imprensa burguesa”(1979:38). Esta processar-se-ia fundamentalmente pelo alargamento dos poderes dos conselhos de redacção em termos de orientação dos jornais. Mas aqui a proposta aprovada ia mais longe, ao incluir na determinação da linha editorial não jornalistas: na escolha do chefe de redacção passaria a ser obrigatória a consulta ao plenário de trabalhadores. Isto é, trabalhadores administrativos e da impressão passavam a ter capacidade decisória sobre quem determinava a escolha dos conteúdos noticiosos, mas também sobre as eventuais alterações editoriais.

As decisões aprovadas tornavam-se ainda mais drásticas na tentativa de impor conteúdos: “a lei deve estatuir, como obrigação, o dever que à imprensa cabe de informar as classes trabalhadoras sobre os factos que se relacionam com a vida e as lutas destas, o que é garantia do direito fundamental de ser informado” (1979:38). Para além das matérias aprovadas há ainda que destacar outro aspecto relevante deste debate: estas questões foram discutidas em Outubro de 1974; a Lei de Imprensa só viria a ser

publicada em 26 de Fevereiro de 1975, pelo que entretanto se multiplicaram os casos de conflito nos jornais, fruto de duas concepções políticas antagónicas.

Não menos importante é o facto de, logo depois da saída da legislação, se ter verificado a passagem para as mãos do Estado, total ou parcialmente, a grande maioria dos jornais. Dada a conjuntura política de então, este aspecto, por si só, foi suficiente para permitir uma ainda maior capacidade dos jornalistas na orientação de alguns jornais. Isto verificou-se também porque as suas posições iam de encontro ao projecto que o grupo de militares que na altura controlava o aparelho de estado tinha, quanto ao papel a desempenhar pelos meios de informação. Apesar de estas perspectivas não terem vingado do ponto de vista legal ou institucional, várias foram as situações reportadas ao Conselho de Imprensa em que este tipo de políticas se tentou impor.

Os atropelos à liberdade de imprensa foram uma das tónicas deste período, estando ou não a Lei de Imprensa em vigor. Deveram-se a factores diversos, desde situações de excepção geradas pelos sobressaltos de ordem política, tentativas de controlo ideológico e manipulação estruturada da informação, legislação de excepção e a própria dinâmica da luta partidária que se apoderou das empresas jornalísticas. Para além da criação e actuação da comissão *ad hoc*, de *per se* excepcional, a sua permanência a par da entrada em vigor do regime legal da imprensa traduziu-se na manutenção de um organismo sancionatório com poderes paralelos aos estabelecidos pela lei e que competiam aos tribunais. A sua extinção verificar-se-ia no decurso da transformação da estrutura e forma de actuação do Conselho da Revolução.²²

Mas as situações de excepção em relação à imprensa continuaram. O golpe de estado que afastaria Spínola do poder levou à suspensão da publicação dos jornais, através de uma ordem emanada pelo Ministério da Comunicação Social, na madrugada de 28 de Setembro. Esta medida seria justificada pelo facto de alguns títulos designados como reaccionários terem

²² O Conselho da Revolução, reunido em 10 de Outubro de 1975, resolveu: Extinguir a comissão *ad hoc* para a imprensa designada pela Junta de Salvação Nacional nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 281/74, de 25 de Junho, cuja composição consta da declaração publicada no Diário do Governo, 2.ª série, n.º 216, de 16 de Setembro de 1974, devendo os militares que a compunham regressar às suas anteriores situações.

tido um papel fundamental na preparação da manifestação da «maioria silenciosa» e na campanha contra-revolucionária contra as forças democráticas. Estes jornais enquadravam-se em várias designações, partidários, regionais e independentes, sendo os principais visados o *Bandarra*, o *Tempo Novo* e o *Tribuna Popular*. Portanto, a interdição de publicação seria uma forma de assegurar que esta imprensa conotada com a extrema-direita prosseguisse com a campanha de mobilização e o discurso vitorioso que vinha a imprimir nos seus escritos.

Além desta medida suspensiva, o condicionamento informativo fez-se também sentir nas rádios, onde as forças da GNR e PSP foram substituídas por militares. Uma vez mais, os microfones da rádio foram usados para ler os comunicados das forças vencedoras e mais tarde seria na RTP que Otelo Saraiva de Carvalho leria o comunicado final do MFA.

À alteração da correlação de forças no controle do aparelho de estado que se seguiu ao 28 de Setembro, correspondeu um esforço claro das forças ligadas ao Partido Comunista Português no sentido de criar uma máquina de propaganda que influenciasse decisivamente a opinião pública e garantisse o seu apoio. Uma das vertentes desta política nas Forças Armadas corresponde à criação de um organismo que tinha como objectivo o enquadramento ideológico dos militares, mas que acabou por ultrapassar este âmbito fazer chegar a sua influência à sociedade civil: trata-se da já mencionada 5ª Divisão²³. Embora tendo sido criada no âmbito das Forças Armadas ela transcendeu rapidamente este plano e desmultiplicou-se em acções ideológicas.

Desde o fim do II Governo Provisório que este organismo lança as chamadas «campanhas de dinamização cultural» e através delas procurou conquistar sectorialmente apoiantes das medidas gonçalvistas: “(...) à 5ª Divisão [são atribuídas] tarefas de acção psicológica e relações públicas, assim como campanhas de dinamização cultural e acção cívica” (CARRILHO,

²³ Segundo Medeiros Ferreira este organismo foi pensado à Imagem de um outro do mesmo tipo criado pelo exército americano e constituiu-se na mesma lógica dos procedimentos da «guerra psicológica»: “As principais atribuídas à 5ª Divisão, criada pelo CEMGFA, General Costa Gomes, em 24 de Setembro de 1974, foram: - elaborar e difundir directivas, planos e ordens relativos ao cumprimento do Programa do MFA e coordenar e superintender a sua execução; - manter permanentemente informado o CEMGFA sobre a atitude dos grupos representativos militares e civis quanto ao cumprimento do Programa do MFA; - promover acções de informação, orientar e superintender a sua execução, utilizando para o efeito os meios correntes de comunicação social, (...); proceder a estudos e formulação de doutrina, organizar consultas, colóquios e debates sobre assuntos de natureza militar.” (*Ob. Cit.*: 227)

1994:153). Para além das inúmeras sessões de esclarecimento dentro e fora dos quartéis, a Comunicação Social foi outro dos alvos dessas iniciativas de propaganda já que era às redacções que sistematicamente chegavam comunicados que tinham como objectivo explicar os acontecimentos e a actuação dos protagonistas da altura.

Um dos momentos em que essa acção se tornou mais intensa foi durante o 11 de Março. Mais uma vez, a preocupação do controlo dos meios audiovisuais foi a prioridade: “13.10 - Lisboa - A Emissora Nacional interrompe a sua programação normal e passa a transmitir directamente do Centro de Esclarecimento e de Informação Pública da 5.ª Divisão do E. M. G. F. A. aconselhando a população de Lisboa a manter-se calma e vigilante em união com o M. F. A. e seus órgãos representativos”. A partir da EN sucederam-se os comunicados ora das forças operacionais, ora das figuras institucionais, ora da 5ª Divisão²⁴. Dava-se notícia dos acontecimentos e fazia-se apelo à união em volta do MFA.

Seria ainda aquele organismo a dar conta do fim deste episódio²⁵. A tentativa de golpe de estado, além de muito mal organizada foi totalmente previsível, razão pela qual foi transmitida em directo na RTP. Seria também através da antena da televisão portuguesa que seriam lidos ao país os comunicados mais importantes, como o do chefe do governo e o do Presidente da República. Neste contexto os documentos das figuras principais do Estado assumem totalmente o protagonismo, enquanto que as informações do organismo que centralizava a informação são quase lacónicas.

²⁴ 13.30 - Lisboa - É transmitido pela E. N. o primeiro comunicado da 5.ª Divisão nos seguintes termos: «Vamos dar uma notícia concreta: 2 aviões e 2 hélios atacaram o R. A. L. I, unidade afectada e fundamental do M. F. A. Este ataque foi cerca das 12 horas. Portanto, são elementos pára-quedistas e outros elementos das Forças Armadas que se sublevaram contra a ordem democrática instaurada desde o 25 de Abril. Mais uma vez o M. F. A. e o Povo devem e têm de estar unidos, alerta e vigilantes contra estas manobras que não podem vingar de maneira nenhuma. Acreditamos e estamos confiantes e pedimos a vigilância popular em união com os órgãos representativos do M. F. A., nomeadamente a sua Comissão Coordenadora, 5.ª Divisão do E. M. G. F. A., e comandante-adjunto do COPCON, brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho.»

²⁵ «Às 17.15 horas a situação encontra-se quase normalizada.

«Em Tancos a situação está dominada e encontra-se preso o comandante do Regimento de Pára-quedistas, coronel Rafael Durão.

«Entretanto fugiram de carro, certamente em direcção à fronteira, os generais Spínola e Galvão de Melo e os comandantes Alpoim Calvão e Rebordão de Brito e o primeiro-tenente Benjamim.

«Apela-se para a população que, em colaboração com as Forças Armadas, se mantenha vigilante nas fronteiras.

«Na G. N. R., Quartel do Carmo, a situação encontra-se também normalizada, tendo conseguido evadir-se o general Damião, que, ilegalmente, assumiu o comando.

Reassumiram as suas funções o general Pinto Ferreira e os coronéis Vicente da Silva e Stone.

«Nas restantes regiões militares do País a situação mantém-se normal.

«Até ao momento, só se tem conhecimento de alguns feridos na acção contra o R. A. L. I.»

Caberia a Vasco Gonçalves os grandes apelos emotivos e o enquadramento político ideológico de maneira a passar uma imagem de total unidade quer entre os militares, quer da tão propagada «aliança povo-MFA»: “Os trabalhadores devem tirar todas as conclusões desta tentativa reaccionária de lançar F. A. contra F. A.; de lançar camaradas de armas contra camaradas de armas, servindo-se das maiores mentiras, de ignomínias; lançando homens honrados em aventuras, condenadas, antecipadamente, ao fracasso, porque o M. F. A. tem consigo a esmagadora maioria das massas trabalhadoras e dos patriotas portugueses.”

Usando o argumento da chantagem, Vasco Gonçalves exortava os portugueses a aceitar passivamente as decisões dos militares, ao mesmo tempo que fazia avisos às organizações partidárias: “Espero que isto seja uma verdadeira lição para todos os portugueses, para os partidos políticos, para os sindicatos, para as Forças Armadas, para todos os patriotas. Os nossos verdadeiros inimigos são, de facto, a reacção e os fascistas. E a reacção traduz-se na prática por aqueles que se opõem ao desenvolvimento e ao progresso da nossa Pátria dentro do Programa das Forças Armadas e no sentido que o M. F. A. lhe tem procurado imprimir.”

Mas o fim da ameaça de golpe militar não se traduziu numa paragem de comunicados. Durante os dias seguintes a 5ª Divisão manteve-se em plena actividade. Logo a 12 de Março, à 1 da manhã a RTP transmitiu a reportagem do ataque ao R. A. L. 1. À tarde aquele organismo levou a cabo mais uma acção de contra-informação: “A 5.ª Divisão do E. M. G. F. A. cria um Centro de Contra-Boato, através do qual se esclarece directa (através de duas linhas telefónicas) ou indirectamente (via informação rádio e TV) a opinião pública.” No decurso da criação deste centro segue-se uma catadupa de comunicados onde «se esclarecem» notícias publicadas nos jornais. Os comunicados seguintes apelam à tranquilidade da população e reafirmam a manutenção da ordem pública. No dia 15, mantinha-se a mesma preocupação, pelo que o último comunicado é emanado pelo Presidente da República, que refere a tomada de posse do Conselho da Revolução e integra e justifica a acção deste novo organismo nos acontecimentos recentes.

Ainda em termos de comunicação estruturada por parte daquele organismo, deve assinalar-se a campanha a levada a cabo durante o processo eleitoral de Abril de 1975, em que o apelo ao voto em branco foi apresentado como um voto no MFA. Várias figuras militares empenharam-se nesta mensagem, como por exemplo Rosa Coutinho, mas ela não surtiu o efeito desejado. Outro aspecto fundamental que enformou as campanhas de dinamização foi a definição dos termos da Aliança Povo-MFA, que serviria de documento-guia a seguir pelos quartéis.²⁶ Para o efeito, o documento deixava claras uma série de coordenadas relativas ao processo revolucionário em curso, nomeadamente o papel dos militares, a representatividade popular, que obviamente não passava pelo processo eleitoral mas por órgãos próprios, e, por último, a subordinação dos partidos a este processo.

A acção da 5ª Divisão produziu, portanto, situações de grande instabilidade, até porque era coadjuvada pela máquina de propaganda do PCP. Daí que não seja de estranhar que no decurso dos acontecimentos que puseram fim ao período gonçalvista, ela tenha sido encerrada pelos comandos chefiados por Jaime Neves. Apesar do enunciado, as várias iniciativas que este organismo levou a cabo durante o PREC não devem ser entendidas apenas como uma das vertentes propagandísticas comunistas, mas também como uma estratégia comunicacional militar que era já uma prática utilizada.

Esta comunicação organizada tinha sido já levada a cabo a guerra colonial, por exemplo com as «campanhas psicológicas», onde a gestão de informação se fez de forma a condicionar comportamentos da população. No pós-25 de Abril, a esta prática aliou-se também o facto de os militares controlarem os órgãos de poder e, em vários casos, a administração directa de meios de informação: “Tentámos tratar a comunicação social utilizando

²⁶ (...) 1. O **programa do MFA nunca foi entendido como o guia único e definitivo da Revolução Portuguesa** mas, antes, como o enunciado das aspirações mais profundas do povo trabalhador e como a manifestação do empenho do MFA em dar-lhes uma resposta verdadeiramente revolucionária. (...)

2. A plataforma de acordo com os partidos políticos visou garantir (...) «conquistas legitimamente obtidas ao longo do processo, bem como os desenvolvimentos ao programa impostos pela dinâmica revolucionária que, aberta e irreversivelmente, empenhou o País na via original para um socialismo português». O projecto de aliança Povo-MFA, não fez mais do que reconhecer e ordenar toda **uma série de órgãos de expressão popular, que espontaneamente foram nascendo por imposição da própria dinâmica revolucionária, e que urgia inserir na aliança Povo-MFA**, de forma a garantir o seu carácter unitário, não partidário e de modo a prevenir o seu desenvolvimento anarquizante ou aventureirista. (...)

3. A Assembleia Constituinte tem «como exclusiva atribuição a missão patriótica de elaborar a constituição política da Nação portuguesa», a qual deverá consagrar as conquistas revolucionárias alcançadas pelo Povo Português.

(...) 7. O projecto de aliança Povo-MFA não visa a subalternização dos partidos políticos quando, através de um esquema que implica a mais ampla participação política das massas populares, terão necessariamente de ser os partidos a fazer um muito maior esforço de mobilização revolucionária, de organização de massas e de sincera identificação com os objectivos da Revolução.

modelos de intervenção militar, portanto explicando menos e impondo mais.”²⁷ Este modelo de propaganda foi ainda apresentado no Plano de Acção Política emanado pelo Conselho da Revolução²⁸, o que demonstra uma grande consonância de objectivos e de similitude nas formas de actuação das diferentes instancias militares.

Mas ainda que a questão da propaganda tenha sido uns dos aspectos centrais da acção político-militar, ela só teria o efeito desejado se os meios informativos ficassem subordinados às directrizes e ao molde ideológico que se pretendia impor. Esta perspectiva pragmática/autoritária que os militares tinham em relação aos meios de comunicação social estava presente nos aspectos relativos à informação do PAP, onde se registam, como aliás em todo o texto, uma série de aspectos contraditórios quanto à existência de uma imprensa pluralista, que era consentida, desde que informasse de acordo com os cânones previstos.

Como, aparentemente, nem os órgãos de informação nacional nem os estrangeiros entendiam a «sua verdadeira missão», convinha criar os meios que a garantissem: “(...) fazem chegar aos órgãos de Informação de que são agentes, notícias falsas ou deturpadas, prejudicando intencionalmente a imagem de Portugal no mundo. Não permitindo a Lei de Imprensa a acção decidida e rápida sobre esses prevaricadores, que dela abusam para realizar, até agora impunemente, acções perfeitamente classificáveis como contra-revolucionárias, o M. F. A. está decidido a proceder directa e eficazmente contra eles, fazendo publicar, se necessário, legislação revolucionária adequada ao efeito.” (...) Os pressupostos que configuravam um plano para tornar a imprensa mais dócil aos objectivos do Conselho da Revolução ficavam articulados no ponto 5, intitulado «Dinamização e Informação»²⁹. Como é

²⁷ Cit. por CÂDIMA in “Os «Media» na Revolução (1974-1976), 1999:329

²⁸ “A mobilização do povo português para a via socialista exige, além **de uma nova política de informação, uma acção dinamizadora constante que, pela presença e pela prática**, torne visíveis e operantes as recomendações e programas emanados dos órgãos centrais. Para tal, é necessária uma **acção intensa e eficaz de dinamização cultural militar adequada** numa acção conjunta com as organizações populares unitárias de base que, melhor do que ninguém, poderão reflectir os mais justos anseios e necessidades da população. Para esta acção **deverão ser postos à disposição os meios humanos e materiais convenientes**, não se esquecendo que a revolução de 25 de Abril foi feita para o povo e será desse povo que lhe virá a sua força, continuidade e razão de ser.”

²⁹ 5.1 Reconhece-se que a construção pretendida de uma sociedade socialista, pela via pluralista definida, não poderá fazer-se sem uma mobilização e consciencialização de todo o povo português, que o leve a determinar-se positivamente na via de transição para o socialismo. Deverá notar-se que a instauração de um socialismo real implica essencialmente uma evolução de mentalidades, de forma a transferir a maior parte da motivação, quase puramente material, característica das sociedades capitalistas, para uma motivação espiritual que leve os indivíduos a passar de uma atitude egoísta e individualista perante os seus semelhantes, para uma atitude altruísta e colectivista, centrando a sua atenção e preocupação no bem comum.

patente, este documento programático anunciava a criação de legislação de excepção altamente restritiva para imprensa.

A opinião pública portuguesa teve conhecimento desse plano de domesticação da Comunicação Social em pleno «verão quente», a 5 de Agosto de 1975: o *Jornal Novo* publicou em exclusivo, aquele que veio a ser conhecido como o «Projecto Jesuíno». Tratava-se de mais uma medida do governo gonçalvista que cumpria um plano previamente delineado e em que o executivo agia como o operacional do Conselho da Revolução. Agora seria a vez do ministro da Comunicação Social procurar dar seguimento a um conjunto de medidas, contraditórias do estipulado na Lei de Imprensa, de acordo com o que havia sido delineado no PAP.

A nova proposta de legislação subscrita pela cúpula militar era constituída por uma primeira parte, onde se fundamentava o projecto e seguida de um conjunto de articulados onde constavam as infracções e as sanções a aplicar. Nos vários pontos onde se enunciam os princípios enquadramentos há uma similitude em termos argumentativos e a repetição não só de ideias mas também de expressões: “transformação de mentalidade por forma a haver a evolução de um comportamento egoísta e individual para um comportamento altruísta e colectivo, centrando as preocupações e actividades no bem comum.” Este é o primeiro dos objectivos propostos, que só será possível “através de uma política de informação adequada e que a Informação, não apresentando um carácter monolítico, seja simultaneamente verdadeira e pedagógica”, o que na prática se devia traduzir por “uma política de Informação que consolide as conquistas já efectuadas pelo povo

Esta mobilização e consciencialização só serão possíveis através de uma política de informação adequada, que urge iniciar pela transformação profunda das estruturas dos órgãos e serviços de comunicação social. Isso não significa que a informação vá apresentar carácter monolítico de propaganda orientada (...) Mas é necessário que essa informação seja ao mesmo tempo verdadeira e pedagógica, elucidando e ensinando o povo e não excitando-o e confundindo-o, como até agora, por vezes, tem sido praticado. O M. F. A. crê sinceramente que a liberdade e a opção socialista não são incompatíveis, mas é necessário que o exercício de uma não limite a existência da outra.

5.2 Uma das práticas necessárias à realização dos objectivos apontados, consiste na transformação de um ou mais jornais diários, já actualmente pertencentes virtualmente ao Estado, em órgãos oficiosos, cujo noticiário e doutrina naturalmente reflectam as posições do M. F. A.

Espera-se que, com essa medida, o povo português passe a dispor de órgãos de imprensa diária incontestados, sem quaisquer obediências ou conotações e políticas partidárias, e seguindo uma política geral de verdade e esclarecimento públicos cuja prática diária os deverá tornar eminentemente respeitáveis.

5.3 Com idêntico objectivo, torna-se igualmente necessário o controlo da rádio e da televisão estatais a fim de se fazer chegar ao conhecimento público, e de uma forma sistemática, a posição e doutrina do M. F. A. sobre a prática política e os acontecimentos da vida nacional. (...)

5.5 Considerando-se o direito de existir em Portugal uma informação livre, reconhece-se que, em muitos casos, se tem abusado dessa liberdade, dando origem à difusão pela imprensa, rádio ou televisão, de notícias propositalmente deformadas para causar confusão ou alarme na opinião pública. O mesmo se passa quanto a certos correspondentes estrangeiros (...).

português e seja garantia dos novos avanços necessários na transição para o socialismo.”

Em função desta orientação geral, seguiam-se as especificações conceptuais, nomeadamente quanto aos termos «verdadeira», «responsável», «objectiva», «pluralista»: todos eles eram caracterizados de acordo com o significado comumente aceite, mas a que eram acrescentadas explicações contextualizadas. Considerava-se, por exemplo que a objectividade era conceito impossível de atingir dadas as motivações de cada um, pelo que se propunha: “a Informação será tanto mais objectiva quanto mais for conhecida a opção do autor, que permite situar o referencial de quem informa.” Este aspecto era particularmente gravoso numa época em que a «mentalidade colectiva» era justamente aversa a atitudes persecutórias com base nas opções de cada um. A responsabilidade era definida pela integração no processo revolucionário: “entendendo-se por responsabilidade a consciência de participação e obediência a um projecto colectivo, o empenhamento na construção de algo em comum.” O pluralismo tinha também uma interpretação peculiar. Rejeitava-se o monolitismo do discurso mas desde que se entendesse “por pluralismo a livre expressão e discussão de opiniões em que o exercício da inteligência e da capacidade crítica estejam ao serviço do aprofundamento da realidade concreta.” Considerava-se ainda contra-revolucionário o “monolitismo ou a repetição mecânica de slogans.”

Face a esta reinterpretação de conceitos caros à liberdade de pensamento e expressão, a análise do estipulado na Lei de Imprensa tinha necessariamente de ser negativa. Ela era vista como o resultado de uma concepção democrática liberal pelo que não se coadunava com o processo político posto em marcha: “leva a ambiguidades, e entra em contradição com alguns aspectos do processo revolucionário”; ora, isto produzia embaraços no sentido em que se verificavam posicionamentos intransigentes que se refugiavam “num legalismo desfasado das circunstâncias do momento”, isto porque se fazia uma aplicação muito «estrita» da lei. Portanto, uma vez que a Lei de Imprensa entrava em rota de colisão com o «Processo Revolucionário em Curso», havia que criar os instrumentos legais que corrigissem esta situação, que se via como transitória. A solução encontrada seria a criação da

“Comissão de Análise dos Meios de Comunicação Social (CAMCS) funcionando junto do Ministério da Comunicação Social”, obviamente que ficaria “na dependência directa do Conselho Superior da Revolução” e que seria constituída por militares (seis) com poderes para “ajuizar da existência de práticas condenáveis e aplicar penas de multa e suspensão aos responsáveis pelas mesmas.”

O enunciado dessas práticas era muito amplo e como tal passível de infundáveis interpretações aleatórias: “A publicação de notícias falsas ou tendenciosas”, a “manipulação de notícias” que se especificava como “a divulgação de factos com intenção parcializante e não manifesta”; já do ponto de vista da pessoa informada entendia-se a “violação do direito à Informação” quando se verificava “negligência perante a obrigação de sensibilizar as populações para as grandes tarefas nacionais.” Esta falta de empenho poderia ser entendida, analogicamente, como o contrariar de uma das etapas da revolução cultural maoísta. Daí que o seu erro máximo seria a “adopção sistemática de posições contra-revolucionárias”, que resultava de um claro desfasamento “perante a realidade e o processo em curso.”

A capacidade para ajuizar sobre este tipo de ocorrências era acompanhada de legitimidade sancionatória que seria aplicada de acordo com a avaliação das infracções. As penas iriam assim desde “multas até 500.000\$00 e à pena de suspensão até ao limite máximo de 180 dias.” Aqui a Lei de Imprensa era claramente ultrapassada, uma vez que não se previa o recurso aos órgãos judiciais, tal como ficava estipulado no capítulo VI, artigo 36º, ponto 1.: “As penas referidas no capítulo precedente serão sempre aplicadas pelo tribunal ordinário de legislação comum.” Da mesma maneira, contrariava-se o artigo 37º, que definia os termos da moldura penal a aplicar: “A acção penal pelos crimes de imprensa será exercida nos termos estabelecidos pelo Código do Processo Penal e legislação complementar para o processo de polícia correcional, ressalvadas as disposições da presente lei.” O Artigo 1º do Projecto Lei termina com uma transferência jurídica, onde as pessoas singulares, para além da responsabilidade criminal contemplada pela lei geral passam assim a ficar “sujeitas ao foro militar.” Neste capítulo

não se previa a possibilidade de se ouvir os profissionais e os responsáveis das empresas.

Obviamente que a CAMCS não contemplava o critério de representatividade, uma vez que a sua composição era exclusivamente militar. Tão pouco estava prevista a possibilidade de recurso das decisões da referida Comissão, que garantia, assim, verdadeiros poderes plenipotenciários. Esta característica era acentuada no Artigo 2º que abordava directamente a Lei de Imprensa que era mantida em vigor até à sua revisão, desde que não contradissesse aquele documento ou o enunciado no PAP. Todas as situações duvidosas seriam decididas arbitrariamente pelo Ministério da Comunicação Social. As últimas disposições asseguravam a aplicação administrativa do disposto anteriormente. Nesses pressupostos incluíam-se os meios audiovisuais, em que as condições impostas rematavam no melhor estilo de qualquer comissão censória: “consideram-se abrangidos pelo presente diploma os boletins informativos, editoriais e jornais sonoros ou telejornais, transmitidos pelas estações de rádio e televisão. Os respectivos textos deverão ser fornecidos à CAMCS no prazo máximo de 24 horas após a sua difusão.”

A criação de um tal projecto só pode ser entendida à luz do contexto político da época. Nem o Conselho da Revolução, nem o V Governo Provisório permaneceram passivos quando as instituições seguiram o seu curso normal. A Lei de Imprensa e o jornalismo pluralista contrariavam o “desenvolvimento da consciência social do processo em curso, pela revolução cultural e utilização correcta e responsável dos meios de comunicação social.” Portanto, da mesma maneira que as eleições tinham contrariado o «Plano de Acção Política» e o CR tinha produzido o «l Pacto MFA - Partidos», também no campo da Comunicação Social tinha sido necessário criar uma alternativa que era garantida pela sua capacidade legislativa. O plano de submissão dos meios informativos tinha entretanto sido facilitado por alguns aspectos e daí que certos pontos contemplados no PAP não fossem abordados no novo documento: tal é o caso da ANOP e das rádios e televisão, na sua maioria estatizadas e onde era prática comum a nomeação de administrações militares, já para não falar das várias ocupações de que foram alvo, aquando

dos momentos mais problemáticos. Por outro lado, a passagem para o Estado da maioria da propriedade dos jornais facilitaria a “transformação de um ou mais jornais diários (...) em órgãos oficiosos, cujo noticiário e doutrina naturalmente reflectam as posições do M. F. A..” Apesar destes aspectos favoráveis, a sujeição da imprensa apresentava dificuldades, daí o «Projecto Jesuíno», nomeadamente pelas posições individuais dos jornalistas que não se reviam nesta lógica, mas também pelo aparecimento de novos títulos, que tinham como objectivo contrariar o discurso único que se tinha instalado na maioria das redacções.

Não é de estranhar, pois, que tenha sido um jornal criado para contrariar a linha discursiva monolítica a tornar público o «Projecto Jesuíno». O *Jornal Novo*, de Artur Portela Filho, fez «cacha» e exerceu assim a função de denúncia da arbitrariedade que se impunha. A publicação da notícia, a 4 de Agosto de 1975, desencadeou uma onda de protestos por parte de sectores da Comunicação Social e da política. Desta vez, o Sindicato dos Jornalistas, agora com nova direcção afecta ao MRPP e ao PS, manifestou-se através de vários comunicados, considerando-o «um projecto fascista de lei de imprensa». Também os deputados, aquando do debate parlamentar, onde aliás o projecto foi rejeitado pela maioria, manifestaram a sua discordância: “A Assembleia Constituinte arrasa, a 6 de Agosto, o projecto de Lei de Imprensa do ministro Correia Jesuíno. O documento prevê uma «Comissão de Análise dos Meios de Comunicação Social», constituída por seis militares. Finalidade: «ajuizar da existência de práticas condenáveis e aplicar» sanções. O deputado socialista Raul Rego, director do desaparecido «República», compara-a à censura fascista” (GOMES; CASTANHEIRA, 2006:238).

Contudo, como foi referido, a Câmara não tinha capacidade legislativa, o que leva a crer que foi o conjunto de protestos dos vários sectores que fizeram recuar o Conselho da Revolução, a par dos graves problemas registados no *República* e na Rádio Renascença. Fosse pelas debilidades do sector gonçalvista, decorrentes do seu isolamento, fosse pelas manifestações de protesto que percorreram a opinião pública a propósito da rádio da Igreja e do jornal republicano, certo é que se produziu um recuo e o Projecto Lei ficou na gaveta. É ainda pertinente outra leitura do «Projecto Jesuíno», à luz do

documento que o inspirou, o Plano de Acção Política. Num e noutro aliaram-se dois factores que enquadravam a perspectiva que se tinha do papel a desempenhar pela Comunicação Social: por um lado, as práticas já apontadas de comunicação manipulada que os militares se tinham habituado a utilizar, por outro, a própria concepção marxista-leninista. Do ponto de vista doutrinário, a imprensa e os *media* em geral, eram vistos como mais um dos braços da produção cultural – enquanto indústria de produção de símbolos – que deveria contribuir para a expansão do ideal revolucionário.

Os esforços de controlo da imprensa não se limitaram, contudo, à facção gonçalvista. A violação à Lei de Imprensa voltou a verificar-se mesmo depois do rotundo falhanço do «Projecto Jesuíno». Uma vez mais, o protagonista seria o Conselho da Revolução, através das suas prerrogativas legislativas. Ao arrepio do movimento de repúdio que se tinha mobilizado contra as medidas restritivas para a imprensa, o CR, agora dominado pelo «Grupo dos Nove», publicou o documento legislativo que viria a ser conhecido como a Lei de Censura Militar³⁰. Este novo diploma foi anunciado em comunicado, o que de alguma forma procurava explicar a razão da imposição de condicionamento informativo no âmbito militar: “Foi aprovada legislação em que é proibida aos órgãos de comunicação social a divulgação de relatos ou notícias de quaisquer acontecimentos ocorridos em unidades ou estabelecimentos militares ou que se reportem a tomadas de posição, individuais ou colectivas, de militares, bem como a divulgação de quaisquer comunicados, moções ou documentos de idêntica natureza relativos aos

³⁰ Lei N.º 11/75, de 9 de Setembro de 1975

(...) É que tais actuações, para além de provocarem confusão e alarme na opinião pública, produzindo na população quebras de animo e confiança, causa nas próprias fileiras das forças armadas situações altamente perniciosas, cavando fossos onde eles não existem e explorando artificialmente legítimas divergências de opinião. Tais actuações, em suma, servem de instrumento àqueles que tentam minar a unidade das forças armadas, as quais, hoje mais do que nunca, terão de garantir a independência nacional e servir a Revolução.

Nestes termos:

O Conselho da Revolução, no uso da faculdade conferida pelo artigo 6.º da Lei Constitucional n.º 5/75, de 14 de Março, decreta e eu promulgo a lei constitucional seguinte:

ARTIGO 1.º

1. É proibida aos órgãos de comunicação social a divulgação de relatos ou notícias de quaisquer acontecimentos ocorridos em unidades ou estabelecimentos militares ou que se reportem a tomadas de posição, individuais ou colectivas, de militares.

2. É igualmente proibida a divulgação de quaisquer comunicados, moções ou documentos de idêntica natureza relativos aos acontecimentos ou tomadas de posição referidas no número anterior, salvo se provenientes de uma das seguintes entidades:

- a) Presidente da República;
- b) Conselho da Revolução;
- c) Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas;
- d) Chefe do Estado-Maior da Armada;

acontecimentos ou tomadas de posição atrás referidas, salvo se provenientes das seguintes entidades: Presidente da República, Conselho da Revolução, CEMGFA, GEMA, GEME, CEMFA, e COPCON. Na mesma lei são estabelecidas as sanções aplicáveis em caso de infracção.” Este comunicado, de 8 de Setembro, preparava a entrada em vigor da nova lei e tinha como fundamento o «comportamento irresponsável» de alguns órgãos de comunicação social, na situação de crise que o País atravessava.

No preâmbulo manifestava-se o respeito pelo «legítimo pluralismo das opiniões», pelo que a legislação teria, apenas, uma intenção preventiva, no sentido em que procurava evitar situações que minassem a disciplina e unidade das Forças Armadas. Estas medidas surgiram a pretexto da cobertura jornalística dada pelos órgãos de informação a uma manifestação de unidades da Polícia Militar que se recusavam a embarcar para Angola, numa clara atitude de insubordinação para com as hierarquias militares. Impor estas restrições seria «tentar tapar o sol com a peneira», já que os episódios de insubordinação se sucederiam até ao 25 de Novembro. Ao decidir delimitar as notícias militares, permitindo apenas que estas fossem emanadas pelas chefias máximas dos três ramos e as demais entidades no topo da ceia de comando central, o Conselho da Revolução ia claramente contra o enunciado na Lei de Imprensa. Nela ficava garantido o livre acesso a fontes militares, disposto no Artigo 5º, ponto 2: “O acesso às fontes de informação, nos casos do número anterior não será consentido em relação aos processos em segredo de justiça, aos factos e documentos considerados pelas entidades competentes segredos militares ou segredos de Estado, aos que sejam secretos por imposição legal, aos que afectem gravemente a posição concorrencial das empresas referidas no nº1, e ainda aos que digam respeito à vida íntima dos cidadãos.” Este não era claramente o caso: noticiar manifestações de militares não põe em causa a segurança nacional, nem viola segredos militares, mas isso não coibiu o CR de determinar proibições à matéria publicável.

Por outro lado, o fantasma do «Projecto Jesuíno» estava ainda presente, no sentido em que também aqui, o Conselho da Revolução detinha a capacidade de aplicação de sanções, mais uma vez substituindo-se aos

tribunais e contrariando o estipulado na Lei. Evidentemente que a avaliação seria feita única e exclusivamente por militares, ignorando a doutrina que defendia a representatividade, pelo menos em termos de parecer, das partes interessadas. Contudo, há que referir que se tratava de uma versão mais atenuada da configuração sancionatória, já que pelo menos se previa a audição do responsável editorial.

De novo, as reacções não se fizeram esperar. Mais um vez o *Jornal Novo* criticou a lei considerando-a inconstitucional. O *Diário de Lisboa* viu-a como uma ameaça à liberdade de imprensa, mas também da cidadania. As rádios iniciaram um boicote que consistia em emitir notícias sobre os acontecimentos nos quartéis. Na Assembleia Constituinte Pinto Balsemão considerou que a Lei da Censura Militar era a reedição do «Projecto Jesuíno». Nos jornais, as redacções seguiram a estratégia das rádios e optaram por publicar notícias do que se passava nas unidades. Pelo seu lado, o Conselho da Informação considerou a Lei atentatória da liberdade de imprensa. Também o Sindicato dos Gráficos do Norte se manifestou contra as restrições impostas através de um comunicado que se intitulava «só a verdade é revolucionária». A contestação verificada no meio jornalístico e nas forças político-partidárias levaram a que se procedesse à sua extinção. Ela surgiu através de um novo documento legislativo igualmente da autoria do Conselho da Revolução³¹. Este, apesar da sua brevidade e laconismo, prefigura-se como um reconhecimento do erro.

De facto, nos meses de Outubro e Novembro os quartéis foram assolados por inúmeros actos de desobediência às cadeias de comando, e em, última análise, algumas unidades embarcaram no projecto revolucionário e populista do COPCON. Obviamente, que estes aspectos foram noticiados pela imprensa, até porque o que aqui estava em causa não era exclusivamente os aspectos disciplinares, mas e com maioria de razão, a batalha que se travava

³¹ Lei N.º 12/75, de 25 de Setembro de 1975

A Lei 11/75, de 9 de Setembro, pretendeu fundamentalmente, como se salientava no seu preâmbulo, prevenir as actuações que, no campo da informação, «visam atingir a coesão, a disciplina e a dignidade das forças armadas».

Neste momento, no entanto, considera-se possível e conveniente optar por outros mecanismos que, sem se repercutirem gravemente nos órgãos de informação, levem à consecução dos referidos objectivos.

Nestes termos:

O Conselho da Revolução, no uso da faculdade conferida pelo artigo 6.º da Lei Constitucional n.º 5/75, de 14 de Março, decreta e eu promulgo a lei constitucional seguinte:

ARTIGO I.º

É revogada a Lei n.º 11/75, de 9 de Setembro. (...)

entre as diferentes facções político-partidárias. De todos estes factos se deu conta nos meios de comunicação social. Apesar de não se ter voltado a verificar a ingerência directa do CR, vários foram os casos em que os jornais sofreram processos judiciais, na sua maioria da iniciativa do Ministério da Comunicação Social. Os jornais controlados pelo Partido Comunista e pela extrema-esquerda divulgaram sistematicamente notícias que além dos efeitos informativos, procuravam alimentar um clima insubordinação que alastrava da sociedade civil aos quartéis. Esta campanha levaria, como se viu a mais uma situação de excepção que afectou todos os meios de informação em consequência do 25 de Novembro e que terminaria com a permissão de os diários mais sancionados voltarem a ser publicados, uma vez alteradas as suas direcções administrativas.

2.4 - A transformação da propriedade dos meios de informação

Outra das condicionantes do comportamento dos meios de comunicação social, e que tem igualmente um enquadramento legislativo, é a questão da propriedade, uma vez que neste período a imprensa passa de um modelo empresarial de gestão para um sistema público, com designação de administradores por parte do Estado. Esta transformação decorre de duas situações distintas. Como em casos similares verificados no universo das empresas, também na imprensa despoletou o movimento reivindicativo que opôs o sector laboral às administrações. A maneira como se revestiu esse confronto é que deve ser vista de forma diversa, uma vez que ele podia assumir posicionamentos unitários de todos os trabalhadores, isto é, a redacção e tipografia e demais sectores laborais com objectivos idênticos ou, pelo contrário, as partes tinham perspectivas opostas. Certo é que o Estado foi chamado a intervir ou devido ao afastamento de administradores e proprietários no decurso de saneamentos ou pela agudização de conflitos internos entre os diferentes sectores.

A outra situação que leva à passagem de mãos da propriedade da imprensa tem a ver exclusivamente com o modelo económico que a política do Estado decidiu implementar. Como já foi apontado, a capacidade

legislativa do Conselho da Revolução permitiu que, na sequência do 11 de Março, se tenha procedido à nacionalização da banca e seguros, o que teve como consequência a entrada no sector público de um conjunto de empresas que se englobavam no capital detido pelos grupos financeiros. É nesse enquadramento que a propriedade dos jornais será detida total ou parcialmente, conforme a sua distribuição pelos accionistas, pelo sector estatal. Estas duas formas de intervenção devem ser consideradas a dois tempos.

Tendo sido a Comunicação Social um dos sectores que foi afectado pela censura em conjugação com administrações e/ou direcções de redacção afectos ao regime ditatorial, não é de estranhar que as primeiras reivindicações da classe jornalística tenham ido no sentido de afastar os responsáveis por essas formas de opressão. Aliás, essa tendência ficou logo patente na primeira assembleia realizada pelo Sindicato dos Jornalistas, logo a seguir ao 25 de Abril, de entre as propostas aprovadas se reclamava da Junta de Salvação Nacional “que os indivíduos que ao longo destes anos têm oprimido a livre expressão e amordaçado a imprensa sejam imediatamente demitidos dos seus cargos sugerindo-se posterior inquérito à sua actuação” (CONSELHO DE IMPRENSA, 1979:27). Não é de estranhar, pois, que os títulos indissociáveis do Estado Novo, a *Época* e o *Novidades* tenham deixado de se publicar quase de imediato.

A reivindicação do afastamento das chefias comprometidas não deve ser dissociada da outra também aprovada nesta sessão e que levou a que, na prática, se tivessem formado os conselhos de redacção. Os jornalistas defendiam a participação dos seus representantes na orientação editorial dos jornais, de forma a evitar as subordinações anteriormente verificadas. A capacidade de intervenção dos profissionais ficava assim garantida pela eleição destes conselhos que de imediato lideraram vários dos confrontos com as administrações. Mas, também as recém criadas comissões de trabalhadores ou mesmo o plenário de trabalhadores despoletaram ou participaram nos processos. Isto foi ainda mais evidente nas empresas onde o sector empresarial, através das direcções das redacções da sua confiança, persistiu em atitudes censórias, acabando por dar continuidade a um engajamento

político conotado ou com o anterior regime ou com as novas correntes de direita, com particular destaque para a questão colonial. Face a esta dupla confluência, as transformações nos jornais de Lisboa fizeram-se sentir quase de imediato e poucos foram os que escaparam aos processos de saneamento. O movimento parece ter-se iniciado nos vespertinos, mas depois alastrou aos demais jornais.

2.4.1 – O clima de conflitualidade nos jornais

A primeira das redacções que deu início a um processo reivindicativo foi *A Capital*, onde ainda antes de se criarem estruturas organizativas, os trabalhadores exigiram a saída de Henrique Martins de Carvalho, que foi substituído por Rodolfo Iriarte. No seguimento desta indigitação, os jornalistas procederam à eleição do conselho de redacção, que aprovou o novo director, embora a sua vigência tenha sido de curta duração. Também no *Diário de Lisboa* a redacção exigiu o afastamento de Lopes de Souto, simultaneamente administrador e chefe de redacção e que persistiu na linha censória. Foi substituído por, por Ruella Ramos, durante algum tempo, já que esta era a família que detinha parte da propriedade do jornal.

Praticamente na mesma altura, também no *Diário Popular* se deu o processo que levou ao afastamento das figuras da administração conotadas com o anterior regime, Martinho Nobre de Melo e de Brás Medeiros, tendo-lhes sucedido Manuel Magro, como director-interino.

Um pouco mais tarde, seria a vez do *Jornal do Comércio*, onde o processo foi um pouco diferente dos anteriores. Aqui, o confronto entre as partes levou ao extremar de posições e culminou com a greve dos trabalhadores que não aceitaram o director Carlos Machado, imposto pela administração. Os trabalhadores dos vários sectores do jornal acusavam-no de pertencer à extrema-direita, com ligações ao regime ditatorial, mas mais ainda, de servir os interesses da capital. Tratou-se, pois, de uma luta muito mais politizada e que vinha já do período anterior. Face à recusa da administração em aceitar, sequer, as negociações, os trabalhadores avançaram para a greve, em 21 de Agosto. As posições mantiveram-se

irredutíveis, com os tipógrafos a ocupar as instalações para impedir a impressão do jornal. A administração solicitou a intervenção do COPCON o que se traduziu no fecho do jornal. Esta luta do *Jornal do Comércio* revestiu-se de particular relevância porque, pela primeira vez, os vários sectores ligados à imprensa diária de Lisboa e Porto entraram em greve num acto de solidariedade, por um período de 24 horas. O desfecho deste episódio deu-se já no início de Outubro, isto é, depois do afastamento de Spínola e no início de uma nova conjuntura. O director foi finalmente saneado e o jornal voltou a ser publicado.

A onda que suscitou o afastamento das administrações também atingiu quase em simultâneo, os matutinos da capital. O *Diário de Notícias* era o órgão oficioso do regime, como tal, os saneamentos seriam inevitáveis, contudo, aqui verificaram-se divergências entre a redacção e o resto dos trabalhadores. No que se refere ao afastamento da administração, o posicionamento foi unânime, mas quando se tratou de substituir as chefias da redacção – Fernando Fragoso, director e João Coito, chefe de redacção – os jornalistas opuseram-se. Seria o plenário dos trabalhadores que, por maioria, votaria o seu afastamento, uma vez que sempre tinham sido figuras da confiança do anterior regime. O novo director, João Diniz, exerceu também um mandato interino, após o que foi substituído por José Ribeiro dos Santos e José Carlos Vasconcelos.

No jornal *O Século* a redacção manifestou uma atitude semelhante à do *DN*, e não procurou afastar as chefias tradicionais. Contudo, aqui os acontecimentos levaram a uma situação mais grave que se traduziu num *lock-out* à mistura com uma greve. A exigência do saneamento de Manuel Figueira foi feita pela comissão de trabalhadores, mas não foi acompanhada pelo conselho de redacção. Neste jornal caberia ao operariado liderar e subordinar os demais sectores no conflito. Os tipógrafos que dominavam a comissão de trabalhadores, impuseram as suas posições não só às chefias, como ao próprio conselho de redacção, que não se identificava que com as suas exigências, nem com os seus métodos. O caderno reivindicativo ia para além da questão dos saneamentos e propunha aumentos salariais mas também requeria para si a capacidade de participar na gestão, à imagem do que aconteceu em

inúmeras empresas. Tratava-se de uma luta muito mais politizada, manifestamente dirigida contra o «grande capital». A radicalização de posições levou à criação de piquetes que impediram a saída do jornal (e de *A Capital* também, por também era impresso na SNT). Os tipógrafos conseguiram assim impedir a publicação do jornal, entre 10 e 14 de Maio. Face à divergência que se verificou entre o conselho de redacção e a comissão de trabalhadores, os representantes dos jornalistas de *O Século* apresentaram a sua demissão, abrindo assim caminho a uma nova eleição. Os jornalistas acabaram por escolher um conselho mais consentâneo com as posições da tipografia.

Estes foram os primeiros embates que se registaram nas empresas jornalísticas, que com razão de ser, pretendiam libertar-se das tutelas que até então tinham impedido o exercício de uma imprensa livre. Nos meses seguintes, os conflitos que se registaram nos jornais obedeceram a lógicas diferentes, embora a questão das filiações doutrinárias, agora de outra ordem, tenha sido omnipresente. Mas, e ainda do ponto de vista da administração e propriedade das empresas, o que se verifica até ao 11 de Março é uma primeira ingerência estatal, concretamente a nível administrativo. Seria no jornal *O Século* que se daria pela primeira vez este tipo de intervenção, o que era expectável face ao processo aí despoletado, e teve origem em problemas de insolvência financeira. Ainda que se tivessem mantido os corpos gerentes da Sociedade Nacional de Tipografia, proprietária do jornal, dada a crise que nele se vivia e graças à capacidade legal que o Estado passou a deter pelo Decreto-Lei n.º 660/74, de 25 de Novembro de 1974, foi possível nomear Francisco Sousa Tavares e Miguel Ferreira d'Almeida como novos administradores, com a concordância dos trabalhadores. Esta primeira intervenção durou muito pouco tempo, já que em Dezembro o proprietário e principais administradores da SNT, Jorge de Brito e Brás de Oliveira foram detidos pelo COPCON e acusados de sabotagem económica. Na sequência destas prisões, a maioria dos elementos da administração demitiram-se.

A situação de *O Século* agravou-se nos meses seguintes, não só pelas dificuldades económicas, mas também porque o jornal foi sendo

gradualmente controlado pelos sectores afectos ao MDP-CDE. Assim e num processo simultâneo, o que restava da administração, inclusive Sousa Tavares, foram interditados pelos trabalhadores, enquanto que o director, Manuel Figueira, foi substituído por Tavares da Silva. O equilíbrio de forças tinha sido alterado e a própria redacção passou a alinhar por posições mais radicais. Sintomático desta radicalização é o facto de o novo director ter sido eleito pelo plenário dos trabalhadores. As modificações drásticas se verificaram no jornal e na SNT levaram a nova intervenção do Estado, que em Fevereiro de 1975 nomeou outra administração, agora de composição militar e com um representante eleito pelos trabalhadores. A nova orientação editorial deste diário contribuiu para agravar ainda mais a crise económica do jornal, já que teve como consequência uma descida nas tiragens. Este não seria o último confronto dentro de *O Século* uma vez que as lutas partidárias continuaram a travar-se pelo domínio do jornal. Contudo, as transformações nas chefias só se viriam a dar agora como consequência do 11 de Março. Nos demais diários a intervenção estatal registou-se também a partir dessa data, embora tenha continuado a verificar-se pontualmente litígios com as chefias.

2.4.2 – O impacto das nacionalizações nas empresas jornalísticas

A nacionalização da imprensa não estava prevista no Programa do MFA. Ela decorre da nacionalização da banca e seguros e não de um plano previamente delineado e a própria aprovação da Lei de Imprensa, pensada para o sector privado, é prova disso. Ainda que tenha sido um «dano colateral», a entrada da maioria dos jornais do sector público foi de encontro à conjuntura política vivida na época, isto é, colocou sob a alçada do Estado órgãos informativos que até então lhe escapavam, indo assim de encontro às concepções avançadas pelo «Plano de Acção Política».

Jornais	Empresas	Propriedade antes do 25 de Abril	Propriedade depois do 25 de Abril
<i>Diário de Notícias</i>	C.G.D.	Estatat	Estatat
<i>O Século</i>	B.I.P.	Privada	Estatat
<i>Diário Popular</i>	Gr. Quina/ B.F. B.; B.B. I.	Privada	Estatat
<i>Jornal do Comércio</i>	Gr. Quina/ B.F. B.; B.B. I.	Privada	Estatat
<i>Diário de Lisboa</i>	B.P.S.M.; B.N.U.; Ruella Ramos/Lopes de Souto;	B.N.U.: Estatat; Privada	Estatat
<i>A Capital</i>	C.U.F.; B. E. S.; B. B. I.	Privada	Estatat
<i>República</i>	Sociedade Accionista	Privada	Privada
<i>Jornal de Notícias</i>	Sacor; E.N.P.; C.I.P.C.; C.G.D.	Estatat	Estatat
<i>Comércio do Porto</i>	Gr. Quina/ B.F. B.; B.B. I.	Privada	Estatat
<i>Primeiro de Janeiro</i>	Família Pinto de Azevedo	Privada	Privada

A transferência parcial ou total da propriedade teve como consequência alterações a nível das administrações, mas também favoreceu a luta pelo controlo dos jornais por parte das facções mais radicais, que contavam agora com o respaldo do novo patrão. Nos casos em que a propriedade anterior pertencia ou à Caixa Geral de Depósitos ou ao Banco Nacional Ultramarino, a passagem parcial ou total para as mãos do Estado verifica-se a partir de Setembro de 1974. Quando a propriedade estava dividida por empresas da alçada estatal, como no caso do *Jornal de Notícias*, as nacionalizações verificaram-se também através dos decretos lei de 15 de Abril de 1975. Também processo de estatização da CUF seria concluído em Agosto de 1975. Daqui resulta que as excepções em que o capital não foi totalmente nacionalizado foram o *República* e o *Primeiro de Janeiro* e no caso do *Diário de Lisboa*, em que a maioria da propriedade continuou a pertencer a privados. Contudo, também aqui se produziu a intervenção estatal, dado que o DL pertencia em parte ao BNU, mas também porque a sua situação económica se tinha degradado muito em resultado do seu grande endividamento à banca. A reconversão das empresas traduziu-se, do ponto de vista da gestão, na nomeação de novas administrações, aliás em concordância com um novo Decreto-lei N.º 123/75 de 11 de Março e que era relativo aos saneamentos e às novas nomeações. Estas alterações traduziram-se também na escolha de novas chefias para as redacções. O panorama ficou então assim provisoriamente constituído:

Jornal	Administração	Chefias
<i>Diário de Notícias</i>	Coronel Marcelino Marques	Luís de Barros - director
		José Saramago - sub-director
<i>O Século</i>	Major Aventino Teixeira	Adelino Tavares da Silva - director
<i>Diário Popular</i>	Coronel Ludgero de Carvalho	Jacinto Baptista
<i>A Capital</i>	Rodolfo Iriarte - Director interino	David Mourão Ferreira
<i>Diário de Lisboa</i>	Engº Gonçalves Pereira (ex-militar)	Ruella Ramos-director
		José Cardoso Pires - chefe redacção

Nos jornais *A Capital* e *Diário de Lisboa* a situação da direcção foi, nesta altura um pouco volátil. No caso do primeiro título, não era questão da propriedade que estava em questão, mas sim a orientação editorial do jornal que tinha uma vertente «excessivamente» popular, pelo que se pretendia proceder à sua reconversão através de «um novo programa de acção» implementado pelas novas chefias. Nas novas nomeações para as administrações pontuavam os militares, aliás à imagem de quem tutelava as demais instâncias da Comunicação Social. Este seria outro dos meios de controlo da imprensa, ainda que as novas chefias acabassem por ir ao encontro do movimento que já se verificava nas empresas.

Nos jornais de Lisboa criou-se o clima ideal para que as redacções gradualmente controladas pelo PCP/MDP-CDE e depois do 11 de Março, com o beneplácito do novo patrão, iniciassem um modelo informativo que se caracterizou pelo discurso monolítico, colado ao gonçalvismo. A conquista das redacções fez-se em função dos processos políticos que se desencadearam nos jornais, quer pelas motivações reivindicativas apontadas, quer pelo domínio dos conselhos de redacção. Quando este não era evidente entravam em cena os sectores operários das empresas, que acabavam por impor jornalistas da sua confiança nos cargos de chefia. Foram várias as situações em que se

registaram intervenções directas para afastar jornalistas de orientação mais moderada. Estas purgas verificaram-se em todo o processo do «verão quente», mas também no período seguinte.

No *Diário de Notícias*, por exemplo, Ribeiro Santos e José Carlos Vasconcelos foram afastados para dar lugar a Luís de Barros e José Saramago, impostos pelo plenário de trabalhadores. Mas mais polémico ainda foi o episódio conhecido como o «caso dos 24», que se reporta a um comunicado subscrito por estes jornalistas que contestavam a orientação do jornal. Seria o plenário de trabalhadores que votaria a expulsão destes jornalistas que só viriam a ser integrados após o 25 Novembro, por terem sido considerados vítimas de saneamentos revolucionários.

Dentro da mesma lógica, foi ainda o conflito que se desenrolou em *O Século*. Face às dificuldades económicas que o jornal vivia e que um grupo de jornalistas atribuíam à descida das tiragens em resultado da orientação política adoptada, processou-se na redacção um referendo que visava afastar as chefias pró-cumunistas. A proposta vencedora apresentava em alternativa Roby Amorim e Luís Alves para as chefias da redacção. A comissão de trabalhadores não aceitou o resultado do referendo e depois de uma série de confrontos entre os dois sectores elegeu um linotipista para director. Em consequência, os «referendistas» criaram uma versão off-set do jornal e a administração nomeada pelo governo demitiu-se. O conflito entre o sector redactorial e a tipografia manteve-se e só depois do 25 de Novembro os «referendistas» voltariam a ser integrados, o que traduz bem o peso da corrente que defendia a intervenção operária sobre os conteúdos informativos.

Outra das estratégias para impor o discurso único, traduziu-se em actos censórios perpetrados ora pelas redacções ora pelos tipógrafos, através do bloqueio à saída de conteúdos dos quais discordavam. Tal sucedeu, por exemplo, no *Diário de Lisboa* quando se recusou a incluir o Documento dos Nove por entender que devia ser submetido a apreciação prévia. O jornal optou por publicar uma avaliação muito crítica baseada em certos extractos. O segundo aspecto registou-se com o *Jornal Novo*, quando a comissão de trabalhadores da empresa tipográfica onde se publicava decidiu boicotar a sua

publicação por não estar de acordo com a inclusão de um comunicado do Partido Socialista. Mas também foram várias as publicações periódicas ou não inibidas de sair por acção do sector da impressão.

2.5 – O controlo noticioso no República e na Rádio Renascença: a luta pela liberdade de expressão e as motivações políticas

Ainda que o clima que se vivia nos jornais diários fosse marcado por estes vários episódios de intimidação e de condicionamento da actividade informativa, nenhum deles foi tão extremado como o caso *República*. De facto, foi neste vespertino que a agudização das posições políticas atingiu o ponto máximo. O procedimento não foi muito diferente daquele que se tinha verificado em *O Século*: face à incapacidade de controlar os conteúdos e de dominar politicamente a redacção, o sector tipográfico optou por uma posição de força. Os acontecimentos sucederam-se ao ritmo do processo revolucionário e adquiriram dinamismo pela confiança que este incutiu. O conflito no *República* era uma crise anunciada, uma vez que o clima de confronto entre duas facções partidárias já se fazia sentir praticamente desde o verão de 1974. O primeiro episódio teria sido em Outubro, com a recusa do sector tipográfico em publicar um artigo crítico de António Reis a propósito da transformação do MDP/CDE em partido. Logo nessa altura a comissão de trabalhadores propôs a criação de uma «comissão de controlo ideológico», aliás à imagem de outra implementada em *O Século*, a «comissão de participação crítica». A redacção manteve-se firme nas suas posições e foi no decurso desta disputa que elegeu o conselho de redacção de maioria afecto ao Partido Socialista e que espelhava a orientação que o jornal sempre teve. Este clima pouco favorável terá estado na origem da saída de um grupo de jornalistas afectos ao Partido Comunista Português para outras redacções. Restava ainda o peso que este partido tinha sobre o sector operário.

Piteira Santos, entrevistado (DIL; PINA, 1975:47) a propósito dos acontecimentos no jornal, referia que muitos dos tipógrafos eram altamente politizados face ao seu passado durante a ditadura. Teriam sido vítimas de situações de perseguição noutras empresas, pelo que foram acolhidos pelo

República de administração mais tolerante. De uma forma ou de outra, a maneira como a Comissão Coordenadora dos Trabalhadores actuou ao longo do processo evidenciou a sua perspectiva de que o conflito estava inserido numa problemática maior, que era o da luta de classes. Nesse sentido, as ideias defendidas por Fernando Dil e Carlos Pina, os dois jornalistas pró-PCP que tinham permanecido na redacção, são lapidares: “A República, eis um caso – uma discussão – sobre a liberdade de Imprensa que nos obriga a pensar que essa liberdade passa inevitavelmente pela luta de classes, que é desta que nascem as questões de trabalho e é aqui que se situam as células das revoluções sociais (Dil, Pina, 1975:9).

Todo o processo girava à volta desta questão central: a capacidade do sector operário interferir na orientação editorial. A CCT entendia que o Partido Socialista exercia censura nos conteúdos pelo que se propunha decidir sobre as questões editoriais: “Todos os partidos progressistas terão idêntico tratamento, que apenas ficará dependente da importância dos acontecimentos relacionados com os partidos”. A avaliação diária dessa importância caber-lhe-ia inteiramente. Os acontecimentos precipitaram-se em 19 de Maio de 1975: usando como pretexto uma notícia sobre a China com que não estavam de acordo os tipógrafos decidiram que chefias da redacção deviam demitir-se, bem como o director, Raul Rêgo. Os jornalistas em solidariedade recusaram-se a aceitar estas imposições e consideraram que esta actuação violava a Lei de Imprensa. Os sectores administrativo e tipográfico elegeram um novo director, Belo Marques, anterior director comercial. Formaram-se piquetes que ocuparam o jornal e que, em última instância, levaram ao sequestro dos jornalistas que tinham decidido permanecer na redacção. Saiu entretanto uma edição da total responsabilidade da orientação da CCT. Este episódio despoletou uma catadupa de acontecimentos que começou com a convocação de uma manifestação de protesto pelo PS e que acabou por sitiar os sitiante durante toda a noite. Seria esta mobilização que levou à intervenção do COPCON. Quer os militares, quer Correia Jesuino foram chamados a mediar o conflito mas sem êxito. As instalações do *República* foram seladas e o caso foi remetido para os tribunais pelo Ministério da Comunicação Social.

Em Junho deu-se uma primeira tentativa de abertura do jornal, mas a administração entendeu não estarem garantidas as condições de legalidade³², pelo que se procedeu a nova selagem. Já em Julho, o vespertino foi reaberto, apenas com os sectores afectos à CCT, mantendo-se Belo Marques e tendo sido contratados novos jornalistas. Seria ainda nomeada uma nova administração chefiada pelo coronel Pereira de Carvalho. Para além dos diferendos políticos que separavam as duas partes, havia ainda uma reivindicação laboral importante: durante o desenrolar dos acontecimentos, a CCT exigia o pagamento de salários. Depois do afastamento da administração tradicional do jornal seria este sector a exigir uma indemnização pelas perdas provocadas pela suspensão da publicação. Tudo isto teria o seu desenlace no descalabro financeiro que se seguiu.

A reabertura do *República* foi sempre acompanhada por dificuldades que se acentuaram rapidamente. Depois dos acontecimentos do 25 de Novembro, o jornal reapareceu mas por pouco tempo. Seria encerrado a 23 de Dezembro e restituído aos legítimos proprietários em Março de 1976, mas não voltaria a ser publicado.

Para além dos acontecimentos, o *República* foi particularmente relevante pelas reacções que suscitou e pela guerra de comunicados que produziu. Logo desde o início a administração ou a redacção, em posicionamentos solidários, e a CCT desdobraram-se na emissão de esclarecimentos onde defendiam as respectivas causas. Com o alastrar da crise várias foram as entidades que procuraram esclarecer a sua actuação. Este caso tornou-se extraordinariamente incómodo para os militares e para o governo. Na impossibilidade de sanar o problema, o governo não deixou de criticar a manifestação em defesa do jornal: “O Ministério da Comunicação Social não pode ainda deixar de lamentar as manipulações partidárias de que este conflito foi pretexto e que se inscrevem em manobras divisionistas cujo

³² Comunicado do CR – 6/6/75

(...)2 - Não serão admitidos saneamentos da administração, direcção e conselho da redacção, conforme tem sido reivindicado pelos trabalhadores, medida que, aliás, viria novamente a pôr em causa a Lei de Imprensa em vigor.

3 - Não serão igualmente admitidas transferências de trabalhadores, conforme a administração tem exigido nas conversações (embora não se tenha pronunciado por despedimentos), a menos que os próprios trabalhadores, caso a caso, livremente desejem ser transferidos. A verificar-se esta última circunstância, garantir-se-á, através do Ministério da Comunicação Social e do Ministério do Trabalho, a salvaguarda dos interesses dos trabalhadores, incluindo garantia de postos de trabalho. (...)

único fim parece consistir em sabotar a própria marcha da revolução portuguesa. Não pode deixar ainda de lamentar que as palavras de ordem dos manifestantes, partidariamente controlados, fossem nitidamente ofensivas para o COPCON e para as entidades oficiais que tentaram, por todos os meios, a mediação entre as partes em litígio” (DIL; PINA, 1975:87).

Essa incomodidade acentuou-se quando o caso foi alvo da atenção internacional graças a uma campanha montada por elementos do PS que colocaram o debate em jornais estrangeiros. Vasco Gonçalves ver-se-ia obrigado a comentar o tema numa reunião da NATO, onde o conflito foi por ele apresentado como um problema de ordem laboral. Também o Conselho da Revolução reprovou o aproveitamento político que se fez do problema: “Reprova-se, assim, toda a especulação feita em torno da paralisação do jornal «República», que resultou de um confronto entre a administração e trabalhadores da empresa, e a forma como um litígio foi explorado no interior e no estrangeiro, denegrindo novamente o prestígio do País de maneira absolutamente desproporcionada à importância do incidente.”³³

Outro dos aspectos que o *República* suscitou e que esteve ainda no cerne da discussão foi a recém aprovada Lei de Imprensa. A contestação de Raul Rêgo às decisões da CCT de o afastar e de eleger um novo director foi apresentada ao abrigo da nova Lei. A decisão do Ministério da Comunicação Social de remeter o assunto para os tribunais e dar provimento às queixas da administração fez-se também no cumprimento da Lei. A apresentação da queixa ao Conselho de Imprensa por parte da administração para que emitisse um parecer também se insere dentro da normativa. Aliás, nos pareceres emitidos pelo CI a legalidade da administração nunca foi questionada. Contudo e uma vez que esta entidade era controlada pelos militares, nunca condenou a actuação da CCT.

Consequentemente, a nova legislação foi esgrimida pelas várias partes de acordo com a sua detracção ou a sua defesa. O CR a propósito deste caso recomendou a revisão da Lei: “O Conselho da Revolução, de acordo, aliás, com o parecer emitido pelo Conselho de Imprensa, e tendo ainda em conta o debate público, já espontaneamente iniciado sobre o assunto e para o qual a

³³ Comunicado do Conselho da Revolução: 22 de Maio de 1975

própria iniciativa dos trabalhadores da «República» muito terá contribuído, admite que o texto da Lei de Imprensa esteja inadequado ao contexto da actual fase da revolução portuguesa. Nestas condições recomenda, pois, o Conselho da Revolução ao Governo que, através do Ministério da Comunicação Social, seja desde já iniciado o processo de revisão do referido diploma.”³⁴

Correia Jesuíno, numa entrevista à RTP produziu a este respeito declarações muito ambíguas: “É que a nossa Lei de Imprensa é uma lei muito original pela estrutura que prevê para os órgãos de Informação, nomeadamente o director ser eleito pelo Conselho de Redacção. Pois essas administrações – que nós temos tido sempre o cuidado de fazer presidir por militares para salvaguardar até o aspecto do apartidarismo –, pois essas administrações perante estruturas homogéneas que se constituem a nível do Conselho de Redacção dificilmente podem exercer a censura interna que é, aliás, mais do que comum em todo o Mundo”(DIL; PINA, 1975:93). Não se percebe muito bem se acha bem ou mal a prevenção da censura e por outro lado parece ser que só a supervisão de militares garantiria o bom funcionamento das redacções.

Também Otelo Saraiva de Carvalho se pronunciou sobre os aspectos legais: “ (...) é evidente que as leis são feitas para ser cumpridas, considero que sim, mas também considero que estamos a viver uma revolução. (...) Mas é evidente que a lei foi elaborada no passado e promulgada em Janeiro deste ano, sofreu logo um retrocesso muito grande a partir de 11 de Março” (*Ob. Cit.*:136). Estas declarações emitidas também numa mesa redonda na RTP, constituíam o aval do Major à actuação do COPCON, que foi inclusivamente contra as posições do governo e do CR ao entregar o jornal à CCT.

Por sua vez o operacional que esteve à frente do processo justificava a justeza da sua decisão: “Portanto, um lema porque se rege o COPCON é que, em princípio, os trabalhadores têm sempre razão. Portanto, ao examinar o caso «República», a frio, eu via de um lado 152 trabalhadores, tipógrafos, e de outro, um grupo minoritário de redactores, directores, administração, etc.. Portanto, alguma coisa, por aí, ia mal...”(*Idem*:137). De uma maneira geral as forças partidárias que se enquadraram neste alinhamento foram o

³⁴ Comunicado do Conselho da Revolução: 6 de Junho de 1975

PCP e as organizações à sua esquerda. Álvaro Cunhal, na citada entrevista a Oriana Falacci,³⁵ defendia que a imprensa portuguesa era “inteiramente livre”. Quanto ao conflito no *República*, as suas posições assentavam no argumento da legalidade revolucionária e condenava o Partido Socialista: “Evidentemente, se os operários consideram que um director ou uma redacção são contra-revolucionários, têm o direito de impedir que essas entidades continuem a ocupar tais postos. Têm mesmo o dever espiritual e político de o fazerem. Em qualquer lado do país os operários podem expulsar o director. Foi o caso que sucedeu no *República*. Os socialistas comportaram-se de uma forma histérica, provocaram um escândalo com o fim de lembrarem quem tinha ganho as eleições. Na realidade, os operários revoltaram-se porque a *República* mais não fazia que publicar ataques contra o Partido Comunista, calúnias contra o partido, críticas à revolução. Os operários começaram por censurar textos que lhes pareceram injustos, e seguidamente revoltaram-se. E fizeram muito bem”.

Esta não seria a única vez que a censura era defendida como um procedimento correcto da lógica revolucionária. O que antes se criticava na ditadura salazarista passou a ser legítimo em prol de um bem maior. Aliás, nessa mesma entrevista depois de muito contestada, outros aspectos que tinham sido duramente criticados, como as prisões políticas, passavam, na nova lógica, a ter razão de ser. Os demais partidos de extrema-esquerda produziram também ataques ao PS ou defenderam o sector operário: o PRP-BR acusou o PS de usar frases fascistas na manifestação de solidariedade; a LUAR, embora analisando conflito como uma luta entre o PS e o PCP, considerava-o também «luta de classes» uma vez que opunha o trabalho ao capital.

Contra esta lógica, várias foram as figuras que usaram o argumento da legitimidade na análise dos acontecimentos. Desde logo o Partido Socialista, pela iniciativa que teve nos protestos públicos e na exigência da entrega do jornal à sua legítima administração. Mário Soares encabeçou a manifestação e lançou palavras de ordem que foram ecoadas pela multidão como «o República é do Povo não é de Moscovo». Foram vários os dirigentes socialistas que se destacaram em acções nacionais, com destaque para Salgado Zenha e

³⁵ Em entrevista a Oriana Falacci para o jornal *Europeo* de 7 de Junho de 1975, in BERNARDO, 2004:666-667

Manuel Alegre que quer em comícios, quer na Assembleia Constituinte, onde o escândalo *República* foi brandido contra os responsáveis do processo revolucionário. Os esforços de denúncia levados a cabo pelo PS alargaram-se também à imprensa internacional, onde a deriva esquerdista da política portuguesa voltava a chamar a atenção dos *media* e onde o velho jornal surgia como mais um amargo de boca de difícil explicação. Mário Soares usou-o para forçar a clarificação da posição do Conselho da Revolução e do governo, ao exigir que o jornal não voltasse a ser publicado pela direcção «usurpadora», ameaçando com a saída do IV Governo Provisório.

Esta forma de protesto, secundada pelo PPD, traduziu-se numa crise governamental, mas também numa luta política sem precedentes. Essas posições foram apresentadas em conferência de imprensa onde o líder socialista defendeu que o *República* significava a “luta pela liberdade de informação e de Imprensa em Portugal”. Contrariando as justificações dos militares e o enquadramento do conflito no âmbito laboral, caracterizou-o como uma questão de legalidade política: “Portanto, o problema para nós não é um problema jurídico, é um problema político, que tem de ser resolvido politicamente. E a resolução política do problema é cumprir a Lei de Imprensa. Cumprir a Lei de Imprensa significa manter o director, que é da confiança da administração do jornal e que tem a solidariedade do corpo redactorial.”³⁶ Este enquadramento seria levado mais longe na entrevista a Dominique Pouchin, onde a atitude dos dirigentes militares foi duramente criticada: “Pensei que agiriam como homens responsáveis pelos destinos de um povo, conscientes do que estava em jogo e um tanto mais informados das realidades políticas. Acreditei, pois, que fariam o impossível para nos reter, dando-nos as garantias que tínhamos o direito de exigir deles. No entanto, ao que parece, não souberam prever as consequências da sua inconsequência” (SOARES, 1976:145). Mais adiante o ataque seria alargado às várias instâncias em causa: “O Presidente da República, o Primeiro-Ministro, o Conselho da Revolução e o Governo, todos se tinham comprometido a restituir o jornal aos seus legítimos proprietários. Mas tais promessas eram letra morta” (*Idem*:146).

³⁶ *Jornal Novo*, 22 de Maio de 1975

Os problemas ocorridos no *República* provocaram naturalmente a reacção dos demais partidos que pugnavam pela via pluralista. A posição do PPD, pela voz do seu líder, relativamente ao panorama da comunicação social era clara: “Com o apoio de uma minoria militar, que tomou conta do poder, a informação foi posta ao serviço da minoria comunista. A informação voltou-se em propaganda. A liberdade de expressão foi negada, através do domínio de uma facção e do controle do conteúdo das publicações por parte de um reduzido número de trabalhadores.” (CARNEIRO, 1975:104) E mais adiante, concretamente sobre o *República* Sá Carneiro defenderia: “não necessitamos do «caso República» para fazer o teste da falta de liberdade de informação em Portugal. Já o tínhamos feito à muito, pois desde o início que sentimos as discriminações a que, então, os socialistas eram poupados.” (*Idem*:106)

A questão do cumprimento da Lei foi também realçada por Marcelo Rebelo de Sousa em entrevista ao *Jornal Novo* de 21 de Maio: “A situação criada pela comissão de trabalhadores é claramente ilegal. (...) Em primeiro lugar há que sublinhar que se uma lei existe ela tem de ser cumprida. Não faz sentido que tendo sido a lei participada, discutida, até elogiada, assistamos agora a constantes violações frontais do que ela dispõe. (...) A esse segundo nível, o caso «República» insere-se nesse problema do assalto aos órgãos de informação, intensificado com rara violência, a partir do início deste ano.” Também Freitas do Amaral se refere aos casos *República* e *Renascença*, ainda que dando mais relevo a este último, na sua qualidade de líder democrata cristão: “Calar as vozes críticas e independentes era uma necessidade vital das forças revolucionárias para poderem levar a sua avante. O mês de Junho foi sintomático: complicou-se o caso *República* e rebentou o caso da Rádio Renascença. Na origem de ambos estava o mesmo tipo de actuação revolucionária: os trabalhadores liderados por quem sabia do seu ofício, tomavam conta de órgãos de informação pertencentes a entidades privadas independentes, e passavam a imprimir-lhes uma orientação revolucionária, contra a vontade dos seus legítimos possuidores, que pretendiam defender uma orientação democrática” (AMARAL, 1995: 396-397).

As reacções antes apontadas fazem com que o *República* não deva ser visto apenas como mais um dos episódios das várias tentativas de controlo

político das redacções: “Através do caso *República* discutiram-se a Lei de Imprensa, o controlo operário, a organização da empresa jornalística, os poderes do director e do conselho de redacção, o direito à informação, a unidade da esquerda portuguesa e francesa, o eurocomunismo, os regimes de Leste europeus. (...) O conflito do *República* transformou-se num episódio decisivo da luta política em que se jogava a natureza do regime português e, num plano mais vasto, o respeito ou desrespeito pela divisão do mundo em áreas de influência, consagradas em lalta” (MESQUITA, 1994:508).

Em Lisboa, verificou-se um verdadeiro braço-de-ferro, onde todos os argumentos eram válidos na defesa das posições assumidas. Daí ter havido a preocupação de colocar a tónica do conflito como uma questão laboral. É certo que estavam em causa duas perspectivas antagónicas: de um lado, a posição da administração – ou melhor, de uma concepção geral empresarial – em que se entendia que a gestão era ditada pelos proprietários, e que hoje é uma prerrogativa indiscutível; do outro lado, a posição da Comissão Coordenadora dos Trabalhadores, que entendia que a gestão implicava a participação dos trabalhadores. Esta era prática comum, replicada em múltiplas circunstâncias, que em muitos casos tinham evoluído para fórmulas de autogestão. Portanto, não é de estranhar que a CCT defendesse que se estava perante um conflito de ordem laboral, como aliás aponta Isabel Babo Lança: “Os trabalhadores pretendem a inscrição do conflito num determinado quadro de regras e de leis, que são as do trabalho.” (LANÇA, 2006:204)

Este enquadramento é consistente com o excerto do comunicado do Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Artes Gráficas. : “Não está em causa o princípio da liberdade de imprensa, mas sim o princípio do controlo pelos trabalhadores dos órgãos de comunicação social. Por isso é um conflito de trabalho e deve ser entregue ao Ministério do Trabalho” (*Idem, Ibidem*). Face a uma evolução similar verificada em várias empresas privadas em resultado da fuga ou saneamento dos proprietários, entende-se a legitimidade do argumento.

Por outro lado, esta tinha também sido uma prática verificada no âmbito empresarial jornalístico, nomeadamente em *O Século*, pelo que também se poderia encontrar uma justificação numa linha de conduta

anterior. A novidade residia no facto de este atentado à gestão da propriedade privada ser, desta vez, contra uma empresa que não se inseria na categoria do grande capital e cuja história e administração até tinham um percurso «antifascista». Outro dos aspectos a destacar neste conflito e dentro da questão de quem controla o quê, é reivindicação dos trabalhadores decidirem sobre os conteúdos noticiosos. Não é apenas uma perspectiva ideológica relativa ao controlo operário das empresas, é uma ingerência clara nas funções de outro sector com competências distintas, o que naquele contexto não parecia constituir um problema: era irrelevante a capacidade profissional e deontológica que comportava o exercício do jornalismo, uma vez que o que estava em causa, do ponto de vista dos conteúdos era apenas uma questão de propaganda.

Um e outro aspecto remetem para transformação do caso *República* numa batalha legal e uma bandeira política. A pretensão de ingerência nos conteúdos por parte dos tipógrafos deveu-se, do seu ponto de vista, ao facto de o jornal se ter convertido à orientação socialista, em vez de se manter um jornal «apartidário e antifascista». É claro que a noção de apartidário era muito peculiar, mas é igualmente certo que o *República* se tinha mantido numa das poucas tribunas onde os socialistas expunham as suas posições. Mas a questão do cunho político do conflito transcendeu largamente a orientação do jornal, fosse sob a tutela de Raul Rêgo, fosse sob os desígnios da CCT. Ao transformá-lo numa questão de princípio na luta pela liberdade de expressão e da legitimidade, o Partido Socialista criou um *leit motif*, uma bandeira que utilizou no âmbito mais vasto da luta pela democratização da sociedade portuguesa.

O grande impacto que este jornal poderia ter sobre a opinião pública é muito discutível, dado que nunca foi considerado um diário de grande tiragem ou de grande alcance. Ainda que se tenha afirmado que as tiragens passaram de 45.000 para 10.000, em função da nova administração, nunca se tratou de um diário de grande difusão e, como tal, os efeitos nefastos da sua mensagem seriam muito limitados. Tratou-se, claramente de uma medição de forças, eventualmente mais calculada e mais estratégica por parte dos socialistas, pelos efeitos que despoletou, ainda que o Partido Comunista nunca tenha

assumido a responsabilidade deste processo, posicionamento que se estendeu a outras situações onde claramente foi derrotado.

Dentro da mesma lógica de actuação e de consequências deve ser ainda referido o caso Renascença, ainda que saia do âmbito da imprensa escrita. A Rádio Renascença foi a emissora da Igreja Portuguesa, criada em 1937, à imagem de outras rádios católicas europeias. Depois da revolução de Abril, os conflitos entre a redacção e a gerência fizeram-se sentir quase de imediato, uma vez que esta era acusada de censurar a actividade noticiosa, como aconteceu com a não permissão da cobertura das chegadas de Álvaro Cunhal a Mário Soares a Lisboa, o que terá estado na origem da primeira greve do sector noticioso, bem como um período de autogestão. Os conflitos dentro da emissora mantiveram-se fossem eles dirigidos contra a empresa, fossem entre os próprios trabalhadores. A natureza das divergências era complexa, já que não eram só as questões de ordem noticiosa que estavam em causa, mas também reivindicações laborais e processos de despedimentos.

Tal como ocorreu nas redacções dos jornais, também na rádio da Igreja se verificou uma deriva dos noticiaristas para a extrema-esquerda, que levou a que o fosso entre a entidade empresarial e os trabalhadores fosse cada vez mais profundo e com os sacerdotes a entenderem que os conteúdos emitidos não se enquadravam na linha de uma emissora católica, enquanto que a redacção, pela voz de Rui Paulo da Cruz, assumia posições extremistas e defendia que a Igreja não devia ter uma rádio. Em Fevereiro de 1975, os trabalhadores da redacção entraram de novo em greve e ocuparam as instalações, durante 20 dias e em que Correia Jesuíno foi chamado a mediar, mas sem êxito.

Com o 11 de Março a estratégia dos grevistas alterou-se e passou pelo retomar das emissões e do apoio a Vasco Gonçalves. Passou ainda pela emissão em simultâneo com o Rádio Clube Português. A partir de então o conflito sofreu novos contornos, uma vez que o governo nomeou uma comissão chefiada por um militar que asseguraria a gestão até ao fim do conflito – uma prática comum –, mas que a Conferência Episcopal não aceitou. O discurso de Correia Jesuíno passou então para uma tónica diferente, onde defendia a necessidade de reduzir o número de rádios, o que aliás ia de

encontro à nova lei que estava pronta a sair (Abril de 1975) e que previa a nacionalização de todo o sector (Decreto-Lei nº 674-C de 2 de Dezembro de 1975). A estatização total das frequências acabou por não se concretizar, já que o processo só seria concluído em Novembro, mas sem a inclusão da Rádio Renascença.

Este hiato que medeia a criação da legislação e a sua aplicação traduz das hesitações dos governantes, mas deve-se igualmente ao efeito de bola de neve que o conflito assumiu. Uma semana depois da eclosão do caso República, seria a vez de a Rádio Renascença ser ocupada (sede e emissor da Buraca), ainda que a gerência, antevendo este passo, tivesse solicitado a protecção do COPCON, mas sem resultado. Como resultado da ocupação o Patriarcado protestou junto das diversas instâncias, o que não obteve quaisquer medidas práticas, e em alternativa, a emissão fiel à gerência passou a ser feita a partir do Porto. O processo de retransmissão oscilou controlado ora pelos ocupantes, ora pelos proprietários. Sucederam-se os protestos da administração e agravou-se a situação económica dos que ocuparam as instalações de Lisboa. O desenlace deu-se, mais uma vez, com a convocação de uma manifestação de apoio aos trabalhadores que entrou em choque com a contra-manifestação de apoio ao Patriarcado.

Uma vez mais a actuação do COPCON favoreceu os primeiros e perseguiu os segundos. Seria este o momento em que Mário Soares se colocaria ao lado da Igreja, levando a cabo uma aliança estratégica com os católicos para fazer frente aos avanços da extrema-esquerda. Por outro lado, era evidente o paralelismo com a situação vivida no *República*. A ocupação da Rádio Renascença catalizou os católicos de todo o País e o anterior confronto ameaçava repetir os tristes episódios de perseguição ocorridos na I República. Eventualmente terá sido esse receio, a par da opinião pública internacional, que terá levado o governo a decidir entregar a RR aos seus proprietários. Ainda assim, e mais uma vez contrariando as decisões do executivo e do conselho das demais entidades, o COPCON decidiu apoiar os trabalhadores ocupantes, pelo que mais nenhuma instituição teve força para contrariar esta decisão. Inclusive, o próprio Conselho da Revolução recuou na sua posição

inicial e decidiu apoiar os trabalhadores, criando uma administração de militares.

Em Julho, sucederam-se manifestações nas principais cidades do Norte e Centro do País, tendo-se iniciado a partir delas os assaltos às sedes do PCP. O conflito atingiria o ponto álgico com o VI Governo Provisório. Foi decidido, em finais de Setembro, primeiramente ocupar com uma força militar e depois selar o posto da Buraca. Os trabalhadores apoiados por organizações políticas e militares de extrema-esquerda desselaram-no e procederam a nova ocupação. O posto emissor de Lisboa lançou-se na campanha contra o Conselho da Revolução, o governo, o Presidente da República e incitava populares e militares à rebelião. Acabaria por ser calado à bomba, numa solução drástica que, aparentemente foi condenada da esquerda à direita. Depois do 25 de Novembro e de todas as medidas de regulamentação que se seguiram, nomeadamente a lei das rádios, a Rádio Renascença foi devolvida à Igreja em 28 do mês seguinte.

Os casos Renascença e *República* apresentam aspectos coincidentes, mas também algumas dissemelhanças. Como refere Mário Mesquita (1994), o vespertino terá tido um maior impacto internacional, enquanto que os efeitos da rádio terão sido muito mais avassaladores a nível interno. Pelo seu lado, a argumentação revolucionária do direito da maioria relevado no jornal, não podia ser repetido na RR, já que se verificava o oposto. Foi sintomático o argumento usado em Julho para contrariar o governo: seria a classe operária a decidir, o que foi garantido pela abertura da antena aos participantes, mas sobretudo pela enorme manifestação de apoio convocada na cintura industrial de Lisboa. Num e noutro caso, o argumento prevalecente foi o da legitimidade revolucionária, em defesa de um jornalismo apartidário, ao serviço da revolução. As duas situações inseriram-se nas dinâmicas políticas do momento, aproveitando-se da vaga de fundo. Será sempre difícil determinar o papel dos grupos partidários e quais as responsabilidades a assacar, sobretudo nos momentos em que as lutas ganharam força própria e saíram das lógicas enquadradoras das organizações. Outra questão que se interliga com o teor da informação é o do posicionamento das administrações. Quer na Renascença, quer no *República*, a informação não tinha a pretensão de ser objectiva.

Travava-se uma batalha contra o discurso único, pelo que os conteúdos tinham marcas ideológicas fortes, ainda que obedecendo a mentores diversos. O momento não era o da isenção ou da objectividade: de um lado e de outro, os jornalistas tornaram-se combatentes políticos e usaram a informação para defender a causa que advogavam.

Mas a questão central em todo este período continuava a pôr-se em termos de liberdade de pensamento e expressão. A grande maioria dos órgãos de informação alinhou pela lógica do discurso único, a *Renascença* e o *República* representaram o contraditório, o que não foi bem aceite por aqueles que já se julgavam vencedores. Não foram tão-pouco capazes de entender o claro repúdio do público demonstrado pela quebra na venda dos jornais e ainda menos das situações em que os títulos mais enfeudados à nova ordem foram queimados. Apoderou-se das redacções uma obediência cega que afastou críticos e arregimentou indecisos e incautos: “Depois do 25 de Abril operou-se na imprensa portuguesa um «volte-face» para a esquerda de 180 graus e os jornais passaram de um dia para o outro a alinhar na mesma ordem de ideias, a pintarem-se de vermelho os que eram azuis, transferindo para os poderes recém-constituídos e para os homens que os servem os mesmos aplausos e a mesma adjectivaçãolouvaminheira que empregavam para o regime anterior e os seus corifeus” (LOPES, 1975:88).

Esta atitude acrítica só se pode entender pela inexperiência de alguns e pela falta de formação intelectual e ética de muitos que foi devidamente aproveitada pelos quadros partidários que tomaram de assalto as redacções. A partir de dados do Sindicato do Jornalistas, Paquete de Oliveira (OLIVEIRA, 1988:360 e ss) refere a entrada de 215 novos sócios, o que dá bem a ideia da alteração das redacções, dado que a maioria se inseria na imprensa nacional diária. Ainda que não seja possível aferir a filiação partidária, a renovação é evidente, já que, também segundo o SJ, se verificou um claro rejuvenescimento da profissão, sobretudo a partir deste período. A estratégia do controlo partidário nas redacções assemelhou-se aos processos idênticos usados nas comissões de trabalhadores, sindicatos e de mais organismos sociais. A diferença reside no papel que a Comunicação Social desempenha no controlo das consciências.

Aparentemente o efeito de propaganda teve, também aqui, um sentido inverso, na medida em contrariou os valores mais arreigados da opinião pública. Por outro lado, há que não esquecer o esforço de criação de novos títulos que constituíram as vozes não alinhadas em todo este período. Desde logo, o semanário *O Jornal*, criado por um grupo de redactores e cujo director inicial foi Joaquim Letria, não era claramente um projecto noticioso no sentido das *hardnews*. Tratava temas da actualidade política dentro da óptica de uma certa esquerda, mas na oposição ao gonçalvismo. Logo de seguida surge outro semanário *O Tempo*, fundado por Nuno Rocha, que correspondia a uma orientação mais conservadora e que por isso mesmo teve vários percalços na impressão. Um pouco mais tarde surgiu o jornal *A Luta*, vespertino que veio substituir o *República* e que se caracterizou pelas campanhas contra a CCT e também nas batalhas contra o Partido Comunista e os gonçalvistas. Mas o título que mais se destacou foi sem dúvida o *Jornal Novo*, criado em Abril de 1975 e dirigido por Artur Portela Filho. Foram várias as cachas conseguidas pelo diário, como já foi apontado, e conseguiu um impacto considerável pela sua voz incómoda na denúncia de situações, o que constituía uma alternativa clara ao discurso geral. Daí o seu sucesso em termos de tiragens, que no «verão quente» atingiram números elevados.

Os vários aspectos aqui desenvolvidos influenciaram decisivamente a forma como se estruturou a imprensa na jovem democracia portuguesa. Os factores de mudança tiveram efeitos positivos a nível da alteração das condições do exercício da informação, nomeadamente pela abolição da censura e pelo novo dinamismo noticioso. Propiciaram também o alargamento das redacções e os novos quadros contribuíram para imprimir um novo cunho à profissão. Do ponto de vista dos jornalistas as vantagens também se fizeram sentir não só pela alteração das rotinas, mas também por outros aspectos como as melhorias salariais e o aumento da responsabilidade editorial. Esta foi garantida pela eleição de novos organismos de representatividade profissional – os conselhos de redacção – que passaram a deter poderes decisórios em várias matérias relativas aos conteúdos, mas que não se esgotaram aí: a capacidade de veto em relação às chefias, entre outros, foi

mais um dos aspectos que lhes conferiu a possibilidade intervir nos domínios que eram antes da exclusiva prerrogativa das administrações.

Os novos direitos dos jornalistas plasmaram-se numa nova legislação que era uma das reivindicações da classe ainda no período da ditadura. A imprensa foi uma das primeiras áreas a ser enquadrada legalmente, justamente por ser um dos anseios da classe, mas também obviamente por se tratar de um dos princípios fundamentais da democracia. Ainda assim, o novo documento aprovado não colheu o consenso de todos, a começar pelos representantes dos profissionais. A evolução política e a radicalização das posições levaram a que alguns sectores pusessem em causa o espírito da lei por se entender que não estava «ao serviço das classes trabalhadoras». Este argumento teve particular destaque nos conflitos que estalaram no República e na Rádio Renascença. Colocava-se agora em causa não a legalidade mas a legitimidade dos processos reivindicativos. Este argumento remete ainda para as várias situações em que a liberdade de imprensa foi contornada. Esta circunstância decorre da criação por parte dos militares de mecanismos paralelos que permitiram a subordinação dos meios de comunicação social. Estes verificaram-se pela criação de um organismo com poderes independentes - a comissão *ad hoc* -, mas também por outras iniciativas como a tentativa de criação de nova legislação - projecto Jesuíno -, vigência de regimes de excepção e os efeitos de propaganda organizada gerados pela 5ª Divisão.

A evolução do processo político teve consequências muito complexas para as empresas jornalísticas. Elas traduziram-se no desmembramento da maioria em função de várias situações de conflitualidade que obrigaram à intervenção estatal, mas também como resultado da política de nacionalizações que colocou a maioria dos jornais sob a alçada do Estado. Este último aspecto propiciou a articulação entre os interesses do Partido Comunista instalados nos organismos de representatividade das redacções e do sector da impressão com a cúpula militar que passou a dominar o poder a partir do II Governo Provisório. Isto traduzir-se-ia numa progressiva radicalização do discurso jornalístico que passou assim a obedecer a lógicas de propaganda alheias à vocação informativa primordial. Em resultado deste

desvio houve uma tendência para a perda de leitores, que foi agravada por outros aspectos negativos, como o aumento do custo dos jornais, a subida do nível de vida e a quebra registada pelo facto de deixar de haver edições dominicais.

A politização dos conteúdos noticiosos obedeceu a estratégias políticas que transcendiam a esfera das redacções. À pressão da política do discurso monolítico contrapôs-se a barreira erguida pelas facções mais moderadas. Ela traduziu-se no aparecimento de novas publicações, como o *Jornal Novo*, que procuravam contrariar a preponderância dos diários pró revolucionários. Verificou-se ainda na alteração da linha editorial de *O Comércio do Porto*, mas com uma maior incidência no Norte. Tiveram particular relevo nos casos *Renascença* e *República*, na medida em que os conflitos instalados transcenderam a defesa da liberdade de pensamento e expressão e tornaram-se bandeiras agregadoras da opinião pública, que não se identificava com o rumo que o país tinha tomado.

Todas estas transformações fizeram-se sentir com maior ou menor intensidade em toda a imprensa diária generalista. Cabe contudo uma ressalva, na medida em que alguns destes aspectos tocaram de uma forma mais atenuada os jornais portuenses, como se verá. Ainda assim, todos os títulos foram indelevelmente marcados e geraram-se situações de ruptura de difícil resolução. Como consequência, houve um período de reajustamento em que os vários factores exógenos que condicionaram tão dramaticamente as redacções tenderam a esbater-se em função da democratização da sociedade, dos equilíbrios que as várias partes foram desenhando e de um regresso gradual à função informativa em detrimento do combate político. Esse processo de transição correspondeu às linhas da evolução político-partidária e à inversão das medidas económicas assumidas durante o PREC. No fundo, as conjunturas que se articularam no processo de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia. Todos estes factores tiveram reflexos decisivos para a forma como a imprensa voltou a sofrer uma reestruturação e nem sempre com os melhores resultados.

3 - O peso do sector estatizado na imprensa portuguesa

Os efeitos do período revolucionário sobre a imprensa fizeram-se sentir, *a posteriori*, a diversos níveis. Desde logo, a manutenção da maioria dos títulos no sector público, com a inevitável designação das administrações e chefias feita ao sabor das alternâncias político-partidárias. Não menos relevante, o clima de conflitualidade gerado durante o PREC e as influências ideológicas que então se afirmaram, que não se esfumaram em função da nova ordem saída do 25 de Novembro. Estes vários aspectos conjugaram-se num cenário de crise, que se traduzia nas perdas registadas nas tiragens e nos volumes de publicidade, para as quais era necessário encontrar soluções que tendessem a uma normalização do sector. Por “normalização” entenda-se a efectiva aplicação da legislação, mas também o expurgar das tensões e o aligeirar da carga político-partidária que a alimentava. Entenda-se ainda a nem sempre conseguida compreensão do papel da informação por parte dos poderes públicos, herdada das práticas do período anterior. Enfim, um quadro de dificuldades que correspondeu a uma «travessia do deserto», que de alguma forma espelhava idênticas debilidades e hesitações que se desenrolavam no plano político, institucional e económico.

O processo de democratização da sociedade portuguesa teve ainda de sofrer uma série de transformações até encontrar o caminho da estabilidade e do normal funcionamento das várias instâncias, e a Comunicação Social teve um papel determinante nesse percurso. Contudo, ela foi igualmente alvo de esgrima no complexo jogo de conquista, partilha ou manutenção do poder, com todas as distorções ou parcialidades consentidas ou impostas, o que lhe acarretou marcas ainda hoje apontadas. A governamentalização dos meios de informação foi uma das acusações omnipresente ao longo do período, sendo não só indicada pelos jornalistas como também reconhecida pelos políticos, sobretudo quando na oposição. Estas linhas gerais de caracterização estenderam-se desde o fim do período revolucionário até 1988, data do primeiro processo de reprivatização. A razão deste balizamento temporal deve-se à cronologia das revisões constitucionais. O ano de 1982 constituiu um primeiro momento em que foi possível a aprovação de vários documentos que promoveram uma maior agilidade no sector público, mas só a Lei

Constitucional nº 1/89 pôs fim à cláusula de irreversibilidade das nacionalizações ocorridas, na sua maioria, na sequência do 11 de Março de 1975.

Do ponto de vista dos jornais, ainda que não tenha deixado de haver empresas privadas durante todo esse período, os principais diários portugueses permaneceram na mão do Estado e só com as revisões constitucionais as autoridades puderam equacionar o processo de passagem da imprensa escrita para o sector público. Esta configuração deve-se à ideia prevalecente plasmada no texto constitucional de 1976: uma economia que assentava na propriedade estatal e que deixava muito pouco espaço ao sector privado. Dentro desta perspectiva, a Comunicação Social era então vista pela corrente dominante como um sector estratégico (factor determinante, na óptica constitucional, para permanecer no âmbito estatal). Isto implicou que o estatuto de propriedade das empresas tivesse a consensualidade de várias sensibilidades políticas e institucionais. Outras personalidades, como Sá Carneiro ou Pinto Balsemão, advogavam o modelo liberal, mas esta perspectiva teve muitas dificuldades em afirmar-se no sector. A alteração deste cenário foi primeiramente possível graças a um lento processo em que, por entendimento dos principais partidos do espectro eleitoral, o cunho socializante da Constituição da República Portuguesa foi sendo gradualmente abandonado. Para que essa plataforma de concordância se estabelecesse havia que criar o sistema político que consagrava a função partidária enquanto elemento determinante, quer da representatividade democrática, quer da capacidade legislativa e executiva.

3.1 – Influência dos condicionalismos políticos, institucionais, legislativos e económicos

A clarificação do papel de cada uma das instituições obedeceu a um ajustamento gradual das diferentes frentes de poder. Foi um processo complexo, marcado por vários antagonismos: processos de clivagem dentro das forças políticas, aliados a jogos de alianças estratégicas; desgaste dos protagonistas do poder em função da difícil conjuntura que se atravessava;

surgimento de novas configurações partidárias resultantes das dissensões internas dos partidos, num todo que contribuíra para uma certa indefinição do espectro partidário, mas também pelo próprio papel exercido pelas várias fontes de emanção de poder. Outra das características importantes no âmbito das forças políticas tem a ver com o esvaziamento das organizações extremistas. O discurso radicalizado que constituiu uma das tónicas do ambiente vivido até ao 25 de Novembro tendeu a esbater-se, o que parece corresponder ao declínio de actividade dos partidos mais esquerdistas. O factor que contradiz esta tendência é a acção levada a cabo pelo PRP-BR. As Brigadas Revolucionárias foram responsáveis por uma série de atentados que geraram um clima de medo e insegurança. Ainda assim, e de uma maneira geral, a tendência foi para uma pacificação gradual, embora marcada por todas as dificuldades de uma democracia muito jovem e inexperiente, que tardou algum tempo em encontrar o caminho da normalização institucional.

Na prossecução deste objectivo, um dos aspectos primordiais seria o papel das Forças Armadas e, mais concretamente, do Conselho da Revolução. A «desmilitarização» paulatina das instâncias políticas seria uma inevitabilidade. Contudo, ela não seria nem linear, nem passiva, uma vez que os militares mantiveram uma influência latente na cena política. Mas o seu protagonismo tendeu a diminuir e logo a partir da realização de um II Pacto MFA-Partidos, em 1976. Para além de outro tipo de considerações, este documento reequacionou a função do CR e dos partidos, deixando a estes a sua vocação natural e retirando ao primeiro os amplos poderes legislativos, que passavam a ser limitados «apenas» às questões militares. Não menos importante, foi a redefinição do modelo electivo para a Presidência da República, que deixava de ser colegial. O redireccionar do papel dos partidos e a prática parlamentar permitiram uma primeira revisão constitucional em 1982, que se seria fulcral para estas questões. O Conselho da Revolução foi finalmente extinto e deu lugar ao Conselho Superior de Defesa Nacional, sendo o Presidente da República o chefe das Forças Armadas (ainda que não de proveniência militar). Esta alteração contou com a oposição de Ramalho Eanes e do sector militar, porque se traduzia na perda de prerrogativas que eram vistas como naturalmente suas. O regime de nomeação das chefias

ficaria, então, drasticamente alterado: “Com a nova lei, os órgãos do Estado responsáveis pela defesa nacional são o Presidente da República, o Governo, o Conselho de Defesa Nacional e o Conselho Militar. As Forças Armadas passam a integrar-se organicamente no Ministério da Defesa e o Governo passa a escolher, de entre os nomes de uma lista apresentada por cada ramo, as futuras chefias militares” (CARRILHO, 1994:156). Embora se tenha de facto verificado uma passagem da soberania quanto a estas matérias, certo é que o período que antecedeu esta reforma permitiu ao CR, graças à sua capacidade legislativa sobre as questões militares, reestruturar aos três ramos em função da nova dinâmica instalada com o fim da guerra colonial. Este aspecto seria fundamental para a integração da estrutura castrense no novo modelo de sociedade que veio a prevalecer.

Se no plano político e legislativo se deu uma clara redefinição quanto às competências respectivas das instâncias civis e militares, isso não significou a aceitação pacífica, por parte destes últimos, da diminuição do seu papel. Ainda que tenha deixado de vingar a ideia da implantação de um modelo pretoriano de inspiração socialista (qualquer que ele fosse), a perda de influência foi relativa, uma vez que o Presidente da República era um militar. A primeira eleição presidencial (27 de Junho de 1976) foi marcada por um jogo de alianças em que o Conselho da Revolução avançou com a «solução Ramalho Eanes», a quem os principais partidos (PS, PSD e CDS) garantiram a base de apoio. O facto de a primeira figura da nação, com amplos poderes consignados constitucionalmente, ser um general que plasmava a vitória da linha vencedora em 25 de Novembro teve inegáveis virtualidades pelo papel pacificador e mediador que desempenhou entre as partes. Contudo, e uma vez que representava interesses quer pessoais quer do sector que até então se tinha visto como a entidade reguladora da sociedade civil, necessariamente entraria em rota de colisão com o sistema político-partidário. E esta foi uma das frentes de oposição transversal a todo este período, uma vez que Eanes viria a ser eleito para um segundo mandato, em 1980. O seu intervencionismo foi evidente durante o primeiro mandato, quer pelo uso do direito de veto, quer pela utilização da prerrogativa que permitiu a nomeação dos três

governos de iniciativa presidencial, à revelia da representação partidária na Assembleia da República.

Depois da segunda eleição, a estratégia pessoal parece ser a tónica da actuação do PR, ainda que o confinamento do poder militar tenha sido um dos aspectos do claro confronto com os partidos. Este ficou patente ainda antes da segunda revisão constitucional, quando, por acordo da maioria partidária, foi aprovada a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas³⁷, lei que foi vetada por Eanes. O essencial nela enunciado limitava não só o papel dos militares mas também o do Presidente e veio a ser ratificado justamente na revisão constitucional. Mas o aspecto que mais se destaca nesta fase é, justamente, o do contrariar sistemático das estratégias dos principais partidos, numa acção de minagem que teria como objectivo a criação de uma base partidária de apoio, que se plasmou na criação do Partido Renovador Democrático. O PRD, formado, de forma não declarada, a partir da figura do General Eanes, seria a solução de continuidade por ele encontrada para poder manter um papel activo na vida política, agora no plano partidário. Esta saída espelha de alguma forma o esgotar do papel da facção que se revia no modelo militar. Ainda que os eanistas tenham tido um resultado interessante na sua primeira participação eleitoral, rapidamente a sua base de sustentação foi absorvida pelos demais partidos e, com o fim do PRD, fechou-se também um ciclo. A perda de influência de Ramalho Eanes foi igualmente o reflexo do redireccionamento do papel dos militares para as funções que naturalmente lhes são inerentes, como a defesa e a participação nas acções de paz, e que, na actualidade, são uma das suas primordiais vocações.

Outro dos aspectos herdados do PREC, e que teve também uma incidência transversal a todo este período, mas com tendência ao esbatimento, foi a prevalência da noção de transição para o socialismo. Esta meta, alicerçada na Constituição de 1976, alimentou o comportamento colectivo de alguns e serviu como pano de fundo a um clima de conflito laboral e social, que se agravava pontualmente pela conjuntura económica desfavorável. As revisões constitucionais foram no sentido de despir a sociedade portuguesa desta roupagem revolucionária, mas, na prática, o

³⁷ Lei nº 29/82 de 11 de Dezembro

grande poder de mobilização evidenciado pelo Partido Comunista através da Intersindical, conseguiu manter os níveis de animosidade muito altos, nomeadamente pela capacidade de convocar greves gerais (só em 1982, por duas vezes) com altos índices de adesão, isto para além das lutas travadas sectorialmente pelos sindicatos. Por outro lado, ainda que as organizações de extrema-esquerda perdessem a sua relevância, o sonho revolucionário esteve ainda presente em vários aspectos da cena política. Tal foi o caso das primeiras eleições presidenciais em que Otelo Saraiva de Carvalho conseguiu a segunda maior votação (16,5%). A não-aceitação do regime da legalidade democrática foi também evidenciada pela actuação destabilizadora levada a cabo pelas Brigadas Revolucionárias. Os referidos atentados, para além de gerarem um clima de medo e insegurança, traduziam ainda a ideia inculcada na organização de que a conquista do socialismo pela violência era uma alternativa ainda possível. Tratou-se, obviamente, de uma visão isolada e com um desfecho inevitável para estes militantes. Contudo, não deixou de espelhar até que ponto foi levada a quimera populista liderada por Otelo.

O clima de agitação social e laboral posterior ao 25 de Novembro apresentou características diferentes dos momentos vividos no PREC. Como já foi afirmado, o peso da esquerda mais radical tendeu a esbater-se, mas o problema das reivindicações laborais não desapareceu: ele adquiriu configurações distintas em função do redimensionamento dos partidos, mas também dos novos problemas colocados pelas conjunturas económicas. De facto, o PCP, ainda que tendo uma grande área de influência no contexto dos seus congéneres europeus, depois do 25 de Novembro, viu o raio de acção confinado sobretudo à cintura industrial de Lisboa e às zonas onde se impôs a reforma agrária. Também no plano sindical os comunistas perderam terreno, já que o seu controlo era maioritariamente exercido sobre os sindicatos operários das tradicionais indústrias transformadoras (que tenderam a desaparecer) e do operariado agrícola alentejano. Os sectores sindicais dos serviços foram sendo gradualmente dominados por quadros afectos ao PS e ao PSD, o que se traduziu, em última instância, no fim da unicidade sindical, com a União Geral dos Trabalhadores, criada em 1979, a disputar este território com a Intersindical. Mas, se a tendência parecia apontar para o equilíbrio e o

relativo controlo dos partidos que constituíram governo sobre os sindicatos, certo é que, em dadas alturas, e mesmo sectorialmente, os níveis de conflitualidade abalavam de forma drástica a sociedade portuguesa, ainda que nunca com as dimensões anteriormente registadas. A incidência destas vagas de contestação podem ser assacadas à debilidade dos executivos (ainda que já estivesse instalado o sistema de governo constitucional ele foi marcado por intermitências várias), mas sobretudo às políticas económicas que foram adoptadas.

O quadro de crise que se desenvolveu na sequência do período revolucionário implicou a adopção de medidas restritivas que, em última análise, se traduziram na perda progressiva das benesses conquistadas anteriormente. O país encontrava-se numa situação muito difícil, agravada pela conjuntura internacional mas em que um dos principais problemas residia no modelo económico instalado. A prevalência de uma economia mista, na qual se abria campo à iniciativa privada mas em que o sector estatal tinha um peso determinante, traduziu-se num efeito negativo: “E as empresas nacionalizadas, longe de contribuírem para facilitar a acumulação do capital e para promover a modernização das estruturas produtivas, como inicialmente se havia proclamado, vieram, na maior parte dos casos, a transformar-se em gigantescos sorvedouros de dinheiros públicos, absorvidos no financiamento de ambiciosos projectos de investimento sem grande viabilidade e na cobertura de enormes prejuízos” (LOPES, 2004:26). Para além desta característica determinante do sector privado, também o sector público tardou em recuperar dos embates da política económica levada a cabo pelos militares. O investimento privado nacional e estrangeiro tinha sido muito limitado em função do clima de insegurança instalado e foi necessário reganhar os níveis de confiança dos empresários. A par dos incentivos decorrentes do clima político, seria ainda importante que a procura favorecesse esse novo esforço, o que nem sempre aconteceu. Os capitais nacionais continuaram ainda a fugir do país, mas timidamente verificaram-se melhorias no turismo e nos sectores de serviços. Gradualmente, algumas das áreas do sector público foram contribuindo para o relançamento da economia e para o aumento da receita.

Com uma economia estatal sobredimensionada, não é de estranhar que as dificuldades graves se tenham registado a nível da despesa, pelo que o Estado, exaurido das reservas, se viu obrigado a recorrer ao crédito internacional. Estas políticas foram acompanhadas pelos processos de negociação que levaram aos dois empréstimos contraídos com várias instituições bancárias mundiais, que exigiram o aval do Fundo Monetário Internacional. O FMI concederia as garantias necessárias, desde que o Estado português se compromettesse a adoptar um conjunto de medidas francamente impopulares, medidas essas que se tornaram particularmente duras com os chamados «governos de austeridade». O primeiro desses momentos ocorre a partir de 1977, com o denominado «programa de ajustamento», que coincidiu com os I e II Governos Constitucionais (PS e PS/CDS), ainda que o empréstimo só tenha sido obtido em 1978.

Os cortes drásticos verificaram-se a nível do crédito, tornado mais caro mas também mais dificultado, e ainda da queda dos salários reais, em função do aumento da inflação e da contenção das actualizações salariais. Mas o agravamento registava-se igualmente a nível fiscal, ao mesmo tempo que se promovia a desvalorização da moeda, de forma a restringir importações e a facilitar a procura externa. Esta era ainda aliciada pela aprovação de legislação pontual que oferecia garantias ao regresso de investidores estrangeiros. A única área em que as condições impostas pelo FMI não tiveram resultados foi na despesa pública, dada a dimensão e despesismo do sector. Este colete de forças imposto à população provocou uma situação oposta àquela a que as pessoas se haviam habituado no pós-Revolução, com o súbito aumento dos salários e os incentivos ao consumo, o que necessariamente gerou descontentamento e a queda do governo PS/CDS.

Os eventuais frutos destas restrições tiveram alguns resultados mas, a nível do investimento interno e do crescimento da economia, as consequências foram muito ténues, pelo que também os agentes económicos ficaram descontentes com as medidas tomadas. A retoma verificar-se-ia pontualmente e, mesmo assim, seria abalada pela segunda grande crise do petróleo (1978/1979). Os problemas financeiros portugueses decorreram ao sabor do período de retracção internacional, mas também se inseriram num

quadro interno desfavorável, marcado pela instabilidade governativa. Circunstancialmente as medidas de restrição atenuaram-se, mas os problemas de fundo agravavam-se. Continuou a verificar-se o aumento da dívida externa, aliada a dificuldades do investimento; registaram-se níveis de inflação altíssimos que se reflectiam na baixa real dos salários; o problema do desemprego ia em crescendo e o Estado era aqui chamado, uma vez mais, a implementar sistemas de apoio social. Estas dificuldades tiveram uma particular relevância no início da década de 80. A descontinuidade das medidas económicas, como resultado da evolução político-institucional, levou a que a necessidade de impor reformas drásticas assumisse contornos muito mais dramáticos do que no período anterior. O endividamento do país era tão elevado que as garantias exigidas pelo FMI teriam de ser mesmo cumpridas, ainda que a aplicação das condições draconianas tivesse mais uma vez de ser suportada pelas populações. Agora, a questão da dívida pública punha-se com maior incidência, uma vez que os gastos do Estado estavam fora de controlo.

Pela primeira vez, os financiamentos das empresas públicas eram abalados pelas restrições e os governos punham em causa a absorção sistemática de dinheiros quer de forma directa, quer pelos financiamentos suportados pela banca nacionalizada. Este equacionamento foi sentido a nível da imprensa, onde a política de subsídios tinha adquirido proporções incontroláveis. Começou igualmente a questionar-se a manutenção do sector estatal em termos de modelo económico dominante e com um peso tão negativo nas contas públicas, o que suscitou uma enorme contestação por parte de funcionários e das forças de esquerda. Também aqui as empresas de informação estiveram no centro da polémica, com atribuições de responsabilidades de parte a parte. As dificuldades económicas produziram também a subida de preços de produtos básicos, que em muitos casos tinham sido mantidos artificialmente. A par da alta do custo dos bens de primeira necessidade, a vida das pessoas agravou-se pela contenção dos salários, o que se traduziu na redução do poder de compra. O descontentamento provocado por estas medidas traduzia-se em contestação social e os sindicatos procuravam fazer valer a defesa dos interesses dos trabalhadores através das negociações das tabelas salariais. O nível dos aumentos exigidos era altíssimo,

de forma a acompanhar a inflação (o Sindicato do Jornalistas, por exemplo, organizou em 1980 uma greve geral, que registou uma enorme adesão, em que exigia um aumento dos salários de 27 %).

Uma das formas encontradas para debelar a crise foi, mais uma vez, proceder à desvalorização do escudo para atrair o capital estrangeiro e facilitar as exportações. Ao mesmo tempo, impunham-se restrições ao crédito, tornado assim mais caro. Este segundo plano das medidas de austeridade foi levado a cabo no período do governo do Bloco Central (PS/PSD) pelo ministro Hernâni Lopes e teve resultados positivos em 1985. Contudo, os custos em termos de crescimento da economia foram graves e os reflexos sociais em resultado dos níveis muito elevados da inflação e do desemprego levaram a situações deveras complicadas de empobrecimento, nomeadamente na zona de Setúbal. Apesar das ondas de contestação e da dureza das políticas, o equilíbrio das contas públicas tornara-se primordial, uma vez que Portugal tinha, desde o I Governo PS feito uma aproximação à política europeia e encontrava-se em pleno processo de adesão à Comunidade Económica Europeia, pelo que não poderia pôr em causa a reorientação dada à economia nacional de forma a integrar o mercado comunitário.

O Tratado de Adesão à CEE foi assinado em 12 de Junho de 1985, no fim de um longo processo negocial, muito dificultado pela instabilidade do sistema político. As fragilidades da nova democracia ficaram patentes na precariedade dos primeiros governos constitucionais. Esta pode ser assacada à turbulência do período anterior, ao papel dos militares e do Presidente da República, mas também à juventude das máquinas partidárias, que sofreram vários reajustamentos e um grave incidente, com a morte do líder do PPD. Neste âmbito também se podem apontar alguns aspectos estruturantes. Como foi referido, o plano político-institucional foi enquadrado pela actuação do Presidente da República, que esteve em vários momentos em rota de colisão com os partidos. Outro dos aspectos que sobressai neste contexto, e aliado ao aspecto anterior, é que os mandatos dos governos não eram cumpridos totalmente. As quedas dos executivos deveram-se ao desgaste provocado pelas medidas impopulares, mas não só. O sistema de alianças partidárias ensaiou então os primeiros passos e os efeitos provocados junto dos militantes

nem sempre foram os desejados. Foi um período em que se verificaram clivagens dentro das principais estruturas, que passaram pela demissão dos líderes e pela saída de grupos dissidentes. Mas, neste campo, a actuação de Eanes não foi isenta e em várias ocasiões contribuiu para acicatar as diferenças ou usou-as para demitir o executivo. O uso dos poderes presidenciais permitiu-lhe formar três governos de iniciativa própria e, no segundo mandato, face à maior coesão quer do primeiro governo AD, quer do Bloco Central, a sua estratégia passou então pela conquista de simpatias nas bases dos vários partidos para a formação do PRD, tarefa facilitada pelas medidas de austeridade.

Outro dos aspectos evidenciados neste período, e dado os partidos não terem votações que lhes garantissem maiorias parlamentares, é, como é evidente, a constituição de alianças partidárias e de plataformas governativas de maneira a garantir a formação dos executivos. Foi o que aconteceu com o II Governo Constitucional, resultante da aliança do PS e CDS. Verificou-se também com a Aliança Democrática, que englobava o PPD, o CDS e o PPM, e que venceu as eleições de 1979 e pontuou desde o VI ao VIII GP. Registou-se igualmente com a constituição do governo do Bloco Central (1983/1985), no qual se aliaram o PS e PSD. Este tipo de solução termina quase com o Tratado de Adesão, já que o PSD escolheu um novo líder e um novo caminho que passava por outro tipo de estratégia de conquista de poder. Com o fim deste ciclo, terminou a política de alianças, mas verificou-se um natural redimensionamento dos partidos: o PCP decresceu consideravelmente, bem como o CDS. O PRD desapareceu e viveu-se então um novo período marcado por maiorias parlamentares dos dois principais partidos, aliás, mais à imagem dos sistemas parlamentares europeus.

Ainda assim e na óptica dos meios de informação, as debilidades do sistema governativo tiveram reflexos determinantes: não houve a estabilidade necessária para se proceder a estratégias de desenvolvimento do sector, e as medidas tomadas foram sempre decisões avulsas sem soluções de continuidade. Por outro lado, o controlo dos meios de comunicação social garantia-se pela nomeação de administrações fiéis a quem ocupava a cadeira do poder. O novo espectro partidário esteve na base dos novos governos

alicerçados em maiorias, que conferiram uma imagem de maior estabilidade e inspiraram uma maior confiança no eleitorado. É igualmente certo que esse equilíbrio se deve à via de progresso que o país encontrou desde a adesão ao Mercado Comum e à chegada dos fundos estruturais, mas esse cenário não seria possível sem que os dois principais partidos, apesar de todas as dificuldades, não tivessem este objectivo como pano de fundo.

A opção europeia é outro dos aspectos transversais a este período. Ainda que no plano partidário se tenha mantido uma luta constante pelo domínio do aparelho de Estado, nos aspectos mais estratégicos da governação em relação a este objectivo registou-se um entendimento. Ele foi patente na questão da negociação do endividamento, no processo de adesão à CEE, mas também nas grandes reformas constitucionais que permitiram a transformação da sociedade e economia portuguesas. Todas estas questões acabaram por estar interligadas, uma vez que a integração no Mercado Comum implicava um conjunto de linhas de estabilidade que inspirassem a confiança necessária para que os Nove aceitassem a entrada do novo parceiro.

A entrada de Portugal fez-se a par da Espanha, mas é sabido que ainda desde o tempo da ditadura tinha havido uma aproximação da diplomacia nacional nesse sentido. É igualmente claro que essa estratégia não teve resultados dado o carácter ditatorial e colonial do regime. A nova ordem política instalada depois do 25 de Abril também não foi de molde a garantir a confiança da CEE na instauração de uma democracia em Portugal. Só a vitória eleitoral do Partido Socialista constituiu um marco no sentido da adesão, já que uma das palavras de ordem lançada foi «A Europa connosco». Nessa altura punha-se claramente a questão de decidir quais os aliados estratégicos: a Europa democrática ou o Bloco de Leste? Ainda que as questões económicas não fossem o cerne dessa decisão, mas sim as opções políticas, Portugal acabou por escolher o caminho da economia de mercado. Dada a situação de crise interna e dada a perda das colónias, havia que encontrar mercados alternativos e, desde os tratados com a EFTA, a Europa comunitária surgia como a solução de continuidade.

O processo negocial iniciou-se em 1977, mas havia ainda que percorrer um difícil caminho. Era necessário alterar o funcionamento da economia, que

tinha sofrido todas as medidas socializantes anteriormente mencionadas e que deveria reforma-se no sentido da economia de mercado, absolutamente oposta à anterior. Importava preparar a produção nacional para uma nova regulamentação da circulação de produtos, de molde a ser integrada num novo espaço de trocas com determinados privilégios, mas a mudança também implicava uma transformação substancial em termos de práticas aduaneiras face aos novos parceiros. Havia que implementar novas regras, mas também era preciso levar a cabo alterações estruturais que permitiriam a integração no espaço económico europeu: “Por via da adesão às Comunidades esse grau de abertura [da economia] amplia-se, entre outras coisas, pela liberalização dos movimentos de capitais, pelo facto do Estado passar a funcionar numa lógica europeia e ter de assumir mais um papel de regulador que de interveniente ou organizador” (CHAVES, 2005:192). O desafio europeu alterou assim a tradição estatal de intervenção sobre a economia, mas obrigou também a mudanças na atitude das empresas: “A integração foi importante e ajudou a estabilizar o processo de transformação português e consequente solidificação do regime democrático, tendo Portugal respondido aos desafios que se colocavam no campo económico, reestruturando estruturalmente a sua economia de forma a poder responder aos desafios colocados face à concorrência acrescida, uma vez que perdeu a possibilidade de proteger os mercados.” (*Idem: ibidem*)

Para se ter levado a cabo estas novas linhas de conduta foi necessário percorrer um longo caminho. Durante muito tempo houve sectores que impediram sistematicamente essa transformação. Além disso, as políticas de recuperação implementadas em função dos ditames do FMI eram obviamente contrárias a estas modificações de fundo. Contudo, estas dificuldades resolveram-se pontualmente, pelo que o principal óbice à reforma da economia passou a residir na Constituição da República Portuguesa e nos sectores que se empenharam em mantê-la inalterável.

A Constituição da República Portuguesa de 1976 consagrava uma economia de tipo misto, isto é, onde cabia o sector privado, mas que se encontrava em processo de transformação de forma a consolidar-se num modelo socialista. De acordo com esta lógica, a reconversão das empresas em

função da economia de mercado estava impedida à partida, nomeadamente pela cláusula da irreversibilidade das nacionalizações. Isto é, para modificar as empresas havia que transformar a Constituição. Para além destes aspectos consagrados na Lei, houve ainda a preocupação de proteger e investir massivamente no sector público, a par de uma política continuada em termos de nomeação de administrações, que se alterava em função dos novos executivos. Esta prática levou à criação de um alto funcionalismo poderoso que ditou a gestão das áreas «vitais» ou «básicas» da economia, nem sempre pelas melhores razões, uma vez que a indigitação destes quadros obedecia sobretudo às lógicas partidárias. Não é de estranhar, pois, que dentro das medidas restritivas impostas pelo FMI, aquela que tenha obtido sempre resultados negativos seja a da despesa pública.

Para além da determinação constitucional, o esforço proteccionista fez-se sentir com legislação complementar que dificultou mais ainda o avanço da iniciativa privada. É nesse sentido que se inscreve a Lei nº 46/77, de 8 de Julho, a «Lei de Delimitação dos Sectores Público e Privado». Através desta legislação, institui-se uma política proteccionista e monopolista que impedia as empresas privadas de exercerem a sua actividade em sectores considerados estratégicos para o Estado. Essas restrições incidiam particularmente nos sectores onde as nacionalizações tinham mais peso, pelo que, e uma vez mais por inerência, também a Comunicação Social foi integrada neste rol. Esta delimitação drástica dos campos público e privado, que durou até, pelo menos à primeira revisão constitucional, constituiu um entrave ao avanço do sector público. As várias tentativas de alterar a legislação esbarraram sistematicamente com o veto do Conselho da Revolução ou da Comissão Constitucional.

A primeira revisão constitucional só foi possível, porque assim estava consignado na lei, em 1982. Como já foi referido, um dos aspectos essenciais da alteração foram as prerrogativas do Conselho da Revolução e do presidente da República. As demais alterações tinham igualmente uma intencionalidade política, já que garantiram que se retirasse do texto inicial o processo de transição para uma fase avançada de construção do socialismo. Apesar desta alteração doutrinária, no plano económico as reformas foram muito tímidas e,

neste aspecto, os principais partidos não chegaram a consenso. Mantinha-se o modelo misto com grande preponderância do sector público, ou Sector de Empresas do Estado. Não era ainda o tempo de avançar para medidas mais drásticas, até porque havia dois dos aspectos cruciais para os quais importava encontrar soluções: era necessário determinar as indemnizações a pagar aos empresários cujos bens tinham sido expropriados e colocava-se igualmente a questão da regulamentação e limites da reforma agrária. Contudo, ainda que os consensos nem sempre tivessem sido obtidos, depois da revisão foi possível alterar pela primeira vez a Lei nº 46/77, em 1983. A partir daí, poder-se-ia abrir ao investimento privado e estrangeiro sectores que lhe estavam anteriormente vedados, como foi o caso da banca, ainda que mantendo muitas restrições. Apesar das limitações, tinha sido dado um primeiro passo na tentativa de reganhar a confiança dos investidores, que se foi complementando com alterações sucessivas à lei.

Entre 1983 e 1988³⁸ verificou-se uma certa «desblindagem» do SEE, mas a manutenção da cláusula da «irreversibilidade das nacionalizações» impedia ainda a verdadeira reconversão da economia. A nível da imprensa, por exemplo, passou a haver uma maior definição, por parte do Estado, entre o que eram empresas públicas e empresas intervencionadas, o que permitiu a preparação da passagem gradual de vários títulos para o sector privado.

Para além dos aspectos legislativos, verificaram-se outros entraves não menos importantes a impedir a reforma do sector público. O primeiro tinha a ver com os resultados em termos de rentabilidade. Como já foi apontado, as lógicas de gestão do SEE nem sempre foram condicentes com uma prática de desenvolvimento e progresso. Daí que, ao contrário do que seria pretendido, o passivo das empresas públicas aumentou de forma dramática, transformando-se num peso insustentável para o Estado. Esse passivo também as tornava pouco atractivas em termos de reconversão. Por outro lado, para comprar, o sector privado necessitava de acumulação de capital, o que o período revolucionário condicionou drasticamente. Também a evolução das empresas em resultado das políticas de austeridade não era de molde a favorecer a captação de uma grande quantidade de dinheiro para investimento. Só uma

³⁸ Decreto-lei nº 406/83; Decreto-lei nº 51/84; Decreto-lei nº 449/88; esta legislação seria complementada com novas alterações legais (Decretos lei nº 339/91 e 372/93) de molde a acabar com o «princípio de reserva pública».

alteração gradual no quadro económico bem como no campo da mentalidade permitiu que se reinstalassem as dinâmicas que favoreceriam a progressiva alienação do sector público. Mas nem o novo espírito empreendedor nem a perspectiva de entrada no Mercado Comum seriam suficientes. Faltava ainda a questão do quadro legal.

As transformações normativas necessárias em termos de política económica só se verificariam na segunda revisão constitucional, ocorrida em 1989. Contudo, já se tinham ensaiado algumas medidas legislativas que tiveram como principal objectivo a alterações da configuração das empresas públicas. Pretendia-se com essa legislação torná-las mais concorrenciais, ao mesmo tempo que se redefinia o regime de participações do sector do Estado em empresas de capital misto, de forma a viabilizar a sua venda. Mas só o acordo entre os principais partidos permitiu a alteração da cláusula da irreversibilidade das nacionalizações. A nova redacção da Lei estipulava no artigo nº 85, intitulado «Nacionalizações efectuadas depois do 25 de Abril de 1974»:

- “1. A reprivatização da titularidade ou do direito de exploração dos meios de produção e outros bens nacionalizados depois do 25 de Abril de 1974 só poderá efectuar-se nos termos da lei-quadro aprovada por maioria dos Deputados em efectividade de funções.
2. As pequenas e médias empresas indirectamente nacionalizadas situadas fora dos sectores básicos da economia poderão ser nacionalizadas nos termos da lei.”

No ponto 2 cabiam, portanto, as empresas de Comunicação Social, o que não significa que se previsse a reprivatização de todo o sector. Este artigo seria ainda complementado com uma disposição final, através do artigo nº 396:

“A lei-quadro prevista no nº 1 do artigo 85º observará os seguintes princípios fundamentais:

- a) A reprivatização da titularidade ou do direito de exploração dos meios de produção e outros bens nacionalizados depois do 25 de Abril de 1974 realizar-se-á, em regra e preferencialmente, através de concurso público, oferta na bolsa de valores ou subscrição pública.
- b) As receitas obtidas com as reprivatizações serão utilizadas apenas para amortização da dívida pública e do sector empresarial do Estado, para o serviço da dívida resultante de nacionalizações ou para novas aplicações de capital no sector produtivo.
- c) Os trabalhadores das empresas objecto da reprivatização manterão no processo de reprivatização da respectiva empresa todos os direitos e obrigações de que forem titulares.
- d) Os trabalhadores das empresas objecto de reprivatização adquirirão o direito à subscrição preferencial de uma percentagem do respectivo capital social.
- e) Proceder-se-á à avaliação prévia dos meios de produção e outros bens a reprivatizar, por mais de uma entidade independente.”

Para além das ressalvas em termos de procedimento, destaca-se a preocupação com as perdas em termos de dívida pública, bem como a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores. O novo quadro legal permitiu pôr em prática o regime de privatizações que seria efectuado à luz da Lei-quadro de Reprivatizações, a Lei 11/90, de 8 de Fevereiro. Este novo documento continha em si mesmo um conjunto de «objectivos programáticos», onde se enunciavam uma série de intenções como a modernização da economia e o aumento da competitividade, o reforço do tecido empresarial, a diluição do papel do Estado neste âmbito, a permissão da subscrição de títulos por amplos sectores, o favorecimento do movimento de capitais e a redução da dívida pública. O Estado teria sobretudo uma intervenção reguladora, cabendo-lhe criar legislação específica para transformação das empresas públicas em sociedades anónimas, mas salvaguardava a possibilidade de deter algumas prerrogativas como a de possuir *ad infinitum* um conjunto de acções privilegiadas, o que lhe concederia o direito de veto. Esta seria uma arma

poderosa que permitia a intervenção nos sectores considerados de interesse nacional, aliás, posta em causa pela União Europeia posteriormente.

O disposto na Lei-quadro seria ainda complementado com os que incidiram sobre a afectação das receitas provenientes das reprivatizações e sobre a questão do controlo de posições dentro das empresas privatizadas, nomeadamente pela preocupação da entrada de capitais estrangeiros.

O quadro aqui esboçado pretendeu apontar as principais linhas de evolução deste período que também afectaram o comportamento da Comunicação Social, não só por lhe dizerem directamente respeito, como é o caso da questão da propriedade, mas também pelos avanços e recuos das decisões políticas, a modernização das empresas, o comportamento do mercado ou a requalificação dos funcionários. Também a matéria noticiável se alterou em função das novas realidades e as parangonas dos sobressaltos políticos deram lugar a novos motivos de interesse, fossem eles do processo político ou da construção de infra-estruturas, graças à entrada dos fundos estruturais.

3.2 – Empresas Estatizadas de Imprensa – um sector estratégico?

A evolução da imprensa escrita portuguesa no período subsequente ao 25 de Novembro de 1975 caracteriza-se por esse elemento incontornável que é o facto de o Estado ser o proprietário dos principais títulos portugueses, com todas as consequências que este tipo de gestão acarretou. Não se verificou uma situação de monopólio estatal: havia jornais pertencentes a empresas privadas, uns de circulação nacional, outros dentro da designação de imprensa regional e local. A periodicidade das publicações englobava diários e semanários, sendo que a lógica subjacente a este período de criação de novos títulos de circulação nacional estava ligada à informação e debate político, ainda que não se tratasse de órgãos partidários. Quanto à imprensa regional, ela foi particularmente protegida pelas políticas governamentais, por ser entendida como motor de desenvolvimento. Acresce-se ainda que muitos dos seus títulos pertenciam directa ou indirectamente à Igreja. Os diários de maior tradição e circulação permaneceram cerca de uma década no sector público, quer pela nacionalização, quer pela intervenção do Estado. A razão

para a manutenção deste estatuto é óbvia: a irreversibilidade das nacionalizações. Mas não se esgota na determinação constitucional. Parece ter havido uma confluência de interesses quer dos meios políticos, quer dos próprios trabalhadores das empresas jornalísticas, que viam a estatização da imprensa como uma situação desejável para os seus respectivos interesses.

Por outro lado, os traços de crise económica que marcaram todo este período tiveram também incidências particulares neste sector, com problemas graves, tendo os governos sido continuamente chamados a dar saídas de crédito, aliás, à imagem do que se verificava em diferentes áreas do SEE. Outro dos aspectos transversal a todas estas questões foi o facto de várias sensibilidades defenderem uma política anti-monopolista para a imprensa – consignada na Lei de 1975 – que impedia a constituição de grupos de *media*, o que, por sua vez, se assumia como um entrave a boas possibilidades de negócio. Estas várias linhas de actuação, aliadas ao pano de fundo constitucional, traduziram-se num certo imobilismo que acarretou perdas do ponto de vista económico, mas também do próprio ponto de vista da evolução dos conteúdos e dos públicos. Essa situação tem reflexos patentes, ainda hoje, em termos de consumo de publicações diárias e na baixa tiragem dos jornais, com todos os problemas que lhes são inerentes.

As políticas para a imprensa têm também de ser analisadas dentro de um contexto mais amplo: a propriedade do Estado estendia-se à rádio, à televisão e à agência noticiosa. A manutenção das prerrogativas estatais no plano da Comunicação Social, embora justificadas pela importância de que se revestia em termos da educação da cidadania, assumiu sistematicamente a forma de governamentalização dos meios informativos, com particular relevância para a RTP (Cádima: http://irrealtv.blogspot.Com/2004_05_30). Apesar de circunstanciais fricções entre os governos e os jornalistas, gerou-se um sistema de cumplicidades que parecia agradar a todos, ainda que com motivações diferentes. Importa saber como se articulou esta realidade.

3.2.1 - Os níveis de conflitualidade nas redacções

O primeiro aspecto a destacar no contexto da imprensa anteriormente caracterizado é o do ambiente instalado no meio jornalístico, compreendendo a função editorial e os sectores gráfico e administrativo. A neutralização dos movimentos de extrema-esquerda e do Partido Comunista levou a uma gradual pacificação do clima de trabalho e, naturalmente, à perda da carga ideológica radical que marcou as publicações durante o «Verão Quente». A razão desta acalmia não se prende só com o afastamento das chefias comunistas. Os próprios trabalhadores, jornalistas incluídos, encontravam-se satisfeitos por não estarem subordinados a entidades empregadoras capitalistas, o que, supostamente e numa perspectiva muito discutível, lhes conferiria independência intelectual. Este apagaziguamento da conflitualidade é constatável através dos casos reportados ao Conselho de Imprensa, que passaram a ser, na sua maioria, queixas que se referiam a direito de resposta. A excepção seria protagonizada pelo *Jornal de Notícias* e a não-aceitação do conselho de redacção do director Freitas Cruz. Nas empresas públicas houve algumas fricções, sobretudo a propósito da alternância das administrações, mas sem a intransigência protagonizada pelo *JN*. Ainda que as situações relativas ao abuso de liberdade de imprensa tenham surgido em grande número no período inicial (1976, sobretudo) elas tenderam a aparecer apenas pontualmente *a posteriori*, o que é revelador. Não são apenas os jornais que se despem do discurso radical, mas é a própria sociedade que reflecte a tendência para a pacificação. Não significa isto que os jornais deixassem de fazer noticiário político; muito pelo contrário, a natureza da informação é que se altera, se ameniza. Ainda assim, o Relatório do Conselho de Imprensa relata anualmente um conjunto de processos contra jornalistas, mas sobretudo responsáveis editoriais, acusados de crime de liberdade de imprensa. Eram movidos por entidades militares ou políticas, mais raramente privadas, que se consideravam lesadas no seu bom-nome pelos conteúdos noticiosos. Uma das personalidades a responder em vários juízos seria a directora de *O Diabo*, Vera Lagoa, justamente pela virulência do seu discurso, mas este semanário não tinha propriamente um perfil editorial noticioso. De uma maneira geral, os jornais não eram condenados e as sanções, quando aplicadas, eram geralmente penas suspensas. Outra das queixas surgida com

insistência era o recurso a direito de resposta invocado por personalidades ou instituições, situações que o CI arbitrava com relativa facilidade.

Também se verificou o desenlace dos grandes confrontos ocorridos no período anterior, o que de alguma forma esvaziou os principais pontos de clivagem: no caso *República*, como já foi apontado, a razão foi dada à administração, ainda que a decisão tenha pecado por tardia e jornal tenha deixado de existir. Em relação aos 24 trabalhadores «saneados» do *Diário de Notícias*, o processo foi considerado ilegal, o que permitira a sua reintegração, embora muitos deles se tivessem entretanto mudado para outras redacções. O acalmar dos ânimos só foi possível porque foi adoptada uma política oposta à anterior: depois do 25 de Novembro moveram-se processos disciplinares que afastaram, por suspensão ou despedimento, jornalistas e chefias considerados nos inquéritos levados a cabo pelo Conselho da Revolução como estando envolvidos com as estratégias do PCP/FUR, particularmente nas redacções de *O Século* e *Diário de Notícias*, mas também na *RTP* e na rádio. Estas sanções foram precedidas de outras importantes medidas em termos de administração. Como foi referido, os jornais viveram diferentes períodos de suspensão de publicação até ao final do ano de 1975, intervalo esse que permitiu o afastamento das figuras problemáticas e a nova nomeação de chefes de redacção e administrações mais consentâneos com os novos ventos políticos.

Numa espécie de desenlace, no relatório do Conselho de Imprensa relativo a este período apontava-se a ideia de que as chefias recém-designadas obedeceriam a uma lógica de partilha de influências pelos partidos, ficando o *Diário de Notícias* e *A Capital* adstritos ao PS, *O Século* ao PPD e o *Diário de Lisboa* ao PCP, numa espécie de projecção da divisão parlamentar, de maneira a não hostilizar excessivamente nenhuma das partes. De qualquer das formas, e ainda que esta nomeação fosse precária em função da entrada em vigor dos governos constitucionais, certo é que a tónica das nomeações de chefias e administrações em função da lógica partidária ou governativa fez escola nos tempos futuros e as rotações dos cargos obedeceram, tal como nas demais empresas públicas, na maioria dos casos, às exigências dos aparelhos partidários. É sabido, até pelos resultados negativos das empresas, que essas

políticas nem sempre se adequaram às necessidades ou às contingências do meio mediático, mas mais às estratégias de conquista ou manutenção de poder de uns e de outros.

Uma vez iniciado o período da governação constitucional, a expectativa seria a da normalização no ambiente das redacções. Contudo, essa expectativa seria contrariada por dois aspectos essenciais: o facto de os governos constitucionais não levarem os seus mandatos até ao fim, em função das várias acções de minagem política, e por se ter verificado, devido a outras razões, que os problemas financeiros das empresas de imprensa escrita iam aumentando, gerando uma situação ruínosa. Este último aspecto levou a contestações de carácter laboral, enquanto as mudanças governativas conduziam a alterações nas chefias, que nem sempre foram pacíficas. Na caracterização geral para o ano de 1980, por exemplo, o Conselho de Informação apresenta como aspecto controverso com reflexos nos jornais: “O exercício do governo pela primeira vez após o 25 de Abril, por uma coligação que integrava correntes políticas de direita e de centro-direita”, o que evidencia a orientação ideológica que dominava este organismo. Neste mesmo documento aponta-se também a conflitualidade político-institucional, que acabaria por ter reflexos no meio: “O clima de conflito, quase constante, entre órgãos de soberania: por um lado, o Governo, por outro, o Presidente da República e o Conselho da Revolução.” O processo a que esteve ligada a extinção da ANOP espelha bem a capacidade de intervenção dos vários poderes e de que forma a Comunicação Social foi reflexo dos conflitos que os moviam. Quando o governo Balsemão procurou reformar este sector, criando uma agência nova e encerrando a antiga, ficou-se pela primeira iniciativa, uma vez que Ramalho Eanes vetou o Decreto-lei que determinava o fim da ANOP.

As debilidades da imprensa escrita, no plano económico, começaram a evidenciar-se desde cedo e estiveram na origem da configuração delineada para o sector público. Logo na sequência dos acontecimentos do 25 de Novembro, o Conselho da Revolução tinha apontado alguns destes problemas, particularmente a forma de implementar a viabilidade financeira do sector, sendo uma das soluções propostas a simplificação ou fusão das empresas, de

maneira a reduzir os custos. Seria já durante o período da governação constitucional que se criaria legislação nesse sentido, em que a solução encontrada para os problemas dos jornais foi a criação de empresas públicas, à imagem do que se implementou para as áreas económicas consideradas estratégicas. Procurou-se também especificar que nem todos os títulos tinham sido nacionalizados, ficando uma parte do capital de diferentes accionistas na mão de privados. Esta diferenciação, criada a partir de 1976, previa a existência de duas EPs – a EPNC e a EPSC –, sendo os demais diários considerados intervencionados e de capital misto.

A criação de um sector público para a Comunicação Social, no que toca à imprensa, decorreu aparentemente de uma contingência: o facto de a propriedade dos jornais se encontrar parcial ou totalmente nas mãos de empresas que foram nacionalizadas no decurso do 11 de Março. Contudo, a manutenção dessas empresas sob a alçada do Estado já obedeceu a uma estratégia deliberada em função da acção legisladora adoptada. Por outro lado, esta política abrange os diferentes *media*. Ela incidiu sobre o audiovisual, estabelecendo-se, na televisão, um regime de monopólio e, na rádio, a Rádio Renascença como a única emissora a ficar excluída do grupo estatal. O jornalismo de agência já se encontrava também nacionalizado em função da criação da ANOP. Quanto à imprensa diária de informação nacional, não só o Estado manteve a sua propriedade, como procedeu à criação de duas empresas públicas, de molde a facilitar a sua gestão. A razão ou razões que subjazem à adopção desta política não podem ser entendidas apenas como uma regulamentação decorrente de uma situação de facto, ainda que se possa encontrar uma justificação nesse argumento. É possível apontar também o estado caótico em que ficaram os jornais depois do período revolucionário ou, mesmo, a necessidade de pacificação do sector.

Mas há necessariamente que considerar a própria perspectiva dos políticos relativamente a este campo. Ela era, na altura, peculiar. A tradição europeia do sector audiovisual enquadrava-se numa história em que o modelo prevalecte era o de serviço público, em regime de monopólio de Estado. Ainda que nas democracias ocidentais esse modelo tendesse a dar lugar à liberalização, em Portugal verificou-se um processo inverso: a imprensa

aparece também encarada como um serviço público, à imagem daquele que existia para a rádio e a televisão. Nesse sentido, caberia ao Estado assegurar a sua manutenção para que também os jornais cumprissem a sua dimensão pedagógica. Essa parece ter sido a perspectiva dominante, pelo menos em quase toda a década seguinte. O beneplácito de políticos e profissionais garantiu a manutenção deste modelo a todo o custo e só se tentaria uma reconversão com o primeiro governo de Cavaco Silva. Ainda assim, as interferências e alterações pontuais que as diversas administrações procuraram implementar suscitaram sempre resistências, quer do meio jornalístico, quer de diferentes forças políticas.

Mas a prevalência deste *status quo* representou para a classe política um dilema: a imprensa exercia um fascínio inevitável, na medida em que uma política continuada de nomeações de acordo com a alternância de administrações permitia um aliado em termos de constituição de opinião pública; mas, por outro lado, as perdas continuadas e agravadas em anos sucessivos traduziam-se num peso muito negativo em termos de contas públicas, o que ganhou particular relevância nos «governos de austeridade».

Esta configuração da propriedade foi igualmente um dos factores que esteve na origem do clima de tensão entre o meio jornalístico e o Estado. Mais uma vez, as razões desse ambiente estão directamente ligadas à questão da propriedade: por um lado, a prerrogativa governamental de nomeação das chefias, por outro, as tentativas dos governos de reprivatização do sector. No primeiro caso, as fricções entre jornalistas e governantes não têm necessariamente uma relação directa, isto é, os jornalistas não atacavam exclusivamente as políticas dos responsáveis políticos da direita. Há exemplos de atritos com os diferentes governos, quer de maioria partidária, quer de iniciativa presidencial. Se numa perspectiva de oposição direita-esquerda podem enquadrar-se os conflitos gerados por Proença de Carvalho no governo Mota Pinto ou a contestação às novas chefias das EPs nos governos da Aliança Democrática, também as decisões de gestão dos governos de orientação de esquerda eram contestadas. Tal é o caso da exoneração de Francisco Sousa Tavares durante o governo Pintassilgo, ou da guerra de palavras entre o ministro Almeida Santos e as chefias de redacção do *Diário de Notícias*.

Quanto à política de privatização, ela é particularmente contestada nos governos em que a perspectiva económica liberal é mais evidente, como o da Aliança Democrática, chefiado por Sá Carneiro, e, mais tarde, depois da tomada de posse de Cavaco Silva.

3.3 - O factor transversal: a crise dos jornais

Durante cerca de uma década, várias foram as vozes nos jornais que apontavam a existência de uma crise. Na sua origem, de contornos indefinidos, estariam, segundo uns, as graves perdas registadas na imprensa estatal e, segundo outros, os apoios indiscriminados que os sucessivos governos concediam aos jornais privados. Para além das acusações de um e de outro lado, todos eram unânimes em apontar alguns aspectos consensuais: o número de tiragens decresceu, desapareceram vários títulos enquanto outros subsistiam através de uma política de subsídios. Estes, assumindo a forma directa ou indirecta, subvertiam a real dimensão dos diferentes jornais. Independentemente das polémicas registadas na altura entre os defensores de sector público *versus* sector privado, são patentes os sintomas de existência de uma crise económica no sector, constatável por alguns dos números disponíveis, mas também pelos contínuos alertas que as autoridades de diferentes quadrantes políticos iam lançando, sem que, no entanto, se produzissem medidas continuadas para a suster.

Esta preocupação é patente, por exemplo, num estudo encomendado pelo Conselho de Imprensa em 1978, e que revelava uma situação financeira grave: “O relatório elaborado por aquela reputada economista [Manuela Silva] apontava o valor de 1611 418 contos para os prejuízos acumulados no conjunto da imprensa nacionalizada e intervencionada” (CARVALHO, 1986:286). Sendo o quadro traçado largamente deficitário, as políticas governamentais para o sector parecem consistir fundamentalmente numa prática de dotação de verbas, sem que ela tenha contribuído para melhorar a condição das empresas. A primeira dificuldade de caracterização desta crise económica reside justamente na forma caótica como os diferentes executivos geriram a pasta da Informação: “Entretanto, na Secretaria de Estado da

Comunicação Social (que algumas vezes foi Ministério) pegavam-se e largavam-se projectos e estratégias de solução para a crise, à medida que entravam e saíam os seus titulares, a uma cadência ainda mais rápida que o perpassar dos Governos” (CAMACHO, 1980). As intermitências governativas podem explicar, de alguma forma, a falta de continuidade das políticas. Contudo, a ausência de fiscalização e tratamento sistémico dos resultados verificados na imprensa dificilmente podem ser enquadrados nessa precariedade dos executivos. Não é possível, neste contexto, determinar se esta falta de sistematização resulta de uma atitude deliberada ou apenas da incapacidade administrativa dos responsáveis.

Apesar desta desorganização, quer os diferentes programas governamentais, quer algumas das medidas tomadas denotam uma preocupação em pôr alguma «ordem na casa». Mas o resultado que se foi construindo foi um acumular de medidas avulsas, que não constituiriam soluções viáveis para o sector e cujo desenlace se traduziu ou no fecho de vários jornais ou a passagem para o sector privado dos restantes.

3.2.1 – A institucionalização do sector estatal na comunicação escrita

Desde o início do período constitucional que o primeiro governo socialista viu a necessidade de implementar alguma regulamentação para a imprensa estatizada. Aliás, essa preocupação ficou bem patente nos «Objectivos e Políticas do Governo», nos quais, para além de se reiterar o respeito pela liberdade de informação e do consignado na Constituição e na Lei, o I Governo Constitucional propunha-se “Reestruturar os meios e órgãos de comunicação social, em parte na sequência das medidas já tomadas e em curso, no sentido da sua auto-suficiência e do seu equilíbrio financeiro”. Esta reestruturação passaria por uma definição do estatuto das empresas: “À excepção do *Diário de Notícias* e de *A Capital*, de *O Século* e do *Diário Popular*, pertencentes a empresas públicas, todos os restantes jornais ditos estatizados pertencem a empresas privadas, mas de que o Estado detém a totalidade ou a maioria do capital. Constitui excepção a empresa detentora do *Diário de Lisboa*, em cujo capital é dono de apenas um terço. Mas esta empresa deve ao sector público

cerca de 110 000 contos, ou seja, mais do que vale. Está, como as restantes, em regime de intervenção do Estado.” Feita esta clarificação, declaram-se algumas intenções que vão permanecer como tal ao longo do período e que transcenderam esta vigência governativa. Verifica-se, contudo, que havia a intenção de dar saída à situação criada, uma vez que se previa a reprivatização das empresas intervencionadas, desde que os trabalhadores estivessem de acordo, e a partir da constituição de cooperativas.

Este esquema de gestão garantia várias benesses, como: o congelamento da dívida ao sector público, cujo pagamento só se verificaria a partir da obtenção de lucros; os trabalhadores exerceriam a sua actividade nas instalações das empresas e com livre acesso à infra-estrutura; seria concedido um subsídio inicial, mas haveria também o compromisso de os cooperantes não exigirem mais reforços. Quer no caso de *O Comércio do Porto*, quer no de *O Jornal de Notícias*, tipificadas como empresas intervencionadas, foi o próprio ministro Almeida Santos quem fez esta proposta. Mas tanto num como no outro caso a solução foi rejeitada pelos trabalhadores, segundo os testemunhos de Silva Tavares e Frederico Martins Mendes. E esta atitude reitera um dos aspectos dominantes: o pessoal dos jornais preferiu trabalhar sob a tutela do Estado a ser empregado do sector privado, ainda que as empresas padecessem de graves problemas económicos. Para além desta perspectiva quanto à reorganização do sector, o I Governo chamava a si a responsabilidade da nomeação das administrações: “Pertencer um jornal a uma empresa pública só em pequena medida lhe limita a independência. O Governo nomeia a administração, a administração escolhe a direcção, e o jornal fica sob o controlo do conselho de informação, previsto na Constituição e já criado por decreto, em matéria de pluralismo ideológico.” Assim se procurava evitar a ideia da manutenção de esquemas de autogestão herdados das práticas anteriores, não esquecendo a criação do Conselho de Informação para a Imprensa, que mais não era do que o espelho da geografia parlamentar.

O outro aspecto tratado neste programa governamental prende-se com as contas das empresas jornalísticas. Aqui é apontado o conjunto de prejuízos registados com todos os títulos e com a ANOP, que se traduziriam numa perda

média mensal de 50 000 contos. Como solução, o I Governo propunha a criação de duas empresas públicas que representariam uma fusão de recursos. Ora, esta foi uma das principais medidas que o executivo tomou para a organização do sector, embora sem que, no futuro, se obtivessem os resultados esperados. Caberia a Almeida Santos a elaboração de um projecto de lei que enquadrava a constituição das duas empresas públicas, tendo como base a legislação aprovada anteriormente que configurava o seu enquadramento em termos de estatuto, gestão, financiamento e demais aspectos orgânicos, definidos pelo Decreto lei nº 260/76, aprovado durante a vigência do governo de Pinheiro de Azevedo. O ministro socialista recorreria ao Capitulo VII, artº. 36º, onde se previa “Agrupamento, fusão, cisão e liquidação de empresas públicas”, para levar a cabo a fusão em que se agruparam as estruturas anteriores em duas novas empresa públicas.

A Sociedade Nacional de Tipografia, SARL e a Sociedade Industrial de Imprensa, SARL deram lugar à Empresa Pública dos Jornais *Século* e *Popular* – EPSP. Pelo seu lado, a Empresa Nacional de Publicidade, SARL e a Sociedade Gráfica de *A Capital*, convergiram na Empresa Pública dos Jornais *Notícias* e *Capital* – EPNC. Estas junções foram acompanhadas também pela decisão de nacionalizar as quotas destas empresas que ainda não pertenciam ao Estado. A medida foi decidida em Conselho de Ministros e surgiu sob a forma do Decreto-lei nº 639/76. A justificação destas fusões surge previamente fundamentada com uma avaliação do estado financeiro das empresas e do sector: “todas elas se encontram em situação de falência técnica e, apenas tendo podido subsistir à custa de empréstimos da banca nacionalizada, garantidos ou não pelo aval do Estado, devem hoje ao sector público – ultrapassa a sua capacidade de endividamento – mais do que valem.” Depois de avaliar o património e actividade das quatro empresas, o documento orçava em mais de 800 000 contos o prejuízo acumulado. Previa-se a nacionalização das participações sociais privadas, o saneamento da dívida, mas também que a concentração de recursos se traduzisse num reequilíbrio financeiro.

Outra das cláusulas apontava para a contingência de se encerrarem publicações cuja viabilidade de tornasse insustentável. Esse encerramento

decorreria também das situações em que não fosse possível a reprivatização. O diploma mencionava a necessidade de os trabalhadores se submeterem a sacrifícios decorrentes do sector da imprensa estatizada ser declarado em crise. Instava ainda os trabalhadores das empresas recém-criadas a entenderem o peso que elas representavam para os dinheiros públicos, bem como a impossibilidade da manutenção de uma política continuada de subsídios. Em seguida publicavam-se os estatutos da EPNC e da EPSP, ao abrigo do diploma anteriormente citado. Este Decreto-lei veio plasmar mais uma das situações em que se procedeu a nacionalizações depois do 25 de Novembro. Para além disso, veio apontar uma série de debilidades que não se resolveram com as medidas por ele implementadas. Não se verificou a reprivatização das empresas de capital misto, pelo contrário: o Estado manteve-as, bem como as prerrogativas inerentes ao poder de nomear administrações e chefias.

Só em 1979, as empresas de capital misto *O Comércio do Porto* e *Jornal de Notícias* foram desintervencionadas. Entretanto, a solução encontrada para *O Século*, com a integração da Sociedade Nacional de Tipografia na EPSC foi ineficaz, uma vez que, em 1977, o governo decidiu suspender a publicação do jornal, em paralelo com idêntica decisão para o *Jornal do Comércio*. Apesar do fecho deste jornal ter ocorrido em 1976 e o do *O Século* em 1978, os processos de liquidação dos dois títulos arrastaram-se e foram marcados por inúmeros avanços e recuos quanto à sua viabilidade, com inevitáveis reflexos em termos de passivo, pagamento de salários e indemnizações aos trabalhadores, o que provocou manifestações de protesto do sector. O diário voltaria a sair, com nova propriedade e direcção em 1988, mas o projecto também não teve bom acolhimento e seria encerrado no ano seguinte.

Ao contrário do anunciado no diploma e no programa governamental, a política de subsídios manteve-se, tanto para as empresas intervencionadas, como para as duas EPs³⁹ e para o sector privado. Seria em 1977 que o executivo aprovaria o subsídio de papel para a imprensa. Portanto, apesar das intenções do I Governo Constitucional, do reiterar desse programa no II GC,

³⁹ A Empresa Pública *O Século* e *Popular* (EPSP) deu lugar à Empresa Pública *Diário Popular* (EPDP) e à Empresa Pública do *Jornal O Século* (EPJS), ficando esta como a instituição responsável pelo pagamento das indemnizações.

apesar da criação das duas empresas ter como objectivo a racionalização de recursos, as dificuldades agravaram-se.

É também de notar que a legislação socialista foi contestada pelos profissionais, que a encararam como um ataque a prerrogativas adquiridas e um menosprezo pela importância da actividade jornalística. Os protestos surgiram através da contestação dos diferentes sindicatos do sector e deram *inclusive* origem a um comunicado conjunto. Apesar de não excluírem a necessidade de reformulação da imprensa estatizada, os jornalistas consideraram a legislação de Almeida Santos «repressiva e fascizante», terminologia normal para um sindicato controlado pelo MRPP. Em 1976, os jornalistas continuavam a ver a gestão das empresas numa perspectiva «conselhistas»⁴⁰, pelo que defendiam: “toda e qualquer reestruturação só pode ser projectada e executada de acordo com a opinião dos trabalhadores (...); nunca poderá ser posto em causa o direito ao trabalho em qualquer sector dos trabalhadores da informação, nem anuladas ou limitadas as suas conquistas sociais ou salariais”⁴¹. Estes foram alguns dos aspectos que se destacaram na perspectiva dos direitos laborais, mas inseridos no enunciado dos princípios anti-capitalistas. Isto num período em que a argumentação política era ainda muito contundente e em que dificilmente se aceitava beliscaduras nas conquistas obtidas. *A posteriori*, o discurso sindicalista acabou eventualmente por se amenizar, até por que os actos de gestão governamental apresentaram-se como consumados. Ainda assim, o posicionamento da classe em relação a todos os actos de gestão que indiciavam intenções de reforma foi de sistemática contestação. Esta intransigência foi outro dos elementos transversais a este período, como é atestado, por exemplo, pela polémica suscitada com a reestruturação da ANOP, a partir de 1982.

Uma das razões para uma política persistente de injeção de dinheiros a fundo perdido pode estar ligada a esta rejeição sistemática por parte dos jornalistas e dos demais sectores laborais de eventuais alterações das empresas. Contudo, esse não pode ser o único motivo desta prática

⁴⁰ Terminologia usada por Manuel António Pina, a propósito das prerrogativas do conselho de redacção do *Jornal de Notícias*, mas alargada à forma como os trabalhadores concebiam o exercício do seu poder em conselhos decisórios.

⁴¹ “Comunicado do Sindicato dos Jornalistas” in *A Imprensa Escrita em Portugal. Abril de 1974 a Julho 1976*, 1979:91

continuada, até porque, como foi referido, foram vários os governos e com orientações políticas muito distintas. As ideias enunciadas, por exemplo, pelo secretário de Estado do governo AD, José Alfaia, enquadram-se dentro desta dupla perspectiva. O programa do VIII Governo Constitucional defendia a modernização e garantia a liberdade para o sector da Comunicação Social, como todos os outros. Segundo o responsável por essa pasta: “Para se alcançar esse desiderato impunham-se alterações no plano institucional, profundas modificações da estrutura, acções várias de reorganização nas esferas organizativas do sector (...)” (ALFAIA, 1983:5). Sendo este um conjunto de ideias um pouco vagas mas indiciadoras de vontade de mudança, não deixa de ser curiosa a seguinte argumentação contraditória: “Sendo a filosofia política do Governo no sentido da prevalência do sector privado, que razões têm pesado para o Governo continuar a manter o sector público jornalístico? É que as empresas públicas jornalísticas existentes têm publicações que se contam entre as maiores vendas do País. São publicações cujos títulos têm grandes tradições na sociedade portuguesa, beneficiando na sua difusão de enraizados hábitos dos leitores” (*Idem*:11). Esta argumentação fazia-se apesar de, por outro lado, se questionar os jornais em função das perdas das tiragens, dados detidos pelos governos. Mas mais curioso, na medida em que se dá a ideia de que o governo vê a imprensa como um filtro estatal para a opinião pública, é o argumento seguinte: “Assim, a sua precipitada reprivatização seria motivo de perturbação e poderia redundar no indesejável privilégio de uma qualquer corrente de opinião. É por isso e pela necessidade de preservar o património, que o Governo se não furtou a apoiar a indispensável renovação dos respectivos parques gráficos e a adopção de medidas visando a racionalização e rentabilidade das suas explorações.” (*Idem*:12), Portanto, um governo supostamente de orientação liberal defende este sector público na medida em que não deseja criar atritos num meio que é problemático. Ou, por outro lado, porque teme os efeitos que uma imprensa sem controlo estatal pode ter sobre a opinião pública. Estes são argumentos que justificam a continuidade dos financiamentos, aliás, como é reiterado pela anunciada intenção em investimentos tecnológicos. A comunicação de José Alfaia data já de 1983, sendo que até então se registou uma linha de

continuidade de actuação comum a governos de diferentes configurações partidárias e aos executivos de iniciativa do Presidente Eanes.

3.2.3 – Financiamento e tiragens: uma equação viciada

O financiamento da Comunicação Social é um dos aspectos mais complexos de todo este período e é esgrimido para justificar a crise e assacar responsabilidades pelas diferentes partes. A atribuição de verbas não se limitou, obviamente, às duas referidas Empresas Públicas. As outras áreas estatizadas, a ANOP, a RDP e a RTP, entravam também na distribuição do bolo estatal e com um peso considerável. Deve-se ainda acrescentar os apoios concedidos às empresas intervencionadas, onde o Estado estava fora e dentro, segundo a orientação de momento. Por outro lado, o sector privado era igualmente apoiado, através dos subsídios regulamentados. Mário Mesquita defende que o Estado intervinha segundo três vertentes: um apoio indiferenciado, através do porte pago e do subsídio do papel; apoios específicos à imprensa estatizada para cobrir situações deficitárias; apoio diferenciado aos sectores público e privado, onde se inscrevem os créditos bancários, mas de contornos pouco claros (MESQUITA, 1987:38). O que assume maior complexidade neste contexto é a dificuldade em discriminar de que forma se processava o financiamento das empresas, já que as entradas de capital se registavam segundo diversas rubricas.

A menção às verbas atribuídas às EPs merece alguma particularização. As gestões das Empresas Públicas detinham a capacidade de contrair directamente empréstimos à banca, capacidade, aliás, consagrada pela lei. Por outro lado, o controlo das contas era da inteira responsabilidade dos governos, a quem as administrações nomeadas prestavam contas. A ausência de fiscalização por uma entidade externa ficava determinada numa das cláusulas dos dois Estatutos que configuram o seu enquadramento, através do Artº. 38º da EPNC e da EPSC: “As contas da EPNC (e da EPSC) não são submetidas ao julgamento do Tribunal de Contas”. Esta especificação está conforme com a legislação que serviu de base a este quadro regulador, uma vez que o Art.º 29º do Decreto-lei 260/76 determina igualmente esta cláusula.

No ano de 1979, o IV Governo orçamentou uma verba geral a fundo perdido de 423 000 contos para as empresa públicas de comunicação social, mas onde não vem mencionada a dotação para a EPNC. Indica-se, contudo, o montante de 140 000 contos para subsídio de papel para os sectores público e privado, isto para além dos valores específicos por empresa. No ano seguinte, essa verba aumentaria para 200 000, passando a sua atribuição a definir-se pelos «reais números vendidos». No ano seguinte, o governo defendia este critério, mas prometia a aprovação de legislação enquadradora de um organismo que supervisionasse a real dimensão desse números. Até lá, previam-se limitações nestas verbas, nomeadamente quanto a um número mínimo de exemplares vendidos e quanto aos espaços atribuídos à publicidade.

Estes números parecem escassos se se atender a um despacho ministerial de 1982, onde o governo estimava que o Orçamento Geral de Estado tinha atribuído, entre 1978 e 1981, 715 000 contos para subsídio de papel à imprensa. José Alfaia estimava que o OGE tinha dispendido até àquele ano, “sob a forma de indemnizações compensatórias, ou subsídios à exploração”, 190 400 contos à EPNC e 197 000 à EPDP. Mas, para além desta cabimentação ordinária, nesse mesmo ano, o governo atribuía mais 20 000 contos à EPNC, a primeira tranche de um total de 50 mil contos destinados a projectos de investimento.

Mas as empresas públicas não eram as únicas a receber estas benesses: quase dois terços do subsídio de papel ia parar ao sector privado, já que o maior número de títulos correspondia à imprensa regional. Certo é que a política de atribuição de verbas foi tudo menos clara e as consequências inevitáveis. Fosse por incapacidade ou por falta de controlo do Estado sobre a gestão das contas das empresas, os gastos foram-se acumulando e essas perdas continuadas levaram a que os diversos quadrantes tenham caracterizado o quadro geral traçado como uma crise da imprensa.

Verificou-se, por parte das entidades oficiais, o apontar recorrente de perdas por parte das empresas jornalísticas, acompanhado das medidas governamentais que, aparentemente, apenas consistiram em determinar diferentes formas de cabimentar esses fundos. Quanto às causas das dificuldades registadas, podem indicar-se vários factores, mas o que é

evidente é que eles adquiriram um dinamismo próprio, aparentemente insolúvel. As razões primordiais que constam no primeiro Relatório do Conselho de Imprensa apontam para a responsabilidade das empresas detentoras dos jornais, que ainda antes da Revolução procederam à modernização das estruturas industriais e contraíram empréstimos para sustentar essas transformações. Esse passivo ter-se-ia avolumado logo nos primeiros anos da nova democracia, em função dos aumentos salariais e de outro factor de crise omnipresente: o preço do papel.

Esses défices das empresas, quer daquelas que foram nacionalizadas, quer das que foram intervencionadas, transitaram para o Estado. Caberia às administrações indigitadas gerir este orçamento negativo e, tanto quanto possível, diminuí-lo. Tal não aconteceu, até porque as condições se tornaram cada vez mais desfavoráveis. Desde logo, registou-se a falência de empresas publicitárias no decurso do período revolucionário, o que se traduziu na perda óbvia de rendimentos. Os salários continuaram a crescer anualmente, em função da inflação. O preço do papel e a sua escassez também aumentaram, produzindo mais encargos. Uma das soluções encontradas foi o aumento do custo dos jornais, mas este custo pode ter levado a um decréscimo da procura, agravado pelas dificuldades económicas vividas pela população. O jornalista Joaquim Queirós aponta um outro indicador de perda de ingressos, mas também de públicos: o facto de se ter deixado de publicar os jornais ao domingo. É sabido que as tiragens dominicais são mais altas e o seu desaparecimento abalou este importante elemento de fidelização de público.

A outra justificação estrutural apontada para aquele período, mas transversal a uma situação continuada, é a da falta de hábitos de leitura associada aos níveis de analfabetismo da população portuguesa. A este propósito refira-se a iniciativa de 1986 do Conselho de Imprensa, através da «Campanha: ler jornais é saber mais», de procurar sensibilizar a população para a leitura da imprensa. Embora dirigida à população em geral, esta acção fez-se sentir sobretudo junto dos professores com o objectivo de conseguir que eles influíssem sobre as camadas mais jovens criando nelas hábitos de leitura.

Vários artigos na imprensa apontavam para outro aspecto considerado preocupante: a existência de muitos títulos. O excesso de publicações periódicas era ainda acompanhado por outro fenómeno inerente: apesar da quantidade de jornais, a sua duração era efémera, uma vez que a estrutura financeira que os sustentava era muito frágil. Tratava-se, no fundo, de uma situação semelhante à do século XIX, em que surgiam novos jornais com uma cadência só comparável ao ritmo do seu desaparecimento. Não se chegou aos extremos de publicação de apenas um número, mas os períodos de existência eram curtos e muito marcados por conflitos derivados dos incumprimentos salariais. Este estudo incide particularmente sobre as condições que afectaram o processo da imprensa diária generalista de âmbito nacional. Mas importa referir que o argumento da existência de excesso de títulos tem duas componentes de análise. Por um lado, é um absurdo considerar que um país tem demasiados jornais; por outro lado, é um paradoxo que existam tantos títulos num país em que a população não tem hábitos de leitura. Em França, a tradição histórica é a da existência de numerosos periódicos, mas a sua população, apesar da dispersão, sempre apresentou altos índices de leitura de periódicos. Em Portugal, o facto de se publicarem tantos jornais seria, à partida, um dado positivo, não fora a sua sobrevivência estar dependente do sistema de subsídios criado. Todas as publicações nacionais e regionais recebiam verbas, como se o Estado distribuisse o saco das esmolas⁴². Os apoios atribuíam-se independentemente da sua pertinência. Por outro lado, outras publicações de circulação diária ou semanal eram claramente jornais com um perfil editorial político, ainda que não fossem declaradamente órgãos de partidos. Aliás, esta é uma das acusações que os jornais estatizados faziam aos títulos privados, afirmando que se encontravam ao serviço de forças políticas. Este seria um dos argumentos para assegurar a sua própria isenção.

Mais uma vez, é possível estabelecer um paralelismo com os jornais de feição ideológica de oitocentos: os jornais dependiam da vontade e da militância dos seus fundadores e pereciam quando as causas se esgotavam ou

⁴² Pontualmente os governos faziam publicar legislação em que se definia os subsídios anuais, como é o caso do Despacho Normativo nº 21/79, nº 311/81, nº 178/82, nº 181/82. Atribuíam-se também outros apoios que dependiam das subidas de preços verificadas noutros sectores, como os portes pagos, de que os Despachos Normativos nº 69/82, nº 70/82, nº 72/84 são exemplos, bem como subsídios de papel, Despacho Normativo nº 65/81, nº 165/82, nº 71/84, nº 91/85, entre outros, como a redução de tarifas de telecomunicações.

se acabavam os fundos. Na actualidade, em condições ditas normais, seria o mercado a regular o número de títulos em circulação, em função da procura. Contudo, o sector público não concebia não este tipo de dinâmicas, criticava apenas a extensão da política proteccionista. O sector privado contra-atacava com acusações de instrumentalização governamental.

Dentro desta problemática, a carestia e a carência do papel assumiram um papel central, aliadas à questão das tiragens. A maior parte do material usado para impressão era importado. Anos houve em que a publicação de imprensa nacional e regional esteve em causa devido à incapacidade de produção e a dificuldades de importação dos países nórdicos. Em face deste problema estrutural, que tocava o sector estatal mas também os jornais privados, todos os anos o governo em exercício determinava os subsídios a conceder para o pagamento do papel. Essa atribuição fazia-se, como se viu, em função das tiragens e circulação dos títulos. Também aqui não devia ser fácil calcular os montantes, uma vez que nenhuma entidade oficial ou de outro tipo controlava estes números.

Segundo a Lei, os dados relativos a tiragens, sobras e circulação deveriam ser fiscalizados pelo Conselho de Imprensa, mas este nunca teve meios para o fazer. Nos relatórios do CI, para além de se chamar a atenção para esta incapacidade por falta de dotação de meios, aparecem apenas dois registos de tiragens. Para o ano de 1979, são reportados apenas os números do mês de Janeiro, sem indicar os resultados dos jornais estatais *O Século* e *A Capital*⁴³. O registo seguinte é o das vendas do primeiro trimestre de 1983, de acordo com dados divulgados pela Associação da Imprensa Diária, em valores brutos⁴⁴.

Seria através das administrações nomeadas que os valores obtidos chegariam aos governos, mas o controlo de tiragens e sobras não era feito por

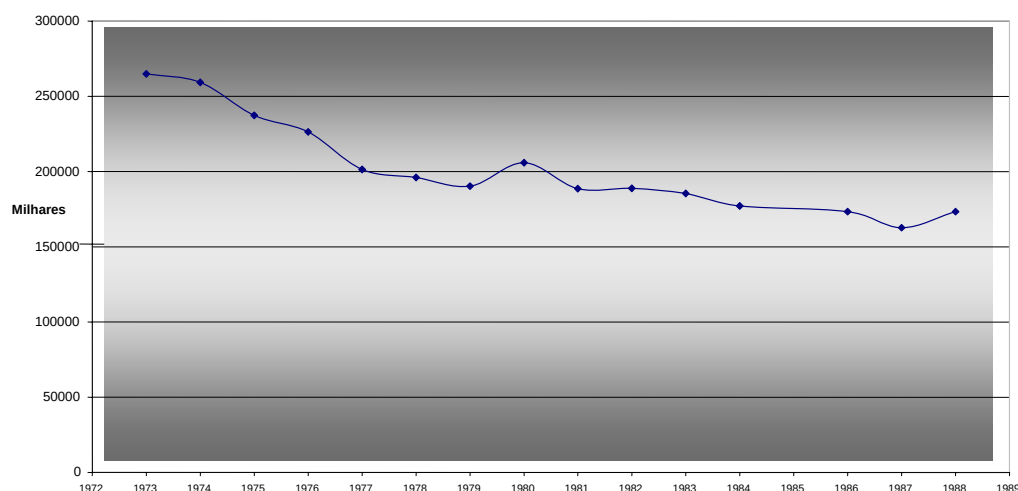
⁴³ Os números apresentados neste ano são muito altos para qualquer um dos periódicos, e é interessante referir que, neste ano de 1979, o *Diário de Notícias* ultrapassava ainda o *Jornal de Notícias*, com os valores respectivos de 73 448 e 70 597.

⁴⁴ Neste ano, a ordem altera-se e o *Jornal de Notícias* aparece já em primeiro lugar, com um valor estimado de 66 211 exemplares vendidos, logo seguido pelo *Correio da Manhã*, com 49 228. O *Diário de Notícias* surge neste *ranking* em 6º lugar, com o número estimado de 35 455, depois do *Diário Popular* (36 256) e de *O Comércio do Porto* (35 560). Os demais vespertinos de circulação nacional apresentam números mais modestos, apesar de *A Capital* conseguir ainda suplantá-lo ao *Diário de Lisboa*, com 29 390 e 20 379 números vendidos, respectivamente. De qualquer das formas, e ainda que a natureza dos dados seja diferente em relação aos valores apresentados para o ano de 1979, há um decréscimo claro, particularmente acentuado para o principal jornal de circulação nacional.

uma entidade independente. Os dados oficiais eram e continuam a ser publicados pelo Instituto Nacional de Estatística. Os critérios são, contudo, variáveis ao longo dos anos. Inicialmente, os valores correspondem a números absolutos de todas as publicações diárias e de outras de diferente periodicidade. Aqui só são consideradas as primeiras, mas ainda assim correspondem a números totais, o que significa que neles se inserem outras categorias para além da vertente informativa generalista. Os valores oficiais revelam para o conjunto dos jornais diários perdas constantes ao longo de mais de uma década, desde 1973 até 1988. Houve, contudo, excepções sem que haja dados novos que o justifiquem. O balizamento adoptado corresponde ao último ano de crescimento e ao início do processo de privatizações e as perdas andaram à volta de 40%.

Tiragens globais dos jornais diários

Fonte: INE



Na sua comunicação ao I Congresso do Jornalistas, Silva Costa fazia uma apreciação global sobre o consumo de informação em Portugal e, a propósito do aumento de tiragens verificado a nível internacional, apontava: “Pelo contrário, entre nós as tiragens globais regressaram aos níveis de 1973, depois de terem atingido o máximo em 1974 e 1975. Hoje, nos países desenvolvidos, a taxa de difusão dos jornais diários corresponde a um jornal diário por cada

dois ou por cada três habitantes; em Portugal é de um jornal por cada 20 habitantes”(COSTA, 1982:159-164). Não ficou especificado de onde foram compulsados estes números, pelo que ou se verifica um tratamento muito particular dos dados ou os números apontados não correspondem aos divulgados pelo INE. De qualquer das formas, a constatação que é feita na comunicação é a de que as tiragens desceram muito e que se verificou uma desadequação entre os conteúdos e o interesse do público.

Em 1987, Ruella Ramos defendia que no período de 12 anos os jornais teriam perdido 40 a 45% das vendas⁴⁵. Dinis de Abreu, nesse mesmo ano, apontava também algumas debilidades em termos de números. Na relação tiragens/vendas indicava: “Em Lisboa, por exemplo, numa população estimada em dois milhões de pessoas, se incluirmos os aglomerados satélites, a tiragem média dos jornais diários situa-se entre os 10 mil e os 60 mil exemplares, com percentagens de vendidos que chegam a atingir os 25 por cento. No Porto, o panorama não é muito mais favorável, o que evidencia o divórcio existente entre o público e a imprensa” (CADERNOS DE IMPRENSA, 1987:93-108). Uma vez mais é a interpretação dos números que chama a atenção, uma vez que não se sabe como foi possível estabelecer a relação enunciada. A constatação desta correspondência, ainda que fosse só para a capital, era preocupante, até pela extrapolação que o levou, em seguida, ao consumo per capita: “Temos uma capitação ao nível da Albânia, ou seja, menos de 50 jornais por dia e por mil habitantes (...)”. Estes dados que nos colavam (e colocam) muito abaixo dos consumos da Comunidade Europeia seriam igualmente apontados por Mário Mesquita, que precisava o número de 45/1000 habitantes no consumo de jornais diários (1987).

A falta de controlo dos dados ressalta do que anteriormente foi enunciado e é outro dos indícios da incapacidade de criação de meios para o fazer ou da falta de vontade política em intervir num campo problemático. Este estranho alheamento oficial dos resultados das vendas tinha reflexos em termos da dotação de subsídios, uma vez que havia uma correspondência entre as verbas a atribuir e a circulação, nomeadamente nas despesas relativas ao papel. Ainda que os governantes tivessem consciência da necessidade de fiscalizar os

⁴⁵ *Diário de Lisboa*, “A imprensa diária de Expansão Nacional”, 1987.01.22.

números declarados, como é atestado, por exemplo, nas declarações do Secretário de Estado Adjunto José Alfaia na sede do Conselho de Imprensa. Em 1981, Alfaia anunciou por duas vezes a intenção do Governo de levar à Assembleia da República um projecto de legislação para garantir essa competência. As intenções de José Alfaia foram contestadas pelo Conselho de Informação, que considerava qualquer iniciativa nesse sentido ilegal e não admitia que a centralização dessas funções não passasse por aquele organismo. Tal nunca veio a acontecer.

A pertinência do controlo das tiragens só ganha maior relevo a partir de 1986 quando é constituída a Associação Portuguesa de Controlo das Tiragens (APCT)⁴⁶, mas no primeiro boletim editado são escassos os títulos com dados publicados. A razão das ausências prende-se com o facto de esta Associação não ter um carácter vinculativo, mas não só. A Associação surge no âmbito da iniciativa privada, o que, para o sector estatal, era sinal de todos os perigos e, como tal, muito criticada. Por outro lado, a justificação da sua criação vai contra a corrente dominante instalada no meio. A lógica do controlo de tiragens insere-se na perspectiva empresarial, baseada na experiência americana. A correlação entre circulação e investimento publicitário é evidente, mas o mercado português teria ainda de sofrer uma transformação para se integrar dentro das dinâmicas do mercado. Esta circunstância é apontada no artigo “Fins e objectivos do controlo de tiragens” (COMUNICAÇÕES, nº14, 1987:36): “O caso português apresentava particularidades próprias, devido a vários factores entre os quais avultava (e ainda avulta) a existência do chamado «subsídio de papel» concedido pelo Estado, em função das vendas declaradas (...)”.

É de referir que a intenção da criação desta Associação provocou mal-estar no sector público, como seria espectável. No artigo do *Diário de Notícias*⁴⁷ “O Controlo das Tiragens” refere-se a necessidade de um organismo oficial de tiragens: “A ausência de mecanismos oficiais de fiscalização eficaz das tiragens favorece oportunismos de toda a ordem e propicia a manipulação de

⁴⁶ A Associação Portuguesa de Controlo de Tiragens (APCT) resulta da iniciativa da Associação da Imprensa Não Diária (AIND), da Associação Portuguesa das Agências de Publicidade e de grandes anunciantes nacionais. Trata-se de uma tentativa do sector privado de clarificar números, no sentido de atrair investimento publicitário. Até à década de 90, verifica-se um envio gradual de dados por parte das empresas jornalísticas, sendo as mais relutantes na adesão ao processo as do sector público.

⁴⁷ *Diário de Notícias*: 1986.04.18

números fictícios com múltiplos propósitos (...). Esta manipulação estaria ligada aos subsídios de papel, mas também à falsificação dos números registada no sector privado, para projectar uma “imagem falseada dos títulos”.

O sector público não sentia a necessidade de produzir estudos sobre o mercado das empresas jornalísticas e a publicidade, uma vez que a sua existência estaria sempre assegurada pelos subsídios estatais. Quanto ao sector privado, esta perspectiva sobre o negócio da comunicação devia-se, finalmente, a um novo dinamismo da economia e, mais uma vez, à ânsia de diversificação dos investidores. Mas, para se chegar a este desenlace, foi necessário percorrer um longo caminho. Até lá, os vários elementos que configuraram a crise foram-se agravando. A própria atribuição das dotações dependia também dos problemas financeiros dos governos, pelo que nos «governos de austeridade» a entrega de verbas era mais problemática. Os períodos de remessa variavam e muitas vezes retinha-se o dinheiro, o que se traduzia em situações inoportáveis para as empresas, que tinham como consequência o atraso no pagamento de salários. Por vezes, os jornalistas acusavam o governo de usar estas demoras como forma de retaliação pela sua “desobediência”.

Outra das formas de subsídio contemplado pela lei era o porte pago. Este sistema de financiamento tornou-se ainda mais alargado com os governos a subsidiarem portes para o estrangeiro. Ainda assim, também estas atribuições sofriam críticas, nomeadamente pelos aumentos praticados pelos correios. Embora os títulos nacionais também circulassem por sistema de assinaturas, a percentagem no volume de vendas era escassa se comparada com a da imprensa regional, que era a que mais dependia da chegada dos jornais aos subscritores pelos CTT.

Na década de 80, os vários governos encontram uma solução para esta drenagem constante de verbas: declarava-se as empresas jornalísticas em “situação económica difícil”. Não é possível aferir em que medida este estatuto resolvia alguma coisa, uma vez que não se aplicava a figura jurídica de falência da empresa, essa, sim, passível de execuções financeiras. Seria uma forma de exercer pressão sobre os trabalhadores ou de implementar

medidas restritivas. Certo é que continuou a registar-se a aprovação de verbas para investimentos, a dotação para pagamento de salários em atraso, subsídios anuais, tudo isto numa aparente contradição com as apregoadas medidas de austeridade.

Apesar de determinante, a drenagem de dinheiros públicos que se arrastou ao longo do período não foi a única causa da situação deficitária. O fecho de alguns títulos traduz também as dificuldades que o sector atravessava. Contudo, não foram apenas os títulos estatizados mencionados que deixaram de ser publicados e a lógica de fecho difere também em termos de cronologia e de perfil editorial. Jornais que foram criados na sequência da Revolução, apenas com uma intenção de informação política, tenderam a desaparecer. Joaquim Vieira aponta a normalização da vida política para justificar o seu desaparecimento: “De entre os títulos que a curta prazo desapareceram contam-se o «Jornal Novo», e «A Luta», sendo substituídos pela «Tarde» e «Portugal Hoje», também de curta duração. O «Tempo» e «O Diário» sobreviverão ainda por mais de uma década, mas com uma influência cada vez mais diminuta. Casos notáveis de resistência são os de «O Dia» e do semanário «O Diabo», fundado em 1975 por Vera Lagoa e posicionado à extrema-direita” (VIEIRA, 1998:278). Também *O Dia* deixou de ser publicado e *O Diabo*, depois da morte da sua directora, perdeu o cunho de cachas agressivas que eram a sua imagem de marca. A extinção gradual destes jornais, criados com o objectivo do combate político, reflecte uma alteração em termos das preferências do público, que parece ter abandonado as grandes polémicas políticas e começou a evidenciar outro tipo de interesses mais diferenciados.

A outra razão que subjaz ao desaparecimento, ainda que mais tardio, de outros jornais, particularmente os vespertinos, não pode ser vista apenas de acordo com as oscilações dos interesses do público. Pelo menos nos casos do *Diário Popular* e de *A Capital* houve um esforço no sentido da alteração da linha editorial, que tinha como objectivo ir ao encontro das preferências dos compradores. A circunstância de encerramento dos jornais da tarde prende-se com outro factor de crise para imprensa, porque lhe retira público mas, sobretudo, publicidade. No início da década de 90, produz-se a relativa

liberalização do mercado televisivo, o que retirou anunciantes aos jornais. Também a proliferação das rádios, nomeadamente a *TSF*, *Rádio Press* ou a *Rádio Nova*, veio ocupar um novo espaço noticioso que retirava público a estas publicações, para além de novas concepções noticiosas. Aqui também se produziu uma nova área de investimento publicitário.

“A publicidade deve sustentar o jornal” era a máxima de Eduardo Coelho ao fundar o *Diário de Notícias* mas, como é constatável, no período em causa, essa articulação não se verificava. Não havia os desejados anunciantes e as queixas da comunicação social escrita relativas à distribuição do investimento publicitário fizeram-se sentir em várias ocasiões. No artigo “Há jornais a mais em Portugal” (COMUNICAÇÕES, nº4, 1987) defende-se que, para além da existência de um número excessivo de títulos que não correspondia ao número de leitores, esta multiplicidade falseada provocava uma distorção do investimento publicitário, sendo que o outro principal factor desse enviduamento era a *RTP*. A televisão pública praticava preços demasiado baixos, pelo que fazia uma concorrência desleal aos jornais. Esta circunstância era ainda mais grave dado sistema de financiamento da estação estatal. De acordo com um estudo realizado por Paquete de Oliveira, o meio publicitário português seria caracterizado como pobre, com excesso de agências e com um peso excessivo dos grupos internacionais. Quanto ao investimento publicitário, o autor estava basicamente de acordo quanto ao peso da televisão: “(...) Em 1986, considerado o início de um «boom» publicitário, a televisão atinge quase 60%. Esta situação é muitas vezes polemizada pelos responsáveis da Imprensa e da Rádio que acusam a concorrência da Televisão como «desleal» pelos preços que pratica e a situação privilegiada que usufrui como «monopólio de Estado»” (OLIVEIRA, 1978:9).

3.2.4 – Os jornalistas face à crise da Imprensa

O decréscimo das tiragens e a política de subsídios governamentais não deixaram indiferentes os profissionais da informação. Contudo, os jornalistas tinham perante este grave quadro uma atitude de dogmatismo acentuado,

que os impedia de aceitar que também eles eram parte do problema. As acusações voltavam-se contra os governantes, eventualmente, contra os gestores se a sua cor não era consentânea com a deles, contra o sector privado, mas nunca se viam a si próprios como agentes da crise. No quotidiano estatal apontado como um exemplo do jornalismo de referência, o *Diário de Notícias*, publicaram-se alguns artigos que abordavam a problemática da crise do sector. Em 1978, o aspecto que parecia ser mais preocupante era o das condições laborais dos jornalistas, face à grave crise que o país atravessava, sendo apontado o dedo às gestões e administrações dos jornais. O resultado das más práticas traduzia-se num quadro deficitário de que se fazia o diagnóstico: “Resumindo: alguns dos nossos diários têm pessoal improdutivo a mais, são deficientemente geridos; têm equipamentos velhos ou mal dimensionados ou aproveitados; suportam custos industriais a nível europeu; vendem muito pouco e dirigem-se a uma clientela pequena. A piorar a situação, estão descapitalizados.” Mas, ao longo do artigo, os profissionais da informação eram sempre representados como vítimas, porque tinham perdido poder de compra, porque tinham visto os seus horários de trabalho aumentar, porque se encontravam em desvantagem na *ratio* da relação com funcionários de outros sectores (PEREIRA, 1978).

Também no *Diário de Notícias*, dois anos mais tarde, saíram uma série de artigos sobre a crise dos jornais, da autoria de Rui Camacho (CAMACHO, 1980a). Agora, o ângulo de abordagem incidia sobre o fecho de jornais e sobre a possibilidade de se ter evitado esse desfecho. O autor apontava duas ordens de razões para o encerramento de jornais centenários e de outros criados depois do 25 de Abril: “A partir daí, os jornais vão desaparecer por razões mais complexas, em que os ingredientes de carácter económico se conjugam com os de cariz político, em proporções igualmente decisivas.” Fazendo uma análise diacrónica do sistema político e do encerramento de jornais, este é inserido, no rescaldo do golpe militar, nos custos do período revolucionário. A manutenção de um sector público é apresentada como uma solução para que esse desfecho não atinja os jornais que se inserem nesse grupo. Contudo, à laia de conclusão, e depois de apontar uma série de erros cometidos, Camacho indica o fim inevitável deste estado de coisas, uma vez que nem os

recursos “do Tesouro poderiam garantir a eternização do descalabro.” No segundo artigo, são os governantes, uma vez mais, que surgem como os principais responsáveis da situação gerada e que são acusados de adiarem sistematicamente uma solução de fundo. Esse aprazamento assegura-se graças à política de avales e subsídios, ao mesmo tempo que essa prática se estende ao sector privado, para calar a contestação gerada pelos infundáveis financiamentos.

No I e II Congresso dos Jornalistas Portugueses, bem como em vários encontros realizados pela profissão ou artigos publicados ao longo da década de 80, a crise é um tema recorrente, mas, de uma maneira geral, os profissionais enfeudaram-se na defesa do sector estatizado de informação. Na comunicação de Fernando Valdez “Sector público de comunicação social e liberdade de informação” (CAMACHO, 1980b), defende-se que a prevalência deste modelo constituiu uma garantia da liberdade de informação, mas também dos direitos dos jornalistas e demais trabalhadores. O outro grande argumento a favor da manutenção do *status quo* é o argumento anti-monopolista: “Evidente se torna que a submissão dos grandes interesses económicos condiciona seriamente a liberdade de informação e criação dos jornalistas” (*idem*).

Silva Costa, no congresso citado, apesar da constatação da perda de públicos e da necessidade de repensar os conteúdos, apontava como solução um maior aumento do apoio estatal do papel para fazer subir as tiragens. Outras das ideias por ele explanadas era a da necessidade de os jornalistas deverem integrar a gestão das empresas, numa visão ao contrário das competências.

Ainda outro dos aspectos relacionados com o poder dos jornalistas, os conselhos de redacção, foi igualmente enquadrado na controvérsia sector público/sector privado. Considerava-se que só nas empresas públicas os poderes dos CRs, nomeadamente na questão da nomeação de chefias e contratação de profissionais, os profissionais tinham ainda algumas prerrogativas. Nos jornais do sector privado esses poderes foram limitados ou deixaram de existir. Convém lembrar que o papel desempenhado pelos conselhos de redacção durante o período revolucionário foi fundamental para

os profissionais, pela sua capacidade decisória. *A posteriori*, a reconstituição destes organismos fez-se pela eleição de novos elementos mais moderados, o que também contribuiu para uma maior pacificação do ambiente de trabalho. Isto não significa, de todo, a sua aniquilação, pelo contrário, os CRs continuaram a ser ouvidos e consultados de acordo com o que estava determinado pela Lei de Imprensa, até ela ser alterada. E esta era uma das formas de poder que a classe levava muito a sério, nomeadamente no que diz respeito à faculdade de ser consultada em relação à designação do director ou do chefe de redacção, mas também, e mais particularmente, à voz que a classe tinha nas novas contratações e despedimentos. Para os jornalistas dos três jornais portuenses entrevistados, este era um aspecto fundamental, porque entendiam que, se a política de contratações fosse só ditada pelas administrações, isso poderia levar ao desvirtuar das linhas editoriais dos jornais.

As redacções adoptaram durante o período da imprensa nacionalizada vários posicionamentos muito conservadores, uma vez que as estruturas editoriais e administrativas se adequavam aos seus propósitos. Agee e Traquina destacam a atitude favorável dos jornalistas em relação ao sector público da informação, como uma das características-chave: “A crença generalizada entre a esquerda política de que o controlo da Imprensa pelo Estado é preferível ao de um sistema capitalista puro” (COSTA, 1980:50). De uma forma um pouco cândida, o sector Estado é apresentado como garantia de estabilidade e regalias sociais. Nem uma vez se questiona os problemas financeiros que a imprensa atravessava. Numa outra comunicação relativa às condições de trabalho dos jornalistas pode ler-se: “Quer isto significar que os jornalistas, e com eles todos os outros trabalhadores do sector, são neste país a única entidade que suporta um apoio real às empresas jornalísticas. Não é por acaso que Portugal é neste momento o único País da Europa que não concede qualquer tipo de apoio à imprensa” (SANTOS, 1982:246).

Esta ideia de que só os profissionais garantiam o funcionamento das empresas seria reiterada ainda durante o II Congresso dos Jornalistas Portugueses, quatro anos mais tarde, num período em que se anunciava a privatização do sector. A propósito da segurança laboral, João Telmo de

Araújo questionava-se: “Pergunto: Serão os jornalistas responsáveis pela crise que o sector atravessa? Deverão ser todos eles a pagar factura, e como, neste contexto económico, irão eles gerir a crise? Dentro do quadro constitucional vigente quais serão as alternativas mais viáveis: reprivatizar de novo todos os órgãos de comunicação social, criar régies-cooperativas em certos casos, ou moralizar algumas empresas?” (ARAÚJO, 1992:84). Para este jornalista, a crise devia-se a dois aspectos fundamentais: alguns erros de gestão nas empresas estatais e à falta de interesse do público. Sem apresentar alternativas, o texto termina com uma crítica às medidas propostas pelo governo. Pelo seu lado, Fernando Valdez persistiria na defesa do sector público enquanto salvaguarda da informação livre, por oposição à manipulação praticada pelos grupos económicos (VALDEZ, 1982:325-326). Não estaria só na defesa destas posições: conjuntamente com Álvaro Esteves e António Santos, Valdez apresentou uma moção contra a decisão anunciada de reprivatização das duas EPs, considerada um desafio aos jornalistas. Foi aprovada apenas com cinco abstenções.

Outro dos aspectos que releva da intransigência dos profissionais tem a ver com os conteúdos noticiosos. Sem se pretender fazer a apologia do sensacionalismo ou do formato tablóide, pode-se, contudo, questionar uma formatação editorial única para todos os jornais. Desde sempre houve vários tipos de público identificados com tematizações diversas. A probabilidade da existência de uma causalidade entre os conteúdos noticiosos e o decréscimo da procura de jornais é inserida por Mário Mesquita no conjunto de razões que levam ao escasso consumo de informação em Portugal: “A inadequação dos conteúdos dos jornais ao seu destinatário é outra hipótese de trabalho a encarar quando se tenta interpretar a sua débil penetração. Deve ser o que o Conselho de Imprensa pretende significar quando se refere, de forma elíptica, à «dificuldade dos agentes de Informação escrita em encontrar modalidades de trabalho capazes de transformar os jornais num objecto mais útil e largamente apreciado»” (MESQUITA, 1987:16). No caso português, registou-se um excesso de temáticas políticas, com pouco relevo para outros aspectos noticiosos que conferiam uma maior identificação com um público-alvo.

O *Diário de Notícias*, ainda que seja apresentado como o jornal de referência, é um reflexo da expressão da gíria jornalística «do País sentado». A hierarquização noticiosa fazia-se de acordo com a tabela de critérios sérios, mas isso levou à perda de públicos, por falta de diversificação, para além de outros motivos ligados à concorrência. Contudo, os responsáveis editoriais não sentiram a necessidade de tornar os seus jornais mais apelativos, justamente porque, durante muito tempo, não sentiram os efeitos de títulos rivais. E ainda que as tiragens descessem, lá estava o Estado para resolver a situação. Daí que não seja de estranhar a reacção tão negativa aquando da anunciada privatização feita por Marques Mendes, no seguimento da vitória da primeira maioria PSD.

A segunda metade da década de 80 representa uma transformação da tendência verificada até então. As condições do mercado alteraram-se e a imprensa surgiu aos olhos dos investidores como um campo apetecível, como, aliás, ficou demonstrado pela criação da APCT. Mas a comunicação social e, particularmente, os jornais já tinham dado sinais de potencial lucro. O primeiro exemplo é, indiscutivelmente, o do *O Correio da Manhã*. Este diário, criado em 1979, surgiu num momento pouco favorável, passou por algumas dificuldades, mas rapidamente conquistou o público da capital e do sul do país. Com uma vertente editorial popular e sensacionalista, veio preencher um nicho de mercado considerado menor e despiciendo. As suas tiragens subiram à medida que os jornais lisboetas apresentavam mais e mais dificuldades. Não quer isto dizer que todos os segmentos de público se identificassem com a sua linha editorial; significa apenas que uma margem considerável de pessoas não se revia na imprensa tradicional.

Quando dois dos jornais estatizados procuraram seguir esta lógica noticiosa, que era, aliás, tradicionalmente a sua, foram de imediato criticados. Os próprios jornalistas do *Diário Popular* apresentaram uma queixa ao Conselho de Imprensa por a nova direcção ter alterado a linha editorial, queixa que teve, obviamente, provimento. Os dois vespertinos foram ainda acusados de usar o sensacionalismo como forma de manipulação da opinião pública, por ignorarem o noticiário político. “Nas primeiras páginas, a «cara» desses jornais e de outros jornais, aquilo que de mais importante se estava a

passar não foi colocado com o desataque e a seriedade exigidas pelo direito dos leitores a serem informados. Dir-se-á talvez que os leitores destes jornais não querem saber de política, estão fartos dela, são dos que dizem «a minha política é o trabalho». Mesmo que isso fosse verdade, o que não posso acreditar sem que mo provem, tal facto não justificaria a atitude assumida pelos responsáveis das publicações estatizadas.”. Esta argumentação retórica é rejeitada por uma intransigência absoluta em relação aos interesses do público: “os leitores daqueles dois jornais são portugueses, têm direito de voto e utilizam-no na sua maioria. Têm o direito, mesmo que o rejeitem, de ser informados com mais rigor sobre o que se passa no país” (CABRAL, 1982:53). Esta apreciação crítica sobre uma orientação editorial mais ligeira reporta-se aos dois vespertinos, *A Capital* e o *Diário Popular*. Estes foram, dentro dos jornais estatizados, os primeiros em optar pelo estilo que anteriormente os tinha caracterizado. *A Capital* seria o primeiro a ser estatizado e a apresentar resultados muito positivos em termos de tiragens.

O terceiro jornal da tarde da capital, O *Diário de Lisboa* permaneceu um jornal muito conotado politicamente, apresentando como princípios “a defesa dos valores da liberdade, da democracia e o do socialismo”. As dificuldades deste título não foram superadas, nem sequer com a privatização em 1989, a que correspondeu a nova orientação imprimida por Mário Mesquita. Apesar dos esforços da nova direcção, que procurou implementar uma linha editorial menos engajada ideologicamente, a recuperação do jornal foi impossível, pelo que fecharia em 1990.

3.3 - A inevitável privatização

Com o panorama anteriormente traçado seria inevitável que, cedo ou tarde, algum executivo se decidisse a criar uma solução para acabar com o esvaziamento dos cofres do Estado na tentativa de manter um sector que não dava mostras de recuperação. Essa decisão coube ao X Governo Constitucional chefiado por Cavaco Silva. O responsável pela pasta da Comunicação Social era o Secretário de Estado Marques Mendes a quem coube a iniciativa de implementar as reformas que transformaram radicalmente o sector. Não

significa isto que todos os elementos que configuravam a crise se resolveram em função das medidas governamentais. Significa, sim, que à medida que as participações do Estado e as empresas públicas foram sendo alienadas, o problema financeiro que elas representavam deixou de existir e, pelo menos teoricamente, pela primeira vez o Tesouro encaixou dividendos por oposição aos prejuízos acumulados. Nos demais elementos que prefiguravam a crise, como a baixa relação de público com o correspondente número reduzido de tiragens, os factores de iliteracia, a concentração de leitores nas duas grandes cidades e no litoral, em função da desertificação do interior, o alto preço dos jornais, a existência de um grande número de publicações, tudo isso se manteve. Contudo, cabia agora às regras do mercado encontrar as dinâmicas próprias para que os investimentos produzidos trouxessem os lucros esperados. Para que assim fosse, o Estado português tinha não só de vender as suas participações, mas também deixar de exercer a tutela proteccionista que caracterizou a sua acção.

Do programa governamental do X GC constam uma série de intenções quanto aos meios de comunicação social. Começando por fazer o balanço da situação, o sector público é apresentado como sorvedouro de recursos mal aplicados. Pelo que a proposta de reformulação passava pela manutenção de um canal de televisão, um canal de rádio, uma agência noticiosa e um jornal diário. Portanto, o passo seguinte seria o de criar legislação que permitisse a prossecução das mudanças anunciadas. Dentro desta perspectiva de liberalização inseria-se também a concessão de uma frequência para televisão privada, bem como a regulamentação das emissões de rádios nacionais e locais. Mais especificamente do ponto de vista da imprensa, os objectivos eram “a racionalização, o redimensionamento e a rentabilização do sector público”, mas acrescentava-se: “reprivatizando quando tal solução se ofereça como a melhor e mais consentânea com os interesses do país.”⁴⁸

A partir daqui instalou-se a polémica nos jornais, até pelas declarações de Marques Mendes à Comunicação Social, que reiteravam o objectivo da liberalização. Dado que os ataques à intenção do executivo assentam na inconstitucionalidade das medidas anunciadas, é curioso citar um artigo

⁴⁸ Programa do X Governo Constitucional

jurídico onde Nuno Sousa procura enquadrar a problemática das nacionalizações. Partindo de uma abordagem sobre o processo e a intenção dos legisladores precedentes, o autor defende que, em 1975, não havia uma vontade deliberada de nacionalizar as empresas jornalísticas. Essa intencionalidade só se verificaria com a legislação de 1976, mas apenas em relação às empresas públicas. Todas as demais circunstâncias apontavam para empresas de capital misto. Para o autor, uma vez que a Constituição, depois da revisão de 1982, permitia a reprivatização de pequenas empresas totalmente nacionalizadas, com maioria de razões permitiria a reprivatização daquelas em que o Estado era apenas accionista parcial. Essa análise era aplicada justamente ao *Jornal de Notícias*, onde havia “uma empresa participada majoritariamente por entidades públicas, mas sem uma intenção expressa de nacionalizar, como por um fenómeno accidental derivado, sim, da nacionalização expressa e legalmente especificada da banca, etc.” (SOUSA, 1984:273). Portanto, a empresa do JN era entendida como não pública. Com base na legislação de 1982 (D.L. 330/82) anteriormente referida, ela enquadrava-se na possibilidade de serem alienadas as participações a entidades do sector público, bem como a privatização directa, de acordo com portarias diversas, datadas de 1982 e 1983. Esta argumentação jurídica é tanto mais curiosa quanto a primeira decisão anunciada pelo governo abranger justamente o *Jornal de Notícias*.

As intenções do governo de maioria PSD provocaram uma série de resistências de que a imprensa dava voz. Surgiram vários artigos em todos os jornais que, de alguma forma, corporizam o alvoroço que se fazia sentir. Uma das posições publicitadas era a do Conselho de Informação que reiteradamente se manifestava contra a reprivatização. Uma das razões evocadas era o facto de a Constituição obrigar o Estado a salvaguardar os órgãos de comunicação social dos fenómenos de concentração de empresas. O *Diário de Notícias* fazia sair uma série de artigos onde se tratava a problemática da crise e a liberalização⁴⁹. No editorial não assinado “A realidade e os fantasmas” rejeitava-se o argumento ideológico da tentação totalitária dos governos de manipularem a informação, pela prática de

⁴⁹ Diário de Notícias: 1986.02.26; Diário de Notícias: 1986.04.18; Diário de Notícias: 1986.04.22.

pluralismo de opiniões demonstrada na década precedente. As responsabilidades da instrumentalização política, a existirem deveriam ser assacadas aos governantes. Também refutava a lógica liberal, por a imprensa ser definida como «um bem essencial». Num dos diários portuenses de intervenção estatal, no artigo “«O Comércio do Porto» não está à venda”⁵⁰ considerava-se que estava aberta a corrida aos meios de comunicação social. A resposta do Secretário de Estado foi uma declaração à Comunicação Social em que afirmava: “só vendendo o JN se salvará o DN”⁵¹.

No *Jornal de Notícias* publicaram-se então uma série de artigos de opinião sobre a privatização do diário. A posição do director ficou clara num editorial assinado, em que se defendia que um jornal que dava lucro não devia ser vendido. Mas seria o conjunto de personalidades convidadas a participar nas colunas do jornal que configurariam uma verdadeira campanha para que o jornal se mantivesse debaixo da alçada estatal⁵². Também o todo poderoso conselho de redacção se manifestou contra as intenções do Governo, com promessas de batalhas futuras. A argumentação variava entre a defesa dos princípios da liberdade de informação e o inconformismo face à discricionariedade da medida, por atingir o maior diário do país e também o que obtinha lucros. Um dos títulos expressava essa perplexidade ao questionar “Crime ou castigo?”.

Nos demais jornais surgiam igualmente opiniões de solidariedade, como no *Diário Popular*: “JN já tem comprador interessado. O Governo avança na reprivatização da empresa”⁵³, “Comissão de Trabalhadores da EPNC repudia reprivatização do JN”⁵⁴ ou “«JN» 40 mil contos de lucro”⁵⁵. Apesar da reacção corporativa dos jornalistas, que traduzia de alguma maneira os receios dos profissionais dos demais órgãos estatizados em, num futuro próximo, virem a ser abrangidos pelo processo de liberalização, a política do X Governo Constitucional representou o momento da mudança. Processou-se uma

⁵⁰ O Comercio do Porto: 1986.03.20.

⁵¹ Jornal de Notícias: 1986.04.18.

⁵² Adelino Gomes, “Poder tecnocrático domina sector público da informação”: *Jornal de Notícias*, 1986.02.25; Silva Costa, “Princípio da liberdade de imprensa é antagónico da intervenção do poder”: *idem, ibidem*; Aarons de Carvalho, “Vender capital do JN é medida profundamente errada”: *Jornal de Notícias*, 1986.02.26; Mário Mesquita, “Contra o 11 de Março às avessas”: *idem, ibidem*; José Carlos Vasconcelos, “Um jornal que tem demonstrado efectiva independência”: *Jornal de Notícias*, 1986.02.27;

⁵³ *Diário Popular*: 1986.02.21.

⁵⁴ *Diário Popular*: 1986.02.22.

⁵⁵ *Diário Popular*: 1986.04.01.

clivagem em relação ao período anterior, que lançaria a imprensa portuguesa e os demais meios de informação nacionais num novo ciclo.

Com o quadro até agora delineado é possível entender quanto o desenvolvimento dos meios de informação nacionais estava aquém do desejado. Enquanto autoridades, jornalistas e empresários portugueses se perdiam em discussões bizantinas, o mundo dos *media* reestruturava-se e Portugal ficava de fora. Urgia a modernização das empresas, não só pela introdução das novas tecnologias, mas também pela redução de custos, a racionalização de utilização de meios e adaptação às exigências do mercado. O período que se caracterizou pela estatização da imprensa e pelos apoios directos ou indirectos a empresas públicas e privadas de jornalismo traduziu-se num agravamento dos factores de crise e na incapacidade de governantes, agentes e profissionais encontrarem saídas para a resolver.

As razões desta persistência de uma década encontram-se nas políticas adoptadas para o sector, que foram marcadas sobretudo pelo enquadramento legal e pela intermitência político-institucional. Pode-se, contudo, constatar que o quadro permaneceu inalterável também porque vários dos agentes em causa se escudaram na inconstitucionalidade de eventuais alterações. Aliado a este factor e decorrente da descontinuidade das medidas governativas, não se estabeleceram estratégias de desenvolvimento: as decisões eram avulsas, provenientes de vários centros de poder, e não havia concatenação entre elas.

Pelo seu lado, o sector empresarial não revelou espírito empreendedor (na maior parte dos casos) e acomodou-se à situação de subsídio-dependência. A fragilidade deste sistema gerou um cenário marcado por uma grande quantidade de títulos, mas de curta duração. Esta última característica põe em evidência outra debilidade endémica: a falta de leitores de imprensa periódica. Este aspecto, que afectou os jornais públicos e privados traduziu-se em tiragens muito baixas, com um decréscimo que se acentuou ao longo da década. Os fracos números revelaram outra das fragilidades estruturais: a falta de investimento publicitário que suportasse os jornais. Gerou-se, assim, um ciclo vicioso entre o Estado onnipresente e empresas muito deficitárias que se justificavam a si próprias pelo serviço

público que prestavam. Os custos em termos de economia do país tornaram-se cada vez mais inoportáveis, sem que isso se traduzisse na reestruturação do sector.

O alongar deste panorama deve ainda ser lido à luz do corporativismo dos profissionais. Não houve por parte da classe qualquer iniciativa na alteração do quadro de crise por todos anunciado e diagnosticado. As suas preocupações ganhavam voz quando fechavam jornais ou quando sentiam o agravamento do custo de vida. Quanto a eventuais mudanças em termos do sector público, os jornalistas entrincheiraram-se sistematicamente nos argumentos constitucionais. Do seu ponto de vista, a segurança laboral passava pela permanência do seu estatuto de funcionalismo público e a independência editorial só era possível fora das empresas capitalistas, o que lhes conferia um posicionamento ideológico no espectro socialista. Este conservadorismo profissional foi uma das principais resistências ao processo de reprivatização iniciado pelos governos de Cavaco Silva.

3.3.1 – Os contornos da privatização

Enquanto os jornalistas portugueses e alguns sectores da política se empenhavam na defesa da imprensa estatizada e a crise atingia profundamente o sector, grandes transformações verificavam-se em termos de *media* no plano externo. Os órgãos de comunicação social nacionais permaneciam alheios a essas transformações. Contudo, esse distanciamento não poderia vigorar por muito mais tempo, dadas as novas configurações de internacionalização da economia portuguesa, ditadas pela adesão à Comunidade Europeia.

No plano internacional, e num enquadramento muito genérico, os diferentes países ocidentais passaram igualmente por situações em que a imprensa, em particular, foi afectada por momentos de recessão. Estes ciclos negativos obrigaram, embora com cronologias diferentes, a uma reconfiguração das empresas jornalísticas, de maneira a garantir a sua sobrevivência. As crises conjunturais originadas por maus ciclos económicos traduziam-se em grandes perdas em termos de publicidade. Estas perdas

agravavam-se pela liberalização do mercado televisivo, e o decréscimo da procura traduzia-se na baixa das tiragens, logo, com reflexos a nível da publicidade. Estes processos, com cronologias distintas, tiveram soluções diferentes, que foram desde o corte nos custos, ao desaparecimento de títulos, à fusão de empresas e, por fim, à saída mais óbvia: a inserção em grupos multimédia.

O processo de criação de grupos de *media* assumiu duas vertentes distintas, mas eventualmente complementares; algumas publicações paradigmáticas estiveram na génese dessas formações que foram associando a si empresas preexistentes e que, ao fim de algum tempo, se associavam a outros tipos de meios informativos, gerando núcleos de multimédia. A fusão entre empresas já estabelecidas nos mercados foi assumida como forma de crescimento e racionalização de recursos, mas também de evitar prejuízos irreversíveis decorrentes da contracção económica. Uma terceira vertente tem a ver com a internacionalização das empresas e está associada a *holdings* que gradualmente foram investindo nos mercados nacionais e conquistaram posições em sociedades já formadas ou pura e simplesmente adquiriram meios de informação estabelecidos⁵⁶.

O outro factor fundamental associado a estes fenómenos de concentração de empresas tem a ver com as transformações tecnológicas. O progresso representado pela informatização das empresas de comunicação bem como a vertiginosa transformação das comunicações originaram transformações intrínsecas, a nível da velocidade e qualidade da comunicação. Mas provocaram também mudanças extrínsecas, na medida em que esta renovação implicou grandes investimentos e uma aliança a outros sectores económicos, particularmente o das telecomunicações. Os novos modelos surgidos destas transformações, pelo volume de capital que movimentam e pelo facto de serem multisectoriais, facilitaram a internacionalização das grandes empresas de *media*.

⁵⁶ O melhor exemplo deste investimento diversificado é protagonizado pelo Grupo Murdoch: é uma *holding* internacional, com interesses em todo o mundo; iniciou-se no país de origem do multimilionário, a Austrália, e passou pela compra de inúmeros títulos asiáticos; na Grã-bretanha detém vastíssimos interesses - anos 60: compra dos *The Sun* e *News of the World*; anos 80: *The Times* e *The Sunday Times*; anos 90: mercado audiovisual mundial e, em Inglaterra, detém a *Sky*; a *News International* detém 35% das publicações britânicas.

Nos Estados Unidos, sempre antes do tempo, estas transformações verificaram-se a partir da década de 60 e acabaram por dar origem a grandes grupos de *media*, nos quais os jornais se inserem com toda a naturalidade⁵⁷. Na Europa, o processo seria um pouco mais tardio, ainda assim com o Reino Unido a proceder à reforma do sector antes dos demais países europeus⁵⁸.

Procurar uma analogia entre o exemplo americano, ou mesmo inglês, e os demais países europeus seria descabido. O modelo anglo-saxónico sempre evoluiu segundo parâmetros próprios, pela lógica da dimensão dos respectivos mercados, mas também pelo cunho liberal que sempre foi o motor de progresso e de regulamentação. Os outros exemplos ocidentais diferem em termos de modelos políticos e económicos, pelo que as cronologias são necessariamente diferentes e de acordo com as dinâmicas próprias de cada país. Contudo, no âmbito da Comunidade Europeia, os anos 70/80 provocaram grandes mudanças nos Estados-membros onde as empresas jornalísticas tinham estruturas mais tradicionais. Elas decorreram no quadro da liberalização dos mercados televisivos, mas também sofreram as inevitáveis consequências dos ciclos de crescimento económico, em que a publicidade se distribuía pelos diferentes *media*, ou, pelo contrário, nos períodos de recessão, em que se produzia uma contracção do investimento, em que os jornais eram os primeiros e principais atingidos: “Retour de la crise, cette

⁵⁷ Grupo Gannett

1906: início do Grupo com a compra do *Elmira Gazette*. Até 1957: aquisição de 30 jornais locais; anos 60: investimento em jornais nacionais (*USA Today*); até 2003: mais de 100 diários, numa tiragem global de 7,7 milhões. Transformou-se até à actualidade num grupo multimédia: mais de 300 títulos, 22 canais de TV e 100 páginas Web.

Grupo New York Times

1852: *New York Times*; 1940: aquisição de estações de rádio; anos 70: compra de várias publicações, revistas, editoras, jornais e canais de TV no cabo; anos 2000: 19 jornais, 8 rádios, 40 páginas Web; um grupo próprio do NY.

The Washington Post Company

Anos 60: Grupo multimédia a partir compra de rádios e estações de TV; 1961: comprou a *Newsweek*; anos 70 e 80: continuou a crescer no audiovisual e compra de jornais; adquiriu a *Columbus Television Cable*; detém a *Gazette Newspapers* e The Daily Herald Company, que são proprietárias de vários jornais.

Dow Jones & Company Inc.

1882: criação de agência de entrega e anúncio de acções, bem como notícias do mercado de New York; em 1883 publica o *Costumer's Afternoon Letter*, que deu origem ao *Wall Street Journal* em 1889. Detém actualmente uma série de títulos de informação económica e uma importante base de dados. 2007: *Wall Street Journal* foi comprado pelo gigante da comunicação Murdoch.

Knight Rider

Criado em 1974 a partir da fusão de duas companhias que detinham uma série de títulos locais: a Knight Newspapers e a Ridder Publications. Detém actualmente cerca de 20 diários e 8 semanários.

⁵⁸ Grupo Murdoch

Trinity Mirror Group, criado em 1999; detém os tablóides *Daily Mirror*, *Sunday Mirror*, *Sunday People*; congrega 240 títulos de imprensa local e regional, revistas

The Guardian Media Group

Começou com *The Manchester Guardian* (1821); 1976: *The Guardian*; posterior compra de jornais locais e regionais e de participações em canais de televisão e rádio.

Daily Mail and General Trust

Jornais *Daily Mail* e *London Evening Standard*; Northcliff Newspapers

crise omniprésente, qui frappe de plein fouet la plupart des nations du monde occidental et dont les conséquences se mesurent en drames sociaux. Les médias, comme des autres secteurs de l'économie, ne sont pas épargnés" (VEBRET, 1994:76). Quer no caso francês, quer alemão, países com índices de leitura invejáveis e tiragens muito altas, os jornais tiveram que se adaptar para responder ao embate da crise motivada pelas transformações do sector.

Este processo implicou o desaparecimento de títulos, mas também obrigou ao emagrecimento das empresas. Redacções com 500 ou 700 jornalistas eram incomportáveis para qualquer empresa, e as transformações tecnológicas facilitaram a redução de custos em termos de pessoal. No caso francês, o Estado teve, talvez, o modelo político de *media* que mais se aproximou ao exemplo português porque, apesar de não ser proprietário de jornais, procurou aprovar legislação proteccionista para evitar uma excessiva concentração das empresas. Ainda que não fosse permitido aos grupos deter mais de 30% do mercado e de o governo ter concedido incentivos à modernização, essas medidas foram apenas paliativas. Nos anos 90, a descida das tiragens e as perdas publicitárias atingiram particularmente os jornais, o que obrigou a uma alteração do panorama empresarial: o prestigiado *Le Monde* (que sofreu perdas de ingressos publicitários na ordem dos 55%) sobreviveu à custa de grandes cortes e à criação de um rede de investidores.

Vários títulos tiveram de encontrar novas soluções financeiras: "L'apel à des partenaires financiers ou des groupes de communication plus solides, bien souvent étrangers, se presente églement comme l'un des scénarios possibles pour des journaux qui avaient toute forme de dépendence capitaliste" (CHARON, 1994:79). Os principais jornais franceses de âmbito nacional encontram-se inseridos num grande conglomerado, o Grupo Hersant, que tem como principal concorrente o Grupo Hachette. Tal como aconteceu nos exemplos anteriores, a tendência foi para diversificar e congregar investimentos multimédia, e o outro processo inadiável foi o da internacionalização.

Um exemplo que também encontra pontos de proximidade com o caso português é o espanhol, não pela adopção de políticas estatais centralizadoras (depois do fim da ditadura), mas por ser a economia que mais facilmente

penetra no mercado nacional e onde o sector dos media não constitui excepção. Na nossa vizinha Espanha, o processo de criação de grupos iniciou-se também entre as décadas 70/80: a Prisa começou com *El País*, mas cedo expandiu e detém o *As*, o *Cinco Días* e interesses no *Canal Plus*; é a maior accionista da plataforma digital Canal Satélite Digital; tem igualmente posições nas televisões locais e na rádio. O grupo Correo tem origem no País Basco e partiu dos jornais *El Correo Español* e *El Pueblo Basco*; adquiriu uma série de jornais locais e possui uma posição na *Tele 5*, além de interesses em produtoras e uma agência noticiosa. A revista *Interviú* está na origem do Grupo Zeta, com base na Catalunha. Detém também publicações desportivas e regionais e a Zeta Multimédia, para além de uma cadeia de rádio. O grupo Recoletos está associado à Telefónica e têm interesse na Plataforma Digital, na Antena e Onda Cero. Têm também participações em toda a América Latina.

Em face do enunciado, os jornais portugueses para garantirem a sua continuidade não podiam voltar a ser as unidades económicas de tradição familiar que tinham estado na sua origem. Para garantir a modernização, tinham de se agregar em grupos mais poderosos e evoluir. Essa evolução passou, mais recentemente, para a configuração multimédia. As empresas de *media* geradas nos anos 80 e 90 obedecem a uma lógica de resultados, pelo que o corte de custos, em que a gestão de recursos comuns e a atracção da publicidade, são características dominantes. Muitas vezes, estas lógicas também se traduzem numa perda em termos de qualidade de informação, com uma certa prevalência do jornalismo tablóide, como é o caso das acusações sistemáticas feitas às publicações da *holding* Murdoch. Para que estas condições de mudança se concretizassem, haveria ainda que permitir a entrada dos investidores estrangeiros, que estava vedada pela Lei de Imprensa⁵⁹. Essa circunstância também acabou por ser resolvida e, gradualmente, os meios de informação portugueses entraram nas dinâmicas da globalização da comunicação.

⁵⁹ Verificaram-se algumas alterações à Lei de Imprensa de 1975, no ano seguinte, mas, na essência, o seu espírito permaneceu intacto. Só em 1997 o Governo apresentou um novo documento que, ainda que reafirmando os princípios fundamentais da liberdade de imprensa, garantia uma muito maior agilidade no enquadramento das empresas jornalísticas. Esse novo texto é a Lei de Imprensa de 1999 e, no fundo, ele vem consagrar uma situação preexistente.

Até à reprivatização, embora existisse um sector privado na imprensa, os dois grandes detentores da propriedade dos *media* foram o Estado e a Igreja. Se, no primeiro caso, se registava a posse da rádio, da TV, imprensa e agência noticiosa, no segundo, a Rádio Renascença era o núcleo onde se agregava uma grande parte das publicações regionais. Não significa isto que a propriedade era inteiramente eclesiástica, mas a Igreja detinha participações em parte delas⁶⁰.

Foi no âmbito da rádio que este cenário bipolar se começou a alterar. A partir dos anos 80, verificou-se uma eclosão de «rádios piratas» que subverteram esta divisão e lançaram o caos nas frequências. Um dos esforços do executivo de Cavaco Silva foi justamente o processo de legalização e atribuição de licenças. Ou seja, o mercado acabou por obrigar à abertura. Outra das decisões do governo, e de acordo com a lógica anterior, seria a concessão de um canal de televisão à Igreja. Como é sabido, acabaram por ser duas as licenças e a experiência do canal católico não deu os resultados esperados, pelo que a TVI acabou por ser adquirida pela Media Capital.

No campo das publicações periódicas verificou-se igualmente um fenómeno de diversificação e de adequação aos interesses do mercado, ainda que as publicações estatais ficassem de fora desse âmbito. Significa isto que quer os públicos quer a iniciativa empresarial privada entraram em consonância, mesmo antes de as autoridades e os profissionais se aperceberem disso. O primeiro exemplo foi o do *Correio da Manhã* que rapidamente se converteu no segundo maior jornal de difusão nacional e até à actualidade disputa com o *Jornal de Notícias* a primazia nas tiragens. Quanto ao *JN*, ainda que dentro da órbita estatal, procurou manter quase sempre o cariz popular e de ligação à Região Norte, como se verá. Os vespertinos que optaram por uma orientação noticiosa mais ligeira, como *A Capital* e o *Popular*, tiveram de imediato uma resposta positiva do público.

Por outro lado, e dentro da iniciativa privada, a década de 80 viu aparecer uma diferenciação em termos de publicações. Foi o período em que se começou a dar ênfase à informação económica em jornais nacionais e

⁶⁰ Também neste campo se verificaram alterações. Ainda que no caso da imprensa local, muito numerosa, a subsistência continue a ser assegurada pelos subsídios estatais, a imprensa regional sofreu também transformações. Estas registaram-se ao nível da modernização/informatização das redacções, mas também pela entrada de grupos estrangeiros, como a Prensa Ibérica e a Roularta.

semanários, o que deu depois origem a títulos especializados. A informação desportiva também representou outro factor de diversificação. As revistas femininas de qualidade fizeram igualmente a sua aparição. O jornalismo especializado surgiu como um novo campo com grandes potencialidades. Em função da abertura do mercado televisivo, as revistas sobre a programação dos canais tiveram um grande êxito e encontram-se no topo das tiragens. Por fim, seria a imprensa cor-de-rosa a conquistar os mercados. Havia públicos e havia publicidade, logo, era um sector que se prefigurava como atractivo para os investidores. Será, também, este pano de fundo que estará subjacente a todo o processo de reprivatização dos jornais e à sua integração em grupos de *media*.

A cronologia das reprivatizações fez-se segundo dois momentos: a alienação das participações em empresas de capital misto e venda das duas empresas públicas EPNC e EPDP. O *Comércio do Porto* e o *Jornal de Notícias* inseriram-se em processos de compra iniciados em 1988, que os integraria no Grupo Lusomundo/Jornalgeste e o seu percurso será tratado no capítulo seguinte. A *Capital* foi o primeiro dos títulos nacionalizados a ser vendido, também em 88, à SOJORNAL. O *Diário Popular* tornou-se propriedade da Record, SARL, um ano mais tarde, mas acabaria por encerrar em 1991. O *Diário de Notícias* acabaria também por se incluir no Grupo Lusomundo/Jornalgeste a partir desse ano. Por este quadro aquisitivo é possível apontar, desde logo, a preexistência de empresas organizadas com capacidade de agregar capital. De facto, dada a transformação económica que se tinha verificado em função dos novos dinamismos, em grande parte decorrentes da adesão à CEE, a estrutura empresarial alterou-se. Criaram-se novas formas de investimento, diversificaram-se as áreas de aplicação de capitais e a Comunicação Social integrou-se com toda a naturalidade nesta lógica de economia de mercado.

São várias as razões que levam à formação destes grupos, que, na maior parte dos casos portugueses, tiveram uma publicação como núcleo inicial e a que, depois, agregaram novos títulos ou outros *media*. Outro aspecto inovador foi a modernização das empresas, não só porque se dotaram de novas tecnologias, mas também pela transformação das redacções. Chegavam,

entretanto, ao mercado de trabalho os jovens licenciados dos cursos de comunicação, que imprimiram um novo entusiasmo à profissão. A década de 90 foi muito marcada pelo papel dos meios de informação na sociedade portuguesa. Foi também o período em que as empresas começaram a adoptar as soluções multimédia. Elas decorreram naturalmente da distribuição das frequências de rádio, mas ganharam maior pertinência com a abertura de mais dois canais de televisão. Também as telecomunicações se associaram a este campo, quer pela implementação do sinal de cabo, quer pelo incrível avanço da Internet. Seria esta área da comunicação que levaria a que o maior grupo português, a Lusomundo, vendesse todos os seus interesses à Portugal Telecom e assim terá sido criada a PT Multimédia. Tudo isto numa lógica normal de negócio, onde também naturalmente se inclui a internacionalização. A entrada de investidores estrangeiros fez-se a diversos níveis, registe-se apenas como referência, a entrada dos grupos espanhóis Prensa Ibérica e Prisa⁶¹.

Também em Portugal as empresas adoptaram medidas de racionalização de recursos e os objectivos primordiais passaram a ser os resultados em função das exigências dos accionistas. Dentro dos diversos grupos multimédia coexistem rádios, TV, formatos digitais, vários títulos impressos e até jornais de circulação gratuita. A estratégia consiste em ocupar vários sectores de mercado. Dentro deste novo universo concorrencial, os diários deixaram de se pautar por um modelo noticioso imutável e passaram a fazer escolhas em função das vendas. As estratégias de competitividade subjazem às opções que, todos os dias, os responsáveis editoriais fazem para conquistar públicos e ultrapassar os títulos rivais. Tudo isto numa lógica de corte de recursos, mas

⁶¹ Paulo Faustino aponta cinco principais tendências para as empresas de *media*, com destaque particular para as de imprensa:

- “1. Concentração empresarial: o crescimento das empresas de media manifesta-se num aumento das receitas, do número de empresas e o número de recursos humanos afectos, levando à formação de grupos multimédia;
2. Dependência da tecnologia: as tecnologias da informação e comunicação abrem novas possibilidades às empresas de imprensa e constituem-se como um factor de dependência ao nível da produção, organização e distribuição;
3. Gestão de marketing: a crescente competição por audiências e receitas publicitárias obriga os gestores das empresas de imprensa a recorrerem cada vez mais à pesquisa de mercado para desenvolverem os respectivos produtos consoante as necessidades do mercado;
4. Orientação para a rentabilidade: quer por pressões bolsistas, dos accionistas/sócios, quer por contingências do mercado, observa-se uma atitude cada vez mais racional da gestão dos recursos e uma maior orientação para a obtenção do lucro;
5. Globalização do negócio: o futuro da publicidade e dos meios de comunicação é em grande medida influenciado pela globalização. Os anunciantes têm cada vez mais estratégias internacionais. Associado ao crescimento das empresas de imprensa está a internacionalização dos seus conteúdos.” (FAUSTINO, 2004:192)

também de tentar ser o primeiro a dar a notícia, apesar da agilidade da rádio, do fascínio da imagem televisiva e da constante actualização da *web*.

Pese embora todos estes desafios, a nova configuração do mercado não significou a tabloidização dos perfis editoriais. As orientações dos jornais, nuns casos mas rígidas que noutros, obedece ainda à identificação com públicos-alvo. Existem actualmente cinco jornais de circulação nacional. O *24 Horas* é claramente um jornal tablóide com um formato e intenção idêntica aos dos seus congéneres britânicos. O *Correio da Manhã* adopta, também, um modelo popular e, por vezes, sensacionalista e disputa com o *Jornal de Notícias* as tiragens mais altas. O *Diário de Notícias* é ainda apresentado como o jornal de referência mais antigo e que disputa o mercado com o seu mais directo concorrente, o *Público*, criado em 1990. Actualmente o *24 Horas*, o *DN* e o *JN* estão inseridos no grupo Controlinveste/Global Notícias, que herdou mais recentemente os interesses da Lusomundo/PT Multimédia, e que é, portanto, a *holding* de maior dimensão.

O *Correio da Manhã* é propriedade da Cofina, que além de outros títulos como o *Record* e o *Jornal de Negócios*, entre outros, tem também participações no audiovisual e nas novas tecnologias. O *Público* insere-se no grupo Sonae: numa subholding multimédia menos característica que as anteriores, onde o outro meio informativo é constituído pela Rádio Nova; os demais investimentos abarcam a área das telecomunicações e ambiente digital. Os outros dois grupos importantes, embora não possuindo nenhum diário, detêm igualmente posições em vários sectores de *media*.

A Impresa/Controljornal que nasce justamente a partir do principal jornal de referência português, o *Expresso*, portanto, de um projecto empresarial familiar, mas que ganha dimensão de grupo multimédia com a SIC. A Media Capital constitui a outra peça fundamental deste mercado. Embora tenha uma dupla génese com a aquisição da TVI, Pais do Amaral esteve também na sociedade (a Soci) que criou o semanário *Independente* e que depois foi responsável pela edição de uma série de publicações. A Media Capital nunca viu a imprensa diária generalista como um sector a investir. Contudo, a sua aposta em termos de jornalismo deste tipo adoptou uma concepção mais inovadora ao criar o *Portugal Diário*, um jornal digital. Mais recentemente,

este grupo sofreu os efeitos da internacionalização pela entrada da Prisa no grupo, e que se aglutina também em volta do projecto televisivo da *TVI*, mas com meios informativos diversificados.

De acordo com Elsa Costa e Silva o mercado nacional é dominado por estes quatro grandes grupos (sendo que, entretanto, a PT Multimédia alienou as suas posições e, como foi apontado, o núcleo de interesses adquirido fez emergir uma nova configuração de concentração de diferentes meios de informação – a Controlinveste/Global Notícias). Mas este panorama não estaria completo sem a menção ao grupo Estado. Depois de alienada a parte da imprensa e da Rádio Comercial, mantiveram-se ainda na posse do Estado a *RTP*, a *RDP* e a *Agência Lusa*, o que ainda suscita por parte dos privados alguma contestação, particularmente através da figura de proa da Impresa, Pinto Balsemão.

A inserção da imprensa nestas organizações tornou-a mais rentável, sobretudo por que as estruturas foram reduzidas e, em muitos casos, verifica-se a partilha de recursos. A ideia de que os jornais diários constituem um campo de investimento aliciante está patente nas estratégias de manutenção dos títulos por parte dos grupos, mas também a criação neste período de vários projectos novos. Nesse sentido, as afirmações de Paulo Fernandes são particularmente elucidativas: “A imprensa é muito rentável, escandalosamente rentável. O problema é que há pessoas que não sabem fazer imprensa e têm tendência para generalizar a situação deles para a situação do negócio. O negócio é francamente bom.”⁶²

Justamente porque se trata de um campo de investimento em que os resultados obtidos se traduzem em lucros expectáveis, a concorrência é, necessariamente, uma das tónicas dominantes no universo dos quotidianos generalistas de circulação nacional. A conquista do mercado publicitário e a ampliação dos números de circulação são metas definidas que obrigam a um esforço diário para conquistar espaço à custa das organizações rivais. Este jogo constante faz-se apesar de as debilidades anteriormente apontadas, particularmente a falta de hábitos de leitura dos portugueses, continuarem a afectar a dimensão dos jornais e o nível das tiragens. Segundo Mário Mesquita,

⁶² Entrevista do responsável da Cofina a Elsa Costa e Silva, in *Os Donos da Notícia. Concentração da Propriedade dos Media em Portugal*, 2004:167.

esse fenómeno sofreu inclusive um redimensionamento geográfico, que de alguma forma corresponde à desertificação do interior: em primeira instância, os jornais lêem-se sobretudo na periferia das duas grande cidades e, com índices menores de divulgação, na faixa litoral que se estende para norte e para sul, a partir delas. Mais recentemente, a Marktest aponta o Litoral Norte como a zona de maior incidência de difusão da imprensa, mas com enfoque regional.

Conhecedores deste cenário, os jornais tradicionais procuraram outras formas de garantir a atenção do público, para além da dimensão puramente noticiosa. Face à multiplicidade e variedade da oferta, os processos de fidelização estabelecem-se agora (e esta modalidade surgiu pela primeira vez na história da imprensa após a grande afirmação da rádio) através de argumentos suplementares que podem surgir sob a forma de brindes ou colecções que implicam a compra continuada. Os concursos são também uma das formas encontradas para atrair mais leitores. Todos estes meios são lícitos para atingir os níveis de negócio a que as empresas se propõem, inclusive a necessidade de criar versões *on-line* das edições em papel, de maneira a responder, *taco-a-taco*, a nichos mais adequados a outros *media*.

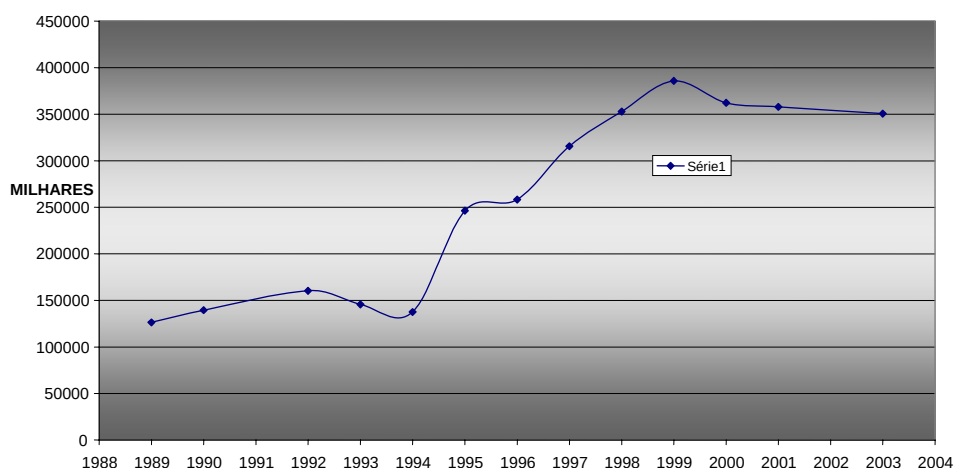
A situação dos jornais generalistas é alvo da concorrência de múltiplos factores, que de alguma forma podem afectar também a linha de crescimento das tiragens. Ganham particular relevância neste campo os media digitais e os jornais gratuitos. No primeiro caso, são várias as formas de conquistar o interesse do público, nomeadamente pela facilidade da actualização noticiosa. Trata-se, também, de um segmento onde os níveis de investimento publicitário ganharam uma dimensão muito considerável. O segundo caso tornou-se, nos últimos tempos, um fenómeno de grande impacto, dados os sistemas de distribuição a partir de locais de transportes públicos. Ainda que, em termos noticiosos, estes títulos gratuitos sejam muito pobres, a sua produção envolve baixos custos e os anunciantes, graças aos níveis de circulação, afluíram com facilidade.

Dados todos estes mecanismos que constituem cenários difíceis de ultrapassar em termos de concorrência, certo é que, e ainda assim, desde a década de noventa a linha de tiragens alterou-se. Os efeitos da reprivatização

não são evidenciados de imediato. Convém, contudo, notar que os processos só se concluíram em 90 e, como tal, os resultados tardaram ainda algum tempo a surgir. Entretanto, a estrutura dos jornais acabou finalmente por ser alterada, com correspondência nos conteúdos, mas também na procura de configurações gráficas mais aliciantes. Esta nova corrente que se inicia com um jornal particularmente cuidado e sóbrio em termos de imagem, o *Público*, acabou também por contagiar os demais jornais. A alteração das estratégias tendeu a gerar primeiras páginas mais apelativas, que convidavam ao consumo, numa nova harmonia entre forma e conteúdo. Essa poderá ser uma das razões que explica a linha ascendente das tiragens a partir de 1994.

Triagens globais dos diários generalistas

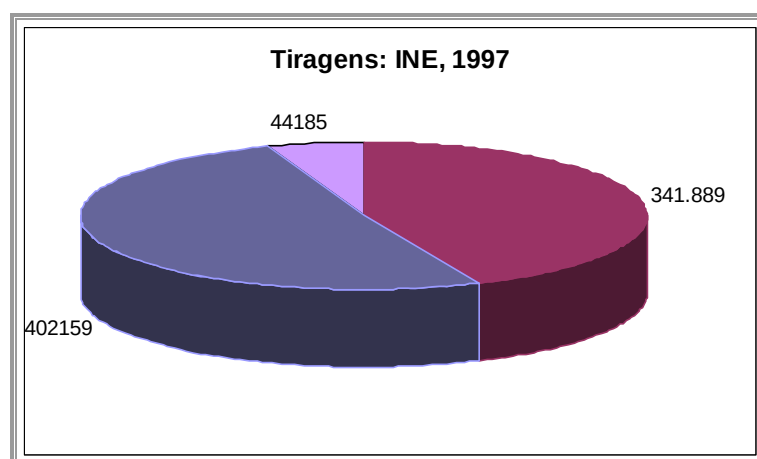
(Fonte: APCT)



De acordo com esta nova tendência de crescimento, o mercado encontrou aparentemente os seus próprios mecanismos no sentido de gerar a procura. Partindo do princípio de que os indicadores registados pelo Instituto Nacional de Estatística têm como base parâmetros idênticos, a subida das tiragens é indiscutível. Esta apreciação parte do princípio que a recolha dos valores de circulação anual global se referem sempre ao número total de diários. A ressalva tem a ver com o facto de nos dados tratados parcelarmente não haver um critério uniforme para a apresentação dos títulos seleccionados. Ainda assim, a partir dessa informação sectorial regista-se que nas tiragens

por edição há também a recolha dos diários regionais, o que de alguma forma pode igualmente explicar o aumento dos valores globais pelo aparecimento de novos títulos dentro deste segmento. Convém, contudo, frisar que a publicação das tiragens sectoriais não é anual; ela corresponde à média diária por edição e os mesmos títulos podem não surgir nos vários anos, mas pontualmente e, pelo menos num dos casos, os números apresentados não fazem sentido. Uma outra lacuna que se verifica também neste período é a inexistência de dados em dois anos. A última chamada de atenção quanto a estes dados do INE é que esta linha evolutiva termina em 2003: uma vez mais isso deve-se aos os critérios de tratamento da informação, que passa a apresentar um sistema de recolha completamente diferente do anterior e deixa de coligir os valores da tiragem anual bruta. Ainda assim, e com base nos números possíveis, a subida é clara a partir de 1994.

O período que medeia o início das privatizações e a tendência de crescimento é afectado pelo desaparecimento dos dois vespertinos, mas também de outros títulos, o que de alguma forma pode justificar as oscilações verificadas. Há, contudo, que realçar o aparecimento do *Público*, em 1990, que se iniciou com uma média de tiragens muito elevada (100 000 exemplares/dia, que nos anos seguintes se foi corrigindo), o que deveria fazer subir números globais. Mas, neste período, os demais diários generalistas apresentam também valores muito elevados, o que também terá contribuído para essa tendência. Como este campo só incide sobre tiragens, isto é, não se pode deduzir as sobras, os reais valores de circulação não são aferíveis. Parece, contudo, ser possível estabelecer uma relação entre este índice de crescimento e um novo dado em termos da circulação de diários. A partir de 1995, inaugura-se o período em que os jornais desportivos adquirem nova periodicidade. A *Bola* começou a sua publicação, na altura diária, com valores acima dos 160 000 exemplares. No ano seguinte estes números desceriam, mas seria a vez de *O Jogo* entrar no circuito dos desportivos diários, com valores acima dos 50 000. Em 1997, é a vez do *Record* entrar neste campo concorrencial, pelo que os três desportivos contribuíam decisivamente para as subidas acentuadas que se fizeram sentir.



Como é possível constatar, a imprensa desportiva surge como um novo fenómeno de elevada circulação, inicialmente quase igualando os valores dos quotidianos tradicionais. Estes números parcelares também tenderam a diminuir, ainda que o seu contributo continue a ser excessivo no cômputo geral. O uso da expressão “excessivo” prende-se, obviamente, como facto de uma vez mais ficar em evidencia a permanência do factor negativo tradicional: os baixos índices de leitura dos jornais por parte dos portugueses continuam a ser um dos aspectos mais negativos que afectam o panorama da relação leitor/imprensa⁶³. Os dados de 2001 da Obercom apontam uma *ratio* muito baixa, comparada com os demais países europeus: 91,2 exemplares de jornais diários por cada mil habitantes adultos. Note-se, contudo, que nas últimas décadas, apesar de tímido, se verificou algum progresso – de facto, quase uma duplicação –, a que não será alheio o recuo dos níveis de analfabetismo e a melhoria progressiva da escolaridade. Mas esta melhoria fica ainda muito aquém dos valores desejáveis.

⁶³ “Em média, nos quinze países da União Europeia, 46% dos indivíduos afirma ler jornais quase todos os dias da semana. Os níveis mais elevados observam-se na Finlândia (77,8%), na Suécia (77,7%), na Alemanha (65,5%) e no Luxemburgo (62,7%), enquanto nos países do sul se verificam os níveis mais baixos: 25,1% em Portugal, 24,8% em Espanha e 20,3% na Grécia. É também nestes três últimos países que um maior número de indivíduos afirma nunca ler jornais, respectivamente, 30,5%, 23,4% e 25,5%.” Ana Horta: “Leitura de jornais: Aspectos de uma prática minoritária” in Actas dos Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia, http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR461519a9ecd32_1.pdf, 2008.03.27

Com todas estas contingências e apesar do nivelamento dos desportivos, a linha das tiragens ascendente acentuou-se até 1999. Para isso terá contribuído o *24 Horas*, que iniciou a sua publicação em 1998, com uma tiragem média por edição superior a 50 000 exemplares. Passaram a ser então em número de seis os matutinos generalistas e três os desportivos. Mas neste universo passaram também a ter edição quotidiana os jornais económicos e vários novos títulos de imprensa regional, o que contribuiu seguramente para o dinamismo que os números evidenciam. Outro dos factores que permitiu o aumento dos valores globais de tiragens foi a vulgarização do novo modelo de jornal já referenciado: os matutinos gratuitos. A estimativa actual é de que este subtipo terá incrementado em mais de meio milhão diário de exemplares os resultados globais. Seria interessante aferir também o impacto que eles tiveram, mas o INE, ao não utilizar os mesmos critérios de recolha de dados, impede essa concatenação.

Por último e para terminar esta apreciação em termos globais, falta ainda referir o vespertino que mais resistiu dentro das novas condicionantes do mercado, *A Capital*. O fim deste diário acaba por ser um pouco «a crónica de uma morte anunciada», na medida em que ele já há muito havia deixado de ter o perfil generalista de tom popular que o caracterizava: em 2001, depois de um declínio acentuado em termos de tiragens, passou a fazer parte do grupo Prensa Ibérica e enveredou por um tipo de informação mais local, até que, em 2004, com a nova direcção, se propôs o regresso à linha generalista que tinha ainda a intenção de recolocar o jornal dentro do grupo dos diários de referência. Tal não aconteceu, e o estilo demasiado eclético do jornal acabou por ditar o seu fim, em 2005.

Desta breve exposição da evolução do panorama recente dos diários é possível inferir que o mercado encontrou os seus próprios mecanismos de regulação. Tendo sempre em linha de conta as fragilidades que impendem sobre o quadro nacional dos *media*, onde a dimensão aliada aos índices de procura serão os aspectos mais determinantes, assistiu-se, desde a reprivatização do sector, a uma profunda transformação com resultados muito positivos, por oposição ao ciclo anterior. As regras de oferta e procura passaram a funcionar de acordo com a lógica empresarial, mas uma lógica

renovada pela dimensão multimédia que as novas tecnologias trouxeram ao meio. Mas também pela própria internacionalização das empresas, não só pela entrada dos investidores estrangeiros nos grupos nacionais, mas também pelo redimensionamento do mercado publicitário. As estratégias dos grupos passaram pela manutenção de determinados títulos, a que se agregaram publicações com objectivos editoriais distintos, mas também publicações aparentemente concorrentes, como será o caso de, no mesmo grupo e passando de mão em mão, terem permanecido o *Diário de Notícias*, o *Jornal de Notícias* e, por fim, o *24 horas*. O triplo investimento no segmento, que eventualmente pode parecer contraditório, fará sentido em termos de resultados. Ainda assim, as regras da concorrência continuam a ditar a sorte destas publicações. É também nesta perspectiva que se deve inserir o destino dos três diários portuenses.

4 - Os jornais do Porto: o processo de implantação e a conquista de públicos

“Em 1820 quasi não havia jornalismo no Porto. Em 1882 o jornalismo estava florescente, depois de sessenta anos de contínuo evoluir.”

Magalhães Basto

“ (...) a história do jornalismo portuense seria a história do jornalismo profissional em Portugal.”

Júlio d'Oliveira

4.1 - O enquadramento e os modelos existentes

Os três grandes jornais portuenses inseriram-se num modelo de desenvolvimento da imprensa que apresentava as características gerais verificadas a nível nacional, mas também alguns traços de especificidade que o distinguiram do que se fazia na capital. A nova conjuntura política, iniciada com a Regeneração, favorecia o movimento plubicista. Verificou-se um aumento considerável do número de periódicos em virtude da consolidação do regime liberal e da nova estabilidade política, que garantiram as condições de liberdade de imprensa, dando assim seguimento à tendência que se tinha

iniciado com a Revolução Vintista. Estes jornais eram preponderantemente políticos, defendendo uma ou outra facção das forças em disputa, mas com um período de vida geralmente curto, excepção feita ao jornal *A Revolução de Setembro* (1840-1889), exemplo raro de longevidade.

A grande maioria das novas publicações editava-se em Lisboa, sendo o Porto definitivamente relegado para segundo plano. Esta tendência no capítulo da imprensa periódica registou-se à revelia do facto de os principais movimentos políticos aqui terem tido origem. Ainda que se registasse uma incapacidade de competir com a capital em termos de jornalismo político, na cidade produziu-se uma maior diversidade de títulos, que de alguma forma acompanharam o panorama nacional e que se traduziu na afirmação de um publicismo especializado. Este foi igualmente uma das tónicas da imprensa portuense, na segunda metade da centúria. A par dos jornais de orientação ideológica, publicaram-se outras folhas que traduziam a diversidade de interesses que consubstanciavam o dinamismo da vida material e social. Esta linha editorial que se tinha pautado sobretudo pelos jornais literários e científicos conhecia agora uma maior diversidade e um novo fôlego resultante das condições da liberdade de imprensa.

A par de publicações de carácter mais lúdico surgiram outras com uma intenção pedagógica clara, em que o objectivo era promover o enriquecimento cultural dos portugueses. Vários dos periódicos publicados aliavam diferentes intenções editoriais, podendo designar-se como «científico e literário», «literário e noticioso» ou «noticioso e político», entre outros. Tratava-se não só do espírito que animava a época, mas também de alguma indefinição em termos de lógica jornalística, em que os conteúdos e o público-alvo se articulam de forma directa.

Durante a década de cinquenta, uma grande parte dos novos jornais continuou, ainda assim, a ser de orientação política. Associados a estes surgiram as publicações satíricas, que faziam sobretudo a caricatura da classe política. Houve também uma continuidade em termos de jornais literários e de entretenimento, como os musicais ou de modas. Por outro lado, prosseguiu a tendência de publicação de periódicos especializados e que se acentuaria até ao final do século, constituindo uma das vertentes de maior incidência.

Um dos exemplos mais evidentes foi o aparecimento de novos títulos na área da medicina e da farmácia. Surgiram também periódicos especializados em temas jurídicos. Toda esta variedade traduzia de alguma forma o ambiente vivido à época: dadas as novas áreas de actividade e a necessidade de as regulamentar justificava-se a criação de novos códigos legais que enquadrassem as novas instituições, fossem elas civis, políticas ou económicas. As novidades do empreendedorismo provocaram debates em que as partes interessadas eram chamadas a intervir e o publicismo especializado serviu bem este propósito.

Outra das características deste período traduz-se no aparecimento de jornais de anúncios que eram maioritariamente constituídos por pequenos textos em que se publicitavam os vários aspectos comerciais que a cidade podia oferecer: publicavam-se desde o frete de cargas dos navios do Douro, a venda de chapéus, passando pelos serviços dos costureiros de moda, até às tabelas de preços. Estas folhas de anúncios tinham uma curta duração, uma vez que o seu público era bastante restrito. Os fretes dos barcos eram os principais anunciantes e os leitores, as pessoas que se dedicavam ao comércio ultramarino. A tradição de jornais de anúncios é também internacional e esteve na origem de uma imprensa de maior folgo como é o caso do *Berliner Anzeiger*. Este jornal era distribuição gratuita, o que significa que a publicidade pagava a impressão, além de que ainda suportou o desenvolvimento e evolução para um projecto noticioso mais moderno. Estas folhas surgiram praticamente em toda a Europa e podiam atingir grande circulação. O exemplo alemão não está longe dos actuais jornais gratuitos. De baixos custos em termos de produção, são os anúncios que cobrem a maior parte do espaço impresso e, como tal, garantem a sua subsistência e lucro. Verifica-se, também na lógica destes jornais a tendência inversa: os pequenos anúncios são gratuitos e o que paga o jornal é a compra pelo público, bem como os grandes anunciantes. Durante o século XIX, os dois modelos eram possíveis, apenas houve que os enquadrar nas lógicas de cada mercado da época.

O jornalismo portuense da segunda metade de Oitocentos evoluiu dentro dos mesmos parâmetros que afectaram toda actividade publicista

nacional. O principal desafio para quem criava um novo jornal era a sua implantação em termos de público. Num país tão profundamente marcado pela pobreza e pelo analfabetismo, a leitura dos periódicos era coisa de gente rica ou de políticos, embora fazendo a ressalva de que um exemplar era difundido por várias pessoas. Alberto Bessa apontava como razões para a fraca difusão da imprensa o carácter ideológico, mas também o preço venda: “(...) Nenhum d’esses jornais que deixei citados, era o que propriamente se chama popular, porque os preços da sua venda avulso não permitiam que elles se espalhassem pelo povo, sendo a sua tiragem limitada, portanto aos que commungavam nos ideaes políticos dos seus redactores” (1904:170). O meio favorável às vendas por excelência era a cidade, com todas as rotinas que ela envolve, todos os motivos de notícia que despertam a curiosidade do público. As urbes portuguesas tardaram muito em adquirir esta feição, mantendo-se muitos dos costumes provincianos. Isto implicou que muito tardiamente se criassem as condições para o aparecimento do jornalismo noticioso, onde o pregão do dia anunciava as últimas e a edição era paga pela publicidade.

Os próprios profissionais tardaram em aceitar a nova lógica noticiosa. À imagem do que se verificou em França, o meio portuense encarava o modelo informativo moderno como uma forma menor do exercício da profissão e, como tal, a discussão arrastou-se e as mudanças tardaram a ser implementadas. Nesse sentido, Lisboa evoluiu de forma diferente e com grande antecendência, já que o projecto de Eduardo Coelho, apesar de muito criticado, foi muito bem aceite e cedo se revelou um empreendimento de sucesso. Alfredo da Cunha aponta *Correspondência de Espanha* e *Le Petit Journal* como os modelos que teriam servido de inspiração. Certo é que, depois da sua estadia em França, o noticiarista retomou a ideia de criar uma folha noticiosa de baixo preço. Pela primeira vez vingava um jornal que se afastava do tradicional perfil político e implementava uma pura intenção informativa⁶⁴: “Eliminando o artigo de fundo, não discute política, nem sustenta polémica. Registra com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor quaesquer que sejam os seus princípios e as suas opiniões, o comental-os a seu sabor.” Para além do pendor factual, o *Diário de Notícias*

⁶⁴ O programa do *Diário de Notícias* foi previamente anunciado no número-programa de 29 de Dezembro de 1864, sendo a sua publicação normal iniciada a 1 de Janeiro do ano seguinte.

procurava conquistar o público através de “linguagem decente e urbana” e daquele que seria o mote do novo matutino, “um jornal de todos e para todos – para pobres e ricos de ambos os sexos e de todas as condições classes e partidos”. Seria a versão portuguesa da máxima do *The New York Sun* “it shines for all”. Acompanhando estas inovações, o diário lisboeta iniciava um sistema inovador, onde para além do baixo preço – 10 réis –, caberia aos arduos promover as vendas através do pregão das notícias, em detrimento do processo que se baseava na angariação de assinaturas. A sua rápida aceitação atraiu os anúncios que eram quem sustentava a publicação do jornal.

O exemplo do *Diário de Notícias* não teve seguidores no Porto, ou pelo menos este modelo não vingou no mesmo período. Só a mudança do comportamento dos leitores, em parte graças à acção pioneira de Eduardo Coelho, obrigou à alteração de conteúdos: “O publico quer que o jornal o elucide e interesse, e não fica satisfeito senão quando a sua folha predilecta lhe trás o caso do dia que o emocione, o artigo que o entusiasme, a descrição pormenorizada do escandalo mais recente, a nota cómica que lhe desperte o sorriso e o deixe dar por bem empregados os seus 10 reis” (*idem*:184). Esta descrição corresponde à forma de afirmação iniciada nos países anglo-saxónicos, ainda durante os anos 30 do século XIX: conteúdos apelativos, a baixo preço, onde o factor da actualidade passou a ser determinante. O público, agora cada vez mais amplo em função da alfabetização, gerou um novo mercado onde a «penny press» venceu em função de vários factores: ia ao encontro não só das novas temáticas que a cidade fornecia, mas também do interesse que elas suscitavam nos novos leitores; ao ser acessível a um maior número de pessoas teve também o engenho de captar o interesse dos anunciantes e assim capitalizar-se para poder evoluir para modelos tecnicamente melhor elaborados; graças à nova maquinaria foi possível responder ao aumento da procura, que atingiu níveis notáveis até que a rádio se afirmou como um concorrente sério.

Passando por diversos ciclos de evolução, a imprensa popular constituiu-se com o grande meio de comunicação de massas, mas também como um novo sector empresarial altamente atractivo, já que os títulos que se enquadravam na lógica do «yellow journalism» de Hearst, podiam chegar

ao meio milhão de exemplares de tiragem diária. Só a Inglaterra conseguiu o mesmo tipo de resultados através da criação dos tablóides. Isto não significa que as grandes tiragens se confinassem apenas ao jornalismo popular. Os vários jornais adoptaram o modelo noticioso, sendo que o que se verificou foi uma distinção inicial de o que eram os jornais de referência, como *The New York Times* ou *The Times*, e os jornais como *The New York Journal* ou o *Daily Mail* mais dirigidos às grandes camadas mais incultas.

O resto dos países europeus tiveram maiores reticências em optar pela vertente noticiosa, fosse pelo impedimento constituído pela falta de liberdade de expressão, fosse pelo peso do jornalismo ideológico e pela dificuldade que o meio teve em aceitar a transformação do papel da imprensa. O caso francês é o melhor exemplo deste tipo de comportamento e de uma maneira geral, o modelo seguido pelos vários países europeus. Neste sentido, é importante notar que os responsáveis pelos jornais portugueses ou os seus historiadores quando se referem aos títulos que os inspiraram, se reportam sempre à imprensa noticiosa francesa. A história de sucesso dos jornais britânicos e americanos parece ter permanecido ausente do conhecimento dos novos empresários nacionais. Uma vez que o desenvolvimento da imprensa popular foi tardio no país que nos serviu de inspiração, esse atraso foi ainda mais evidente em Portugal, onde as dificuldades da imprensa eram de toda a ordem.

A mudança de comportamentos tardou muito em implantar-se: não só os donos como os redactores dos jornais não aceitavam, como a questão da difusão se manteve como um obstáculo sistemático dados os níveis de analfabetismo dos portugueses. Assim, a manutenção dos títulos garantia-se pela existência de uma segunda linha alheia aos responsáveis editoriais, a dos capitalistas, que por interesse ou persuasão, acarretavam os custos da impressão. Quando esse suporte deixava de existir, os jornais fechavam e os seus responsáveis, tarde ou cedo, davam início a um novo projecto que obedecia à lógica do anterior.

No Porto como em Lisboa, estes jornais estavam normalmente ligados a linhas propagandísticas das correntes partidárias e a sua criação e fecho faziam-se muitas vezes ao sabor das alianças ou cisões políticas. Também por

estas razões as áreas de difusão eram circunscritas, limitadas aos que se identificavam com as correntes de pensamento expressas⁶⁵. Mesmo na segunda metade do século XIX, esta continuou a ser a tendência editorial dominante, ainda que com uma alteração: embora dando um maior realce às questões políticas, o espaço impresso era salpicado por matérias noticiosas de outra ordem, o que tornava a sua leitura mais aliciante para um público mais amplo. Além de haver, por exemplo, uma maior preocupação com o que se passava no estrangeiro, incluíam-se também temas do dia-a-dia que de alguma forma traduziam uma alteração à normalidade. Por outro lado, os jornais passaram a dar cada vez mais espaço aos anúncios, o que seria o caminho para encontrar o bem-estar económico indispensável à sua sobrevivência.

O *Commercio*, na sua primeira década, foi bem o espelho desta realidade, ainda que não se possa integrar na categoria dos jornais de raiz partidária. As notícias de fundo, relacionadas directa ou indirectamente com a actividade económica, preenchiam quase metade da área de impressão. O internacional era assegurado pela inclusão de trechos de jornais estrangeiros da mesma área editorial. Havia um grande destaque para a agenda do movimento portuário e dos preços e o restante era preenchido por anúncios. Na cidade do Porto surgiram vários títulos que procuraram adoptar esta lógica informativa, mas sem o mesmo sucesso. Este exemplo protagoniza outra das linhas que esteve subjacente à criação de jornais: reflecte a necessidade de um determinado grupo, não partidário, fazer eco das suas pretensões. Mas mais uma vez, a perenidade dos projectos dependia da necessidade de manutenção destes órgãos de pressão. Omnipresente e maioritário permanecia o jornalismo ideológico que ganhou maior incremento com a difusão do ideal republicano. Muitas das novas folhas surgiram com este objectivo e nelas colaboraram figuras destacadas da República.

A história dos jornais portuenses é marcada por todas estas vicissitudes e, como tal, é pobre em termos de resultados. A vida dos profissionais era difícil, uma vez que os salários eram baixos e pagos tardiamente. Era normal

⁶⁵ Também aqui Alberto Bessa foi capaz de fazer uma caricatura da difusão neste período, ao citar um artigo de um periódico em que se ridicularizava a circulação: “o jornal bem poderia ser substituído por meia dúzia de cartas aos seus leitores habituais” (*Op. Cit.*: 179)

os colaboradores mais destacados do meio acabarem na miséria, por muito brilhante que fosse a sua carreira. As redacções eram pequenas e nelas trabalhavam um ou dois redactores a que se juntavam os “informadores”. A estes cabia fazer a cobertura dos acontecimentos da cidade: a polícia, a Câmara, e outros aspectos considerados menores. A figura do repórter pontuava, ao contrário de hoje, pelo tratamento noticioso de grandes temas. Havia ainda os colaboradores que eram muitas vezes os que faziam a crónica, folhetins, traduções e mesmo revisão.

A divisão de tarefas era muitas vezes diluída em função da restrita dimensão dos jornais. Por outro lado, o espaço a preencher, durante muito tempo, eram quatro folhas, uma vez que não havia rotativas. Portanto, o corpo redactorial era necessariamente reduzido. Só quando se produziu o investimento em nova maquinaria e a alteração do formato dos jornais mais do que o aumento da paginação, é que se passou a justificar a contratação de mais profissionais, o que também permitiu uma maior diversificação dos temas tratados.

Apesar das dificuldades inerentes à pequena dimensão do meio portuense, outra das características que ganhou tradição neste período foi o facto de algumas das figuras que iniciaram as suas carreiras nos periódicos da cidade virem a ser responsáveis pelos grandes jornais de Lisboa. Júlio d'Oliveira, ao fazer um retrato deste período reitera a ideia de que foi no Porto que se fez escola em termos de jornalismo de qualidade: “Não posso, porém, terminar sem insistir na afirmação a princípio feita – de que o jornalismo profissional no paiz se exerceu geralmente, primeiro que na capital, aqui no Porto.”⁶⁶ A defesa desta ideia justifica-se pelo facto de os profissionais se dedicarem à actividade em exclusivo, o que não aconteceria em Lisboa, onde as colaborações eram apenas parciais e sem o empenho que actividade exigia. De tal forma, que dois dos principais jornais da capital tiveram nas chefias os portuenses Silva Graça e José Sarmento, respectivamente em *O Século* e *Diário de Notícias*. Mas muitos foram os nomes que tendo iniciado a sua carreira no Norte, acabaram por ser aliciados

⁶⁶ “O jornalismo no Porto” in *Os Jornalistas do Porto e a sua Associação*, 1924:129

a trabalhar num meio onde a visibilidade e a compensação monetária seriam então, tal como hoje, um forte argumento.

No Porto, a única tentativa de criar um periódico com um perfil editorial noticioso, o *Petiz-Jornal*, não teve êxito, apesar de tentar imitar *Le Petit Journal*, de Millaud, até no nome. Nele se tinha inspirado o *Diário de Notícias* e com grande êxito, como tal, o *Petiz-Jornal* procurou, como os modelos francês e lisboeta, fazer um jornalismo popular, caracterizado por notícias ligeiras e muito barato, justamente porque a intenção era de ser a publicidade a pagá-lo. O seu insucesso só se justifica pela dimensão da cidade e pelo conservadorismo do meio, que, em 1878, não estavam ainda preparados para uma folha deste tipo. Daí que os jornais criados na cidade na segunda metade de Oitocentos tivessem grande dificuldade em afastar-se da linha editorial mais tradicionalista.

O que significa que os três jornais centenários que acompanharam a história portuense tivessem surgido dentro dos parâmetros do jornalismo ideológico e do publicismo, entendido num sentido mais amplo de difusão doutrinária de vária ordem. Portanto, e apesar das diferenças em termos de idade, a fundação dos três títulos obedeceu a essa lógica de conteúdos, mas também de estrutura empresarial. Só com o passar do tempo, a mudança nas empresas e a alteração do quadro político permitiram que a sua transformação gradual culminasse na linha informativa popular que acabaram por adquirir.

4.1.1 – O Comércio do Porto: informação doutrina comercial

A cidade do Porto tinha como um dos seus marcos essenciais a sua Associação Comercial. Em torno dela girava a vida económica da cidade, mas era também a partir da sua actividade que se fazia sentir a influência dos interesses desta praça nos meios políticos de Lisboa. Ainda que o associativismo traduzisse um posicionamento estruturado e a ACP tivesse a capacidade de se fazer ouvir, a forma de dar voz a esse vincar de posições surgiu naturalmente, pela criação de um jornal. Não seria a primeira

publicação comercial, uma vez que já anteriormente se tinham publicado outros títulos que surgiram com o objectivo de noticiar aspectos da praça comercial da cidade, mas que eram sobretudo folhas de anúncios.

A ideia de criar um projecto novo terá partido do conhecimento de outras folhas que se publicavam no estrangeiro. Para além das folhas de anúncios de curta duração, surgiram novos títulos cuja principal temática era a actividade económica e comercial, que normalmente se intitulavam correio mercantil ou boletim de comércio. É o caso do *Journal of Commerce* de Nova Iorque, que embora salvaguardando as diferenças de dimensão do mercado americano e os níveis de tiragens, espelha, de alguma forma, o futuro percurso do *Commercio*. Tratava-se de uma folha conservadora, defensora dos interesses meio empresarial nova-iorquino que, para além de aspectos mais gerais, incluía o noticiário sobre a actividade bolsista da cidade e o movimento comercial e financeiro.

Criar um projecto deste tipo para o Porto fazia todo o sentido dadas as características empresariais da cidade, as suas ligações às praças estrangeiras, o movimento de navios que aqui se fazia sentir e a própria comunidade estrangeira que cá se instalara. Assim, o *Commercio* saiu pela primeira vez em 2 de Junho de 1854, pela iniciativa de um conjunto de pessoas das quais acabaram por se destacar Manuel Carqueja e Henrique Carlos de Miranda: “A propriedade primeiramente, em partes iguais, a Manuel de Sousa Carqueja e ao Dr. Henrique Carlos de Miranda, que formaram entre si uma sociedade com nome colectivo, a vigorar desde 1 de Janeiro de 1855 “ (CARQUEJA, 1934:22) Foi então convidado para redactor principal António Xavier Pacheco. A este núcleo inicial juntar-se-ia, ainda, Francisco Carqueja que a pedido do irmão, em 1858, ficaria responsável pela parte administrativa.

O *Commercio* justificava no seu número inaugural a sua existência e a sua linha editorial: “A Praça do Porto precisa d’um Jornal de Commercio, Agricultura e Industria, onde se tratem as materias economicas, historicas e instructivas destes tres poderosos elementos em que assenta a prosperidade das nações modernas. A Praça o reclama pela sua importância no interior, e pelo seu nome nos mercados estrangeiros.”⁶⁷ O jornal assumia-se como o

⁶⁷ O *Commercio*, 2 de Junho de 1854

porta-voz da Região Norte na defesa dos interesses dos vários sectores de actividade económica e rejeitava o engajamento partidário. O seu objectivo em termos políticos consistiria no debate e crítica das acções governativas que se relacionavam com as áreas defendidas pelo jornal, na medida em que só elas eram verdadeiro motor de progresso.

Tendo iniciado a sua publicação com uma periodicidade trissemanal, O *Commercio* era constituído por quatro páginas, era vendido pelo sistema de assinaturas e imprimia-se na Tipographia Commercial. Podia ainda ser adquirido avulso, mas só na sede da empresa e custava 40 réis. Este custo colocava-o no grupo dos jornais caros. Uma década mais tarde o *Diário da Notícias* surgia com o preço de 10 réis, o que faria dele um jornal barato, de informação popular, enquanto que o jornal portuense se inseria no grupo dos títulos adquiridos pelas elites. Junto ao cabeçalho vinha o custo das subscrições segundo a mensalidade e o local. A província pagava mais devido aos portes. O sistema assim estipulado era comum aos vários periódicos da época. Uma vez que não estava vulgarizada a venda directa nas ruas, as assinaturas por três, seis ou doze meses garantiam o fundo de maneio que ajudava a garantir a próxima edição. Não eram, contudo, suficientes e por essa razão, também junto ao título, estipulava-se o preço da publicidade por linha.

O jornal terá tido bom acolhimento por parte da burguesia portuense, bem como nas famílias abastadas da província. Contudo os custos de impressão eram caros e a difusão inicial não garantia a sua sobrevivência. Daí que o apoio tenha sido pedido à Associação Comercial do Porto. As formas de que se revestiram os apoios dados ao *Comércio do Porto* não estão claras. Neste período o sistema de financiamento dos jornais passava, como se viu, pela existência de um ou mais sócios capitalistas que financiariam os projectos noticiosos. No caso em questão, nenhum dos nomes apontados se reveste desse perfil e não se associou nenhum outro que pudesse assumir os encargos da publicação. O rápido progresso do jornal não se justifica apenas pelas assinaturas ou pelas tiragens. Teria de haver uma estrutura financeira

por trás, mas a ACP refere o seu aval ao jornal apenas de uma forma indirecta⁶⁸.

Este acto que hoje seria designado de *merchandising* ter-se-á traduzido numa medida substancial, um vez que a impressão não só continuou, como a periodicidade passou a ser diária ao cabo de um ano. Em 1856 o título mudaria para *O Commercio do Porto*, designação que manteve até ao fim. Contudo, e apesar de não ser possível determinar até que ponto a ACP contribuiu para o financiamento directo do jornal, os interesses de ambos estiveram inegavelmente ligados, quer pelo recrutamento de colaboradores quer pelas notícias abordadas nos anos seguintes, onde o jornal inseria o temário que convinha à Associação, mas também adoptava as suas posições.

Os primeiros tempos de *O Comércio* evidenciam bem o cuidado com que o jornal era pensado. Para além da dedicação exclusiva que lhe dedicaram os seus fundadores, os colaboradores e redactores escolhidos eram pessoas de reputada qualificação, não só pela qualidade da escrita, como pelo domínio das matérias tratadas. Os seus responsáveis tiveram uma preocupação não só na abordagem de temas de grande actualidade no Portugal da Regeneração, como na inclusão de assuntos de intenção didáctica. Essa capacidade justifica-se precisamente pela formação dos seus articulistas. Gomes Teixeira destaca a importância que esse aspecto teve na transformação de “um pequeno e modesto jornal à situação privilegiada que ocupa actualmente, à frente da imprensa periódica portuguesa. Conseguiu-se isto com o bom recrutamento que os seus directores fizeram sempre dos seus colaboradores, escolhidos entre os primeiros publicistas portugueses, e com artigos interessantes compostos por eles mesmo.”⁶⁹

⁶⁸ A ACP justificou o seu apoio ao Comercio numa circular enviada a todos os comerciantes do país: “Ill.mo Snr. – O artigo 4º do capítulo 3º do Regulamento da Associação Comercial do Porto incumbe à Mesa o promover a existência dum Periódico em que sejam advogados os interesses da classe mercantil, e para o qual a Associação forneça todos os elementos de que pode dispor. O estado financeiro da Associação tem-lhe vedado até hoje o tomar de per si a criação e o custeio de semelhante jornal, a que podesse chamar privativamente seu, e a representasse. Mas há seis meses que «O Comercio» se publica no Porto, três vezes por semana, procurando, pelo digno esforço duma empresa particular, o desempenho da importante missão de que esta Praça tanto carecia, sendo, a par dum noticiário dos acontecimentos recomendáveis dela, um strenuo defensor dos interesses comerciais do país e das considerações merecidas pelas classes laboriosas.

Estranho à política, «O Comercio» dedica-se só e unicamente aos melhoramentos nacionais, e com tão louvável propósito vai ele próprio melhorar-se, no começo do ano próximo de 1855, passando a diária a sua publicação.

Torna-se, pois, «O Comercio» crêdor para com a Associação Comercial do Porto, não só de todos os esclarecimentos e informações, mas ainda da sua protecção, para os indivíduos que sabem avaliar uma tal empresa. Eu como Presidente dela, **tomo a liberdade de o recomendar a V. S.^a seguro lhe obterá a sua assinatura, recebendo-a como um favor feito à Associação e a mim pessoalmente**, que tenho a honra de assinar-me – De V. S.^a – atencioso venerador – Porto, 11 de Dezembro de 1854 – O Presidente da Associação Comercial do Porto – Barão de Massarelos

⁶⁹ *O Comercio do Porto*, 3 de Junho de 1924

Apontam-se apenas três figuras que, entre outras, se destacaram para a riqueza do jornal: José Luciano de Castro, jurista de formação, Rodrigues de Freitas, ensaísta em matérias de doutrina económica e social, e José Joaquim de Pinto Coelho, especializado em matérias financeiras. Assim, não é de estranhar que, mantendo-se fiel à sua primeira intenção editorial, nas páginas do *CP*, fosse possível incluir e comentar o programa financeiro do governo ou anunciar a tomada de posse de um novo executivo, mas apontando as medidas que urgia tomar ou relembrando promessas que tinham ficado esquecidas.

Também se inseria nesta lógica a defesa de um tribunal comercial, que por ser inexistente causava graves prejuízos à actividade, mas era também razão de penúria de pessoas que não tinham a capacidade de se defender em juízos de instância superior. Os problemas da agricultura eram também abordados, particularmente os da vinha, por razões óbvias. Apontavam-se os exemplos de modernidade e dinamismo empresarial associados à ideia de preocupação social, protagonizados pelo Barão de Forrester. A banca foi amplamente tratada nas décadas de 60/70 em virtude da abertura de várias casas na cidade e Norte do país, movimento que terminou com a ruína e fecho da maior parte delas, mas também de quem aí colocou as suas economias. Aliás, o facto de não existir regulamentação nesta matéria foi também notícia, já que numa reunião da Associação Comercial se pediu ao rei que fizesse aprovar uma «lei orgânica dos bancos» para evitar excessos, dado que já havia demasiados casos na praça.

Estas matérias publicadas nas primeiras décadas de existência do *Comércio do Porto* dão bem a ideia de como a linha editorial ia em paralelo com os interesses da Associação Comercial do Porto. Por outro lado, estas abordagens também se constituíram como elementos de fidelização de público, o que lhe permitiu ser um dos principais títulos da cidade e da região.

O êxito do jornal foi igualmente constatável pelas várias melhorias gráficas que o tornaram cada vez mais de agradável leitura, sobretudo se comparado com outros títulos coevos. Em 1857, a impressão passou a ser feita em tipografia própria, em que o prelo foi mandado fazer numa fundição da cidade. A primeira máquina de impressão surgiu dois anos mais tarde, o que

permitiu aumentar o tamanho do jornal. A ela juntaram-se máquinas a vapor para imprimir maior velocidade, até que foi importada a Marinoni, considerada tecnologia de vanguarda para a época. Isto é, não se pouparam esforços e os resultados, em termos de difusão, tornaram mais promissores. Estas melhorias gráficas permitiam, circunstancialmente aumentar o número de páginas de algumas edições. Por outro lado, esta transformação tecnológica levou também a alterações em termos de conteúdo, uma vez que ainda que não houvesse mais páginas havia mais espaço para publicar.

Face aos seus mais directos concorrentes, o *Comércio* teve que fazer alterações que o tornaram num projecto mais moderno e mais próximo da vertente noticiosa que acabou por adquirir. A reorganização do jornal fez-se com uma melhor distribuição do espaço de impressão. A linha tradicional era de quatro páginas e de um artigo de fundo tratado na primeira, que por vezes se estendia à segunda e, em baixo o folhetim. Este, inicialmente, não correspondia à tradicional publicação de um romance, como forma de fidelização de públicos. Inseria temas como a vida do barão de Rothschild, a história da escrita ou a produção de algodão. Só mais tarde se passaram a publicar os romances de onde se destacam as obras de Camilo, Rebelo da Silva, Pinheiro Chagas e Júlio Dantas, entre outros.

A segunda e terceira páginas tinham uma miscelânea de temas, onde se podiam incluir as notícias do estrangeiro, normalmente tiradas de outros jornais, a tabela de preços e ou o movimento dos barcos da barra do Douro. No fim publicavam-se pequenas notícias e anúncios, alguns com pequenas gravuras. Genericamente, era uma «mancha» de texto corrido, com pequenos separadores gráficos. Este aspecto pesado tendeu a diluir-se com o tempo, em função das melhorias gráficas. Justamente por que havia mais espaço para publicar, a separação entre as notícias tornou-se mais evidente, quer pelo uso de tipos diferentes nos títulos, quer no seu espaçamento.

Por outro lado, a miscelânea noticiosa tornou-se mais diversificada. Ainda assim, e em termos de hierarquia editorial, as breves sobre matérias económicas precediam os outros temas do dia-a-dia, que muitas vezes eram retirados de outros jornais. O Porto e a região Norte foram uma constante. Incluíam-se as notícias dos acontecimentos que hoje definiríamos como valor-

notícia, mas dava-se sobretudo destaque a aspectos reivindicativos que configuravam os interesses nortenhos. A construção de estradas no interior, a necessidade de uma sede para a ACP e de uma maneira geral, aspectos que implicassem o apoio das autoridades. Contudo, o Porto era defendido também pelos seus valores, como por exemplo quando houve a necessidade de contrair um empréstimo e por oposição à indolência generalizada do país, os habitantes da cidade, dadas suas qualidades foram chamados a dar o exemplo e iniciar uma subscrição pública para auxiliar as finanças nacionais. Mas a boa vontade dos tripeiros foi igualmente solicitada noutras campanhas, mais humanas, mais solidárias, em que o jornal tomava a iniciativa de promover subscrições públicas para auxílio de vítimas de imprevistos, como incêndios, inundações, doenças, mas também de situações de pobreza instalada.

Por outro lado, às qualidades das gentes do Porto, o *Comércio* justapunha também os direitos. Todo este temário foi sendo progressivamente mais diversificado pela inclusão de matérias dos correspondentes das principais cidades portuguesas, que de alguma forma procuravam dar voz ao mesmo tipo de preocupações. Essa característica faria dele um dos principais esteios da cidade e, na opinião de Alberto Bessa, o maior jornal da cidade: “Mantendo hoje o decanato da imprensa do Porto, é, incontestavelmente, em formato, em methodo e norma de vida, em importancia, o primeiro diário da cidade invicta, que n’elle tem o mais denodado e audaz paladino dos seus interesses, seja qual for a acepção em que a palavra interesse possa ser tomada dentro dos limites do confessavel.”⁷⁰

Uma das colunas quase diárias era o «Correio de Lisboa», que era feito pelo correspondente na capital e chegava por comboio. Uma grande parte desta coluna tinha a ver com as medidas do governo. Incluía-se também temas mais lúdicos, como os espectáculos. Outras das inovações foram as notícias sob o tema «Telegrapho»: podiam provir da Associação Comercial, e nesse caso a temática era circunscrita a temas económicos e financeiros; o jornal estabeleceu também contrato com a agência noticiosa francesa Havas e, nesse caso, a informação poderia ser económica, mas também mais genérica.

⁷⁰ “Jornaes da Minha Terra” in *O Tripeiro*, 15 de Agosto de 1926

Uma das riquezas do jornal residia justamente, no seu corpo de correspondentes, um pouco à imagem da rede que a própria Associação Comercial tinha desenvolvido. A sua lista de colaboradores estendia-se à Europa, com articulistas nas principais capitais, mas também ao Rio de Janeiro. O Brasil era tema recorrente nas suas páginas, dada a importância de que se revestia para a cidade, o comércio com a antiga colónia. Mas, as questões europeias estavam também muito presentes nas páginas do *Comércio*, o que se justifica pelo clima de conflito internacional vivido na segunda metade do século XIX. Daí que um dos primeiros correspondentes tenha sido o de Paris, o que aliado às notícias da Havas lhe deu um enfoque, de alguma forma, anti-prussiano. Mas antes de a França ganhar este espaço noticioso, foi a vizinha Espanha que teve um tratamento sistemático, dada as ligações económicas e financeiras existentes.

Esta multiplicidade informativa anuncia de alguma forma o processo de transformação do jornal. As modificações foram-se introduzindo gradualmente de maneira a que a leitura se tornasse mais fácil, até pela criação de uma nova geografia editorial. Uma das estratégias usadas foi criar cadernos especiais para cada dia da semana. Esses cadernos abrangiam vários temas desde a Revista Económica e Financeira até à Vida Elegante passando pela Militar. Este primeiro ensaio de criação de editorias, já na viragem do século, foi particularmente enriquecido com o noticiário internacional, dada a estrutura de correspondentes, mas também o clima de pré-guerra que constituía matéria noticiosa abundante.

Para além da periodicidade diária, outra das estratégias que o jornal adoptou para conquista de públicos foi, à imagem do que se fazia no estrangeiro, a publicação de edições especiais. Uma das riquezas em termos de património reside justamente na criação do *Comércio Ilustrado*, inspirado no *Figaro Illustre*, e que saiu em 1893. Nele colaboram célebres articulistas, mas sobretudo, os seus números constituíam mais valias pelos ilustradores, onde se incluíram nomes como Bordalo Pinheiro, Acácio Lino, Malhoa e também, curiosamente D. Carlos e D. Amélia.

Publicou-se também o *Comércio Mensal* que incluía as notícias do *Weekly Times*, em 1915; tentou-se uma edição vespertina, em 1922, com

notícias de Lisboa; surgiu ainda o *Lavrador*, de 1903, inicialmente de distribuição gratuita e que tinha uma intenção pedagógica, dirigida ao mundo rural. A sua criação associou-se à iniciativa de Bento Carqueja de criar escolas móveis que exerceram a sua acção num meio onde o analfabetismo era dominante. A capacidade gráfica ficava ainda patente na qualidade da publicidade, em que as gravuras, muito ao gosto da época, constituíam pequenas obras de arte e constituíam-se também como elemento de atracção de públicos, mas também de anunciantes.

Embora o *Comércio do Porto* não tivesse tido o enquadramento ideológico dos seus mais directos concorrentes, que a breve trecho se identificaram como sendo o *Primeiro de Janeiro* e o *Jornal de Notícias*, a modernização do jornal, em termos de lógica noticiosa acabaria por ser inevitável. Ela resulta do progresso em termos do entendimento do que era o jornalismo moderno e empresarial, mas também da própria evolução da propriedade do jornal.

Por razões sucessórias, *O Comércio* foi deixado em testamento a Bento de Sousa Carqueja Júnior⁷¹, que foi o verdadeiro impulsionador da sua modernização. Não só a rotativa e o linótipo foram adquiridos estando já ele à frente da empresa, o que permitiu o aumento das tiragens, mas também do número de páginas impressas e a introdução da cor, como decidiu situar o jornal na zona mais estratégica da cidade. A época em que o centro nevrálgico se estruturava em volta da Associação Comercial tinha passado e o centro decisório do Porto erguia-se na Avenida dos Aliados, a partir da Câmara Municipal. Daí a compra dos terrenos e edificação das novas instalações, numa perspectiva muito empresarial, de que a divisão da funcionalidade por pisos foi prova. Um dos aspectos a destacar no novo edifício foi o museu, já que ao longo da história do jornal se foi constituindo um espólio considerável que incluía desde obras de arte dos artistas portugueses até aos originais das gravuras que vieram a ser impressas. Este acervo incluía também uma biblioteca repleta de primeiras edições, nomeadamente dos romancistas que colaboraram no folhetim do *Comércio*.

⁷¹ A herança da propriedade do *Comércio* iniciou-se com a morte de Manuel Carqueja, em 1884 que deixou a sua metade ao irmão e ao sobrinho Bento Carqueja, em partes iguais. Depois da morte de Francisco Carqueja, em 1908, a propriedade ficou dividida entre Elisa Carqueja e o marido, que após a sua morte ficaria com a empresa na íntegra.

A mudança de instalações e a renovação do parque gráfico acompanharam o dinamismo da vida do jornal. O *CP* manteve algumas das tradições que o acompanharam desde a sua fundação, nomeadamente a defesa de determinados valores como o progresso, e a pedagogia, e, obviamente, os interesses do Porto: “Os problemas económicos e financeiros foram aqui versados sempre, com alta competência, seguro critério e invulgar isenção, sempre ao lado da ordem, da disciplina, da moral cristã, este jornal faz parte integrante da alma da cidade, sendo – pode dizer-se – uma instituição portuense. É conservador, sem contudo deixar de apoiar tudo o que a revolução do acto em marcha, tem de justo e criterioso.”⁷² O acompanhamento do progresso humano pela Imprensa correspondia a um esforço de renovação constante, de acordo com Bento Carqueja, não só pela catadupa de acontecimentos, mas também pelas expectativas dos leitores: o público “esse insaciável minotauro do jornalismo – reclama, impõe, exige que todos os dias o jornal lhe dê informações e surpresas novas. Parece reclamar do jornalista: «não faças hoje o que fizeste ontem».”⁷³ O director do jornal privilegiava assim um dos valores fundamentais do jornalismo moderno – a actualidade.

Mas a concepção de modernidade ficava patente noutras ideias expressas aquando do 80º aniversário do *Comércio*. A importância da imprensa enquanto promotor da opinião pública, aliada à função de uma intenção pedagógica, que hoje se consubstancia na ideia de serviço público. A perspectiva de que o jornalismo transmite as representações da actualidade mundial, nas palavras do Barão de Lacerda, o jornal como “uma enciclopédia viva”. Por outro lado os próprios jornalistas do *Comércio do Porto* tinham uma noção moderna da sua profissão, na medida em que tinham consciência do seu próprio poder, quer pelo contacto diário com o público – enquanto fonte de informação – mas também pelo raio de acção do seu trabalho – “o jornal vai a toda a parte”. Esta visão moderna da actividade ficava ainda plasmada no papel desempenhado pelos repórteres de imagem. Assumia-se a grande competitividade que os move na captura da primeira e da imagem única, mas também a evolução para um jornalismo em que as imagens retiram o lugar ao

⁷² Pinheiro Torres, *O Comercio do Porto*, 2 de Junho de 1934

⁷³ “A vida de um Jornal”, *idem*

texto, numa clara antevisão da actualidade, em que uma imagem vale mais que mil palavras.

A ideia de progresso aliada à noção de continuidade foram expressas no número comemorativo do *Comércio do Porto*, de 2 de Junho de 1934. A tradição ficou expressa também pelo facto de o jornal ser uma empresa que permaneceu dentro da mesma família, que procurou salvaguardar as intenções dos seus fundadores, mas também assegurar a sua renovação e expansão. Essa tônica manteve-se também depois da morte de Bento Carqueja, que ocorreu em 1935, pelo que o novo director seria Fortunato Seara Cardoso, seu genro. A orientação do jornal manteve-se: as questões da cidade e da região continuaram a ser tónica editorial, não descurando os aspectos nacionais e internacionais.

Apesar de ser conservador, *O Comércio* não foi “colado” ao regime ditatorial. Foi inclusive suspenso pela censura, com todos os prejuízos que essas medidas sancionatórias acarretavam. Ainda assim, a redacção foi envelhecendo e o formato tornou-se muito antiquado. Não havia reportagens e uma grande parte das matérias tinha como fonte o Telex nacional ou internacional. A maioria do público era não tanto do centro urbano, ainda que a burguesia comercial tendesse a comprá-lo, bem como as «famílias da cidade», mas sobretudo da província, onde chegava muitas vezes por assinatura.

Contudo, a difusão do jornal conseguiu, nos anos cinquenta, uma mais valia sobre os seus rivais. Segundo o jornalista Marques Pinto, às segundas-feiras as tiragens subiam para mais do dobro porque o noticiário de desporto era muito superior ao do *Janeiro* e do *Notícias*. A informação desportiva das pequenas e grandes equipas era conseguida pelos correspondentes que estavam espalhados pela província e que garantiam este fluxo noticioso. Mas também esta primazia se perdeu, já que o *Jornal de Notícias* percebeu a importância desta editoria e não só a desenvolveu, como foi buscar colaboradores ao *Comércio*.

O adormecimento do jornal teria fim em finais da década de sessenta inícios da seguinte com a contratação de novos quadros que imprimiram um

novo dinamismo à forma de fazer notícias, o que de alguma forma seria acompanhado pela passagem da propriedade, em 1973, para o grupo Quina.

4.1.2 – O *Primeiro de Janeiro*: a matriz ideológica prevalecente

O segundo grande título portuense nasce perfeitamente inserido quer no clima político que caracterizou a cidade durante todo o século XIX, quer no contexto editorial ideológico que sempre o acompanhou. Como é sabido, foi no Porto que se geraram os grandes movimentos políticos que lavaram às mudanças governamentais em Lisboa e a cidade via-se a si própria como impulsionadora de reformas que o poder institucionalizado tinha relutância em aceitar. Apesar de a Regeneração ter significado o fim do clima de guerra civil, as diferenças entre as facções liberais prevaleceram e foi justamente num dos momentos em que a oposição das forças em conflito foi mais acesa que surgiu a *Revolta de Janeiro*, a folha que precederia o projecto de continuidade protagonizado pelo *Primeiro de Janeiro*.

O governo regenerador tinha posto em prática uma medida fiscal muito impopular – o imposto de sisa – que se traduziu numa taxaço ao consumo e gerou uma onda de contestação popular que teve o seu epicentro no Porto. Denominada a Janeirinha por ter ocorrido no dia 1 do primeiro mês de 1868, a revolta insurgia-se contra o aumento dos preços que os novos impostos implicavam, mas também pelo mesmo efeito agravado pelo açambarcamento dos produtos. A reacção violenta das populações esteve na origem da demissão do governo e na chegada ao poder dos Históricos. Ora, parte da campanha levada a cabo contra os regeneradores coube à *Revolta de Janeiro* que se publicou logo no dia 1, mas só até Agosto de 1868. O tom incendiário era dado pelo título e os ideais defendidos serviriam de pano de fundo à queda do executivo, na melhor tradição do jornalismo ideológico oitocentista.

A suspensão deste título justifica-se pelo fim do movimento popular que lhe deu origem, contudo, prevaleceu a ideia de criar um jornal que desse continuidade aos princípios defendidos durante a insurreição popular. A mudança do título justificava-se já que os criadores do jornal entendiam que poderia induzir em erro, uma vez que a ideia era levar a cabo uma campanha

serena pelos ideais do progresso. Foi desta forma que se criou *O Primeiro de Janeiro* foi assim denominado em homenagem à Janeirinha, como ficou retratado pela caricatura de Rafael Bordalo Pinheiro, em que a revolta surge como a «mamã». Mas para além deste tributo, pretendia-se também recuperar algumas das reivindicações que ela protagonizou, nomeadamente as reformas político-administrativas que vieram a ser defendidas pelos progressistas, como ficava afirmado no editorial⁷⁴.

O início da publicação a 1 de Dezembro não foi por acaso, já que mais uma vez se dava início a uma campanha eleitoral e o jornal, na linha que o tinha precedido, iniciava-se desde logo no combate político: “Agora que a nação tem a sua sorte pendente da escolha, que os eleitores fizerem dos futuros deputados; agora que a gravidade das circunstancias da abstenção eleitoral uma falta imperdoavel, e da má escolha uma traição; cumpre que os eleitores tenham bem presentes a grande responsabilidade que sobre elles posa; a critica situação em que o paiz se acha, e as importantes necessidades que urge dar remédio.”

Toda a primeira página do número inaugural era ocupada com o programa do Círculo Eleitoral Portuense, num discurso político onde se convidava os cidadãos a ponderarem sobre os principais problemas que atingiam o país e de onde se destacava a questão do equilíbrio das finanças públicas. Num texto pleno de actualidade *O Janeiro* apontava o dedo à incapacidade dos governantes em reduzirem a despesa, ao peso que o funcionalismo de estado tinha nos problemas orçamentais e à pouca transparência das contas públicas. Explanava em seguida aspectos ideológicos,

⁷⁴ “Quando a dissolução da camara, que tam complacientemente ergueu em seus escudos o ministerio Fontes-Martens, rasgava o campo aos combates eleitoraes, lavrou-se este programa no intuito de significar e desenvolver a *ideia*, que determinara a revolução de janeiro, e devia ajudar os seus adeptos na escolha dos novos mandatarios. Um dever nos impôz que formulasse-mos as nossas ideias, para assim varrermos de uma vez as interpretações cerebrinas, e mostrar que não levantamos a cabeça para logo a inclinar nos travesseiros faceis do sucesso. Tivemos então na coragem das nossas convicções, como hoje, e sempre as teremos. Ora o mobil que nos inspirou a resolução de fallar, tomando a responsabilidade do 1º de Janeiro, é ainda o mesmo dever que hoje nos traz á imprensa apostulando os mesmos principios. Onze meses não poderam entibiar-nos a fé n’esse *credo* politico, antes a refinaram, avigorando-a. E o condão, ou segredo de todas as ideias-principios – a de fortalecer, evitando as quedas. Quando se desenrola um pendão, onde com toda a sinceridade e boa fé se inscrevem as palavras sacrosantas *d’economia, justiça e liberdade* está-se bem comsigo, e confia-se no futuro. Esta confiança não será uma ilusão d’optica, *perseverando* nós na esteira luminosa, que nos abrem, por entre as ondas contraditorias d’este tempo sombrio aquellas tres formosissimas palavras. Perseveraremos? É com esse fito que de novo estampamos este *programma*, e vimos desenvolvê-lo e commental-o largamente neste jornal.” In *O Primeiro de Janeiro* de 1 de Dezembro de 1868

mas o principal foco de preocupação eram claramente as questões económicas e financeiras. No fundo, tratava-se de dar voz a um programa político e o jornal assumia-o inteiramente ao inserir no cabeçalho Jornal Político e Noticioso e entre parênteses Órgão do Círculo Eleitoral Portuense, bem como a composição da Mesa Eleitoral: como presidentes o conde de Samodães e Joaquim Ribeiro de Faria Guimarães, Raymundo Joaquim Martins e Eugénio Pereira Pinto Basto como vice-presidentes, os secretários Delfim Maria Pereira Maia e António Ribeiro de Costa Almeida, os vice-secretários João Mendes Osório e António Alves da Silveira e o tesoureiro José Pereira de Loureiro.

Estes nomes incluíam-se no grupo que tinha estado na origem da criação do jornal, enquanto protagonistas e patrocinadores da causa, mas a que se deve ainda acrescentar o principal mentor, D. António Martins, Bispo de Viseu. Quanto à equipa que se constituiu Alberto Bessa refere: “entraram então para a empresa, coadjuvando os esforços do fundador, várias pessoas de dinheiro e de entre elas a *alma mater* do periódico – Gaspar Ferreira Baltar.”⁷⁵ De facto seria ele um dos rostos do novo projecto a que se associou ainda António Augusto Leal, proprietário da tipografia onde se imprimia o *Jornal de Notícias* (um dos vários). Seriam aliás estes dois últimos os principais responsáveis pela prossecução de *O Primeiro de Janeiro*, já que os primeiros tempos, como era normal, forma marcados por dificuldades económicas.

Aquando da inauguração o título inicial era escrito «O 1º de Janeiro», embora nesse mesmo ano o cabeçalho tivesse mudado a configuração gráfica e passasse a designar-se por extenso, forma que prevalece até aos nossos dias. Foi lançado com o preço de 30 réis na venda avulsa. O primeiro ano de existência foi, pois, marcado por várias dificuldades e os anúncios eram insuficientes para sustentar o jornal, o que obrigava Gaspar Baltar a arcar com parte das despesas. Um ano mais tarde, passou a diário e fundiu-se com o *Jornal de Notícias*⁷⁶. Ainda assim e de acordo a edição comemorativa do 75º

⁷⁵ “Jornaes da Minha Terra” in *O Tripeiro*, 19 de Outubro de 1931

⁷⁶ “Motivos imperiosos e que não é possível adiar obrigam o proprietario dos jornaes – PRIMEIRO DE JANEIRO e JORNAL DE NOTICIAS a refundil-os em um só, e por esse motivo será d’hoje em diante distribuido o PRIMEIRO DE JANEIRO aos snrs. Assignantes do JORNAL DE NOTICIAS. Esperamos que os Illm^{os}. Snrs. Assignantes, que tanto nos tem coadjuvado por o paço de 4 annos, continuem a coadjuvar-

aniversário do Janeiro, em 1870, o jornal sofreu importantes transformações. Ferreira Baltar teria até então financiado sucessivamente o projecto e decidiu exigir a liquidação da dívida, o que acabou por se resolver pela entrega da propriedade como forma de saldar os prejuízos acumulados.

O período inicial de existência de *O Primeiro de Janeiro* foi caracterizado também do ponto de vista da estrutura por um grande instabilidade. Quanto aos conteúdos, eles reflectem o objectivo inicial a que o jornal se propôs. O tom foi sempre o da doutrina política criticando ou apoiando os actos governativos segundo o ministério em causa. Também os outros jornais ideológicos eram alvo dos seus ataques, nomeadamente a *Revolução de Setembro* e o *Nacional* pelos artigos políticos que publicavam e onde se registava diferença de opiniões quanto às medidas políticas e às personalidades políticas. Mas também *O Comércio do Porto* era tratado com pouca simpatia: não só as questões políticas suscitavam polémica, como ainda o *PJ* corrigia aspectos meramente informativos. Notava-se o clima de rivalidade entre os dois periódicos portuenses, que mais tarde se alargaria também ao *Jornal de Notícias*. Uma grande parte dos artigos de fundo tinham pois a ver com aspectos da vida governativa, mas o *Janeiro* deu muito destaque às questões económicas e financeiras, muitas vezes em tom crítico que contradizia o facto de apoiar o governo em exercício. Mais uma vez o Porto ficava muito distante das decisões da capital e o jornal dava conta desse descontentamento.

Outros aspectos eram abordados na temática política, nomeadamente uma série de artigos relativos ao conde de Samodães e à reforma fiscal. Uma das questões polémicas que o *Janeiro* trouxe às suas páginas foi o debate sobre o iberismo, onde optou por transcrever artigos de vários jornais espanhóis em que se defendia ou rejeitava a união ibérica. *O Primeiro de Janeiro* era contra, mas ainda assim fez um esforço de publicar as diferentes argumentações.

nos, por que na publicação do PRIMEIRO DE JANEIRO continuaremos com os principios que sempre pugnamos n'aquelle. Allem d'isso os leitores não perdem nada na troca, antes lucram, por que a tudo que continha o JORNAL DE NOTICIAS, acresce a parte politica, a esta é a politica popular, que todo o paiz adopta. Melhoraremos ainda sucessivamente o jornal, e mostraremos aos nossos dedicados assignantes que sempre em toda a ocasião seremos gratos aos favores que d'elles temos recebido." In *O Primeiro de Janeiro* de 13 de Janeiro de 1869

Do ponto de vista temático, o jornal dedicava ainda atenção às questões directamente relacionadas com o Porto. Também aqui as colunas eram assinadas por X, como no noticiário nacional e tinham uma preocupação em chamar a atenção das autoridades para situações que urgia resolver, como a barra do Douro ou a rua Nova da Alfândega. Seria também este temário que teria contribuído para a fidelização do público portuense.

Se se tiver em conta os primeiros anos de *O Comércio do Porto* e de *O Primeiro de Janeiro*, há uma ideia que se destaca de imediato: do ponto de vista gráfico e dos conteúdos, o *Comércio* é um jornal muito mais atractivo. Embora adoptando o mesmo formato, o *Janeyro* tem uma composição muito mais difícil de ler. Tinha as mesmas quatro páginas, a seis colunas, onde os temas tinham separadores muito simples. Na primeira inseria o artigo de fundo e o folhetim, que se iniciou com o autor francês Ponson du Terrail, mas que tanto podia ser a publicação de um romance como o folhetim-crónica, também usado no *CP*. Os demais temas espalhavam-se de forma confusa pelo espaço de impressão. Só os títulos temáticos cumpriam a função de distinção entre eles. Contudo, podia haver sobreposição de matérias. Assim, o «NOTICIARIO» era composto por breves de todo o tipo, nacionais e estrangeiras, e podia ir até à página 3. Incluía-se também a «PARTE OFFICIAL» e as «CORTES», onde se dava conta do resumo da actividade parlamentar. Podia também surgir a «CHRONICA DO DIA», que era como um noticiário de agenda, e segundo a mesma lógica a «PARTE MARÍTIMA». As «COUSAS E LOUSAS» tratava de amenidades e modas e os «ANNUNCIOS» surgiam na última página e por vezes na anterior.

As opções em termos de forma não eram claras. O jornal mudou o título, mas também mudou o tipo de letra. O efeito geral era de uma mancha escura, difícil de ler. Suspendeu por vezes a publicação e alterou a periodicidade e o preço. Tudo isto evidencia as dificuldades incitais que só começaram a ser superadas com a passagem da propriedade de *O Primeiro de Janeiro* para as mãos de Gaspar Ferreira Baltar. O novo dono do jornal era considerado um capitalista que tinha constituído fortuna no Brasil. Uma vez chegado a Portugal abraçou a luta política, o que não impediu que fosse acima de tudo um homem de negócios e que tenha sido nessa qualidade que

assumiu os destinos de *O Primeiro de Janeiro*. Nunca se arvorou o papel de jornalista, mas antes pensou na maneira de modernizar e dar continuidade ao jornal. O filho comparou-o a Jean Dupuy, criador do *Petit Parisien*, e a Villemessant, fundador do *Figaro*, por nenhum deles ser jornalista e terem dedicado a sua vida a grandes títulos.

Um dos aspectos que terá contribuído para uma maior amplitude em termos de público terá sido o tratamento dado à guerra franco prussiana. Os demais jornais mantiveram os seus contratos com a Havas, que por ser francesa dava notícias muito parciais quanto à evolução do conflito. O *Janeiro*, ao ter contrato com a Wolff, garantiu a primazia do noticiário internacional, uma vez que, antes dos concorrentes, anunciou a vitória alemã.

A reestruturação inicial do Janeiro não passou ainda pelo abandono da luta política. Contudo, desde o início da década de 70, progressivamente, o novo proprietário foi implementando estratégias para que o jornal se tornasse mais lido pelo público. O novo impulso investidor levou o *PJ* para Santa Catarina, onde passou a ter oficinas próprias e máquinas que permitiam aumentar as tiragens. Ferreira Baltar organizou uma campanha publicitária para promover as vendas e angariar publicidade. Para além disso, passou a privilegiar a venda avulsa e não só por assinaturas, através da contratação de ardinhas: “Foi meu pai quem inaugurou a venda avulsa do jornal, e para atrair compradores tinha engenho e arte. Depois de estabelecida a venda no Porto, foi organizá-la em Braga, após o insucesso do seu primeiro emissário.” (BALTAR, 1934) Esta estratégia de *marketing* foi acompanhada pela alteração da hora de saída do jornal, que passou a coincidir com a abertura do comércio, o que se articulava com o sistema de vendas adoptado. Outro dos elementos usados para publicitar o jornal foi conseguir que a rainha D. Maria Pia o assinasse. A par destas iniciativas, Baltar tinha uma preocupação constante em relação aos ganhos provenientes da publicidade e a sua última rotina diária consistia em saber o quanto tinham rendido os anúncios.

Para que aumentassem as tiragens era necessário que se modificasse também a forma de fazer o jornal. Embora o proprietário tivesse uma preocupação constante com os melhoramentos, a redacção do jornal seria pequena em comparação com os títulos concorrentes. Mas, tal como os seus

directos concorrentes, ao longo da sua história o *Janeiro* contou com a colaboração de figuras ilustres como Guerra Junqueiro, Antero de Quental ou João Chagas, que de alguma forma reflectem uma orientação muito própria do jornal. Quanto à redacção, ela foi sempre escolhida com cuidado e os elementos escolhidos transformaram gradualmente o conteúdo do *Janeiro* no sentido do jornalismo noticioso. As secções sofreram alterações e algumas modificaram os títulos. O noticiário internacional diversificou-se e ganhou mais espaço pelas razões apresentadas em relação aos outros dois títulos. Verificou-se também um grande tratamento das notícias de França, não só pela tradução de artigos franceses ou dos contratos de agência, mas também porque passou a haver um correspondente em Paris. O Brasil e os conflitos em África foram igualmente tratados.

Criaram-se rubricas mais ligeiras e humorísticas, como o «Correio da Moda» ou a «Gazetilha». Progressivamente o *Janeiro* foi abandonado a primazia do noticiário político e dando destaque a outras temáticas. Na viragem do século, o jornal dava já muito destaque aos aspectos informativos puros em que a reportagem dos acontecimentos se caracterizava por ser muito preenchida com detalhes. Surgiram rubricas como o «Calendário Histórico», «Notícias do Exterior», «Cartas Diárias» ou «Sociedade». Para além da reportagem, de temas de moda e da vida mundana, o jornal passou a incluir a necrologia e notícias de desporto. Outra das opções editoriais passou pelo «Correio das Províncias», o que também terá contribuído para alargar a sua difusão no norte do país.

Ainda que tenha diversificado a informação, o matutino portuense orgulhava-se do tom sério de debate das grandes questões políticas. Era também apanágio seu os «fait-divers» serem tratados com uma linguagem circunspecta que marcou um estilo próprio: “Ora, o «*Janeiro*», por altura dos anos de noventa, possuía essa leitura variada, atraente e curta. (...) Nunca, porém, era dado relevo a crimes ou a outras humanas misérias. Quem confrontar as colecções dos jornais de Lisboa com as do «*Janeiro*», da época a que nos estamos a reportando, dirá que este jornal era de outro país, tão omissivo e lacónico é no relato de assassinios e roubos, cenas de ciúme ou suicídios, que noutros jornais eram tratados com todas as minúcias, as mais

repugnantes” (MARTINS, 1941:50). Não seriam só os jornais de Lisboa a usar desta estratégia, também o concorrente *Jornal de Notícias* apostou neste estilo e no tratamento continuado destas temáticas, pelo que aqui se insere uma crítica velada ao rival de maior difusão na cidade do Porto.

Apesar de ter aligeirado os conteúdos o velho diário portuense nunca foi absolutamente distante do debate ideológico. Na revolta do 31 de Janeiro, embora não tivesse tomado um partido claro, as suas simpatias foram para os derrotados. Aquando da proclamação da República o Janeiro foi o primeiro diário portuense a dar a «cacha». Houve inclusive uma grande determinação em dar a notícia, já que aparentemente a redacção estaria à espera da confirmação via telégrafo e ela não chegava, por as comunicações terem permanecido do lado dos monárquicos. Assim, *O Primeiro de Janeiro* anuncia em título, no número de 6 de Outubro: «Continuam cortadas as comunicações com a capital». Apresenta relatos de pessoas sobre os acontecimentos e refere o clima de insegurança que se vivia no Porto, nomeadamente, nos quartéis. No mesmo dia, em edição especial, o diário portuense faz notícia ao publicar «A proclamação da República», anunciada pelo governo provisório no dia anterior “às 9 e 50 da Manhã (via cabo, urgente): A república foi proclamada hoje às 8 horas da manhã pelo povo, exercito e armada depois de luta heróica.” Nos dias seguintes o jornal continuou a dar grande ênfase a estes aspectos utilizando uma linguagem adjectivante altamente elogiadora, como “Manhã de radiante alegria na cidade. A notícia da proclamação da república é acolhida com entusiasmo delirante” ou ainda “Manhã luminosa e bella, duplamente radiante foi a de hontem. Depois d’uma anciedade febril, que muitas horas conturbou almas sedentas de liberdade, comprimindo e recalando os corações, saiu por fim essa aurora de justiça redentora por que enternecidamente anciavam todos os que de longe aqui davam a este jornal – paladino das reivindicações populares – o esforço do seu trabalho e a simpatia radicado do seu ideal democrático.” O *Janeyro* continuou nos meses seguintes a dar grande destaque a estes aspectos sempre em tom muito entusiástico, ao contrário dos outros dois diários que adoptaram um estilo bem mais discreto.

Mas a defesa da causa republicana não se limitou à simpatia expressa no editorial. Foi também tradição do diário portuense que alguns dos seus colaboradores fossem ou activistas ou simpatizantes do novo ideário, como tinha acontecido com João Chagas. Embora não expressando a orientação editorial do jornal, foi-lhe dado o espaço de crónica «As minhas razões», onde pode expressar as suas convicções. Mas também Júlio d'Oliveira abraçou a causa e, ainda que de outra forma, envolveu *O Primeiro de Janeiro* na luta pela instauração do novo regime, na madrugada do 5 de Outubro de 1910: “Na certeza do assalto e de todos serem revistados e apreendidas as armas que possuíam, houve grandes preocupações. Mas a horas tantas todas essas armas, ou grande parte delas, as tinha eu guardadas num movel da redacção do Janeiro, porque foram para ali trazidas á minha guarda por Eleuterio Cerdeira e Raimundo Martins, que puderam sair e entrar livremente daquele jornal republicano [A Pátria] dada a sua qualidade de reporteres.”⁷⁷ Esta toada política foi uma das características do jornal em todo o período seguinte e nem a ditadura extirpou o Janeiro da sua raiz democrática e republicana.

Do ponto de vista gráfico, as alterações fizeram-se sentir à medida dos investimentos de Ferreira Baltar. O empresário encarou *O Primeiro de Janeiro* como um negócio e a sua progressão fez-se de acordo com a gestão parcimoniosa dos recursos. Daí que tivesse uma redacção menor e daí também o percurso gradual que se traduziu na mudança sucessiva de instalações, sempre na órbita da Rua Santa Catarina. A instalação no palácio de Santa Catarina que passou a ser a sua sede e ponto de referência da cidade, só verificaria em 1921, já com a transformação da estrutura da empresa. A aquisição de máquinas mais modernas permitiu o aumento de tiragens que o proprietário do jornal se preocupou em promover. O aumento da publicidade levou também ao aumento do formato do jornal justamente para permitir uma maior área de impressão.

As gravuras e os efeitos decorativos fizeram também a sua entrada, embora inicialmente incidissem sobretudo na publicidade. De forma gradual a gravura e a fotogravura conquistara espaços e contribuíram para tornar a

⁷⁷ “O Jornalismo no Porto” in *Jornalistas do Porto e a sua Associação*, 1925:114

impressão mais apelativa, sobretudo na reportagem dos grandes assuntos nacionais. Mas incluiu-se também no «Calendário Histórico», por exemplo, de maneira a dar realce a alguns aspectos mais caricatos.

Ainda assim, a imagem do matutino portuense é de desorganização face aos seus concorrentes. Ela era patente pelo facto de a publicidade se espalhar por todas as folhas, ao contrário do *Comércio* ou do *Notícias*, onde ela se «arrumava» nas últimas páginas. Esta percepção é corroborada pelo colaborador do jornal Júlio d'Oliveira: “Duas páginas eram de ordinário ocupadas pelos anúncios, tendo de se meter artigos, noticiário e informações no espaço restante.⁷⁸” Esta era a lógica dos projectos empresariais de informação, em que cerca de metade do espaço publicável era preenchido com publicidade. A diferença tinha apenas a ver com a geografia dos anúncios, que actualmente se distribuiu em função da relação hierarquia de página/custo, mas que no início da sua implementação não obedecia a esta lógica.

Do ponto de vista das rubricas, havia igualmente alguma confusão e as colunas surgiam «salpicadas» por temas muito diversos. Ao comparar genericamente a imagem do *Janeiro* com os seus concorrentes, ela continuou a ser menos apelativa e mais difícil de ler. A configuração do *PJ* piorou durante a I Guerra, aliás como as dos demais jornais, em função das medidas restritivas adoptadas. As ilustrações e fotografias praticamente desapareceram e o espaço de impressão diminuiu, havendo dias em que saíam apenas duas páginas. O aspecto carregado da impressão correspondia ao tom noticioso, em que o conteúdo se assemelhava muito ao dos primeiros anos de vida do diário. Neste período tornou-se evidente a fraca capacidade económica do jornal. Os aspectos restritivos foram inclusivamente comentados no número que corresponderia ao 50º aniversário do matutino e que só veio a ser devidamente assinalado a 1 de Janeiro de 1919, com a inclusão de uma gravura e o título «Bodas d'oiro».

O tom não era de grande alegria: “Sem orgulho, mas com nobreza, festeja hoje O Primeiro de Janeiro as suas «Bodas d'oiro». No prepara da carreira extensa de cinquenta annos, luctou este jornal contra as tibiezas e

⁷⁸ *Idem*: 70

desfalecimentos e a sua história, já longa, constitui um estímulo que nobilita e dignifica: estímulo para quem, honrando o seu passado, quer prosseguir no caminho da luta, verdade e justiça.” O orgulho do Janeiro na sua história foi ainda continuado nos números seguintes, como era da praxe, com as felicitações e cumprimentos de individualidades e instituições, nos números seguintes.

Não deixa de ser curioso que este ciclo comemorativo tenha terminado com a publicação de um suplemento a 20 de Janeiro, onde se anunciava a restauração da monarquia: “Com surpresa para muitos e esperança para outros, restabeleceu-se hontem, nesta cidade, a monarquia, ha mais de 8 annos destituida.” É patente o tom de descrédito que a notícia suscita, embora o matutino tenha continuado, obviamente a dar cobertura destes acontecimentos nos dias seguintes.

A evolução da propriedade do *Janeiro* teve consequências em termos de como o jornal se estruturou. Pode-se dizer que existia uma «família do Janeiro»⁷⁹ e que essa característica empresarial permaneceu ainda que Ferreira Baltar se tenha associado a Joaquim Pacheco. Depois da sua morte, em 1899, a sua parte seria herdada pelo filho Gaspar Baltar. Criou-se então a Empresa O Primeiro de Janeiro detida em partes iguais pelos dois sócios, embora a edição comemorativa do 75.º aniversário do *PJ* tenha dado muito mais relevo a Baltar filho. Assim ele não só surge destacado por ser responsável pela modernização do parque gráfico, em concorrência directa com o *Jornal de Notícias* e com o *Comércio do Porto*, mas também pela sua própria colaboração jornalística. Das crónicas por ele seleccionadas para *A Hora do Chã* é possível constatar o conhecimento dos grandes temas internacionais e um espírito aberto às novas ideias, que conferiram ao Janeiro uma verdadeira dimensão de jornal moderno e cosmopolita. Não significa isto que Joaquim Pacheco passasse despercebido, uma vez que partilhou com Baltar filho a direcção de *O Primeiro de Janeiro*.

Apesar da qualidade intencional de que se revestiu, ou talvez por isso, o *Janeiro* passou por sobressaltos económicos, à imagem das dificuldades

⁷⁹ Em *Uma Pequena História de um Grande Jornal*, o autor usa esta expressão porque Ferreira Baltar instalou a sua família no segundo andar do prédio que era a sede de *O Primeiro de Janeiro*, mas alargou essa acepção ao pessoal a quem pontualmente acolhia e matava a fome.

financeiras que assolavam o país no final da I Guerra. Em consequência, o diário foi vendido pelos dois sócios a um grupo de Lisboa, em 1919. Foi o período lisboeta de *O Primeiro de Janeiro*. A par dos novos investimentos que se traduziram na inauguração da nova sede, o aspecto do diário sofreu uma verdadeira revolução, que o tornou muito mais apelativo. Os novos responsáveis vieram das fileiras de jornais da capital e promoveram várias alterações também em termos de conteúdo. A nova orientação implicou alterações também em termos de estrutura, uma vez que se criou uma delegação em Lisboa (a Agência) responsável pelo noticiário da capital, que passou a ocupar cerca de uma página. Esta estratégia editorial não só trouxe uma maior diversidade informativa, como permitiu que o *Janeyro*, a partir de 1923, passasse a ser vendido na capital, mercado que foi conquistando progressivamente: “Em consequência destas inovações e do largo espaço reservado ao estrangeiro, o nosso jornal conquistou rapidamente grande espaço de expansão, sobretudo a sul do país, chegando a vender-se e a ser disputado em Lisboa, como qualquer dos nossos colegas da capital.” (MARTINS, 1947:62). Esta representa, sem dúvida, outra diferenciação em termos de estratégia editorial face a *O Comércio do Porto* e ao *Jornal de Notícias*, que enveredaram por um enquadramento mais local e regional.

Assim, a primeira página passou a dar destaque ao facto noticioso do dia. As notícias de «fait-divers» ganharam espaço e a transcrição de notícias dos jornais de Lisboa também. Isto levou ao desaparecimento das velhas rubricas e a uma maior inclusão de temas mais ligeiros. A crónica passou a intitular-se «Coluna Livre» e a informação regional passou a estar inserida em «O Primeiro de Janeiro nas Províncias», passando depois a «Diário de ...» ou «Notícias de... », seguido do nome da cidade. Incluiu-se também o «Noticiário Religioso» e na última página as «Últimas Notícias» que correspondiam a informação nacional ou estrangeira dada por telefone.

A maior diversidade do *PJ* apostou também em aspectos mais lúdicos com o aumento da informação desportiva, a inclusão de concursos, as modas e as notícias sociais. Em 1937, inaugurava-se o *Janeyro-Ilustrado*, com inclusão de muitas imagens referentes a vedetas do cinema e do teatro e a vários aspectos de entretenimento e publicava-se também uma página dedicada às

crianças. A nova administração apostou também no aspecto gráfico, agora com mais imagens, não só na primeira página, como também no interior. A publicidade voltou a afluir e mais uma vez distribuía-se de forma algo desordenada, embora mais concentrada nas últimas páginas.

A Empresa O Primeiro de Janeiro mudaria ainda de mãos ao ser adquirido em 1923 por uma nova sociedade onde constavam nomes como Adriano Pimenta, Francisco Borges e Manuel Pinto de Azevedo. Estas mudanças levariam ainda a reajustamentos em termos da administração e direcção do matutino portuense, durante cerca de uma década. Os novos proprietários continuaram a investir em melhoramentos técnicos, com a compra de novas rotativas em 1928 e 1937, que garantiram que o jornal pudesse fazer sair 100 000 exemplares, agora com 6 ou 8 páginas, embora não conste que alguma vez *O Primeiro de Janeiro* tenha alguma vez atingido tais níveis de divulgação. A outra grande melhoria consistiu na possibilidade de imprimir a cores, o que veio permitir a publicação dos mapas que acompanhavam a evolução da actualidade internacional e que suscitaram grande procura do público.

As mudanças em termos de direcção sucederam-se quer pelas estratégias da Empresa quer pela morte dos responsáveis do jornal. Esse processo culminaria com Manuel Pinto de Azevedo Júnior, que assumiu o cargo de director em 1936, lugar que ocupou até 1976. Seria ele o grande responsável pela forma como o diário consolidou a sua posição na cidade, mas igualmente pelo cunho muito pessoal que imprimiu à direcção do *Janeiro*.

Um dos aspectos a realçar é que o jornal, ainda durante esses anos de alguma instabilidade, nunca abandonou a linha política que o tinha caracterizado, o que lhe valeu ser castigado com a suspensão durante a ditadura militar. Ainda assim, *O Primeiro de Janeiro*, mesmo com a nova direcção, persistiu no seu distanciamento face aos novos acontecimentos políticos, reafirmando-se como um projecto informativo independente das pressões partidárias. Esse afastamento dos novos ventos políticos tê-lo-á levado a ser o único jornal português a ter uma grande procura em Espanha, aquando da guerra civil. De facto, em 1936, seriam os temas internacionais a ter as honras de primeira página. O jornal, fazendo eco de outros títulos

estrangeiros, demonstrava uma preocupação crescente face às iniciativas diplomáticas de Adolf Hitler e a sua aproximação à Áustria e Itália.

O outro acontecimento com cobertura quase diária seria o desenvolvimento do conflito no país vizinho. Os acontecimentos vividos em Espanha foram inúmeras vezes notícias de primeira página e a guerra civil teve particular destaque. Em 1936, dava-se informação sobre o começo do conflito embora assegurando a capacidade do governo republicano em controlar a situação. O jornal incluía mapas onde se assinalavam a distribuição das duas forças no terreno. No ano seguinte, o tema foi repetidamente tratado sob o título «A guerra civil em Espanha», normalmente seguido de «continuação». Anunciava-se os avanços das forças franquistas: “Na manhã de ontem as tropas nacionalistas desencadearam uma violenta ofensiva contra Madrid”⁸⁰ e “a aviação nacionalista bombardeou as posições marxistas do Paseo de Rosales”; ou ainda “A aviação nacionalista, auxiliada pelos vasos de guerra, bombardeou ontem o porto de Málaga, destruindo vários edifícios públicos.”⁸¹ Este tratamento minucioso levou a que a sua venda, que se fazia sobretudo na Galiza, fosse proibida aquando da vitória de Franco. Este posicionamento face ao clima internacional seria bem distinto do *Notícias*, que por esta altura, pela opinião de João Ameal, revelava as suas simpatias pela nova ordem que se ia instalando no mundo. Embora condicionado pela censura instaurada a partir da ditadura militar, *O Primeiro de Janeiro* manteve sempre este pendor de uma certa independência face ao regime do Estado Novo e sempre foi visto pelos portuenses como o jornal das velhas hostes republicanas.

4.1.3 – O Jornal de Notícias: do perfil ideológico à vocação popular

A publicação do terceiro grande diário portuense, ainda que estando em desvantagem por ser a mais tardia, enquadrou-se, contudo, num momento mais favorável da história da cidade. Por outro lado, as rivalidades com as outras publicações fizeram-se, pelo menos inicialmente numa perspectiva de

⁸⁰ *O Primeiro de Janeiro*, 8 de Janeiro de 1937

⁸¹ *O Primeiro de Janeiro*, 12 de Janeiro de 1937

luta ideológica e só mais tarde – ainda que não muito – a luta das tiragens se fez sentir. A iniciativa de criar um novo jornal que servisse os propósitos de um grupo de regeneradores foi tomada quando o Porto apresentava, por fim um grande dinamismo em termos de crescimento demográfico, a que correspondeu um desenvolvimento industrial. Estes factores de modernidade são todavia modestos, e a concentração populacional nunca atingiu os níveis de Lisboa.

Por outro lado, apesar do crescimento urbano, as condições de vida das pessoas eram penosas e as reformas do ensino tardavam a fazer sentir os seus efeitos, continuando a população adulta a ter níveis altíssimos de analfabetismo. Ainda assim o crescimento da cidade fazia-se sentir: rasgavam-se novas ruas e construíam-se edifícios grandiosos como o palácio das Cardosas ou o palácio de Cristal. Mas esta transformação não significava apenas progresso, já que à cidade faltavam infra-estruturas sanitárias que motivavam a proliferação de epidemias, bem como iluminação, o que a tornava escura e perigosa. Dadas as novas condições materiais, os pequenos factos que irrompem da vida dos grandes aglomerados urbanos passaram a constituir um manancial de temas noticiosos que iam desde os pequenos dramas passionais até aos cataclismos vários que assolaram o burgo portuense: passaram a constar das páginas dos jornais as notícias dos crimes, mas também dos incêndios, das cheias, que afectavam particularmente os mais desfavorecidos. Significa isto que a última versão do *Jornal de Notícias* e a que teve continuidade, apesar da sua raiz política, surgiu num tempo novo em termos informativos e o periódico, nos primeiros anos de vida evidencia uma ambivalência que se coadunava com os tempos.

O novo projecto noticioso apresentou um elemento tradicional em termos de filiação na linha do jornalismo ideológico, mas também factores de modernidade em termos de conteúdo, mas também da própria escolha do título. Dentro da primeira perspectiva, terão sido as reformulações do espectro partidário rotativista que colocaram circunstancialmente os regeneradores numa situação de debilidade. Esta configurou-se, após uma cisão interna que daria lugar à criação do movimento da Esquerda Dinástica, mas também porque face ao protagonismo do Partido Progressista no Porto.

Havia que encontrar um porta-voz da ortodoxia tradicional, que servisse também como elemento aglutinador das hostes regeneradoras. Essa intenção seria anunciada através de uma carta amplamente divulgada (hoje seria um *mailing*) onde se convidada as pessoas a subscreverem a nova folha⁸². Uma vez mais, está-se perante uma acção de *merchandising* dada a proeminência das duas personalidades que remetem este prospecto: o conselheiro José Moreira Fonseca e José Guilherme Pacheco eram figuras destacadas do Partido Regenerador. O primeiro, popularmente chamado “rei de Paredes”, tinha estado ao lado de Fontes Pereira de Melo e afirmou-se como a figura de destaque do distrito do Porto. Quanto ao conselheiro, tinha também sido governador civil da cidade e estava igualmente ligado à banca.

As pessoas que assumiriam a tarefa de dirigir o novo jornal estavam também intimamente ligadas aos destinos partidários, nomeadamente por laços familiares. José Diogo Arroio era irmão do novo líder, João Arroio, e Manuel Vaz de Miranda era genro de José Maria da Fonseca. A estas duas figuras unir-se-ia ainda o publicista Aníbal de Moraes, que levaria consigo outros jornalistas do *Jornal da Manhã*, onde tinham colaborado anteriormente (SOUSA, 1988:40-41). Estas três figuras constituíram a parte executiva de uma sociedade por quotas que foi formada na época, em que dez sócios entravam com o capital inicial de dez contos de reis, que seria o fundo inicial da empresa⁸³.

No primeiro número do jornal, saído a 2 de Junho de 1888, seriam reiteradas as intenções da defesa da linha política que estava na sua origem:

⁸² “Vai publicar-se na cidade do Porto um jornal periódico chamado Jornal de Notícias, para o qual temos a honra de solicitar o valioso auxílio de V.. O Novo jornal responde a uma necessidade urgentíssima e indiscutida da defesa e propugnação das ideias e acção política do nobre partido regenerador, hoje, mais que nunca, exaltado na sanção da opinião pública pela gestão patriótica dos negócios de estado e pela isenção íntegra que distinguiu a sua administração. Nascido da mais espontânea iniciativa, o novo órgão do jornalismo portuense, é por isso mesmo alheio a quaisquer interesses particulares que porventura prenderiam e desvirtuariam o fim que ele se propõe realizar. Pelo contrário, defenderá sem tergiversações, antes com a mais sincera devoção, os interesses e as regalias populares, sempre que hajam sido ofendidos, sempre que alguma lei gravosa para as classes que mais carecem, de protecção dos poderes públicos, para as classes que pelo seu labor mais árduo contribuem para o progredimento geral, as sobrecarregua de encargos exagerados, ou as ofenda com exigências anormais. Quer pelos seus proprietários, quer pela sua redacção, o jornal que temos a honra de recomendar a V. realiza por completo a aspiração de todos os que condenam a actual e deplorável administração do país. Rogamos pois a V. a fineza da sua assinatura, esperando que se digne dispensar ao novo jornal toda a sua prestante coadjuvação. Somos com consideração José Moreira Fonseca, José Guilherme Pacheco.” *Jornal de Notícias*, 2 de Junho de 1888

⁸³ Na subscrição nem todos tiveram uma participação igual: os mentores do projecto, Manuel Miranda e João Arroio subscreveram duas partes (dois contos de reis), enquanto que Aníbal Moraes, o jornalista, claramente não tinha fundos para um investimento deste tipo, pelo que se comprometeu a pagar um conto de reis sem data marcada, mas que cobriria as quantias adiantadas pelos demais sócios com juros. A sociedade fundadora do *Jornal de Notícias* evidencia bem os mecanismos investidores da imprensa da época: os publicistas sem dinheiro e a linha capitalista da retaguarda. Os demais subscritores eram Alfredo Ferreira Guimarães, Eduardo Gonçalves da Costa, Manuel Francisco da Costa, Manuel Joaquim Pereira Júnior e António de Pádua Menezes Russel. Este seria o tesoureiro, enquanto que José Arroio seria o director do jornal e administradores Aníbal Moraes e Vaz de Miranda.

“O nosso jornal combate nas fileiras do partido regenerador. Nem representa qualquer individualidade, por muito que ella se imponha dentro do partido; nem favorece os agrupamentos parciaes, porque desadora qualquer fragmentação que roube a força que só uma completa unidade pode dar.”

Ainda que isto signifique a defesa de uma posição unitária, ela só se compreende face à recente cisão dentro do partido, uma vez que é realmente uma facção política que toma a iniciativa desta publicação. Portanto, esta manifestação de distanciamento é contraditória com o processo que esteve subjacente à criação do novo periódico. Contudo, a ideia da defesa imparcial dos interesses mais elevados está presente em todo o artigo e transcende os próprios limites da organização partidária. Depois de fazer uma breve resenha e de equacionar o aparecimento do novo jornal ele justifica-se pelo desenho do panorama publicista da cidade: os vários títulos são acusados de confundirem e não esclarecerem a opinião pública. Criticam-se os periódicos que apesar de manifestarem intenções de isenção, realmente estão ao serviço de entidades e interesses escamoteados.

Por outro lado, esta crónica inaugural faz uma avaliação genérica muito negativa do exercício da política, que designa como «jogo malabar». Mais uma vez, o discurso é contraditório, já que a visão é apresentada como global, mas depois se faz a defesa da acção dos executivos regeneradores: “E o país já fez o confronto. Entre os governos dos ministérios regeneradores e a gerencia actual há um abismo incomensurável. A regeneração nunca se envaideceu pela sua honestidade, soffreu até as acusações mais justas e desleais, as insinuações mais graves, e todavia foi honestíssima.”

A orientação editorial partidária esteve sempre presente nos primeiros anos do jornal. Os ataques ao governo progressista foram uma constante e o chefe de gabinete José Luciano de Castro era duramente criticado, fosse pela política financeira e o que ela representava para as populações, fosse pela política colonial. Em 1898, a principal notícia ou editorial incidiu muito, tal como nos demais jornais, no clima de conflito internacional. Do ponto de vista do artigo de fundo, esta matéria foi particularmente tratada, já que o executivo era acusado de deixar ao abandono as colónias, sem que se fizesse a defesa dos interesses portugueses, tal como já havia acontecido com o

ultimato inglês. A defesa das possessões nacionais em África foi tema recorrente, dadas as investidas dos alemães em Moçambique, mas também as pretensões britânicas na costa ocidental. As críticas atingiam o governo, mas também o *Primeiro de Janeiro* por dar a perda da colónia como um facto consumado e por defender as medidas progressistas sem se preocupar com os interesses do país.

O período em que o *Jornal de Notícias* insistiu nas temáticas partidárias foi necessariamente menor que o dos seus predecessores. O declínio da política rotativista pode explicar, em parte, o atenuar deste tipo de temáticas. No início do século XX, o jornal acabou por abandonar a sua linha editorial tradicional e enveredar por um linha mais noticiosa e popular, que já estava presente, ainda que no início tivesse menos expressão.

A transformação dos conteúdos do *Notícias* não resulta de uma alteração tão drástica quanto isso: como inicialmente foi apontado, o jornal surgiu num período de grande dinamismo na cidade, mas também os seus impulsionadores foram capazes de criar um modelo em que se aliava uma linguagem mais ligeira mais popular, às questões mais profundas da política nacional. A ideia de que o novo projecto era mais moderno decorre, desde logo, da escolha do título: *Jornal de Notícias*, o que saía completamente fora da tradição de titulação dos periódicos ideológicos da cidade. Por outro lado, este não era o primeiro jornal a adoptar esta designação e o seu mais recente predecessor tinha tido uma intenção editorial que ia na linha do jornalismo popular e noticioso, embora sem êxito, uma vez mais.

Assim, o *JN* acabou por apresentar, de alguma forma, uma simbiose de estilos e intenções. A acrescentar às preocupações do conteúdo, as vantagens do formato do jornal: por ser de fundação mais tardia, era grande e de mais fácil leitura. Era também constituído por quatro páginas e a primeira começava justamente pelo artigo de fundo, de carácter político. Em baixo publicava-se o Folhetim, que começou por ser uma tradução de romances estrangeiros, mas cedo deu lugar aos nacionais, que eram anunciados repetidamente em vários números. Os demais temas tratados eram uma igualmente ecléticos já que tratavam questões internacionais, notícias de agenda e outras. O tom popular era dado pelo romance cor-de-rosa e pelos

títulos «A rir» e «Notas alegres». A ridicularização dos temas políticos teve também a sua abordagem, nomeadamente pelo aparecimento das «gazetilhas», onde pontificou Acácio Paiva, um dos jornalistas que fez também parte do período inicial do jornal.

A segunda página seguia a mistura temática e a terceira e quarta eram total ou parcialmente ocupadas com anúncios. Aliás, esta foi uma das tónicas de distribuição do espaço de impressão, que rapidamente passou a ser ocupado, em mais de 50% com publicidade. Este factor revela não só a boa difusão do jornal, mas também sua capacidade económica, já que os anúncios pagavam os custos de feitura do *JN*. Outro aspecto que atesta esta linha mais popular é o preço de lançamento: custava dez reis, à imagem do *Diário de Notícias*, o que de alguma forma o retirava do grupo dos jornais caros das elites.

As estratégias de fidelização de públicos, pelos aspectos anteriormente enunciados, seguiram algumas das características dos rivais *O Comércio do Porto* e *Primeiro de Janeiro*. O já mencionado folhetim era um dos elementos usados pelos diversos títulos, sobretudo na conquista do público feminino. O *Notícias* seguiu esta lógica, mas os romances escolhidos eram mais ligeiros. Por outro lado, a colaboração de figuras da intelectualidade nacional e portuense foi também uma aposta que acolheu nomes como Pinheiro Chagas, Gomes Leal, Maria Amélia Vaz de Carvalho ou Oliveira Martins. Dentro desta preocupação, o jornal passou a publicar às segundas-feiras uma primeira página literária, onde pontificaram vários nomes nacionais e estrangeiros, como os de Olavo Bilac e Júlio Ribeiro. Seria esta uma das razões que levaram o jornalista Costa Carvalho a defender a tese de uma origem brasileira para o *Jornal de Notícias*. A outra das principais razões tem a ver com as raízes genealógicas dos fundadores e do facto delas terem tido, pelo menos em dois casos, passagens pelo Brasil, onde aparentemente se reuniram os bens de fortuna que terão subsidiado a fundação do novo projecto. Esta mistura de origens teve, curiosamente o desenlace na figura de Manuel Pacheco de Miranda, aquele que viria a ser a figura carismática que protagonizou o grande impulso e modernização do *JN*.

As reportagens que trataram os grandes acontecimentos do final do século XIX foram também trabalhadas pelos concorrentes, nomeadamente os grandes acontecimentos que abalaram o Porto: a revolta do 31 de Janeiro, um naufrágio da barra do Douro ou o início da construção da gare de S. Bento. Aliás, muitas das políticas da cidade foram igualmente tratadas, muitas vezes com o tom reivindicativo inerente à defesa dos interesses da população, como quando se elogiava a modernização da cidade que se rasgava de novas ruas e onde se erguiam belos edifícios, mas não se acompanhava este surto construtivo com a instalação de luz. Criticava-se também a falta de policiamento, de transportes e de outras medidas contribuíram para que a toda a vida urbana melhorasse, como os transportes e o fornecimento de água. Também as campanhas de solidariedade constaram das iniciativas do jornal, para angariar fundos para as situações mais desesperadas. Elas faziam-se para auxílio de situações isoladas de desespero ou de campanhas como o «Natal dos Pobres».

As temáticas noticiadas apresentam, contudo, algumas inovações praticamente desde os primeiros tempos de publicação. Os *fait-divers* foram, incluídos desde o início da história do *Jornal de Notícias*. Os suicídios eram um tema recorrente: desde a morte de uma figura da monarquia internacional até à descrição dramática de como uma bela jovem pôs fim à vida num hotel de Paris, passando pelo de Camilo, reportavam-se muito estas situações de forte carga sensível, a descambar para um certo tom de morbidez, que romperam com o estilo austero do jornalismo portuense. O tom emotivo era continuado pela forma com se enquadravam os aspectos do quotidiano: uma ladra de Lisboa que assumiu uma certa auréola de aventureira ou a pretensa descoberta feita pelo jornal de um *serial killer* de Porto. Escolhiam-se «estórias» carregadas de pormenores que muitas vezes eram tratadas continuamente em vários números.

O mesmo se passava com os crimes passionais, também normalmente publicados na primeira página e, onde para além da abundância de detalhes, se incluíam igualmente gravuras e de declarações dos implicados, muito à maneira jornalismo popular americano, na linha de Pulitzer ou Hearst. Mas o tom decididamente popular tomava proporções extremas quando o jornal

anunciava como facto comprovado uma aparição a uma mãe que lhe tinha permitido salvar a filha ou uma notícia com gravura sobre o espiritismo no Porto. Foi também notícia preocupante o «lobisomem de Paranhos». Todos estes aspectos contribuíram para que o jornal fidelizasse públicos e transcendesse o âmbito da difusão meramente partidária ou instrutiva que era apanágio dos demais jornais, como realçaria Alberto Bessa: “É um jornal muito noticioso com um feitio popular, que é muito apreciado no Norte, e tem tido sempre um corpo redactorial de primeira ordem.”⁸⁴

Seguindo um pouco a linha de *O Século*, o *JN* procurou também conquistar o público feminino. A atenção das senhoras conseguia-se pela inclusão de uma «Crónica de Modas», mas era também patente pela quantidade de anúncios a elas dirigidos. São também curiosas as notícias sobre danças da moda, acompanhadas de gravuras ilustrativas. O jornal aliava temas noticiosos sérios a diversos aspectos lúdicos, que contribuíam para lhe conferir um tom mais ligeiro e alargar assim os seus públicos.

As primeiras páginas do *Jornal de Notícias* não foram preenchidas apenas com os aspectos mais pitorescos da cidade. Havia também artigos com uma intenção pedagógica, onde se condenava a linguagem vernácula que já então ofendia os ouvidos de quem passava pelo centro urbano. Criticavam-se também as escaramuças entre gente baixa condição e, de uma maneira geral, apontavam-se outros aspectos pouco simpáticos da vida urbana que traduziam má fé ou comportamentos de incivilidade, como a feira dos moços na Corujeira ou a vida dura das carqueijeiras.

Por outro lado, a defesa dos interesses da cidade e da região, tal como nos rivais, foi uma das tónicas dominantes, sendo que o *JN* conquistou a simpatia dos portuenses e marcou pontos em relação à concorrência, depois do episódio da quarentena imposta pelas autoridades sanitárias à cidade. Tradicionalmente o *Notícias* incluía na primeira página as tiragens, que rapidamente cresceram de cerca de dez para 16 mil em pouco mais de uma década, para 22 000 (1901). Estes números eram acompanhados da frase de *marketing*: “o «Jornal de Notícias» é o diário de maior difusão do norte do paiz». O grande impulso em termos de tiragens teve a ver justamente com a

⁸⁴ “Jornaes da Minha Terra” in *O Tripeiro*, Porto, 1 de Setembro de 1937

defesa intransigente da cidade, ainda que contra a lógica das medidas de prevenção adoptadas pelo governo. O período de inclusão deste tema foi de Agosto a Outubro de 1899 e graças ao qual conquistou definitivamente o público portuense.

As autoridades declararam um surto de peste bubónica no Porto que obrigou ao isolamento da cidade. O diário levou então a cabo uma campanha contra o governo porque as medidas impostas se traduziam na ruína do comércio da cidade: “Terminava o século e com ele uma das mais brilhantes e corajosas campanhas do Jornal de Notícias em defesa do Porto e dos seus interesses. A insalubridade e a pobreza facilitavam a drenada. As autoridades, mal aconselhadas por pretensos técnicos, consideraram a marcha do mal como uma epidemia de peste, criando à volta da cidade um cordão sanitário altamente prejudicial à vida do Porto e da sua actividade comercial. A verdadeira razão não era vista.”⁸⁵

A argumentação do jornal baseava-se na defesa das medidas apontadas por Ricardo Jorge, mas também na falta de investimento nas infra-estruturas necessárias para criar as condições de higiene que impedissem surtos de doença. Mais uma vez os ataques foram dirigidos às autoridades e ao *Janeiro*, porque a defesa dos interesses portuenses não ficava acautelada. Uma das medidas anunciadas no *JN* e que lhe granjeou ainda mais simpatia foi a possibilidade de os desempregados por causa das medidas impostas poderem colocar gratuitamente anúncios de pedido de emprego. A inclusão continuada dos protestos contra as imposições de isolamento levou à suspensão do matutino (uma das várias da sua longa história). Quando se verificava este tipo de castigo o jornal imprimia-se exactamente com a mesma configuração gráfica, mas com outro título. A prossecução da campanha apesar de todas as dificuldades garantiu uma grande identificação entre o povo da cidade e o *Jornal de Notícias*, laço esse que foi quase sistematicamente alimentado e perdurou ao longo dos tempos.

Tanto as notícias sobre acontecimentos muito emotivos, como as mais alegres motivavam os efeitos gráficos. Um desses exemplos é o Carnaval. Para além das imagens alusivas, o jornal incluía também a cor, como forma de

⁸⁵ Edição Comemorativa do 75º Aniversário do Jornal de Notícias, 1963

chamar a atenção. Contudo o número de páginas só pontualmente aumentava para seis, tal como *Comércio do Porto*. Só depois da compra da nova maquinaria de inícios do século XX foi possível aumentar e dar assim resposta aos anunciantes, mas também expandir o espaço noticioso. Foi também graças a essa possibilidade que o *Jornal de Notícias* aumentou a informação dos colaboradores locais. Aqui também se verificou a hierarquia natural da correspondência de Lisboa que chegava inicialmente com o «Correio da Noite», mas depois e passou a fazer por via do telégrafo e mais tarde do telefone. Seguiram-se as crónicas de várias localidades que foram em crescendo e que granjearam a feição editorial regional que foi a sua imagem de marca.

Outro dos temas que acentuou o pendor regional e que conquistou espaço de publicação desde os primeiros tempos foi o futebol. Em 1909, o JN noticiava o encontro entre o Futebol Clube do Porto e o Clube Internacional de Lisboa, com duas fotografias das duas equipas que ocupavam quase toda a primeira página. Esta configuração assegurou que a implantação do quotidiano se consolidasse na cidade do Porto e se alargasse gradualmente à região norte do país.

O noticiário do estrangeiro foi uma das primeiras preocupações do jornal, tanto mais que no início da sua publicação o clima de conflito entre as nações, mas sobretudo a questão do ataque à soberania portuguesa das colónias ia de encontro à linha ideológica que o *Jornal de Notícias* defendia. Isto é o artigo de fundo sobre o estrangeiro podia ser a tônica para o ataque ao governo de Luciano e Castro. Mas o internacional não se reduziu aos aspectos doutrinários e como os demais temas evoluiu para uma feição mais afirmativa. Assim, essa tônica foi continuada e eram muitas as notícias sobre a Europa e o mundo.

A primazia ia para a «Correspondência de Paris», o que tinha razão de ser pelo contrato que vigorou, desde os primeiros tempos, com a Havas. Daí que as páginas do JN registassem por uma certa simpatia pela causa francesa no quadro das relações internacionais, mas que acabavam também por incluir notícias que no plano nacional não tinham qualquer relevo: a informação

continuada dada à condenação de Émile Zola é um exemplo desta preferência.

A estrutura gráfica inicial do *JN* é semelhante aos seus congéneres. Quando se funda o jornal, o formato de impressão já era de grande dimensão e mantinha-se as tradicionais quatro páginas, a seis colunas. A primeira e a segunda eram constituídas por notícias diversas e cerca de metade do espaço era constituído por publicidade. Nos primeiros anos, o aspecto geral era de texto compacto, embora nas grandes reportagens houvesse o recurso à gravura. Esta configuração foi melhorando e os efeitos decorativos aumentaram. Nalguma publicidade a inclusão de gravuras era normal, particularmente a de modas ou espectáculos, aliás à imagem do que se verificava nos outros jornais. Como foi referido, determinados temas que puxavam mais para o dramatismo também apresentavam ilustrações demonstrativas. Esta foi a tónica dos anos iniciais que revelaram uma constante actualização.

Ainda do ponto de vista da estrutura do jornal, há que realçar que a sua evolução acompanha o ritmo de crescimento do jornal. A viragem do século foi decisiva para o *Notícias*. O aumento das tiragens que tinha resultado da campanha contra o cordão sanitário teve continuidade nos anos seguintes. Para dar resposta à maior procura foi necessário investir numa nova máquina de impressão que assegurava uma maior velocidade e o que permitiu subir o volume de exemplares impressos e pontualmente o número de páginas. Também a composição se tornou mais eficiente com a adopção da linotipia.

Desde o início da sua publicação que o *Jornal de Notícias* tinha uma razoável imagem gráfica. Embora nos primeiros anos, também correspondesse a uma mancha de texto, ela foi melhorando pela inclusão dos elementos gráficos e uma melhor separação das rubricas, bem como do espaço de texto. Com a compra da nova tecnologia essa componente foi ainda mais valorizada. Aliás o próprio jornal fez um número especial de Novembro de 1901 que anunciava a toda a página: “O Jornal de Notícias e os Seus Melhoramentos”. Era profusamente ilustrado, com uma grande gravura lateral onde se entrelaçavam vários aspectos noticiosos e outras imagens alusivas à equipa do

diário, bem como a representação da rotativa, no que foi claramente uma campanha de *marketing* para o público, mas sobretudo para os anunciantes.

Outro dos aspectos que contribuíram para o enriquecimento ilustrativo do jornal foi a fotografia. Nos primeiros anos ela esteve ausente da primeira página, mas gradualmente foi fazendo a sua aparição. Ainda assim a gravura manteve a primazia, quer pela pouca vulgarização da prática fotográfica, que segundo Maria de Fátima Nunes se manteve confinada maioritariamente aos aspectos científicos, quer pela própria riqueza intrínseca que os elementos decorativos representavam. Exemplos da inclusão fotografias são as cheias do Douro na Ribeira do Porto ou a vista de D. Manuel II à cidade, ainda antes da Revolução Republicana. Significa isto que só os temas muito valorizados do ponto de vista noticioso exigiam a sua utilização. Aliás, a própria implantação do novo regime também trouxe à primeira página as fotografias de Teófilo Braga, Afonso Costa, António José de Almeida, Bernardino Machado, Basílio Teles e António Luís Gomes.

Com o tempo, o recurso à nova técnica foi-se tornando mais comum e o jornal usou-a para os aspectos noticiosos, mas também para outro tipo de temas, nomeadamente a moda. A tendência gráfica do jornal caracterizou-se sempre por uma certa qualidade o que fez do *JN* um título de leitura agradável, com uma imagem atractiva que se concatenava com o tom ligeiro do noticiário e que constitui outra das estratégias perfeitamente conseguidas na conquista do público do Porto e Norte de Portugal. Essa imagem de sucesso é igualmente ilustrada por Alberto Bessa ao afirmar: “Pode considerar-se hoje um jornal feito, na acepção de garantido, porque a sua extracção é grande e os seus credits estão firmados em largos annos de existência honradamente mantida sem acrimonias ou violencias, moderadamente e diplomaticamente mesmo, de tal modo que vai agradando a gregos e a troyanos.” Daqui ressalta o facto de o *JN* se ter distanciado efectivamente das grandes polémicas que marcaram o fim da monarquia, mas também das controvérsias que abalaram o regime republicano. Mas apesar do tom ligeiramente crítico o velho jornalista reconhecia as vantagens desta opção editorial: “Este é o segredo de fazer

jornaes, de que muito boa gente não quer convencer-se nem à mão de Deus Padre...!⁸⁶”

A evolução da propriedade do *Jornal de Notícias* é também a razão de ser deste processo. Pelos aspectos até agora apontados, é possível depreender que os objectivos doutrinários que estiveram subjacentes à sua criação cedo deram lugar a uma visão mais pragmática dos seus conteúdos. A opção pela via noticiosa levou a que os fundadores entendessem as vantagens de transformar a estrutura que administrava o JN numa sociedade. Tal veio a suceder, em 1907, com a criação da Empresa Jornal de Notícias, formada pelos sócios José Arroio, Aníbal de Moraes e Manuel Vaz de Miranda. Era o núcleo central que tinha estado à frente da criação do projecto e que agora se constituía como proprietário, em partes iguais, com o capital correspondente de 45 contos de réis.

A cláusula que mais se destaca do contrato é a incapacidade de alienação de uma das partes, a não ser por mútuo acordo. Na mesma lógica, impedia-se a transmissão por herança, havendo uma compensação pecuniária para os eventuais legatários. Significa isto que depois da morte Vaz de Miranda (1922) e de José Arroio (1925) o jornal permaneceu ainda nas mãos do terceiro sócio, mas agora dando lugar a uma sociedade anónima.

A linha que se imprimiu ao *Jornal de Notícias* foi de continuidade, quer nos aspectos editoriais, quer na modernização gráfica. Embora não se possa falar de uniformidade, Aníbal de Moraes procurou não se afastar muito do modelo de sucesso que tinha sido criado. Ainda assim, a própria história obrigou a que o diário portuense sofresse sobressaltos resultantes das dificuldades que o país ia atravessando. O período da I Guerra é um exemplo de perda de qualidade e do volume noticioso que afectou o JN, mas também os demais jornais. Este empobrecimento ligava-se às dificuldades geradas pelo conflito e pelas crises sucessivas que assolavam a I República e mantinham o país numa grave situação económica e social. Apesar das vicissitudes da política nacional o diário portuense continuou a afirmar-se e a crescer. Prova disso foi a passagem para as novas instalações na Avenida dos Aliados, em

⁸⁶ Artº. Cit.

1926, onde rivalizava com *O Comércio do Porto* em termos de dimensão e modernidade empresarial.

A direcção do *Jornal de Notícias* alterou-se com a morte de Aníbal de Moraes (1934), altura em que o diário portuense seria dirigido por Guilherme Pacheco. Entretanto, a partir de 1932, Manuel Pacheco de Miranda entrava no JN como secretário da redacção. Seria com ele que culminaria a linha sucessória da propriedade do jornal, mas também o retomar dos princípios que tinham estado na sua origem. A partir de 1945, data em que assumiu os destinos do quotidiano, Pacheco de Miranda procurou pôr em prática uma linha de gestão que, maugrado as dificuldades iniciais, transformou o *Jornal de Notícias* no primeiro matutino da cidade e do Norte e o segundo em termos nacionais.

O período áureo do *Notícias* seria entretanto antecedido por várias vicissitudes. Até lá, o diário portuense, particularmente depois do golpe militar do 28 de Maio, assumiu algumas posições pouco consentâneas com a sua linha editorial tradicional. No período da República, o tom crítico e dramático com que se noticiava a actualidade política poderiam conferir uma cor excessivamente séria que o afastava estilo ligeiro característico. Essa toada séria foi patente, por exemplo, na campanha contra a carestia dos géneros, que lançava as pessoas em situações de carência extrema. Mas a inclusão destes temas mais carregados era incontornável, o que não impedia que continuasse a dar relevo a outros aspectos mais agradáveis como a moda e concursos literários.

Com a ditadura, o diário portuense atravessa uma fase muito controversa do ponto de vista ideológico. A crítica inicial e o descrédito face ao golpe militar deram lugar a uma vertente apologética que transcendia em grande escala a subserviência imposta pelo regime censório. Um dos responsáveis por esta nova orientação seria João Ameal, responsável por inúmeros textos de elogio à nova ordem. Este posicionamento do jornal seria ainda extremado pela cobertura dada às acções do Integralismo Lusitano, que o próprio regime teve de refrear. O conflito na vizinha Espanha e o início da II Guerra Mundial foram tratados no *Jornal de Notícias* também com excessivo desvelo: o noticiário internacional evidenciava simpatia pela causa franquista,

bem como por um certo pendor pelo lado alemão. Ainda que os artigos de João Ameal não assumissem frontalmente nenhuma das facções, seria a «Crónica Militar» assinada por M.C. a conferir o cunho pró-nazi. Este coronel teria uma formação germanófila que se manifestava nas opiniões expressas na colaboração que prestou durante o período do conflito.

Por outro lado o *Jornal de Notícias* incluía outros artigos de opinião altamente elogiadores de Salazar e do regime. As cerimónias multitudinárias montadas pela União Nacional tinham obviamente uma enorme cobertura e a figura do ditador era francamente realçada pela capacidade de fazer o país retomar as grandes glórias do passado. Outro exemplo do tratamento panegírico das figuras de regime é, por exemplo, a reportagem sobre a visita do presidente Carmona ao Porto. Além de serem muitas as páginas dedicadas ao acontecimento, durante vários dias, o tom apoteótico era também conferido pelo tratamento fotográfico: incluíam-se muitas fotografias, o que não era muito comum, mas sobretudo elas eram de grande dimensão, cobrindo grande parte das páginas. Outro dos aspectos que complementava o esforço de enaltecimento patenteado no jornal era o facto de conferir igualmente uma série de reportagens paralelas ao acontecimento sobre iniciativas das instituições do regime, como da Legião Portuguesa.

Esta orientação excessiva do diário terá contribuído para a perda de leitores e para que tivesse entrado num período de dificuldades económicas. Não significa isto que o tratamento das notícias de interesse popular tenha sido inteiramente abandonado. Ainda no período da ditadura militar, uma das notícias que aparece com alguma frequência são os duelos. Acabam por desaparecer, não se sabe se porque deixaram de existir ou se a censura passou a cortá-los. O mundo do espectáculo, as divas e outros temas mais ligeiros conferiam diversidade ao diário portuense. Mas a tradição das grandes campanhas foi também mantida. Entre outros aspectos ganhou relevância a notícia da condenação à morte de um português nos Estados Unidos. Em 1931, o *JN* iniciou a publicação de uma série de artigos que tinham como objectivo conseguir clemência do governo americano, o que veio a acontecer. O momento alto desta iniciativa – «Salvemos o condenado à morte» – ficou registado com o tratamento na primeira página com o título «A

apoteose do Porto à velhinha de Darque», onde se incluíam grande fotografias que demonstravam o apoio da cidade à mãe do condenado. Significa isto que o jornal continuou a dar relevo às estratégias de conquista de público que garantiram a sua implantação na cidade e na região.

Apesar da mudança de direcção, Guilherme Pacheco procurou assegurar o público de que o *Jornal de Notícias* manteria as características que fizeram dele um dos principais periódicos da cidade. Essas foram as intenções anunciadas nos números comemorativos do 47º e 50º aniversários. Desde logo ressalta aqui um elemento de estranheza: dois números de celebração tão próximos não são normais e o jornal não explicou a razão de ser desta duplicidade. Ela pode estar ligada ao facto de se ter registado a mudança na direcção do matutino portuense.

Em 1935, o novo director, em artigo de fundo, reafirmava a linha editorial que se alicerçava na ligação à cidade e à região, bem como fazia o elogio de Aníbal de Moraes e dos demais fundadores e do papel que tiveram no desenvolvimento do *JN*⁸⁷. O artigo assinado por Eduardo Noronha realçava a ligação entre a cidade e a função noticiosa do matutino: “Um jornal sensatamente orientado e informado com, largueza é uma objectiva fotográfica voltada sobre a terra onde se publica uma espécie de pantalha onde se reflectem deslizando as fitas dos acontecimentos diários. É esse papel que este jornal há quarenta e sete anos desempenha reproduzindo não só a vida quotidiana do Porto, na sua expressão social, histórica, artística, económica, financeira, biológica, etc., mas ainda do Norte e de boa parte do Sul.” O jornalista plasmava assim a o princípio editorial que tinha estado subjacente ao processo de ligação do quotidiano à cidade e à região, mas de alguma forma anunciava o retomar dessa linha, que parece ter ficado esbatida pela entrada dos colaboradores excessivamente afoitos no elogio do regime.

Aquando do 50º aniversário, o artigo de fundo indicia justamente que o jornal vive o dilema da conquista dos públicos: “A simpatia da opinião pública é muito difícil de alcançar. O que consegue agradar a uns desagrada a outros,

⁸⁷ “Sempre consagrado à causa pública e na defesa constante e infatigável das mais justas e oportunas reivindicações populares, de que tem sido durante quasi meio século – um baluarte certo e seguro, o «Jornal de Notícias» quere aproveitar o ensejo da passagem do seu 47º aniversário para de novo estreitar os velhos e sagrados laços que o prenderam à boa gente do norte e estabelecer com ela um vivo contacto de sincera e fraterna cooperação”. In *Jornal de Notícias*, 2 de Junho de 1935

porque as opiniões são divergentes e flutuantes e nada há mais incerto e menos seguro que as opiniões humanas.” Contudo, o articulista remete a responsabilidade das derivas de os gostos dos leitores para a situação vivida e não para a forma como o jornal as retrata: “Pois no meio de um ambiente social perturbado, continuamente variável e de mutação persistente, o jornal consegue ser, às vezes, o grande conciliador. Realiza a obra mais assombrosa de equilíbrio de que há memória entre as difíceis empresas humanas.” As práticas dos articulistas mais destacados do *JN* da época vieram contradizer esta sua anunciada vertente harmoniosa o que levou justamente ao afastamento do público e à perda em termos de tiragens⁸⁸. Outro dos aspectos que revela o momento pouco auspicioso vivido pelo jornal tem a ver com as comemorações propriamente ditas. Em 1835, apesar de as celebrações durarem vários dias e serem pautadas por várias iniciativas públicas, o jantar de aniversário contou apenas com a presença das chefias. A exclusão dos demais trabalhadores contrasta com as bodas de ouro de *O Comércio do Porto*, onde participaram todos e onde os representantes dos vários corpos tiveram também direito a discursar, justamente como forma de reiterar a grandeza e união do jornal.

O *Notícias* tardou ainda algum tempo em recuperar a confiança do seu público. Já sob a direcção de Pacheco de Miranda, gradualmente as tiragens foram subindo, mas as dificuldades financeiras do jornal far-se-iam sentir de forma premente. Terá sido em resultado desse aperto financeiro que o director contraiu com Pinto de Azevedo um empréstimo para poder dar continuidade ao negócio. A lenta conquista do público levou a que o *JN* se afastasse da colagem ao regime e tenha enveredado pela linha noticiosa e popular que constituiu a sua imagem de marca.

Este percurso feito pelos processos de criação e afirmação dos três diários portuenses permite constatar alguns aspectos comuns, mas também os elementos distintivos que fizeram de cada um deles histórias de sucesso centenárias. Os matutinos portuenses protagonizaram as lógicas que

⁸⁸ De acordo com os dados publicados por Fernando de Sousa, a tiragem média diária em 1946 era de cerca de 18 700 exemplares. Significa isto que o *Jornal de Notícias* perdeu leitores para os níveis anteriores ao período da campanha contra o cordão sanitário. A recuperação que se iniciou com Pacheco de Miranda levou ainda muito tempo até conseguir resultados satisfatórios, em dez anos o jornal conseguiu subir para mais de cerca de 10 000 exemplares, mas só a partir da segunda década da sua gestão os números revelaram que o *JN* tinha ocupado o espaço de grande jornal nacional.

dominavam o publicismo oitocentista, assumindo-se como meios difusores de doutrina e tenderam a evoluir progressivamente para projectos informativos empresariais. As opções editoriais foram diferentes e em função delas configuraram-se também os públicos-alvo, sedimentados e alargados à medida que os jornais foram sofrendo as metamorfoses que os tornaram cada vez mais próximos do gosto popular. Como tal, tornou-se também muito maior a sua capacidade de influência o que permitiu que se constituíssem como agentes na formação da opinião pública da cidade.

A identificação entre os quotidianos e o Porto foi um dos aspectos que constituiu um dos seus trunfos, mas eles souberam igualmente criar um vínculo com a região a partir do momento em que passaram a englobar sistematicamente este tipo de informação mais direccionada. Note-se contudo, que apesar de se conferir um grande relevo ao noticiário de proximidade, os três projectos nunca se puderam definir como de jornalismo regional. Quer o *Comércio*, quer *Notícias*, quer o *Janeiro* surgiram justamente para debater os temas nacionais e de alguma forma serem a voz da cidade que a capital se esquecia de escutar. Essa característica foi cultivada nos sucessivos períodos de transformação. Os quotidianos portuenses criaram assim um modelo de informação nacional com um enfoque regional.

A afirmação fez-se também pela competitividade e pela rivalidade. Ela fazia-se sentir inicialmente na acutilância de alguns textos, mas registou-se também na luta pela modernização tecnológica, marcada por alguns episódios caricatos. A concorrência pelas tiragens foi importante, mas a defesa do estilo próprio e da qualidade foi fundamental como contraponto da popularidade conseguida pelo *Jornal de Notícias*.

As diferenças do ponto de vista da orientação política estiveram também presentes, mesmo quando os jornais se assumiram exclusivamente como projectos informativos independentes. Neste campo cabe destacar a coerência de *O Primeiro de Janeiro* que, apesar de ter tido uma maior turbulência em termos de administração, permaneceu sempre próximo do ideário que esteve subjacente à sua criação. Estes elementos de distinção, ainda que se tenham tornado cada vez mais ténues em função da acção da censura, contribuíram igualmente como factores de identificação com o

público da cidade e da região. Foram estas as linhas mestras que acompanharam a implantação dos três diários da cidade e que fizeram deles símbolos da maneira de ser e de estar dos portuenses.

4.2 - O passado recente e o afirmar da identificação com o Porto e a Região Norte

Os diários portuenses apresentam algumas originalidades em relação ao cenário traçado para os jornais da capital, quer em termos globais, quer individualmente, isto no que se refere ao período ainda antes da Revolução de Abril, mas também a um passado mais recente.

A afirmação dessa diferença parte de um pressuposto inicial que não deve ser descurado: os três matutinos configuram-se como jornais nacionais, mas com uma preocupação editorial direccionada para um público-alvo que se define pelo Porto e pela região Norte. Portanto, isto implica que a informação veiculada obedecesse à lógica informativa dos demais jornais nacionais, com a relevância dada às editorias de política, internacional, sociedade ou nacional, mas tendo normalmente enfoques mais específicos desse mesmo temário relativos à cidade e ao entorno referido, com níveis de importância acentuados, isto é, chamadas à primeira página e criação de manchetes.

Esta lógica editorial prefigurou a conquista e fidelização de públicos desde a criação dos jornais, mas foi-se acentuando ao longo de todo o século XX, em que cada um dos títulos conquistou espaços mais ou menos delimitados, como era expectável. O processo levou a uma salutar concorrência entre eles, que fez com que os jogos de conquista de público implicassem, pelo menos pontualmente, a que se recorresse a determinados trunfos que não eram usuais na linha tradicional, como foi o caso da informação desportiva.

As condições criadas pela censura, mas também pelo intervencionismo estatal dificultaram a vida das empresas, nomeadamente pela restrição do espaço de impressão, o que acarretou problemas também em termos de publicidade. O *modus operandi* dos censores também podia constituir-se como um problema financeiro, na medida em que os atrasos na impressão impedi-

a distribuição do jornal por comboio e a sua suspensão obrigava a compensar os anunciantes. Dado que a progressão das tiragens se fez lentamente, a vida económica dos jornais não era fácil, em função desta série de condicionantes.

Dois dos diários portuenses foram afectados igualmente por processos de aquisição semelhantes aos verificados na capital. A transformação e modernização do *Comércio* e do *Notícias* obedecem a uma cronologia semelhante à dos jornais lisboetas, embora a relação com os investidores tenha tido um percurso um pouco diferente. O *Primeiro de Janeiro* ficou alheio as estas dinâmicas graças à capacidade financeira de Pinto de Azevedo. De alguma forma este factor condicionou a transformação dos dois primeiros títulos, na medida em que as redacções sofreram uma renovação dos quadros e, em concomitância, uma nova forma de fazer notícias. Por outro lado, verificaram-se investimentos a vários níveis que também implicaram o endividamento das duas empresas face às entidades bancárias a que se tinham ligado pelos processos de aquisição.

O *Primeiro de Janeiro*, graças ao bem-estar económico do seu proprietário, não foi obrigado a proceder a mudanças drásticas, nem em termos de equipamentos, nem redactoriais, pelo que o jornal tendeu a manter as rotinas e as temáticas tradicionais. No fundo, a gestão de O *Primeiro de Janeiro* seria muito semelhante à que o empresário seguia para a sua principal área de actividade que era a indústria têxtil.

4.2.1 – Os processos de modernização

As dificuldades económicas que se registaram no *Jornal de Notícias* após a II Guerra estiveram ligadas ao afastamento dos leitores, situação que só gradualmente se resolveu. Esta perda de público teve correspondência em termos de publicidade, tendo baixado o número de anunciantes. A empresa apresentou durante vários anos resultados negativos que de alguma forma se foram atenuando com a recuperação do jornal⁸⁹.

⁸⁹ A recuperação fez-se sobretudo a partir de meados de 1956, com uma situação pontual, em 1971, em que voltou a apresentar passivo, de acordo com os quadros apresentados por Fernando de Sousa.

Teria sido este quadro de dificuldades que terá levado a que Pacheco de Miranda tenha colocado a empresa do *JN* em dívida com Pinto de Azevedo e a posteriori, à entrada de um grupo de empresas accionistas que se inseriam no âmbito do Grupo Estado. A forma como se processou a ligação do empresário do *Janeiro* ao capital do *Notícias* não tem contornos muito claros, defendendo alguns que o penhor da dívida seriam acções do matutino, referindo outros ter-se tratado de um empréstimo que seria saldado com a entrada do capital do grupo de Lisboa. No primeiro caso, teria sido Pinto de Azevedo a transferir as suas acções para o conjunto de accionistas que se integrava na órbita da Caixa Geral de Depósitos.

Segundo Fernando de Sousa esta a participação do dono do *Janeiro* no capital do *Notícias* teria levado a que os interesses de um jornal se submeteram ao outro e que isso teria impedido de alguma forma a sua recuperação. Marques Pinto rejeita essa ideia, até pela personalidade de Pinto de Azevedo. Contudo, lembra que o diário rival passou por grandes dificuldades e que o empresário, em determinadas alturas chegou mesmo a garantir o papel de impressão: “(...) e bobines de papel: porque o *Notícias* houve um período em que nem sequer tinha bobines de papel. O Pinto de Azevedo emprestava da seguinte maneira: nunca vendeu mas também nunca deu; emprestava bobines de papel e tinham de ser devolvidas bobines de papel.” Esta perspectiva é partilhada pelos vários jornalistas do *JN*, que, pelo seu lado, rejeitam liminarmente a ideia de alguma vez o seu jornal ter estado submetido ao velho rival.

Pacheco de Miranda lutou assim com sérias dificuldades para salvaguardar o “seu” jornal. Teve de alterar a estratégia editorial e fazer o *Notícias* regressar à linha popular que tinha sido apanágio da sua conquista do público portuense. Esse desiderato atingiu-se lentamente e foi dificultado pela falta de capital, bem como do novo posicionamento face ao poder político. Neste contexto, Freitas Cruz salienta a falta de apoio bancário que seria o castigo das autoridades face à irreverência do diário portuense: “O Jornal vivia dificuldades financeiras muito grandes, porque era mal visto pelo governo, uma vez que tinha uma atitude - não direi do contra - tinha uma atitude muito reticente.” Essa independência face à censura teve como

resultado efeitos retaliatórios que impediram o acesso a empréstimos bancários e em consequência ao atraso na modernização gráfica do jornal, como é igualmente corroborado pela entrevista dada por Manuel Ramos a Isabel Forte, onde o chefe de redacção relembra a contracção de um empréstimo à Caixa Geral de Crédito, cujo pagamento foi exigido em prazo muito curto, o que não dava tempo para saldar a dívida⁹⁰.

As transformações do *Jornal de Notícias* só foram possíveis em resultado da entrada na Sociedade do grupo de empresas de Lisboa ligadas ao Estado onde se inseriam a Sacor, a Companhia Nacional de Navegação, a Companhia Industrial de Portugal e Colónias e onde assumia particular destaque a Empresa Nacional de Publicidade. As ligações deste capital, como anteriormente foi explicitado, obedeciam à rede dos dinheiros públicos no centro dos quais se inseria a Caixa Geral de Depósitos. Para além deste núcleo, existiam ainda alguns investidores individuais.

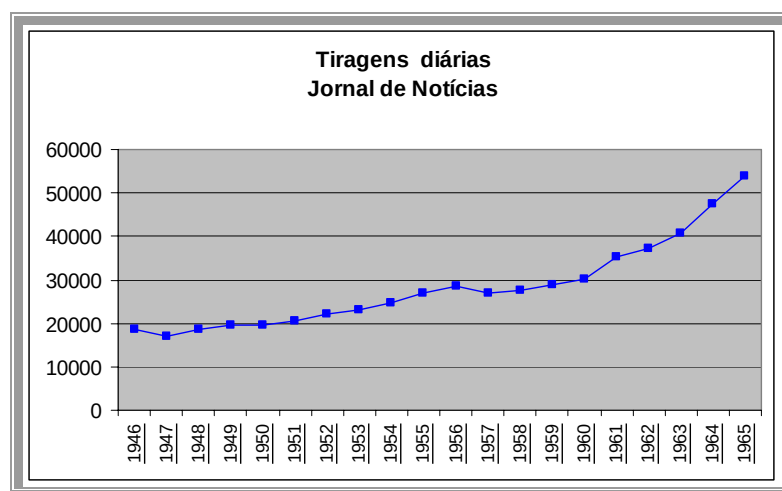
A passagem de mão das acções terá ocorrido em inícios da década de 60, como confirma Freitas Cruz ao precisar que ela ocorreu antes da sua entrada para a direcção, em 1963. Até então o posicionamento do *Notícias* gerou descontentamento e um clima de confrontos com a censura, que, segundo este jornalista, levaram o diário a marcar passo: “ Mas, isso criou mau ambiente, muito mau ambiente. De maneira que o jornal acesso ao crédito não tinha. Felizmente a Empresa Nacional de Publicidade, teve a grande vantagem de abrir as portas ao crédito e portanto permitir um certo reequipamento e sonhar-se com um prédio novo e uma máquina nova.”

Parece ter havido aqui uma diferença subtil face ao processo da capital. No panorama traçado para os jornais de Lisboa, a entrada dos grupos económicos permitiu a reforma do parque gráfico, entre outros aspectos de modernização. No *JN*, a chegada dos novos accionistas não se traduziu num efeito imediato. Gradualmente, e pela possibilidade de contrair empréstimos, foram-se adquirindo novos meios técnicos. Os accionistas que correspondiam às grandes empresas ligadas ao Estado, não levaram a uma capitalização da

⁹⁰ “Os irmãos Pacheco de Miranda, o Zé e o Manuel, tinham contraído um empréstimo à Caixa Geral de Crédito, para comprar o *Jornal de Notícias* a um primo o Antero Pacheco que era o dono disto. Eles foram à Caixa, contraíram um empréstimo e daí a algum tempo a Caixa chamou o Manuel e disse-lhe que eles tinham de pagar a dívida.” *In A Censura de Salazar no Jornal de Notícias*, 2000:135; terá sido então, ainda segundo Ramos, que Manuel Pinto de Azevedo salvou a situação, concedendo o montante para saldar a dívida, o que evitou que o *JN* fosse parar às mãos do Estado. Foi uma situação adiada.

empresa, mas implicaram uma alteração nos factores que condicionavam o seu avanço: “ Mas porque abriu as portas ao crédito. Dinheiro metido lá, nenhum.”, como reitera, mais uma vez, Freitas Cruz.

A forma ponderada como Pacheco de Miranda geriu o matutino portuense traduziu-se numa resposta cada vez mais favorável por parte dos portuenses. Os efeitos da nova direcção traduziram-se no aumento seguro das tiragens⁹¹ e, consequentemente, dos resultados obtidos em publicidade.



Ainda assim, os progressos fizeram-se sentir do ponto de vista gráfico apesar dos impedimentos gerados pela incapacidade de investir em máquinas mais modernas. Foi necessário recorrer a certos truques para garantir que o jornal ficasse impresso a tempo e horas e com um maior número de páginas, que a rotativa antiga não permitia. Foi justamente graças a esse engenho que se produziu a verdadeira revolução gráfica do jornal, mesmo muito antes de ser comprado o novo equipamento. O aumento do espaço de impressão levou a uma maior quantidade e diversidade dos aspectos informativos, ao mesmo tempo que se garantia a área destinada à publicidade. Tornou-se muito mais atraente do ponto de vista gráfico, com o uso da cor nos tipos, muitas fotografias e uma grande variedade de formatos. Apesar do formato *broadsheet* se manter adquiriu uma configuração mais apelativa e popular.

Terá sido também esta melhoria considerável apresentada pelo jornal, a atrair a atenção dos novos accionistas que levaram então a uma alteração

⁹¹ Dados de acordo com a tabela apresentada por Fernando de Sousa, *Ob. Cit.*

económica na situação do jornal. Esta permitiu uma renovação do parque gráfico e a aposta num sistema de impressão mais rápido, mas também um melhor tratamento da imagem. Contudo também este processo teve alguns entraves, uma vez que a rotativa recém adquirida não cabia nas velhas instalações e foi preciso esperar pela transformação mais radical, a passagem da sede para o edifício de Gonçalo Cristóvão, mandado construir de raiz, para que ela pudesse começar a operar, em 1971. Em última análise, também este aspecto teve consequências negativas a longo prazo, porque o *JN* continuou a ser composto em chumbo até muito tarde, até inícios da década de 80.

O processo de recuperação apresentado pelo *Notícias* não tem correspondência nos outros dois diários do Porto, até porque nenhum deles passou por dificuldades económicas idênticas. Em *O Primeiro de Janeiro* a situação financeira manteve-se estável e não se registaram grandes sobressaltos. Esse clima foi testemunhado pelo jornalista Marques Pinto: “O Pinto de Azevedo era um patrão à moda antiga. Era um patrão que ditava as suas ordens e se não se fizesse assim ouvia-se uma reprimenda. Estava habituado a ditar leis e a ser obedecido sem discussão.” A sua forma de gerir o jornal, para além da inquestionável autoridade parece ter pecado por ter conferido sempre grande importância aos aspectos industriais: “O jornal teve melhor qualidade gráfica. Foi o que teve as primícias das máquinas mais modernas. Aliás o Pinto de Azevedo frequentava a Europa gráfica e tudo o que era bom trazia para o jornal.” Esta é a avaliação feita pelo engenheiro Freitas Cruz, também ele alguém com particular apetência por este tipo de questões. Refere ainda que o jornal foi apetrechado com tecnologia tão moderna que nunca chegou a ser utilizada, como pode constatar enquanto director de *O Primeiro de Janeiro*, entre 1978-1980. Este esforço colocou o matutino sempre à frente dos seus concorrentes, mas apenas no que concerne a este enquadramento. Em termos de dinamismo noticioso essa circunstância não se verificou.

Ainda assim, o antigo subdirector do *Notícias* não deixa de ter uma visão crítica desta devoção parcial de Pinto de Azevedo: “Mas era uma atenção consagrada aos pormenores meramente técnicos. A redacção era uma redacção muito bem comportada. Colaborava exteriormente com os maiores

vultos da intelectualidade portuguesa, mas internamente era uma redacção bem comportada.” A posição secundária ocupada pela equipa redactorial fica ainda corroborada por um facto insólito: a decisão editorial última cabia ao chefe da tipografia. Marques Pinto refere que o chefe de redacção, Mário de Figueiredo pai não tinha qualquer capacidade decisória e que “Rafael Silva, um homem muito competente era quem decidia muitas vezes o que vinha na primeira página.” Tinha sido Pinto de Azevedo a conferir essa prerrogativa ao seu chefe dos tipógrafos, homem da sua inteira confiança.

Verificou-se assim uma total subversão dos papéis em termos da função informativa e com consequências directas depois do 25 de Abril, quando foi necessário reestruturar a chefia da redacção e onde os jornalistas passaram a deter os poderes que deveriam ser seus. Daí também o matutino manter uma forma muito tradicional em termos editoriais. Nas palavras de Freitas Cruz “o jornal amodorrrou-se”.

No *Comércio do Porto* não se verificou um processo de lenta recuperação, mas o inverso. O jornal parou no tempo e permaneceu fechado a processos de inovação. Já em finais da década de 60 e inícios da seguinte, Seara Cardoso filho, enquanto subdirector, começou por contratar alguns jovens jornalistas que procuraram levar um novo ritmo às rotinas da redacção. O envelhecimento progressivo do *Comércio* traduziu-se numa forma muito conservadora de fazer informação que era o espelho do corpo redactorial. Silva Tavares caracterizava-a como “constituída por generalistas” onde não havia gente com grau académico e só um detinha licenciatura. Eram pessoas sentadas às secretárias que se limitavam quase a titular os telexes e pouco mais. “Era um jornal muito conservador, muito sério, onde não se escrevia nada. Não havia um artigo de opinião, uma reportagem.”

O adormecimento do diário portuense terá tido consequências em termos de leitores. Segundo os vários jornalistas entrevistados, *O Comércio* acabou por limitar o seu raio de difusão. Marques da Cruz, justamente um dos jovens repórteres contratado por Seara Cardoso, define como público-alvo todos os que se situavam entre o estilo popularucho do *Notícias* e a linha republicana e elitista do *Janeiro*: “As famílias tradicionais tinham um certo gozo em ler o *Comércio*. Eram leitores tradicionais, não digo afectos ao

regime. Do nosso Porto e da nossa interioridade. As grandes famílias do interior liam *O Comércio do Porto*. Eram assinantes do *Comércio do Porto*. O clero também porque o *Comércio* acompanhava muito as suas iniciativas.” Significa isto que as tiragens seriam escassas com os inevitáveis efeitos em termos de atracção publicitária. Terá sido esta pouca vitalidade que terá levado os Seara Cardoso a chamar novos investimentos que permitissem a transformação do matutino.

A entrada do Grupo Quina no *Comércio* teve várias consequências imediatas. Estas traduziram-se em grandes transformações no plano administrativo, mas também em mudanças profundas em termos redactoriais que visavam dar um novo dinamismo ao jornal. Registaram-se ainda investimentos com o objectivo de modernizar o equipamento. A alteração mais significativa em termos de gestão traduziu-se na substituição de Seara Cardoso filho por Alípio de Azevedo, nomeado pelo Borges & Irmão para a direcção do jornal. De acordo com Manuel Teixeira a sua gestão operou uma viragem drástica no matutino: “O doutor Alípio Dias moderniza efectivamente o jornal: moderniza-o tecnologicamente e sob o ponto de vista dos recursos humanos. Sob o ponto de vista da gestão fez uma verdadeira revolução. Nunca foi suficientemente reconhecido o papel que o doutor Alípio Dias teve no jornal *O Comércio do Porto*.”

Do ponto de vista da redacção houve igualmente uma nova estratégia já que se alteraram as chefias e foram contratados novos jornalistas como lembra Joaquim Queirós: “Corria o ano de 1972 e o senhor Miguel Quina decidiu comprar *O Comércio do Porto* e ao decidir comprar o *Comércio* decidiu também ir buscar três elementos ao *Jornal de Notícias*: foi o Costa Carvalho, foi o Alberto Carvalho e eu. Eu fui chefiar a secção de desportiva. O Costa Carvalho para chefe de redacção e o Alberto Carvalho para chefiar o internacional, em Dezembro de 1973.” É clara a intenção de entregar as chefias a quadros que vinham de uma redacção muito mais dinâmica e de alguma forma transferir para o jornal alguns dos trunfos da concorrência. Outro dos elementos recrutados nesta época seria igualmente Manuel Teixeira que caracteriza a redacção como parada no tempo. Alípio Dias iria romper “com toda a tradição de um jornal de velhotes, de gente de autoformação, de

jornalistas da velha guarda do tempo do Estado Novo.” Relembra ainda os critérios do administrador para o recrutamento que considera completamente inovadores para a época: “Ele começou por seleccionar sete jovens universitários, no grupo dos quais eu estava. Isto foi uma verdadeira revolução. Meter sete jovens universitários naquela redacção..., estamos a falar de quase um terço da redacção. Uma pedrada no charco.”

Desta forma o *Comércio* passava por um processo de renovação idêntico ao dos jornais de Lisboa. Os custos, em termos de futuro foram também análogos, quer do ponto de vista do endividamento, quer da nacionalização de parte do capital, depois da revolução. Ainda assim, as reformas tinham-se tornado, como os entrevistados reconhecem, incontornáveis. Alípio Dias tomou uma das decisões mais louvadas pelos jornalistas portuenses daquela época: aumentou consideravelmente a remuneração dos jornalistas, como refere Joaquim Queirós: “fomos contratados por 11 contos, mais 25% por salário nocturno. Foi um escândalo naquela época para a cidade e magnífico para a classe dos jornalistas. O *Janeiro* e o *Notícias* foram obrigados a dar um salto no aumento de salário a toda a gente.” Marques Pinto corrobora este episódio e lembra também esse momento, já que a classe era muita mal paga e os profissionais, na maior parte dos casos eram obrigados a ter mais do que um emprego.

Quanto às demais transformações, as opiniões não são coincidentes. Na questão da modernização do equipamento, por exemplo, Silva Tavares considera que o jornal já estava completamente equipado. Manuel Teixeira defende que foi justamente através da compra de novas tecnologias e contratação de pessoal que o jornal operou uma verdadeira revolução gráfica. Contudo, houve seguramente um grande esforço de financiamento, como o primeiro reconhece: “Quanto ao financiamento, incumbiram um administrador de contrair um empréstimo junto do Grupo Quina, com taxas galopantes, altíssimas. (...) Foi uma coisa que começou com 60 ou 70 mil contos de empréstimo, mas isto foi uma jogada a que os capitalistas recorrem.” Enquanto que Manuel Teixeira e Joaquim Queirós traçam uma imagem positiva da acção administrativa de Alípio Dias e da passagem de *O Comércio do Porto* para o Grupo Quina, Silva Tavares denota alguma amargura

sobretudo em relação às questões do financiamento, mas também alguns aspectos que tinham a ver com a orientação editorial. O que de facto não é possível aferir é se as iniciativas da nova gestão produziram os mesmos efeitos que em Lisboa, dado o pouco tempo que a experiência durou.

Estes diferentes sistemas empresariais dos jornais do Porto tiveram necessariamente consequências em termos de conteúdo. A censura traduziu-se num impedimento sistemático à evolução noticiosa. Tal como no meio jornalístico da capital, as redacções do Porto tiveram de se adaptar à forma de agir e à personalidade dos censores. Marques da Cruz lembra os cortes do lápis que ele nunca viu azul, sempre viu vermelho e uma das idiossincrasias do coronel que estava de serviço ao sábado: “Aprendi que o censor que estava ao sábado não deixava passar o discurso directo. E eu comecei a escrever em discurso directo aquilo que as pessoas diziam e era cortado. A mensagem ficava normalmente em discurso indirecto.” A acção diária da censura não se fazia apenas pela apresentação da provas que eram levadas para escrutínio. Havia todo um trabalho feito a montante onde os coronéis cortavam previamente os telexes das agências internacionais. A ANOP representava igualmente uma forma de informação condicionada.

Se a maioria da informação dada pelos jornais provinha destes meios institucionais, o conteúdo seria necessariamente muito pouco dinâmico. A alteração do ritmo imposto pelo regime só se verificaria se a redacção imprimisse outros estilos noticiosos e outros temas que não o internacional e a agenda das autoridades. É aqui que reside a diferença entre as três redacções portuenses e na capacidade de cada uma delas inovar, nomeadamente pelo aumento do espaço de reportagem e da crónica.

Uma das verdades feitas e de um modo geral repetida pelos vários entrevistados é que *O Primeiro de Janeiro* era o diário portuense de eleição da velha guarda republicana. Para Marques Pinto essa fama atingiu-se sobretudo pelo espaço da crónica: “O director queria um jornal equilibrado e isento, escolhia pessoas, as grandes cabeças para os artigos de fundo. Estas pessoas eram da oposição do regime e por isso se dizia que o jornal era do revirinho. Intelectuais preferencialmente de esquerda.” Quanto ao demais espaço informativo, ele ficava ao critério da redacção: “Para o Janeiro era

importante privilegiar a informação do norte e era uma coisa muito bem feita. O noticiário de aqui era de facto o mais importante. O director tinha uma visão do jornal muito nacional. Essa preocupação era mais da redacção do que do director.” Portanto, havia aqui uma dualidade editorial que levava a que Pinto de Azevedo tivesse uma avaliação do jornal diferente da dos seus jornalistas. Por outro lado, a questão da independência política face ao regime também imbricava nestes aspectos. Ela estaria patente nas colunas de opinião, mas no campo informativo, o modelo era de complacência, até pela incontornabilidade dos meios de pressão e da censura. Os tempos em que o *Janeiro* fazia gala da defesa dos seus princípios democráticos tinham passado e o matutino conseguiu ocupar um lugar de primazia, pelos menos temporariamente, em termos de difusão. Seria o único jornal portuense a ser vendido em Coimbra e Lisboa, justamente pela dimensão que lhe incutiu o seu director.

Inquirido sobre as formas de censura interna dentro da redacção, Marques Pinto defende que elas não existiam: “Presto essa homenagem ao Pinto de Azevedo. Ele era um homem economicamente independente. Tinha toda a autonomia. Não precisava de recorrer a bancos, nem ao governo nem a ninguém. E até estava disponível para ajudar aqueles que precisassem. Era também independente do poder político.” Apesar desse à vontade o empresário tinha, mais que nada, uma preocupação de que o jornal saísse: “O que ele recomendava aos membros da chefia da redacção era: não tínhamos que lambe as botas ao poder, mas também não tínhamos que hostilizar.” Esta conquista do espaço público só foi possível graças a um grande esforço de disciplina em termos de conteúdos. Não significa isto que o *PJ* se alinhasse com regime, contudo Pinto de Azevedo não permitia grandes veleidades que pusessem em causa a edição diária.

A apreciação de Freitas Cruz relativamente à forma como *O Primeiro de Janeiro* era gerido é além de tudo um pouco sarcástica: “O Pinto de Azevedo queria sobretudo que o *Janeiro* não desse notícias contestáveis. No dia em que ele recebesse uma carta ou um telefonema de um amigo a contestar uma notícia, era um dia para ele extremamente infeliz. Portanto o jornal tinha de ter 30 garantias de que a notícia era boa e só essas é que

saíam.” Mas o facto de não querer levantar problemas com o que era publicado, não se traduziu em excessos face às autoridades. Mais uma vez é Marques pinto quem frisa que: “No fundo ele queria que se exercesse uma informação isenta e independente, sem ser subserviente.” Esta gestão cautelosa parece por em causa a ideia arreigada de que o *PJ* seria um baluarte da oposição. De tal forma de que não há notícia de que o diário tenha optado por afrontar claramente o regime como o fez durante a ditadura militar, então sim com efeitos suspensivos.

A atitude empresarial de Pinto de Azevedo terá circunstancialmente resolvido os objectivos do jornal, contudo em termos mais genéricos ela traduziu-se também numa forma muito conservadora de fazer notícias. Desde logo a incongruência de ser um tipógrafo a deter o poder editorial traduz uma grande desconfiança face ao corpo intelectual que o produzia. Por outro lado, verificava-se uma afinidade no conservadorismo do director e de Raul Silva.

Um dos exemplos referidos por Marques Pinto tem a ver com a importância do noticiário desportivo. Depois de constatar a grande difusão obtida pelo *Comércio*, nos anos 60, às segundas-feiras, graças aos resultados do futebol, o jornalista propôs ao director aumentar o espaço de impressão dedicado a estas matérias, mas deparou com muita resistência⁹². O dono do *Janeiro* entendia que aquele era um tema menor e que não dignificava o jornal. Da mesma maneira refere as negociações com Raul Silva para conseguir uma chamada à primeira página de um título do desporto. O jornal tinha criado um estilo e manteve uma grande reticência a eventuais mudanças. Ao longo do tempo esta opção traduziu-se na perda de leitores, já que os dois rivais da cidade operaram transformações, ainda que com cronologias diversas.

Outra das considerações genéricas assumidas é de que *O Comércio do Porto* era conservador e muito próximo da Igreja. Marques Pinto caracteriza-o como “o jornal dos padres”, mas mais uma vez há um misto de verdade, mas

⁹² É possível constatar uma tendência nas carreiras dos jornalistas da geração mais antiga. Era normal iniciarem os primeiros passos na profissão começando pelas notícias desportivas e só muito mais tarde enveredaram por outras áreas. Esta circunstância nada tem que ver com as habilitações académicas de cada um deles: Frederico Martins, Freitas Cruz e Marques Pinto têm todos formação universitária. Tratava-se de uma das formas de percorrer os vários níveis de aprendizagem como aconteceu muito mais tarde Rogério Gomes. O mesmo é válido para Silva Tavares e Marques da Cruz que ainda que de uma geração mais jovem começaram por colocar maiúsculas nos telexes, porque se pensava que assim era uma forma de aprender o ofício.

também de alguma precisão desta ideia que é apresentada sobretudo pelos jornalistas da velha guarda. Como refere Silva Tavares a redacção era um local parado no tempo, onde não se passava nada. Mas não era um jornal próximo do regime, pelo contrário. Ainda de acordo com Marques da Cruz o *Comércio* era muito vigiado pela censura e tinha mesmo sido sancionado, antes de ter entrado para o jornal: “O *Comércio do Porto* esteve suspenso pela censura dois dias porque terá publicado uma notícia do afundamento de duas barcaças na Guiné, que tinham sido dois telegramas que tinham sido cortados pela censura.”

A orientação editorial do jornal foi marcada pela personalidade de Seara Cardoso, que é definido por Silva Tavares como “Muito independente”. Era de tendências monárquicas, com uma educação britânica, muito austera muito rigorosa, mas muito independente em relação ao poder político.” Esta mesma postura é corroborada por Marques da Cruz, que salienta que o director sempre o incentivou a escrever, afiançando-lhe que estava a fazer história. Ainda assim o espaço de manobra da redacção era muito limitado pela acção dos coronéis. Também Silva Tavares recorda as horas de espera na comissão de censura, que podiam ir até de madrugada. Isto levava a que por vezes o fecho se fizesse por volta das quatro da manhã depois de preencher os buracos deixados pelo «lápiz azul».

Apesar de o jornal não ter um comportamento subserviente, havia a preocupação de não ser sancionado em resultado da experiência de suspensão anterior. Daí uma atitude mais vigilante face à publicação de determinadas matérias: “Havia a preocupação do chefe de redacção de que o controlo dos telegramas do internacional ao fim da noite, para fazer o confronto com a nota final da censura. Essa era a única grande preocupação do chefe de redacção.” Este é um dos aspectos que destaca Marques da Cruz justamente porque uma das suas primeiras tarefas: a distribuição dos telexes pelos jornalistas. Apesar disso assegura que nunca foi condicionado no seu trabalho, pelo contrário: “Nunca me foi dito cuidado com aquilo que escreve. Até achei que *O Comércio do Porto*, através do velho Seara Cardoso que era um homem muito aberto e que incentivava as pessoas a que escrevessem aquilo que as coisas eram e não deixassem de dizer a verdade por causa da censura.”

Em termos de conteúdos noticiosos o *Comércio* tendeu igualmente a não sofrer reformas em virtude da sua composição redactorial. Era um jornal que para além do noticiário provindo das agências conferia muita importância às actividades da Igreja. Esse acompanhamento reflectia-se em termos dos seus assinantes, mas não se esgotava aí. Um dos aspectos que releva do posicionamento político do jornal tem a ver com o facto de este ter seguido o percurso de D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto no exílio. Chegou mesmo a haver um enviado especial a Espanha que lhe fez uma entrevista detalhada. Ora, se por um lado se verifica a proximidade com os meios eclesiásticos, não deixa de ser patente a irreverência demonstrada com esta atenção dada a uma personalidade claramente incómoda para a ditadura, o que contradiz a imagem de um jornal parado no tempo. O mesmo é válido para a visita do papa Paulo VI a Fátima, onde mais uma vez se enviou um repórter - agora o recém entrado para a redacção, Silva Tavares - para fazer a cobertura dos acontecimentos. É igualmente sabido que a viagem papal caiu mal nos meios mais conservadores da ditadura. O relevo e o tratamento inovador dado pelo *Comércio* - dentro do seu estilo tradicionalista - reiteram esta ideia de inconformismo face ao modelo político dominante.

O caderno cultural quinzenal «Cultura e Arte», cujo responsável era Costa Barreto, era outra das formas que o diário tinha de produzir conteúdos mais inovadores. Era muito lido por um segmento mais elitista e era um dos alvos mais atacados pela censura, sempre desconfiada e temerosa das temáticas intelectuais.

Apesar destas notas de modernidade, o diário portuense teve grandes dificuldades em implementar reformas. Havia por parte da família Seara Cardoso uma vontade de inovar, mas esbarrou sempre com a composição da redacção. Daí que tenha havido um período em que se foram introduzindo características novas, sendo que o subdirector recorria muitas vezes a Silva Tavares com elemento de transição. A sua acção associada depois a novos contratados permitiu que *O Comércio do Porto* fizesse uma mudança gradual nos estilos e no tratamento noticioso. A reportagem fez a sua entrada

triumfante e passaram também a incluir-se crónicas⁹³, apesar dos desvelos da censura. Dentro das novas reportagens surgiam temas como o concurso das *misses* ou a cobertura do festival de Vilar de Mouros.

Uma das editorias que tinha dado cartas ainda no período mais parado do diário portuense foi o Desporto. Como foi mencionado, às segundas-feiras, *O Comércio* conseguia suplantar, e muito, a tiragem dos seus dois concorrentes. Esse trunfo em termos de difusão garantia ao jornal alargar o seu leque de leitores para além daqueles que tradicionalmente o liam, aportando um público de feição mais popular e incaracterístico. Esta vitória no mercado devia-se ao facto de este noticiário sobre o futebol ser muito minucioso: publicavam-se os resultados do campeonato nacional, mas a cobertura fazia-se até às competições distritais e regionais. *O CP* usava ainda um truque de marketing que depois foi imitado pelos rivais e que consistia em colocar um *placard* com alguma dessa informação, à porta.

Como em tantos dos demais temários noticiosos, o «ovo de Colombo» estava nas fontes informativas. Naquele tempo eram os postos da GNR que garantiam, através do telefone – de acordo com Frederico Martins Mendes – o envio de todos os resultados para a redacção que depois se encarregava de lhe dar o tratamento noticioso devido. Com o tempo esta preponderância perdeu-se, até porque as outras secções desportivas, com maior ou menor relevância, passaram igualmente a tratar este tema com uma nova ênfase.

A chegada do grupo Quina ao *Comércio do Porto* veio incentivar a mudança em termos de conteúdos e das rotinas, num objectivo claro de tornar o jornal mais competitivo e mais agradável a um público mais amplo. A nova gestão teve também implicações em termos de conteúdos, que pela primeira vez se faziam sentir dentro da redacção. Não seria Alípio de Azevedo mas um outro administrador de Lisboa a fazer perguntas aos jornalistas quanto às suas posições face à guerra colonial.

Por outro lado a *holding* detinha determinados interesses que gostaria de ver tratados no jornal. Contudo, não havia uma interferência clara, segundo lembra Silva Tavares: “As instruções nunca eram directas. O Costa Carvalho tinha um sentido muito profissional das coisas. Já se sabia em que

⁹³ Silva Tavares tornou-se igualmente inovador ao iniciar uma coluna de opinião intitulada «O visor», que assinava como «Escorpião», justamente devido à censura.

campos se movimentava o Grupo e naturalmente não íamos interferir. A influência não era descarada, havia certas coisas.” Joaquim Queirós reconhece também a existência de uma pressão dissimulada em certos aspectos informativos: “não digo que fosse um controlo descarado, mas havia uma subserviência de uma grande parte dos jornalistas que viviam de vales, que se sentiam na obrigação de pelo menos das empresas ligadas ao Banco Boreges & Irmão não serem molestadas.” Ainda dentro dessa lógica refere que as condições de trabalho afectavam a ética profissional: “Fazia-se em muitos casos um mau jornalismo, um jornalismo de conveniência, de favor.” Contudo, refere que actualmente também se registam situações idênticas: “Não quer dizer que isso não se continue a fazer hoje e até mais descaradamente.” Para isso contribui, tal como então as más condições do exercício da profissão, nomeadamente a precariedade, que contribuem para a permanência de nexos menos claros na actividade informativa. Marques da Cruz, apesar de não referir directamente esta interferência, recorda um evento que lhe foi marcado, o concurso de Miss Portugal, por que era uma iniciativa do *Diário Popular*, outro jornal do Grupo e que acabaria por ter destaque também no *Comércio*.

Aparentemente o Borges & Irmão estava sobretudo interessado num projecto de construção de auto-estradas a nível da metrópole e nos grandes empreendimentos nas colónias. Seria o primeiro aspecto aquele que ficou mais patente uma vez que os assuntos relativos ao Ultramar suscitavam uma maior resistência por parte dos jornalistas e mesmo pelo chefe de redacção: “O interesse era sobretudo as auto-estradas até porque o Costa Carvalho era um democrata, tal como eu e éramos a favor da autodeterminação das colónias.” Silva Tavares reconhece que apesar dessa pressão subtil, não houve tempo suficiente para que o *Comércio* cumprisse o seu papel enquanto agente de *lobby*, já que entretanto se deu o 25 de Abril.

As mudanças operadas no *Jornal de Notícias* pelo triunvirato formado por Pacheco de Miranda, Freitas Cruz e Manuel Ramos – respectivamente director, subdirector e chefe de redacção - tiveram outras virtualidades que transcenderam os aspectos de gestão da empresa. O jornal soube adaptar-se aos novos tempos sem se produziram rupturas que de alguma forma

provocassem o abandono do público. É nesse sentido que pode ser interpretada a contratação de novos elementos, em 1971. Pela primeira vez um jornal usou o sistema de concurso para seleccionar os seus novos quadros para a redacção, que permitiu a entrada de cinco pessoas, entre os quais se encontravam Manuel Pina e Fernanda Gomes. Este passou a ser o sistema usado pelo *JN* para recrutar novos repórteres que vigorou ainda durante muito tempo.

Os novos quadros foram integrar uma redacção que encarou os recém chegados com alguma desconfiança. O sistema geral de contratação dos jornalistas era normalmente por cunhas e os neófitos tinha de percorrer um sistema de aprendizagem, quando muitas vezes não sabiam escrever. A redacção do *Notícias*, ainda assim, era já composta por alguns licenciados e jornalistas de qualidade, mas a grande maioria não tinha qualificações. O concurso abriu as portas a “jovens de formação académica: se não tinham licenciatura, andavam lá perto. Fomos recebidos com alguma desconfiança e devo dizer com alguma agressividade.”

Este quadro traçado por Manuel Pina é ainda reforçado por Fernanda de Gomes, já que para além de ser jovem, de formação universitária tinha a agravante de ser mulher. A redacção era um “meio predominantemente masculino onde havia apenas uma jornalista, a Olga Vasconcelos.” A sua chegada ao *Notícias* representou, de alguma forma, um choque, já que acabava de chegar de Moçambique e o meio portuense afigurava-se-lhe muito conservador. A reacção da redacção à sua chegada veio reforçar esta apreciação: a tendência foi de se constituírem dois grupos em torno de uma ou de outra jornalista. Ainda assim, esta divisão terá também ocorrido pelo facto de que a sua predecessora ser uma pessoa muito ligada ao regime e à Mocidade Portuguesa. Pelo seu lado, Fernanda Gomes representava a lufada de ar fresco e as ideias mais progressistas, o que explica em parte as atitudes registadas.

Apesar da recepção negativa inicial e de alguns ciúmes que se geraram com a entrada dos novos elementos, Manuel Pina defende que o *JN* soube integrar sempre quem entrava de novo, não deixando de se refrescar com as novas aquisições. Essa ideia é igualmente partilhada por Freitas Cruz. É ainda

partilhada pelos vários quadros que por lá foram passando ou ainda constituem a redacção. Daí ter havido a modernização sem que se tivessem operado rupturas profundas, como ocorreu, por exemplo, no *Comércio*.

O recrutamento de novos jornalistas foi fundamental para que se conseguisse o novo dinamismo informativo do diário. A diversidade noticiosa tornou-se evidente. Para além das editoriais mais tradicionais, de novo o *Notícias* passou a conferir realce a temáticas mais próximas dos leitores. Foi ainda o primeiro dos matutinos portuenses a organizar-se segundo secções. Este aspecto é realçado por vários dos entrevistados como fundamental na identificação com o público. Freitas Cruz chama-lhe a “arrumação do jornal” e compara esta vantagem a quem caminha por uma casa que conhece bem, ainda que esteja às escuras. Este aspecto só pode ser entendido desde que acompanhado pelas inovações gráficas, que garantiram que a separação das secções fosse mais evidente e permitiram que o JN se tornasse mais fácil de ler. É também da história do jornalismo este passo evolutivo dos grandes órgãos de informação: a separação em blocos com uma identidade noticiosa, tal como o *lead* ou a pirâmide invertida, tornam a leitura mais apelativa e mais imediata. Estes arquétipos narrativos e organizacionais acabaram por ser interiorizados pelo público e daí terem-se tornado elementos de fidelização.

A reorganização do espaço de impressão está directamente ligada a um maior número de notícias e à diversidade. Contudo, e mais uma vez há que destacar o papel nefasto exercido pela censura, que acabava por contrariar a vontade de mudança do jornal. A linha do JN era de não-alinhamento com a ditadura e por isso teria sido sistematicamente castigado, como assegura Freitas Cruz: “Aqueles favores que o regime habitualmente gostava que lhe fizessem, o jornal não os fazia.”

Para além de não ser subserviente o director do *Notícias* tinha uma forma de entender a redacção oposta à de Pinto de Azevedo, uma vez que o papel do jornalista era muito mais respeitado. Atitude idêntica era seguida pelo chefe de redacção, o que implicava uma muito maior responsabilização editorial, à imagem dos tempos modernos. Este tipo de gestão levou a atritos com os censores e também coma as tentativas de pressão que o Grupo de Lisboa tentou exercer sobre os conteúdos. O episódio relativo a um artigo

sobre Indira Ghandi - tema tabu - da autoria de Costa Carvalho terá suscitado a exigência do despedimento daquele jornalista. Manuel Pacheco de Miranda manteve uma posição firme e responsabilizou-se pelo que foi publicado, segundo Manuel Pina. Refere ainda que manteve essa conduta em relação aos seus colaboradores, aliás reiterada por António Freitas Cruz: “O director era uma pessoa da aristocracia portuense mas dava muita importância aos jornalistas e portanto permitia-lhes serem mais autênticos. Tínhamos muitas dificuldades com a censura e o Pacheco de Miranda introduziu no jornal uma atitude que era esta: as coisas que a direcção entendesse responsabilizar-se não iam à censura.”

O braço de ferro com a censura fez-se, por exemplo, aquando do congresso da oposição em Aveiro, cobertura que foi entregue a Manuel Pina. O jornalista lembra que o chefe de redacção lhe recomendou que escrevesse tudo o que se passava e depois se veria o que seria cortado. Isto reitera a ideia de que no JN não havia uma orientação no sentido do condicionamento informativo, embora a autocensura acabasse por se reflectir no trabalho diário de cada um. O resultado desta orientação editorial traduzia-se numa muito mais atenta atitude por parte dos censores, mas também em efeitos retaliatórios pesados: nos anos sessenta, em vez de se pedirem as provas de granel eram vistoriadas as primeiras páginas, o que se traduzia em atrasos motivados muitas vezes por pequenas alterações, mas com consequências mais dramáticas em termos da saída e distribuição do jornal, uma vez que se obrigava a uma nova composição.

Apesar da solidariedade editorial das chefias, a gestão era rigorosa e terá sido a forma de conceber a feitura do jornal que o catapultou para o lugar cimeiro em termos de tiragens. “O Manuel Ramos era um jornalista excelente e aprendi muito com ele. Era sobretudo muito cuidadoso, muito rigoroso com os pequenos detalhes. Havia outra coisa em que ele não perdoava que era a ligação com o público.” O rigor aqui mencionado é constatável pela atenção dada a determinados aspectos que se constituiriam como verdadeiros trunfos. A cativação do público passou seguramente pelo grande dinamismo que sofreu a secção desportiva. Esse mérito cabe aos Martins Mendes, que chefiados pelo pai, praticamente asseguraram este

noticiário. Frederico Martins Mendes iniciou a sua carreira aos 15 anos no *JN*, prestando colaboração do desporto. Uma das grandes armas do matutino residia nesta secção que contribuiu para fidelizar públicos, fosse através do futebol, do ciclismo ou outras modalidades. O ex-director do *Notícias* recorda um dos episódios em que a ligação com a cidade se fez de forma avassaladora e comovente. Relembrando o funeral de um velho amigo, refere o espanto do chefe de redacção: “Oh Frederico tu já tens sete páginas sobre o Pedroto? Então quando morrer o papa quantas páginas vamos dar?” apesar da reacção de Manuel Ramos o diário daria as sete páginas e inseriria na primeira página: «Chora futebol que o mestre morreu». Conseguiram com isso que o funeral fosse multitudinário.

A ligação entre o *Notícias* e a cidade foi estabelecida de diversas formas. O jornal tinha uma rede de informadores notável, como é reconhecido mesmo por quem era da concorrência. Essa rede construiu-se graças à perseverança de Manuel Ramos que não descurava os telefonemas do público, nos episódios a que a redacção acabou por se referir como «ateimas»: as pessoas ligavam para tirar dúvidas sobre um qualquer acontecimento do passado e o chefe de redacção mandava sempre algum jornalista ao arquivo para apurar os factos, o que permitia esclarecer quem telefonava, mas criava também um vínculo. Esta interacção registava-se também no sentido contrário: quando se dava um dado incidente era para o *JN* que ligavam os barbeiros, a gente dos cafés, o público anónimo.

Frederico Martins Mendes confere uma grande relevância ao papel das fontes e à forma como eram acarinhadas pelo jornal. Elas acabaram por se constituir num dos eixos fundamentais da ligação entre o diário e a cidade, bem como a Região Norte e que permaneceram mesmo depois da morte do chefe da redacção. A este propósito o ex-director relembra que foi graças às fontes que o *Notícias* fez inúmeras «cachas» memoráveis. Nelas se conta, por exemplo, o telefonema da Rádio Matosinhos Pesca a dar conta de que se encontravam a dar à praia cadáveres devido a um naufrágio acabado de ocorrer em Leça. O *JN* não só conseguiu o exclusivo desta reportagem – feita aliás pelos chefes Martins Mendes e José Saraiva –, como também graças aos contactos dentro do Hospital de Santo António, obteve a entrevista dos três

sobreviventes. Foi também devido a esta ligação que o matutino portuense garantiu um exclusivo da queda de um avião na ilha da Madeira, antecipando-se mesmo à informação de agência. O conhecimento em primeira-mão do acidente permitiu enviar uma equipa de reportagem da redacção de Lisboa no avião de salvamento e ser assim o primeiro jornal nacional a dar a notícia.

Mas a ligação às fontes criou, ainda no período de vigência da censura um fenómeno que hoje seria enquadrado como jornalismo de cidadania. Quando determinados aspectos da vida urbana das pessoas necessitavam de ser corrigidos e as autoridades próximas não o faziam, lá vinha o aviso: “está avisado, olhe que vou ligar ao Notícias”. Muitas vezes isto tinha um efeito preventivo. Freitas Cruz lembra de que forma essa ligação funcionava ainda no edifício antigo: “No *Notícias* procurava-se a informação e ela ia ter connosco, por causa disso mesmo. Havia uma relação de tal forma entre o jornal e as pessoas que, na Avenida dos Aliados, o repórter nas escadas, depois de receber as pessoas, perguntava, depois de tomar nota, já apresentou queixa na polícia? Não, não, eu venho aqui e chega. Nem faziam queixa na polícia, iam ao Notícias e ficava tudo resolvido. É caricato, mas era verdade. Era a relação íntima existente.” Quando se mantinha a situação o *JN* fazia questão de publicar pequenas peças a relatar estas situações. Que como refere Manuel Pina podia ser uma pedra da calçada partida à porta de uma velhinha ou o atraso na entrega do correio. Também segundo este jornalista, a censura deixava passar porque interessava à administração que os pequenos poderes locais não extravasassem as suas prerrogativas.

Tudo isto fazia do *Jornal de Notícias* um diário de feição popular, não só pelos conteúdos, como pela configuração gráfica mais histriónica que a da concorrência, como com as interacções que desenvolvia. Manuel Pina aceita a caracterização dos colegas dos jornais rivais: era o jornal das sopeiras e dos magalas. Para Joaquim Queirós a satisfação deste público era conseguida pelos casos do dia e pelo desporto, e Manuel Ramos, o chefe de redacção impunha aos jornalistas da casa o cumprimento de um dado estilo: “A gabardina do cemitério da Rua do Bonfim, o crime do sapateio da Rua do Sol, notícias como estas. O Notícias fazia novelas à volta disso. Um crime ou um escândalo dava para largos dias. E a técnica do Manuel Ramos era essa:

quando o jornal estiver pronto, vocês pegam no jornal e torcem-no; se sair sangue o jornal está vendido, senão vão ali vendê-lo ao homem da esquina para embrulhar bacalhau.” Também Freitas Cruz reconhece este efeito que apelida de demagógico. Ainda assim os profissionais do JN mantêm um grande orgulho no jornal, patente nas palavras de Manuel Pina: “Ficou sempre com essa fama de ser um jornal popular, um jornal mal feito. Mas ninguém faz um jornal mal feito tão bem como nós.” Algumas destas características conseguiram sobreviver aos sobressaltos do 25 de Abril e foram sendo inculcadas nas sucessivas gerações de jornalistas que foram integrando a redacção. Embora o jornalista entenda que o JN tinha: “uma relação com o público que entretanto se perdeu, muito forte”, durante muito tempo o vínculo com a cidade e o Norte continuaram ser a sua imagem de marca. Ela fica particularmente sublinhada pela expressão que Manuel Neto da Silva usava para chamar a atenção dos estagiários: “Este é o jornal do Condado Portucalense.” O conceito aliado à orientação editorial prevaleceram e fizeram do *Notícias* um dos jornais de maior tiragem nacional.

Os diários portuenses estabeleceram os diferentes modelos que lhes granjearam públicos próprios e áreas geográficas de implantação que apresentaram algumas especificidades. A diversificação dos conteúdos e a evolução para a tradicional dualidade informação /entretenimento constituíram a matriz desse processo de conquista de leitores, que se pautava por um perfil informativo de âmbito nacional, com uma preocupação de enquadramento cuidado sobre a cidade e a região. Associados a famílias que constituíram o sustentáculo empresarial dos jornais, os sistemas de gestão souberam aliar a boa difusão ao bem-estar económico garantido pelos anunciantes, sem nunca esquecer o investimento em novos meios técnicos que garantiam a disputa concorrencial. A rivalidade entre os três matutinos era patente não só pelos melhoramentos gráficos ou pela capacidade de impressão, mas também a nível dos conteúdos. Ainda que houvesse um bom relacionamento, as redacções foram diariamente, na história de mais de um século desta imprensa, construindo um clima de competitividade salutar que foi também um factor de dinamismo e de progresso.

No quadro evolutivo do passado recente dos três diários portuenses é possível constatar que cada um deles, nessa conquista de mercado, optou por caminhos divergentes. Eles registam-se a nível da estrutura das empresas e no sistema de gestão. São igualmente identificáveis pelas idiossincrasias próprias de cada uma das redacções, com as suas dinâmicas desenvolvidas a partir da organização das chefias, mas também do contexto repressivo que envolvia a actividade informativa. Traduzem-se também na evolução do conteúdo noticioso e nas interacções que se estabeleceram com os distintos públicos-alvo, com resultados muito diversos.

Cabe ainda destacar um aspecto que transpareceu em todas as entrevistas. Todos os jornais desenvolveram uma rivalidade salutar entre eles. Ela é constatável pelo orgulho que os entrevistados demonstraram ao caracterizar o seu título e algumas das referências mais acutilantes usadas para falar da concorrência. Contudo, também aqui se notaram duas posições: uma mais radical representada pelo *Jornal de Notícias* e outra mais amena, onde se inseriam *O Primeiro de Janeiro* e *O Comércio do Porto*. Ela tem sobretudo a ver com as fontes e a partilha de informação. Os jornalistas destes dois matutinos reconhecem que havia uma maior camaradagem e que era possível partilhar alguns dados quando um dos jornais falhava. Essa facilidade já não se verificava com o *Notícias* que sempre fez gala de preservar muito os exclusivos e guardava ciosamente os seus segredos. Isto garantia-lhe, como já foi apontado, fazer manchetes em que eram os primeiros a dar a notícia. Estes resultados despertavam a «ciumeira» da concorrência, nomeadamente de Pinto de Azevedo, que não gostava de ser ultrapassado pelo seu velho amigo das hostes republicanas, Pacheco de Miranda.

5 - Os diários do Porto: Incidências políticas, económicas e sociais resultantes do processo democrático

A Revolução de Abril trouxe aos jornais portuenses, *grosso modo*, as problemáticas geradas em toda a Comunicação Social nacional. Os efeitos da liberdade de expressão fizeram-se sentir de imediato e a abolição da censura

foi festejada também pelos jornalistas da cidade. A vaga de euforia e os momentos de felicidade vividos pelo povo português invadiram do mesmo modo as páginas dos três diários que saudaram com entusiasmo o Movimento das Forças Armadas.

À imagem do sucedido na imprensa da capital, verificaram-se igualmente no Porto os efeitos conturbados gerados pela evolução do processo político-institucional. A politização dos conteúdos, as pressões sobre as redacções e os níveis de conflitualidade, associados a uma desarticulação da estrutura de chefias editoriais decorrente da transformação e enfraquecimento das administrações, constituíram a tónica do período subsequente ao golpe de Estado e que tendeu a intensificar-se a partir do final do verão de 1974. Tal como na capital, também no Porto o clima político subiu de tom, o que afectou a vida das redacções. Os conteúdos tenderam a radicalizar-se e a luta pelo controlo informativo assumiu grande intensidade. Aqui, verificou-se o primeiro sinal de dissidência face ao panorama vivido nas empresas jornalísticas de Lisboa: *O Comércio do Porto* e a *Rádio Renascença* constituíram-se baluartes de oposição à corrente dominante instituída pelo PREC e funcionaram a contratempo do discurso oficial.

Ainda que os jornais do Porto tenham tido nuances face ao processo avassalador que transformou a imprensa nacional, aspectos fundamentais houve que os afectaram também de forma indelével. Um desses factores é a questão da propriedade. Os efeitos do intervencionismo do Estado fizeram-se sentir no *Jornal de Notícias* e em *O Comércio do Porto* não só no plano da gestão, mas também no que toca ao processo de politização que lhe foi inerente. A luta dos principais partidos que disputavam o poder, aliada às pressões das outras instituições com poderes de soberania, teve consequências a nível das relações, mas particularmente pela lógica – ou falta dela – de rotatividade das administrações, com inevitáveis reflexos em termos de estratégias editoriais. *O Primeiro de Janeiro* não escaparia a esta dinâmica, já que a questão da propriedade também acabou por se configurar como central após o afastamento de Pinto de Azevedo e, aí, as incidências partidárias também se fizeram sentir.

O período crucial das décadas de 80 e 90 determinou o destino dos três matutinos seculares. Nele se impuseram os novos condicionalismos que representam a mudança de paradigma das empresas jornalísticas: depois dos processos de privatização surgiram transformações drásticas a nível da propriedade, do investimento tecnológico, do tecido social, dos novos desafios editoriais e da concorrência. A par destes factores endógenos processaram-se alterações profundas em termos de mercado e os públicos a quem os jornais eram dirigidos tenderam a desaparecer. Também os contornos de toda a actividade gerada no Porto e na região norte foram redefinidos e aquelas que tendiam a ser as temáticas preferenciais perderam acutilância em virtude do esvaziamento dos pólos de influência. Em concomitância, as fontes tradicionais de agenda deram lugar a um novo equacionamento das hierarquias editoriais, em que a informação institucionalizada nacional assumiu a preponderância.

5.1 - A vaga revolucionária na imprensa portuense

O 25 de Abril veio encontrar os três jornais do Porto dentro dos quadros anteriormente apontados. As incidências do Processo Revolucionário Em Curso fizeram-se sentir em todos eles, mas a questão da propriedade só não afectou o *Janeiro*, pelo menos dentro dos contextos das nacionalizações decorrentes do 11 de Março. Os demais aspectos, o surto reivindicativo, a politização das redacções e o desenvolvimento dos níveis de conflitualidade, tiveram impacto generalizado, embora com resultados diferentes. O *Comércio do Porto* emergiria como o título que manteria a batalha contra a esquerdização da sociedade portuguesa, enquanto o *Jornal de Notícias* veio a ser denominado pejorativamente o «Pravda», por ter enveredado por um tom muito radicalizado. Quanto ao *Primeiro de Janeiro*, não teve uma linha editorial com uma orientação muito determinada, mas a sua redacção passou também por uma situação de pulverização de autoridade.

A adaptação aos novos tempos diferiu de redacção para redacção. Nos casos do *Comércio* e do *Notícias*, as transformações que se tinham verificado no período anterior tiveram reflexos mais imediatos, na medida em que a

contratação dos novos quadros, mais jovens e com formação intelectual distinta, os tornavam mais receptivos às influências ideológicas que se fizeram sentir. Essa é a também a visão de Joaquim Queirós, que iniciou a sua carreira no *JN*: “No *Notícias* os grandes homens de esquerda, era tudo gente nova, com exclusão do César Príncipe, que era um bocadinho mais velho. Era gente mais combativa e fizeram a vida difícil ao então chefe de redacção, o Manuel Ramos. Ele era um bocado duro e teve dificuldade em se adaptar aos novos tempos.”

Não significa isto que o *Janeiro* se tenha mantido fechado aos ventos de mudança, mas aqui as repercussões tiveram sobretudo a ver com a estrutura, em função da ausência da cadeia editorial. O 25 de Abril trouxe aos jornais do Porto as mesmas condições de liberdade que se registaram em Lisboa. As consequências traduziram-se no facto de os diários deixarem de ser submetidos ao exame prévio e unanimemente terem saudado a vitória dos militares. A evolução dos conteúdos de cada um deles far-se-ia depois de acordo com os efeitos de politização sofridos, adoptando discursos mais ou menos radicalizados, de acordo com a capacidade organizativa das organizações partidárias dentro das redacções.

Os primeiros impactos da revolução verificados dentro das empresas jornalísticas a nível nacional traduziram-se no afastamento das figuras conotadas com o regime e que de alguma maneira serviram de sustentáculo ao aparelho propagandístico e censório. No Porto, este procedimento seria muito mais atenuado, tendo-se verificado que apenas o *Comércio* passaria por um processo semelhante: “Em «O Comércio do Porto» foi nomeado para director, em substituição de Alípio Dias, o jornalista Fernando Teixeira que vinha a desempenhar as funções de chefe de redacção do «Diário Popular»” (CONSELHO DE IMPRENSA, 1979:16). A saída do director nomeado pelo Borges & Irmão enquadrou-se na onda de saneamentos que varria o país, mas estaria mais ligada à perspectiva anti-capitalista que rapidamente conquistou também este diário. De salientar que o seu substituto provinha também do Grupo Quina, sendo embora um jornalista e daí a sua relativa aceitação.

No *Jornal de Notícias*, apesar de também se ter verificado uma radicalização de posições, este tipo de purgas parece não ter ocorrido. Não

houve mudanças a nível da administração e das chefias, uma vez que aqui a carreira profissional dos responsáveis editoriais parece ter constituído um factor de respeito que não foi posto em causa pela redacção. Ainda assim, seriam vários os profissionais que anteriormente se tinham identificado com o regime ditatorial, mas a atitude face a estas pessoas não foi de expulsão mas de isolamento, até acabarem por se reformar.

Sendo um jornal muito rapidamente conquistado pelas correntes de esquerda, a inexistência de purgas pode provocar alguma estranheza, mas Manuel Pina contribui para esclarecer esta situação ao relatar um episódio passado directamente com ele. Na sequência do cumprimento de serviço no exército, ele tinha tido oportunidade de conhecer o comandante Corvacho, que esteve à frente da Região Militar do Norte durante o PREC: “Fomos, o Teixeira Neves e eu, convocados para uma reunião no Quartel General com o Corvacho. Ele informou-nos que se tinha descoberto que duas pessoas do *JN* tinham sido informadores da PIDE.” Quando regressaram ao jornal reuniram a os jornalistas e expuseram a situação, mas explicando que não iam revelar o nome das pessoas em causa porque elas não tinham delatado ninguém do *Notícias*. Por consideração e pena destes dois elementos, a redacção aprovou que se mantivesse o anonimato e não procederam aos saneamentos. Foi uma situação *sui generis*, só possível neste diário, no qual todos os entrevistados, apesar das diferenças e clivagens que os separaram na altura, preferem dar uma imagem de relativo entendimento.

No *Primeiro de Janeiro* não houve este tipo de situações, quer pela orientação do jornal, quer pelo modelo de gestão típico deste matutino portuense. Desde logo, este primeiro traço característico do período revolucionário não teve, no Porto, o mesmo impacto que se fez sentir nos jornais da capital e não se verificou o cenário descrito pelo Conselho de Imprensa: “São raros os directores e mesmo administradores que escapam aos saneamentos” (*Ob. cit.*:15).

À imagem do que ocorria em todo o país, as empresas jornalísticas portuenses sofreram alterações drásticas, quer do ponto de vista da estrutura, quer da correlação de forças. Desta forma, o complemento do cenário anteriormente descrito pelo CI acabou por ter aqui também os mesmos

reflexos: “na maior parte das publicações os proprietários começaram a perder o controlo que até aí detinham sobre o respectivo conteúdo.” (Idem, ibidem). Jorge Alves, jornalista de *O Primeiro de Janeiro*, caracteriza este momento como um tempo de abertura para o mundo e de vivências empolgantes, mas acrescenta ainda que: “Para os patrões da Imprensa, designação que nada tem de pejorativa, foram tempos de incerteza. Isto porque com a entrada em cena dos partidos políticos, logo estes demonstraram um apetite voraz pela imprensa.”⁹⁴ Também no Porto os jornais rapidamente se assumiram como uma tentação para as várias forças políticas, que trataram de encontrar os meios para aí poderem exercer a sua influência.

Inicialmente, a tentativa de controlo editorial foi também a par das reivindicações de classe dos jornalistas que procuravam ter um papel activo na determinação dos conteúdos. A constituição dos conselhos de redacção, que entretanto se elegeram, permitiram que essa ambição se cumprisse, mas estes organismos não funcionaram apenas no sentido da clarificação dos direitos profissionais. Quer no *Comércio*, quer no *Notícias* eles foram quase imediatamente marcados pelo cunho da actividade política de esquerda, o que teve necessariamente reflexos em termos da selecção das notícias, mas também dos níveis de conflitualidade que se instalaram.

Este espírito vivido no sector redactorial seria também acompanhado pela parte da composição e impressão. Procedeu-se à eleição de comissões de trabalhadores, de representatividade mais ampla, mas nas quais a tipografia ganhou o peso fundamental. Sendo tradicionalmente uma classe politizada, acompanhou, ainda que com objectivos próprios, o processo que se desenrolava nas redacções. Em consequência, produziu-se um clima de reivindicações inicial, e os factores de conflitualidade que se verificavam por todo o país contagiaram os três jornais portuenses. Ainda assim, há que distinguir duas situações: por um lado, o processo mais característico, típico da época e no qual se enquadram o *Notícias* e o *Comércio*, e, por outro, uma linha específica seguida pelo *Janeiro*.

⁹⁴ In Edição Comemorativa do 133º aniversário de *O Primeiro de Janeiro*, 1 de Dezembro de 2001.

Do ponto de vista da empresa, *O Primeiro de Janeiro* é o que assiste, numa primeira fase, a transformações mais suaves. A estrutura manteve-se e a propriedade do jornal nunca foi posta em causa. Não significa isto que não se tenham produzido transformações e que Pinto de Azevedo as tenha aceite de bom grado. No *Janeiro*, como era expectável, também se elegeram as organizações representativas dos sectores laborais, assim caracterizadas por Marques Pinto: “Havia uma comissão de trabalhadores, havia um conselho de redacção; eu fiz parte do primeiro conselho de redacção que se elegeu. O conselho de redacção por vezes ia falar com o director, dando conta de coisas que a redacção estava a pedir: meios ou condições de trabalho, etc., e o director ia satisfazendo, na medida do possível, as pretensões da redacção.” Apesar deste aparente diálogo, os demais sectores do diário não teriam uma posição tão contemporizadora, como faz notar o jornalista: “A comissão de trabalhadores era muito aguerrida. Era sobretudo constituída pelo pessoal da tipografia, mas também agregava o pessoal da administração.”

O tom reivindicativo foi subindo e a comissão de trabalhadores impôs ao director condições que provocaram uma degradação das relações entre as partes. Uma das exigências foi a da constituição de uma cantina onde os tipógrafos pudessem fazer as suas refeições, dado os seus horários serem nocturnos e de laboração contínua até de madrugada. Os trabalhadores não tinham um local para aquecer a comida que traziam de casa, nem um refeitório para o efeito. Criar um espaço deste tipo obrigava Pinto de Azevedo a abdicar da sua biblioteca pessoal, onde para além dos livros tinha também uma colecção de arte. Isto provocou-lhe um profundo desagrado, até pelo seu carácter pessoal. Marques Pinto descreve-o como sendo: “Um patrão à moda antiga, que estava habituado a ditar leis. Depois do 25 de Abril teve de se adaptar à nova situação: já tinha de dar satisfação de coisas que mandava fazer e as pessoas perguntavam como e porquê.” Seria este questionar da sua gestão que levou ao seu progressivo afastamento dos assuntos do jornal e a um alheamento face àquele que tinha sido o seu projecto de vida. Tornou-se um director ausente, desiludido.

Apesar deste fosso que se foi cavando entre a administração e os trabalhadores, a empresa nunca teve tentativas de auto-gestão ou de

expulsão do proprietário, pelo que Pinto de Azevedo se manteve à frente do *Janeiro* enquanto assim o entendeu. Da mesma maneira, a chefia da redacção seguiria também uma linha de continuidade, sucedendo a Mário de Figueiredo pai o seu filho. Contudo, o director, desgostoso com o rumo que o jornal tinha tomado, acabaria por se afastar em Novembro de 1976. Esta saída não implicaria ainda transformações em termos de posse da empresa, que só viriam a ocorrer dois anos mais tarde, após a sua morte.

Sendo certo que a toada reivindicativa também atingiu *O Primeiro de Janeiro*, é importante notar que ela nunca assumiu proporções extremas. Esta circunstância é também resultado da moderação de que a luta política se revestiu. Nem a redacção nem a tipografia foram um terreno fértil para o avanço do Partido Comunista ou das forças de extrema-esquerda, tal como ocorreu nos outros dois jornais portuenses. Ainda segundo Marques Pinto e corroborado por Rogério Gomes, a composição da redacção era variada e o confronto partidário acabou também por se registar. Contudo, a preponderância comunista nunca se verificou: “A maior parte do pessoal da redacção não tinha nada a ver com o comunismo: ou eram pessoas sem partidos, sem preferências políticas ou muito mansinhas, que não queriam envolver-se em «chatices». Houve, às vezes, fricções entre os comunistas – que eram meia dúzia, não passava disso – e os socialistas, sobretudo esses.” De facto, esta não deixa de ser similar à configuração das demais redacções. Os núcleos de militantes eram pequenos, mas pautavam-se por uma atitude muito aguerrida. A diferença aqui tem a ver com a neutralização sistemática da sua actuação. Na redacção, os plenários eram previamente preparados pelos elementos afectos ao Partido Socialista que agregavam a si todos os outros que não se identificavam com os comunistas, o que acabava por limitar o seu campo de acção.

Na tipografia, do ponto de vista do espectro partidário, a situação era similar. Rogério Gomes está de acordo com Marques Pinto ao afirmar que “Os tipógrafos eram controlados pelo PS. O chefe era socialista e controlava aquilo tudo.” Neste caso, o *Janeiro* constituiu uma excepção, uma vez que há uma espécie de “tradição corporativa” – nas palavras de Martins Mendes – na

classe e o Partido Comunista tinha aqui historicamente uma boa área de implantação.

No *Jornal de Notícias*, o 25 de Abril trouxe algumas alterações do ponto de vista da estrutura da empresa, mas principalmente alterações drásticas em função da politização dos seus quadros, quer editoriais, quer dos demais sectores. Essas mudanças são actualmente vistas com alguma bonomia por Freitas Cruz: “ O 25 de Abril, a avaliar pelo que aconteceu nos outros lados, foi um bom passeio para nós. No dia 25 de Abril tínhamos uma administração, um director, um subdirector, dois chefes de redacção e vários editores. No dia não sei quantos de 1978, tínhamos a mesma administração, o mesmo director, o mesmo subdirector, o mesmo de redacção e os mesmos editores.” De facto, para além de não ter havido perseguições, não se deu tão pouco a tentativa de levar o jornal para um regime de autogestão, embora tenha sido posto “ao serviço das classes trabalhadoras”. Mas, apesar desta imagem de estabilidade aqui traçada, só é possível referir este período como um passeio quando comparando o que ocorreu no *JN* com as situações dramáticas verificadas em Lisboa.

Houve naturalmente alterações a nível da estrutura da empresa. Em termos da propriedade, a maioria do capital tinha sido adquirida por instituições que se encontravam no âmbito do Estado, pelo que o jornal ficaria à mercê das contingências do processo político. Significa isto que com o 11 de Março e a nacionalização da banca e dos seguros, bem como dos sectores considerados estratégicos, as entidades detentoras de acções da Empresa Jornal de Notícias se englobaram todas no Grupo Estado, o que teve como resultado a integração da maioria do capital no sector público. Apenas um número remanescente permaneceu com Pacheco de Miranda. Ainda que não tenha havido a «dança de cadeiras» ocorrida nos jornais da capital, houve alterações, nomeadamente a entrada de um militar para a administração. Freitas Cruz não lhe confere grande importância, pelo que não deve ter tentado interferir na gestão do diário. Também não seria necessário, uma vez que o *Notícias* se tinha alinhado completamente com as políticas seguidas pelo Conselho da Revolução.

Em termos de órgãos de representatividade interna e do seu impacto nas dinâmicas da empresa, o *JN* foi afectado pelas práticas do conselho de redacção e da comissão de trabalhadores. Esta influência fez-se sentir não só pelo aumento dos níveis de conflitualidade, mas sobretudo pelo extraordinário poder que o conselho de redacção passou a deter. É de notar, contudo, que a sua orientação não era dominada pelo PCP, como assegura Manuel Pina: "As tentativas de controlo da redacção pelo Partido Comunista esbarraram sempre com o conselho de redacção, que adquiriu um enorme poder que se perpetuou pelo tempo, muito depois do período revolucionário." Apesar do clima de efervescência que assaltou a redacção, também aqui os militantes comunistas acabaram por ver a sua actuação limitada e esta visão é partilhada pelos vários entrevistados. Não deixam de se referenciar nomes e modos de actuação; César Príncipe aparece como figura de destaque e sendo, segundo Martins Mendes, quem mais guerra fazia ao director Pacheco de Miranda. Outra ideia que se reitera é a do seu número reduzido, aliado à grande capacidade de militância, como recorda Freitas Cruz: "Existiam, tinham muita actividade. Tivemos lá um jornalista, o Ribeiro dos Santos, que, viemos depois a saber, era um homem do Partido Comunista, embora o mais visível fosse o César Príncipe."

Apesar desta actuação normal e típica dos militantes comunistas, no caso da redacção do *Jornal de Notícias*, a preponderância do PCP foi aqui ultrapassada pela esquerda. Não quer isto dizer que o conselho de redacção fosse controlado pela extrema-esquerda, significa antes que a forma como se posicionou impediu o controlo partidário. Segundo Manuel Pina isso resultou do facto de: "as questões fundamentais serem votadas em plenário da redacção. O conselho de redacção do *Notícias* tinha mais poderes que os dos outros jornais porque as decisões importantes eram sempre votadas em plenário." Este poder institucionalizou-se e teve repercussões a diversos níveis: desde logo, a guerra que no futuro travaria com Freitas Cruz. Mas também deteve uma capacidade de intervenção inigualável ao ter o poder de ir directamente à tipografia e impor a publicação dos seus comunicados. O conselho de redacção esteve ainda à frente de várias greves que se registaram no *JN* e que foram convocadas muito depois de terminado o PREC. Ainda de

acordo com Manuel Pina, era nisto que consistia a concepção política «conselhistas».

Os outros sectores do jornal, nomeadamente a tipografia, parecem ter articulado a sua actuação durante o PREC com o conselho de redacção. Durante esta fase, os tipógrafos do *JN* não parecem ter tido nenhum papel reivindicativo de destaque, particularmente em termos de imposição de conteúdos, até porque a orientação não seria de molde a desagradar a um grupo que se identificava ideologicamente com a linha editorial seguida. Contudo, mais tarde, e segundo Marques da Cruz, este alinhamento alterou-se: “A tipografia pertencia ao Partido Comunista, mas no *JN* a tipografia, a determinada altura, não compunha textos do César Príncipe e de outro indivíduo do Partido Comunista. Porque o *JN*, que andava nos 50 mil exemplares, começou a cair para os 25 mil.” Esta é uma visão pragmática do sector da impressão, absolutamente contrária à corrente dominante, nomeadamente das estratégias adoptadas em Lisboa. Aparentemente, não seria só o *Notícias* a vivê-la, já que o *Comércio* teve também por parte dos tipógrafos uma actuação desalinhada, como se verá.

Os efeitos do 25 de Abril no *Comércio do Porto*, do ponto de vista empresarial, foram igualmente importantes. Foi ainda o jornal que um maior abalo sofreu na estruturação dos mecanismos de chefia. Como se viu, foi o único a implementar processos de saneamento, à maneira de Lisboa. Em termos de consequências na propriedade, elas só se verificariam a partir do 11 de Março, em função da nacionalização de parte das empresas detentoras de capital. A nível da administração, a substituição de Alípio de Azevedo por Fernando Teixeira durou pouco tempo. A solução passou então pela nomeação de Seara Cardoso filho para novo director do diário. Inicialmente também se mantiveram as chefias anteriores à revolução, mas o clima na redacção degradou-se de tal forma que Costa Carvalho acabou por pedir a demissão. Nessa altura, seria Silva Tavares a assumir o cargo, sendo seu subchefe Marques da Cruz.

Com o processo de nacionalizações iniciado pelo Conselho da Revolução, o *Comércio do Porto* passaria então a ser também uma empresa intervencionada. Nessas circunstâncias, e tal como no *Notícias*, a

administração passou a integrar um militar, mas, ao contrário do que se verificou naquele matutino, aqui esta intervenção, de acordo com Manuel Teixeira, foi mais sentida: “Nesse período quem mandava na administração era o exército, através do capitão Almeida. Logo a seguir ao 11 de Março, o jornal é intervencionado e a administração é substituída por um só homem, que era o capitão Almeida. Depois rodeou-se de mais dois: um era um economista socialista e o outro um engenheiro.” Marques da Cruz recorda também esta transformação na administração, mas entende que o seu desempenho não influenciou os conteúdos noticiosos. Ainda assim, tem uma visão muito crítica da sua actuação: “Quando os militares vieram para a administração do jornal eles queriam que houvesse denúncias públicas. Depois do 25 de Novembro, o Conselho da Revolução mudou a administração do *Comércio*, mas os militares não interferiram nas chefias da redacção.”

Foi também este o diário portuense em que as organizações representativas dos trabalhadores foram mais marcadas pelo processo de esquerdização. Quer a comissão de trabalhadores quer o conselho de redacção assumiram relevância nas purgas verificadas, mas, para além disso, sobretudo no segundo caso, patrocinaram uma tentativa de controlo da orientação editorial. “Houve um período curto, em que, como nos demais jornais, o Partido Comunista dominou de facto o jornal. Estamos a falar de um período entre o verão de 74 e o de 75. O Partido Comunista, através da comissão de trabalhadores, do conselho de redacção, de algumas velhas guardas, dominava o jornal.” Este domínio, assim descrito por Manuel Teixeira, é ainda caracterizado por outros matizes. Tal como em Lisboa, houve entrada de gente nova no turbilhão da revolução e, entre essas pessoas, teria também ingressado no *Comércio* o responsável pela actuação do PCP no jornal, segundo Marques da Cruz: “Houve um que entrou na confusão do 25 de Abril, o Arnaldo Araújo, que, depois se veio a saber, era o chefe da célula do partido comunista lá dentro.”

A luta que se exerceu pelo controlo do matutino levou a que se radicalizassem as posições e, tal como ocorreu em Lisboa, houve uma articulação entre o sector editorial e a tipografia no sentido de impor uma linha de actuação conjunta, confirmada por Silva Tavares: “Eles organizavam-

se por esta via e tinham alguns pontos de apoio na tipografia e isso chegou a um ponto quase de bloqueio, durante o «verão quente», de alguma gravidade, mas que depois foi ultrapassado. Houve quase uma paralisação da tipografia perante as forças da redacção. Na tipografia, o Partido Comunista também era pequenino, mas mais activista.” No *Comércio do Porto*, tal como nas demais redacções, o grupo de activistas de esquerda era uma minoria e, como era hábito, altamente desestabilizador. Aqui a diferença fez-se, inicialmente, pelo facto de ter havido uma actuação concertada quer das organizações de representatividade no plano interno, quer pela pressão dos mecanismos de propaganda externos ao jornal, que assim faziam passar a sua mensagem.

A evolução da estrutura administrativa das empresas jornalísticas bem como a constituição dos organismos de classe dos diferentes sectores espelham o clima de euforia que conquistou o país: “São eleitas Comissões de Trabalhadores, Conselhos de Redacção e, através de organizações deste tipo, principiam os jornalistas, e em certos casos outros trabalhadores, a exercerem um papel determinante sobre o que é publicado, bem como a designarem ou vetarem os directores e os chefes de redacção” (CONSELHO DE IMPRENSA, 1979:15).

No Porto, estes efeitos organizativos tiveram, como em Lisboa, reflexos editoriais. A onda revolucionária foi em crescendo e verificou-se uma alteração drástica nos conteúdos. Ela decorre das novas temáticas inerentes à liberdade de imprensa, mas também do fervilhar da vida política. E aqui dá-se uma primeira diferença do ponto de vista do perfil noticioso: o local e o regional praticamente perdeu todo o espaço, em função da informação do aparelho político-institucional central, mas também da catadupa de acontecimentos que se desenrolavam no país. Durante vários anos ainda, as temáticas continuaram a ter uma grande preponderância política. Neto da Silva iniciou a sua carreira na redacção do Porto da Rádio Renascença, justamente o núcleo que iniciou os noticiários que faziam o contraponto da ocupação registada em Lisboa. Para ele, tudo se reduzia a esta realidade: “Naquela época não havia mais nada senão política. O grande tema, o grande espectáculo, era a política. O tema quase exclusivo. A cultura, a arte, era tudo política. Isto até bastante tarde.”

Se o temário foi alterado em função da multiplicidade de acontecimentos e de uma espécie de obrigatoriedade que o *ethos* profissional passou a integrar, a luta pelo poder por parte das distintas organizações teve um papel central, na medida em que a sua estrutura de propaganda se posicionava estrategicamente para exercer pressão sobre as redacções⁹⁵. Todos os dias os secretariados eram inundados por comunicados e, por sua vez, os jornalistas, ou pelo menos aqueles que se identificavam com os grupos partidários, insistiam igualmente para que a mensagem fosse passada, ainda que ela correspondesse a um eco e não fosse realmente actividade noticiosa.

Essa situação é reportada como constante por Silva Tavares, já enquanto chefe da redacção do *Comércio do Porto*: “Havia muitas manifestações e associações que enviavam comunicados à redacção e eles escreviam. Eu impus a regra: não admitia nem à esquerda nem à direita esse tipo de actuação meramente partidária. Tive de cortar à esquerda e à direita, nos dois extremos. Conhecia os comunicados dos partidos e via o que eles escreviam; escrevia no original: não concordo com a publicação confrontado-os com o estatuto editorial; dizia-lhes: vá fazer queixa.” Mas até que o jornalista tivesse esta capacidade decisória sobre os textos publicados, o *Comércio* atravessaria uma fase em que a preponderância da esquerda sobre os conteúdos se foi acentuando. Como o próprio reconhece, aquando da luta pelo controlo do diário, em 1975: “Recordo-me que estava tudo preparado; havia páginas e páginas para «educar as massas», porque eles queriam tomar conta da direcção do jornal.”

O domínio progressivo do espaço editorial pela esquerda revolucionária fez-se praticamente a partir do Verão de 1974, e o diário, que tradicionalmente era lido por sectores moderados ou conservadores, passou a veicular uma mensagem radicalizada que não se coadunava com o seu público e que acabou por levar a um decréscimo nas vendas. Mais uma vez, seria este matutino portuense aquele que melhor se enquadrava com a linha seguida na capital: “Dou-lhe um exemplo: o tema era publicado no *Diário de Notícias* de manhã, era publicado à tarde no *Diário Popular* e era publicado, no dia seguinte, pela pena do João Maia, no *Comércio do Porto*.” A cartilha da

⁹⁵ Cf. MESQUITA, 1994:118.

esquerda é assim descrita por Marques da Cruz, que refere, contudo, que o discurso monolítico não era aqui possível, porque as crónicas permitiam uma alternância opinativa: “E no dia seguinte, o Marques da Cruz contradizia o João Maia. Ele protestava, e eu dizia: não, João, tu tens todo o direito de escrever e eu também tenho todo o direito de escrever.” Apesar de na redacção haver este confronto de posições, havia pelo menos a possibilidade de equilíbrio. Ainda assim, isto traduzir-se-ia em perdas de vendas, porque o jornal se contradizia diariamente, em termos de crónica. Por outro lado, a tendência foi para que, entre os profissionais, se tivessem criado dois campos em conflito, o que dividiu e extremou as posições entre os jornalistas.

O *Jornal de Notícias* foi também, do ponto de vista editorial, marcado por uma alteração de conteúdos. Apesar da apreciação moderada que Freitas Cruz e Martins Mendes fazem dos efeitos do processo revolucionário no jornal, verificou-se também aqui uma viragem à esquerda, constatável pela publicação dos «Princípios Orientadores do Jornal de Notícias» (SOUSA, 1988:328). Nesta declaração de intenções, condicionava-se o perfil informativo ao declarar que o *JN* teria como desiderato uma “informação honesta e objectiva, propósito que só se considera possível se identificado com os interesses das classes trabalhadoras, assim como, na medida em que seja conciliáveis com aqueles da pequena indústria, do pequeno comércio e da pequena lavoura.”

Como refere Ricardo Gomes: “Uma vez mais o jornal politizou-se. O «ar do tempo» influenciou a sua informação agora próxima dos próceres da revolução” (GOMES, 2005:119). Esta proximidade está ainda presente no último ponto destes Princípios, no qual se estabelece o *modus operandi* de forma a garantir a defesa dos interesses das classes trabalhadoras. Para que estes fossem atingidos, aos órgãos representativos dos trabalhadores – o Plenário Geral dos Trabalhadores do *JN*, a Comissão de Unidade dos Trabalhadores e o Conselho de Redacção – caberia definir «os interesses de classe», bem como de que forma eles se articulariam com a orientação do jornal. Nesse sentido, ele deveria dar voz às classes trabalhadoras do país e caberia aos referidos meios representativos do *Notícias* exercer uma acção de

vigilância crítica, para poder proceder a uma avaliação continuada dos seus conteúdos.

A supervisão sobre as matérias que eram publicadas, tal como em Lisboa, podia assumir formas restritivas. A este propósito, Fernanda Gomes considera que houve, de facto, um condicionamento da actividade noticiosa e dá como exemplo a censura a um artigo do marido, militante do MRPP, que na altura trabalhava na secção do Internacional. Era uma notícia sobre a República Popular da China, com a qual os comunistas não concordavam e que trataram de impedir que fosse publicada.

A viragem do *Jornal de Notícias* à esquerda e o seu distanciamento em relação ao jornalismo popular e de proximidade trouxeram também os seus custos em termos de vendas. As tiragens baixaram e o público não só deixou de o ler, como se registaram reacções violentas, como recorda Freitas Cruz: “O facto de o jornal ser conotado com o PC levou a que a edição fosse queimada em Vila Real.” Daí também a razão de lhe chamarem o «Pravda» e de as equipas de reportagens terem, por vezes, passado por situações difíceis.

O divórcio entre Manuel Pinto de Azevedo júnior e os funcionários da empresa de O Primeiro de Janeiro obrigou a que a redacção assumisse, pela primeira vez, a feitura do jornal. Procurou, então, também definir a sua linha editorial, situação nova, uma vez que essa tarefa era até aí desempenhada pelo tipógrafo Rafael Silva. Aqui, o conselho de redacção teve um papel muito mais próximo daquele que ficou no espírito da Lei de Imprensa, na medida em que contribuiu para uma clarificação dos aspectos editoriais. Uma vez que antes essa capacidade estava nas mãos de um tipógrafo, foi necessário repensar a estrutura e definir os critérios noticiosos: “Depois do 25 de Abril, a redacção chamou a si essa responsabilidade, para corrigir uma coisa que estava errada. O jornal não tinha uma linha definida e eram os critérios pessoais do chefe da redacção que funcionavam.” Esta é a visão de Marques Pinto, que entende ainda que a constituição do conselho de redacção veio de alguma forma reforçar esta nova realidade.

Pelo seu lado Rogério Gomes, apesar de ter entrado um pouco mais tarde para o *Janeiro*, refere que as posições do jornal foram sempre muito moderadas porque eram controladas pelo Partido Socialista. Contudo, a

composição do CR englobou as várias tendências partidárias, embora nunca se tenha verificado uma tentativa de controlo pelo Partido Comunista ou pela extrema-esquerda. Curiosamente, a moderação e o equilíbrio que constituíram imagem de marca de *O Primeiro de Janeiro* foram também a razão da sua perda em termos de vendas. Silva Tavares faz uma apreciação pouco caritativa da popularidade da concorrência: “O *Notícias* estava muito dominado pelo Partido Comunista. O *Janeiro* não contava muito. Não tomava posições e tinha muito pouca audiência na altura.” Marques Pinto entende que esse era o ponto de vista que dominava a redacção: “Pelo contrário, havia aquela ideia de que o jornal se distinguia pela sobriedade, pelo equilíbrio, pela moderação. Mas também é verdade que, nessa altura, a massa dos leitores se dividia em ou tudo ou nada. O jornal tinha de se mostrar ou a favor ou contra.” Nesta época, o princípio da isenção não era praticado pelos profissionais nem era o que o público esperava, segundo afirma: “Coisas cinzentas não havia: ou preto ou branco. O jornal não se impunha porque ou se era comunista ou porque se era contra o comunismo. Aqueles que procuravam fazer uma coisa equilibrada não vingavam e o jornal sentiu os efeitos dessa guerra. Era deliberadamente assim, mas não vingava naquele período.” Num período marcado pela radicalização do discurso, a opção de equilíbrio noticioso e sobriedade discursiva seguidos pelo *Janeiro* e que, no fundo, davam continuidade estilística ao jornal, não foram validados pelos leitores, o que veio a ter várias consequências negativas no futuro do diário portuense.

Os jornais do Porto, ainda que de alguma forma não tivessem passado pelas situações extremas que abalaram os órgãos de informação da capital, não deixaram de se integrar nos momentos reivindicativos polarizadores do sector, como foi a greve de 24 horas de apoio ao *Jornal do Comércio*. Mas, ainda que acompanhando a luta e os processos que se iam despoletando em Lisboa, nos diários portuenses os níveis de conflitualidade nunca atingiram as mesmas dimensões. A confirmar este aspecto está o facto de, nos casos reportados pelo Conselho de Imprensa, só se registar a questão do saneamento de Alípio Dias. De resto, a ausência de conflitos reportados indicia, não que eles não existiram, mas que a sua relevância seria

relativizada em função do impacto causado pelos acontecimentos ocorridos em *O Século* ou o *República*. É também plausível a justificação aventada por Freitas Cruz: “Nós estávamos muito longe do poder e isso protegeu-nos muito.” Embora esta afirmação se reporte ao *Jornal de Notícias*, ela não deixa de ser válida para os outros dois matutinos portuenses e, mesmo, para a própria Rádio Renascença. Os estúdios do Porto que escaparam às vicissitudes por que passou a sede em Lisboa, com as tentativas de retirá-la ao poder da orientação e propriedade da Igreja, e que teve o episódio mais dramático na destruição dos emissores da Buraca, às ordens do Conselho da Revolução. O Porto resistiu e criou mesmo uma redacção de combate pela orientação, propriedade e liberdade informativa.”

A dualidade relativa existente entre a imprensa do Porto e a de Lisboa ficou particularmente patente a partir do momento em que *O Comércio do Porto* sofreu um golpe na sua orientação editorial e passou a constituir a voz da oposição ao sistema comunicacional dominante. Até então a redacção tinha sido o palco de um extremar de posições que se traduziram em níveis de conflitualidade muito altos e não comparáveis com o clima que se vivia nos outros dois diários portuenses. No *Comércio* instalou-se uma situação de confronto que Manuel Teixeira considera que se acentuou em função do domínio do Partido Comunista na redacção e na tipografia, com o beneplácito do militar que ficou à frente da administração.

O activismo político e a forma aguerrida com que a esquerda desenvolveu a sua estratégia levaram a que inicialmente tivesse havido um alinhamento preferencial com esse núcleo de militantes, como refere Marques da Cruz: “As pessoas acobardaram-se. Até os ultra-direitas passaram a ter posições comunistas. Num plenário, quem me ameaçou que me atirava pela janela fora foi um indivíduo que antes era da extrema-direita.” Esta mesma constatação é feita por Silva Tavares: “Eles chegaram a ter o jornal nas mãos. São indivíduos muito activistas. Criou-se um complexo de esquerda a todos os níveis neste país, logo a seguir ao 25 de Abril.” Foi esta submissão por parte da redacção, aliada à pressão dos tipógrafos, que levou ao desgaste das relações internas e à saída de Costa Carvalho. Temporariamente, de acordo com Joaquim Queirós, teria havido uma solução de chefias rotativas, o que

em nada contribuiu para que se gerasse um apaziguamento dos ânimos. Houve, aliás, uma situação de grande intranquilidade, que de alguma forma despoletou a viragem na orientação do jornal.

Em vésperas das eleições de 1975, como é sabido, uma parte da esquerda militar apelava ao voto em branco, e os jornais próximos da linha do Conselho da Revolução constituíram-se como meios de propaganda desta mensagem. *O Comércio do Porto* preparava-se para uma edição do mesmo teor, segundo Marques da Cruz: “Houve um conflito num plenário já em Abril de 75, quando estava já tudo preparado, as máquinas preparadas para fazer a cobertura das eleições constituintes; havia um chefe de redacção interino e pediu-se ao Silva Tavares para ir à reunião; houve mosquitos por cordas; a equipa que estava preparada para fazer a cobertura das eleições era toda constituída por elementos afectos ao Partido Comunista e, nesse plenário, aquilo foi tudo desfeito.” A agenda previamente preparada foi anulada e refeita de acordo com a orientação de Silva Tavares. Mas não seria apenas o facto de ele ser o chefe de redacção interino a determinar esta reviravolta. Efectivamente, seria a partir deste momento que o equilíbrio de forças se alteraria e a esquerda deixaria de dominar a redacção. O jornalista é peremptório: “Quem fez frente aos comunistas fui eu.” Esse enfrentamento, segundo ele, foi possível graças ao seu percurso profissional e porque o jornal – redacção e tipografia – respeitava-o. Por outro lado, refere que não temia “os olhos-nos-olhos” e que isso lhe deu a vantagem. Esta actuação é corroborada por Marques da Cruz e Manuel Teixeira, que o consideram determinante na viragem do jornal.

A orientação editorial de *O Comércio do Porto* alterou-se porque se modificou a configuração do conselho de redacção. Naquela reunião plenária, procedeu-se a nova eleição e Silva Tavares impôs como condição para se candidatar que o voto fosse secreto. Esta primeira moção foi ganha de «braço no ar» e ele seria sufragado pela maioria dos jornalistas: “Houve uma votação para decidir, voto secreto ou não voto secreto, e eu ganhei. Seria por voto secreto. Depois contaram-se os votos e eu ganhei. Foram seis os tais comunistas que perderam em toda a linha.” A partir daqui, nada daquilo que tinha sido preparado vingou e a orientação do diário alterou-se, não

significando isto que os níveis de conflitualidade se tenham extinguido. Passaram a assumir novos moldes.

Do ponto de vista dos conteúdos houve, naturalmente, uma viragem que se articulou a dois níveis. Por um lado, os conteúdos noticiosos, por outro, e mais uma vez, a importância do espaço dedicado à crónica. No plano informativo, a opinião dos entrevistados é que o *Comércio* contribuiu para repor a democracia. Numa altura em que praticamente toda a informação se encontrava controlada, o papel do jornal assumiu particular importância enquanto porta-voz das correntes dissidentes, como refere Manuel Teixeira: “O país estava numa situação altamente convulsiva e o jornal era um oásis que fazia verdadeiramente oposição. Depois apareceram alguns jornais, como o *Jornal Novo*, mas houve um período em que estava completamente sozinho.”

O pioneirismo do *Comércio* traduzia-se na publicação de notícias que não passavam nos demais jornais, como exemplifica Marques da Cruz: “Porque *O Comércio do Porto* começou a denunciar as prisões arbitrárias, começou a denunciar a torto e a direito. Nós tínhamos um correspondente no Alentejo que nos denunciava as barbaridades.” Em plena reforma agrária, a inclusão dos relatos sobre as ocupações tornou-se motivo de preocupação constante por parte de várias pessoas dentro do jornal, o que levou a um grande secretismo no tratamento das informações desta fonte, para que ficasse devidamente salvaguardada: “Os comunistas tentaram descobrir de todas as formas quem era e não conseguiram, nem ainda hoje. A pessoa mandava-nos os elementos; nunca iam para a tipografia; eram todos copiados; eles bem tentavam saber quem era o «delator», mas não conseguiram.”

A lógica era genericamente esta: incluir temas que eram problemáticos, embora houvesse a preocupação de fazer notícias sobre os dois lados da barricada. Isto é, o jornal dava as grandes manifestações da esquerda, as notícias sobre as organizações revolucionárias, mas informava também sobre as outras facções que tinham voz em muito poucos órgãos de informação.

A preocupação de equidade é ainda lembrada por Silva Tavares, aquando mais uma situação de conflito vivida no jornal. Neste caso, a

oposição foi protagonizada pela tipografia e deveu-se a uma entrevista a publicar antes das grandes manifestações convocadas pelo PS em Lisboa e no Porto: “No dia da manifestação do Mário Soares, na Avenida dos Aliados; nesse dia, nós publicámos um exclusivo, uma entrevista com os porta-vozes da manifestação.” Para o jornalista isto foi visto pelos militantes de esquerda como uma acção articulada com as forças da oposição, o que rejeita liminarmente. Ainda assim, os tipógrafos tentaram a única situação de censura realmente conseguida no Porto, como lembra Marques da Cruz: “Na véspera da manifestação da Fonte Luminosa, nós tínhamos uma entrevista com o Sousa e Castro que queríamos publicar em segunda edição e os tipógrafos negaram-se porque não era para o dia. No dia seguinte, claro que compuseram, por que era para a edição, assim como compuseram uma entrevista com o Mário Soares, que saiu no dia da manifestação, nessa altura.”

O jornal conseguiu gradualmente uma série de «cachas» que marcavam o contraponto da agenda oficial e que foram asseguradas pelo facto de novas fontes terem passado a dar notícias ou entrevistas ao *Comércio*. Estas informações provinham de origens muito diversas, mas rapidamente dirigentes políticos e militares passaram a ver no diário portuense um meio privilegiado de também eles fazerem passar a sua mensagem, nas palavras de Silva Tavares: “porque se tornou num baluarte da tal maioria silenciosa, do PS para a direita. A determinada altura *O Comércio do Porto* era o único porta-voz.”

Para além das fontes institucionais, haveria outras, como no caso do Alentejo, que forneciam informações mais «quentes». Nesse contexto, o CP foi ainda acusado de ter conhecimento prévio dos atentados, mas Marques da Cruz rejeita esta responsabilidade e refere que, na altura, apenas se fazia boa dedução jornalística: “Ao contrário do que se chegou a constar, não tínhamos conhecimento prévio das sedes do partido comunista que iam ser incendiadas. Tínhamos uma referência: normalmente a seguir a uma feira importante havia; mas isso era uma dedução do próprio jornalismo.”

A alteração dos critérios informativos trouxe um aumento significativo às tiragens do *Comércio*. Apesar da visão crítica de alguns jornalistas e de parte da tipografia quanto à nova orientação, as vendas aumentaram e os

carros faziam fila na Avenida dos Aliados à espera que o jornal saísse. Face à moderação do *Primeiro de Janeiro* e ao esquerdismo do *Notícias*, este diário constituiu um factor de mudança na imprensa da cidade mas também do país, já que passou a ter uma difusão muito mais ampla. Ela seria ainda consolidada com o espaço destinado à crónica. De acordo com Manuel Teixeira, seriam realmente três as colunas de opinião, «O cravo e a ferradura», «O contacto» e «A análise»: “É a altura em que há rubricas como «Cravo e a ferradura», que deu brado, escrita pela dupla Mário Barradas e Ercílio de Azevedo, e que era de onde saíam todos os ataques ao poder comunista dominante em todo o país.”

Além destas crónicas, havia as outras duas que actuavam como contraponto e conferiam um tom mais moderado ao jornal como defende: “«O contacto» era uma rubrica interna aberta a todos os jornalistas e «A análise» apenas a um grupo muito reduzido, no qual estava eu: era o contraponto, uma posição intermédia. «O contacto» era uma tribuna aberta, onde a direita e os revolucionários escreviam pouco, mas todos tinham acesso.” Nesta perspectiva, o espaço de opinião pautava-se igualmente pela equidade e, segundo Silva Tavares, ele próprio tinha uma preocupação em rever os textos e fazer algumas alterações, quando entendia que a linguagem era excessiva. Seria a dupla Ercílio de Azevedo/Fernando Barradas⁹⁶ a obter mais popularidade, apesar de Manuel Teixeira a caracterizar como reaccionária, “na linguagem da época”. A grande adesão por parte do público iniciou-se com a publicação de um artigo intitulado «Tripas à moda do Porto»⁹⁷. Era de autoria de Ercílio de Azevedo e reportava um incidente ocorrido na «baixa» da cidade, aquando de uma visita de Otelo Saraiva de

⁹⁶ Estes dois jornalistas converteram-se nas figuras paradigmáticas de *O Comércio do Porto*, pelo que se insere aqui uma breve caracterização do seu perfil, na medida em que explica de alguma forma a importância dos seus textos. Ercílio de Azevedo era, como afirmou Joaquim Queirós, um monárquico, mas também, de acordo com Manuel Teixeira: “Ercílio era monárquico assumido e era um indivíduo com uma cultura brutal. Escrevia muito bem, com uma linguagem relativamente hermética, não fácil.” Tinha outras idiossincrasias pessoais, mas era uma pessoa que frequentava as livrarias e tinha uma formação mais sofisticada. Acabou por se gerar uma união inesperada entre duas personalidades distintas, já que o percurso político de Fernando Barradas teria sido bastante errático. Seria um spinolista desiludido que abraçaria a causa da extrema-esquerda. “O Barradas tinha sido um revolucionário anteriormente. Tinha estado na LUAR, no MRPP depois passou a estar na extrema-direita, mas não estava em nenhum partido.” Para além disso, era um *bon vivant*, que tinha um estilo de vida muito histriónico e que seria a causa da sua morte, num acidente de automóvel. A estranha aliança ter-se-á dado pela amizade que os ligava, pelo desencanto da política, mas também pelo bom acolhimento que o tom extremista dos textos granjeou. Para Manuel Teixeira, mais do que o espírito de militância seria o encontro de um estilo de vida que agradou a Fernando Barradas: “Como ganhou muita popularidade, ganhou gosto àquilo. Direi que nem sequer era muito por convicções. Tornou-se num *showman* e ao jornal fazia jeito.”

⁹⁷ In *O Comércio do Porto*, 8 de Agosto de 1975.

Carvalho e Carlos Fabião. Joaquim Queirós relembra os acontecimentos, já que nesse dia seria ele a chefiar a redacção. Depois de passar por uma concentração de pessoas na Praça D. João I, mandou um jornalista fazer a reportagem: “Como estava lá um camarada – o Ercílio de Azevedo, que estava de certa forma «na prateleira» porque era um monárquico – mandei-o ver o que se estava a passar. Foi e nunca mais vinha.” Quando regressou contou que: “Foi o Otelo e o Fabião, que foram comer umas tripas ao Girassol e o povo quis-lhes dar uma coça.”

O texto relata a tensão dos acontecimentos: “A passagem do general Otelo motivou, acto contínuo, um estridente coro de assobios e os manifestantes já não mais arredaram pé defronte do restaurante.” O artigo descreve ainda o aparato militar montado para por à distância os manifestantes e inclui as declarações críticas do comandante do COPCON face à reacção popular e ao papel da Comunicação Social. Termina, contudo, com um tom crítico, mas marcado pela ironia: “Com «sobremesa» de apupos. As «tripas à moda do Porto» não agradaram ao general Otelo...” Joaquim Queirós refere ainda que o impacto do texto no jornal também foi grande: “O jornalista escreveu a peça, mas tive muitas pressões dos tipógrafos porque aquilo era um texto muito reaccionário. A verdade é que o jornal começou a sair por volta das duas da manhã e a impressora eram duas tarde e ainda estava a tirar jornais.” Nesse dia, *O Comércio do Porto* atingiria os 130 mil exemplares. A edição esgotou e só não se venderam mais jornais porque a rotativa já tinha esgotado a sua capacidade.

A partir de então as matérias deste jornalista, a que se juntaria Fernando Barradas, eram das mais procuradas, ainda que os entrevistados sejam unânimes em considerar os seus textos muito extremistas. Não deixa de ser curioso que o êxito obtido pelo jornal tenha ainda influenciado os sectores mais ligados ao Partido Comunista. Ainda que muito distantes destas posições, acabou por se instalar um sentimento de orgulho em todo o pessoal pelo facto de *O Comércio* ser o líder de audiências, aliás, nunca mais igualadas por qualquer jornal generalista.

O facto de *O Comércio do Porto* se ter convertido no paladino da dissonância acarretou outro tipo de consequências para além da vantagem de

deter o recorde de tiragens, que oscilava entre os 100 e 120 mil exemplares atingidos aos fins-de-semana. Segundo os entrevistados, no «Verão quente» não se vendiam mais exemplares devido à crise do papel. Mas, por outro lado, verificou-se também uma profunda reacção negativa aos conteúdos do jornal. No plano interno e inicialmente, os tipógrafos continuaram a apelidar o trabalho desenvolvido como “reaccionário”, mas também o seu posicionamento se tornaria contraditório. Esta mudança deve-se às pressões externas. Silva Tavares caracteriza assim uma das formas de que ela se revestiu: “Era uma manifestação contínua. O *Comércio do Porto* estava num vulcão: qualquer manifestação que se prezasse tinha que ir à Avenida dos Aliados; paravam no *Comércio do Porto* para insultos e apupos. Fazia parte do ritual.”

Este ambiente intimidatório atingia igualmente a Rádio Renascença, embora, segundo Marques da Cruz, nunca tenha havido uma articulação de actuações: “Havia dois órgãos de comunicação que estavam em sintonia, mas não conversávamos: era a Rádio Renascença. O *Comércio* e a Rádio Renascença eram alvo de manifestações constantes: num dia... «*Comércio* amigo, o povo está contigo» e, no dia seguinte, muito mais afinadinho, «Abaixo a reacção».” Neto da Silva corrobora este paralelismo: “Havia manifestações por muitas razões: porque se discutia a unicidade sindical; porque se entrevistava determinados políticos e, no dia seguinte, os outros reclamavam porque também queriam.” Salienta ainda o facto de muitas destas manifestações serem convocadas pela extrema-esquerda: “A extrema-esquerda fazia muito barulho, mas também era manipulada e não dava fé. Às vezes, era a extremíssima esquerda que vinha fazer barulho para a porta e havia um grupo muito grande de gente que eram militantes a mais do que os partidos de extrema-esquerda no Porto tinham e faziam um mar de gente. Mas, quando as coisas se agudizavam, havia um mar de gente que desaparecia e ficavam meia dúzia a protestar.”

As manifestações procuravam obrigar os jornalistas a alinhar por determinados conteúdos, mas, mais do que isso, propiciaram um clima de ameaça que se fez sentir dentro e fora das redacções. Essa situação foi igualmente vivida na Renascença, como documenta um episódio recordado

por Neto da Silva, a propósito da unicidade sindical: “Houve uma reunião do sindicato dos escritórios e um grupo abandonou a reunião porque entendeu que estava a ser manipulado. Eu fiz a notícia sobre a reunião que ficou a meio, porque um grupo não estava de acordo com a unicidade sindical. Passado algum tempo, tive uma manifestação lá à porta que invadiu aquilo, porque um técnico não fechou bem a porta.”

Esta forma de intimidação directa era igualmente vivida pelo *Comércio* e é nesta circunstância particular que a tipografia assume relevância, pela incongruência das suas posições. Segundo Marques da Cruz, a extrema-esquerda da tipografia estaria preparada para combater os manifestantes, que à partida seriam os seus correligionários: “De tal maneira, que havia pessoas da extrema-esquerda que nesses dias se preparavam para fazer frente a qualquer investida sobre o jornal. A malta da tipografia e da gravura estavam lá em cima com os bidões dos ácidos. Se tentassem invadir a escadaria, o ácido caía em cima das pessoas.” Os tipógrafos teriam uma visão muito pragmática dos acontecimentos. Apesar de não abdicarem das suas convicções, como refere Manuel Teixeira, naquela altura era fulcral a defesa dos seus postos de trabalho. Na empresa havia vários elementos da mesma família ali empregados e o despedimento seria a causa da ruína dos vários meios de sustento do agregado familiar. Daí, a importância que assumia a continuidade da publicação do diário.

Para além da pressão das manifestações, houve ainda um clima de ameaças que levou alguns jornalistas a temerem pela sua segurança, como lembra Neto da Silva: “Não era nada dramático, embora eu, quando vinha para a Renascença, nunca vinha pelo mesmo caminho. Porque havia sempre umas bombas que rebentavam um carro e eu ora tomava um caminho ora outro, porque entrava às cinco da manhã, para fazer a revista de imprensa. Tinha medo que me metessem alguma bomba nos calcanhares.” Estas cautelas eram tomadas por jornalistas dos dois órgãos de informação que faziam o discurso da oposição. Também no *Comércio* estas preocupações se fizeram sentir, até porque o tom não era velado: “Lembro-me que o Partido Comunista, num comício em Gondomar, disse que a cabeça do Silva Tavares ia para um candeeiro da Avenida. O ataque chegou a ser pessoalizado.” É assim

que o próprio recorda os efeitos da sua actuação profissional. Juntamente com Marques da Cruz eram também obrigados a dar voltas de madrugada antes de irem para casa, para despistar eventuais perseguidores.

O ex-director do *Comércio* ainda hoje se surpreende com a força que teve para travar este combate: “Não sei onde fui buscar tanta coragem, porque já tinha responsabilidades familiares. Mas sabe como é, a adrenalina sobe quando se entra numa guerra. E quando é uma guerra em que se vê o produto do trabalho, *O Comércio do Porto* atingiu o topo de audiências.” Pelo seu lado, o amigo e companheiro de horas difíceis, recorda a pressão, mas também a sua forma muito pessoal de reagir: “Cheguei a ser ameaçado. Um dia decidi actuar: cheguei junto do Arnaldo Araújo e disse-lhe: sei que tu se não és chefe de célula, és muito influente do Partido Comunista aqui dentro. Tenho sido ameaçado que me atiram pela janela fora, que me penduram nos candeeiros da Praça da Liberdade; queria-te dizer o seguinte: se me acontecer alguma coisa, eu serei vingado pelos meus familiares. Eles têm a tua morada, dos teus pais, dos teus familiares, a tua mulher, a escola que frequentam os teus filhos; isso está tudo registado. Eles vingam-me! Nunca mais me ameaçaram.” Estas palavras revelam o dramatismo de que se revestiram os momentos vividos pelos vários intervenientes.

Foi um período em que não era fácil a moderação e que as posições de cada um assumiam proporções radicalizadas, ainda que realmente essa não fosse a intenção inicial. Foi também uma situação continuada, isto é, o 25 de Novembro não extinguiu o clima de conflitualidade. Quer na Renascença, quer no *Comércio* – e até porque a política continuou na ordem do dia – continuaram a verificar-se tentativas de pressão, que assumiam as diversas formas apontadas. Mas seria no jornal portuense que se chegaria, mais uma vez, a uma situação extrema, relatada por Manuel Teixeira: “Havia muitas manifestações contra o jornal e puseram lá uma bomba, inclusive. Já bastante mais tarde, na altura eu era já chefe de redacção e ainda lá estão as marcas. Rebentou à uma da manhã, mesmo por baixo do gabinete do director. Na altura, o director era o Tavares.”

Nem todos os entrevistados têm esta vivência dos acontecimentos. Para Joaquim Queirós e Martins Mendes a actuação dos militantes comunistas não

foi problemática e em ambos depoimentos são definidos como boas pessoas e bons profissionais que não levantaram problemas. Para o jornalista do *Comércio*: “Os comunistas, que eram os velhos comunistas da redacção, eram bons jornalistas e foram sempre muito compreensivos nisso. Não tínhamos muitos, tínhamos alguns. Tínhamos aqueles que apareceram com o 25 de Abril, mas esses foram facilmente desmontados e neutralizados. O jornal depois conseguiu estabilizar-se e motivar a que os outros dois jornais do Porto acalmassem.” Também o ex-director do *JN* minimiza os efeitos da militância de esquerda, quer da pressão exterior, quer dentro da redacção: “Os comunistas sempre dominaram o conselho de redacção. Também fiz parte do conselho de redacção e dava-lhes a volta.” De alguma forma, a menorização desta actividade é igualmente partilhada por Freitas Cruz: “O Partido Comunista, se é que esteve á frente de algumas perturbações, elas foram de ordem salarial, chefiadas pelo sindicato dos tipógrafos. O Partido Comunista fazia a tentativa de destruição das pessoas no plano político, mas não atacava a pessoa em si.” Aparentemente, e em relação ao *Notícias*, só os jornalistas exteriores à casa têm uma visão mais negativa do impacto da esquerdização do jornal. Mas a visão destes profissionais coincide com a do público, já que perdeu em tiragens, como todos reconhecem, e sofreu o auto de fé de Vila Real.

Os ventos revolucionários varreram igualmente os diários portuenses, mas parece ter havido, em múltiplos aspectos, diferenças face às ocorrências registadas nas empresas jornalísticas da capital. O clima de liberdade levou a que se alterassem os conteúdos e permitiu que os diferentes sectores de actividade encontrassem as formas de representação que protagonizaram a defesa dos seus direitos. Verificou-se, igualmente, que as organizações políticas tiveram parte activa neste processo e procuraram conduzir não só os aspectos reivindicativos, mas também influenciar directamente a estrutura das empresas e os temários noticiosos. A este nível, há que destacar que, ao contrário dos casos registados nos jornais lisboetas, nunca houve uma radicalização de posições que se traduzisse na ocupação de instalações ou de soluções de autogestão.

A politização quase imediata das redacções teve reflexos em termos da orientação editorial, mas no Porto pelo menos um dos jornais procurou seguir um estilo mais moderado e equânime. A outra alteração substancial prende-se com a perda dos valores noticiosos tradicionais, que foi um fenómeno generalizado, mas que aqui se caracterizou também pelo quase desaparecimento da hierarquia informativa dos factores de proximidade. Este traço, aliado à exacerbação dos aspectos doutrinários, acabou por levar à fuga de leitores fidelizados por matrizes informativas com as quais se tinham identificado.

A articulação entre a propaganda das organizações políticas e os objectivos das instituições representativas dos trabalhadores da imprensa portuense verificou-se particularmente nos casos do *Jornal de Notícias* e *O Comércio do Porto*. Em *O Primeiro de Janeiro* não há registos desse entendimento estratégico, nem ao nível dos conteúdos nem dos aspectos reivindicativos. No caso do *Comércio* verificou-se uma recusa de publicação, que representou um impedimento claro por parte da tipografia, que estava em desacordo com uma entrevista que deveria sair numa edição especial. Esta seria a única situação censória reportada e, ainda assim, dentro da legalidade, uma vez que se tratava de uma edição especial. A peça sairia sem entraves no matutino seguinte.

A actuação do sector da impressão foi fortemente marcada pelo enquadramento ideológico da esquerda e particularmente do Partido Comunista, com a excepção do *Janeiro*. Mas, também a fazer fé nos depoimentos, nunca se verificaram tentativas de controlo editorial como as que ocorreram em Lisboa. Não significa isto que a classe aceitasse de bom grado as temáticas que eram contrárias ao seu posicionamento político. Manifestavam-no continuamente sem, contudo, procurar impor as matérias que consideravam válidas.

Ainda dentro da problemática da actuação das tipografias no Porto, parece ter-se registado aqui situações claramente opostas às verificadas nas empresas da capital onde, sob várias formas, houve a capacidade de censurar notícias e impor conteúdos. *O Primeiro de Janeiro* representa uma excepção a todos os níveis, uma vez que a Revolução de Abril trouxe o poder editorial

para a redacção pela primeira vez. De qualquer forma, saliente-se o facto de, neste diário, praticamente todos os sectores terem tido uma versão amortizada das lutas políticas, em virtude de serem as pessoas afectas ao Partido Socialista a impor uma toada mais moderada. Nos casos do *Notícias* e do *Comércio*, ainda que ao cabo de algum tempo, a identificação ideológica andou a contratempo da actuação profissional. A defesa dos postos de trabalho assumiu maior relevância em função da perspectiva de ruína das empresas, situação que também acabaria por afectar o *PJ*. Nos matutinos portuenses, os tipógrafos procuraram interferir nos conteúdos noticiosos quando se registaram perdas nas vendas e não quando a mensagem política lhes era contrária.

Do ponto de vista dos níveis de conflitualidade, eles registaram-se em todas as redacções de forma muito diferenciada. Embora nunca tendo atingido a desestruturação que provocaram nos jornais lisboetas, também no Porto foram vividas situações de grande dramatismo, quer na fase de ascensão e preponderância das organizações de esquerda, quer no período subsequente. Torna-se evidente que a experiência portuense acabou por se assumir como diametralmente oposta à da capital, decorrente do facto de O *Comércio do Porto* e a Rádio Renascença terem assumido aqui o papel de oposição ao discurso político dominante. Daí também que o tipo de pressões sofridas se tenha organizado pela via das grandes manifestações de apoio ou contestação. O extremar de posições, qualquer que tenha sido o jornal, levou à divisão dos profissionais em campos diferentes, e essa ruptura acabou por ter efeitos de continuidade muito difíceis de apagar, com consequências que se prolongaram no tempo e que tiveram uma tradução negativa na vida das empresas.

É ainda de notar que as incidências deste período não assumiram, em nenhum dos aspectos focados, a gravidade atingida na imprensa da capital. O distanciamento face aos centros de poder funcionou aqui como uma mais-valia e permitiu que os efeitos mais nefastos do período revolucionário – o desaparecimento de empresas jornalísticas ancestrais – não se tenham verificado.

5.2 – Governamentalização e iniciativa privada nas empresas jornalísticas portuenses: factores de ruptura e efeitos de continuidade

O 25 de Novembro afastou do cenário da imprensa nacional as administrações fiéis à tendência do PREC. No Porto, os jornais não foram tão sancionados pelas medidas suspensivas impostas aos diários da capital. Ainda assim, a poeira tardou em assentar, quer a nível das redacções quer da agitação política e social que continuou a fazer-se sentir. A orientação ideológica da informação continuou a ser contestada (*Jornal de Notícias*, *O Comércio do Porto* e a *Rádio Renascença*), pelas facções de esquerda ou de direita. Com o tempo, este tipo de fenómenos tendeu a desaparecer, embora inicialmente a animosidade se mantivesse e espelhasse os efeitos fracturantes que instalados.

No plano interno, também o surto reivindicativo se manteve, particularmente no *Notícias*, onde se registaram ainda várias greves, agora em prol das questões salariais ou de melhorias a nível da contratação. Os aspectos da luta ideológica que praticamente tinham levado a uma imposição de decisões colectivistas, apesar da manutenção das prerrogativas do conselho de redacção, tenderam a dar lugar a outro tipo de batalhas, que se fizeram sentir a outros níveis, embora com impactos editoriais.

As principais consequências na vida das empresas jornalísticas relacionaram-se com a questão da propriedade. Com o I Governo Constitucional, o *Jornal de Notícias* e *O Comércio do Porto* passaram a ser detidos por empresas com participação do Estado, com todos os aspectos inerentes anteriormente enunciados. A empresa *O Primeiro de Janeiro* manteve-se no sector privado, mas sofreria também uma série de transformações em termos de propriedade. Em ambas as situações, os aspectos de gestão foram marcados por um conjunto de dificuldades económicas decorrentes de vários condicionalismos próprios de cada um deles, sendo que, pelo menos inicialmente, *O Comércio* seria o menos afectado.

A situação do *Janeiro* é, aparentemente, aquela que tem uma evolução mais linear. Com a morte do proprietário em 1978, o jornal, bem como todo o espólio da família, passaram a ser administrados pela irmã, que não tinha o

menor interesse em o manter. Para Maria Pinto de Azevedo, o diário assumia-se como uma fonte de problemas que não entendia e que rapidamente procurou resolver. Seria a amizade e admiração que a ligavam a Freitas do Amaral que a terão levado a propor-lhe a passagem do testemunho, sendo os contornos do negócio bem conhecidos do meio portuense e recordados por Marques Pinto: “A senhora fez-lhe a proposta de ele nomear as administrações que entendesse, pessoas da sua confiança, e ela passava-lhe a propriedade do jornal, com as acções ao preço simbólico de um escudo cada. Mas o professor não ficou obrigado a pagar esse escudo. Quando entendesse, até pelo próprio dinheiro gerado pelo jornal, pagaria.” O jornalista refere ainda que o antigo dirigente do CDS recusou inicialmente a proposta e que a sua inclinação pelo jornal foi também nula. De facto, nunca lá foi e limitou-se a nomear administrações próximas do partido.

A solução encontrada por Maria Pinto de Azevedo apresentou dois problemas fundamentais: por um lado, nunca houve uma venda efectiva das acções do irmão⁹⁸, e, o mais complexo do ponto de vista da vida de *O Primeiro de Janeiro*, o total alheamento de Freitas do Amaral traduziu-se na nomeação de pessoas para a administração que nunca tinham tido experiência de gestão de jornais. Este último aspecto teve um efeito cumulativo que se traduziu num lento declínio, pautado pelas perdas em termos de vendas e também de anunciantes, aliados a outros aspectos negativos. Esta linha descendente foi intuída no meio portuense e Joaquim Queirós deu voz a essa preocupação: “Quando o doutor Rui Oliveira me disse que o CDS tinha comprado o *Janeiro*, eu disse: morreu *O Primeiro de Janeiro*. As pessoas do CDS não vão dar dinheiro e não compram o jornal, não o lêem. O que vocês vão escrever sobre o CDS já eles estão fartos de saber.”

Inicialmente, do ponto de vista partidário, a posse de um título de expressão nacional deve ter dado ao CDS motivos de grande satisfação. Numa época em que a imprensa ainda era o principal meio de influência da opinião pública e em que os principais partidos disputavam entre si o domínio das

⁹⁸ A versão dos acontecimentos apresentada por Abílio Marques Pinto não coincide com a apresentada na cronologia dos «Factos Marcantes da Vida do Janeiro», nas edições comemorativas de 2000 e 2001 de *O Primeiro de Janeiro*, onde se defende que, em 1978, a titularidade das acções passou para o consórcio Difusor de Notícias. Mas o caminho percorrido pelas acções, ainda segundo o jornalista, voltaria a passar por Maria Pinto de Azevedo, por não se ter feito a sua venda efectiva.

chefias administravas e editoriais, a possibilidade de, sem esforço, deter a posse de um jornal só pode ter sido vista como uma enorme vantagem. O aproveitamento desta oportunidade ficou patente com a administração presidida pelo engenheiro Miguel de Sousa. Em 1979, o então secretário-geral do CDS convidou Freitas Cruz para assumir a direcção do *Janeiro*. Com provas dadas na concorrência, e recém-saído do *JN* em virtude das lutas internas, este acabaria por aceder à proposta: “Quem me convidou foi o Rui Oliveira. Nessa altura ele era secretário-geral do CDS e veio seduzir-me com a tese de que o engenheiro Miguel de Sousa tinha sido nomeado presidente do conselho de administração. Ele apareceu com um discurso de grande recuperação do *Janeiro* e eu pensei que era uma oportunidade boa de dar uma saída à minha vida profissional.”

Ao contrário do que se tinha verificado no *Notícias*, o período da direcção de Freitas Cruz em *O Primeiro de Janeiro* não foi problemático. O jornalista defende que a redacção era formada por gente bem comportada mas que não tinha sentido de equipa, nas suas palavras “uma federação de jornalistas, mas não uma redacção”. Ele impôs uma chefia editorial e procurou inculcar as dinâmicas redactoriais que entende que não existiam. Mais uma vez, a forma peculiar como Manuel Pinto de Azevedo geriu o jornal teve consequências a longo prazo. Apesar dos novos métodos que procurou instaurar, a acção do novo director não foi contestada. Rogério Gomes e Marques Pinto coincidem em que a sua passagem pelo jornal não foi problemática e não trouxe um clima de conflitos com os jornalistas. Ainda assim, também esta direcção duraria pouco tempo, acabando por cair no ano seguinte por se terem verificado desentendimentos com a administração.

A perspectiva em termos de gestão manteve-se. Sucederam-se «os engenheiros», todos do âmbito do CDS, mas nenhum deles com noções deste tipo de *management*. Fizeram-se obras desnecessárias e o *Janeiro* serviu outros interesses que não a sua vocação informativa. Gradualmente, foi-se destruindo o património do jornal e a sua identidade. A escolha dos responsáveis editoriais obedecia também a esta lógica e os directores sucediam-se, sem que se encontrasse um rumo informativo. Jorge Alves aponta esta deriva como resultado da incapacidade dos gestores: “Durante

cerca de uma dezena de anos, o jornal foi vivendo ao sabor de iniciativas erráticas e desejos de administradores de circunstância e, sobretudo, do labor e força de vontade de grande parte da Redacção e de outros sectores.”⁹⁹

A falta de uma estratégia editorial permitia que o diário se orientasse mais pelas lógicas partidárias do que pelos objectivos informativos. É nesse contexto que se inserem determinadas escolhas para as chefias, nas quais pontuaram figuras ligadas ao jornal, mas também *outsiders*, como Alberto Uva. A falta de resultados que *O Primeiro de Janeiro* ia sucessivamente apresentando levava a que as administrações promovessem a mudança de chefias a um ritmo que impedia qualquer tentativa de implementação de um plano de recuperação. Por outro lado, muitos dos quadros da redacção foram abandonando o jornal por falta de uma perspectiva de continuidade, tal como aconteceu com Rogério Gomes. Vários dos jornalistas mais jovens ingressaram noutras equipas depois de terem feito a sua formação na «escola do Janeiro», uma aprendizagem com base num jornalismo sóbrio e com um discurso cuidado.

Entretanto, na busca de soluções milagrosas, a escolha de uma nova direcção acabaria por recair numa das figuras mais conceituadas da intelectualidade portuense. Em 1986/87, Agustina Bessa-Luís torna-se responsável pelos destinos do velho matutino. Esta nova tentativa justificava-se pelo que a escritora representa para cultura portuguesa, mas também por se prefigurar como um símbolo da cidade. De alguma forma, procurava-se retomar os antigos pergaminhos do jornal, que sempre tinha contado com a colaboração nas suas páginas de grandes vultos das letras. Mas, ao longo da sua história, estas personalidades contribuíram para abrilhantar o estilo cuidado do matutino e nunca foi sua função gerir a equipa redactorial. Apesar de intelectualmente inquestionável, a atribuição desta tarefa à escritora tinha necessariamente que apresentar dificuldades. Seria a própria a reconhecer a sua incapacidade nos aspectos relativos ao jornal, ao nomear Marques Pinto seu subdirector e ao torná-lo responsável por tudo que se relacionasse com a redacção. O jornalista compara-a à rainha de Inglaterra,

⁹⁹ Art.º cit.

uma figura honorífica, a representante do *Janeiro* para o exterior, mas que realmente não decidia nada sobre os aspectos editoriais.

Na sua globalidade, o clima de conflitualidade nas redacções portuenses foi, neste período, francamente atenuado e, com mais razão de ser, *O Primeiro de Janeiro* deveria espelhar essa pacificação, dada a forma relativamente moderada como viveu os excessos do período revolucionário. É, portanto, com alguma estranheza que se reporta um diferendo registado pelo Conselho de Imprensa e relativo ao mandato de Agustina Bessa-Luís. Esta reclamação, considerada improcedente, opunha Sérgio Mourão ao subdirector Marques Pinto e ao conselho de redacção, presidido por Jorge Alves. Toda a polémica é tratada numa obra do jornalista, onde se questiona o exercício da liberdade de imprensa em democracia e onde se põe em causa, em particular, o papel do órgão representativo dos jornalistas: “Na realidade a comissão de censura oficial ou de exame prévio, vulgarmente chamada «censura externa ou dos coronéis», foi em sistemas democráticos, gravosamente substituída pela censura dos conselhos de redacção” (MOURÃO, 1987:9). Esta conclusão é retirada do facto de os membros do CR terem uma acção concertada, o que lhes permitia influenciar o sentido de voto ainda antes das reuniões. Para ele, a politização das redacções fazia-se pela articulação das diversas instâncias, a começar pela administração, de maneira a obter uma redacção dócil. Considerava ainda que os gestores escolhidos não tinham competência na área da imprensa e que toda esta situação era agravada pelo estado depauperado das empresas. As críticas ao estado do *Janeiro* abrangem todos os sectores da redacção, desde o Estatuto Editorial à contratação dos jornalistas licenciados. Os ataques diferidos a todas as chefias dão razão, de alguma forma, à tese defendida por Marques Pinto. Pelas várias situações reportadas por Sérgio Mourão, nota-se sobretudo a falta de gestão e um alheamento da figura de direcção.

Este conflito, que é apresentado como um problema ideológico, terá tido a ver sobretudo com uma questão de promoções, que não terá sido contemplada. Ainda assim, o clima de trabalho da redacção ter-se-á agravado cada vez mais, não tanto pelos aspectos políticos, mas sobretudo pela progressiva degradação financeira do jornal, nas perspectivas de Rogério

Gomes e de Marques Pinto. Houve ainda uma preocupação de recuperação, evidenciada pela contratação de José Manuel Barroso, em 1987: ao ir buscar um jornalista com provas dadas e estranho à casa para assumir a função de director parecia haver a vontade de um virar de página para o *Janeiro*. Marques Pinto tinha trabalhado com ele na agência de notícias e reconhece o seu valor profissional: “O José Manuel Barroso veio da direcção da ANOP. Não era nada conhecido da redacção, porque era de Lisboa. Fui eu que andei a fazer a propaganda dele, porque tinha por ele uma consideração muito grande. É muito competente como jornalista, sabe da profissão. Ele entra, mas encontra um vazio porque o principal accionista está longe e ninguém trata de administrar.”

O exercício um pouco mais demorado deste novo director (1987/1991) pode parecer indiciar uma maior estabilidade face aos mandatos anteriores, que duravam cerca de um ano. Mas, apesar dos esforços de José Manuel Barroso, as condições financeiras de *O Primeiro de Janeiro* eram já insustentáveis. Colocava-se sobretudo a questão do desencontro entre os administradores e a direcção, pelo facto de não haver uma gestão efectiva da empresa. Os maus resultados financeiros registados e a incapacidade ou falta de vontade de resolver os graves problemas que o diário atravessava terão levado o director a avançar para a compra das acções e, assim, assumir a dupla tarefa. Mas esta decisão foi também marcada por um contratempo, nas palavras de Marques Pinto: “ Ele abalança-se a comprar as acções do Freitas do Amaral. Como nunca tinha havido uma passagem efectiva, elas encontravam-se em nome da D. Maria. Ele disse-lhe que ou passava ele a ter controlo sobre a administração ou o jornal ia desaparecer. A senhora disse que ia falar com o professor Freitas do Amaral e que, se ele estivesse de acordo, tudo bem, se não, nada feito. O Freitas do Amaral terá ficado aliviado e as acções transitaram, preto no branco, para as mãos do José Manuel Barroso.”

A passagem de mãos da propriedade de *O Primeiro de Janeiro* não pôs fim às debilidades essenciais. Entretanto, tinha havido um novo esforço de investimento, com a informatização, e era o momento de o jornal se libertar do parque gráfico de que dispunha face às novas condições tecnológicas. O

desaparecimento da tipografia levou a que a sede da Rua de Santa Catarina se tornasse um elefante branco e terá surgido igualmente como a oportunidade de realizar capital. Esta concretizou-se com a venda do grande edifício à SONAE, o que teria como objectivo principal resolver o passivo que se tinha acumulado. Segundo Antonio Checa Godoy (2000), o valor da venda terá sido de 1 milhão de contos, quantia que terá sido suficiente para pagar a dívida e ainda conservar um capital de 400 mil contos para ser investido no novo projecto.

De acordo com Marques Pinto: “Ele não queria acabar com o jornal, mas vendeu o património porque o jornal estava a dever dinheiro a toda a gente.” Para todos os efeitos, esta transacção realizada em 1989 para além de todo o simbolismo que carrega, dá início uma nova fase da vida jornal. Ter-se-á pago à banca e aos grandes credores, mas não se chegou a um equilíbrio financeiro, porque o *PJ* continuou a não vingar nas tiragens e na publicidade.

Um ano depois, encontraram-se novas instalações, numa rua esconsa e mal frequentada e o novo ciclo iniciado não augurava um futuro muito auspicioso. Deu-se a debandada dos jornalistas, muitas das dívidas aos profissionais ficaram por saldar ou parte do pagamento fez-se com património do jornal. A redacção foi reduzida drasticamente e passou a ser constituída sobretudo por jovens licenciados sem experiência. Pelo seu lado, José Manuel Barroso anunciava um novo perfil editorial para o matutino que assentaria no formato do jornalismo regional.

A queda acentuada manteve-se e *O Primeiro de Janeiro* é vendido à Cooperativa Folha Cultural, em 1992, e perde de vez a tradição editorial que constituiu o eixo da sua história e que ficou ainda plasmada no «Estatuto Editorial» aprovado depois do 25 de Abril: “ «O Primeiro de Janeiro» é um jornal diário de âmbito e difusão nacionais, que privilegia a informação de carácter geral, independente e sem compromissos de quaisquer poderes ou grupos sociais de pressão.”

A propriedade de *O Comércio do Porto* foi, com o 11 de Março, intervencionada. As consequências imediatas em termos de administração passaram pela nomeação do capitão Almeida, afecto ao Conselho da

Revolução. A sua substituição far-se-ia no decurso do afastamento dos sectores mais radicais, mas a nomeação para a gestão do jornal continuaria a ser prerrogativa do Estado. Esse poder teve uma grande influência na forma como se sucederam as chefias e a sua articulação com o poder político. Outro dos aspectos gerados por esta rotatividade foi uma erosão no relacionamento entre os profissionais, que têm, face a todo o processo, posições bastante extremadas.

Como ficou visto, *O Comércio* emergiu do período revolucionário numa situação muito favorável. O número elevado das vendas garantia um relativo bem-estar, numa época em que as tiragens da grande maioria dos jornais caía a pique e os gastos iam aumentando. Apesar disso, a situação financeira do diário evidenciou desde cedo sérias dificuldades. Estas só se podem entender à luz do aumento dos custos, da eventual falta de anunciantes, mas, e mais uma vez, por incapacidade da gestão. Esta é também a perspectiva de Silva Tavares: “Falhou o modelo de gestão, que tem a ver com as administrações. O *Comércio do Porto* esteve muito tempo com a gestão amputada. Durante os governos do Mário Soares foram nomeados dois administradores, havia um capitão, representante do CR modificado e outro elemento. Fazia falta uma gestão normal. A situação degradou-se: já não era um problema editorial.”

Ao contrário do processo do *Janeiro*, a administração do *Comércio do Porto* não se inseriu sempre na mesma família política. Sendo o patrão o Estado, as mudanças fizeram-se ao ritmo das oscilações governativas, mas o efeitos acabaram, em última análise, por serem similares. As escolhas obedeceram não ao perfil de gestão adequado, mas mais em função dos ciclos partidários. A alternância provocou também consequências em termos de continuidade do perfil editorial do jornal e o *Comércio* também se encontrou na contingência da entrega dos subsídios e da aprovação dos empréstimos bancários.

Joaquim Queirós recorda as várias vezes que esperou que administração central ditasse a sorte do diário: “Eu estive sentado horas no Borges & Irmão à espera que eles decidissem o empréstimo. O Pires Veloso chegou a salvar o jornal em determinada altura.” A entrega de verbas ao *Comércio* fez-se pela via dos subsídios, mas as outras formas de financiamento eram igualmente

válidas, como fica patente. O jornalista afirma ainda que o dinheiro entregue aos jornais de Lisboa atingia verbas muito avultadas e que os dois jornais do Porto eram pouco beneficiados em comparação com os da capital. Esta mesma ideia é reiterada por Manuel Teixeira, que afirma que o seu jornal estava no mesmo nível de difusão que outro colega da capital, mas tinha um tratamento diferenciado: " Os subsídios que davam eram muito diferentes: os que davam para o Porto, quando comparados com os que iam para Lisboa, eram muito menores e só nisso se via a importância que tinham. O *Diário Popular* recebia dez vezes mais que *O Comércio do Porto*. O *Jornal de Notícias* nem recebia nada, porque já era rentável na altura. Quando o *Comércio* tinha grandes tiragens ainda menos recebia."

Os jornais constituíram um problema para os governos constitucionais que viam neles um sorvedouro de dinheiro e, por vezes, sem a correspondente obediência. Como foi exposto anteriormente, uma das soluções saídas da legislação Almeida Santos foi dar aos trabalhadores das empresas jornalísticas a possibilidade de se constituírem em cooperativas. Essa proposta foi também feita ao *Comércio do Porto* e Silva Tavares foi o interlocutor escolhido pelo Secretário de Estado da Comunicação Social para que depois a transmitisse aos trabalhadores: "Há uma coisa que não é do conhecimento público, mas que é da história do jornalismo e é verdade porque fui eu próprio o porta-voz da proposta, o intermediário. A proposta era que se formasse uma cooperativa para ficar com o jornal. Uma cooperativa não só dos jornalistas, uma cooperativa dos trabalhadores e com o capital de partida dado pelo governo, ainda me recordo, de 73 mil contos."

As condições do governo foram recusadas e Marques da Cruz faz uma leitura muito negativa desta iniciativa: "Depois do 25 de Novembro, houve uma tentativa do Manuel Alegre, Secretário de Estado da Comunicação, de fechar o jornal. Tinha sido feito um estudo de viabilidade. Depois de ser defendida a democracia, o *Comércio* deixou de ter sentido. Penso que houve interferência do Pires Velosos e as coisas ficaram por ali." Silva Tavares não particulariza tanto esta iniciativa e entende-a mais no sentido de que a imprensa se tinha tornado um peso morto para o governo: "Mas chegou a uma altura que eles queriam ver-se livres dos jornais intervencionados,

nomeadamente o *Comércio*. A partir daí, o governo alijava a responsabilidade porque realmente era muito caro. A partir de determinada altura eram prejuízos a somar a mais prejuízos e eles queriam ver-se livres daquilo. De todos os jornais, não era só *O Comércio do Porto*.”

Dado que a resposta por parte das empresas jornalísticas à constituição de cooperativas foi negativa – pelo menos nos dois casos aqui tratados –, e face aos imperativos da Constituição, nada mais restava ao Estado senão assumir mais este encargo e, de alguma forma, encontrar um meio de o tornar rentável. Na grande maioria dos casos, não se verificaram números positivos, pelo que teriam de ser encontradas outras contrapartidas. No caso de *O Comércio do Porto* a oportunidade surgiu aquando do II Governo Constitucional, o da aliança PS/CDS. Talvez pelo teor de algumas das suas matérias, que eram francamente próximas da direita, e pela sua difusão, o jornal terá surgido aos olhos dos centristas como motivo de interesse e acabou por fazer parte das condições acordadas entre os dois partidos, como assegura Silva Tavares: “Fez-se o acordo PS/CDS no governo. O professor Freitas do Amaral uma das condições que pôs – o Mário Soares confessou-me – exigiu *O Comércio do Porto*. O CDS pediu, era uma das contrapartidas.”

A partir deste período, foi nomeada uma nova administração para o *Comércio* presidida por um dos deputados do CDS, Neiva de Oliveira, ligado ao Grupo Quintas & Quintas. Para além dele, contava ainda com outros dois gestores, que, segundo Manuel Teixeira, não tinham a mesma filiação política: “Porque o conselho de administração do *Comércio do Porto* tem à cabeça o doutor Adalberto Neiva de Oliveira, deputado do CDS, e tem como economista a ajudá-lo um homem do Partido Socialista, o doutor Eduardo Pereira. Depois o Adalberto chama para completar o conselho um engenheiro que não era militante de nada, o engenheiro Machado que era seu amigo pessoal, da sua confiança.” A chegada da nova administração provoca uma mudança nas chefias e o director de então, Silva Tavares, que não se alinhava com a nova administração, pediu a demissão. Seria substituído por Manuel Teixeira, já na altura próximo do PSD, e a chefia da redacção passaria para Joaquim Queirós, da área do Partido Socialista.

A apreciação que as antigas chefias fazem da nova configuração do jornal não é positiva e de alguma maneira acompanham a visão de Marques Pinto em relação às administrações do *Janeiro*. Marques da Cruz critica a falta de investimento no sector redactorial: “O Neiva de Oliveira preocupou -se em reforçar os serviços administrativos e não se preocupou em reforçar a redacção. O corpo redactorial tinha sido sangrado com a saída de elementos que, entretanto, tinham passado para o *Jornal de Notícias*.” Silva Tavares tem ainda palavras mais acutilantes para esta transformação: “[O CDS] Quem lá pôs? Gente conhecida, da família Quintas, o doutor Adalberto de Oliveira, deputado, *bonvivant*, muito bom rapaz, casado com uma das Quintas. Mas não entendia nada de jornais.” Refere ainda que, a partir daqui, o *Comércio* entrou numa fase descendente e que ainda foi chamado pelo administrador para ajudar na recuperação, ao que terá respondido que “não tinha feito para pegar no caixão”.

Esta visão não é partilhada por Joaquim Queirós e Manuel Teixeira, que entendem a acção da nova administração como positiva e como um projecto de recuperação do jornal. O primeiro atribuiu o falhanço do projecto a condicionantes externas: “Houve um período em que o jornal teve uma administração presidida pelo genro do Nelson Quintas, que o jornal estava a recuperar uma mística que tinha da família Seara Cardoso e que herdou do Bento Carqueja. O doutor Neiva de Oliveira era um homem que recuperou tradições, uma sala do Bento do Bento Carqueja, etc.” Quanto a Manuel Teixeira, enfatiza a existência de um plano de renovação para *O Comércio do Porto*, associada a um perfil editorial definido: “Havia uma estratégia para recuperar o jornal. A orientação global era que o jornal não se assumisse como um instrumento político, mas como um repositório das suas tradições. Editorialmente o jornal deveria favorecer a actividade económica do norte. Esta tese estava bem. Porque minimizava a ideologia e favorecia a economia. Deveria privilegiar e ser um suporte das tradições genuinamente nortenhas.”

Para atingir este desiderato seria necessário avançar com novos investimentos. Houve uma preocupação com a recuperação do património do jornal, com a recuperação da biblioteca e o restauro das obras da pinacoteca. Procederam-se a obras também a nível do edifício e foi criada, em 1982, a

Fundação Bento Carqueja, responsável pela inventariação do património. Para além destes aspectos de estrutura, o objectivo de proximidade em relação à população do norte e às suas tradições implicava que se criassem as condições dessa ligação. Para Manuel Teixeira, o *Comércio*: “tinha uma excelente rede de correspondentes e delegações. Com o doutor Neiva de Oliveira o jornal abriu várias delegações, eram 13. Editorialmente havia um projecto de consolidar ao máximo a tradição histórica do jornal. Nessas delegações o jornal cresceu editorialmente e aumentou as suas vendas nas capitais de distrito.” Joaquim Queirós, que em 1982 tinha abandonado o diário para durante cinco anos exercer um cargo político, também está de acordo com esta ideia e refere que o jornal se vendia sobretudo na região,

De acordo com Manuel Teixeira, a administração de Neiva de Oliveira só teria terminado o seu mandato com o primeiro governo de Cavaco Silva. Até lá, a vida do jornal passou por vários sobressaltos, até porque houve uma grande alternância de executivos. Mas a instabilidade vivida no matutino passou também por mudanças em termos de chefia, que parecem ter tido uma correspondência no clima político. Um desses momentos é o do governo do Bloco Central. Segundo Rogério Gomes – e mais uma vez – os jornais foram objecto de partilha política e *O Comércio do Porto* fez parte da divisão: “É o Estado que é o dono do jornal. Tem uma administração sobre dois administradores do PS e um do PSD, guiados pelo Estado. Quem mandava era o Almeida Santos e o engenheiro Eduardo Pereira. Portanto, nós vamos para ali num acordo mais ou menos tácito entre o PS e o PSD, em que a administração do *Jornal de Notícias* era do PSD, a do *Comércio* era do PS. Mas depois as direcções inverteram-se.” Esta visão de partilha coincide com as mudanças que simultaneamente se fizeram no *JN* e que constituíram mais um dos momentos do braço de ferro travado pela administração para impor o nome dos directores que entendia nomear.

O período correspondente ao Bloco Central traduziu-se num momento de grande dinamismo na vida do *Comércio*. Segundo Rogério Gomes, a nova equipa chefiada por Jorge Fiel e por ele incutiu um ritmo muito aliciante ao jornal: “Havia uma relação de trabalho muito boa. Havia uma redacção muito aproveitada, eram tudo jovens desconhecidos, era o Luís Miguel Queiroz, o

Raposo Antunes, o Manuel Serrão, o Mário Dorminsky, o Júlio Magalhães. Estamos a falar de gente que na altura eram estagiários ou pouco menos do que isso. Hoje são chefes, directores, vedetas. Era uma redacção boa e depois era muito dinâmica. O jornal num ano e tal, dois anos, andou a 100: houve nove processos em tribunal.” Foi um período em que o diário deu muitas «cachas», o que terá contribuído para fazer subir as vendas, que até então tinham ido em declínio. Mas também esta equipa acabou por se incompatibilizar com a administração e saíria ao fim de dois anos.

Com a chegada ao poder de Aníbal Cavaco Silva dá-se nova mudança na gestão de *O Comércio do Porto* e a partir do segundo mandato é preparada a venda do jornal. A nova legislação da República permitiu a reprivatização dos jornais que se encontravam total ou parcialmente nas mãos do Estado e os dois títulos portuenses entraram no rol das empresas a vender. Mas para o diário nacional mais antigo outros aspectos houve que ditaram o seu futuro e que também provocaram a alteração do seu perfil noticioso.

A questão da propriedade de *O Comércio do Porto* e do *Jornal de Notícias* apresentou aspectos pouco claros ao longo do período. A intervenção estatal constituía uma garantia em termos económicos, mas nem sempre os contornos deste exercício foram fáceis. Um dos exemplos é a Resolução nº 79/79, de 17 de Janeiro, emanada pelo Conselho de Ministros que determina o fim da intervenção do Estado na Empresa *O Comércio do Porto*, SARL e na Empresa *Jornal de Notícias*, SARL. Pelo que se sabe, os apoios do governo aos jornais continuaram e não se percebe bem o alcance desta medida. Seria implícito haver também uma nova forma de nomear as administrações – em resultado da vontade dos accionistas – mas dada a natureza do capital, também esta prerrogativa foi marcada pelos ciclos políticos, o que teria reflexos *a posteriori* em ambos os títulos.

No caso do *Comércio*, e durante os governos da AD, era a questão da privatização do matutino que se colocava e questionava-se a possibilidade dos bancos porem à venda as suas acções. No Relatório de 1982 do Conselho de Informação é mencionada uma notícia da ANOP segundo a qual, de acordo com fonte oficial, o capital privado da empresa correspondia a 51%, sendo o restante público. Este último encontrava-se nas mãos do FONSECAS & BURNAY,

Borges & Irmão e Fidelidade. Os demais accionistas eram várias empresas, entre as quais a Prometil, a Sogenor, Empresa O Comércio do Porto e Miguel Quina. A desintervenção ter-se-ia efectuado a par da da Sogenor. As notícias sobre a privatização sofriam normalmente contestação dos profissionais e do Partido Comunista, que punham em causa a legalidade das privatizações.

Ainda que tenha havido o compasso de espera motivado pelos condicionalismos políticos, a propriedade do jornal acabaria por ser vendida, mas pelo meio ficava ainda a questão do edifício. Esta está directamente ligada à situação financeira do jornal. Aquando da compra do *Comércio* pelo Grupo Quina foram contraídos empréstimos ao Borges & Irmão para sustentar os novos investimentos. Silva Tavares vê essa dívida como parte de uma especulação financeira muito gravosa para a empresa: “Quanto ao financiamento, incumbiram um administrador de contrair um empréstimo junto do Grupo Quina, com taxas galopantes, altíssimas. Que, em meia dúzia de anos, quando se pôs o problema das empresas intervencionadas, a reprivatização... o grupo Borges fez as contas e deu um valor, creio, superior a 300 mil contos. Foi uma verdadeira barbaridade. Foi uma coisa que começou com 60 ou 70 mil contos de empréstimo, mas isto foi uma jogada a que os capitalistas recorrem. Foi uma delas. Ficaram com o jornal e o edifício.” Estas contas não coincidem exactamente com a versão apresentada por Manuel Teixeira, embora a apreciação do resultado final seja idêntica.

Dado todo o historial de dispêndio de dinheiros públicos que caracterizou a intervenção do Estado nas empresas jornalísticas, avançar para um novo período em que era expectável o interesse do mercado impunha a resolução prévia de alguns problemas. Será essa a explicação dada por Manuel Teixeira, que acompanhou todo o processo no jornal. O governo, por imposição do ministro das Finanças, queria a situação económica de *O Comércio do Porto* completamente sanada antes de proceder à venda das acções: “Era ministro das finanças o doutor Miguel Cadilhe, governo PSD, e era preciso resolver os problemas financeiros do jornal, antes dele ir para a privatização. Devíamos ao grupo Borges, e o governo decide que devíamos entregar a sede em pagamento. O conselho de administração não teve poder de decisão. Cumpriu uma ordem. Coube-me a mim ir assinar a escritura no dia

23 de Junho, à sede do banco em Sá da Bandeira. Foi o maior crime que cometi na minha vida. Fui o executor de uma coisa decidida por outros, mas não estava minimamente convencido.”

A venda do edifício entrou assim num sistema de compensações que teve muito pouca correspondência com o seu real valor e que, para este entrevistado, era completamente inadequada: “Havia que considerar a vida do jornal como qualquer empresa que tinha as suas obrigações, mas não tinha de fazer uma transposição de capital. A outra razão é que não aceitava que a avaliação do prédio fosse 767 863 contos. Era o montante da dívida e foi por esse valor que foi entregue. A prova está que um ano depois o mesmo banco vende-o ao BANIF por dois milhões de contos.”

Do ponto de vista do Estado foi uma forma de compensação pelos anos de sucessivos financiamentos e foi também uma maneira de evitar que o património fizesse parte do processo de venda, sabendo-se do valor imobiliário que representava. É igualmente certo que as velhas instalações se tinham tornado obsoletas. De facto, *O Comércio* tinha sido o primeiro jornal do Porto a ser informatizado. Também aqui a transformação tecnológica foi feita e o parque gráfico tornou-se ultrapassado, pelo que não eram necessárias áreas daquela dimensão. Ainda assim, os entrevistados vêm com amargura o abandono da sede, por ela constituir a alma e o símbolo do título centenário portuense. Quanto ao espólio bibliográfico e artístico, ficou também parcialmente alocado na Câmara Municipal da Maia e a outra parte é propriedade da Lusomundo.

Depois deste processo *O Comércio do Porto* foi integrar o Grupo Lusomundo, que nesta altura procedia a uma série de aquisições na área da Comunicação Social. Para Rogério Gomes, Manuel Teixeira terá tido um papel determinante nas negociações, enquanto que Silva Tavares defende a ideia de que houve aspectos menos claros no concurso: “O problema é que é um caso de polícia, que valia a pena investigar. É um caso de polícia e os concorrentes, os advogados da Dom Quixote, sabem os contornos do negócio. Mas depois foi tudo abafado. Não é por acaso que o Grupo Lusomundo tentou sacudir, logo que possível, *O Comércio do Porto*.” Pelo seu lado, Rogério

Gomes entende que a compra do jornal tinha como objectivo chegar à Rádio Press e daí o facto de o coronel Luís Silva ter rapidamente voltado a vendê-lo.

O Comércio do Porto, agora já na posse da Lusomundo, passou a sua sede para a Rua de Fernandes Tomás, em 1990. Embora fazendo parte de um grande grupo, os destinos do jornal não estavam claros. Os problemas surgiram a nível da administração e das chefias, que não se entenderam quanto ao perfil editorial do matutino. A administração era agora constituída por José Serra, Alberto Carvalho e Manuel Teixeira. Alberto Carvalho veio de *O Primeiro de Janeiro*, onde também exerceu intermitentemente funções de director, cargo que também ocupou em determinados períodos no *Comércio*.

Foi uma época crucial, algo semelhante ao período de José Manuel Barroso no *Janeiro*. Também aqui Manuel Teixeira ocupou um lugar central: “Eu defendia que o jornal devia continuar a defender essa linha [a das tradições editoriais], até porque o outro jornal do grupo, o *Jornal de Notícias*, tinha uma linha popular, tinha ali o seu espaço. Eu entendi que o jornal devia preservar a sua história. Os meus dois outros colegas entendiam que ele devia ser o concorrente directo do *Jornal de Notícias*, no mesmo segmento de público.” Este posicionamento levou a uma ruptura entre os gestores, que obrigou a uma clarificação por parte do Grupo e que terminou com a venda do jornal a Alberto Carvalho e José Serra.

A partir daqui, também *O Comércio do Porto* teve uma orientação errática, já que os novos proprietários defendiam um modelo de jornalismo regional. Essa mesma estratégia foi secundada por Joaquim Queirós, que entende que o seu meio de implantação era sobretudo esse âmbito: “Ainda estive um ano e meio como director adjunto, ainda fiz um projecto que entreguei ao Brás Teixeira, que era um dos homens que mais dinheiro lá tinha, ligado à Lisgráfica e ao Ruella Ramos, que era do grupo – a Gesgráfica . Fiz um projecto para que o jornal se tornasse um jornal regional. Defendi que devíamos fazer um jornal de Coimbra para cima.” Também este projecto se tornou inexecutável e os vários jornalistas que tinham feito a história do *Comércio* foram saindo. Desta forma, o diário descaracterizou-se gradualmente e acabou por perder a sua configuração de órgão informativo nacional, com enfoque nos temas locais e regionais, tal como aconteceu com

O Primeiro de Janeiro. Foi nesses moldes que foi adquirido pela Editorial Prensa Ibérica, em 2001. O Grupo Moll, como é igualmente conhecido, é vocacionado para a imprensa regional e detém em Espanha 14 títulos. Para além de *O Comércio do Porto*, adquiriu ainda *A Capital*, no mesmo ano. Ambos os diários encerraram em 2005.

A Empresa Jornal de Notícias estava já no âmbito das empresas do Estado ainda antes do 25 de Abril, permanecendo na mão de privados um número muito reduzido de acções. Daí que, com o 11 de Março, do ponto de vista da propriedade, as alterações não fossem substanciais. Verificaram-se mudanças em termos de administração, mas, no imediato, como se viu, elas não se traduziram na substituição das chefias. Com o início do período constitucional a situação do *Notícias* alterou-se em consequência da instabilidade governativa e da luta pelo controlo do jornal.

A legislação do I Governo Constitucional teve dois efeitos imediatos: um a nível da estrutura e o outro correspondendo a uma iniciativa do governo. Tal como havia acontecido no *Comércio do Porto*, também no *JN* foi equacionada a possibilidade de se converter em cooperativa. Desta vez, caberia a Almeida Santos apresentar a proposta e o interlocutor foi Frederico Martins Mendes, que recorda as palavras do ministro: “Como deve saber, o jornal está praticamente em falência financeira. Se o Estado fechar a torneira do financiamento aos subsídios ao papel, não pode ser editado. Por isso, sugiro que formem uma cooperativa de trabalhadores, que é um modelo bem sucedido em França, por exemplo, com a vantagem de partirem sem encargos para essa empreitada colectiva. Limpamos todo o passivo e ainda disponibilizamos fundos necessários para um período que cubra as despesas imediatas, incluindo salários” (MENDES, 2008:21). A reacção do ex-director do *Jornal de Notícias* foi contrária à de Silva Tavares e Marques da Cruz, porque acolheu favoravelmente a ideia. Contudo, só 15 pessoas da redacção apoiaram a iniciativa e, como tal, o diário portuense permaneceu maioritariamente como empresa do Estado. Esta não seria a última vez que se equacionaria a constituição de uma cooperativa de jornalistas.

A alteração em termos de estrutura deve-se ao facto de os anteriores principais accionistas terem dado lugar a novas empresas públicas, e o *JN*

passou a estar ligado à Empresa Pública Notícias e Capital (EPNC). Do ponto de vista da administração, também se registaram mudanças, na medida em que as nomeações do período do PREC deram lugar a novas escolhas, nas quais ainda pontuava o elemento militar. Mas os aspectos que mais se reflectiram na vida do diário têm a ver com as chefias. Até 1978, não se deram alterações e foi respeitada a direcção de Pacheco de Miranda, como foi referido. Com o seu afastamento, começou a guerra pelo controlo do jornal. Os dois principais partidos tiveram um papel activo nesta disputa, mas o conselho de redacção foi também parte activa do processo.

É de salientar de novo a Resolução Ministerial de 1979, que, ao desintervencionar a empresa, abria campo a um modelo de gestão diferente. Na prática, ele não se verificou inicialmente, pelo que as pressões políticas se fizeram sentir com mais acutilância. Um das situações relatadas pelo Conselho de Imprensa refere-se ao período dos governos AD, em que houve mudanças na administração e a correspondente contestação por parte dos Partidos Comunista e Socialista. A resposta foi: “ A Empresa do Jornal de Notícias é uma empresa privada, constituída sob a forma de sociedade anónima e tendo por órgão máximo a assembleia-geral dos accionistas. Assim, os membros do órgão de administração são livremente nomeados por essa assembleia-geral, a qual pode também revogar a todo o tempo o correspondente mandato” (CONSELHO DE IMPRENSA, 1987:47). Sendo os accionistas membros de Empresas do Estado, o sentido de voto mudaria de acordo com as próprias nomeações das EPs, como já foi apontado. Outro dos aspectos pouco claros na questão da propriedade e administração é a ligação do *Notícias* à EPNC e que é reiterado pelos vários jornalistas: é que, durante anos, depois de recuperar economicamente, o diário portuense foi o sustentáculo do *Diário de Notícias*, altamente deficitário.

Dentro destes contextos políticos e administrativos, a saída de Pacheco de Miranda colocou o problema das novas chefias e, a partir de então, houve uma grande rotatividade nos cargos. Em 1978, Freitas Cruz, nomeado director interino, seria o sucessor lógico da linha de continuidade, mas não foi aceite pelo conselho de redacção. Ao recordar esses momentos, ele assaca a responsabilidade ao Partido Socialista: “Era capaz de dizer – é a minha

sensação – de que fez-me pior ao jornal em desorganização o Partido Socialista do que o Partido Comunista. Tomou mesmo conta dele. Porque teve administradores por si nomeados, teve um ou dois directores, chefes de redacção e teve, sobretudo, capacidade para apadrinhar os medos de alguns. Havia pessoas que não sabiam o que lhes ia acontecer e apareceram muito mais dóceis para com o Partido Socialista.” Devido à incompatibilidade gerada, o novo director seria Manuel Ramos, anterior chefe de redacção, e, segundo o entrevistado, o homem que o PS queria a ocupar o cargo.

A direcção de Manuel Ramos exerceu-se até 1980, altura em que pede a demissão e é substituído por Alberto Carvalho. No mesmo período dão-se mudanças na administração, promovidas pelo governo AD, e a política de nomeações é contestada pelo Partido Socialista e pelo Partido Comunista, com inevitáveis reflexos em termos do Sindicato dos Jornalistas e do Conselho de Imprensa. Na altura de sair do *Jornal de Notícias*, quando foi convidado para dirigir o *Janeiro*, Freitas Cruz foi avisado pelo militar que integrava a administração que, face à mudança governativa, a direcção socialista ia cair. Este episódio mostra bem os efeitos da governamentalização no jornal.

A nova direcção foi aprovada pelo conselho de redacção, mas este reconsidera e, a 28 de Fevereiro de 1980, é publicado um comunicado no *Notícias*, resultante do plenário da redacção, em que se considera que “os jornalistas Alberto Carvalho e Fernando Martins, respectivamente director e subdirector daquele matutino, não são já merecedores da «precária confiança deontológica e profissional que em tempos lhes havia sido concedida pelos elementos do quadro redactorial do JN” (CONSELHO DE IMPRENSA, 1987:76). A guerra do conselho de redacção contra a administração iria continuar. O pedido de demissão de Alberto Carvalho é apresentado em 1982. Mais uma vez, seriam indicados os nomes de Freitas Cruz como director e Manuel Ramos, subdirector. Uma vez mais, os nomes foram vetados pelo CR e Alberto Carvalho assumiria o cargo interinamente, mas sem a aprovação dos jornalistas.

A administração voltaria a impor o nome de Freitas Cruz, que inclusivamente aparecia no cabeçalho do jornal como director interino, mas tratou-se de um verdadeiro braço de ferro que acabou por ser ganho pela

redacção. Manuel Pina reconhece a guerra movida contra a gestão da empresa, mas entende-a como o grande poder que se tinha conquistado depois do 25 de Abril: “Esta capacidade esteve na origem de muitos conflitos, nomeadamente a não-aceitação do director durante um período muito longo. Dado o impasse, o CR decidiu votar a nomeação, mas fez publicar um comunicado onde se afirmava que se tinha decidido aprovar a publicação de uma votação de três votos contra dois, o que significava que realmente ninguém tinha votado.” O conselho de redacção apelou a diversas instâncias e obteve o parecer favorável do Conselho de Imprensa.

Este conflito terminou com a mudança do governo e o começo do período do Bloco Central. Mais uma vez, é possível constatar a influência que a rotatividade dos executivos tinha sobre as administrações dos jornais. Freitas Cruz relata a forma como foi chamado a Lisboa e como já esperava ser exonerado: “O ministro da Comunicação Social era o Almeida Santos e já estava em funções já há uns meses e já havia o problema do *Comércio*. Havia muitas notícias desencontradas, vocês vão sair dentro de pouco tempo, vai ser num instante. Fomos muito bem recebidos pelo Almeida Santos e que nos surpreendeu dizendo maravilhas da nossa gestão. Soubemos por ele que éramos o único jornal que não tinha problemas, que ganhava para o seu dia-a-dia e vivia perfeitamente bem.” A atitude do ministro foi surpreendente para os administradores, a quem inclusivamente foram pedidos conselhos sobre *O Comércio do Porto*. Contudo, a exoneração viria em seguida: “Quando chegámos ao Porto, no dia seguinte soubemos que tínhamos sido destituídos. Nomeou um novo conselho de administração chefiado por um homem que era até aí notário do Registo Predial em Lisboa. Foi a segunda nova tentativa de tomar conta do *Notícias*. Nomearam o José Saraiva e o Pereira Pinto, talvez.”

A luta pelo controlo do *Jornal de Notícias* terminou com os governos de maioria de Cavaco Silva, uma vez que se processou à venda das acções à Lusomundo. As tentativas de domínio sobre o diário portuense justificam-se por várias razões. A primeira e a mais óbvia é que era a prática comum das várias forças políticas quando se encontravam no poder. Outro aspecto, e não de somenos importância, a questão da difusão do jornal que tinha subido muito, a ponto de situar-se em primeiro lugar nas vendas. Este aspecto pode

ainda estar ligado à questão do suporte ao *Diário de Notícias*. Por último, a posição da própria redacção, que genericamente favoreceu as intenções do Partido Socialista.

Apesar desta constatação, não deixa de ser significativo o facto de o jornal, enquanto estrutura informativa, não se ter ressentido deste clima de combate político. Esta mesma perspectiva é partilhada por Nuno Rocha (1996:371), que destaca o corrúpio de directores: “Nos últimos vinte anos registaram-se constantes mudanças na direcção e assumiram as funções de director sucessivamente Alberto Carvalho, Sérgio Andrade, Freitas Cruz, José Saraiva, Armando da Fonseca e, actualmente, é seu director Frederico Martins Mendes.” Apesar de alguns hiatos registados nesta lista, o aspecto fundamental é realçado pelo facto de ela não ter tido reflexos em termos da vida do diário portuense: “No Jornal de Notícias não se registaram convulsões internas assinaláveis e o jornal manteve uma linha de independência e preservou as suas características de grande órgão de informação popular.”

Quando se colocou a possibilidade da venda das acções do matutino ao Grupo Lusomundo, o negócio assentava numa perspectiva favorável de lucro. O processo de aquisição começou pela compra de posições, em 1988, e seria concluído no decurso da política de privatizações de Cavaco Silva. Justamente porque não havia passivo, não houve necessidade de alienar património. Pelo contrário, no edifício do jornal, depois das inevitáveis transformações tecnológicas nos processos de impressão, foram reequacionados os espaços, que passaram a albergar outros órgãos de informação da *holding*, como a delegação do *Diário de Notícias* e a TSF.

Apesar do contexto promissor do processo de venda do *Notícias*, ele foi ainda pontuado pela oposição dos jornalistas. Como já havia sido referenciado, relativamente a esta problemática saíram uma série de artigos assinados onde imperava a oposição do sector. No *Notícias* foram várias as crónicas publicadas da autoria de José Saraiva, mas também de outras figuras do meio, do conselho de redacção e do Conselho de Informação, que rejeitavam a decisão do governo¹⁰⁰. Num dos pareceres emanados pelo CI

¹⁰⁰ “Crime ou castigo?”, *Jornal de Notícias*, 1986.02.22; Adelino Gomes, “Poder tecnocrático domina sector público a informação”, *Jornal de Notícias*, 1986.02.25; Silva Costa, “Princípio de liberdade de imprensa é antagónico da intervenção do poder”, *Jornal de Notícias*, 1986.02.25; Mário Mesquita,

punha-se em causa a legalidade da transacção: “Na venda das acções do JN (...) não estarão suficientemente acauteladas as normas do quadro legal vigente, além da mais manifesta falta de uma política de informação.”¹⁰¹ Uma vez mais, a entidade reguladora retomava a argumentação do espírito constitucional bem como a relação directa entre isenção informativa e as empresas jornalísticas estatizadas.

A questão da legalidade da venda do *Jornal de Notícias* seria ainda levantada por Manuel Pina, ao referir a iniciativa por parte de alguns jornalistas de criarem uma cooperativa que participou na licitação das acções. Este grupo terá feito consultas para garantir a viabilidade do negócio e contraído empréstimos para poder participar na aquisição, mas essa tentativa saiu gorada porque: “um dos engenheiros informáticos que interveio no processo conseguiu aceder à proposta que era enviada numa disquete e a Lusomundo, com este conhecimento prévio, cobriu o nosso valor.”

Para Freitas Cruz, a privatização foi muito bem-vinda. Os contactos com o coronel Luís Silva levaram-no a entrar também na corrida, através de uma sociedade então criada: a Jornalgeste. Era constituída por um grupo de jornalistas e gestores que já faziam parte da história do jornal: “Nós tínhamos 12% do capital. (...) Encarámos a compra dos vários órgãos de informação com muito entusiasmo. Foi uma época muito estimulante. Era um grupo vivo: os sobrantes da iniciativa do jornal. Foi muito bonito. Coincidiu com as novas tecnologias. Foi outra revolução gráfica, a terceira. Tive a sorte de ter participado nas três revoluções gráficas e de tê-las incentivado, mas durou muito pouco.” Para o entrevistado, este período altamente aliciante durou pouco tempo e, mais uma vez na sua carreira, agora já como empresário, sofreu uma decepção: “Mas depois foi preciso fazer um aumento muito grande de capital, para prover aos grandes apetites do coronel, que queria o *Diário de Notícias* e a TSF, etc., e nesses aumentos de capital nós praticamente desaparecemos e eu aprendi a minha lição de capitalismo.” O Grupo

“Contra o 11 de Março às avessas”, *Jornal de Notícias*, 1986.02.26; Aarons de Carvalho, “Uma empresa lucrativa à venda”, *Jornal de Notícias*, 1986.02.26; “Comunicado do conselho de redacção”, *Jornal de Notícias*, 1986.02.26; José Carlos de Vasconcelos, “Um jornal que tem demonstrado efectiva independência e pluralismo”, *Jornal de Notícias*, 1986.02.27; “Só vendendo o JN se salvará o DN – Insiste Marques Mendes”, *Jornal de Notícias*, 1986.04.18.

¹⁰¹ “Na venda das acções do JN não estarão acauteladas as normas do quadro legal – receia o Conselho de imprensa que exige «transparência»”, *Jornal de Notícias*, 1986.02.26

Lusomundo, após a fúria aquisitiva inicial, acabou por vender as suas posições na área da comunicação social à PT/Multimédia, que, em 1999, se constituiu para o efeito. Mais recentemente, e depois de uma grande reestruturação, também alienaria este património, que passou a ser detido pela *holding* de Joaquim Oliveira, a Controlinveste/GlobalNotícias, a partir de 2007.

A evolução das empresas jornalísticas do Porto ficou, assim, ligada ao impacto que as forças políticas tiveram sobre as suas administrações. Falta ainda referir um último aspecto correlacionado com este e que tem a ver com a existência ou não de uma interferência directa sobre os conteúdos. Ela existiu circunstancialmente, nalguns casos reportados. Outro dos factores inerentes à nomeação das chefias é a existência ou não de uma estratégia editorial. Esta foi parcialmente respondida nos casos de *O Primeiro de Janeiro* e de *O Comércio do Porto*. No primeiro caso, não houve propriamente uma estratégia editorial, na medida em que a redacção continuou a sofrer das falhas organizativas decorrentes da gestão de Pinto de Azevedo. Por outro lado, a administração da empresa preocupou-se pouco em solucionar esta falta de orientação: após o «Verão quente», ainda que as temáticas noticiosas fossem predominantemente políticas, importava encontrar um figurino informativo capaz de fidelizar públicos. Pelo percurso do jornal, é notório que não foi possível alcançar esse objectivo.

No *Comércio do Porto* o desenlace acaba por ser similar, embora a evolução da administração e das chefias tenha tido ligeiramente diferente. Na resposta à pergunta sobre a existência de uma estratégia editorial para o jornal, as respostas foram diversas. As afirmativas correspondem aos entrevistados Joaquim Queirós, Manuel Teixeira e Rogério Gomes. Manuel Teixeira defende que havia a ideia da recuperação dos valores do *Comércio*, enquanto Joaquim Queirós defende a existência de uma linha orientada para uma informação de carácter regional. Rogério Gomes, e relativamente a este período, entende que a sua chefia e de Jorge Fiel conferiu ao jornal um perfil de jornalismo de investigação de ênfase local.

Quanto ao *Jornal de Notícias*, com ou sem sobressaltos na gestão, a verdade é que conseguiu recuperar a sua vocação tradicional de jornalismo popular. Começou por fazer *mea culpa* no decurso do 25 de Novembro e,

gradualmente, reencontrou-se com o seu público. A 28 de Novembro de 1975 publicava uma nota onde se faziam duras críticas aos excessos cometidos no período anterior. Procurou, a partir daqui, reencontrar os temas de sempre, mas com uma nova dinâmica. Ainda assim, a sua conotação política perdurou na memória colectiva das pessoas, como lembra Fernanda Gomes: “ O jornal ficou com uma marca de esquerda por oposição aos seus concorrentes mais conservadores. Na cobertura de um comício do CDS na Póvoa do Varzim o carro do *JN* foi atacado. Quando morreu o de Sá Carneiro, fomos fazer a reportagem à sede do PSD e a reacção das pessoas foi de muita agressividade e foi a segurança do partido que protegeu a equipa. Quando regressámos ao jornal nem parámos nos semáforos.”

Apesar destes raros episódios, o *Jornal de Notícias* fez um esforço de recuperar a velha forma e, ao mesmo tempo, ser capaz de tratar novos temas, tudo isto sem esquecer que o seu público era predominantemente do Porto e Norte. Esta nova fórmula foi conseguida através da criação a que os entrevistados chamam «o pote». Manuel Neto da Silva considera-o fundamental: "Criou-se o famoso "pote" que era política, trabalho e sindicalismo, economia e, também crescentemente, educação. Em arrumação posterior, constituíram a grande secção Nacional, de que cada uma era uma espécie de sub-secção, de maior ou menor dimensão, consoante a agenda e reportagem de cada dia. A educação, por exemplo, que herdei consolidada, aí por 85, foi ao ponto de ter às vezes página ou páginas próprias. E sabíamos que tinha leitura: professores, escolas, sindicatos, pais e...poderes.” Mais uma vez, o *Notícias* conseguiu uma geografia editorial renovada que foi de encontro aos leitores tradicionais, mas também conquistou novas franjas de audiência, como explica o jornalista: “Esta longa secção Nacional equilibrou o *JN*, geneticamente forte na cidade e Grande Porto, Grande Lisboa, De Norte a Sul, Desporto. O jornal tornou-se, digamos, mais generalista, no sentido de socialmente mais abrangente. Dizíamos às vezes que o *JN* era um jornal popular que os intelectuais também precisavam de ler para ficarem cabalmente informados. Este Nacional era um harmónio onde cada sub-sector social em cada dia tinha mais ou menos notícia e reportagem, consoante os acontecimentos e expectativa dos leitores.” Fernanda Gomes e Manuel Pina

também recordam a importância de fazer peças para o «pote», e a jornalista lembra o entusiasmo que esse tipo de trabalhos suscitava nos profissionais, mas também nas pessoas que eram alvo das reportagens.

Estas características de um jornalismo de interesse humano, profundamente ligado ao meio, foram a mais-valia do *JN* e essa chave de sucesso foi apreendida pelas sucessivas gerações que foram integrando a redacção, como salienta Neto da Silva: “Havia gente nova em todos os lados, também os leitores mudaram. Houve uma alteração do panorama social e político e a gente do *Notícias* que andava na rua tinha a intuição dessa mudança. Admitiu-se gente muito jovem com formação acrescentada, que acompanharam a mudança sem que o jornal sofresse rupturas. A gente nova que entrava percebia que o jornal tinha um nome, uma marca e conhecia muito bem seu território. Havia ali uma cultura que não era preciso explicar, era intuída, era da natureza do jornal.”¹⁰² Esta transformação da redacção e, em consequência, do próprio jornal e das editorias constituíram a fórmula que não só conduziu ao reencontro do jornal com os seus leitores, mas, a dado momento, criou também a capacidade de ir conquistando o público dos dois títulos concorrentes. A prossecução desta estratégia ficou ainda plasmada na aprovação do novo Estatuto Editorial, em 1982, em que o *Notícias* se define como “uma publicação periódica informativa e não doutrinária” que se regia por “critérios de pluralismo, isenção e apartidarismo.”

Os três jornais portuenses defenderam a existência de um estatuto informativo de feição nacional, por oposição ao conceito de imprensa ideológica. Apesar disso, houve algumas situações em que se fez sentir uma clara ingerência do poder político sobre os conteúdos. É também certo que essa interferência se fazia sentir particularmente a nível das chefias. No caso do *Jornal de Notícias*, os entrevistados não reportam casos de intervenção directa por parte dos governantes, com excepção de Freitas Cruz, mas só a nível da rotação das chefias. O único caso referido em relação ao *JN* vem de Joaquim Queirós, que recorda uma viagem de Lisboa para o Porto em que encontrou o director José Saraiva: “Eu vinha de Lisboa para o Porto e

¹⁰² No fundo, o que o jornalista aqui destaca é um dos aspectos da teoria organizacional de Breed segundo o qual os neófitos assimilam as regras por intuição, mas sem os aspectos negativos que o autor conclui.

encontrei o José Saraiva, quase deitado num banco de Santa Apolónia, muito pesaroso. Perguntei-lhe o que foi oh Zé? «Fui chamado ao chefe, para me puxar as orelhas.» Era o Mário Soares, o primeiro-ministro. «E ainda por cima nem foi ele que me puxou as orelhas, mandou o Jaime Gama fazê-lo.» Ele talvez tenha sido o director com mais carga de um partido político.” Para além deste episódio, não há outras situações reportadas, embora José Saraiva fosse declaradamente um homem do PS.

No *Primeiro de Janeiro* as situações de interferência fizeram-se a dois níveis: uma orientação continuada ou uma pressão directa. O primeiro caso é reportado por Marques Pinto relativamente à chefia da redacção de Mário de Figueiredo filho, um centrista que praticava uma política editorial completamente facciosa sem que nem o conselho de redacção procurasse contestar esta colagem partidária: “Na verdade, nos dias em que estava o Mário de Figueiredo a chefiar, as coisas do CDS eram privilegiadas na primeira página. Eu era o subchefe de redacção, o que significa que nos dias em que ele estava de folga era eu que chefiava. Com a ideia de contrabalançar, de mostrar que o jornal não era um jornal do CDS, tinha a preocupação de privilegiar os outros partidos.” Mas este esforço de equidade só se fazia dois dias por semana e ainda assim era contestado pelo chefe de redacção.

O segundo aspecto estaria na origem do desentendimento entre Freitas Cruz e a administração: “Um dia o Sá Carneiro ganhou as eleições e foi primeiro-ministro e eu telefonei-lhe – já o conhecia há muitos anos, até das comissões de justiça e paz aqui da diocese do Porto – e disse-lhe: não admito que a primeira entrevista não seja para o *Jornal de Notícias*. E ele disse: será com certeza.” A saída do JN levou a que entrevista tivesse sido feita para o *Janeiro*, mas com consequências imediatas: “E o presidente do conselho de administração do *Janeiro*, esse tal engenheiro Miguel de Sousa, disse-me: agora é preciso fazer uma entrevista com o Freitas do Amaral. E eu disse: mas porquê? Ah, porque é o proprietário.” Esta ingerência no plano editorial desagradou a Freitas Cruz, que abandonou também este jornal: “Entrei em 78/79 e saí de lá em 80, quando verifiquei que, de facto, havia todas as ideias menos a de recuperar o jornal. Também era uma fraudezinha: jornalisticamente era uma fraude.”

No *Comércio do Porto* estes aspectos foram também referenciados, embora também aqui as respostas tenham sido contraditórias. As situações reportadas têm a ver sobretudo com o impacto que as administrações tiveram sobre as chefias, mas num dos casos essa interferência fez-se sentir sobre o trabalho do jornalista. Este episódio é contado por Marques da Cruz, a propósito de uma peça que desagradou às chefias: “Um dia eu fui fazer a cobertura de uma vinda de Mário Soares ao Porto e naquela altura o jornalista interpretava aquilo que via, não se limitava a ser mero papagaio. E eu interpretei aquilo que vi e fiz as minhas considerações. E fui chamado pelo Joaquim Queirós. Quem era ele para fazer isso? E disse-me que tinha sido chamado pela administração e que eu devia ter assinado a peça. E eu perguntei-lhe: «Joaquim Queirós, uma fotografia do Marques da Cruz com o Mário Soares, na primeira página, não é assinatura suficiente para aquilo que eu escrevo?»” Havia um sentimento de desagrado entre este jornalista e o rumo que o jornal tinha seguido, o que acabou por levar à saída deste profissional para a RTP.

Os outros episódios reportados têm a ver com a pressão exercida sobre as chefias editoriais. Joaquim Queirós confirma a existência de gestões governamentalizadas, mas defende não ter tido problemas de convivência: “Eu convivi com uma administração que era de maioria CDS. Só tinha um elemento do PS, o Eduardo Pereira. Desde militares a políticos, sempre colocaram na administração pessoas de confiança.” Apesar deste bom relacionamento, é sintomático que também ele tenha sido «chamado à pedra»: “Uma vez fui chamado à administração do *Comércio do Porto* porque coloquei o Cunhal na primeira página e puxaram-me as orelhas. E eu disse aos administradores: os senhores estão enganados. O Cunhal disse coisas importantes. Discutíveis, é evidente, mas são importantes e os nossos leitores têm de saber que ele disse isto. Porque se não o jornal não tem interesse nenhum.”

O exercício do poder político e a sua influência sobre *O Comércio do Porto* são também apontados por Rogério Gomes, aquando da mudança que levou à sua saída da chefia de redacção. Foi então chamado pelo director Manuel Teixeira para fazer a cobertura da campanha eleitoral de Cavaco

Silva, mas impôs condições: "A equipa sou eu, o Miguel Queiroz, o Raposo, a Filomena. Sou eu que faço a minha equipa e ninguém manda em mim. Eu dou o título para a 1ª página e ninguém interfere. E assim foi. Havia uma chefe de uma editora de Política, que era de Lisboa, e veio cá uma vez tentar fechar o jornal e no dia seguinte foi embora."

Os contornos mais problemáticos do exercício da pressão política são apontados por Silva Tavares. Por um lado, refere os aspectos da convivência com o governo. Por outro, destaca um conflito, que se tornou pessoal, com o Presidente da República. Este diferendo é contado de forma acintosa pelo jornalista, que tem uma visão muito negativa da figura de Ramalho Eanes. O episódio que opôs *O Comércio do Porto* ao PR decorre de uma peça da sua autoria que corresponde a um trabalho de investigação e que se intitulava «O golpe peruano». Por coincidência, o artigo foi publicado na mesma altura em que outros jornais chamavam o tema à capa, mas sem o mesmo volume de informações. Tudo isto provocou um grande incómodo na Presidência da República e inevitavelmente levou a um processo judicial. O que o ex-director do *Comércio* realça neste contexto é a rapidez do processo judicial: "Apresentei-me no banco dos réus seis dias depois. Isto num país como o nosso. Com a justiça que temos. Simplesmente o acusador, o general Ramalho Eanes, não apareceu. Em plena audiência o juiz leu-me um texto da Presidência que dizia que não existia nada, afinal."

O seu relacionamento com o governo PS foi marcado por algumas picardias. Refere a existência de uma intervenção directa, mas acentua a sua resistência pessoal face a essas tentativas de condicionamento de conteúdos. Uma das situações em que se sentiu questionado foi num comício em Gaia, no qual *O Comércio do Porto* foi acusado de não gostar do Partido Socialista. Mas havia outras formas que eram usadas e que se revestiam de uma certa persistência, nomeadamente as chamadas telefónicas do secretário de Estado, que confessa não ter atendido. Outras pessoas, dirigentes, tentavam contactá-lo, mas a sua atitude foi idêntica, e daí a pouca permeabilidade a este tipo ingerência.

Um dos aspectos curiosos desta interactividade entre o director e os meios do poder, passa por ter tomado conhecimento de que o conselho de

ministros lia *O Comércio do Porto* e que o jornal era considerado pelos dirigentes políticos como capaz de provocar a queda de figuras governativas. Daí que Silva Tavares tenha sido contactado para justamente poder exercer *lobby* num determinado sentido: “O Manuel Alegre, por entreposta pessoa porque eu não o atendia, não gostava dele, meteu pedidos e então disseram-me: «há ali fulanos que a gente quer correr do partido, precisamente os da esquerda liberal, o António Barreto, o Medeiros Ferreira, você escreve isto assim e no dia seguinte o doutor Mário Soares manda os gajos para casa». Este ensaio de manipulação teve o efeito oposto: “No dia seguinte, mudei o editorial, e fiz um elogio ao António Barreto e ao Medeiros Ferreira. Foi a resposta que tive para dar ao Manuel Alegre.”

Apesar da reacção negativa evidenciada pelo director de *O Comércio do Porto*, Mário Soares acabou por desenvolver uma certa admiração pelo jornalista e, *a posteriori*, estabeleceu-se um sentimento de estima entre eles. Isso não impede que o jornalista tenha sido chamado a Lisboa e lhe tenha sido solicitada a publicação de uma entrevista com o primeiro-ministro: “O doutor Mário Soares disse-me: queria que você me fizesse uma entrevista, e pela primeira vez na vida levou uma tampa.” A justificação para essa recusa residia na interpretação que podia ser feita e que ia contra a sua deontologia profissional: “Doutor Mário Soares, como sabe, o ambiente que se vive no jornal é este, de grande incerteza quanto ao futuro, e, portanto, eu não vou fazer uma entrevista ao primeiro-ministro nesta altura, porque isto vai ser muito mal interpretado. Não faz sentido nenhum. Ele ficou sem cor, mas deu-me os parabéns.” O reconhecimento da justeza da argumentação do director do *Comércio* foi reconhecida, mas Cunha Rêgo, então chefe de gabinete, procurou ainda chamá-lo à razão e tentar que o jornal se alinhasse mais pelo discurso do governo e tivesse uma influência mais favorável sobre o eleitorado. Tal não aconteceu, e o entrevistado conclui: “Houve uma tentativa do governo de influência junto do eleitorado do norte. Naturalmente, se se pudesse alinhar *O Comércio do Porto* com o pensamento oficial, tanto melhor. Mas o apoio, quando o houve, foi porque eu entendi que devia haver e não porque me foi pedido ou por qualquer benesse pessoal.”

A atitude de independência revelada pelo director do *Comércio* teve como consequência, não o ostracismo, mas a tentativa de sedução. Seguiu-se o período do II Governo Constitucional e as transformações radicais na administração do jornal que precipitaram a sua saída da chefia. Mário Soares tentaria ainda atrair Silva Tavares com o convite para chefiar o *Diário de Notícias*, cuja chefia na altura tinha um contencioso com o governo, mas o jornalista recusou. Foi-lhe ainda dada a opção de ocupar um cargo de secretário de Estado, que também rejeitou, por entender que a sua vida era no Porto e a sua profissão o jornalismo.

Os efeitos da governamentalização dos diários portuenses sob a alçada do Estado acompanham genericamente o quadro nacional. A primeira característica, o destacamento de administrações da confiança dos executivos em exercício é patente na história recente dos dois diários portuenses. Quanto às consequências da sua gestão verificam-se aqui dois percursos distintos: no *Jornal de Notícias* a alternância motivada pelos dois principais partidos políticos não pôs em causa o bem-estar económico da empresa, enquanto no *O Comércio do Porto* a articulação CDS/PS não teve resultados positivos. Aqui, cabe realçar que no *JN* houve, de um modo geral, a preocupação de nomeação de profissionais da área para cargos de gestão, o que pode explicar uma maior articulação com estratégias editoriais em detrimento dos efeitos político-partidários. No *Comércio*, essa vertente parece não ter sido devidamente acautelada.

Outro dos aspectos que se confirma neste estudo é a existência das tentativas de pressão, que se fizeram sentir particularmente a nível das chefias. A maioria dos responsáveis editoriais entrevistados reconhece este tipo de relacionamento com os órgãos de poder, mas destaca a sua independência face às formas de ingerência levadas a cabo pelos políticos. Uma das ideias que também ressalta destes inquéritos, bem como de conversas com responsáveis editoriais mais jovens e em exercício, é a de que, no período tratado, as regras do jogo eram mais claras. Consideram que era legítima a tentativa de pressão, mas cabia aos jornalistas resistir e colocar a deontologia profissional em primeiro plano. Aparentemente, hoje, os

interesses revestem-se de ligações menos claras e a influência surge, ainda que dissimulada e, portanto, menos honesta.

Genericamente, este período foi caracterizado pelo progressivo abandono dos leitores dos seus títulos de eleição, processo iniciado com o PREC. A excessiva politização noticiosa, para além do aspecto circunstancial da radicalização do discurso jornalístico, provocou a debanda dos públicos. A transformação da sociedade portuguesa não foi devidamente acompanhada pelos responsáveis da informação, o que levou a que esta característica se afirmasse como tendência. No Porto, registou-se uma dualidade, na medida em que o *Jornal de Notícias* constituiu um efeito de contra-corrente e o *Comércio do Porto* se enquadrou no *mainstream*. No primeiro caso, os responsáveis editoriais chefiaram uma equipa dinâmica e jovem que soube acompanhar os novos tempos sem, contudo, descaracterizar a matriz de sucesso original, reconquistando a sua área de influência e, mesmo, alargando-a. Quanto ao *Comércio*, apesar das transformações nos quadros redactoriais, elas não produziram o mesmo tipo de simbiose, e o diário conheceu uma deriva de estilo que lhe retirou a identidade e se traduziu na perda de audiências.

A questão de implantação no mercado é igualmente transversal a todo este período e afecta negativamente a maioria dos títulos portugueses. Em consequência dos maus resultados obtidos em termos de público e, concomitantemente, de publicidade, o Estado foi chamado a subsidiar as empresas para obviar às despesas e assegurar a sua sobrevivência. Os custos de produção – os salários, o preço do papel – aumentaram enquanto os ingressos iam diminuindo, apesar de os jornais se tornarem mais caros, o que contribuía para a perda de leitores. Também aqui os matutinos do Porto alinham pela batuta nacional. A diferença surgiria com a recuperação paulatina do *Notícias*, cujas receitas garantiram o seu bem-estar, bem como, aparentemente, serviam de muleta ao *Diário de Notícias*.

Uma última questão decorre do endividamento das empresas jornalísticas e, desta, não existe termo de comparação com os títulos da capital. Trata-se da dívida acumulada às entidades bancárias e a forma de pagamento encontrada pelo Estado para a saldar. O processo que envolveu a

venda do património de *O Comércio do Porto* surge aqui como um claro caso em que não só o preço foi excessivo mas também se inseriu num negócio especulativo de contornos pouco claros, em que o jornal saiu a perder.

A venda do património foi também o desfecho da história centenária de *O Primeiro de Janeiro*. Sem se inserir nos contornos delineados para as empresas jornalísticas sob a alçada do Estado, este diário portuense não deixou de sofrer dos mesmos males de que padeciam os títulos intervencionados. Quer os efeitos de má gestão, quer a ingerência política tocaram o *Janeyro*, com resultados nefastos. Também aqui se foram acumulando as perdas de público e de anunciantes, que se aliaram a erros sucessivos na gestão. A deriva editorial resultou da incapacidade de se encontrar uma estratégia continuada, que era agravada pelo efeito endémico da falta de rotinas jornalísticas, cultivada pela administração tradicional e continuada pelas que se seguiram. A venda do edifício foi o corolário do progressivo afundamento do diário portuense, sem que também este último recurso tenha sido suficiente para o salvar ou, pelo menos, para que se salvaguardasse a sua feição de órgão informativo nacional.

5.3 – A imprensa do Porto e os novos factores de concorrência

O processo de reprivatização do capital foi diferente nas duas empresas e as consequências dos modelos aquisitivos tiveram desfechos absolutamente divergentes, com o *JN* a afirmar-se como o matutino de maior tiragem dentro do enquadramento do Grupo Lusomundo/PT Multimédia e o *CP* a integrar-se em modelos de gestão desastrosa, que ditaram o seu fecho. O *Janeyro*, não tendo que passar pelas contingências da alternância política das EPs, não deixou de ser alvo dos efeitos da cobiça política e entrou também num processo de desagregação que acabaria por o transformar num jornal regional. A mutação verificada nos dois diários portuenses pode não ter uma explicação exclusivamente endógena. Outros factores terão contribuído para a perda de vendas e para as dificuldades na agregação dos públicos. De entre eles, podem-se destacar as alterações verificadas no panorama dos *media* e diferentes efeitos de concorrência, bem como uma alteração do quadro de

inserção – Porto e Região Norte –, onde também as dinâmicas políticas, económicas e sociais se tornaram desfavoráveis.

Ao questionar os jornalistas sobre quem dá actualmente notícia no Porto, verifica-se que há uma opinião maioritária que defende que a cidade e a região perderam a voz e a influência. Essa perda resulta ou da incapacidade das fontes se fazerem ouvir ou da sua deslocação para o centro de poder – Lisboa. Apontam também o dedo ao facto de se ter iniciado um período de declínio a todos os níveis, mas com incidências importantes na estrutura económica. Joaquim Queirós atribui uma das razões do declínio do *Comércio* justamente a essa debilidade: “O tecido empresarial não quis saber mais do jornal. (...) Faltou força comercial. Nem havia publicidade, nem havia condições para haver, não se procurava.”

A falta de investimento publicitário é um aspecto transversal que afectou toda a informação generalista, como foi visto, quer pela dimensão do mercado quer pela alteração dos sistemas de concorrência, nomeadamente a diversificação das publicações periódicas e os efeitos, inicialmente, do baixo custo dos preços praticados pela RTP e, depois, da abertura dos outros dois canais de televisão. Mas este divórcio entre o meio empresarial e a imprensa portuense deve-se, segundo Rogério Gomes, a outros factores que podem ter um enquadramento específico: “A cidade não tem nada a ver com o que é hoje. Havia quatro bancos com sede na cidade: o Borges e Irmão, a União de Bancos, o BPA e o início do BPI: havia na cidade poder económico.” Para o jornalista existe um período que se caracterizava por uma pujança informativa que decorre da força intrínseca das suas diferentes instituições: “Na altura havia na cidade a Secretaria das Obras Públicas, da Habitação Social, havia poder político na cidade. As Direcções Regionais funcionavam, não havia nenhuma empresa nacional que não tivesse no Porto qualquer forma de representação. A cidade era, de facto, uma sede de poder, de acontecimentos e de figuras.”

A mesma perspectiva é realçada por Neto da Silva, ao estabelecer uma relação directa entre as fontes locais e a produção de notícia: “O Porto e o Grande Porto produziam muitas notícias, mas as circunstâncias sociais eram outras. A Câmara dava muita notícia, mas não só. O Porto cresceu muito com

os fundos comunitários, tudo em conjunção. A Câmara, os actores económicos e sociais e culturais morreram. O Porto deixou de ser importante na vida do país. Foi tudo para Lisboa. Os processos tecnológicos mudaram tudo. Perderam-se actores sociais, políticos, económicos, industriais e os investimentos da CEE acabaram.”

A perda de influência económica do Porto está, para Rogério Gomes, directamente relacionada com a evolução da banca portuguesa e baliza-se pelo surto de aquisições que se seguiu à reprivatização. Por um lado, há um momento inicial de grande capacidade decisória: “Quando o BPI toma o Banco Borges e, em seguida, o Fonsecas & Burnay, temos o BPI como o grande banco de investimentos aqui, com o Santos Silva. O BPA, pelo seu lado, é o maior banco comercial português na altura: de portas abertas para o povo, apoia a indústria.” Segundo o jornalista, o marco cronológico seguinte é de sinal oposto: “O momento de declínio do norte é a compra do Português do Atlântico. É o momento em que o BPA, que é o maior banco português e que tem a sua sede aqui, é vendido ao BCP. Nesse dia, o Porto perdeu 70% do poder que tinha.” Ainda segundo este entrevistado, os reflexos da saída desta entidade bancária da cidade não foram minorados pela permanência do BPI, por se tratar de uma instituição com características diferentes e, por outro lado, também os centros decisórios foram passando progressivamente para Lisboa. As outras grandes empresas seguiram esta tendência e as instituições administrativas também, o que se traduziu num esvaziamento da cidade.

5.3.1 – Condições desfavoráveis de desenvolvimento: o pano de fundo da imprensa

O último depoimento levanta um dos aspectos que pode ser determinante nos contextos que favorecem ou não o bem-estar dos meios de comunicação social. A década de 90, em termos globais, correspondeu a um período de grande dinamismo a nível nacional. Ele traduziu-se no multiplicar de publicações, das tiragens, mas também no crescimento do audiovisual. O investimento publicitário aumentou e genericamente o sector conheceu uma

expansão em termos de investimento e uma inevitável reestruturação das empresas, que foi acompanhada pelos fenómenos de constituição de grupos de média.

Acompanhando em parte esta tendência, mas também na sequência desta transformação no sector, a imprensa do Porto – com excepção do *Jornal de Notícias* – entrou num ciclo descendente, que representa o oposto do quadro favorável traçado. O enquadramento explicativo apresentado por Rogério Gomes vai de encontro a alguns dados que traduzem o empobrecimento da Região Norte. Não é intenção deste trabalho compulsar os dados relativos aos indicadores de pobreza; importa, contudo, tentar compreender alguns dos aspectos mais evidentes, no sentido em que eles podem explicar não só a perda de públicos mas também de anunciantes.

Quando se fala da Região Norte reportámo-nos à área abaixo apresentada, sendo que, no âmbito da difusão da imprensa, a sua incidência se faz particularmente na faixa litoral¹⁰³. Do ponto de vista da audiência e estrutura informativa dos jornais, é ainda considerado que os títulos do Porto estabelecem a sua zona de influência até à linha Aveiro-Viseu. Salvaguardadas estas especificações, este é um território altamente industrializado, que representa cerca de metade do emprego industrial do país e é, na União Europeia, aquele que tem um maior peso do emprego industrial no emprego total.

¹⁰³ Cf. MESQUITA, 1987.

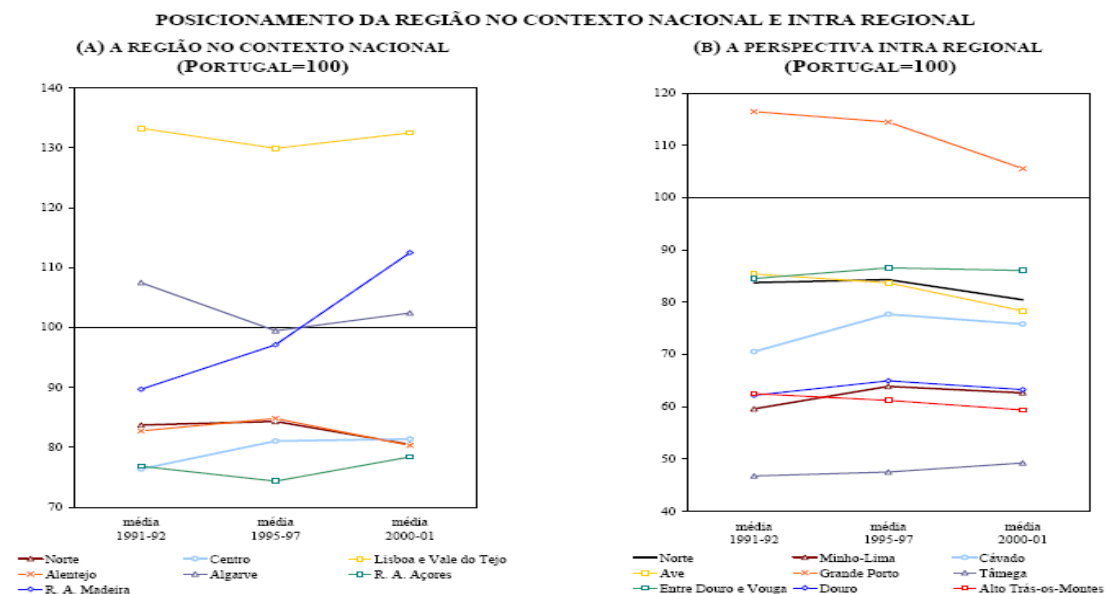


Este peso do sector secundário tem como reflexo uma maior permeabilidade às flutuações internacionais, na medida em que, na sua maioria, está vocacionado para a exportação. Assim sendo, toda a região é particularmente vulnerável à conjuntura internacional e à situação dos mercados externos. Essa é uma das razões que explica que tenha havido uma regressão em várias sub-regiões nos períodos compreendidos entre 1991-1995 até 2000-2002. O Grande Porto, apesar de melhor, segue a mesma trajectória, agravada por algumas perdas de coesão e, sobretudo, de competitividade.

De acordo com as Contas Regionais do INE, a Região Norte é, em 2004, a mais pobre da União Europeia a 15, isto é, antes dos últimos alargamentos, com um PIB por habitante de 10,7 mil euros (a média nacional é de 13,6 mil euros). Mesmo a sub-região mais rica – o Grande Porto – fica, em termos de PIB *per capita*, aquém da média nacional, com um indicador de 98%, comparado com os 166% registados pela Grande Lisboa. Esta situação vivida actualmente é consequência da forte redução do PIB *per capita* ocorrida desde a década de noventa. Acrescente-se ainda que esta região foi a única que não melhorou a posição face à média da União Europeia, ao longo de toda a década.

Evolução do PIB Per Capita nos anos 90

(Fonte: Mateus, 2005, a partir das Contas Regionais, INE)

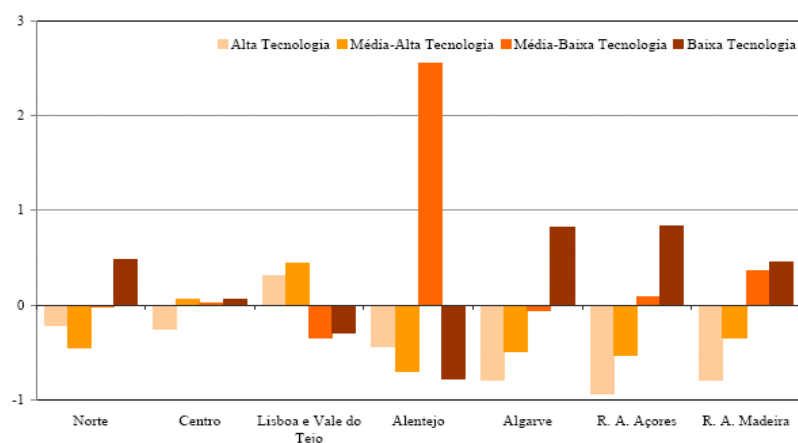


A Região Norte manteve-se, ao longo da década de 90, no grupo das três regiões portuguesas com menores níveis de produtividade do trabalho, oscilando entre valores correspondentes a 84% e 86% da média nacional. A este aspecto alia-se a uma falta de especialização internacional, que afecta a competitividade. Para esta situação muito provavelmente contribui o facto de a população adulta ter níveis de escolaridade relativamente baixos, originando uma produtividade mais baixa.

Quanto à estrutura do tecido empresarial, segundo os escalões de dimensão do pessoal ao serviço, aproximou-se, entre 1991 e 2001, dos níveis nacionais, em resultado de um reforço do peso relativo das empresas com menos de 10 trabalhadores. Verificou-se, assim, um aumento do número de micro e pequenas empresas no tecido empresarial, que normalmente recrutam pessoal com baixas qualificações e apresentam fracas possibilidades de formação, não contribuindo, assim, para uma melhoria. Por outro lado, as taxas de sobrevivência empresarial decaíram, o que revela uma falta de sustentação das iniciativas empresariais em funcionamento.

Num período em que a capacidade tecnológica é considerada como a principal aposta em termos de política de desenvolvimento, importa também aferir este indicador da indústria regional. Aqui, só são apresentadas vantagens comparativas nas unidades produtoras fortemente dependentes do trabalho e dos recursos naturais. Quando se exigem maiores níveis de tecnologia, a região deixa de ter vantagens. Em termos de competitividade internacional, esta evidência é desfavorável, uma vez que há cada vez mais uma predominância de indústrias com altos níveis de tecnologia.

(Fonte: Mateus, 2005, a partir do DEEP, Quadros de Pessoal)



Outro aspecto que normalmente é importante numa análise da «saúde» de uma região é o PIB e o emprego afecto ao sector terciário: uma mais vez, a Região Norte apresenta valores inferiores à média europeia. Há também um posicionamento negativo dos níveis de produtividade, inferiores à média do País em sectores como a agricultura e a pesca, o comércio, alojamento e restauração, a indústria e energia e a construção.

Correlacionados com este factor articulam-se os aspectos sociais, nos quais o Norte continua a apresentar resultados desanimadores. O índice de pobreza segundo as condições de vida revela-nos que esta região apresenta 32% dos agregados numa situação de pobreza. Estes agregados têm problemas em termos de alojamento, acesso a bens de equipamentos e de meios de transporte, condições imprescindíveis para um nível de vida aceitável, sendo que a proporção de pessoas nestas condições é superior aos valores nacionais.

O quadro social fica ainda agravado pelo facto de a Região Norte ter registado durante a década um dos mais acentuados aumentos da taxa de desemprego (1,9 pontos percentuais, face aos 0.8 pontos percentuais nacionais). Aqui, a taxa de desemprego (6,7%) posicionava-se, em 2001, a níveis muito próximos da média nacional (6,8%). Por outro lado, a empregabilidade dos mais jovens evidencia em parte a dificuldade sentida pela região em absorver quadros com formação superior, denotando uma necessidade de estimular a atracção de investimentos em sectores criadores de trabalho a nível mais elevado.

	Unidade: %				
	4ºT-2006	3ºT-2007	4ºT-2007	2006	2007
Portugal	8,2	7,9	7,8	7,7	8,0
Norte	9,7	9,5	9,1	8,9	9,4
Centro	5,8	5,1	5,7	5,5	5,6
Lisboa	8,9	9,2	8,4	8,5	8,9
Alentejo	9,3	7,3	7,8	9,2	8,4
Algarve	6,1	5,9	7,1	5,5	6,7
R. A. Açores	4,0	3,9	4,9	3,8	4,3
R. A. Madeira	5,8	6,8	7,0	5,4	6,8

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego - 4º trimestre de 2007.

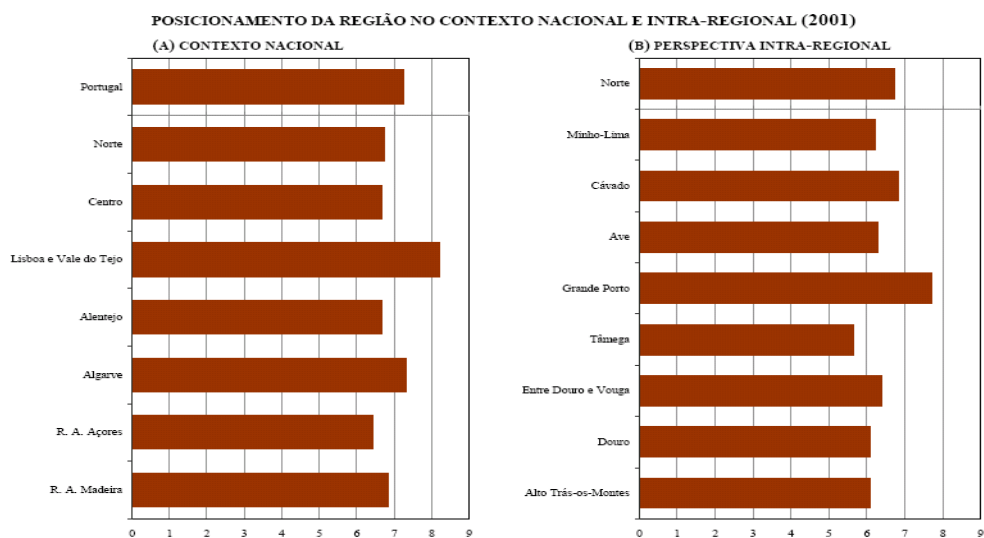
Do ponto de vista demográfico, tem-se assistido a um envelhecimento da população ao longo da década, aproximando-se dos valores nacionais, mas ainda que mantendo uma estrutura mais jovem. Quanto ao nível das habilitações literárias, o Norte apresenta valores próximos da média nacional, apesar de ter um maior número de pessoas com habilitações iguais ou inferiores ao 1º ciclo do ensino básico (incluindo analfabetos) – 49.2% – face aos 46.2% nacionais. Existe ainda um menor número de pessoas com ensino secundário ou superior, 17.5% contra os 21.4% nacionais. Houve também um reforço da população empregada com o ensino superior em todas as suas sub-regiões, com a excepção do Douro, que teve um comportamento inverso.

Em termos inter-regionais, há disparidades quanto à capacidade de absorção de recursos humanos com ensino superior. Em termos gerais, verifica-se uma capacidade menor do que a nacional, devido ao padrão de especialização produtiva característico. O número de anos de escolaridade é

um factor determinante da apetência para a formação dos indivíduos que pode ter consequências positivas na produtividade e ritmo de crescimento. Neste indicador, mais uma vez a Região Norte encontra-se numa situação desfavorável em relação à média nacional.

Nº Médio de Anos de Escolaridade em 2001

(Fonte: Mateus, 2005, a partir dos Censos do INE)



O desenvolvimento de uma região traduz-se, também, a nível da quantidade e qualidade dos seus equipamentos. Neste campo, os resultados comparativos apontam igualmente para quadro geral desfavorável, o que contribui para um decréscimo da qualidade de vida e leva à falta de condições atractivas para a fixação das populações. Os equipamentos educativos são uma das mais importantes forças de atracção de famílias com filhos em idade escolar. Neste aspecto, o Norte também apresenta valores inferiores aos nacionais. Em termos intra-regionais, são fortes as disparidades da taxa de cobertura da população residente por equipamentos de educação até ao ensino secundário. As sub-regiões que apresentam melhores resultados neste indicador são também aquelas que têm maiores níveis de desenvolvimento económico, maior diversificação produtiva, menor envelhecimento demográfico (Grande Porto e entre Douro e Vouga).

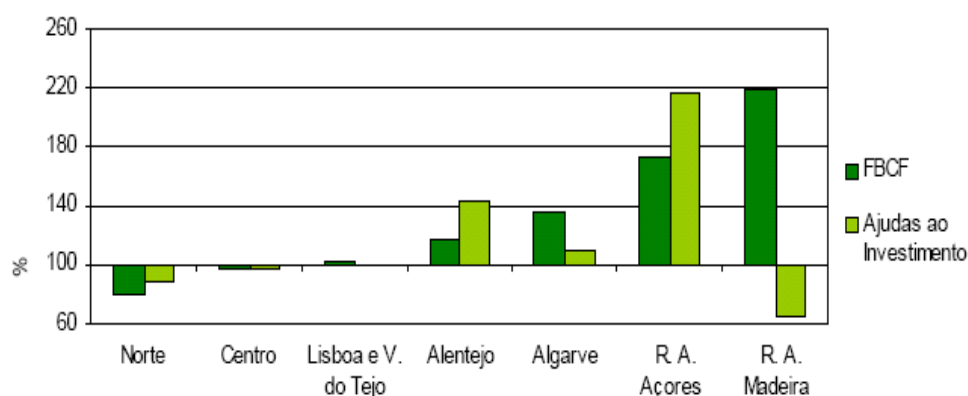
Por outro lado, em termos de equipamentos de lazer e culturais, registam-se igualmente valores inferiores aos nacionais. Denota-se uma incapacidade de atrair eventos ligados aos aspectos lúdicos, que são muito importantes em termos de diversidade na ocupação dos tempos livres da população. Também este quadro contribui para reduzir a atractividade da região.

Quanto aos equipamentos de saúde, eles tornam-se imprescindíveis para assegurar a qualidade mínima exigida para o bem-estar da população. Mais uma vez, o Norte tem resultados inferiores aos nacionais, apresentando também disparidades inter-regionais. Contudo, o Grande Porto mais do que duplica as taxas de cobertura deste tipo de equipamentos de saúde registadas nas restantes sub-regiões.

A falta de equipamentos revela o reduzido contributo das Administrações Públicas sobre a produção e o investimento da Região Norte, sendo que as regiões que mais beneficiaram do investimento público em Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) são a Madeira, seguida dos Açores e do Algarve. O Norte e o Centro situavam-se abaixo da média nacional neste indicador.

Índices de Capitação da FBCF e das Ajudas ao Investimento promovidas pelas Administrações Públicas por Região (Valores Médios, 1995-1998)

Fonte: Contas Regionais



Esta breve apresentação de alguns dos indicadores de desenvolvimento constitui, certamente, um quadro explicativo de um meio pouco favorável ao bem-estar da imprensa. As dificuldades registadas pelas populações, aliadas a vários factores pouco incentivadores, podem influir negativamente nas dinâmicas de procura das publicações. Elas poderão ter uma tradução a nível das vendas – factores económicos, mas também sócio-culturais –, mas igualmente nos efeitos colaterais motivados pela falta de investimento das empresas em termos publicitários. Mas haverá ainda outros aspectos complementares que acentuam estas dificuldades.

5.3.2 – Os novos quadros de concorrência

A alteração da estrutura das empresas jornalísticas atravessou toda a década de 90 com resultados positivos por oposição ao período anterior. A reprivatização levou ao surgimento de um novo paradigma em que o principal eixo assentou na constituição de grupos de média, como ficou visto. A par desta reorganização, assistiu-se ainda à entrada das novas tecnologias e à instalação do modelo multimédia e da globalização. Outro dos aspectos mencionados foi a multiplicação de publicações, muitas delas de vocação especializada, o que permitiu uma muito maior diversidade da oferta. A entrada em força do audiovisual, quer dos canais generalistas quer do acesso ao cabo, alargou ainda mais o campo de escolhas dos públicos. A mais recente vulgarização do uso da internet tornou ainda mais dispersas as audiências. O aparecimento dos jornais gratuitos veio substituir, em muitos casos, o matutino que se comprava nas rotinas diárias.

Perante tal multiplicidade de media também se coloca a questão dos anunciantes. Para além dos fluxos e refluxos dos ciclos económicos, agora, às empresas põe-se a questão da escolha do meio como forma mais eficaz de fazer passar o seu produto. Tanta diversidade – e ainda que o volume de verbas investidas tenha subido – obriga a uma selecção que deixa necessariamente alguém de fora. Estas regras ditadas pelo mercado traduzem-se em perdas para alguns dos sectores da comunicação social. É

com este panorama concorrencial que se debate a imprensa e em particular os diários generalistas.

Durante uma pouco mais de uma década, os jornais portuenses foram obrigados a integra-se neste quadro evolutivo e a responder aos novos desafios do mercado. Como anteriormente foi explanado, verificou-se uma alteração da estrutura da propriedade, que resultaria na integração em novas empresas de diferentes dimensões. O *Primeiro de Janeiro* pertence hoje à Folha Cultural, uma pequena empresa com sede em Oliveira de Azeméis. O *Comércio do Porto* apesar da ligação inicial à Lusomundo, acabaria por ir parar às mãos de um grupo com grande expressão em Espanha, onde existe um jornalismo regional robusto, mas que, no plano nacional, detinha apenas dois títulos. O *Jornal de Notícias* integrou-se num dos grupos de media de maior dimensão, mesmo depois das sucessivas passagens pós-privatização, mas a sua posse representa seguramente para a *holding* uma mais-valia, na medida em que, a par do *Correio da Manhã*, é o diário generalista de maior dimensão.

Quanto às transformações tecnológicas, elas foram feitas por todos eles e permitiram uma redução considerável dos custos de produção, embora tenham implicado um investimento inicial. Quer o *Janeiro* quer o *Comércio* cedo procederam a esta reforma e adoptaram o formato tablóide. O *JN* tardaria ainda algum tempo a levar a cabo esta mudança, porque na empresa houve muita resistência em abandonar o formato *broadsheet*, como asseguram Fernanda Gomes e Frederico Martins Mendes. Temia-se sobretudo o abandono dos leitores mais tradicionais, mas Freitas Cruz assegura que mais esta revolução gráfica, operada em 1998, teve um grande êxito.

Os últimos efeitos da revolução tecnológica tiveram também resultados diferentes nos três diários. O *Notícias* cedo implementou a sua versão *online*, que tem sido sucessivamente actualizada. Durante o seu curto período de existência sob a direcção de Rogério Gomes, na fase Prensa Ibérica, O *Comércio do Porto* apresentou também um formato digital. O *PJ* não aderiu ainda às novas tecnologias e mantém apenas a publicação impressa.

Outro dos aspectos que surgiu ao longo das entrevistas foi a questão da contratação dos novos quadros e também aqui houve posições discordantes. O

Notícias, como foi visto, iniciou ainda antes do 25 de Abril a renovação da redacção através de concurso. Os novos jornalistas possuíam, tal como nas redacções de Lisboa, uma formação académica mais completa, de nível superior. No *Comércio* esta lógica de novos ingressos não foi tão evidente, embora quase todos os entrevistados que trabalharam no jornal tivessem uma licenciatura ou frequência universitária e, sobretudo depois da entrada do Grupo Quina, essa tenha sido a tendência dominante. Quanto ao *Janeiro*, aqui, a renovação ficou aquém da verificada nas outras duas redacções, muito graças à concepção muito pessoal de Pinto de Azevedo. Na euforia do 25 de Abril, entrou gente nova em todas as estruturas editoriais, de uma maneira geral dentro dos parâmetros de graduação apontados. A lógica da aprendizagem fazia-se na «tarimba jornalística» e a progressão na carreira também. A profissão surge como altamente atractiva para os jovens, que, em dois concursos efectuados na década de 80, responderam massivamente: no do *Comércio do Porto* houve 400 candidaturas, enquanto no do *JN* responderam 700.

A entrada de novos profissionais para as redacções é, ou pode ser, uma das vias de renovação de um jornal, como já foi visto em relação ao *Jornal de Notícias*. Mas a entrada de jovens licenciados em jornalismo não é consensual e algumas das opiniões ouvidas defendem que eles têm uma má preparação e contribuíram para o declínio das publicações. Marques Pinto, sem levar a sua perspectiva a este extremo, aponta, contudo, o problema de as posições de chefia no *Janeiro* terem sido, na sua fase final, ocupadas por pessoas que, apesar da sua formação académica, não tinham a maturidade e experiência suficientes para desempenhar essas funções.

Outro dos problemas apontados por Marques da Cruz em relação a esta nova geração de jornalistas é o dos contratos a prazo, que considera “a maior forma de censura que já existiu”. A relação é óbvia, uma vez que as situações de precariedade propiciam constrangimentos informativos. Ainda assim, desde a década de 80 que vagas de formados em Comunicação Social foram sendo absorvidos pelas redacções, e o Porto não foi excepção. Essas entradas contribuíram não só para conferir uma maior dinâmica às rotinas instaladas, como genericamente melhoraram a qualidade da escrita, o que de alguma

forma constituiu um contributo positivo. Por outro lado, e também graças às renovações dos *curricula* académicos, revelaram as potencialidades de mais rapidamente se adaptarem aos novos desafios tecnológicos entretanto instalados.

A capacidade de respostas ao quadro concorrencial afere-se ainda pela boa difusão dos títulos neste segmento que é o dos diários generalistas. A evolução das tiragens constitui um barómetro dessa capacidade. Como já foi visto, este é um dos indicadores que, ao longo deste período, apresenta grandes debilidades, dada a inexistência de uma entidade que centralizasse estes dados. Daí que a abordagem que aqui se apresenta reflecte não só essa lacuna, mas também alguma incoerência em razão das metodologias de recolha adoptadas. Há ainda a considerar que se estabelece uma baliza temporária entre o aparecimento da Associação Portuguesa de Controlo de Tiragens e o período anterior, em que quer os números quer as fontes são dispersos.

Depois do 25 de Abril, como é sabido, houve um período de grande procura de jornais, que depois foi marcado por uma década de declínio acentuado. Nos títulos portuenses essa tendência também se verificou, mas apresentou particularidades. No período do PREC, e ao contrário dos seus concorrentes, *O Comércio do Porto* subiu as tiragens, que oscilavam entre os 100 000 exemplares e os 120 000 ao fim-de-semana. Quanto ao *Primeiro de Janeiro*, os entrevistados acreditam que oscilaria entre os 30 e 40 000, números esses que foram descendo gradualmente. O *Jornal de Notícias* foi castigado pelo seu público: em 1974 ascendeu a cerca de 96 000, mas nos anos seguintes os valores diários baixaram para níveis similares ao período tardio da ditadura, rondando uma média de 75 000, com algumas oscilações¹⁰⁴.

Passados os momentos do «Verão quente», todos os jornais portuenses seguiram a tendência nacional e entraram numa fase descendente. Não é, contudo, possível saber, com excepção do *Jornal de Notícias*, até que ponto os títulos foram afectados, não só porque os dados são dispersos, mas também pela relação tiragem/subsídio de papel, que põe em causa a sua acuidade.

¹⁰⁴ De acordo com os dados de Fernando de Sousa, *ob cit.*

Ainda assim, segundo o Conselho de Imprensa, em 1979, as tiragens diárias do *Janeiro* rondariam os 44 000 exemplares, enquanto estabelecia para *O Comércio do Porto* valores próximos dos 56 000. Este ano seria particularmente difícil para o *JN*, que atingira os números mais baixos: cerca de 70 000¹⁰⁵. A mesma fonte estabelecia, para o primeiro trimestre de 1983, números acentuadamente mais baixos e preocupantes, que de alguma maneira explicam as preocupações anteriormente apontadas pelos jornalistas entrevistados: *O Comércio* ficar-se-ia pelos cerca de 35 000 e o *Notícias* descia aos 66 000, enquanto o terceiro diário portuense atingiria à volta de 20 000 exemplares. Outro dado que surge neste ano, e que é novo, refere-se ao *Correio da Manhã*, que não atingia ainda os níveis de tiragens e circulação que actualmente o caracterizam, mas já o colocavam numa boa posição: cerca de 49 000, com quatro anos de implantação no mercado.

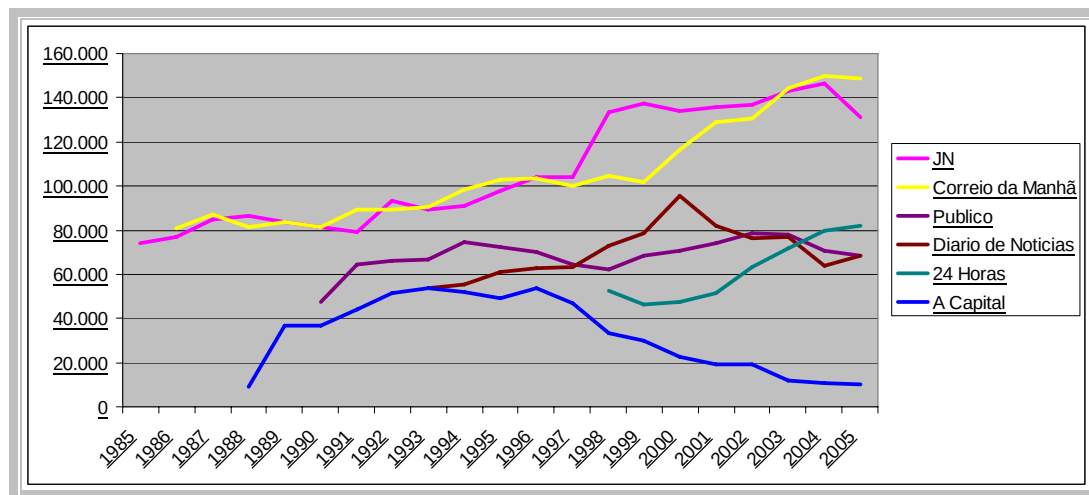
Passado este primeiro período, onde, apesar dos poucos números existentes, se verifica uma situação de perdas para os três títulos, há ainda os dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos quais pela última vez aparece a referência ao *Primeiro de Janeiro*: os anos de 1997 e 1999 correspondem a uma tiragem média diária de 12 000. Nassaete Miranda, directora do jornal, considera que a circulação rondará actualmente os 3 000 exemplares, sendo o diário que detém o maior número de vendas por assinatura.

Ao contrário dos seus concorrentes ancestrais, o *Jornal de Notícias* conseguiu recuperar nas tiragens e inverter a tendência de descida, sobretudo a partir de meados da década de 80, de acordo com os dados da APCT. Este processo ascendente foi feito agora com novas condições de concorrência no mercado, nomeadamente pelo aparecimento de dois novos títulos. Apresenta-se em seguida a linha evolutiva deste indicador, bem como o registo deste comportamento nos demais diários que se inserem no quadro dos diários generalistas portugueses.

¹⁰⁵ Estes valores não coincidem com os do autor citado.

Tiragens Médias Diárias dos Jornais Generalistas

Fonte: APCT



O primeiro de entre eles, *O Correio da Manhã*, surgido em 1979, teve um período inicial algo atribulado, e Joaquim Queirós recorda a reunião em que se decidiu encerrar o jornal: “Então alguém propôs arranjar um grupo para vender o jornal ao domingo. *O Correio da Manhã* passou a ser disputado como se fosse pão ao domingo. Aí começa o milagre e, passado um ano e tal, ia-se para a lista de espera para se fazer publicidade ao fim-de-semana. Isso só acontecia em dois jornais, o *Correio da Manhã* e o *Expresso*. Houve agressividade e nós aqui a nunca tivemos.”¹⁰⁶ Não seria este o único trunfo do jornal; o facto de ter sido lançado com um perfil de tablóide terá sido também parte do resultado. O diário acabaria por se revelar o concorrente mais directo do *Notícias*, sendo o único a ultrapassá-lo em tiragens, segundo a mesma fonte.

Dentro dos novos parâmetros de concorrência, este é o diário generalista que mais poderia afectar o *JN*. Ainda que o jornal do Porto não seja um tablóide, o seu perfil editorial caracterizou-se justamente por um estilo popular, pelo que os seus públicos se interligam. A guerra dos números

¹⁰⁶ Esta constatação é importante porque os jornalistas consideram que outro factor que contribuiu para o declínio dos jornais foi o facto de se deixarem de publicar ao domingo, que, como é sabido, é o dia de maiores tiragens e que contribui também como elemento de fidelização de públicos.

entre os dois jornais não tem, contudo, uma correspondência em termos de área de circulação, uma vez que o *Correio da Manhã* tem como zona de influência a capital e todo o Sul. Neto da Silva sentiu bem essa demarcação do território e reconhece que, enquanto se encontrou à frente deste matutino aqui no Porto, foi possível constatar o domínio do *Notícias* no Norte, por vezes, estendendo-se quase até Coimbra. O mesmo é válido para o título portuense em relação às zonas controladas pelo rival. Manuel Pina refere que a certa altura, o *Jornal de Notícias* se vendia mais na Arábia Saudita que em Lisboa - cerca de 3 000 exemplares - porque havia lá muitos emigrantes da Região Norte.

O *Diário de Notícias* não se constituiu como um rival do JN nem pela área de circulação, nem pelo perfil editorial. Ainda assim, em termos de difusão nacional o jornal assistiu também a um período de recuperação. É certo que, estando os dois títulos englobados no mesmo Grupo, é pouco admissível que tenham posturas concorrenciais. A relação dos seus dados pela APCT é um pouco mais tardia, até porque também o foi o seu processo aquisitivo. Como se pode constatar, os números estão bastante distantes dos dois quadros anteriores.

Em 1990, surgiu um novo concorrente no mercado, que tinha como intenção conquistar públicos aos títulos já instalados. Apresentava-se como um projecto inovador, capaz de crescer em sectores mal explorados. Para além de um aspecto gráfico altamente cuidado, o *Público* aparecia também com um formato editorial pioneiro, na medida em que fazia edições direccionadas. Isto é, as principais áreas populacionais tinham uma informação privilegiada.

Com efeito, em Lisboa e no Porto criaram-se estruturas redactoriais que permitiam uma cobertura noticiosa eficaz, apoiadas depois por delegações de menor dimensão a nível nacional. Procurava-se, assim, ganhar leitores aos projectos já instalados, entre eles ao *Jornal de Notícias*, avassaladoramente dominador na cidade e na região. Apesar da qualidade do novo projecto e da agressividade informativa da redacção portuense, o *Público* não terá constituído uma grande ameaça para o JN, na medida em que os públicos-alvo são diferentes, mas obrigou a algumas transformações

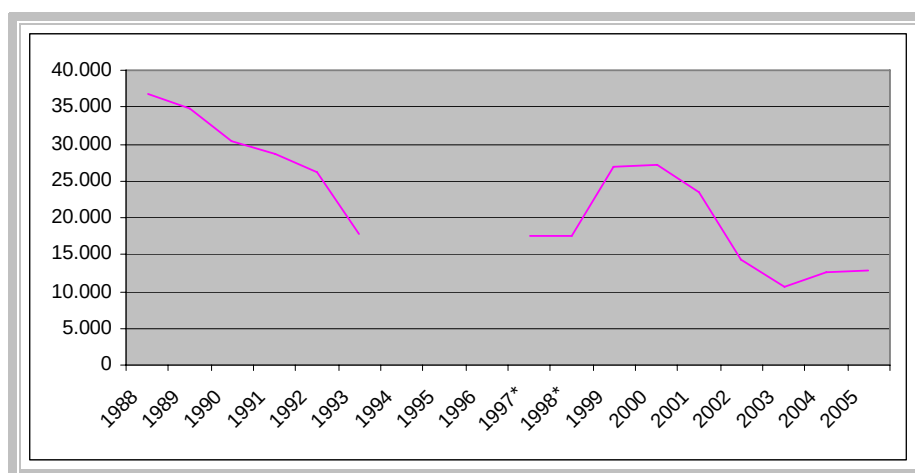
nas várias estruturas redactoriais. Por outro lado, em termos de volume de tiragens também nunca chegou aos níveis dos dois primeiros. O matutino que mais sentiria os efeitos desta chegada ao mercado seria o *Diário de Notícias*, justamente pela matriz informativa adoptada e pelo perfil dos seus leitores.

O último actor a entrar na cena da imprensa diária generalista foi o *24 Horas*. Bastante mais tardio, apresentou-se também como um projecto inovador. Acaba por o ser, na medida em que é o único tablóide que se enquadra no modelo primacial britânico. Neste contexto, e encontrando-se também dentro do Grupo Lusomundo/PT Multimédia/GlobalNotícias, não se assume como concorrencial em relação ao *Jornal de Notícias*. Verifica-se, contudo, que a sua trajectória é acentuadamente ascendente, o que se pode explicar por ter ocupado um nicho muito particular em termos editoriais.

Por último, resta ainda referir a evolução das tiragens de *O Comércio do Porto*, que, ao contrário dos exemplos anteriores, apresentam uma trajectória descendente. Regista-se também um hiato que corresponde à falta de dados da APCT. Os números altos apontados para os anos 1999 e 2000 são muito elevados, como sempre acontece quando um jornal é lançado no mercado. Neste caso, tratou-se de um relançamento. É ainda possível constatar que, no período em que pertence à Prensa Ibérica, o nível ronda os 12 000 exemplares, o que de alguma forma replica o processo de *O Primeiro de Janeiro*. Este paralelismo é reiterado por Rogério Gomes, que situa a circulação em cerca de 3 000 exemplares. Aliás, Nassalete Miranda reconhece que: “houve um período que disputávamos taco-a-taco o espaço de vendas.”

Tiragens Médias Diárias do Comércio do Porto

Fonte: APCT



A explanação dos contextos evolutivos dos três diários portuenses contribui para que se possam apontar algumas das razões que podem estar na origem de desfechos tão variados. Todo o panorama informativo foi drasticamente abalado no decurso do 25 de Abril, e a capacidade de resistência aos factores desagregadores iniciais ditou que os impactos sentidos nos diários do Porto fossem, não opostos, mas em alguns aspectos diferentes daqueles que se sentiram na capital. Essas divergências são constatáveis nos vários pontos abordados: politização das empresas, níveis de conflitualidade, sistemas de representatividade, o peso do sector tipográfico, desagregação da estrutura de propriedade e das administrações. Acrescente-se ainda o papel de resistência desempenhado aqui pelos dois órgãos de informação, O *Comércio do Porto* e *Rádio Renascença*. A explicação para estas diferenças estará não só no comportamento dos vários intervenientes, mas também no próprio enquadramento social e político da cidade e na distância geográfica do centro de poder.

Em resultado da desestruturação vivida no período revolucionário, vários elementos que propiciam o bem-estar das empresas de informação foram postos em causa, nomeadamente a relação de identificação dos títulos

centenários com os seus públicos. Esta foi seriamente abalada e houve dificuldade em reencontrar a matriz editorial de sucesso que correspondesse ao novo tecido sociocultural entretanto instalado. Subjacente a esta incapacidade como absolutamente estrutural, colocaram-se os efeitos da administração. Esta parece ter-se pautado mais pelas lógicas da luta político-partidária do que pelos critérios de gestão. Aqui, há uma linha de coincidência em relação às práticas verificadas nas empresas da capital. A rotatividade governativa replicou-se nas nomeações das chefias dos jornais, com consequências a nível da prossecução das estratégias editoriais. Mais uma vez, um diário do Porto, apesar de ser vítima da alternância no poder, teve um resultado contra a corrente dominante e liderou um caminho de reconquista de públicos. As razões desta excepção residem, certamente, no pragmatismo dos seus conteúdos informativos, mas podem também derivar do facto de os seus vários gestores, apesar das diferentes famílias políticas, terem objectivos unívocos quanto à matriz informativa do jornal.

Três diários centenários extinguiram-se em função do PREC e vários outros jornais nasceram e morreram no período subsequente de cerca de 20 anos. Também o ciclo da governamentalização terminou com desfechos dramáticos para vários títulos centenários. Com a venda da imprensa intervencionada, o mercado reestruturou-se e as condições de concorrência impuseram às empresas jornalísticas novos desafios. Para além de novos investimentos, foi necessário ainda proceder a transformações tecnológicas, renovar os quadros e responder aos novos gostos do público.

A integração em grupos de *media* foi a saída inicial que melhor enquadrou os diários de feição generalista, e garantiu a transformação das empresas. Contudo, nem todos os intervencionados foram adquiridos pelas *holdings* entretanto formadas, o que os colocou em situações de debilidade estrutural. Tal foi o caso de *O Primeiro de Janeiro* e de *O Comércio do Porto*. Este último, apesar da compra pela Prensa Ibérica, não vingaria porque as posições detidas em Portugal eram escassas e, como tal, com poucas perspectivas de expansão e fortalecimento. O seu desaparecimento do mercado e a completa alteração do perfil do *Janeiro* e da sua dimensão, correspondem ao mesmo fenómeno verificado com os vespertinos da capital

que também não sobreviveram aos novos tempos, embora aqui com outro tipo de razões acrescidas.

O declínio de dois dos matutinos da cidade do Porto insere-se numa conjuntura negativa que se alicerça a partir do modelo das novas empresas então criadas. Mas outros factores terão contribuído para precipitar a sua queda. Desde logo, o enquadramento económico, político e social da cidade e da região, que terá constituído um cenário depressivo e onde a integração dos órgãos de informação não saiu consequentemente favorecida. Tendo os factores de desenvolvimento sido afectados negativamente, os efeitos económicos e socioculturais sentiram-se nos jornais, quer a nível do investimento publicitário quer em termos de circulação, pela perda do poder de compra. Daí a fase descendente de vendas se ter acentuado mais a partir dos anos 93/94, pelo menos no que se refere ao *Comércio do Porto*.

Ao apontar-se esta baliza cronológica, poder-se-ia a *forteriori* extrapolar este novo ciclo e concatená-lo com o quadro de crise da imprensa traçado no plano internacional. Algumas das incidências nele apontado tem também aqui alguma razão de ser, como a questão do inter-ciclo depressivo, a emergência dos grupos multimédia e os efeitos da globalização. A liberalização do mercado televisivo constitui também um rude golpe para a imprensa europeia, que tinha agora de se debater como um meio mais vulgarizado, mais atractivo e onde impera o directo. No caso português, este efeito concorrencial também se fez sentir com muita força, mas, no que toca à imprensa, os efeitos da agressividade deste *médium* é um pouco mais tardia, na medida em que a emergência do primeiro canal noticioso também o é. A primeira especialização noticiosa vem da rádio - particularmente com a *TSF* - e terá funcionado igualmente como elemento de dispersão. O figurino da *SIC Notícias* pode ter contribuído para uma subtracção dos leitores, dada a sua feição informativa, mas também o espaço de debate e a integração da participação do público, que a tornaram francamente apelativa.

A revolução tecnológica iniciada e o novo paradigma das empresas multimédia então surgidas opõem-se às pequenas unidades informativas de gestão familiar. O investimento envolvido, a gestão dos recursos, as novas regras de mercado obrigaram a uma mutação radical e, mesmo a imprensa

regional – o modelo que melhor espelha a fase anterior –, foi obrigada a encontrar novas soluções, particularmente nos países onde é mais dinâmica, como em França ou Espanha. Em Portugal, essa transformação foi igualmente operada – não com os mesmos resultados dos exemplos apontados –, mas também aqui se criaram novas redes para este tipo de publicações. Contudo, nem *O Primeiro de Janeiro* nem *O Comércio do Porto* eram jornais regionais. Portanto, a sua tradicional matriz informativa generalista perdeu-se e os diários extinguiram-se, dando lugar a novos modelos, que se limitaram a herdar os títulos e o que restava das estruturas redactoriais e administrativas, sem que isso signifique a existência de linhas de continuidade. Logo, o desaparecimento dos dois matutinos integra-se também neste contexto mais amplo.

A acrescentar a estes vários aspectos, coloca-se ainda o elemento fundamental, que constitui o eixo de ligação com o público e que consiste na forma como se estruturam as notícias. O estabelecimento de uma estratégia editorial é validado pela correspondência em termos de audiências. O *Jornal de Notícias* configura-se como o resultado positivo de um plano bem conseguido, constatável pela adesão do seu público ao formato escolhido. Tanto o *Janeiro* como o *Comércio* mostraram-se incapazes de encontrar uma matriz informativa de continuidade que garantisse esta correspondência. As primeiras páginas dos jornais são a montra que cativa os leitores. São construídas para captar o olhar e são a moldura inicial que nos dá a visão da actualidade. Só o seu estudo permitirá determinar de que forma os três matutinos procederam à selecção noticiosa e à hierarquização temática, e de que maneira os valores-notícia se posicionaram nestes enquadramentos.

6 - Uma abordagem organizacional

“The news is an account of the overt phases that are interesting, and the pressure to the newspaper to adhere to this routine comes from many sides. It comes from the economy of noting only the stereotyped phase of a situation. It comes from the difficulty of finding journalists who can what they have not learned to see. It comes from the almost unavoidable difficulty of finding

sufficient space in which even the best journalist can make plausible and an unconventional view. It comes from the economic necessity of interesting the reader quickly, and the economic risk involved in not interesting him at all, or offending him by unexpected news insufficiently or clumsily described.”

Walter Lippmann

A produção de notícias obedece a uma rede de causalidade complexa onde se inserem os condicionamentos gerados pelas organizações que as publicam/editam, mas também as dinâmicas inerentes ao exercício da profissão, bem como a interacção que se desenvolve entre os jornalistas e o meio que gera os factos susceptíveis de se transformarem em informação. Todo este universo está ainda estruturado em função de quem consome as notícias – o público. Para além destes eixos onde se articula toda a problemática inerente ao universo da comunicação social em termos do estudo dos factores que determinam a natureza do processo noticioso e dos efeitos por este produzidos, cada *medium* obedece também a procedimentos próprios do suporte de que é revestido, tratando-se de imprensa, rádio, televisão ou *online*. Cada um deles – particularmente o audiovisual – implica o domínio de técnicas operativas específicas, mas também o desenvolvimento de uma narrativa adaptada, típica, que constitui o seu estilo caracterizador. Para além destas questões de forma que são inerentes à sua afirmação histórica, os jornais sejam eles impressos, de rádio, TV ou digitais procuram também definir um campo próprio a cada um deles, que se distingue dos demais por um perfil identitário que tem uma correspondência num público-alvo. Este alicerça-se em vários aspectos que lhe conferem uma dada coesão estilística como o tipo de notícias tratadas, os temas mais valorizados, a linguagem e o grafismo. Uma vez estabelecidas as condicionantes históricas onde se inseriram os jornais portugueses, importa agora entender de que forma este outro conjunto de causalidades determina a configuração das primeiras páginas das últimas duas décadas.

6.1 - O jornalismo e a perspectiva empresarial

Ao longo do século XIX, com primazia para os exemplos anglo-saxónicos, a imprensa inseriu-se num novo paradigma, o do jornalismo empresarial. Significa isto que para além dos modelos do publicismo ideológico, novos títulos surgiram com objectivos e conteúdos que correspondiam a uma nova perspectiva quanto ao papel que viriam a desempenhar. Desde o surgimento da *pennypress* até aos grandes projectos industriais do último quartel do século XIX, instalou-se uma nova forma de conceber as notícias, agora potenciada pela maior velocidade de circulação da informação (telégrafo), mas também pelo aparecimento e melhoria das máquinas de impressão. A estes elementos infra-estruturais juntaram-se ainda os efeitos da modernização a nível do papel e dos químicos, que além de acompanharem a capacidade das rotativas a vapor permitiram *a la longue* a diminuição dos custos. Para que se estabelecesse aquela que é conhecida como a idade de ouro da imprensa, foi necessária a confluência de vários factores que, tal como estes aspectos enquadramentos, permitiram o favorecimento da actividade. A liberdade de pensamento e expressão foi o elemento ideológico em que assentou o novo arquétipo, onde a inclusão dos temas noticiosos deixou de estar subordinada às lógicas do aparelho político ou aos ditames da moral religiosa. A diminuição da carga fiscal permitiu também que o custo dos exemplares baixasse e se tornasse assim mais acessível à população. O processo de alfabetização das populações foi essencial para que se produzisse uma maior procura, mas também uma alteração social em termos de públicos, o que levou a que os conteúdos noticiosos deixassem de se dirigir exclusivamente às elites sociais e políticas.

Por outro lado, o grande desenvolvimento das cidades, que viram aumentar drasticamente os seus habitantes, gerou o meio preferencial para a evolução dos novos diários, que pelo baixo preço e pelos títulos mais apelativos passaram a fazer parte dos hábitos quotidianos das populações trabalhadoras. Seriam ainda as novas condições de vida das grandes urbes que se tornariam a matéria-prima com que passaram a trabalhar as redacções, através da inclusão de um novo temário onde o crime, a justiça ou os acidentes passaram a ter honras de primeira página.

As lógicas de fazer os jornais alteraram-se em função deste conjunto de factores externos. Pela primeira vez criou-se um novo produto que tinha como objectivo atingir um número cada vez maior de pessoas: a venda tornou-se o pano de fundo. O *slogan* de um dos maiores jornais americanos da primeira fase da imprensa de massas *The New York Sun* espelha bem a nova realidade: «It shines for all». Para isso baixaram-se os preços e a configuração dos títulos. O espaço de opinião cedeu lugar à reportagem e as rotinas de recolha de informação alteraram-se passando os jornalistas a recorrer a novas fontes como a polícia e os tribunais para poderem contar as suas histórias. A narrativa evolui no sentido da simplificação para que o texto pudesse ser entendido por um maior número de pessoas. Mas o estilo de escrita foi também modificado pela emergência do telégrafo: agora passaram a predominar as frases curtas em que a mensagem se passava de forma mais imediata. O novo aparelho de transmissão implicou ainda duas consequências fulcrais para o exercício do jornalismo: do ponto de vista do texto passou a imperar uma das estruturas narrativas consagradas na profissão – a pirâmide invertida – e do ponto de vista organizacional a partilha de informação via telégrafo levou à constituição das agências noticiosas. Também como efeito deste novo meio foi possível diversificar os conteúdos, à medida que as ligações se iam estendendo e se estabelecia a comunicação entre continentes, o que permitia dar uma maior relevância ao internacional.

A predominância do factual na configuração das notícias serviu a conquista de novos públicos, tendo-se entretanto criado outros mecanismos que facultaram a sua fidelização. A forma de tratamento de determinados factos do quotidiano levou a que os leitores persistissem na compra dos diários, aliciados pelo efeito de propaganda dos pregões dos ardinhas. Referimo-nos aqui aos processos de *follow up*. Pulitzer optimizou no *The Saint-Loius Dispatch* em primeiro lugar e depois no *The World* este procedimento através da máxima «continuidade, continuidade, continuidade». Para esta figura da história do jornalismo, o acompanhamento de uma história teria de ser feito até que ela terminasse efectivamente. Assim, o jornal criava um fenómeno de consonância com os leitores que compravam o jornal obedecendo à expectativa de que veriam a notícia

tratada. Para além das reportagens que faziam a actualização dos acontecimentos, estes período viu igualmente surgir um novo estilo, a crónica negra, que através de uma visão pessoal do redactor, imprimia ênfase aos aspectos que entendia destacar, resvalando muitas vezes para o sensacionalismo. Neste campo, caberia a William Randolph Hearst a primazia da exploração do apelo à emotividade gratuita, principal trunfo do *yellow journalism*.

Mas a atractividade fazia-se também pela diversidade, criando-se especializações informativas que se direccionavam a grupos específicos de leitores, como a informação desportiva, os temas dedicados ao público feminino ou matérias mais direccionadas para o lazer. Estas fórmulas de conquista de audiências permitiram que os grandes jornais atingissem níveis de tiragens muito elevados, o que propiciava o investimento dos anunciantes que viam neles um meio privilegiado de propagandear os seus produtos. Como se viu, os diários portuenses, ainda que mais tardiamente, acabaram por aderir a este modelo empresarial de imprensa, pela adopção gradual da reportagem e dos *fait-divers*, em detrimento da pedagogia política.

A história do jornalismo viu assim afirmar uma nova concepção de produção de notícias, onde a configuração dos conteúdos tem de obedecer a uma lógica empresarial que se alicerça nas vendas e nos anunciantes. Actualmente os jornais devem ser entendidos como uma tripla vertente em que as várias partes se interligam: a estrutura organizativa que produz as notícias, a componente económica que a suporta e o público que a consome. Esta configuração tem uma influência decisiva na forma como os conteúdos são elaborados e autores como Sigal(1999) e Ganz (1999) defendem que o processo informativo pode ser afectado negativamente pelas condicionantes impostas pelos critérios económicos. Significa isto que os jornais ao serem elaborados têm de ter esta dupla preocupação: a valorização da componente informativa a que se deve aliar o sucesso em termos de público: “For most organizations the primary goal is economic, to make a profit. Other goals are built into this overarching objective, such as to produce a quality product, serve the public and achieve professional recognition” (SHOEMAKER; REESE, 1996:145). Os jornais pertencentes a empresas privadas pautam-se por esses

objectivos: “Commercial newspapers or *media* are produced to make money for the owners (for example *The New York Times*) and provide not only all the news that fit to be print, but news that readers want” (LACY; RIFFE, 2003:257). Em última análise, a lógica das vendas poderia subverter o primeiro aspecto e reduzir a uma vertente sensacionalista a matéria noticiável. Ou poder-se-ia produzir o efeito contrário: o *ethos* jornalístico ganharia tal predominância que a comunicação produzida não tivesse acolhimento no público. Nenhuma destas hipóteses constituiu a estratégia adoptada genericamente pelos meios de comunicação.

Uma vez mais, a história dos jornais explica que foi possível encontrar um equilíbrio entre estes dois elementos, sendo que este se estabeleceu pela diversidade estilística. Isto é, nem todos os jornais se alinharam pelas lógicas do sensacionalismo ou da sobriedade, mas o público passou a poder escolher entre modelos informativos de referência e outros de feição mais popular. Esta oferta foi possível graças à variedade dos projectos que se foi afirmando, normalmente obedecendo às concepções dos seus criadores que imprimiram a sua perspectiva pessoal aos títulos que fundavam. Já foram aqui referidos os expoentes do jornalismo sensacionalista americano, mas o reverso da medalha também se traduziu na criação de grandes jornais de referência como *The New York Times* ou *The Washington Post*. Estes exemplos, mas também outros de outros países inserem-se num percurso informativo coerente com a sua linha editorial, muito graças ao facto de terem permanecido nas mãos de famílias que garantiram essa continuidade. Isto é, a criação de um projecto noticioso, obedecendo a um determinado estilo e dirigido a uma franja de público preferencial, ainda que mais reduzida e fiel, assegurou que estes jornais tivessem uma duração transecular. Não significa isto que não tenham sofrido mudanças: elas existiram e permitiram uma adaptação aos novos desafios, mas sem perder a essência da sua identidade. Com os jornais portugueses – salvaguardando todas as grandes diferenças - verificou-se uma evolução idêntica. Os projectos fragmentaram-se quando as famílias tradicionais que os suportavam deixaram de o fazer e verificaram-se rupturas que levaram ou ao seu desaparecimento ou à evolução para um outro modelo noticioso.

As preferências do público que consome jornais alteraram-se muito ao longo dos tempos, até pelo efeito da concorrência dos demais *media*. Mas, e tendo em consideração todos os esforços de adaptação levados a cabo pela imprensa, houve alguns factores de permanência que se continuaram a constituir como elementos de fidelização das audiências. Em termos de estabelecimento dos hábitos de consumo, o modelo criado foi fundamental: os diários generalistas. Os jornais portuenses inserem-se, como já foi apontado, dentro desta categoria e, salvaguardadas as distâncias em relação aos países em que o fenómeno se traduziu na consolidação de grandes projectos informativos, dimensionam-se no mesmo nível de grandeza que os demais jornais nacionais. Ao apontar esta matriz inicial, há que levar em linha de conta algumas definições que não são muito fáceis de precisar. A mais simples de todas elas é a periodicidade. É sabido da história do jornalismo que este elemento temporal é definidor em vários aspectos. É a publicação constante mediante um dado intervalo temporal, que determina que as folhas volantes que circulavam de forma aleatória passem a ter uma saída padronizada. A publicação da *Gazette de France*, em 1631, corresponde ao marco histórico do início da imprensa periódica por oposição à característica da Imprevisibilidade. A partir desse momento inicia-se uma nova relação entre estes primeiros jornais e o público, na medida em que se estabelece por parte deste uma expectativa que sabe que será cumprida.

Por seu lado, os responsáveis por estas folhas foram os primeiros a condicionar a sua acção comunicacional em função do factor tempo. Assim a periodicidade é um dos elementos estruturantes da actividade informativa e desenvolve-se à medida que as tecnologias avançam e permitem que outro conceito grato ao jornalismo se afirme – a actualidade. A inclusão deste elemento definidor no processo jornalístico tornou-se fundamental para as práticas profissionais, na medida em que o cumprimento da hora de fecho, particularmente com os diários, obrigou à adopção de uma série de procedimentos padronizados. Estes permitiram uma maior economia de meios no trabalho desenvolvido, mas, e fundamentalmente, garantiram que toda a informação a ser publicada ficasse pronta atempadamente para o processo de impressão.

Estas rotinas profissionais tornaram-se assim outro dos factores definidores da *praxis* informativa que está directamente relacionado com o factor tempo. É este elemento omnipresente que leva a que para Schlesinger ele exerça uma tirania na actividade do jornalista: “O curso segue um regular ciclo diário, cuja cadência é pautada pelas *deadlines*. Estas e os inexoráveis ponteiros do cronómetro são dois dos mais importantes símbolos da cultura profissional do jornalista” (SCHLESINGER, 1999:179). Ora o cumprimento do limite da edição condiciona o exercício profissional, mas também determina o vínculo que se estabelece com o público. Os jornais diários tiveram aqui um papel fundamental no estabelecimento desse hábito quotidiano, ao inculcarem nos leitores a ideia que na última edição estavam presentes os factos mais actuais.

Para além da característica definida pela periodicidade, os jornais generalistas definem-se ainda pelos conteúdos e pelos públicos a quem são direccionados. Esta relação é complexa, uma vez que a audiência de um jornal generalista não é fácil de definir, já que é ser composta por indivíduos de várias proveniências sociais, económicas e culturais. Para além disso, sobretudo em Portugal, não há uma tradição do estudo de audiências, que começou a dar os primeiros passos com o aparecimento das televisões privadas. Quanto aos jornais essa dificuldade é acrescida e basta lembrar as dificuldades de aceitação da entidade controladora das tiragens. Ainda que ele tenha acabado por se instituir como o organismo que centraliza esta informação, os dados de que dispõe limitam-se ao volume de impressões, aos exemplares vendidos e às sobras. Não há estudos sistemáticos sobre o perfil dos leitores e as suas preferências em termos de conteúdos ou de hábitos de consumo, sequer. Portanto, as indicações pelas quais os jornais se regem têm sobretudo a ver com as vendas e o raio geográfico que conseguem abranger.

Face a esta falta de validação, para poder atrair a atenção de um público tão diversificado, uma edição diária tem de ter os mecanismos que lhe garantam esse desiderato. Os autores defendem que para que esta interacção se verifique e os *media* consigam promover os seus temas noticiosos, o processo de *newsmaking* obedece a dois critérios fundamentais: a actualidade e o interesse público. O primeiro aspecto decorre da noção que

desde há mais de um século foi inculcada nos consumidores de notícias, de que a imprensa e *a posteriori* os outros meios de informação fornecem sempre a versão mais recente dos acontecimentos que entenderam publicar/editar. É igualmente um dos valores altamente interiorizados pela classe jornalística.

O conceito de interesse público não é tão fácil de precisar. Ele passa pela noção dos temas que os profissionais entendem que suscitam a atenção do público – valores-notícia –, mas não se limita a este campo. Alicerça-se na noção igualmente de raiz histórica de serviço público, no sentido pedagógico que ela envolve. Isto é, desde a emergência do jornalismo ideológico que a imprensa foi vista como um dos meios de vigilância da sociedade civil sobre as instituições. Mas uma vez perdidas as cores do engajamento político, os jornais passaram a dar primazia ao enquadramento noticioso, onde o facto passou a imperar. A reportagem diária do conjunto dos acontecimentos que constituem o quotidiano não significou contudo o desaparecimento do temário político nas notícias, pelo contrário. Este figurino foi redefinido de acordo com uma nova lógica de complementaridade.

Mantém-se a vertente informativa de base factual, mas ela complementa-se pela inclusão da crónica e do editorial onde jornalistas ou *opinion makers* procedem a leituras sobre a actualidade político institucional. Este novo formato adoptado pelos jornais terá também a sua razão de ser, segundo Ricardo Jorge Pinto, (1997) na alteração da forma do discurso político, estruturado agora a partir de *soundbites* que resultam da sua adaptação aos meios audiovisuais. Qualquer que seja o estilo escolhido, uma das preocupações que subjaz a este tipo de conteúdos é o do equilíbrio, quer em termos de espaço dedicado à reportagem, quer pela inclusão da diversidade de pontos de vista dos comentadores.

Apesar de aqui se ter apenas procurado apresentar uma visão diacrónica da estruturação do espaço noticioso, abordaram-se aqui alguns conceitos que são entendidos por diferentes correntes de pensamento como capitais para o entendimento do processo noticioso. Para além das diferentes interpretações relativas ao critério da parcialidade (Hackett, 1993) importa ainda precisar alguns aspectos inerentes ao conceito serviço público. Largamente utilizada como eixo de um modelo televisivo, reportando-se ao

sector estatal, esta concepção radica também num modelo interpretativo – o conceito de esfera pública enunciado por Habermas – específico e que tem como resultado uma visão utópica da função e objectivo dos *media*. Esta escola de pensamento idealiza uma noção de serviço público imputada aos *media*, na medida em que os projecta como responsáveis pelos novos espaços de debate e, em concomitância, pelas novas dinâmicas de criação dos fenómenos de opinião pública.

Tal concepção será pelo menos parcialmente atingida pela forma como se estruturam actualmente os noticiários, embora esse campo não seja exclusivo do sector estatal de comunicação. Não tendo atingido esta função pedagógica ideal, os meios de informação são o principal recurso para que estas temáticas cheguem ao domínio público: “Apesar das suas numerosas contradições e das exclusões que maculam a sua realidade histórica, pretende-se que o espaço público surja como um espaço de pluralidade que assegura a reflexão sobre os domínios que parecem impensados da nossa realidade social” (CORREIA, 2004:115).

Justamente pela importância de que se reveste em termos de formação da cidadania, mas também pelo interesse que suscita junto das audiências, o noticiário político manteve-se como uma prioridade no conjunto global da informação. E não apenas porque as fontes organizadas promovem com eficiência os actos que pretendem ver tratados pelos *media*. Esta inclusão preferencial decorre das próprias dinâmicas dos meios de comunicação, que justamente pela sua dimensão histórica procuraram criar um elo de fiabilidade com o seu público ao assumirem-se como *watchdogs* do exercício político, decorrendo daí a concepção de 4º poder. A função noticiosa ficou assim inevitavelmente ligada ao processo de construção dos regimes democráticos e à ideia de uma boa cidadania. Ficou ainda presente na expectativa gerada no público de que cabe aos meios de informação o papel de denúncia das instituições incumpridoras.

A nova organização da difusão das notícias levou ao reequacionar os modelos de prioridade da sua apresentação e títulos que anteriormente não seriam chamados às primeiras páginas, como crimes ou desporto, passaram a ser destaques. Esta subordinação dos temas sérios como a política ou o

internacional obedeceu a critérios empresariais, porque as organizações jornalísticas, sobretudo depois do grande impulso das televisões, perceberam que a conquista das audiências se fazia por este caminho. Significa isto que para além da função social da informação, os noticiários passaram a incluir outro tipo de temáticas. Esta tendência passa pela difusão de estórias que não são necessariamente de actualidade, mas que vão de encontro às vivências dos públicos. Aqui podem ser referenciados vários enfoques que constituem um pólo de atracção para as pessoas, como a saúde, o ensino, alguns aspectos económicos, etc.. A abordagem deste tipo assuntos pode reflectir fenómenos de identificação, o que se traduz no aumento da atenção das audiências.

Para além destas peças, a oferta em termos de atractividade implica também o espaço consagrado a temas culturais e ao lazer: uma das componentes da comunicação social é inegavelmente lúdica e decorre da inclusão de passatempos, dos *cartoons* ou de elementos de humor que se constituíram como factores de fidelização e que continuam a ser alvo das preferências dos leitores. O consumo da informação passa assim por estas múltiplas vertentes em que a diversidade se prefigura como um meio de conquista de um público tão abrangente quanto possível.

Apesar do leque oferecido pelos meios de comunicação, a definição dos diários generalistas enquanto formato obedece ainda a mais algumas precisões. Ela pode ser ainda considerada por oposição a outras duas concepções: a imprensa regional e o jornalismo especializado. São duas áreas que se estabelecem através de uma concorrência sistemática aos títulos de circulação nacional e que contribuíram para o desaparecimento de muitas publicações. O jornalismo especializado, que partiu de uma partição organizativa das redacções, deu lugar a um mercado extraordinariamente rico e diversificado com públicos-alvo muito específicos. Quanto aos jornais regionais eles representam também uma grande multiplicidade de oferta.

Em países de grande dimensão, ao contrário de Portugal, a imprensa regional teve um significado preponderante em termos de identidade sociocultural, na medida em que se constituiu como elemento aglutinador das comunidades. Ela afirmou-se por antinomia aos jornais de circulação nacional e ganhou primazia nas preferências do público, constituindo-se por vezes

como exemplo de grandes títulos. Este é o caso, e mais uma vez, da imprensa americana, onde este tipo de publicações é prevalecente. Os Estados Unidos, pelas suas características políticas e territoriais, permitiram a afirmação de diários de grande dimensão e difusão de âmbito regional, como o *Chicago Tribune* ou o *LA Times*. Pela força de que se reveste este fenómeno, os casos de circulação nacional são escassos, mas ainda assim pontificam aqui dois dos maiores exemplos de jornalismo de referência, os já citados *The New York Times* e *The Washington Post*, de tradição centenária. Na história americana os jornais locais tiveram um papel determinante na construção da nova nação. À medida que se sucedia a expansão para oeste, as novas cidades viam nascer vários títulos que se constituíam como elementos de agregação social e cultural, pelas suas temáticas e por contribuírem na criação de fenómenos identitários. Essa característica manteve-se, agora obedecendo a outras lógicas informativas e com novas batalhas em termos de conquista de público.

Mas a informação regional e local tem também tradição na Europa, como em Inglaterra, mas também noutros países como França e Espanha, onde este tipo de publicações tem lugar de destaque. Estas realidades muito diferentes da nacional – onde este tipo de imprensa sofre de uma série de debilidades endémicas –, permitiram uma articulação entre uma dada concepção de jornalismo e um público-alvo que se delimita geograficamente. Criaram-se processos de identificação em que os conteúdos noticiosos dão uma quase total preferência aos temas e às fontes locais e onde a comunidade se informa e se revê.

Estas breves precisões conceptuais permitem inserir os jornais portugueses dentro do figurino delineado, apesar das diferenças de dimensão do país. Quer pelo seu percurso histórico, quer pelo modelo empresarial em que se inseriram, os matutinos alvo deste estudo obedecem aos parâmetros enunciados de jornais de circulação nacional. Salvo situações de excepção verificadas relativas aos aspectos da excessiva politização e gestão estatal, verifica-se que os estes diários correspondem a um modelo empresarial, particularmente a partir de inícios do século XX e as suas estratégias passaram a orientar-se nesse sentido. Assim afirmou-se a vertente noticiosa de âmbito nacional, que tinha como objectivo a expansão da difusão e a angariação de

anunciantes. Mesmo durante o período da censura esta foi a lógica que norteou a sua prática. Portanto a conquista de públicos até tempos mais recentes passou também pela inclusão das temáticas que os responsáveis editoriais entendiam que melhor serviam esse objectivo.

Significa isto que apesar de na escolha das notícias, particularmente nas primeiras páginas, se destacaram temas como a política ou o internacional, é também possível criarem-se manchetes com informação local, porque ela permite os referidos processos de identificação. Obviamente, que outra das matérias que contribui em grande escala para chamar a atenção dos leitores é o desporto, com relevância para o futebol. Também aqui as chamadas à primeira página contribuem para um bom *marketing*, até pela posição a nível nacional que ocupa o principal clube da cidade. Mas e apesar de ser possível constatar uma certa identidade nos percursos históricos e nas estratégias adoptadas, há ainda a considerar de que forma se articulam os aspectos organizacionais com estes objectivos e de que maneira a dimensão e a geografia os podem contrariar.

6.1.2 – O processo noticioso

Nos jornais, todos os dias as chefias definem quais temas que na edição seguinte vão constituir a sua «montra» de forma a melhor cativar o público. Nesse sentido o processo noticioso assemelha-se a outros sistemas de produção na medida em que consiste em recolher material em bruto, transformá-lo num produto elaborado que por último se faz chegar a um segmento e mercado (GOLDING; ELLIOT, 1999). A diferenciação desta área de actividade produz-se, contudo, a nível da natureza da matéria-prima e também na forma como é seleccionada. A definição de uma dada notícia como principal na edição diária implica o estabelecimento de uma grelha de valores e obedece a uma série de procedimentos padronizados a que os

autores convencionaram chamar as rotinas jornalísticas. Elas são inerentes às tarefas desenvolvidas pelos profissionais, mas estão também subjacentes à forma como se organiza a redacção. Isto implica que estas práticas sejam aplicadas em termos da actividade individual do profissional, mas também na estrutura organizacional em que esta se insere, nomeadamente pela planificação da cobertura dos acontecimentos noticiáveis.

Da natureza do facto jornalístico ressalta um aspecto fundamental: a sua imprevisibilidade. São os acontecimentos que traduzem rupturas que são os mais susceptíveis de serem noticiados: os grandes cataclismos naturais, os acidentes aparatosos ou o ataque às Torres Gémeas traduzem bem este critério. Mas os noticiários estão repletos de reportagens que não se enquadram dentro desta perspectiva. Isto deve-se ao facto de as redacções não poderem contar apenas com este género de eventos para poderem preencher os seus espaços de edição/publicação. Significa isto que não pode haver uma dependência absoluta desta aleatoriedade, da mesma maneira que a detecção dos acontecimentos não se verifica por um especial dom dos jornalistas em os descobrir. Apesar da componente caos que constitui uma parte importante da actualidade, as organizações que produzem notícias impõem-lhe uma dada ordem, que reside na forma como estruturam o seu trabalho¹⁰⁷. É esta que leva a que os blocos informativos sejam compostos por outro tipo de temas a que por alguma razão foi entendido dar relevância.

As redacções desenvolveram então uma estrutura de trabalho que garante a cobertura da actualidade tendo aqui um papel determinante os agendamentos que correspondem à resposta organizacional, face à incerteza dos fluxos noticiosos. A agenda é uma das formas dos chefes de redacção e editores poderem preparar com antecipação os aspectos que querem ver tratados pelos jornalistas e que permitem uma dupla funcionalidade: a obtenção de um número suficiente de reportagens para complementar a edição diária, mas também corresponder à solicitação feita pelas fontes organizadas de informação. Cabe aqui a menção de mais uma das rotinas jornalísticas estabelecidas: dado que os profissionais não têm uma especial

¹⁰⁷ Cf. TUCHMAN, 1980

capacidade de prever os acontecimentos¹⁰⁸, muito do seu trabalho reside na rede de fontes que lhe fornece informação sistemática ou não. Daí que parte dos procedimentos padronizados tenham como base a recolha de dados fornecidos por entidades susceptíveis de «dar notícia» como a polícia, os tribunais, os bombeiros ou a câmara municipal, prática esta que também foi adquirida desde os primórdios da imprensa industrial: “Increased competition for advertising revenues attained by building circulation led the news media to develop centralized sources of information much like umbilical cords connecting the newsroom to its sources of sustenance.” (TUCHMAN, 1980:19)

Mas a dependência da informação externa alterou-se ao longo dos tempos e a relevância adquirida pelos meios de informação, particularmente desde o grande desenvolvimento da televisão, levaram a que actualmente as redacções sejam inundadas por um fluxo contínuo de informação. Daí que, e ainda dentro da lógica de planificação da agenda, outra das práticas rotineiras consista em dar resposta aos *press release* ou outro tipo de comunicados ou contactos produzidos pelas máquinas comunicacionais das instituições ou entidades oficiais que procuram atrair a atenção dos jornalistas para os eventos que organizam. É nesse sentido que as conferências de imprensa e vários actos públicos entendidos como relevantes atraem exércitos de repórteres que assim dão cumprimento aos serviços marcados com antecedência, ao mesmo tempo que as assessorias de imprensa atingem os seus propósitos ao fazer passar a sua mensagem nos meios de comunicação social.

Tendo por adquirido a existência de uma estrutura organizacional, importa ainda atentar noutro dos aspectos aqui referidos e que é igualmente primordial no desenvolvimento da actividade informativa: reportamo-nos aqui ao facto jornalístico. Na actualidade noticiosa não são incluídos todos os eventos mais recentes. Ela constitui-se com base numa determinada percepção da realidade e pressupõe uma dada estruturação que tem à partida um elemento condicionador e que é o espaço finito de publicação/edição. Daí que o noticiário inclua um número limitado de temas e exclua muitos outros. Verifica-se assim uma dicotomia entre a natureza original da notícia (o evento

¹⁰⁸ Cf. LIPPMANN, 1999

isolado) e a sua inserção numa estrutura delimitada, o noticiário: “A fragmentação dos conteúdos e da imagem e da realidade social situa-se, exactamente, entre esses dois movimentos: por um lado, a extracção dos acontecimentos do seu contexto; por outro, a reinserção dos acontecimentos noticiáveis no contexto constituído pela «confecção», pelo formato do produto informativo” (WOLF, 2006:244).

Ora, a definição dos formatos de publicação também implica processos de escolha e decisão, além de pressupor uma maior valorização de determinados acontecimentos em detrimento de outros. A notícia principal situa-se num lugar central, com um tipo maior, da mesma maneira que ocupa um maior espaço de publicação e por vezes implica também a inserção de uma imagem. Todas estas características significam que lhe foi conferida uma importância cimeira no conjunto dos demais temas tratados. Isto leva a que a gramática do espaço do jornal corresponda uma hierarquia informativa e que a esta se agreguem outros elementos organizativos que implicam uma valorização, mas também uma forma de facilitar o acesso à informação de quem lê.

Assim sendo, convém precisar então quais os procedimentos que levam a que um dado acontecimento seja entendido como noticiável e se distinga ao ponto de ser seleccionado de entre os demais e que lugar ocupa na hierarquia dos factos escolhidos pela estrutura informativa. Tal aferição passa pela definição de se uma dada ocorrência é ou não notícia – o que comporta em si mesma uma definição conceptual; num segundo processo valorativo atribui-se um lugar dessa dada notícia no *ranking* das peças publicadas – o processo de alinhamento/hierarquização da informação. A publicação de um dado facto pressupõe que ele foi seleccionado de um conjunto de outros porque se insere numa tabela que é definida pelos valores-notícia (*newsvalues*). Este crivo é partilhado pela comunidade jornalística e a sua aplicação constitui parte dos comportamentos padronizados da classe.

A selecção que os jornalistas fazem diariamente sobre os factos que constituem a actualidade obedece a um processo definido por *gatekeeping*. Os profissionais assumem um papel de escolha ou exclusão que determina se um dado tema é noticiável e se chegará ao conhecimento do público. Isto

porque um dos principais problemas com que se deparam as redacções, hoje em dia, é o facto de terem uma agenda excessivamente preenchida, o que se traduz no facto de haver uma multiplicidade de fontes que procuram fazer chegar a sua informação ao público. Em consequência, a este aumento do volume de temas a tratar acresce-se também uma maior diversidade temática e de origem diversa. Isto pressupõe um novo desafio para os jornalistas, uma vez que são obrigados a deixar de cobrir muitos acontecimentos e mesmo aqueles que são tratados em reportagens não são necessariamente publicados.

Trata-se então de entender qual a linha de actuação que subjaz a todo este processo. As lógicas do agendamento estão estudadas segundo diferentes abordagens metodológicas e enquadramentos teóricos de grande complexidade. Aqui pretende-se tão-somente apontar as incidências ligadas a uma *praxis* profissional. É nesse sentido se defende que os critérios de noticiabilidade são partilhados pela comunidade jornalística, o que leva a que os conteúdos noticiosos dos diversos jornais e demais *media* sejam tão semelhantes. Apesar disso, e como é óbvio, os órgãos de informação apresentam conteúdos diferentes. Estes são obtidos e trabalhados a partir da cobertura de acontecimentos próprios, que são desenvolvidos a partir de critérios de uma agenda específica que lhes confere o traço de identidade. Quanto às demais notícias, particularmente as de actualidade e provenientes de fontes com uma comunicação institucionalizada, elas tendem a gerar agendamentos idênticos, justamente porque os jornalistas cobrem os mesmos factos que colectivamente são entendidos como valor-notícia.

Logo, há muitos acontecimentos que devido a uma escala de valores deixam de ser notícia, enquanto que outros pelo mesmo critério são publicados. Segundo Adriano Duarte Rodrigues (1999:29-38), esta selecção decorre da própria natureza do facto, na medida em que ele se distingue por alguma razão do *continuum* da normalidade: “O acontecimento jornalístico é por conseguinte, um acontecimento de natureza especial, distinguindo-se do número indeterminado dos acontecimentos possíveis em função de uma classificação ou de uma ordem ditada pela lei das probabilidades, sendo inversamente proporcional à probabilidade da ocorrência.” Da mesma forma há notícias que constituem a primeira página enquanto que outras são

remetidas para o interior do jornal e só têm um pequeno desenvolvimento. Por outro lado há acontecimentos que pressupõem um acompanhamento diário do jornalista, enquanto que outros nascem e morrem no mesmo dia. Todos estes procedimentos têm como ponto de partida esses critérios de selecção e de hierarquização. Genericamente, todos os autores aceitam a ideia que dois dos elementos do valor-notícia são a actualidade e o interesse público. A partir daqui, as abordagens tornam-se mais complexas.

De acordo com Brooks, Kennedy, Moen, Ranly, (1988) são seis os principais critérios de noticiabilidade e estes estabelecem-se a partir da ideia que os jornalistas têm em relação ao que suscita a curiosidade das audiências:

a) O impacto da notícia – Importa saber que uma dada notícia atinge o maior número de pessoas possível e de que forma as afecta. Este nível é muitas vezes dado pelos inquéritos feitos pelos centros de sondagem, que de alguma forma reflectem se um dado tema veiculado pela comunicação social preocupa as pessoas, até que ponto, se é directo e durante quanto tempo. Normalmente são temas como a criminalidade violenta ou as grandes catástrofes naturais que permitem cativar a atenção do público.

b) A Proximidade – Os jornais têm tendência a incluir e valorizar notícias que ocorrem ou afectam a comunidade onde se inserem. Mas os *media* têm também a capacidade de tornar próximos acontecimentos que à partida são remotos, pela sua passagem pelo crivo dos significados comuns. O valor de proximidade na inclusão de uma notícia pode não querer dizer que ela é mais importante que outra. Obedece-se ao critério da identidade da audiência. Isto significa que entre duas notícias de igual valor, sendo uma de proveniência local e outra remota, a opção dos jornalistas ou dos editores é sempre pela primeira. Mesmo quando não se verifica este valor e a escolha passa pela inclusão de um dado acontecimento de origem distante, o recurso de quem constrói a estória pode passar por encontrar um elo de conexão local.

c) A Actualidade – É evidente que este é um critério muito caro à classe jornalística. O ideal é que o período entre a recolha da notícia e a sua divulgação seja o mais rápido possível. Qualquer meio de comunicação social leva a cabo uma luta constante para ser o primeiro a sair com uma

informação. No caso dos jornais diários esta possibilidade é muito constrangida pelos meios audiovisuais e pela internet, que conferem ao conceito um outro que é traduzido pelo imediatismo e pela tirania dos directos. Contudo, a comunicação impressa consegue ganhar esta corrida em temas que não fazem parte da agenda comum dos diferentes *media*. Através de outras vias – o acesso a fontes próprias – são as versões em papel que muitas vezes dão a «cacha» do dia e marcam a agenda dos outros órgãos de informação. Por outro lado, dada a concorrência dos demais meios, na imprensa escrita tornou-se mais importante o ‘porquê’ e o ‘como’ do que o ‘quando’, o que leva a que em dadas matérias o mais importante seja a forma como a notícia é trabalhada, mais pormenorizadamente, mais consistentemente, de maneira a colmatar os efeitos da superficialidade do imediatismo televisivo.

d) A Proeminência – Este critério está directamente ligado a um dos trunfos da história da imprensa popular. Desde finais do século XIX no nos jornais americanos e ingleses se chamou à primeira temas que despertassem de imediato a curiosidade do público. Para além da criminalidade os efeitos de emotividade criaram-se também pelas notícias de personalidades públicas, coma a realza ou as pessoas do mundo do espectáculo. A inclusão deste valor tem obviamente de obedecer a cânones próprios de ética e moderação, sob pena de devido ao seu uso indiscriminado, se resvalar para modelos sensacionalistas.

e) O Conflito – Como já foi apontado no capítulo anterior, a maioria das notícias referem-se a conflitos. A definição de facto noticioso remete-nos para a ideia de uma ruptura com a continuidade, com o normal, o que implica que sejam as situações que melhor patenteiam essa fractura que sejam mais passíveis de ser seleccionadas. Os noticiários estão assim repletos de relatos que se referem a situações em que duas partes estão em oposição: desde as situações de violência criminal, passando pelo desporto, as guerras internacionais ou as lutas políticas internas, todas estas ocorrências se podem incluir dentro desta categoria. Este é um dos critérios de noticiabilidade mais problemáticos na medida em que é aqui que se podem produzir tratamentos diferenciados.

f) A Novidade – Trata-se aqui de noticiar factos insólitos que ganham notoriedade pela originalidade e também pela dimensão que podem atingir. É a estória do homem que mordeu o cão, sendo que também aqui tem de imperar o bom senso, para que os conteúdos não assumam uma feição excessivamente sensacionalista.

Shoemaker e Reese (1996), defendem que estas grelhas de valores têm servido os jornalistas no processo de *gatekeeping* e permitem-lhes prever quais os acontecimentos que atraem o público e a quais este dá importância. A sua tabela aponta os seguintes critérios:

Proeminência/Impacto: que é idêntico ao impacto referido pelos anteriores autores.

Interesse humano: aqui há uma coincidência com o valor proeminência, mas é mais abrangente porque se incluem os dramas das pessoas.

Conflito/Controvérsia: as pessoas interessam-se mais sobre este tipo de factos do que por temas harmoniosos.

Raridade/Pouco comum: que corresponde à novidade vista anteriormente.

Proximidade: pelas mesmas razões anteriormente apontadas.

Outro dos ângulos de análise onde se inserem os valores-notícia é fornecido por Galtung e Ruge (1965), que conferem a este procedimento um enquadramento cultural, na medida em que entendem que os valores partilhados pelos jornalistas e pelos profissionais obedecem a um mesmo figurino pouco variável.

Frequência: tem a ver com a capacidade de cobertura temporal dos acontecimentos; têm mais probabilidade de serem seleccionados se ocorrerem nos períodos de laboração das redacções.

Visibilidade: um facto torna-se notícia se pela dimensão dos seus efeitos, ou seja, o impacto.

Ausência de ambiguidade: para estes autores a linearidade permite uma melhor compreensão pelo público.

Significatividade: quando um dado acontecimento permite uma identificação cultural é mais fácil que seja seleccionado e consumido pelas audiências. Pode também ser entendido como o valor proximidade.

Consonância: os autores defendem que este critério é usado quando há uma expectativa do público que espera ver um tratado tema com o qual se identifica.

Imprevisibilidade: o que é mais estranho, a questão da novidade.

Continuidade: quando uma determinada notícia implica um acompanhamento continuado, como uma campanha eleitoral ou um processo judicial complexo o que público espera que seja tratado.

Composição: tem a ver com o estilo próprio de cada noticiário, que faz com que dadas notícias sejam publicadas e outras não.

Valores sócio-culturais: são entendidos como acontecimentos relativos às instituições ou personalidades conhecidas, isto é, o critério de proeminência.

Herbert J. Gans (2004) apresenta outra das concepções em relação à valorização dos acontecimentos e que assenta fundamentalmente na percepção que o autor tem da actividade noticiosa. Assim, ele defende uma abordagem onde impera a ideia de uma ideologia profissional e é de acordo com esta que determinados assuntos são excluídos em função da defesa do princípio da objectividade. Este imperativo profissional constitui também a sua defesa face a eventuais acusações de parcialidade. Para além de centrar a justificação destes procedimentos no *ethos* da classe, o autor aponta ainda um outro tipo de justificação para os processos de selecção positiva: parte da ideia de que a selecção se faz através de valores que perduram e que existem de forma inconsciente e que mais não são do que os anteriormente apontados. Estas grelhas de valores aqui apresentadas, apesar de corresponderem a autores diferentes, de épocas mais recentes ou mais remotas partilham, como se vê, um conjunto de valores tradicionais. São estes que na prática diária e de uma forma automática permitem uma economia de tempo no trabalho dos jornalistas. Por um lado os profissionais desenvolveram uma forma de avaliar a realidade e por outro, criaram no público essa mesma percepção, o que leva a que as notícias correspondam também a esta interacção cultural.

Mas esta categorização obedece ainda a outro tipo de dinâmicas que mais uma vez têm uma base empírica, mas que neste caso se prendem com a superestrutura que domina toda a actividade informativa: o tempo. Uma vez

seleccionado um dado acontecimento entendido como noticiável, a sua natureza pode ainda ser definida em função da periodicidade, que marca o compasso de duração de uma determinada notícia. Justamente pela sua vertente factual, isolada, a sua existência é finita e delimitada pelos períodos de publicação/edição. O princípio do imediatismo serve assim de bitola numa outra avaliação das notícias e determina uma hierarquia. Schlesinger e Tuchman (1980) apontam então uma oposição entre notícias que são reconhecidas como tal pela sua evidência e simplicidade (*hard news*) e outras que representam histórias de interesse humano (*soft news*). No primeiro caso incluem-se factos como a interpelação do governo, um cataclismo ou um crime. Nas *soft news* cabem as chamadas intemporais, quando se conta a passagem do argentino que percorre o mundo a cavalo ou o artesão de Espinho que constrói violinos únicos. Para além desta distinção, as *hard news* podem ainda ser subdivididas em notícias de última hora que implicam um acompanhamento porque não há muita informação (*developing news*) – como o início de um incêndio – e outras que são acontecimentos extemporâneos que implicam uma cobertura imediata e a sua divulgação (*spot news*), normalmente relacionadas com acidentes naturais. Para além destas subcategorias os autores identificaram ainda outro tipo de tratamento noticioso que perdura no tempo (*during news*) e que implica um tratamento continuado e que na gíria se chama o *follow-up* e em que há numerosos exemplos que vão desde o orçamento do governo até ao afundamento do Prestige.

A classificação aqui apresentada serve de pano de fundo a qualquer organização jornalística de um país democrático. Contudo, se a partilha de critérios fosse absoluta não haveria razão para a existência dos diferentes títulos. O que é constatável é que cada diário apresenta uma primeira página diferente em que destaca uma determinada notícia, embora, muitos dos temas tratados sejam comuns aos vários jornais e demais noticiários. Esta distinção faz-se pela valoração daquele facto que os chefes de redacção e editores entenderam dar destaque. Às primeiras páginas só se fazem chamadas de determinadas notícias e, mais uma vez, excluem-se outras, num processo de valoração que implica uma hierarquia.

Nos noticiários televisivos este procedimento é definido como alinhamento e é este que dita qual a peça de abertura o que no fundo corresponde à mesma funcionalidade da capa do jornal. Esta estruturação depende igualmente de vários factores. Desde logo da natureza da notícia que constitui a manchete: se ela é ou não um exclusivo. Se o jornal faz «catcha», então a escolha é óbvia, pelo impacto que causa e pelo efeito de arrastamento que provoca. Os demais órgãos de comunicação seguem-na e tratam-na em segunda mão e pode inclusivamente implicar reacções a nível das instituições. A escolha pode depender também da própria dinâmica da actualidade: em dias de poucos acontecimentos, em que “não há notícias” podem-se valorizar aspectos que em rotinas normais perderiam importância: trata-se de uma situação comum nos períodos de férias, onde quer as fontes mais utilizadas, quer mesmo o público se tornam voláteis. Para além destes aspectos, a configuração da primeira página depende do estilo adoptado. Um jornal mais popular dificilmente coloca uma notícia de internacional como destaque, a não ser algo de grande relevância como o Katrina ou o Tsunami, e tende a seguir os outros critérios como a proximidade ou o impacto. Um jornal de referência escolhe temas como política, internacional ou economia porque sabe que interessam ao seu público-alvo.

Além das lógicas decorrentes dos factos noticiosos e da sua hierarquização, o jornal obedece também a uma organização editorial que se alicerça em subdivisões temáticas – editoriais ou secções – que conferem uma estrutura à actualidade. Esta compartimentação vai também ao encontro do interesse do público por várias razões. Os leitores têm preferências em relação aos temas tratados: “Although almost readers (92 percent) leaf through the entire newspaper people generally read only about one-fifth of the paper. (...) Content preferences among readers remain remarkably stable. People read the paper according to an established order. Thus although some sections of the newspaper maybe of interest to a relatively small number of people, those readers maintain a fierce loyalty to that section” (SILVERBLATT, 2008:231). São justamente a estas rotinas de cada um dos leitores que as secções procuram responder, no sentido em que lhes facilitam o acesso imediato aos temas da sua preferência. Como afirmava Freitas Cruz, a divisão

do *Jornal de Notícias* nas editorias permitiu ao público aceder ao jornal como alguém que anda com familiaridade numa casa às escuras.

A organização das editorias ou secções é contudo mais do que um elemento de fidelização de públicos. Ela corresponde igualmente a uma divisão de tarefas, na medida em que, de acordo com sistemas próprios de cada órgão de informação, a cobertura das temáticas corresponde também a uma compartimentação. Apesar de esta ser a lógica genérica que subjaz a muitas das rotinas quotidianas, ela varia de redacção para redacção. Desde logo, a diferença é determinada pela dimensão de cada uma delas. Se existem muitos jornalistas é possível que esta divisão seja mais demarcada e que isso corresponda a uma especialização de tarefas. Se os recursos humanos são escassos a divisão de tarefas por especialização torna-se absurda, talvez com uma excepção – o desporto.

Tuchman¹⁰⁹ defende também esta ideia de que a especialização está directamente ligada à capacidade que cada meio de comunicação tem de estender a sua rede de repórteres às diversas áreas ou instituições que produzem factos noticiáveis. Este aspecto liga-se, obviamente, ao factor económico, uma vez que a existência de profissionais que vocacionem sua actividade a temas circunscritos, como os debates parlamentares ou o exercício camarário, é vantajoso do ponto de vista de um conhecimento aprofundado destes assuntos e providencia fontes valiosas, mas torna-se insustentável os meios são em menor número.

Para além da dimensão, a sectorialização das temáticas informativas está ainda relacionada com a tradição de cada redacção, o que por sua vez se interliga com o perfil de cada jornal. As grandes editorias são, pois, subordinadas aos aspectos que as chefias valorizam diariamente e o seu peso varia de acordo com os objectivos traçados. Assim, e também a partir de uma história da organização do espaço noticioso, foram surgindo os grandes grupos que permitiram a afirmação destas lógicas de agenda: a Política, o Internacional, Economia e a Cultura, que podem ter um tratamento mais cuidado a nível dos títulos de referência; a Sociedade, o Nacional, o Desporto e os Espectáculos que ganharam uma importância crescente nos noticiários e

¹⁰⁹ Ob. Cit..

que conseguiram também conquistar as primeiras páginas pelas razões anteriormente apontadas. Cada uma destas divisões pode ainda remeter para especializações mais conseguidas, como o crime ou a saúde, por exemplo, havendo uma grande dependência deste enfoque das fontes cultivadas pelos jornalistas. A capacidade de criar estes direccionamentos pode constituir uma mais valia considerável, ao garantir a inclusão de matérias exclusivas e assim aumentar o interesse suscitado nos leitores.

Dos vários aspectos que constituem as rotinas jornalísticas, o estabelecimento de uma rede de fontes que produzem informação é fundamental, como já foi referido. A organização jornalística depende em larga escala de mais este aspecto que se traduz numa economia de recursos para as redacções. Cada profissional tem a sua agenda repleta de contactos de que depende muito do seu trabalho, não só em termos de lhe facultar novos dados, mas também pela possibilidade de validar outros de proveniências diferentes. Para Cardet (1978:32) a definição passa por: “Qualquer entidade que concentre em si o conhecimento de factos susceptíveis de gerarem notícias.” Como existem vários tipos de notícias, logo há também diferentes proveniências de informação. Sem procurar entrar nas várias de categorizações, importa contudo apontar uma divisão fundamental: as fontes organizadas e todas as outras que se caracterizam pela extemporaneidade. Justamente porque o agendamento é um dos eixos fundamentais da planificação deste tipo de actividade, as fontes organizadas revelam-se de extrema importância. Daí que autores como Sigal (1973) ou Gans (1979), entre outros, defendam que a informação circula por canais: ela existe num repositório inicial e circula através de uma espécie de *pipeline* que a transporta desde a sua origem até ao público, mas que se vai estreitando até ao final (WOLF; 2006).

Ora o percurso dos factos jornalísticos não se faz de forma linear, uma vez que tem de passar pelo processo de selecção anteriormente apontado. Ainda que a comunicação das fontes organizadas se tenha elaborado de uma forma extraordinária e que haja uma real dependência das redacções em relação a ela, o *gatekeeping* é, ainda assim, outro dos rituais do percurso, pelo que se estabelece uma relação muito particular entre os dois campos.

Genericamente a atitude do jornalista perante quem lhe fornece material noticioso é de desconfiança, pelo que na grande maioria dos casos, o seu trabalho implica uma confirmação. Este cuidado tem a ver com o facto de cada pessoa passível de se constituir como fonte não apresentar os vários ângulos de uma estória e por outro lado porque na maioria dos casos os profissionais devem ouvir os lados envolvidos. Daí que a relação que se estabelece, particularmente com uma rede de contactos duradoira, seja sempre marcada por algum conflito, na medida em que quem dá a notícia tem muitas vezes uma intenção pessoal ou tenta manipular o repórter de acordo com os seus próprios objectivos. Gans descreve esta disparidade de objectivos como uma dança onde há uma procura mútua, mas em que há também um desencontro: “Journalists see people mainly as potential sources, but sources see themselves as people with a chance to provide information that promotes their interests, to publicize their ideas, or in some cases, just to get their names and faces on the news” (2004:117) Em consequência, todo o processo consiste numa negociação, em que ambos os agentes procuram salvaguardar posições.

Não pode haver por parte do profissional uma hostilização de quem lhe fornece a informação, mas também tem de saber resistir à pressão de que estes agentes são capazes, procurando um equilíbrio nem sempre tangível. Para Yves Agnès e Jean Michel Croissandeau (1979), dois jornalistas do Le Monde, a tónica deve ser posta no facto de haver uma necessidade de assegurar a informação, mas o objectivo último é sempre servir o público, porque é para este que se escreve e não para satisfazer quem gera a notícia. Esta intenção é válida para as entidades oficiais, mas também para o público anónimo. A testemunha de um dado acontecimento dá um relato directo mas nem sempre verdadeiro, porque é parcelar e não porque é desonesto. Portanto, o jornalista deve sempre exhibir essa atitude crítica para fazer um trabalho isento, mas também para se precaver.

Para além destes aspectos que põem em evidência a problemática da subordinação dos critérios noticiosos a condicionamentos organizacionais, a tónica pode ser ainda colocada na vertente deontológica, uma vez que o cultivo das fontes se submete também a imperativos éticos. Uma das

vertentes mais polémicas é sem dúvida a preservação do anonimato e que é muitas vezes equacionada no processo negocial. Mais uma vez cabe ao jornalista usar o seu critério profissional (*news judgement*) para decidir se aceita esta cláusula, dadas as implicações de vária ordem que ela acarreta para si e para o órgão de informação para quem trabalha.

Para além dos aspectos negociais, coloca-se ainda a questão de como dar resposta ao grande afluxo de informação que todos os dias sobrecarrega as redacções. Isto significa que, de facto, há uma multiplicidade de fontes que procuram fazer passar a sua comunicação para o público. Contudo, o acesso aos jornalistas é desigual, uma vez que as instituições que se promovem através de *spin doctors* têm uma maior probabilidade de lhes ser dada atenção e credibilidade. Gans sintetiza esta realidade ao compará-la à sociedade onde nos inserimos: (...) in theory sources can come from anywhere, in practice, their recruitment and their access to journalists reflect the hierarchies of nation and society” (1992:240). Este panorama é genericamente válido e deve-se a vários condicionalismos. Uma vez que no topo deste tipo de fontes se situam as fontes governamentais, é óbvia a disponibilidade dos profissionais para este tipo de informação, porque além de ser fidedigna é suposto ser de interesse público, o que já é mais discutível. Mas depois segue-se uma larga tipologia, que através dos seus gabinetes de comunicação consegue chamar a atenção das agendas noticiosas e, neste caso, podem ser levadas em linha de conta outro tipo de considerações, nomeadamente o facto de facilitarem as rotinas e a produção noticiosa.

A existência de inúmeras estruturas organizadas que procuram que os media repliquem as suas agendas é por si só razão para que os conteúdos noticiosos sejam cada vez mais diversificados, porque estas entidades abrangem desde os grandes temas nacionais, como a economia e a política, até campos mais ligeiros como o desporto e os espectáculos. Contudo, se as notícias que consumimos diariamente tivessem esta proveniência exclusiva nenhum órgão de informação daria «cachas» e subverter-se-ia um dos seus princípios norteadores. As redacções seriam convertidas em meras organizações burocráticas ao serviço de interesses que não os seus. Significa isto que a diversidade se faz também pela inclusão de informação de fontes

de proveniência indeterminada, o que contribui para enriquecer os noticiários e despertar o interesse dos públicos.

Nos diários portuenses as lógicas organizacionais reflectem globalmente o cenário aqui traçado. Embora com cronologias diferentes, e sendo o *Jornal de Notícias* o pioneiro, a divisão por secções acabou por se aplicar a todos eles. A especialização temática serviu a orientação editorial de cada um deles e a prevalência das editoriais nas primeiras páginas reflecte o estilo adoptado. Se *O Comércio do Porto* e *O Primeiro de Janeiro*, pelo tipo e público a que se direccionavam, optaram por manchetes mais sóbrias, o *Notícias* fez aumentar as suas audiências justamente pelas parangonas de feição mais popular.

Para além deste aspecto, a sua inserção na categoria de diários nacionais implica uma estrutura noticiosa correspondente. Isto é, sendo a sua sede no Porto, e estando o centro de poder político sediado em Lisboa, para atingir aquele estatuto, os jornais tiveram também de criar núcleos redactoriais na capital, de maneira a cumprir não só a cobertura geográfica, mas também temática, sob pena de dependerem em absoluto da informação via telex. Realmente este aporte organizacional foi cumprido e inclusivamente o *Janeiro* conseguiu uma grande eficácia informativa que levou a que fosse vendido também aí. Para além deste traço de expansão da rede noticiosa, os três matutinos puseram o seu enfoque na cidade e na região. Isto significa que a secção do Porto agregaria um maior esforço e que a região seria tratada através de vários correspondentes e delegações, dependendo da história de implantação do título e da capacidade que o local tinha em produzir *newsvalues*. A eficácia deste esquema organizativo serviu os propósitos de difusão dos jornais, da mesma maneira que os meios a quem eles se dirigiram passaram também a constituir-se como fontes de informação.

As rotinas noticiosas não são muito diferentes daquelas anteriormente apontadas: também aqui as agendas se organizaram de maneira a cumprir os *deadlines* e a preencher o espaço de impressão deixado pela publicidade. A planificação das edições obedeceu às mesmas práticas, havendo igual preocupação na selecção de factos noticiáveis, na validação da informação e na decisão do que seriam as notícias da primeira página. O estabelecimento

da rede de fontes teve necessariamente um enfoque geográfico dada a área de implantação dos jornais. As instituições com estratégias comunicacionais foram igualmente conquistando o acesso aos canais de informação, sendo que agora estas se ligam mais directamente aos centros de decisão local. E este aspecto interliga-se com as questões da noticiabilidade, na medida em que os aspectos da informação local foram validados pelos fenómenos de identificação. Ou seja, o critério da proximidade prefigurar-se como valor-notícia fundamental na definição dos modelos noticiosos e corresponde a um efeito de *framing* que cria hábitos cognitivos nos leitores e os leva a manter esta expectativa de enquadramento comunicacional. No fundo, trata-se de reconhecer que os procedimentos ritualizados caracterizados pelas práticas profissionais se traduzem numa dada perspectiva de uma realidade construída e que essa lente é igualmente partilhada pelo público, na medida em que os temas da agenda mediática acabam por se constituir os seus. A propósito do conceito e da sua aplicação enquanto metodologia de análise NORRIS, KERN e JUST que: “the idea of news frame, representing persistent patterns of selection, emphasis, and exclusion that furnish a coherent interpretation of evaluation events. Decision and common practices in newsgathering - determining what and how stories are covered - contribute toward these frames. Out of the myriad of ways of describing events in the world, journalists rely upon familiar news frames and upon the interpretation of events offered by credible sources to convey dominant meanings, make sense of the facts, focus the headlines, and structure the story line” (2003:4-5). Ainda que este estudo tenha uma orientação muito diferente do actual trabalho, a ideia deste modelo de análise adequa-se ao presente estudo de caso. Daí que ele incida sobre o tratamento das primeiras páginas de *O Comércio do Porto*, *O Primeiro de Janeiro* e *Jornal de Notícias*, no sentido de procurar entender as suas estratégias editoriais, com base nas editoriais e na posição de destaque que ocupam.

6.2 – As primeiras páginas de *O Comércio do Porto*, *O Primeiro de Janeiro* e o *Jornal de Notícias*: 1985/2005

A contextualização histórica anteriormente delineada permitiu ver as incidências dos factores internos e externos que ditaram os destinos dos três jornais portuenses. O último passo deste estudo pretende entender de que forma a orientação editorial adoptada ao longo do período compreendido entre 1985 e 2005 se articula, ou não, com uma estratégia noticiosa que vá de encontro aos seus públicos-alvo. Este balizamento cronológico foi adoptado porque o intervalo corresponde a uma fase onde se registam ainda os efeitos das administrações de nomeação estatal, seguida pela época dos processos de reprivatização e o pleno funcionamento das novas entidades proprietárias. Isto é, tentar-se-à aferir se há ou não uma diferenciação nestas três fases, sendo que a matéria a analisar serão as primeiras páginas do *Jornal de Notícias*, *O Comércio do Porto* e *O Primeiro de Janeiro*.

A metodologia a aplicar ao estudo dos anos escolhidos, corresponde a uma amostra que tem como base a selecção aleatória de quatro semanas em cada ano de publicação, coincidentes nos três títulos em causa. A delimitação das primeiras páginas enquanto objecto de análise, prende-se com o facto de elas comportarem alguns dos aspectos essenciais que definem a ligação de um jornal com o seu público. Elas são a «montra» das notícias e correspondem a uma técnica de publicitação que tem como objectivo despertar o interesse do leitor e, em consequência, a venda. Os três diários são avaliados individualmente segundo duas linhas de análise essenciais: a detecção de comportamentos padrão em termos das editorias nos diferentes níveis de hierarquização adoptados, no sentido de estabelecer os momentos de ruptura. Em segundo lugar, tenta-se apontar a incidência do valor-notícia «proximidade» nos campos apontados, bem como em todas as secções e notícias de maneira a determinar o posicionamento deste factor e assim melhor perceber o enfoque das opções editoriais, generalista *versus* regional.

6.2.1 - O Comércio do Porto

Em *O Comércio do Porto*, na amostra em questão, foram tidas em consideração um total de 3727 notícias. Para melhor fazer um retrato da primeira página, parece importante começar por apresentar o comportamento típico das secções, a partir dos gráficos mais significativos que caracterizam a divisão estipulada: Destaque Central, Destaque Central Secundário e Destaque Lateral. Este agrupamento dos dados corresponde a uma simplificação dos critérios de hierarquização, aqui estabelecidos apenas pela localização geográfica. Poder-se-ia ter optado por outros sub-campos, como os tipos de letra e a inclusão ou não de fotografias, que conferem um valor acentuado às notícias escolhidas. Contudo, estes parâmetros são muito variáveis, não só em cada um dos três diários estudados, como de ano para ano e mesmo de número para número, pelo que o factor estabilidade foi o ponderado.

Ainda em relação à delimitação dos campos de análise ela corresponde *grosso modo* às secções do jornal: País, Regiões, Política, Economia, Internacional, Desporto, Grande Porto, Cultura, Editorial/Opinião, Sociedade e Diversos (onde se incluíram proveniências várias). É importante destacar que esta nomenclatura pode não coincidir com aquela adoptada pelos três diários, que obviamente criaram, estes espaços de acordo com as suas tradições e valores, ao longo dos anos. Procurou-se assim estabelecer alguma uniformidade em relação aos temários que mais facilmente são identificados. Como resultado desta metodologia podem surgir diferenças pontuais de denominação, embora as principais editoriais analisadas estejam aqui representadas. Complementarmente, e para melhor entender os valores de proximidade, entendeu-se acrescentar os critérios Região Norte e Porto aplicados a todas as secções e notícias, segundo cada uma das hierarquias, para melhor entender o posicionamento destes dois parâmetros.

Começamos assim pelos Destaques Centrais mais exemplificativos ao longo das duas décadas estudadas, onde se incluem 582 notícias. Neste critério surgem claramente três períodos: 1985/1993, 1994/2001 e 2002/2005. Na média anual regista-se cerca de uma notícia/dia, sem que se notem quaisquer alterações deste padrão. Convém ainda destacar que a secção de Política tem um grande significado em 1985 e desaparece até 2004. Como foi

caracterizado no capítulo anterior, este era o primeiro valor notícia do *Comércio* e só a deriva editorial que se instalou com a indefinição dos destinos do jornal justifica esta ausência.

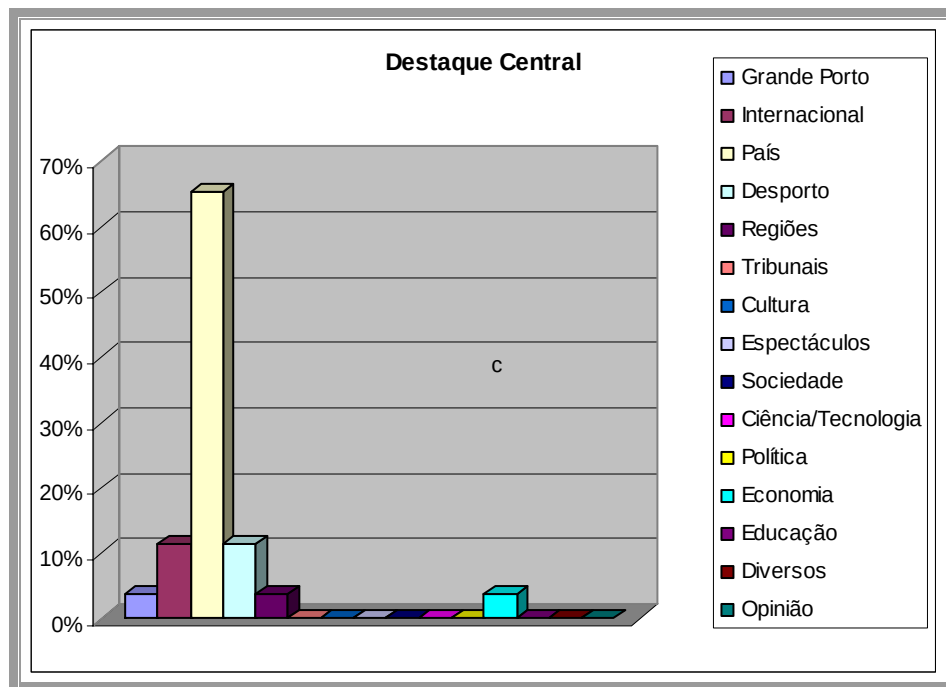


Gráfico 1: O Comércio do Porto - Destaque Central - 1990

Desde 1985 até 1993 é possível detectar um comportamento constante em que a secção País assume uma preponderância evidente correspondendo a mais de 65% dos casos. Internacional e Desporto ocupam o segundo lugar de inclusões com posições muito semelhantes (cerca de 12%). O Grande Porto, Economia e Regiões ocupam *ex equo* a terceira posição, o que se enquadra numa configuração de diário generalista.

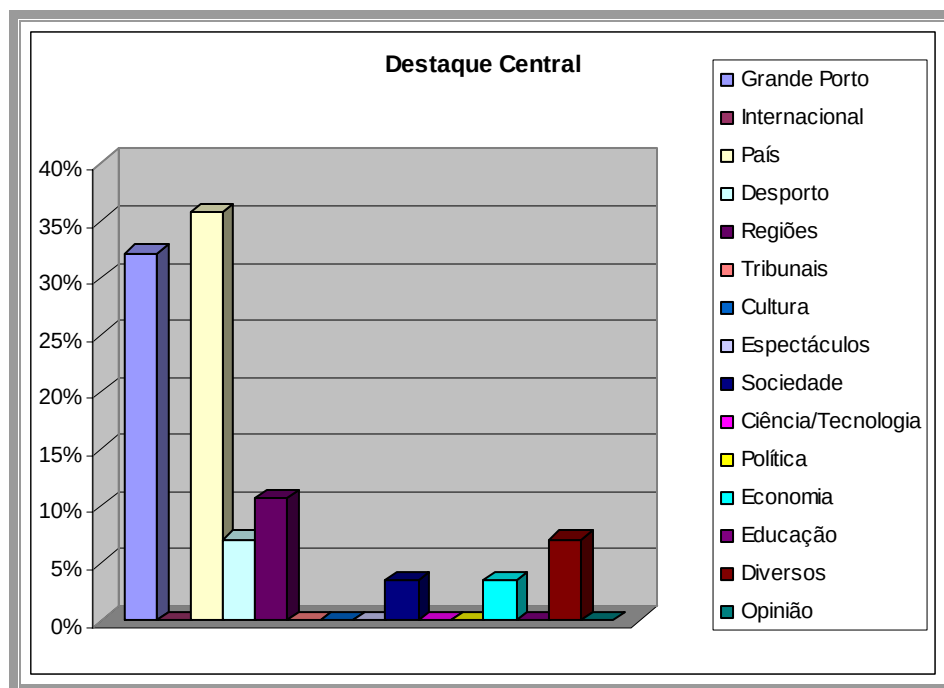


Gráfico 2: O Comércio do Porto - Destaque Central - 1997

No período correspondente ao intervalo dos anos 1994/2001 mantém-se ainda a liderança da secção País. Tendo como ano de referencia 1997, esta ascende até quase 36%, mas agora seguida de muito perto pelo Grande Porto com cerca de 32%. À volta dos 10%, situa-se apenas as Regiões e as outras duas secções, mas com muito menos significado são Desporto e Diversos que rondam os 7%. A única ressalva em relação a este ano escolhido é o facto de esta última aparecer neste ano pela única vez.

As excepções encontradas neste período correspondem aos anos 1994 e 1995 que traduzem um comportamento atípico, uma vez que o Grande Porto ultrapassa o País a alguma distância e as demais secções mantêm as suas percentagens. Em 1994, a editoria de Regiões, pontualmente atinge cerca de 33%, acima também do País, sem que este nível se volte a repetir.

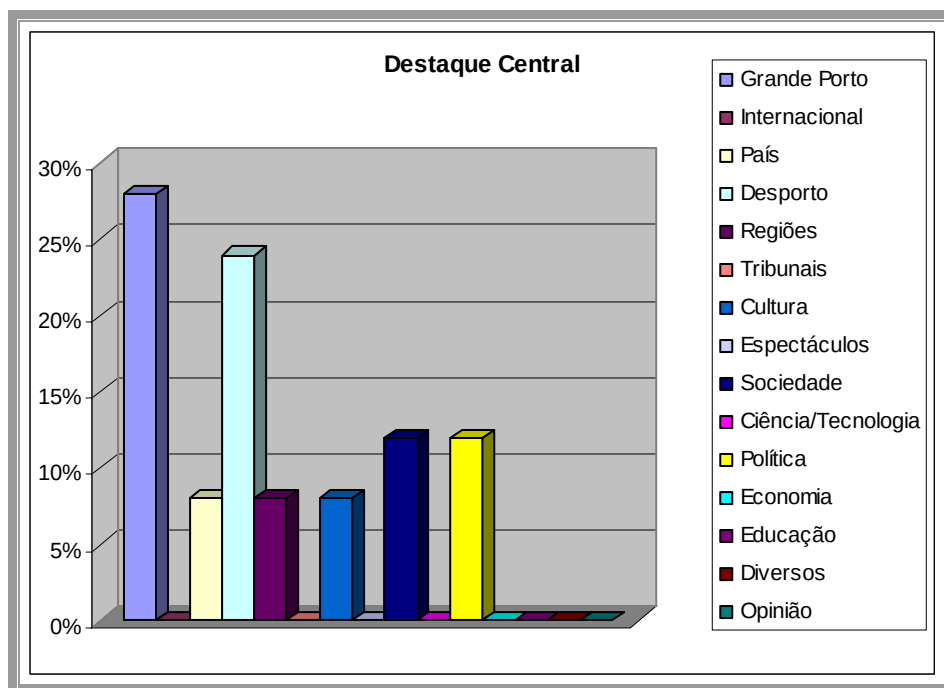


Gráfico 3: O Comércio do Porto - Destaque Central - 2004

Entre 2001/2005 assiste-se genericamente a um maior nivelamento entre as diferentes editorias, ainda assim, o Grande Porto mantém-se à frente nas chamadas ao Destaque Central, um pouco abaixo dos 30%. Aqui é 2004 o ano mais representativo: pela primeira vez o Desporto aparece na segunda posição, com 24%. Na casa dos 12% pela primeira vez são incluídas as secções de Política e Sociedade (sendo que esta designação só aparece pela primeira vez em 2004). À volta dos 8% agrupam-se País (cuja descida se justifica pela criação de Sociedade e que no fundo significa o seu quase desaparecimento), Regiões, Cultura (que faz aqui a sua estreia).

No Destaque Central Secundário consideraram-se 860 notícias, sendo a média correspondente a cerca de uma e meia, exceptuando os anos de 1990 e em que o valor desce acentuadamente e 2000 em que aumenta para cerca de duas e meia. Também neste critério é possível apontar uma tripartição: entre 1985/1993, 1994/1998 e 1999/2005, que como se constata não coincide com o balizamento do critério anterior.

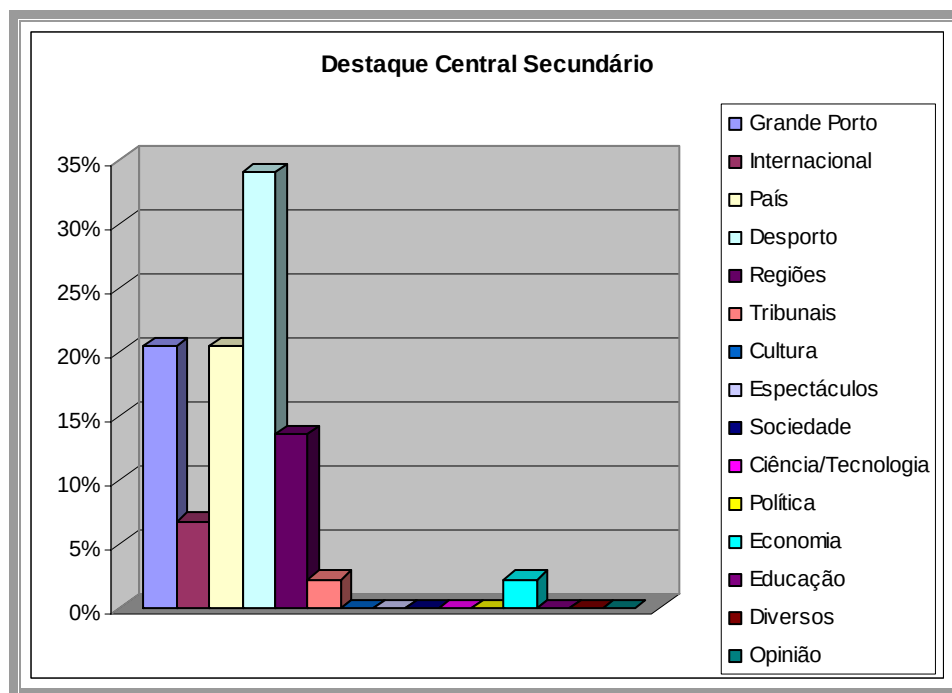


Gráfico 4: O Comércio do Porto - Destaque Central Secundário - 1988

Para o primeiro intervalo, o ano de 1988 corresponde igualmente a um comportamento padrão no Destaque Central Secundário. Aqui a primazia é dada ao Desporto com cerca de 34 %, seguida de Grande Porto e País com valores idênticos à volta dos 20%. Mais distanciada surge a secção de Regiões com cerca de 14%, mas ainda assim mais destacada das demais, seguida do Internacional, com quase 7%. As demais rúbricas – Economia e Tribunal (a única aparição em todos os anos e todas as categorias, pelo que é possível que se trate) – atingem pouco mais de 2%. A editoria de Regiões assume uma situação de excepção porque entre 1989 e 1992 deixa de estar presente. No ano de 1989, a secção País troca com o Desporto e ocupa o primeiro lugar com cerca de 39%. Em 1990, dado o pouco número de notícias incluídas neste destaque não é possível apontar tendências. Em 1993, o País e o Internacional (ambos com cerca de 28%) ultrapassam o Desporto (16%), sendo a importância da segunda editoria justificada pela I Guerra do Golfo.

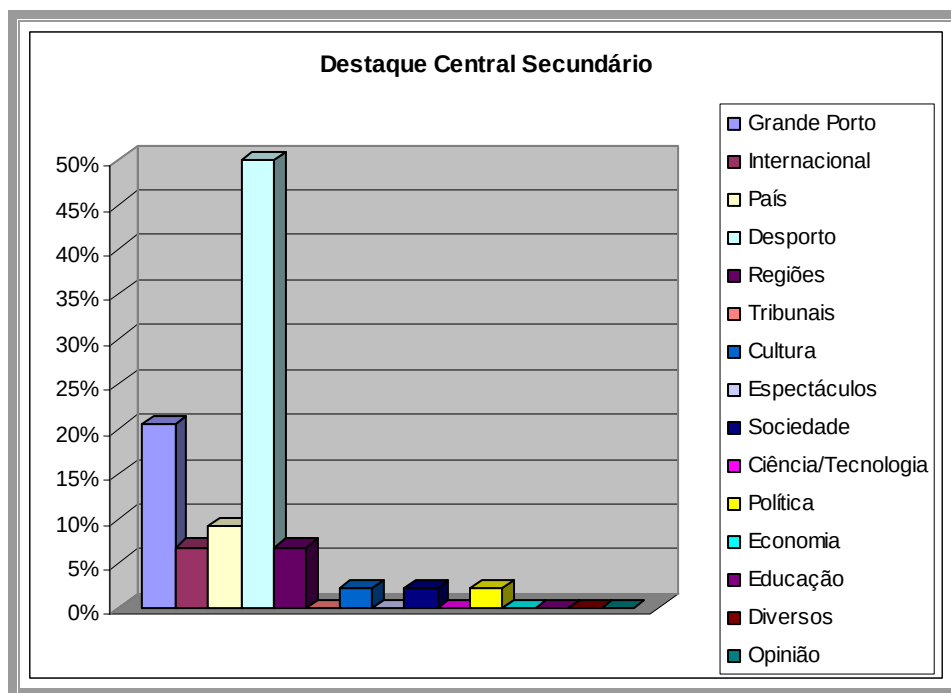


Gráfico 5: O Comércio do Porto - Destaque Central Secundário - 1998

No segundo período, é 1998 que se regista como o ano padrão deste sub-período. Como é constatável o Desporto ocupa metade das ocorrências, seguida do Grande Porto com pouco mais de 20% das chamadas. O País, ainda que em terceiro lugar desce acentuadamente (para pouco mais de 9%), situação que se mantém em todo este intervalo. Seguidamente aparecem Regiões e Internacional, com pouco mais de 6% e por fim a Política, a Sociedade e Cultura com os pouco significativos cerca de 2%. A principal nota discordante deste intervalo, neste critério, é dada pela editoria de Desporto, no ano de 1996, em que, apesar de ter descido para cerca de 25%, ocupa a mesma posição que o Grande Porto, o que se justifica pela subida mais ou menos acentuada das demais secções.

Entre 1999 e 2005 o comportamento das editorias neste Destaque Central Secundário é mais incaracterístico porque se regista uma grande oscilação generalizada na posição das diferentes editorias. Daí que não seja possível identificar um ano padrão. Ainda assim, o Grande Porto ocupa aqui quase sempre o primeiro lugar. O segundo lugar é muito variável, enquanto a que a outra nota de permanência é dada pelas regiões que ocupam normalmente o terceiro lugar. De frisar ainda que, em face disto, os valores assinalados não têm registos constantes.

O Destaque Lateral surge então como o terceiro critério de hierarquia da notícia, com 2285 e onde existe uma média de cerca de quatro notícias/dia. A variação regista-se entre o valor mínimo de duas e o máximo de cinco. Dado o comportamento deste critério ser o menos constante, torna-se mais difícil distinguir os períodos de comportamentos mais homogéneos, pelo que aqui são consideradas quatro divisões: 1985/1988, 1989/1996, 1997/1999 e 2000/2005.

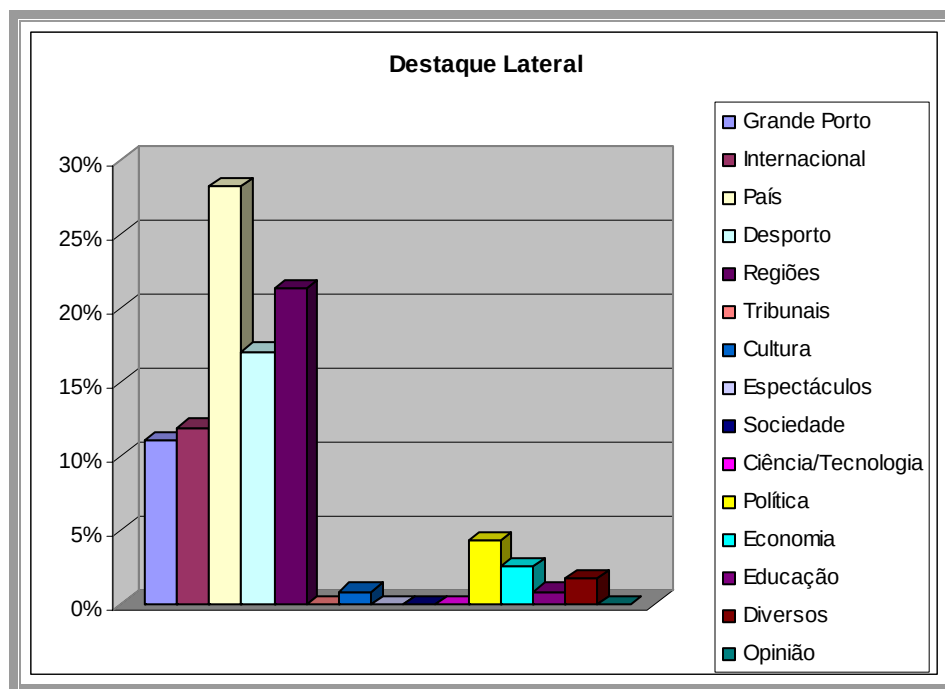


Gráfico 6: O Comércio do Porto - Destaque Lateral - 1985

O ano acima apresentado constitui-se como o exemplo dos comportamentos das editorias neste primeiro intervalo e, como se nota, não há similitude com os anos dos dois critérios anteriores. É a secção País aquela que ocupa o primeiro lugar acima dos 28%. As duas posições seguintes são ocupadas pelas Regiões (com pouco mais de 21%) e o Desporto à volta dos 17%. Já quase na casa dos 12 e 11% aparecem respectivamente o Internacional e o Grande Porto. Com valores abaixo dos 5% surgem a Política, a Economia, Diversos e a Educação, numa das suas raras aparições. As excepções registam-se no ano de 1987 e 1988: no primeiro é Diversos (neste caso constituído por notícias de última hora) que atinge pela única vez cerca de 37% e, no segundo, o Internacional passa para primeiro lugar com quase 30% e o País tem o pior registo de todo o intervalo com apenas 19%.

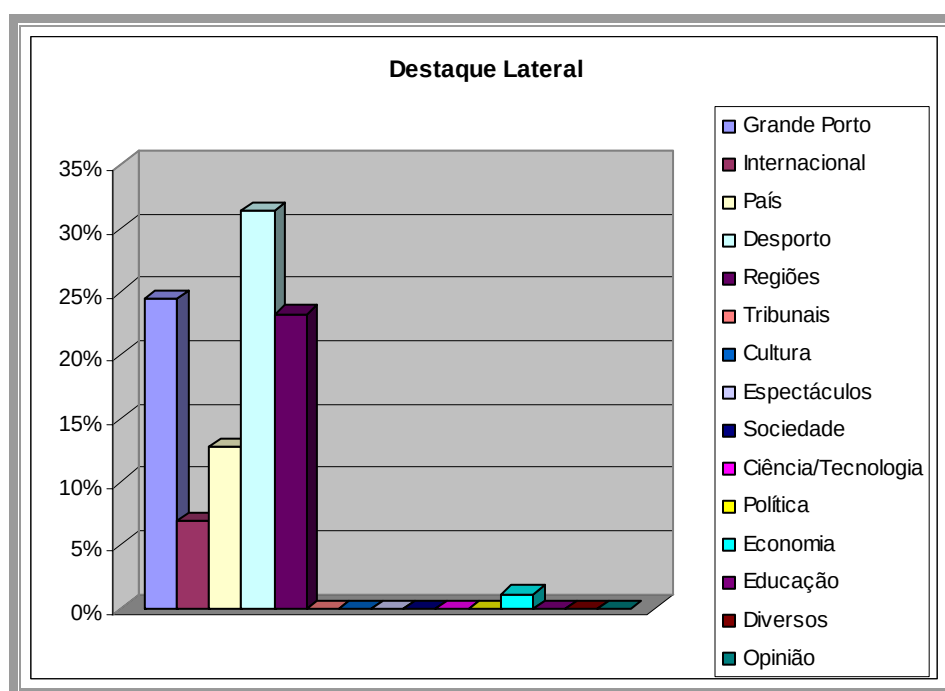


Gráfico 7: O Comércio do Porto - Destaque Lateral - 1994

Este ano de 1994 é o que evidencia a regra para este segundo intervalo, onde o Desporto ocupa claramente o primeiro lugar um pouco acima dos 31%. O Grande Porto e as Regiões andam entre os 20 e os 25%, enquanto que as demais editorias se situam bastante mais abaixo, apenas com o País a ultrapassar ligeiramente os 12%. As exceções verificam-se em 1992, onde o Grande Porto e as Regiões quase não surgem, sendo que a Cultura atinge mais de 9% (Justificação dada pelo Manuel Teixeira). O Internacional apresenta uma tendência descendente até desaparecer.

Os anos de 1997/1999 apresentam uma descontinuidade na disposição das editorias: o Grande Porto e as Regiões disputam entre si o primeiro lugar, o País ocupa sempre o terceiro lugar e as demais secções variam nos demais lugares.

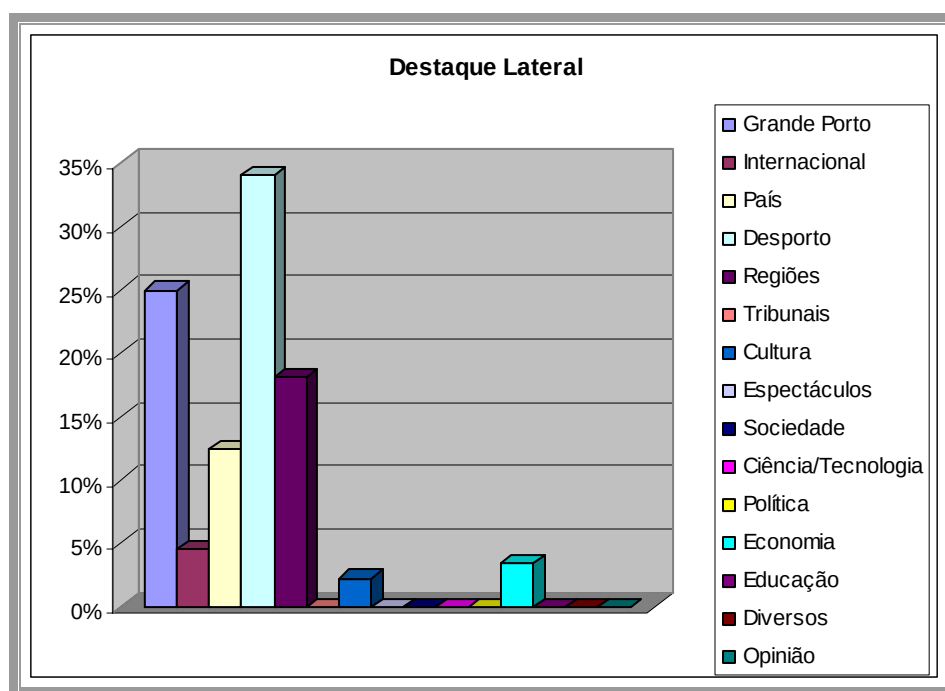


Gráfico 8: O Comércio do Porto - Destaque Lateral - 2001

Neste período, o ano que o melhor o identifica é 2001. O Desporto surge, uma vez mais em primeiro lugar acima dos 34% e ainda na casa acima dos 20% situa-se o Grande Porto. Com cerca de 18% destacam-se as Regiões seguidas do País, já mais próximo dos 10%. Todas as demais rúbricas se situam abaixo dos 5%. A partir de 2003 a Cultura passa a estar presente com um valor próximo dos 10%.

Em seguida procede-se à apresentação da evolução das diferentes editoriais no Destaque Central, onde é possível comparar a alteração das várias preponderâncias ao longo das duas décadas e que no fundo representam os momentos de mudança no critério editorial em *O Comércio do Porto*, complementada com o mesmo tipo de avaliação nos outros dois campos de análise. Convém ainda frisar que estes novos parâmetros de avaliação, dado o valor da amostra, passam a ser em valores absolutos.

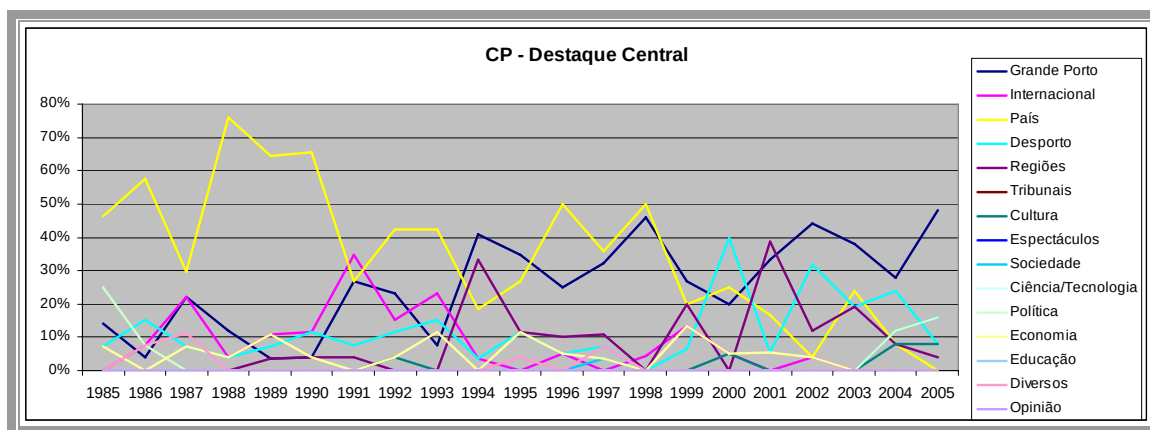


Gráfico 9: O Comércio do Porto - Destaque Central

Como se pode constatar, existem três fases na evolução editorial do Destaque Central: 1985/1993, 1994/2001 e 2002/2005. A secção País é a que sofre a alteração mais substancial, uma vez que passa de uma preponderância absoluta ao desaparecimento. Esta configuração pode ter duas razões, por um lado o tipo de notícias incluídas, que inicialmente poderão ser entendidas como um noticiário nacional, onde a Política assume uma clara preponderância. Em seguida, este perfil altera-se ligeiramente e os temas de Sociedade passam a ter aqui alguma expressão. No período do seu quase desaparecimento os títulos são francamente heterogêneos e estará aí a segunda explicação, uma vez que passa a haver uma editoria de Sociedade e a permanência paralela das duas torna-se uma redundância.

Por oposição, o Grande Porto apresenta uma tendência inversa, ainda que os valores nunca cheguem aos níveis do País. Esta editoria define bem a mudança de opção do diário portuense. Não é predominante na fase inicial nesta primeira hierarquia, o que acentua a vertente de jornal generalista nacional, porque é justamente o País aquela que tem mais peso e corrobora esta apreciação. Em seguida as secções ficam praticamente ao mesmo nível, o que pode indicar uma certa indefinição. No último período, a predominância clara do Grande Porto identifica o perfil local e regionalista que assumiu. A ausência do Internacional, a partir de 1993, confirma esta tendência. Quanto ao Desporto mantém-se constante nas duas primeiras fases e a partir de 1999, aparece com mais frequência. Também aqui podem existir duas ordens de razões: por um lado a menor importância conferida a esta editoria num jornal

que se caracterizava pela relevância dada às matérias ditas sérias, por outro o peso que adquire este noticiário no âmbito da informação mais centralizada na cidade, mais recentemente.

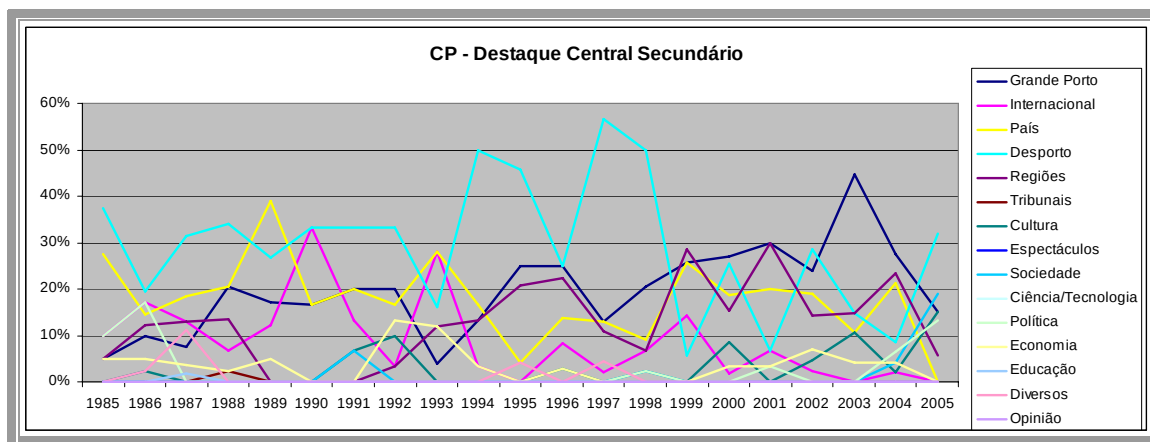


Gráfico 10: O Comércio do Porto - Destaque Central Secundário

Também neste segundo critério é detectável uma evolução balizada em três períodos centrais: 1985/1993, 1994/1998 e 1999/2005. De certa forma, ela dá continuidade ao anteriormente exposto em relação ao Destaque Central, na medida em que é o Desporto que tem a posição mais constantemente preponderante, apenas descendo na última fase, uma vez que é transposto para o primeiro critério. O Grande Porto tem uma situação ascendente e passa a dominante nos últimos anos, o que confirma o anteriormente apontado, em termos da centralidade do valor-notícia local e regional. O País confirma também esta mudança, uma vez que inicialmente mantém um elevado número de chamadas a este destaque, passando depois por um decréscimo acentuado e subindo no final, mas com a miscelânea de notícias referida. Mas, aqui sofre a concorrência das Regiões, que, naturalmente, passam a ter uma muito maior pertinência com a nova orientação do jornal. O Internacional corrobora a tendência verificada no critério anterior e desaparece. Outro elemento que reitera a mudança do perfil editorial é o aparecimento da Cultura, direccionada para os eventos de âmbito local.

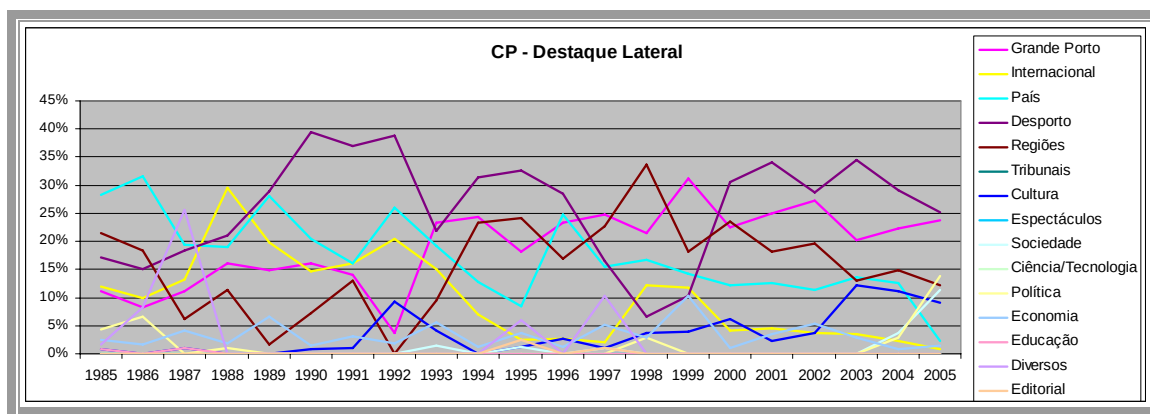


Gráfico 11: O Comércio do Porto - Destaque Lateral

Quanto ao último critério de hierarquia, a evolução durante os vinte anos não apresenta partições tão evidentes, daí os quatro momentos apontados: 1985/1988, 1989/1996, 1997/1999 e 2000/2005. Também aqui o Desporto acaba por ser a editoria mais reveladora: aparece inicialmente numa posição cimeira, neste campo – o que se justifica num jornal de linha sóbria – e sobe de novo nos últimos anos, pela mudança sofrida, não só porque pode ser critério de proximidade, mas também pela feição mais popular que o diário adquiriu e que faz com que esteja presente nos três níveis de análise. Na mesma ordem de ideias o Grande Porto foi subindo, a par das Regiões. Também neste grupo a Cultura faz a sua aparição na fase final.

Em seguida procurou-se aferir os critérios de noticiabilidade a nível dos três destaques, tendo como ponto de partida a proximidade. Isto significa que o que aqui se detecta são todas as notícias de todas as editorias, onde o Porto e a Região Norte estão presentes, para melhor entender o enfoque da informação direccionada para este tipo de público, ao longo das duas décadas quantificadas. Também aqui, e pelas mesmas razões anteriormente apontadas, os valores apresentados são absolutos.

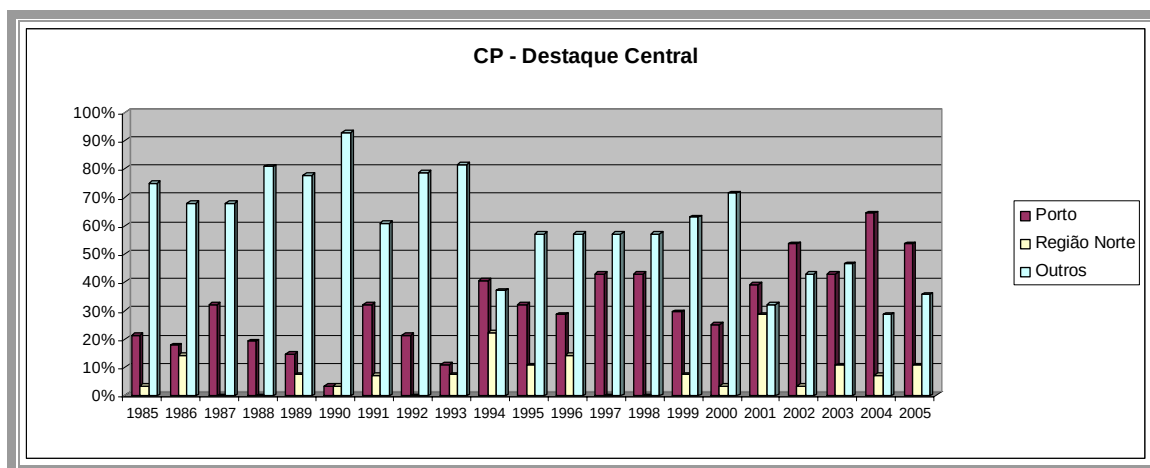


Gráfico 12: O Comércio do Porto - Critérios de noticiabilidade - Destaque Central

No Destaque Central o valor-notícia proximidade confirma a evolução editorial anteriormente analisada. De facto, registam-se também três fases, sendo a primeira caracterizada por uma subalternização do noticiário da cidade e da região. Em seguida processa-se um nivelamento que corresponde ao momento de grande indefinição do jornal e onde é natural a progressiva subida deste valor, tendo ainda assim o noticiário regional uma maior evidência, confirmando os depoimentos de Manuel Teixeira e Joaquim Queirós. Os últimos anos confirmam claramente a passagem do Porto para primeiro elemento da hierarquia de valores, o que releva do carácter regionalista que *O Comércio do Porto* assumiu.

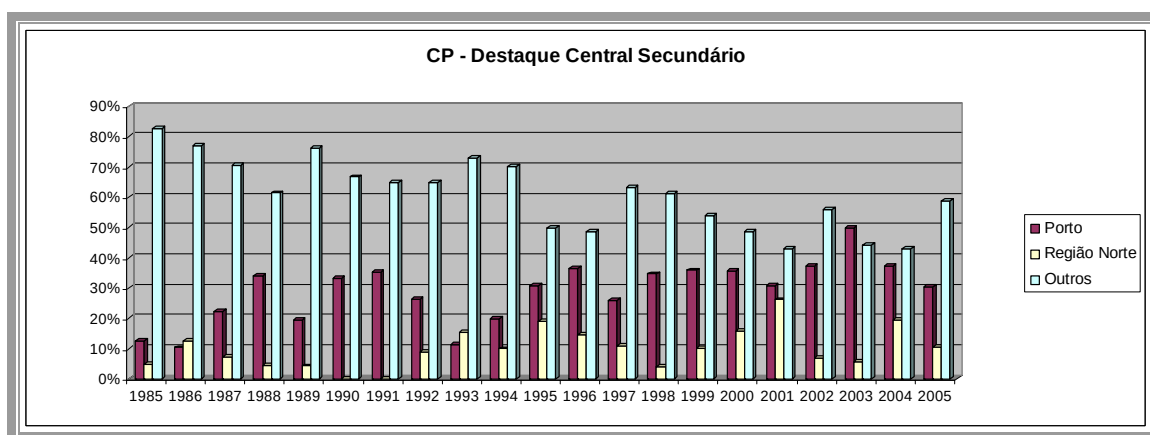


Gráfico 13: O Comércio do Porto - Critérios de noticiabilidade - Destaque Central Secundário

No Destaque Central Secundário, tirando a fase inicial, verifica-se uma maior uniformidade em termos dos valores de proximidade. Importa contudo referir que se verifica uma excepção neste campo, uma vez que nos anos 1990 e 1991 praticamente não há elementos de quantificação. Os primeiros anos acompanham a tendência do campo anterior, onde o Porto e a Região Norte ficam muito distantes do restante noticiário. Posteriormente regista-se uma tendência para a aproximação dos valores, ficando contudo o noticiário regional aquém dos outros dois valores.

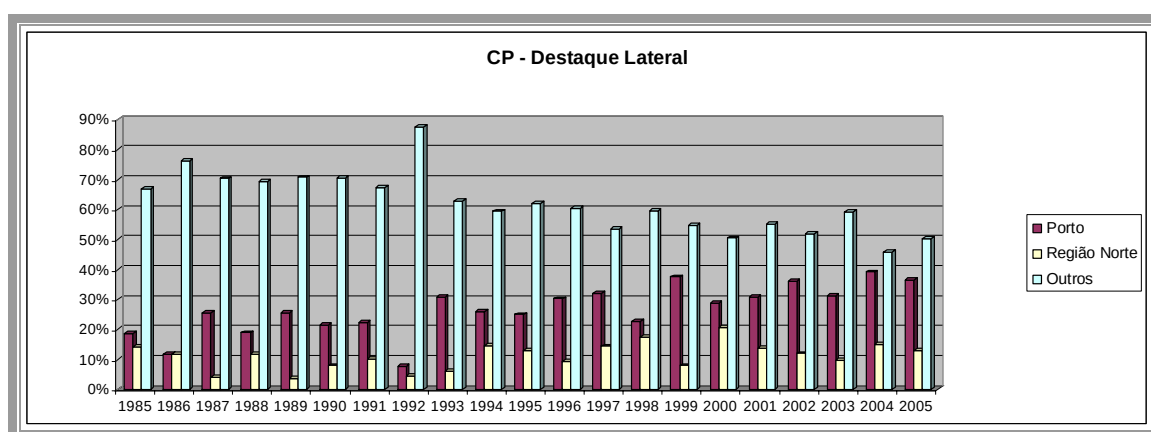


Gráfico 14: O Comércio do Porto - Critérios de noticiabilidade - Destaque Lateral

No último campo avaliado há quase uma duplicação da tendência do Destaque Central Secundário. Contudo, convém lembrar que é este o grupo onde se regista uma maior variação em termos de peso das editorias e portanto a aproximação de valores, particularmente desde a década de 90 é natural. Contudo o crescimento do Porto em termos de noticiário é uma evidência também neste terceiro nível de hierarquia.

6.2.2 - O Primeiro de Janeiro

Procurou-se na avaliação das primeiras páginas do *Janeiro* seguir o mesmo modelo de exposição adoptado para *O Comércio do Porto*. Neste jornal foram equacionadas 4134 notícias. Começa-se igualmente por fazer uma caracterização com base na divisão entre os três grupos hierárquicos, onde se procura detectar o peso percentual das secções, para assim aferir de momentos de caracterização editorial deste diário. Assim além das já

apontadas País, Regiões, Economia, Internacional, Desporto, Grande Porto, Cultura, Editorial, Sociedade, Política e Diversos surgem também outras duas rubricas com chamadas às primeiras páginas: Espectáculos, Coisas da Vida, Última e Opinião.

No Destaque Central contabilizaram-se 583 notícias, com uma média de uma por dia. Em *O Primeiro de Janeiro*, ao contrário dos outros dois diários portuenses são identificáveis apenas dois períodos claros: 1985/1991 e 1992/2005. Contudo em nenhum deles se aponta anos de comportamento padrão, na medida em que quer nesta categoria, quer nas seguintes as variações de posição e de valores são quase sistemáticas.

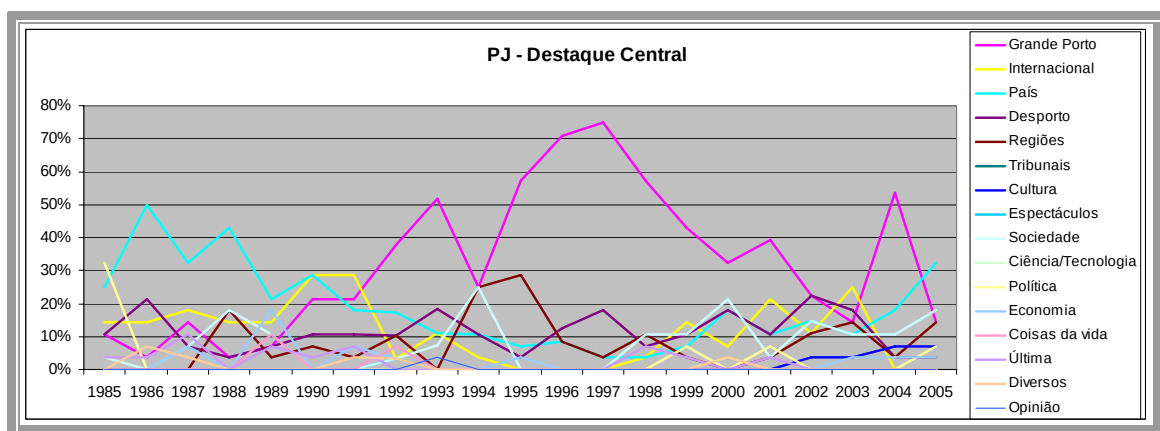


Gráfico 15: O Primeiro de Janeiro - Destaque Central

Neste primeiro período, o denominador comum é o domínio do País sobre todas as demais editoriais. Revela uma ligeira tendência de descida na parte final desta fase (de 40 para 30%). O segundo valor em importância corresponde ao Internacional, com um comportamento regular, entre 10 a 20%, das ocorrências. Em terceiro lugar surge o Grande Porto, que neste ano apresenta uma situação excepcional, na ordem dos 14%, embora a tendência desta editoria no Destaque Central anda à volta dos 10%. A posição seguinte é ocupada pela Última, o que não tem grande significado, uma vez que aqui se encontra uma miscelânea de notícias. Em posições idênticas estão o Desporto, a Economia e a Sociedade, à volta dos 7%, situação constante nestes anos. A nota de divergência é dada pelas Regiões que surgem a partir de 1988, altura em que tem uma representação elevada à volta dos 18%, descendo a seguir e mantendo-se sobre os 5%. Quanto à Política, atinge os 32% em 1985, e praticamente desaparece deste nível de hierarquia. Esta distribuição

corresponde a uma matriz de diário generalista, onde os temas ditos sérios têm prioridade face ao noticiário local e à informação mais ligeira.

No segundo e maior período o Destaque Central caracteriza-se por uma absoluta dominação do Grande Porto e bem destacado das demais editorias. É igualmente patente uma grande alternância de lugares entre as secções, pelo que não é possível apresentar um ano com comportamento padrão. As excepções surgem em 2003, em que o Internacional assume a posição dianteira (25%), e em 2005 em que é o País, que fica em vantagem com 32%; aqui há que realçar que a grande maioria das notícias são de política. De uma maneira geral as demais secções – Desporto, Internacional, País, Regiões e Sociedade têm um comportamento estável e sem grandes diferenças em termos de valores. Esta segunda configuração acentua a predominância do noticiário local na primeira hierarquia e a feição mais regionalista que o *Janeiro* foi adquirindo.

O Destaque Central Secundário é constituído por 903 notícias numa média de uma notícia e meia por dia. Nesta hierarquia decidiu-se manter a mesma periodização, embora os comportamentos das editorias não sejam tão claros. Contudo, os valores são tão erráticos que não é possível estabelecer anos que constituam exemplos claros.

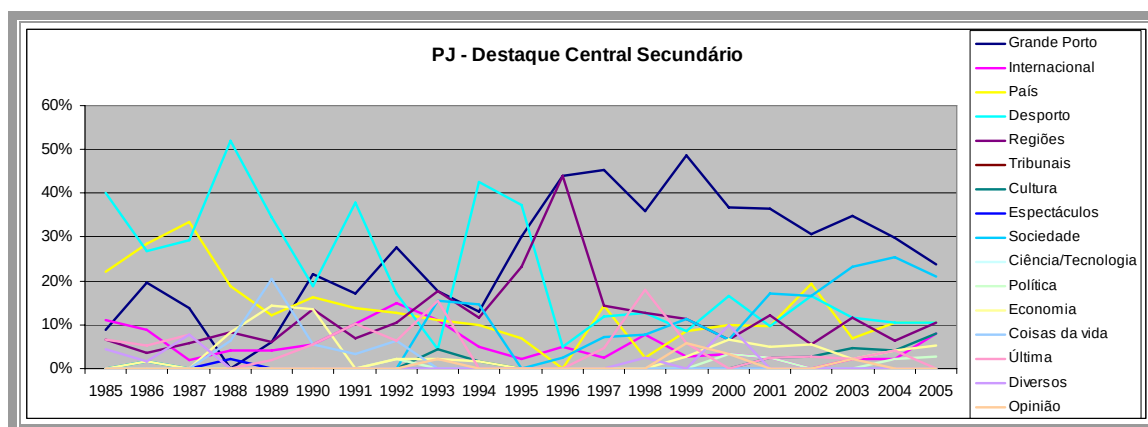


Gráfico 16: O Primeiro de Janeiro - Destaque Central Secundário

O primeiro período é dominado pelo Desporto que vai desde os 29% até um pouco mais de 50%, com excepção dos anos 1986 e 1987 em que é ultrapassado pelo País (com valores à volta dos 30%). O Grande Porto chega, neste destaque aos valores mais baixos, para depois passar para uma

tendência ascendente. A partir de 1988, aparecem Coisas da Vida com números significativos, chegando aos 20% e baixando em seguida para os 8%.

No período seguinte, a nota de realce é dada pelo Grande Porto, que está quase sempre à frente, na ordem dos 30 a 45%. Excepcionalmente esta prevalência é posta em causa pelo Desporto nos anos de 1994 e 1995, atingindo valores também na ordem dos 40%. A partir daqui a queda desta secção neste destaque é acentuada e passa para os 10%. As Regiões sobem sistematicamente até 1996, onde atingem 40% e a partir daqui descem também para os 10%. A Sociedade vai em crescendo até aos 25%, que atinge em 2004.

O Destaque Lateral é constituído por 2648 notícias, numa média de cinco notícias/dia. Ao contrário dos outros campos, aqui não é fácil estabelecer uma partição. Assim considera-se que até 1993, há uma fase em que a característica dominante é dada pela posição cimeira do Internacional, com valores que oscilam entre os 15 e os 25%.

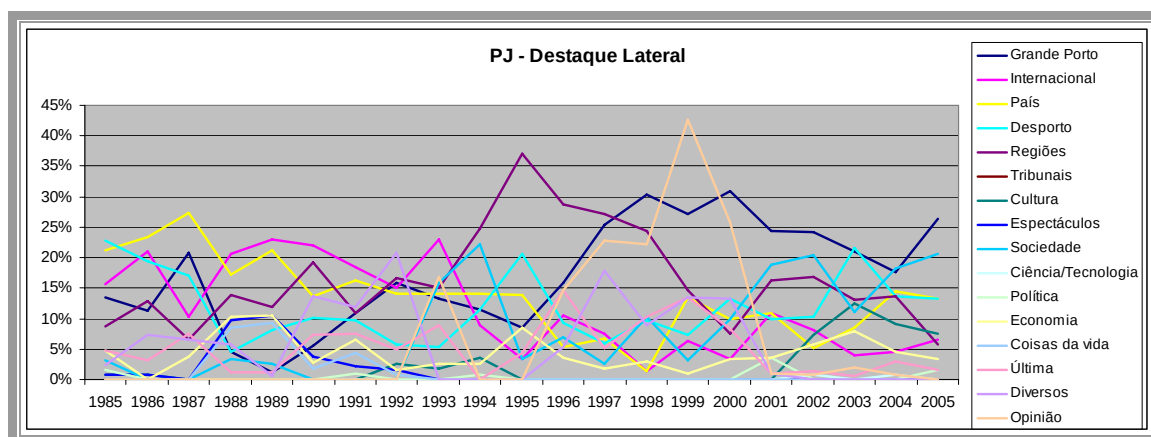


Gráfico 17: O Primeiro de Janeiro - Destaque Lateral

Neste período o País ocupa igualmente lugares cimeiros com quase 30% e quando desce chega aos 15%. O Desporto chega ao primeiro lugar em 1985 (22%), mas depois desce para valores inferiores a 10%. A secção de Diversos atinge aqui também valores interessantes, chegando mesmo aos 20%, mas isto não tem um grande significado em termos de valor-notícia, por razões óbvias. As Regiões têm um comportamento constante, com valores entre os 10 e os 20%, para depois subirem no período seguinte.

A partir de 1994, é esta última editoria que domina chegando aos 37%, em 1995, baixando a partir daí para os cerca de 15%. O Grande Porto tem uma

tendência ascendente a partir de 1995, com valores entre os 20 e 30%. O Internacional que anteriormente era dominante desceu para um pouco menos de 10%. A Sociedade atinge também cerca de 20%, mas a sua evolução é mais oscilante. A Cultura, aparece apenas depois de 2002, mas logo adquire 10% das chamadas a este destaque. Nas primeiras páginas do Janeiro há ainda um tema diferente que se insere neste nível de hierarquia, a Opinião com posições erráticas: atinge de 20 a 40% e colocando-se à frente das demais editoriais, mas não está presente em todos os anos abordados, apenas pontificando de 1996 a 2000.

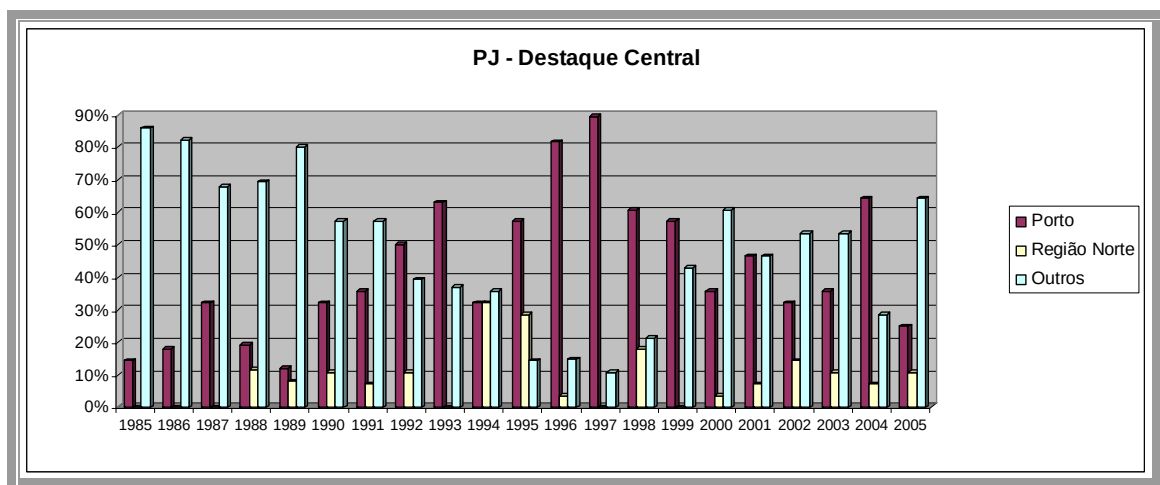


Gráfico 18: O Primeiro de Janeiro - Critérios de noticiabilidade - Destaque Central

Ao estabelecer o padrão de avaliação relativo ao valor-notícia de proximidade no Destaque Central em *O Primeiro de Janeiro*, a posição ascendente e predominante do Porto é notória. Esta característica fica particularmente visível depois de 1992, o que acentua o pendor regionalista que o diário adquiriu. Esta tendência é fortalecida pelo aumento, sobretudo nos anos centrais, do noticiário relativo à Região Norte e às descidas de todos os demais temas e o seu nivelamento com a informação sobre a cidade.

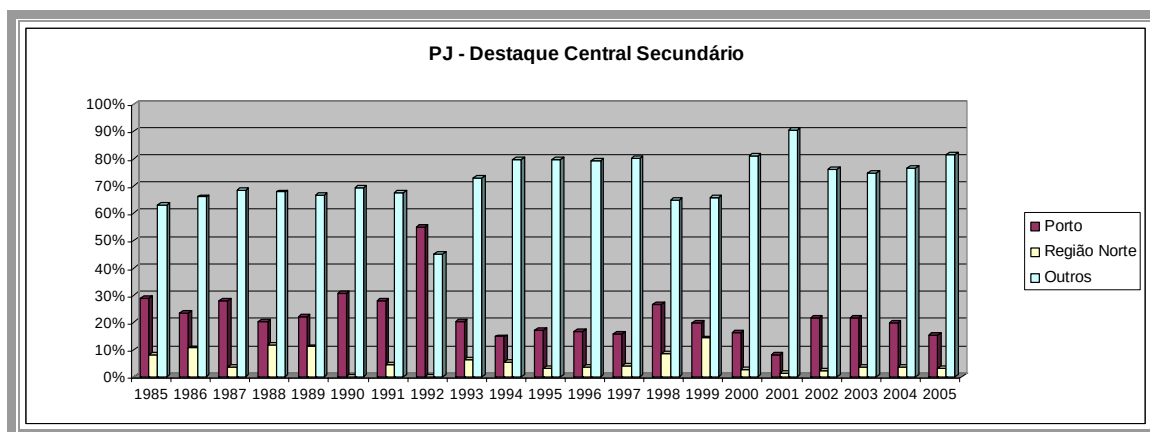


Gráfico 19: O Primeiro de Janeiro - Critérios de noticiabilidade - Destaque Central Secundário

Neste nível de hierarquia o posicionamento dos valores-notícia corresponde aquele que seria ideal para o destaque anterior num jornal generalista. Assim, e além do natural posicionamento da maioria dos títulos, a nota dominante aqui é dada pela continuação do peso do noticiário relativo à cidade, que tem razão de ser até 1991, mas que depois desta data reforça o peso já antes apontado no quadro precedente. A subalternização da informação da Região Norte é clara e sustenta o que antes foi apontado.

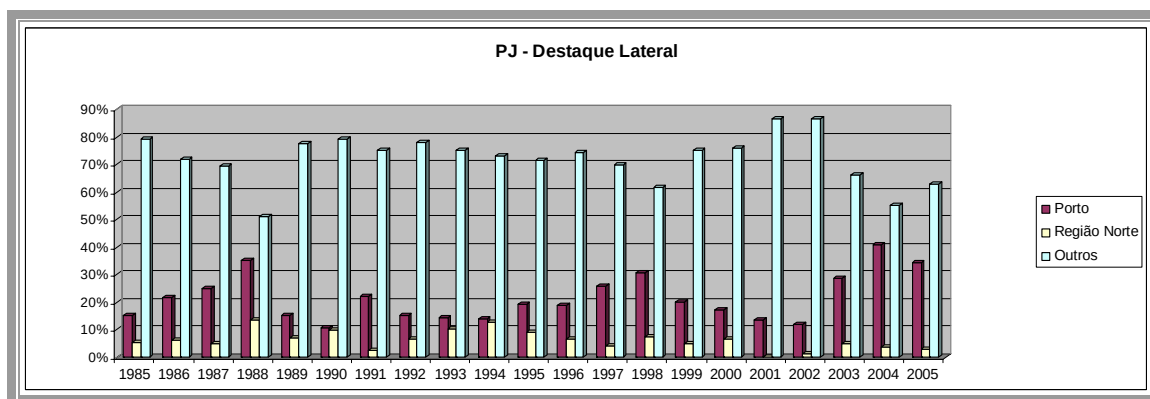


Gráfico 20: O Primeiro de Janeiro - Critérios de noticiabilidade - Destaque Lateral

No Destaque Lateral o peso dos valores-notícia de proximidade assemelha-se muito ao verificado na hierarquia anterior. Há uma clara predominância dos temas onde se inserem as informações com menor enfoque na cidade e na região, enquanto que estes dois critérios assumem posições muito secundárias, sendo igualmente notória a pouca expressividade do terceiro temário.

6.2.3 - *Jornal de Notícias*

Neste diário foram vistas 4355 notícias na amostra correspondente. Este é o jornal que tem mais chamadas à primeira página, o que se prende com o formato. Até 1998, foi mantida a configuração *broadsheet*, o que implica muito mais espaço de impressão, sendo o destaque central constituído por títulos, geralmente com fotografia. Entre 1993 e 1998, é difícil estabelecer uma diferença clara entre o que são destaques centrais principais e os secundários, na medida em que o tipo dos títulos e as fotografias não evidenciam bem qual é a manchete; ainda assim procurou criar-se esta divisão na maior parte dos casos em que isso foi possível. As laterais apresentam também com um número variável e podendo também incluir imagem. Depois desta data, foi adoptado o tablóide e a configuração, embora não uniforme, do destaque principal foi de um título e uma fotografia. As hierarquias secundárias adquirem formatos mais variáveis. Outro aspecto importante na nova configuração é que, seguindo a moda lançada pelo Público, foram criadas duas edições, uma para o sul e outra para o norte: os destaques centrais são os mesmos, mas as demais categorias podem variar. A edição analisada foi esta última.

Na categoria de Destaque Central foram consideradas 462 notícias, com uma média de uma/dia. Dadas as variações em termos de manchetes, não é muito fácil apontar neste jornal períodos tão claros como nos casos anteriormente vistos. Esta dificuldade, por outro lado espelha uma menor rigidez em termos editoriais, que de alguma forma reflecte as várias tentativas de adaptação que o jornal foi sofrendo. Assim, delimitam-se as seguintes fases: 1985/1990 1991/1998 e 1999/2005.

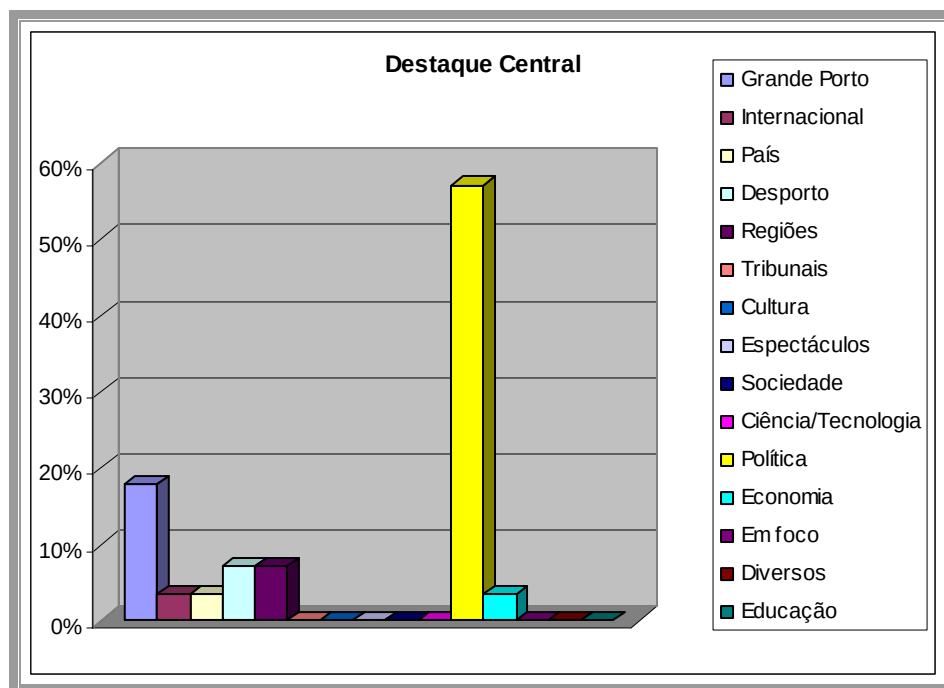


Gráfico 21: Jornal de Notícias - Destaque Central - 1989

Para o período inicialmente considerado, o ano de 1989 constitui um bom exemplo dos comportamentos revelados pelas editoriais. Assim a norma é que Política ocupa sempre a primeira posição, aqui ultrapassando mais de metade das chamadas à primeira página. Por regra é o Grande Porto que ocupa a segunda posição, à volta dos 18% e os demais valores ficam já muito distanciados: as Regiões e o Desporto ainda com quase o dobro antes das restantes, País, Internacional e Economia, que não chegam aos 4%. Esta disposição é um bom exemplo de um perfil informativo generalista, dada a importância conferida aos temas de política, economia e internacional, não deixando de estar presentes o Porto - com um valor significativo - e o noticiário regional, verificando-se assim a sua imagem de marca. Nestes cinco anos, 1987 constitui uma exceção porque o Desporto lidera o número de títulos de primeira página, quase metade, com o Grande Porto e a Política relegados para segundo lugar. A razão desta opção deve-se ao facto de o Futebol Clube do Porto ter ganho a taça dos Campeões Europeus.

No segundo período compreendido entre 1991/1998, não é possível apresentar um ano que constitua um exemplo de comportamento para esta fase. Um dos elementos caracterizadores é a variação do aparecimento ou ausência de notícias neste critério. O primeiro e último anos são

completamente atípicos, sendo os destaques principais inseridos na categoria seguinte, devido à indefinição do tamanho. A razão de ser destas configurações pode ter que ver com as mudanças registadas no jornal nestas datas, particularmente na mais recente, com a transição gráfica que daria lugar ao formato tablóide. Ainda assim, em termos de posicionamento das editorias, a norma é dada pela alternância na liderança entre Grande Porto, Desporto, e País, à volta dos 20 e 30%. A Política, o Internacional e as Regiões apresentam também algumas aparições.

O terceiro período – 1999/2005 – não é igualmente muito constante em termos de comportamento editorial. Regista-se uma sistemática variação entre o posicionamento das várias editorias, com uma amplitude que vai dos 20 aos 45%. Por outro lado, criaram-se novas secções e outras desapareceram. Sociedade vem já do período anterior e apresenta uma tendência ascendente. Em Foco, agora muito mais frequente, apresenta dois anos em que lidera a manchete. O País também lidera num dos anos (2004) e as demais editorias mantêm níveis muito baixos. Aqui é importante referir a descida acentuada do Grande Porto, que inclusivamente desaparece em 2004. Pelo contrário, o Internacional que tinha desaparecido praticamente desde 1992, voltou a surgir agora, o que se justifica pelos conflitos gerados em consequência do 11 de Setembro. Apresentam também valores razoáveis a Política e a Economia. Face a esta distribuição dos temas, à perda de influência do noticiário do Porto e ao desaparecimento das Regiões, o *Jornal de Notícias* entrou visivelmente numa nova fase de hierarquia noticiosa, em que a feição generalista se tornou ainda mais notada. Um dos aspectos que não vai aqui ser tratado, mas que contribuiria para reiterar a dispersão das escolhas das manchetes é o real conteúdo de Em Foco, que aqui assume sobretudo o valor da actualidade aliado à preponderância. Nele podem ser incluídos temas de várias secções pelo que leva a um menor peso destas e sublinha a heterogeneidade de que este novo enquadramento se reveste.

No Destaque Central Secundário a periodização estabelece-se da seguinte forma: 1985/1992, 1993/1998 e 1999/2005, embora a característica dominante seja igualmente a irregularidade. É constituído por 1552 notícias,

com uma média de 2,5 por dia. Em relação ao critério anterior a diferença temática é dada pelo aparecimento da Cultura e Educação.

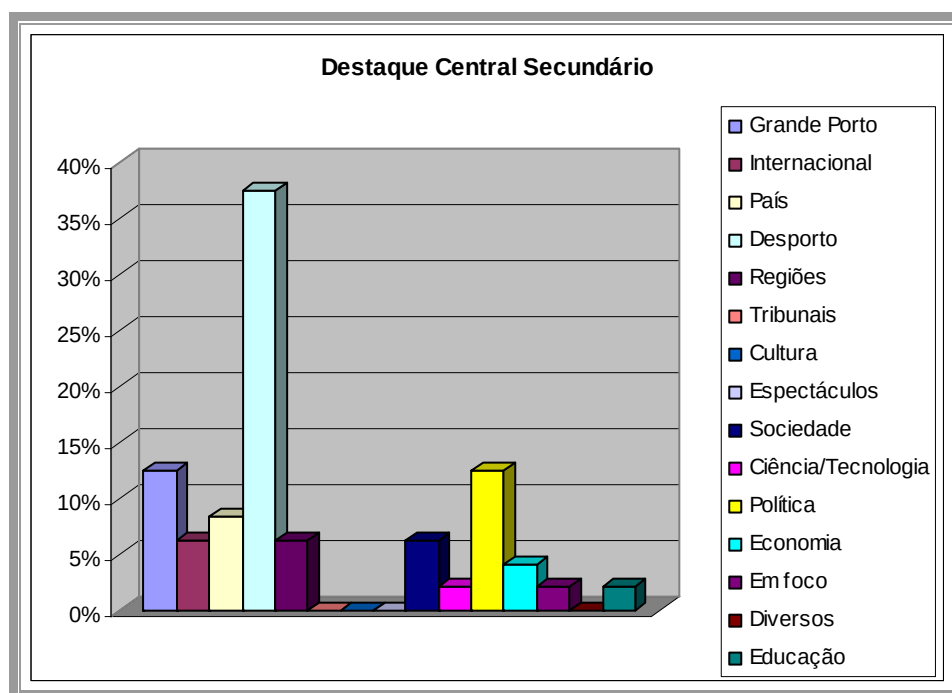


Gráfico 22: Jornal de Notícias - Destaque Central Secundário - 1986

Na primeira fase, o ano de 1986 é o que apresenta o comportamento médio mais exemplificativo. O Desporto é claramente a editoria líder e aqui chega quase aos 38%, logo seguida do Grande Porto e da Política, com mais de 12%, mas esta última pode trocar de posição com País que apresenta uma evolução muito próxima. Abaixo dos 10% situam-se todas as outras secções, mas a diversidade temática é dada neste critério e neste período, pela Ciência e Tecnologia e Educação. A excepção desta configuração é dada pelo ano de 1990, onde o Desporto é destronado pela Política, com um valor na casa dos 36%, logo seguido do Grande Porto, com 25%. Este comportamento acompanha o do Destaque Central e é justificado pelas eleições presidenciais. Outra das irregularidades surge em 1988, com Economia a atingir quase os 14%, sendo estas chamadas à primeira página também perfeitamente justificadas pelos efeitos da adesão à CEE.

No período seguinte – 1993/1998 – a principal característica é dada pela dominação absoluta do Desporto neste destaque. Apresenta-se aqui o ano de 1997 como aquele que melhor se adequa ao registo médio das editorias.

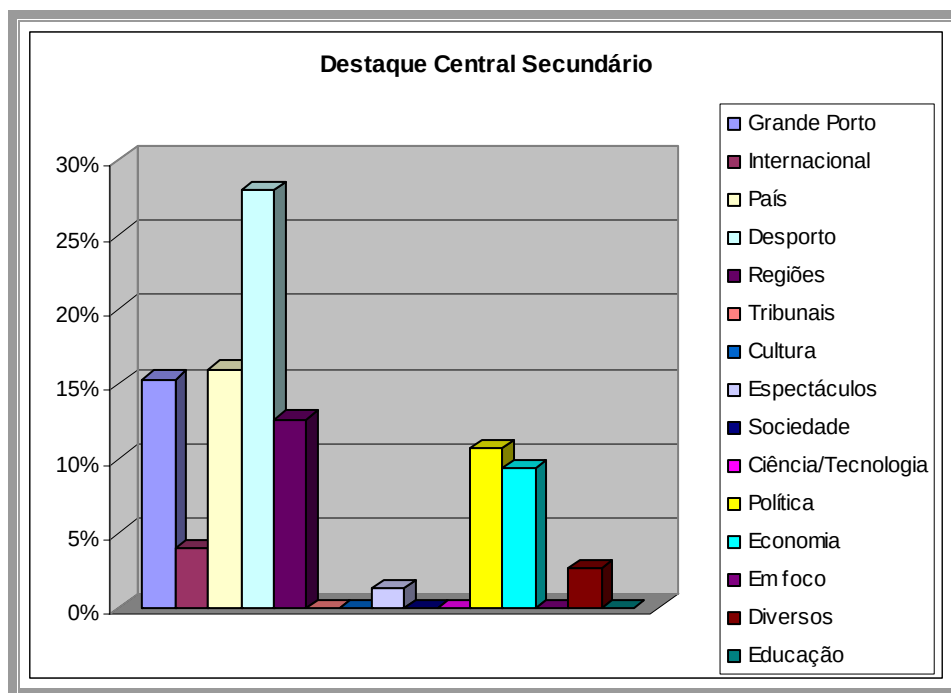


Gráfico 23: Jornal de Notícias - Destaque Central Secundário - 1997

Os valores do Desporto oscilam entre os 20 e 35% e neste ano é seguido de Grande Porto, País e Regiões (com menos de 20 e mais de 12%) e com Política e Economia com comportamentos muito próximos, à volta dos 10% e o Internacional bem mais longe (4%). Os outros valores são irrisórios. O ano de excepção para este intervalo é 1993: o Internacional sobe para os 23% e, em concomitância dá-se uma descida drástica do Desporto para os cerca de metade dos valores habituais. Outra das linhas de evolução aqui detectadas é a descida acentuada da Política a partir de 1996 até quase desaparecer.

No terceiro intervalo a nota dominante é dada pela liderança, não muito destacada de País e pela ascensão da Sociedade, que disputa o segundo lugar com o Grande Porto. O ano que melhor exemplifica estes valores médios é 2001.

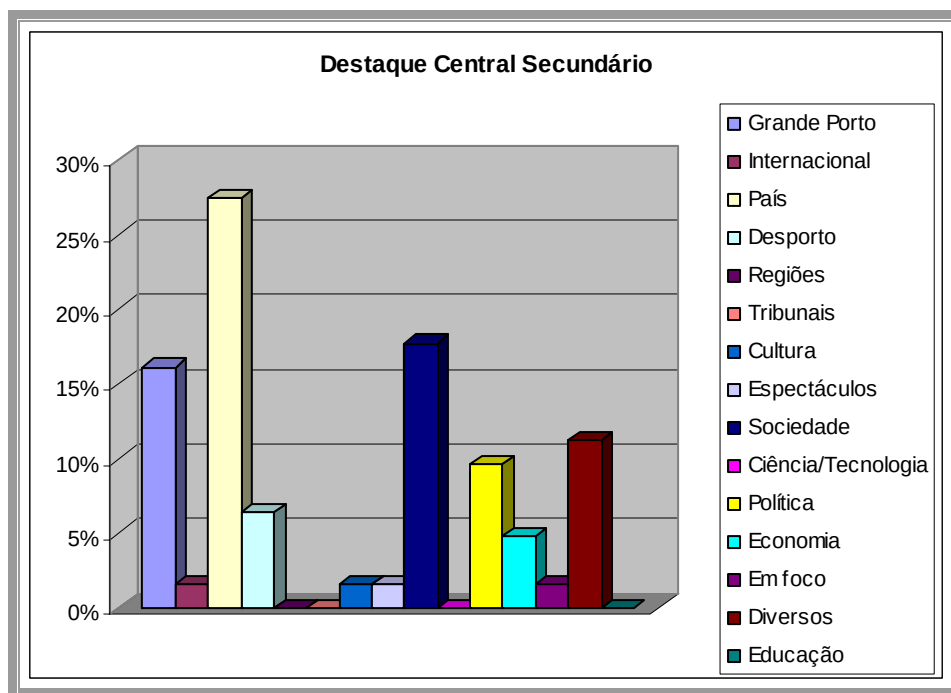


Gráfico 24: Jornal de Notícias - Destaque Central Secundário - 2001

Aqui é patente a preponderância de País com cerca de 27%, seguido Sociedade e Grande Porto, entre os 15 e os 20%. Já sobre os 11% aparecem os Diversos – que nesta fase se viram aumentado por uma miscelânea de temas novos que foram aqui incluídos – e já abaixo dos 10% as demais editorias e de onde se realça a descida da Política e Internacional. As exceções são dadas pela subida do Desporto nos dois últimos anos, acima dos 20%, pela Cultura que pontifica em 2002 (pouco mais de 6%) e pela ascensão da Política que ascende de novo um pouco acima dos 10%. Esta categoria de hierarquização, ao contrário da anterior, tem assim um comportamento mais estável, o que pode acentuar o que antes foi descrito: o pendor generalista que se fortalece pela Sociedade e País, com a igual subalternidade do noticiário do Porto.

O terceiro campo – Destaque Lateral – é composto por 2334 notícias, numa média de quatro por dia. 1985/1991, 1992/1998 e 1999/2005 corresponde aos balizamentos verificados. Genericamente todas as editorias têm uma evolução aproximada e as exceções são dadas pelo Desporto que inicialmente ocupa um lugar destacado e pelo Grande Porto que no final sobe mais acentuadamente.

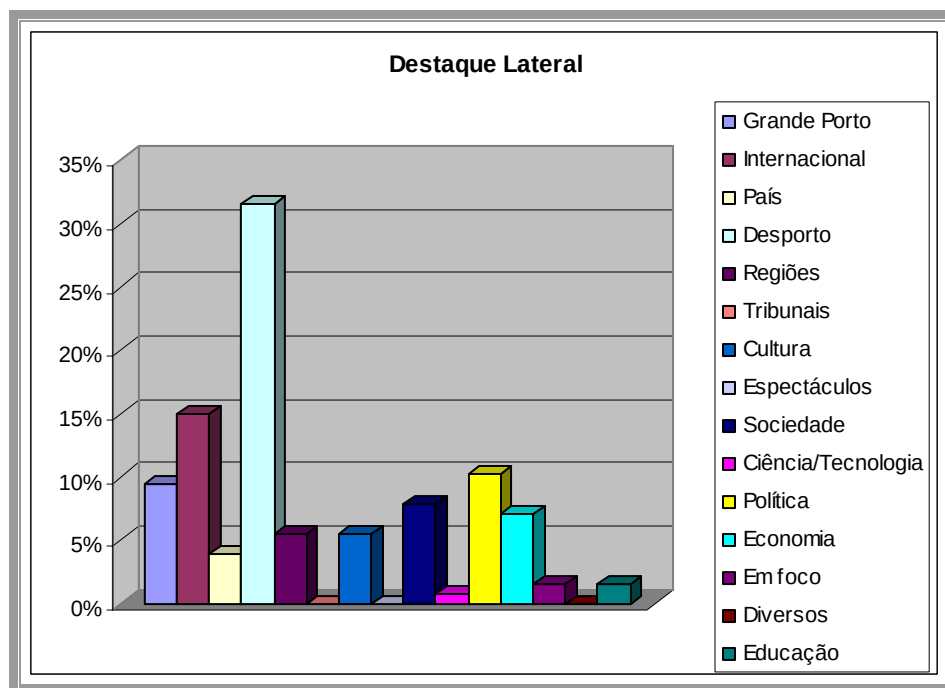


Gráfico 25: Jornal de Notícias - Destaque Lateral - 1986

Entre 1985 e 1991 o ano que melhor identifica o Destaque lateral é 1986, onde o Desporto aparece em posição destacada com quase 32%. Embora circunstancialmente Internacional se encontre em segundo lugar com quase 15%, a situação desta editoria alterna, com valores semelhantes com quase todas as outras, como é típico de um terceiro nível de hierarquia. O grande momento de excepção é dado pelo Grande Porto em 1990, que praticamente desaparece.

No segundo período verifica-se ainda uma maior proximidade entre as editorias e o Desporto participa deste nivelamento. O ano que melhor representa o comportamento médio deste intervalo é 1995.

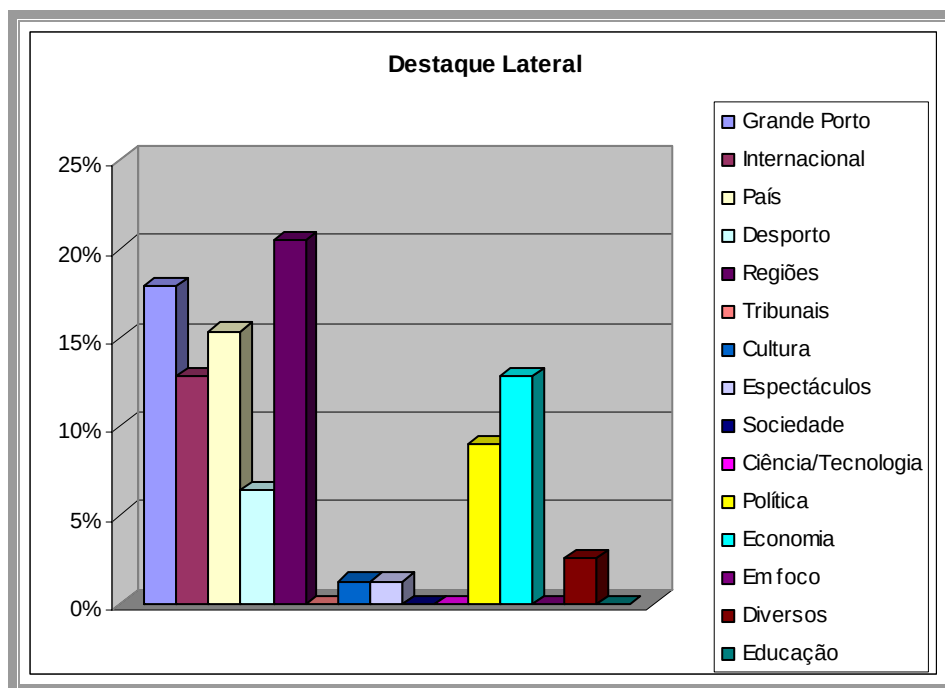


Gráfico 26: Jornal de Notícias - Destaque Lateral - 1995

Aqui como se nota verifica-se uma maior proximidade entre as unidades temáticas principais. As Regiões que aqui ascendem aos quase 21% detêm quase sempre esta posição. Os valores do Grande Porto, País, Internacional e Economia apresentam igualmente valores próximos, entre os 12 e os 20%, com a Política mais perto mas mesmo assim abaixo dos 10%, numa situação similar ao Desporto. A única excepção nesta fase é dada pelas Regiões que em 1993 ocupam o primeiro lugar nesta hierarquia com cerca de 30%.

A terceira fase no Destaque Lateral confirma as tendências anteriormente verificadas. A indefinição e a variação no primeiro lugar por parte das secções, como também das percentagens, são a nota dominante. A primeira constatação importante é que a Cultura começa em 2001, com apenas 3% mas tende a subir até aos 10%, o que se justifica pelo noticiário local, com o Porto Capital Europeia da Cultura e os eventos a que deu origem. O Grande Porto teve uma posição cimeira em 2003 e 2004, em razão de quase ter desaparecido dos outros campos de análise o que reitera a secundarização desta temática na primeira página, neste terceiro período.

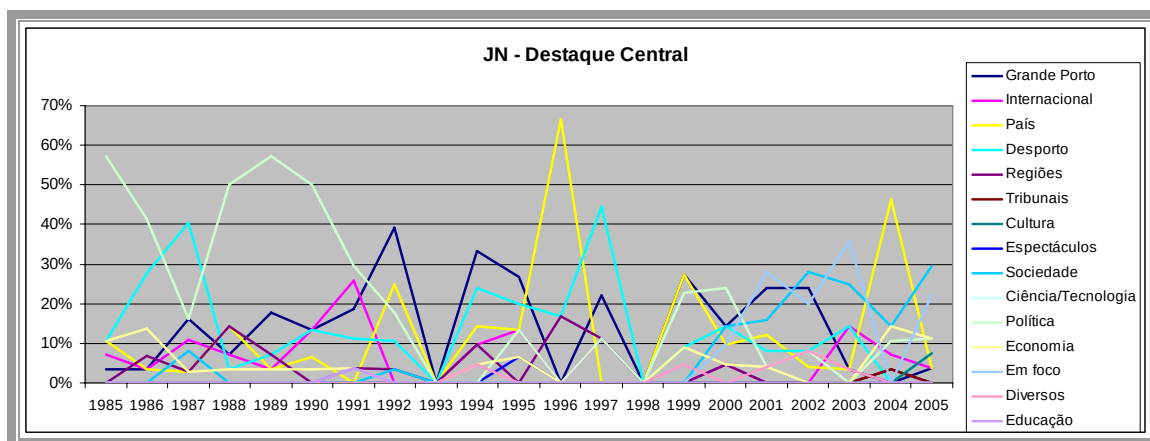


Gráfico 27: Jornal de Notícias - Destaque Central

A evolução do Destaque Central do Jornal de Notícias evidencia bem os três sub-períodos apontados – 1985/1990 1991/1998 e 1999/2005 –, uma vez que 1993 e 1998 se apresentam claramente como anos charneira. A evolução das grandes editoriais fica igualmente clara com o declínio de Política, que é visivelmente o mais notado. Também o comportamento do Desporto desperta a atenção pela grande preponderância que tem inicialmente e pelas oscilações constantes. É justificável com os ciclos do futebol e com as vitórias do F.C. do Porto, contudo, e na fase final, o peso desta editoria não é tão significativo apesar das conquistas alcançadas. Pelo contrário, o País, ainda que com uma evolução muito variável, apresenta no final uma maior preponderância. Também o Grande Porto, que na primeira metade do período detém posições destacadas, passa a ser preterido, dando assim forma a um primeiro nível de hierarquia que se caracteriza por uma maior amplitude de escolhas e em que este valor de proximidade tende a ser muito menos significativo.

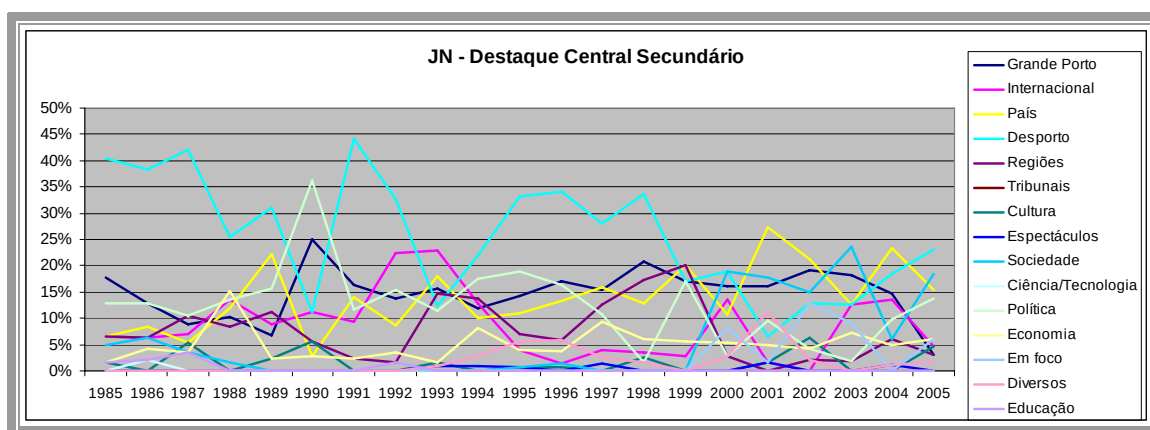


Gráfico 28: Jornal de Notícias - Destaque Central Secundário

Neste segundo nível de hierarquia são claramente visíveis as partições anteriormente definidas. Quanto à evolução das principais editoriais é o Desporto que surge com os comportamentos mais alterados. Começando com níveis elevados, sofre algumas variações, mas é no segundo período que claramente se destaca das demais secções, para no terceiro descer de novo, pelas razões antes vistas. O pico do Internacional em 1993, ano em que não se considerou Destaque Central, liga-se à I Guerra do Golfo, mas a posição desta editoria tende aqui a ser bem mais baixa. O País assume também aqui uma evolução ascendente, enquanto que o Grande Porto adquire uma direcção oposta dando seguimento à configuração apontada para o campo anterior.

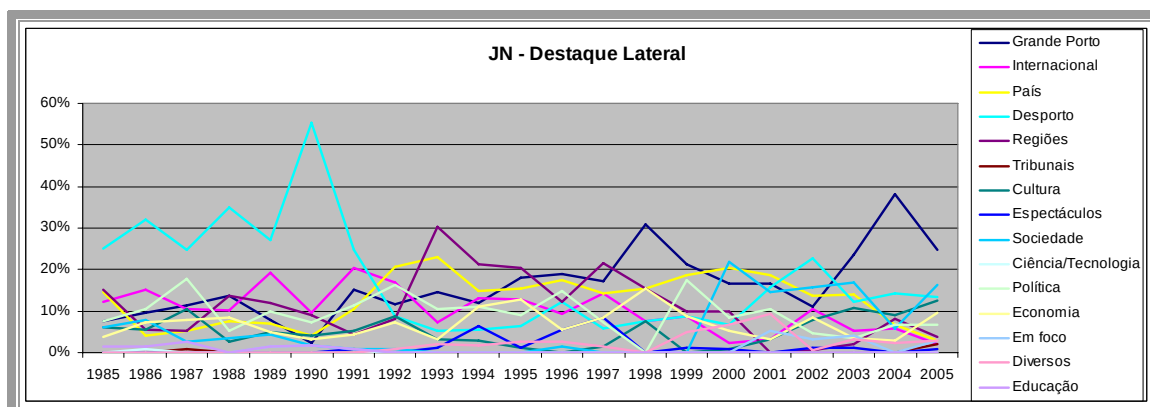


Gráfico 29: Gráfico 28: Jornal de Notícias - Destaque Lateral

A evolução das editoriais no Destaque Lateral permite constatar a existência dos três períodos apontados. A nota dominante é claramente dada pelo Desporto que no início tem um peso absolutamente preponderante, perde

efeito ao longo da segunda fase para voltar a subir já no final. Esta configuração vai de encontro aos aspectos apontados para os destaques anteriores, sendo que mais recentemente, a sua despromoção pode ter a ver com as novas orientações editoriais do Notícias. Da mesma maneira a posição apresentada pelo Grande Porto, que mantém ao longo dos anos uma evolução muito similar para subir em 2003 e 2004, em razão de ter desaparecido das hierarquias principais. De acordo com esta mesma perspectiva Regiões, que manteve uma linha mais ou menos constante, a partir de 2000 tem um significado irrisório. Em compensação Sociedade, na mesma época, adquire um peso cada vez mais visível, o que reitera a maior amplitude temática do jornal.

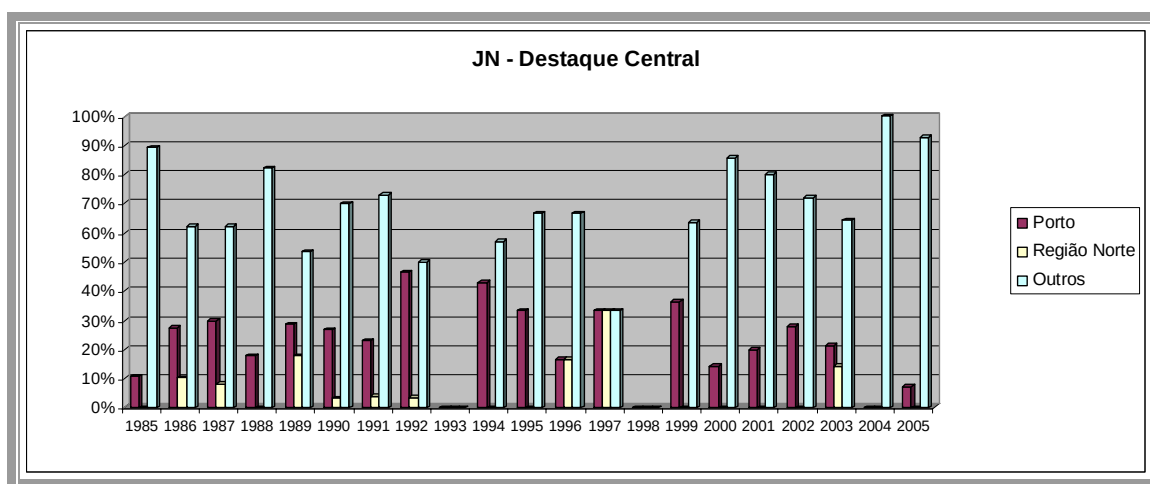


Gráfico 30: Jornal de Notícias - Critérios de noticiabilidade - Destaque Central

O peso do factor proximidade no Destaque Central tem alguns aspectos curiosos. A fraca preponderância inicial do Porto em todas as notícias de todas as editoriais dá lugar a uma ascensão clara na maior parte do período, o que reafirma o enfoque anteriormente caracterizado. Nos últimos anos este denominador desce claramente, chegando mesmo a desaparecer em 2004.

Como é natural, a Região Norte tem pouco significado neste nível de hierarquia, embora se registem alguns picos. Também praticamente desaparece no final do período em razão das mesmas opções editoriais.

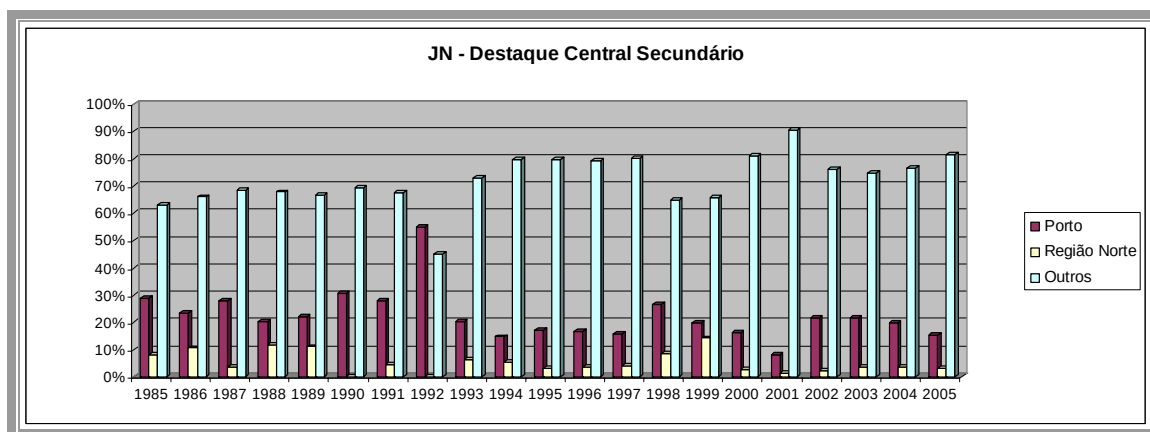


Gráfico 31: Jornal de Notícias - Critérios de noticiabilidade - Destaque Central Secundário

No segundo nível de hierarquia as temáticas referentes ao Porto têm um bom nível inicial, chegando mesmo a atingir mais de metade das notícias tratadas. As oscilações neste campo não são tão acentuadas como no anterior, embora os últimos anos também traduzam algum decréscimo.

A Região Norte tem aqui pouco significado, globalmente, contudo a fase final traduz uma presença muito pouco visível.

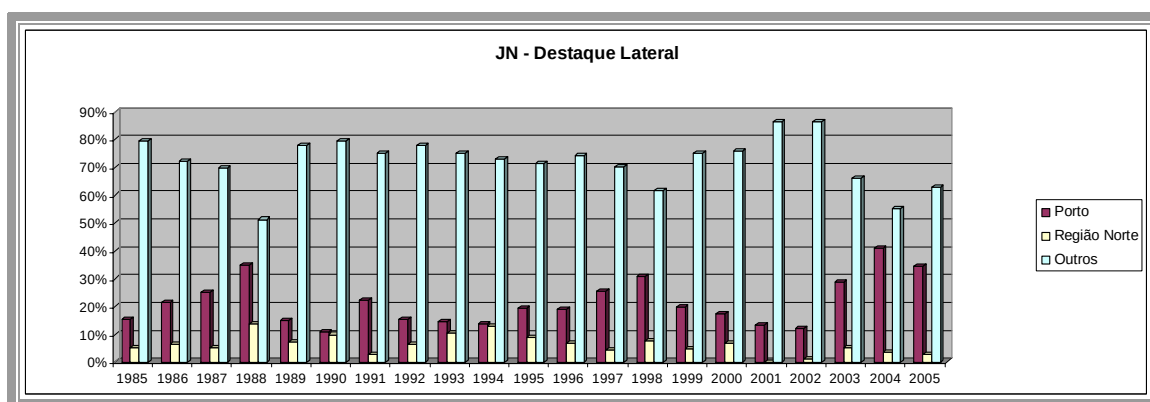


Gráfico 32: Jornal de Notícias - Critérios de noticiabilidade - Destaque Lateral

O terceiro nível de hierarquia confirma, no valor proximidade, as tendências reveladas nos destaques anteriores. As notícias onde o Porto está presente têm um comportamento oscilatório ao longo do período e crescem visivelmente nos últimos anos. Este posicionamento reitera a passagem deste temário para uma posição subalterna.

A inclusão da Região Norte no conjunto das notícias deste confirma a sua secundarização face ao Porto, bem como a pequena dimensão que detém ao longo do período, coroada por um quase total desaparecimento.

O estudo das primeiras páginas dos três jornais portuenses segundo estes critérios de análise permitem apontar algumas linhas definidoras. O primeiro aspecto a destacar será a confirmação das situações de indefinição editorial referidas nas entrevistas relativas ao Comércio e ao Janeiro. No Notícias, será a maior abrangência em termos de actualidade, e verificando-se uma tendência para a descaracterização.

Estas duas ideias aqui enunciadas podem ser constatadas a dois níveis: por um lado a oscilação da posição das grandes editorias no Destaque Central e onde a situação do Grande Porto reitera ou pelo contrário desvaloriza o enfoque do noticiário local. Nos três jornais nos períodos iniciais, regista-se uma situação “ideal” de equilíbrio: os temas da Política, País e Internacional normalmente superam as notícias da cidade.

Esta articulação confirma-se com as posições relativas nos destaques menores, onde o Grande Porto pode ocupar circunstancialmente a primeira posição, mas não é a manchete. Isto é sobretudo válido para o segundo nível de hierarquia onde o valor-notícia dominante é naturalmente muito mais variável.

O terceiro destaque é aquele que complementa e que se caracteriza pela grande diversidade e variedade de posições. O primeiro período reflecte esta realidade nos três jornais.

Os anos 90 constituíram o início das grandes mudanças para os matutinos portuenses. No Comércio as variações registadas nos vários destaques reflectem essa indefinição, enquanto que no Janeiro a opção pelo enfoque local foi mais prematura. No Notícias a cronologia de mudança foi diferente: na privatização houve alguma deriva, mas prevaleceu a orientação tradicional, enquanto que as grandes mudanças se registaram a partir do momento em que o jornal adoptou o novo formato: menos espaço de notícias e escolhas mais abrangentes. No Comércio e no Janeiro as manchetes ligadas ao Porto tenderam a subir e no Jornal de Notícias sofreram um efeito inverso.

Este jornal caracterizou-se mais claramente como generalista e os outros dois reduziram-se à dimensão local.

Com todas as falhas que um estudo desta dimensão comporta será ainda interessante constatar pequenos aspectos que reiteram muito do que foi dito nas entrevistas. O primeiro deles é relativo à Editoria de Política.

A perda deste temário foi notória e corresponde à mudança das estratégias das empresas. Tendeu a ser substituída pela complementaridade, isto é pelas notícias de interesse público. Obviamente que nos períodos eleitorais ela retoma posições importantes, mas a regra é ou a subalterinidade ou o desaparecimento.

Outra das secções que caracteriza os diários generalistas de referência é o Internacional, que nos primeiros anos tem um posicionamento mais evidente que depois tende igualmente a descer para níveis menos significativos. Mais uma vez só nas situações de conflito internacional é que esta editoria é relegada para os destaques mais importantes.

O mesmo é válido para as editorias País e Economia que têm posições razoáveis inicialmente. Depois a segunda desce tendencialmente enquanto que País ou nacional sobe e assume posições de liderança justamente pela sua abrangência.

As outras tendências de subida são dadas pela Sociedade, Cultura e pelo Desporto. O primeiro caso justifica-se não só pelo putativo interesse público, mas também pelo facto de muitos dos temas que anteriormente tinham tratamento próprio (como Educação e Saúde) passaram a estar aqui incluídos. A Cultura ascende claramente nos últimos anos, um pouco reflexo do noticiário local, uma vez que vai para o 3º destaque.

A última referência cabe naturalmente ao Desporto que adquiriu uma grande centralidade em todos os noticiários e que é considerada uma das editorias que mais vende. A chamada deste tema aos dois primeiros destaques tem a ver com este facto, mas não pode esquecer-se igualmente o papel relevante que o futebol ocupa na cidade e daí a posição central que ocupa, em todo o período estudado, nos jornais portuenses. A nota curiosa prende-se com a subalterização desta temática quando o principal clube não é o ganhador.

Conclusões

Os três diários portuenses passaram por vários momentos decisórios que provocaram pontos de viragem no seu processo evolutivo. Estas situações de ruptura traduziram-se, ora na escolha de novos modelos que garantiram a sua continuidade, ora em sucessivas derivas editoriais que levaram ao afastamento da matriz definidora: diários generalistas nacionais. Alguns dos aspectos que determinaram estas transformações inserem-se no quadro global experimentado pela imprensa portuguesa e até numa dimensão mais ampla e internacional, ainda que com cronologias diferentes. Ficaram contudo patentes outros elementos que se revelaram específicos em cada um dos jornais e que ditaram os desenlaces ocorridos. Os factores intrínsecos encontrados assentam nas várias fórmulas administrativas adoptadas, bem como nas orientações editoriais a que deram origem. Esta articulação levou que no caso do *Jornal de Notícias* se chegasse a um modelo de sucesso, enquanto que *O Comércio do Porto* e *O Primeiro de Janeiro* se tenham transformado em projectos de pequena dimensão informativa e o primeiro tenha acabado por deixar de ser publicado.

A transformação levada a cabo na imprensa portuguesa em finais da década de 60, com base nos investimentos facilitados pela entrada em cena dos novos proprietários ligados aos grandes grupos financeiros, provocou uma teia de causalidade a curto e médio prazo. Em primeira instância mudaram-se as estruturas de produção e os conteúdos seguiram o sentido da modernização e permitiram a atracção de novos públicos. As mudanças verificadas nas cidades serviram de pano de fundo a esta nova fase e os jornais viveram um período de grande dinamismo que teria continuidade, apesar do momento de ruptura suscitado pelo 25 de Abril. Neste contexto, os jornais portuenses apresentam algumas especificidades que os destacam dos quadros verificados na capital.

O Janeiro manteve-se completamente alheio a este processo na medida em que não se verificou uma mudança na propriedade. As alterações fizeram-

se sentir mais a nível técnico do que nos conteúdos e Pinto de Azevedo mostrou-se mais avesso à implementação de reformas na redacção, que *contra natura*, era chefiada editorialmente por um tipógrafo, o que levou a que este matutino mantivesse um modelo mais conservador. O *Comércio do Porto*, depois de adquirido pelo Grupo Quina, terá sido aquele que mais se aproxima à nova conjuntura registada na imprensa da capital. O sistema de investimentos confirma-o, bem como as novas contratações e a tentativa de renovação informativa levada a cabo pelas novas chefias. Quanto ao *Jornal de Notícias*, fica aparentemente numa situação de fronteira: a entrada dos investidores de Lisboa permitiu pela primeira vez proceder à contrição dos empréstimos necessários que garantiriam a sua modernização. Contudo, ela foi iniciada anteriormente e, em toda a década de 60, o jornal evoluiu já para um modelo noticioso mais alegre, mais popular idealizado por Pacheco de Miranda e validado pelo público. As facilidades geradas pelo acesso ao crédito permitiram dar uma maior dimensão às reformas, quer pela mudança para as novas instalações que permitiram albergar o novo parque gráfico, quer pela renovação dos quadros redactoriais, através da entrada de uma nova geração de jornalistas, com competências literárias mais completas e bem diferente da velha guarda existente, feita na tarimba.

A revolução de 1974 seria, à partida um factor potenciador das novas dinâmicas instaladas. A conquista da liberdade de expressão, aliada ao renovado interesse pela informação política propiciava o aumento da procura dos jornais. Contudo, vários aspectos contribuíram para que rapidamente se verificasse um divórcio entre o público e a imprensa e os aspectos que anteriormente se tinham configurado como motores de progresso – a entrada de capital que suscitou a sua modernização e a revitalização da actividade noticiosa – adquiriram agora novos contornos. Parte da classe jornalística reviu-se num novo papel – o de militante de uma causa – e os investidores passaram a ser diabolizados pela doutrina anti-capitalista. Rapidamente se instalou um clima de grande conflitualidade, em que as posições se extremaram e os jornais passaram a ser concebidos como parte integrante de projectos de propaganda, ora das organizações políticas em disputa, ora da máquina militar. No meio da instrumentalização consentida ou imposta a

feição noticiosa ficou desvirtuada e a classe não entendeu a ruptura que estava a cavar e que alienava a massa de leitores tradicionalmente fiéis.

Os demais condicionalismos políticos aliados ao descalabro económico promoveram o declínio da imprensa portuguesa. As nacionalizações e as soluções de gestão colectivista serviram os interesses das tentativas de controlo da opinião pública e o modelo socialista revolucionário foi propagandeado pelos diários nacionais, com o beneplácito das administrações militares. O contraditório surgiria também pelas mãos de órgãos de informação, que se constituíam como bandeiras da causa democrática: o *República* e a Rádio Renascença. Esta situação de total fragmentação do campo informativo só teria fim com a solução política e militar encontrada com o 25 de Novembro, que deu origem a um novo ciclo, ainda que não isento de grandes problemas.

Nos contextos do «verão quente», a imprensa da cidade do Porto teve, e mais uma vez, aspectos que se inserem no quadro geral traçado, mas apresenta igualmente elementos de grande especificidade. O *Janeiro*, a priori, foi aquele que do ponto de vista dos condicionalismos teria menos razões para sofrer os grandes abalos que afectavam os jornais nacionais. Não se verificou uma mudança em termos de propriedade, não houve tentativas de implementação de modelos de autogestão e as organizações de extrema-esquerda nunca tiveram a possibilidade de controlar ideologicamente o jornal. O mesmo é válido para as influências de direita, tendo o jornal seguido o caminho da moderação editorial. E é esta a grande originalidade de O *Primeiro de Janeiro*: a radicalização do discurso político nunca chegou a contaminar este diário. Não significa isto que não se tenham feito sentir os reflexos dos movimentos reivindicativos. A nova ordem levou ainda a uma ruptura drástica com a filosofia editorial anterior. Ainda assim, os efeitos do período revolucionário foram decisivos porque levaram ao afastamento de Pinto de Azevedo e levaram ainda a um progressivo desinteresse dos leitores. Isto é, ainda que por razões diversas, os resultados foram similares aos da maioria da imprensa. O discurso sóbrio e equilibrado também não constituiu a solução, provavelmente porque toda a tradução anterior impedia que a nova linha editorial fosse suficientemente moderna e cativante, em razão também da falta de estruturas de chefia que tivessem capacidade para a promover.

O Jornal de Notícias alinhou pela tendência dominante vivida nos jornais lisboetas. A grande maioria do seu capital inseria-se no âmbito do Estado e o clima instalado propiciou a adesão à causa revolucionária. Embora sem nunca tentar afastar a figura de referência, as soluções decisórias de tipo colectivista prevaleceram e retiraram o poder à administração. Esta circunstância foi potenciada por uma tripla causalidade: o poder do conselho de redacção, a sua articulação com os demais sectores, nomeadamente a tipografia, e o respaldo dos militares. Os resultados foram visíveis em termos de ideologização dos conteúdos e do consequente afastamento dos leitores. Mas, e ainda assim, o *Notícias* foi de alguma forma original face aos processos instalados nos diários da capital, uma vez que todas estas movimentações não tinham o cunho de um controlo partidário, pelo menos inicialmente.

O *Comércio do Porto* foi claramente o jornal não-alinhado deste período. Inicialmente marcado pela influência da esquerda e extrema-esquerda, depois de um *volte face* surpreendente, assumiu-se como a voz da oposição nacional, a par da Rádio Renascença. Ainda que sofrendo os efeitos do 11 de Março e a pressão militar, encontrou um discurso político alternativo que cumpriu a função do contraditório, sem se ter convertido num projecto partidário de sinal contrário. Sofreu pressões de toda a ordem, internas e externas e teve a originalidade de ser defendido por tipógrafos que puseram de lado as filiações partidárias. Foi palco de momentos que se revestiram de grande dramatismo, mas foi graças a este posicionamento que encontrou o seu modelo informativo ideal que lhe granjeou as maiores tiragens alcançadas. Seria esta configuração editorial – a preponderância dada ao noticiário político – aquela que seria a imagem de marca no período que se seguiu e que, ainda que tenha correspondido a um decréscimo dos leitores, permitiu uma boa fase em termos de sustentação.

A nova conjuntura iniciada com os governos constitucionais traduziu-se numa pacificação acentuada do clima instalado nos jornais, embora alguns dos factores prevalecessem e tivessem dado origem a outras formas de conflitualidade. As razões ligam-se aos aspectos reivindicativos que ganharam novo impulso com a conjuntura de crise que contrariava as conquistas salariais e sociais alcançadas; à instalação de uma certa feição corporativa da classe

jornalística, que se mostrou avessa a mudanças que tocassem os interesses instalados; à conjugação dos interesses próprios da classe com as estratégias de quem ocupava a cadeira do poder, na medida em que as administrações permaneceram nas mãos do Estado.

A instabilidade governativa favoreceu a manutenção do modelo das empresas públicas de imprensa e levou a que os factores específicos de crise do sector se tornassem cada vez mais acentuados: as tiragens decresceram, o investimento de publicidade diminuiu e os jornais passaram a ser sustentados por um sistema de subsídios directos e indirectos de contornos pouco claros. Este modelo perpetuou-se porque – e apesar das afirmações em contrário – servia a políticos e profissionais: uns, através da nomeação de administrações fiéis asseguravam o controlo das consciências, outros recusavam-se a sair do figurino de funcionalismo público onde se tinham instalado e onde, em alguns casos, podiam participar dos sistemas de rotatividade de cargos, em função da teia de relações partidárias onde se inseriam.

A privatização do capital dos jornais, em inícios da década de 90, pôs fim a cerca de 15 anos de um modelo ruinoso de gestão, bem como permitiu que as novas administrações reorientassem as suas estratégias editoriais em função das dinâmicas de mercado. Foi necessário reformular os diários e torná-los mais atractivos em termos de público e, em consequência, do investimento publicitário. Este passo importante coincidiu com um momento de transformação mais ampla verificada no sector da comunicação social: o início da revolução tecnológica e a inclusão das unidades informativas em grandes grupos de media, que se construíram como as condições essenciais de sobrevivência para os tradicionais projectos de raiz familiar. Os diários nacionais foram confrontados com esta nova e crua realidade: numa espécie de darwinismo jornalístico, os mais fortes sobreviveram e aqueles que tinham as estruturas mais frágeis desapareceram ou deram lugar a novos projectos de muito menor dimensão.

Foi este o cenário que acompanhou os destinos dos matutinos portuenses. Pelo meio foram cometidos erros crassos em termos de gestão, em dois casos, acompanhados por uma total incapacidade de encontrar uma linha editorial coerente que garantisse o elemento fundamental à sua

sobrevivência: o público. o terceiro caso corresponde a uma história de sucesso, ainda que por razões um pouco difíceis de entender.

O *Janeiro*, depois da saída de Pinto de Azevedo entrou num processo administrativo marcado pela lógica do absurdo. É difícil de entender porque razão uma força partidária tem à sua inteira disposição um órgão informativo e se mostra totalmente incapaz de o converter num projecto válido, passível de constituir um aliado poderoso. Em Inglaterra e nos Estados Unidos os diários de referência estão tradicionalmente conotados com os partidos, sem se terem convertido contudo em órgãos ideológicos, e são modelos de sucesso. Com o seu passado *O Primeiro de Janeiro* tinha todas as condições para poder vir a constituir um formato semelhante, mas a inépcia de quem o geriu não permitiu que fosse mais além de um pequeno feudo, e onde a filosofia da gestão passava por outros caminhos que não os da empresa jornalística. Daí que, a orientação editorial reflectisse as sucessivas mudanças implementadas por quem geria o diário e que, em última análise, coubesse aos jornalistas esta tarefa primordial, que acabou por ser levada a cabo um pouco ao sabor da vontade de cada um. Em face destes condicionalismos e dos maus resultados económicos, não é de estranhar que este tenha sido o primeiro dos jornais portugueses a ser vendido e revendido e a alterar drasticamente a sua feição generalista. Ao acompanhar o comportamento das editoriais nas suas primeiras páginas fica claro o momento em que se transforma numa publicação de índole regional. Embora as hierarquias editoriais revelem que este matutino manteve até 1991 o arquétipo generalista típico – política, internacional e país como secções dominantes –, não se mostrou capaz pelas temáticas complementares de encontrar o público-alvo que garantisse a sua continuidade.

A evolução sofrida pelo *Comércio* é igualmente reflexo de várias camadas de indefinição. Ao contrário de o *Janeiro*, contudo, a responsabilidade pela nomeação das administrações ficou claramente nas mãos dos governantes, mas os resultados não foram muito diferentes. A partilha de poder motivada pelo governo PS/CDS atiraria também para as mãos deste último a direcção deste jornal. Ainda assim parece ter havido um maior empenho na tentativa de encontrar uma estratégia para o jornal, ainda

que não necessariamente a acertada. Ela foi potenciada pelo financiamento público que serviu de sustentação aos vários ensaios experimentados, mas o preço a pagar foi muito alto. Apesar da venda a um grupo poderoso, as divergências quanto ao modelo a adoptar levaram também ao descalabro deste jornal centenário. De uma difusão razoável passou para níveis de venda muito baixos até acabar por ser vendido ao grupo espanhol de imprensa regional. Também os comportamentos editoriais das diferentes hierarquias das primeiras páginas do Comércio retratam os três momentos identificadores: a fase inicial tratada é marcada pela preponderância da informação política na perspectiva generalista; é depois seguida por um período em que o noticiário regional é mais favorecido; terminará com o enfoque local mais acentuado, mas com um enquadramento político dos temas da cidade.

O *Jornal de Notícias*, dentro da problemática da governamentalização das administrações é aquele que é menos fácil de interpretar. À partida, esta condicionante traduziu-se num efeito altamente negativo para os jornais onde foi sentida: três desapareceram e o *Diário de Notícias* foi um *handicap* até à privatização e, segundo alguns é ainda o *JN* que sustenta a sua existência. A razão que pode ser aventada para este desvio positivo pode estar no facto de a alternância administrativa, ainda que obedecendo às lógicas partidárias, ter sido sempre prioritariamente guiada pelos interesses intrínsecos deste matutino portuense. Só assim se justifica que a linha editorial tenha evoluído no sentido de acompanhar o interesse do público. É certo que também aqui o noticiário político teve a primazia até à fase da privatização. Mas o diário soube acompanhar a mudança dos tempos e quer a distribuição temática ainda neste período, quer as renovações gráficas, testemunham este esforço. Na segunda fase, de maior indefinição, notou-se um enfoque um pouco mais direccionado para os temas da cidade, mas a diversidade temática e os assuntos de interesse público traduzem bem esta vertente de jornal nacional com uma linguagem popular. Depois de 2000, particularmente, o diário tende a tornar-se mais incaracterístico, menos comprometido com os aspectos da cidade e da região, alinhando-se assim, apesar de eventuais particularidades

estilísticas, pelo tom mais abrangente adoptado por todos os jornais nacionais.

Referências bibliográficas e fontes

AAVV (2005) - *Portugal e a Galiza: a comunicação e os media à luz da economia política*. In *Comunicação e Sociedade*. Braga: Universidade do Minho. ISSN 1645-2089. Nº 7, pp. 71-223

AGEE, Warren K.; TRAQUINA, Nelson (1987) - *O quarto poder frustrado: os meios de comunicação social no Portugal pós-revolucionário*. Lisboa: Vega. (Comunicação & Linguagens). 213 p.

AGNÈS, Yves; CROISSANDEAU, Jean-Michel (1979) - *Lire le journal, pour comprendre et expliquer les mécanismes de la presse écrite avec 110 fiches pratiques*. Saint-Julien-du-Sault : Éditions Lobbies. ISBN 2-901137-03-2. 263 p.

ALDRIDGE, Meryl (2007) - *Understanding the local media*. Berkshire: [s.n.]. ISBN 978-0-33-5222172-1. 193 p.

ALFAIA, José (1983) - *Modernizar e garantir a liberdade: a comunicação social de 1981-82*. Lisboa: Grafiarte. 68 p.

ALSINA, Miquel Rodrigo (1989) - *La construcción de la noticia*. Barcelona: Paidós. ISBN 84-7509-507-0. 208 p.

ALVAREZ TEIJEIRO, Carlos (2006) - Las fronteras del (dês)orden: acerca de los médios, la democracia y el nuevo espacio público-ciudadano. In *Comunicação e Espaço Público*. Brasília: Universidade de Brasília. ISSN 1518-6946. Ano IX, nºs. 1 e 2, pp. 23-35

ALVES, Jorge Fernandes (1993) - Analfabetismo e emigração: o caso do distrito do Porto no século XIX. In *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Faculdade de Letras. ISSN 0871-164X. II série, pp. 271-287

ALVES, Jorge Fernandes (2000) - A estruturação de um sector industrial. In *Separata da Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: Faculdade de Letras. Vol. 1, pp. 153-183

ALVES, Jorge Fernandes (2003) - O Porto oitocentista: a cidade e os espaços industriais. In *Separata de Arquitectando Espaços: da Natureza à Metapólis*. Porto: Faculdade de Letras, pp. 217-222

ALVES, José Augusto dos Santos (2005) - *O poder da comunicação: a história dos media dos primórdios da imprensa aos dias da internet*. Cruz Quebrada: Casa das Letras. ISBN 972-46-1614-2

ALVES, Luís Alberto Marques (1983) - *Subsídios para a história da imprensa em Portugal*. Porto: Secretaria de Estado da Cultura – Centro de Estudos Humanísticos. (Cadernos Estudos Contemporâneos). 55 p.

ANTUNES, José Freire (1980) - *O império com pés de barro: colonização e descolonização em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. (Participar). 128 p.

ANTUNES, José Freire (2006) - *Salazar e Caetano nas encruzilhadas do Estado Novo*; CAETANO, Marcello (2006) - *Minhas memórias de Salazar*. Lisboa: Verbo. ISBN 978-972-22-2013-2, 814 p.

ARAÚJO, João Telmo (1987) - Deontologia: poder económico, político e cultura. In II CONGRESSO DOS JORNALISTAS PORTUGUESES, 1º, Lisboa, 1986. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 82-85

ARROYO CABELLO, Maria (2006) - La prensa española en la democracia (1982-2006): transformación, concentración y regionalización. In *Estudos do Século XX: o(s) tempo(s) do(s) medi@*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. ISSN 1645-3530. Vol. 7, pp. 133-146

ATKINSON, Joe (2003) - Tabloid journalism. In *Encyclopedia of International Media and Communications*. New York: Colombia University. ISBN 978-0-12-3877670-6. Vol. 4

AYCOCK, Frank (1999) - Localism in the era of globalization and new technologies: implications for the 21st century. *TBS Archives*. [Em linha]. Cairo: Adham Center for Television Journalism. N. º 2 [Consultado em 25 de Janeiro de 2006]. Disponível em: <http://www.tbsjournal.com/Archives/archives.html>

AZEVEDO, Cândido de (1999) - *A censura: de Salazar a Marcelo Caetano*. Lisboa: Caminho. (Nosso Mundo). ISBN 972-21-1283-X. 655 p.

BANTIMAROUDIS, Philemon; KAMPANELLOU, Eleni (2007) - The cultural framing hypothesis: attributes of cultural alliances and conflicts. In *The International Journal of Press/Politics*. ISSN 1940-1620. Vol 12, nº 2, pp. 80-90

BARBER, Benjamin R. (2004) - Imperialism or interdependence? In *Security Dialogue*. London: Sage. ISSN 1460-3640. Vol. 35, pp. 237-242

BARBOSA, Susana (2002) - A informação de proximidade no jornalismo online. In *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação* [Em linha]. ISSN 1646-3137 [Consultado em 3 de Fevereiro de 2007]. Disponível em: www.bocc.ubi.pt

BARBOSA, Susana (2002) - Jornalismo digital e a informação de proximidade: o caso dos portais regionais, com estudo sobre o UAI e o iBahia. In *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação* [Em linha]. ISSN 1646-3137 [Consultado

em 3 de Fevereiro de 2007]. Disponível em: www.bocc.ubi.pt [Tese de mestrado]

BARDOEL, Jo; HAENENS, Leen d' (2004) - Media meet the citizen: beyond market mechanisms and government regulations. In *European Journal of Communication*. London: Sage. ISSN 0267-3231. Vol. 19, pp. 165-194

BARRERA, Carlos coord. (2004) - *Historia del Periodismo Universal*. Barcelona: Ariel. (Ariel Comunicación). ISBN 84-344-1300-0. 417 p.

BAUMAN, Zygmunt (1998) - On glocalization: or globalization for some, localization for some others. In *Thesis Eleven*. London: Sage. ISSN 1461-7455. Vol. 54, pp. 37-49

BAUMAN, Zygmunt (2001) - Wars of the globalization era. In *European Journal of Social Theory*. London: Sage. ISSN 1461-7137. Vol. 4, pp. 11-28

BAUMAN, Zygmunt, (2000) - Sociological enlightenment: for whom, about what? In *Theory, Culture & Society*. London: Sage. ISSN 1460-3616. Vol 17, pp. 71-82

BENSON, Rodney (2006) - News media as a journalistic field: what Bourdieu adds to new institutionalism, and vice versa. In *Political Communication*. ISSN 1058-4609. Vol 23, pp-187-200

BENTHAM, Jeremy (1984) - *Déontologie ou science de la morale: ouvrage posthume*. Paris : Charpentier. 359 p.

BERNARDO, Manuel Amaro (2004) - *Memórias da Revolução: Portugal 1974-1975*. Lisboa: Prefácio. ISBN 972-8816-30-8. 740 p.

BESSA, Alberto (1904) - *O jornalismo*. Lisboa: Viúva Tavares Cardoso. 367 p.

BOURDIEU, Pierre (2005) - *Sobre a televisão*. Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-8027-74-5. 115 p.

BOURDON, Jérôme (2006) - *Introdução aos media*. Porto: Campo das Letras. ISBN 972-610-714-8. 156 p.

BOYDE-BARRETT, Oliver; RANTANEN, Terhi eds. (1998) - *The globalization of the news*. London: Sage. ISBN 0-7619-5387-6.

BRITO, J. M. Brandão de (1999) - *Censura*. In ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de, dir. - *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand Editora, ISBN 972-25-1015-0, pp. 139-141.

BRITO, J. M. Brandão de (1999) - Do marcelismo ao fim do império. In BRITO, J. M. Brandão de, coord. - *Revolução e Democracia*. Lisboa: Editorial Notícias. ISBN 972-46-0989-8.

BRITO, J. M. Brandão de (1999) - *Grupos económicos conglomerados*. In ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de, dir. - *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand Editora, ISBN 972-25-1015-0, pp. 406-409.

BRITO, J. M. Brandão de (1999) - *Imprensa clandestina*. In ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de, dir. - *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand Editora, ISBN 972-25-1015-0, pp. 441-451.

BRITO, J. M. Brandão de (1999) - O país em revolução. In BRITO, J. M. Brandão de, coord. - *Revolução e Democracia*. Lisboa: Editorial Notícias. ISBN 972-46-0989-8.

BRITO, J. M. Brandão de (1999) - *Política Económica*. In ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de, dir. - *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand Editora, ISBN 972-25-1015-0, pp. 765-769.

BRITO, J. M. Brandão de (1999) - *Revolução e Democracia*. Lisboa: Editorial Notícias. ISBN 972-46-0989-8. 2 vols.

BROMLEY, Michael; O'MALLEY, Tom (1997) - *A journalism reader*. London: Routledge. ISBN 0-415-14136-2. 394 p.

BROOKS, Brian S. [et al.] (1988) - *News reporting and writing*. New York: St. Martin's Press. ISBN 0-312-04768-1. 589 p.

CABRAL, Alberto Villaverde (1982) - Quem não está informado não pode ser livre. In I CONGRESSO DOS JORNALISTAS PORTUGUESES, 1º, Lisboa, 1982. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 243-247

CABRERA, Ana (2006) - *Marcello Caetano: poder e imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte. ISBN 972-24-1465-8. 284 p.

CÁDIMA, Francisco Rui de (1999) - Os media na Revolução (1974-1976). In BRITO, J. M. Brandão de, coord. - *O País em Revolução*. Lisboa: Editorial Notícias, pp. 321-358

CÁDIMA, Francisco Rui de, (2006) - Jornalismo e jornalistas em Portugal: desafios, limites e responsabilidade. In *Estudos do Século XX: o(s) tempo(s) do(s) medi@*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. ISSN 1645-3530. Vol. 7, pp. 147-165

CÁDIMA, Francisco Rui de - *Irreal TV: a comunicação social em Portugal no Século XX - Fragmentos para a história de um servidor de dois anos*. [Em linha]. [Consultado em 30 de Abril 2006]. Disponível em: http://irrealtv.blogspot.Com/2004_05_30_irrealtv_archive.html

CAMACHO, Rui (1980a) - *Porque morrem os jornais em Portugal: as raízes da crise*. Diário de Notícias. (24 Mar. 1980).

CAMACHO, Rui (1980b) – *Porque morrem os jornais em Portugal: os erros persistentes*. Diário de Notícias. (06 Abr. 1980).

CAMACHO, Rui (1980c) – *O que é um jornal?* Diário de Notícias. (01 Jun. 1980).

CÂMARA, Adriano Moreira da (1986) - Rádio Velha / Rádio Nova. In *60 anos de rádio em Portugal*. Lisboa: Vega, p. 37

CAMPONEZ, Carlos (2002) - *Jornalismo de proximidade: rituais de comunicação na imprensa regional*. Coimbra: Minerva Coimbra. ISBN 972-798-048-1. 289 p.

CARDET, Ricardo (1981) - *Manual de Jornalismo*. Lisboa: Editorial Caminho. 116 p.

CARNEIRO, Francisco Sá (1975) – Poder civil, autoridade democrática e social-democrática. Lisboa: Dom Quixote. 182 p.

CARRILHO, Maria (1994) – As forças armadas. In REIS, António coord. - *Portugal: 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN 972-42-0839-7, pp. 152-159

CARVALHEIROS, José Ricardo (2000) – Média e cidadania na periferia portuguesa. In *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação* [Em linha]. ISSN 1646-3137 [Consultado em 3 de Fevereiro de 2007]. Disponível em: www.bocc.ubi.pt

CARVALHO, Alberto Arons de (1970) - *A censura e as leis de imprensa*. Lisboa: Seara Nova. 182 p.

CARVALHO, Alberto Arons de (1986) - *A liberdade de informação e o Conselho de Imprensa: 1975-1985*. Lisboa: Direcção Geral da Comunicação Social. 182 p.

CARVALHO, Alberto Arons de (1999) - *A censura à imprensa na Época Marcelista*. 2ª ed. Coimbra: Minerva. ISBN 972-8318-53-7. 148 p.

CARVALHO, Arons de (1986) - *Uma empresa lucrativa à venda*. Jornal de notícias. (26 Fev. 1986).

CARVALHO, Arons de (1986) - *Vender capital do JN é medida profundamente errada*. Jornal de notícias. (26 Fev. 1986).

CHARON, Jean-Marie (1994) - *Presse : le retour des industriels*. In *Médias Pouvoirs. Politiques, Économies et Stratégies des Médias*. Paris : Médias Pouvoirs. ISSN 0762-56-42. N. ° 35, pp. 39-44

CHAVES, Miguel de Mattos (2005) - *Portugal e a construção europeia: mitos e realidades*. Lisboa: SeteCaminhos. ISBN 989-602-045-0. 279 p.

CHECA GODOY, António (2000) - *Clavel al Euro. 25 Años de Prensa en Portugal*. In *Revista Latina de Comunicación Social*. [Em linha]. N. ° 26. [Consultado em 03 de Maio de 2007]. Disponível em: <http://www.ull.es/publicaciones/latina>

CLAUSEN, Dane S. (2003) - *Local newspapers*. In *Encyclopedia of International Media and Communications*. New York: Colombia University. ISBN 978-0-12-3877670-6. Vol. 3, pp. 277-298

CONGRESSO DOS JORNALISTAS PORTUGUESES, 1º, Lisboa, 1982 - *1º Congresso dos jornalistas portugueses*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982. 2 vols.

CONGRESSO DOS JORNALISTAS PORTUGUESES, 2º, Lisboa, 1986 - *2º Congresso dos jornalistas portugueses: conclusões, teses, documentos: deontologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987. 2 vols.

CONSELHO DE IMPRENSA (1979) - *A imprensa escrita em Portugal: Abril de 1974 a Julho de 1976*. [Doc. Policopiado]. Lisboa: Conselho de Imprensa. 291 p.

CONSELHO DE IMPRENSA (1983) - *O que é para que serve?* Lisboa: Conselho de Imprensa.

CONSELHO DE IMPRENSA (1987). 2ª ed. Lisboa: Assembleia da República.

CORREIA, Fernando (2006) - Anos 60: um período de viragem no jornalismo português. In *Media & Jornalismo, O Jornalismo e a História*. Coimbra: Minerva Coimbra. ISBN 1645-5681. N.º 9, pp. 23-39

CORREIA, Fernando Correia (1997) - *Os Jornalistas e as notícias: a autonomia dos jornalistas em questão*. Lisboa: Caminho. ISBN 972-21-1165-5. 287 p.

CORREIA, Fernando; BAPTISTA, Carla (2007) - *Jornalistas: do ofício à profissão: mudanças no jornalismo português (1956-1968)*. Lisboa: Editorial Caminho. (Nosso Mundo). ISBN 978-972-21-1858-3. 461 p.

CORREIA, João Carlos (1997) - Jornalismo e Espaço Público. In *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação* [Em linha]. ISSN 1646-3137 [Consultado em 3 de Fevereiro de 2007]. Disponível em: www.bocc.ubi.pt

CORREIA, João Carlos (1998) - A região e o espaço público: um contributo crítico. In *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação* [Em linha]. ISSN 1646-3137 [Consultado em 3 de Fevereiro de 2007]. Disponível em: www.bocc.ubi.pt

CORREIA, João Carlos (1998) - Jornalismo regional e cidadania. In *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação* [Em linha]. ISSN 1646-3137 [Consultado em 3 de Fevereiro de 2007]. Disponível em: www.bocc.ubi.pt

CORREIA, João Carlos (2004) - *Comunicação e cidadania: os media e a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralistas*. Lisboa: Livros Horizonte. (Media e Jornalismo). ISBN 972-24-1318-X. 244 p.

CORREIA, João Carlos (2006) - A imprensa regional e comunicação política: as eleições autárquicas de 2005. In *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação* [Em linha]. ISSN 1646-3137 [Consultado em 3 de Fevereiro de 2007]. Disponível em: www.bocc.ubi.pt

CORREIA, Pedro Pizarat (1999) - Descolonização. In BRITO, J. M. Brandão coord. - *Revolução e Democracia*. Lisboa: Editorial Notícias. ISBN 972-46-0989-8, pp. 101-219

COSTA, Cláudia Maria Pereira da (2005) - *Influência da comunicação municipal na imprensa regional*. In *Comunicação e Sociedade*. Braga: Universidade do Minho. ISSN 1645-2089. Nº 8, pp. 73-84

COSTA, Silva (1982) - Crescimento quantitativo da informação: condição de democracia e desenvolvimento. In I CONGRESSO DOS JORNALISTAS PORTUGUESES, 1º, Lisboa, 1982. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 159-155

COSTA, Silva (1986) - *Princípio da liberdade de imprensa é antagónico da intervenção do poder*. Jornal de notícias. (25 Fev. 1986).

CRATO, Nuno (1992) - *A imprensa: comunicação social: iniciação ao jornalismo*. Lisboa: Presença, 278 p.

CUNHA, Alfredo (1904) - *Eduardo Coelho: A sua vida e a sua obra: alguns factos para a história do jornalismo português contemporâneo*. Lisboa: Typographia Universal. 76 p.

CUNHA, Alfredo (1941) - *Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa (1641-1821)*. Lisboa: [s.n.]. 298 p.

CURRAN, James; SEATON, Jean (1995) - *Power without responsibility: the press and broadcasting in Britain*. London: Routledge. ISBN 0-415-06450-3. 429 p.

DAYAN, Daniel; KATZ, Elihu (1999) - Media events. In TUMBER, Howard - *News: a reader*. ISBN 0-19-87231-2, pp. 49-60

DEUZE, Mark (2005) - What is journalism? professional identity and ideology of journalists reconsidered. In *Journalism: theory, practice and criticism*. London: Sage. ISSN 1464-8849. Vol. 6, pp. 442-464

DGCS (1990) - *Imprensa escrita e jornalismo: legislação básica*. Lisboa: Direcção Geral de Comunicação Social. 133 p.

DIL, Fernando; PINA, Carlos (1975) - *Operação República*. [S.l.]: Edições Terceiro Mundo. 143 p.

DORNELLES, Beatriz (2004) - Características de jornais e leitores interioranos no final do século 20. In *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação* [Em linha]. ISSN 1646-3137 [Consultado em 3 de Fevereiro de 2007]. Disponível em: www.bocc.ubi.pt

DUPOY, Georges (1994) - O 25 de Abril na imprensa francófona: a luta entre terceiro mundistas e europeístas. In *O 25 de Abril nos media internacionais*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0328-4, pp. 139-145

EDIÇÃO COMEMORATIVA do 75º Aniversário do Jornal de Notícias, 1963

ESTATUTOS da empresa o Jornal de Notícias.

FAUSTINO, Paulo (2004) - *A imprensa em Portugal: transformações e tendências*. Lisboa: MediaXXI. ISBN 972-99351-0-6. 264 p.

FERREIRA, José Medeiros (1983) - *Ensaio histórico sobre o 25 de Abril: o período pré-constitucional*. Imprensa Nacional Casa da Moeda. 201 p.

FERREIRA, José Medeiros (2001) - Portugal em transe (1974-1985). In Mattoso, José dir. *História de Portugal*. ISBN 972-33-1677-3. [Lisboa]: Editorial Estampa. Vol. VIII

FIDALGO, Joaquim (2008) - *O jornalista em construção*. Porto: Porto Editora. ISBN 978-972-0-45267-2. 191 p.

FIDLER, Roger F. (2003) - Future role of newspapers. In *Encyclopedia of International Media and Communications*. New York: Colombia University. ISBN 978-0-12-3877670-6. Vol. 3. pp. 267-276

FIGUEIRA, João (2006) - Uma incursão no jornalismo português no Verão Quente de 1975. In *Estudos do Século XX: o(s) tempo(s) do(s) medi@*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. ISSN 1645-3530. Vol. 7, pp. 77-96

FONTCUBERTA, Mar (1981) - *Estructura de la noticia periodistica*. Barcelona: A.T.E. ISBN 84-7442-215-9. 182 p.

FORTE, Isabel (2000) - *A censura de Salazar no Jornal de Notícias: da actuação da Comissão de Censura do Porto no Jornal de Notícias durante o governo de António Oliveira Salazar*. Coimbra: Minerva Coimbra. (Comunicação). ISBN 972-8318-92-8. 193 p.

FOURDIN, Monique (1992) - L'ambiguïté local/politique : la dialectique du magazine municipal. In *Médias Pouvoirs. Politiques, Économies et Stratégies des Médias*. Paris : Médias Pouvoirs. ISSN 0762-56-42. N. ° 27, pp. 43-51

FRANCO, Graça (1993) - *A censura à imprensa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. ISBN 972-27-0570-9. 208 p.

FRANCO, Sousa (1994) - A experiência revolucionária. In REIS, António coord. - *Portugal: 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN 972-42-0839-7, pp. 175-205

FRANCO, Sousa (1994) - Enquadramento da revolução. In REIS, António coord. - *Portugal: 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN 972-42-0839-7, pp. 172-175

FRANCO, Sousa (1994) - O período europeu. In REIS, António coord. - *Portugal: 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN 972-42-0839-7, pp. 206-258

FRANCO, Sousa (1994) - O tempo crítico. In REIS, António coord. - *Portugal: 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN 972-42-0839-7, pp. 171-205

FRÉMONTIER, Jacques (1976) - *Portugal: os pontos nos ii*. Lisboa: Moraes Editores. (Temas e Problemas). 214 p.

GADINI, Sérgio Luiz (2001) - Tematização e agendamento cultural nas páginas dos diários portugueses. In *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação* [Em linha]. ISSN 1646-3137 [Consultado em 3 de Fevereiro de 2007]. Disponível em: www.bocc.ubi.pt

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe (1999) - The structure of foreign news. In TUMBER, Howard - *News: a reader*. ISBN 0-19-87231-2, pp. 21-31

GANS, Herbert J. (1992) - *Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. 25th ed. Evanston: Northwestern University Press. ISBN 0-8101-2237-5. 393 p.

GARCIA AVILÉS, José A. (2003) - Status of media in Spain and Portugal. In *Encyclopedia of International Media and Communications*. New York: Colombia University. ISBN 978-0-12-3877670-6. Vol 4

GARCIA, Luís; CASTRO, José (1985) - Recomposição social e estratégias profissionais. In *Cadernos do Jornalismo*. Porto: Centro de Formação de Jornalistas. N.º 1

GAYE, Tuchman (1980) - *Making news: a study in the construction of reality*. New Yourk: The Free Press. ISBN 0-02-932930-2. 244 p.

GITLIN, Tood (2003) - *The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the new left*. Los Angeles: University of California Press. ISBN 0-520-23932-6. 327 p.

GOMES, Adelino (1986) - *Poder tecnocrático domina sector da informação*. Jornal de notícias. (22 Dez. 1978).

GOMES, Adelino; CASTANHEIRA, José Pedro (2006) - *Os dias loucos do PREC*. Lisboa: Expresso; Público. ISBN 972-8993-17-X. 431 p.

GOMES, Cardoso (2006) - Álvaro Salvação Barreto: oficial e censor do salazarismo. In *Media & Jornalismo*. Coimbra: Minerva Coimbra. ISSN 1645-5681. N.º 9, pp. 57-88

GOMES, Ricardo Miguel (2005) - *A imprensa diária portuense no período revolucionário (1974-1975)*. [Doc. policopiado] Porto: [Edição do autor]. 302 p. [Tese de mestrado]

GOMES, Ricardo Miguel (2006) - A Imprensa Diária Portuense no Período Revolucionário de 1974-1975O. In LOFF, Manuel; PEREIRA, Maria da Conceição Meireles (coords.) - *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)*. Porto: Editora da Universidade do Porto. (Para Saber). ISBN 972-8025-47-5. 294 p.

GOMIS, Lorenzo (1991) - *Teoría del periodismo: cómo se forma el presente*. Barcelona: Paidós. ISBN 84-7509-655-7. 212 p.

GRABER, Doris; MCQUAIL, Denis; NORRIS, Pipa eds. (1998) - *The politics of news: the news of politics*. Washington: CQ press. ISBN 1-56802-412-6. 268 p.

HAAS, Tanni; STEINER, Linda (2001) - Public journalism as a journalism of publics: implications of the Habermas-Fraser debate for public journalism. In *Journalism: theory, practice and criticism*. London: Sage. ISSN 1464-8849. Vol. 2, pp. 123-147

HAAS, Tanni; STEINER, Linda (2006) - Public journalism: a reply to critics. In *Journalism: theory, practice and criticism*. London: Sage. ISSN 1464-8849. Vol. 7, pp. 238-254

HABERMAS, Jürgen (1984) - *Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. (Biblioteca Tempo Universitário). 397 p.

HACKET, Robert A., (1993) - Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade no estudos dos media noticiosos. In TRAQUINA, Nelson, org. - *Jornalismo: questões, teorias, histórias*. Lisboa: Vega. ISBN 972-699-405-5, pp. 101-130

HALL, Stuart, [et al.] (1999) - Policing the crisis. In TUMBER, Howard - *News: a reader*. ISBN 0-19-87231-2, pp. 249-256

HERMAN, Edward S. (1993) - A diversidade de notícias: marginalizando a oposição. In TRAQUINA, Nelson, org. - *Jornalismo: questões, teorias, estórias*. Lisboa: Vega. ISBN 972-699-405-5, pp. 214-223

HERMAN, Edwards; CHOMSKY, Noam (2002) - *Manufacturing consent: the political economy of the mass media*. New York: Pantheon Books. ISBN 0-375-71449-9. 412 p.

HOLMES, David (2006) - *Communication theory: media, technology and society*. London: Sage. ISBN 0-7619-7070-3. 255 p.

HORTA, Ana (19--) - Leitura de jornais: aspectos de uma prática minoritária. [Em linha]. In *V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas: Reflexividades e Acção: Atelier Comunicação: Actas*. [Consultado em 2 de Agosto de 2007]. Disponível em: <http://www.google.pt/search?hl=ptPT&q=leitura+de+jornais%3Aaspectos+de+uma+pr%C3%A1tica+minorit%C3%A1ria&btnG=Pesquisar&meta=>

HOWLEY, Kevin (2003) - A poverty of voices: street papers as communicative democracy. In *Journalism: theory, practice and criticism*. London: Sage. ISSN 1464-8849. Vol. 4, pp. 273-292

JEANNENAY, Jean-Nöel (1996) - *Uma história da comunicação social*. Lisboa: Terramar. ISBN 972-710-149-6. 303 p.

JENSEN, Klaus Bruhn; JANKOWSKI, Nicholas W., eds. (1995) - *A handbook of qualitative methodologies for mass communication research*. London: Routledge. ISBN 0-415-05405-2. 272 p.

KANISS, Phyllis (1991) - *Making local news*. Chicago: University of Chicago Press. ISBN 0-226-42348-4. 260 p.

KELLNER, Douglas (1998) – Zygmunt Bauman's postmodern turn. In *Theory, Culture & Society*. London: Sage. ISSN 1460-3616. Vol 15, pp. 73-86

KURPIUS, David D. (2003) - Bucking a trend in local television news: combating market-driven journalism. In *Journalism: theory, practice and criticism*. London: Sage. ISSN 1464-8849. Vol. 4, pp. 76-94

KUYPERS, Jim A. (2002) - *Press bias and politics: how the media frame controversial issues*. Westport: Praeger. ISBN 0-275-97759-5. 302 p.

LACY, Stephen; RIFFE, Daniel (2003) - Evolution of newspapers: 1955 – Present. In *Encyclopedia of International Media and Communications*. New York: Colombia University. ISBN 978-0-12-3877670-6. Vol. 3, pp. 257-266

LAINS, Pedro (2004) A economia portuguesa no século XX: crescimento e mudança estrutural. In PINTO, António Costa coord. - *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. ISBN 972-20-2736-0

LANÇA, Isabel Babo (2006) - *A configuração dos acontecimentos públicos: o caso República e as manifestações nos Açores em 1975*. Coimbra: Minerva Coimbra. ISBN 972-798-186-0. 351 p.

LEMONS, Mário Matos (2006) - *Jornais diários portugueses do Século XX: um dicionário*. Coimbra: Ariadne Editora. ISBN 972-8838-35-2. 684 p.

LICHTER, S. Robert; ROTHMAN, Stanley; LICHTER, Linda S. (1990) – The media elite: american's new powerbrokers. New York: Hasting House. (Communication Arts Books). ISBN 0-8038-9350-7. 342 p.

LIMA, Helena Laura Dias de (1998) – *A Previdente: uma revista de seguros (1864-1870): para a história da imprensa especializada*. [Doc. Policopiado]. Porto: [Ed. Do autor]. [tese de mestrado].

LIMA, Helena Laura Dias de (2006) – Jornal de notícias: títulos e a alteração do valor-notícia. In ACTAS DO CONGRESSO DA LUSOCOM, 2006. Santiago de Compostela.

LIPPMANN, Walter (1999) – Public opinion. In TUMBER, Howard – *News: a reader*. ISBN 0-19-87231-2, pp. 5-11

LOFF, Manuel; PEREIRA, Maria da Conceição Meireles (coords.) (2006) – *Portugal: 30 anos de Democracia (1974-2004)*. Porto: Editora da Universidade do Porto. (Para Saber). ISBN 972-8025-47-5. 294 p.

LOISEAU, Gérard (1992) – La télématique municipale, média de proximité. In LOPES, José da Silva (2004) – *A economia portuguesa desde 1960*. 7ª ed. Lisboa: Gradiva. ISBN 972-662-472-X. 331 p.

LOPES, José da Silva (2004) – *A economia portuguesa desde 1960*. Lisboa: Gradiva. ISBN 972-46-1641-2. 331 p.

LÓPEZ GARCÍA, Xosé (1999) – La información de proximidad en la sociedad global. In *Revista Latina de Comunicación Social*. [Em linha]. N.º 13, enero. [Consultado em 16 de Janeiro de 2006]. Disponível em: <http://www.lazarillo.com/latina/a1999c/140xose.htm>

LÓPEZ GARCÍA, Xosé (2000) – La comunicación del futuro se escribe con L de local. In *Revista Latina de Comunicación Social*. [Em linha]. N.º 34, octubre. [Consultado em 16 de Janeiro de 2006]. Disponível em: <http://www.ull.es/publicaciones/latina>

MATHIEN, Michel (1983) – *La presse quotidienne régionale*. Paris : PUF. (Que Sais-je ?). ISBN 2-13-039564-3. 126 p.

MATTELART, Armand (1999) – *A mundialização da comunicação*. Lisboa: Instituto Piaget. ISBN 972-771-164-2. 160 p.

MATTELART, Armand; NEVEU, Érik (2006) - *Introdução aos Cultural Studies*. Porto: Porto Editora. ISBN 972-0-45260-9. 127 p.

MAXWELL, Kenneth (1999) - *A construção da democracia em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença. ISBN 972-23-2402-0. 271 p.

McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. (2000) - A evolução da pesquisa sobre o agendamento: vinte e cinco anos no mercado das ideias. In TRAQUINA, Nelson - *O poder do Jornalismo: análise de textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva. ISBN 972-8318-77-4, pp. 125-136

McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. (2000) - A função do agendamento dos media. In TRAQUINA, Nelson - *O poder do Jornalismo: análise de textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva. ISBN 972-8318-77-4, pp. 47-62

MCQUAIL, Denis (2003) - *Teoria da comunicação de massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN 972-31-1021-0. 555 p.

MENDES, Frederico Martins (2008) - *Memórias de Notícias do Jornal*. Porto: Jornal de Notícias; Câmara de Matosinhos. ISBN 978-972-9143-56-4. 477 p.

MESQUITA, Mário (1986) - *Contra o 11 de Março às avessas*. Jornal de notícias. (26 Fev. 1986).

MESQUITA, Mário (1987) - *Sistema industrial estratégico: comunicação indústria dos media* [Doc. Policopiado]. Lisboa: JNICT. (Programas FAST II das Comunidades Europeias).

MESQUITA, Mário (1994) - O caso República: um Incidente crítico. In *Revista de História das Ideias. Do Estado Novo ao 25 de Abril*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, FLUC. ISSN 0870-0958. N. °16, pp. 507-554

MESQUITA, Mário (1994) - Os meios de comunicação social. In REIS, António coord. - *Portugal: 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN 972-42-0839-7, pp. 360-405

MESQUITA, Mário; PONTE, Cristina (1997) - Situação do ensino e da formação profissional na área do jornalismo: 1996-97. In *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação* [Em linha]. ISSN 1646-3137 [Consultado em 16 de Janeiro de 2006]. Disponível em: www.bocc.ubi.pt

MESQUITA, Mário; REBELO, José Rebelo, (orgs.) (1994) - *O 25 de Abril nos media internacionais*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0328-4. 309 p.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn (1999) - News as purposive behaviour: on the strategic use of routine events, accidents, and scandals. In TUMBER, Howard - *News: a reader*. ISBN 0-19-87231-2, pp. 37-48

NEGRINE, Ralph (2000) - *Politics and the mass media in Britain*. 2th ed. New York: Routledge. ISBN 0-415-09468-2. 235 p.

NEVEU, Érik (2005) - *Sociologia do jornalismo*. Porto: Porto Editora. ISBN 972-0-45255-2. 143 p.

NOBRE-CORREIA, José Manuel (1994) - A paisagem mediática europeia depois da desregulamentação. In *Revista de História das Ideias. Do Estado Novo ao 25 de Abril*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, FLUC. ISSN 0870-0958. N.º 16, pp. 555 - 574

NOBRE-CORREIA, José Manuel (1997) - Les médias portugais de la dictature a la démocratie. In *Médias Pouvoirs. Politiques, Économies et Stratégies des Médias*. Paris : Médias Pouvoirs. ISSN 0762-56-42. N.º 1, pp. 37-47

NORRIS, Pippa; KERN, Montague; JUST, eds. (2003) - *Framing terrorism: the new media , the government, and the public*. London: Routledge. ISBN 0-415-94718-9. 329 p.

NUNES, Maria de Fátima (1989) - *O Panorama: jornal literário e instrutivo da sociedade propagadora de conhecimentos úteis*. Lisboa: Publicações Alfa. (Testemunhos Contemporâneos). 179 p.

NUNES, Maria de Fátima (2005) - Arqueologia de uma prática científica em Portugal: uma história da fotografia. In *Revista da Faculdade de Letras: História*. ISSN 0871-164X. Vol. 6, III série, pp. 169-183

OLIVEIRA, José Manuel Paquete de (1987) - A publicidade em Portugal: análise da situação. In *Relatório sistema industrial estratégico: comunicação / indústria dos media*. [Doc. Policopiado]. Lisboa: JNICT. (Programas FAST II das Comunidades Europeias), p. 9

OLIVEIRA, José Manuel Paquete de (1988) - *As formas de “censura oculta” na imprensa escrita em Portugal no pós-25 de Abril (1974-1987)*. [Doc. policopiado] Lisboa: [Edição do autor]. Vol. 1. [Tese de doutoramento]

OLIVEIRA, José Manuel Paquete de (1992) - A integração europeia e os meios de comunicação social: (995-1024). In *Análise Social*. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais. ISSN 0003-2573. N.ºs 118-119.

OLIVEIRA, José Manuel Paquete de (1994) - Portugal: un lent cheminement vers l'Europe. In *Médias Pouvoirs. Politiques, Économies et Stratégies des Médias*. Paris : Médias Pouvoirs. ISSN 0762-56-42. N. ° 36, pp. 132-137

PALLA, Maria Antónia (1992) - A liberdade de imprensa entre o poder e a independência. In REIS, António dir. - *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, pp. 269-270

PENA RODRIGUEZ, Alberto (1998) - *El gran aliado de Franco. Portugal y la Guerra Civil Española: prensa, radio, cine y propaganda*. A Coruña: Edicions do Castro. (Documentos). ISBN 84-7492-898-2. 511 p.

PEREIRA, Esteves (1978) - *Equívocos e fatalismos na imprensa diária*. Diário de Notícias. (01 Jun. 1980).

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles (2006) - Os vinte anos do 25 de Abril na «Vértice». In LOFF, Manuel; PEREIRA, Maria da Conceição Meireles (coords.) - *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)*. Porto: Editora da Universidade do Porto. (Para Saber). ISBN 972-8025-47-5. 294 p.

PINTO, António Costa, coord. (2004)- *Portugal contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote. (Anais). ISBN 972-20-2736-0. 301 p.

PINTO, Manuel [et al.] (2000) - *A comunicação e os media em Portugal (1995-1999): cronologia e leituras de tendências*. Braga: Universidade do Minho. ISBN 972-98616-0-9. 272 p.

PIZARROSO QUINTERO, Alejandro, coord. (1994) - *História da imprensa*. Lisboa: Planeta Editora. ISBN 972-731-045-1. 703 p.

POTTER, James W. (2001) - *Media literacy*. 2th ed. London: Sage. ISBN 0-7619-0926-5. 422 p.

PRIMEIRO DE JANEIRO (O) (1988) - In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Verbo. Vol. 15

RDP (1986) - *60 anos de rádio em Portugal*. Lisboa: Vega. 306 p.

REBELO, José (1994) - Imagens de um pretérito imperfeito. In *O 25 de Abril nos media internacionais*. Porto: Afrontamento. ISBN 972-36-0328-4, pp. 81-157

REBELO, José (2003) – *A comunicação: temas e argumentos*. Coimbra: Minerva Coimbra. (Minerva Ciências da Comunicação). ISBN 972-798-066-X. 200 p.

REBELO, José (2003) - A imprensa de Lisboa e a greve geral Março de 1988: uma proposta de análise. In *Comunicação: temas e argumentos*. Coimbra: Minerva Coimbra. (Minerva Ciências da Comunicação). ISBN 972-798-066-X, pp. 149-159

REIS, António Reis (1994) - *Portugal: 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN 972-42-0839-7. 519 p.

REIS, António, dir. (1990) - *Portugal contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa. 6 vols.

REZOLA, Maria Inácia (2006) - *Os militares na Revolução de Abril: o Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*. 2ª ed. Lisboa: Campo da Comunicação. ISBN 972-8610-50-5. 534 p.

REZOLA, Maria Inácia (2007) - *25 de Abril: mitos de uma Revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros. ISBN 978-989-626-054-5. 411 p.

RIBEIRO, Fernando Vasco Moreira (2006) – *Fontes sofisticadas de informação: análise do produto jornalístico político da imprensa nacional diária de 1995-2005*. [Doc. policopiado] Porto: [Edição do autor]. 144 p. [Tese de mestrado]

RIBEIRO, Nelson (2002) – *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*. Lisboa: Universidade Católica. ISBN 972-54-0037-2. 256 p.

RIEFFEL, Rémy (2003) - *Sociologia dos media*. Porto: Porto Editora. ISBN 972-0-45253-6. 238 p.

ROCHA, Nuno (1975) - *Memórias de um ano de Revolução*. Lisboa: Somuna. 171 p.

ROCHA, Nuno (1996) - História do Jornalismo Português. In PIZARROSO QUINTERO, José (org.) - *História da imprensa*. Lisboa: Planeta Editora. ISBN 972-731-049-1, pp. 351-396

RODRIGUES, Adriano Duarte (19--) - *O campo dos media: discursividade, narratividade, máquinas*. Lisboa: Vega. 192 p.

RODRIGUES, Adriano Duarte (1999) - O Acontecimento. In TRAQUINA, Nelson, (org.) - *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega. ISBN 972-699-405-5, pp. 29-38

ROSADO, Nuno (1982) - *A imprensa regional e o poder da comunicação*. Lisboa: Instituto Amaro da Costa. 6 p.

ROSAS, Fernando (1994) - O Estado Novo (1926-1974). In MATTOSO, José, dir. - *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa. ISBN 972-33-1398-7. Vol VII

ROSAS, Fernando (1998) - Portugal e o Estado Novo. In *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença. ISBN 972-23-1313-4. Vol. XII

ROSAS, Fernando (1999) - O Marcelismo ou a falência da política de transição do Estado Novo. In BRITO, J. M. Brandão de, coord. - *Revolução e Democracia*. Lisboa: Editorial Notícias. ISBN 972-46-0989-8, pp 15-58

ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de, dir. (1996) - *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand Editora, ISBN 972-25-1015-0. 2 Vols.

ROSELLE, Laura (2003) - Local coverage of the 2000 election in North Carolina: does civic journalism make a difference? In *American Behavioural Scientist*. London: Sage. ISSN 0002-7642. Vol. 46, pp. 600-616

SANTOS, Américo Ramos (2004) - Inovações e contradições na estrutura económica e social. In PINTO, António Costa (coord.) - *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. ISBN 972-20-2736-0, p. 129

SANTOS, António dos (1982) - As condições de trabalho dos jornalistas: contribuição para a análise degradante. In I CONGRESSO DOS JORNALISTAS PORTUGUESES, 1º, Lisboa, 1982. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 243-247

SANTOS, Boaventura Sousa; CRUZEIRO, Maria Manuela; COIMBRA, Maria Natércia (1997) - *O pulsar da revolução. Cronologia da Revolução do 25 de Abril (1973-1976)*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0426-4. 358 p.

SANTOS, Couto dos (1990) - *Comunicação social: tempos de mudança*. Lisboa: Ministério da Juventude. 50 p.

SANTOS, Rogério (1997) - *A negociação entre jornalistas e fontes*. Coimbra: Minerva. (Comunicação). ISBN 972-8318-11-1. 215 p.

SCENEIDER, Ingrid Schulze (1994) - A imprensa na Alemanha. In *História da imprensa*. Lisboa: Planeta Editora. ISBN 972-731-045-1, 107-152

SCHLESINGER, Philip; TUMBER, Howard (1999) - Reporting crime: the media politics of criminal justice. In TUMBER, Howard - *News: a reader*. ISBN 0-19-87231-2, pp. 37-48

SCHUDSON, Michael (1995) - *The power of news*. London: Harvard University Press. ISBN 0-674-69587-9. 269 p.

SERRANO, Estrela (2006) - *Jornalismo político em Portugal: a cobertura de eleições presidenciais na imprensa e na televisão (1976/2001)*. Lisboa: Edições Colibri. ISBN 972-772-677-1. 519 p.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira (1992) – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença. ISBN 972-23-1558-7. Vol. XII

SHOEMAKER, Pamela; REESE, Stephen D. (1999) - *Mediating the message*. London: Longmann Publishers. ISBN 0-8013-1251-5. 313 p.

SILVA, Elsa Costa e (2004) - *Os donos da notícia: concentração da propriedade dos media em Portugal*. Porto: Porto Editora. (Comunicação). ISBN 972-0-45251-X. 174 p.

SILVA, Pedro Alcântara (2000) – Jornalistas portugueses: elementos sociográficos. In *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação* [Em linha]. ISSN 1646-3137 [Consultado em 3 de Fevereiro de 2007]. Disponível em: www.bocc.ubi.pt

SILVA, Rola da (1981) – *Liberdade de informação, informação livre: de quantificação necessária à democracia*. Lisboa: Polígono. 152 p.

SILVERBLATT, Art (2008) - *Key to interpreting media messages*. 3th ed. Westport: Praeger. ISBN 978-0-275-99258-3. 499 p.

SINOVA, Justino (1995) – El poder y la prensa: el control político de la información en la España felipista. Barcelona: Ediciones Internacionales Universitarias. ISBN 84-87155-58-8. 205 p.

SOARES, Mário Soares (1976) - *Portugal que Revolução? Diálogo com Dominique Pouchin*. Lisboa: Perspectivas e Realidades. 235 p.

SOLOSKI, John (1999) – News reporting and professionalism: some constraints on the reporting of news. In TUMBER, Howard – *News: a reader*. ISBN 0-19-87231-2, pp. 308-319

SOUSA, Fernando de (1988) - *Jornal de Notícias: a memória de um século (1888-1988)*. Porto: Empresa do Jornal de Noticias. 427 p.

SOUSA, Fernando Freire de; CRUZ, Ricardo (1995) - *O Processo de privatizações em Portugal*. Leça da Palmeira: Associação Industrial Portuense. ISBN 972-96711-0-9. 376 p.

SOUSA, Jorge Pedro (2000) - *As notícias e os seus efeitos: as teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*. Coimbra: Minerva. (Comunicação). ISBN 972-8318-90-1. 222 p.

SOUSA, Jorge Pedro (2003) - *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*. Porto: Universidade Fernando Pessoa. ISBN 972-8184-96-4. 272 p.

SOUSA, José Manuel Mota; VELOSO, Lúcia Maria Mariano (1987) - *História da imprensa periódica portuguesa: subsídios para uma bibliografia*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade. (Catálogos e Bibliografias). 252 p.

SOUSA, Nuno (1984) - O problema da nacionalização das empresas jornalísticas. In *Boletim da Faculdade de Direito, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Afonso Rodrigues Queiró*. Coimbra: Faculdade de Direito. Número especial, pp. 259-279.

SOUSA, Pedro Diniz de (2003) - *A dramatização na imprensa do PREC*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra. (Comunicação). ISBN 972-798-081-3. 233 p.

SPÍNOLA, António de (1974) - *Portugal e o futuro: análise da conjuntura nacional*. [S.l.]: Editora Arcádia. 244 p.

SPÍNOLA, António de (1978) - *País sem rumo: contributo para a história de uma revolução*. [S.l.]: Scire. 457 p.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, coord. (2007) - *Os militares e a democracia*. Lisboa: Edições Colibri. ISBN 978-972-772-715-5. 128 p.

TENGARRINHA, José Manuel (1989) - *História da imprensa periódica portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Caminho. 325 p.

TENGARRINHA, José Manuel (2006) - *Imprensa e opinião pública em Portugal*. Coimbra: Minerva Coimbra. ISBN 972-798-166-6. 240 p.

THOMPSON, Kenneth (2001) - Cultural studies, critical theory and cultural governance. In *International Sociology*. London: Sage. ISSN 1461-7242. Vol. 16, pp. 593-605

TIMONEO ÁLVAREZ, Jesús (2004) - Los medios y el desarrollo de la sociedad occidental. In BARRERA, Carlos coord. - *Historia del Periodismo Universal*. Barcelona: Ariel. ISBN 84-344-1300-0, pp. 25-43

TRAQUINA, Nelson (2000) - *O poder do Jornalismo: análise de textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva. (Comunicação). ISBN 972-8318-77-4. 145 p.

TRAQUINA, Nelson (2002) - *Jornalismo*. [S.l.]: Quimera. (O que é?). ISBN 972-589-083-3. 223 p.

TRAQUINA, Nelson (2004) - *A tribo jornalística*. Lisboa: Editorial Notícias. (Media & Sociedade). ISBN 972-46-1504-9. 206 p.

TRAQUINA, Nelson org. (1993) - *Jornalismo: questões, teorias, histórias*. Lisboa: Vega. (Comunicação & Linguagens). ISBN 972-699-405-5. 360 p.

TUCHMAN, Gaye (1980) - *Making news: a study in the construction of reality*. New York: The Free Press. ISBN: 0-02-932930-2. 244 p.

TUMBER, Howard ed. (1999) - *News: a reader*. Oxford: Oxford University Press. ISBN: 0-19-874231-2. 408 p.

TUMBER, Howard; PRENTOULIS, Marina (2003) - Freedom of press in Western Europe. In *Encyclopedia of International Media and Communications*. New York: Colombia University. ISBN 978-0-12-3877670-6. Vol. 2

VALDEZ, Fernando (1987) - Defesa do sector público e liberdade de informação. In II CONGRESSO DOS JORNALISTAS PORTUGUESES, 1º, Lisboa, 1986. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 325-236

VARGUES, Isabel Nobre (2006) - Tesoura, rolha e lápis: os tempos da censura e do combate pelas liberdades de expressão e de imprensa em Portugal. In *Estudos do Século XX: o(s) tempo(s) do(s) medi@*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, ISSN 1645-3530. Vol. 7, pp. 39-59

VASCONCELOS, José Carlos (1986) - *Um jornal que tem demonstrado efectiva independência e pluralismo*. Jornal de notícias. (27 Fev. 1986).

VEBRET, Joseph (1994) - Presse : l' année de tous les dangers. In *Médias Pouvoirs. Politiques, Économies et Stratégies des Médias*. Paris : Médias Pouvoirs. ISSN 0762-56-42. N. ° 35, pp. 45-51

VIEIRA, Joaquim (1998) - A emancipação do jornalismo português (1945-1995). In *Portugal nas Artes, nas Letras e nas Ideias 45- 95*. [Lisboa]: Centro Nacional de Cultura. ISBN 972-96507-4-8, pp. 267-286

WERY, Max (1994) - *E assim murcham os cravos*. Lisboa: Fragmentos. 286 p.

WILLIAMS, Kevin (2003) - *Understanding media theory*. London: Hodder Arnold. ISBN 978-0-340-71904-6. 266 p.

WOLF, Mauro (2006) - *Teorias da Comunicação*. 9ª ed. Lisboa: Editorial Presença. ISBN 972-23-1440-8. 271 p.

ZYGMUT BAUMAN: globalization, politics and Europe. *Open Democracy: free thinking for the world*. [Em linha]. OpenDemocracy. [Consultado em 13 de Março de 2008]. Disponível em: <http://www.opendemocracy.net/>

Fontes hemerográficas

AMERICAN BEHAVIOURAL SCIENTIST. London: Sage. ISSN 0002-7642. Vol. 46, 2003

ANÁLISE SOCIAL. Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais. ISSN 0003-2573. Vol. XXVII, nºs 118-119, 1992

BOLETIM DA FACULDADE DE DIREITO. Coimbra: Faculdade de Direito, 1984

CADERNOS DE JORNALISMO. Lisboa: Centro de Formação de Jornalistas. N.º 1, 1986

COMUNICAÇÃO E ESPAÇO PÚBLICO. Brasília: Universidade de Brasília. ISSN 1518-6946. Ano VII, nºs. 1 e 2

COMUNICAÇÃO e LINGUAGENS. Lisboa: Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens. Universidade Nova de Lisboa. ISSN 0870-7081. N.º 27, 2000

COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE. Braga: Universidade do Minho. ISSN 1645-2089. Nºs 7, 8, 2005

COMUNICAÇÕES. Lisboa: Associação Industrial Portuguesa. N.ºs 4, 14

ESTUDOS DO SÉCULO XX. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. ISSN 1645-3530. N.º 7, 2006

EUROPEAN JOURNAL OF COMMUNICATION. London: Sage. ISSN 0267-3231. Vol. 19

EUROPEAN JOURNAL OF SOCIAL THEORY. London: Sage. ISSN 1461-7137. Vol. 4, 2001

INTERNATIONAL JOURNAL OF PRESS/POLITICS (THE). London: Sage. ISSN 1940-1620. Vol 12, nº 2, 2007

INTERNATIONAL SOCIOLOGY. London: Sage. ISSN 1461-7242. Vol. 16, 2001
JORNAL DE NOTÍCIAS

JOURNALISM: theory, practice and criticism. London: Sage. ISSN 1464-8849. 2001-2006

MEDIA & JORNALISMO. Coimbra: Minerva Coimbra. ISSN 1645-5681. N.º 9, 2006

MÉDIAS POUVOIRS. Politiques, Économies et Stratégies des Médias. Paris : Médias Pouvoirs. ISSN 0762-56-42

OBSERVATÓRIO: Revista do Observatório da Comunicação. Lisboa: Obercom. ISSN 0874-8810. N.º 2, 2000

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS: HISTÓRIA. Porto: Faculdade de Letras. ISSN 0871-164X. Vol. 6, III série, 1993

REVISTA DE HISTÓRIAS DAS IDEIAS. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias. ISSN 0870-0958. N.º 16, 1994

SECURITY DIALOGUE. London: Sage. ISSN 1460-3640. Vol. 35, 2004

THEORY; CULTURE & SOCIETY. London: Sage. ISSN 1460-3616. 1998, 2000

THESIS ELEVEN. London: Sage. ISSN 1461-7455. Vol. 54, 1998

TRIPEIRO (O). Porto: Associação Comercial do Porto. 1919-1931

Jornais

COMÉRCIO DO PORTO (O)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

DIÁRIO POPULAR

EXPRESSO

JORNAL DE NOTÍCIAS

JORNAL NOVO

PRIMEIRO DE JANEIRO (O)

Publicações electrónicas

BOCC - Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação [Em linha]. ISSN 1646-3137. URL: www.bocc.ubi.pt

OPENDEMOCRACY: *free thinking for the world*. [Em linha]. OpenDemocracy. URL: <http://www.opendemocracy.net/>

REVISTA LATINA DE COMUNICACIÓN SOCIAL. [Em linha]. URL: <http://www.lazarillo.com/latina/a1999c/140xose.htm>

TBS ARCHIVES. [Em linha]. Cairo: Adham Center for Television Journalism. URL: <http://www.tbsjournal.com/Archives/archives.html>

Legislação

DECRETO Lei nº 26/76

DECRETO Lei nº 330/82

DECRETO Lei nº 369/76

DECRETO-LEI nº 123/75

DECRETO-LEI nº 132A/75

DECRETO-LEI nº 135A/75

DECRETO-LEI nº 22469

DECRETO-LEI nº 236/93

DECRETO-LEI nº 260/76

DECRETO-LEI nº 281/74

DECRETO-LEI nº 330/82

DECRETO-LEI nº 639/76

DECRETO-LEI nº 660/74

DECRETO-LEI nº 674C

DECRETO-LEI nº 85D/75

DESPACHO NORMATIVO nº 165/82

DESPACHO NORMATIVO nº 178/82

DESPACHO NORMATIVO nº 181/82

DESPACHO NORMATIVO nº 21/79

DESPACHO NORMATIVO nº 311/81

DESPACHO NORMATIVO nº 65/81

DESPACHO NORMATIVO nº 69/82

DESPACHO NORMATIVO nº 70/82

DESPACHO NORMATIVO nº 71/84

DESPACHO NORMATIVO nº 72/84

DESPACHO NORMATIVO nº 91/85

LEI DA IMPRENSA 1975

LEI DA IMPRENSA 1999

Fontes orais

Entrevista com Fernanda Gomes
Entrevista com Frederico Martins Mendes
Entrevista com Freitas Cruz
Entrevista com Joaquim Queirós
Entrevista com Manuel de Pina
Entrevista com Manuel Neto da Silva
Entrevista com Manuel Teixeira
Entrevista com Marques da Cruz
Entrevista com Marques Pinto
Entrevista com Nassalete Miranda
Entrevista com Rogério Gomes
Entrevista com Silva Tavares

ANEXOS